

Eneida Maria Mercadante Sela

**MODOS DE SER EM MODOS DE VER:
ciência e estética em registros de africanos por viajantes europeus
(Rio de Janeiro, *ca.* 1808-1850).**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Profa. Dra. Silvia Hunold Lara.

Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida e aprovada pela comissão julgadora em 16/08/2006.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Silvia Hunold Lara (orientadora)

Prof. Dr. John Manuel Monteiro (UNICAMP)

Profa. Dra. Karen Macknow Lisboa (UNIFESP)

Profa. Dra. Lilia Katri Moritz Schwarcz (USP)

Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes (UNICAMP)

Suplentes:

Profa. Dra. Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho Souza (UNICAMP)

Prof. Dr. Sidney Chalhoub (UNICAMP)

Profa. Dra. Valéria Alves Esteves Lima (UNIMEP)

Campinas, julho de 2006.

Para Dona Cida Mercadante.

*Porque, durante os anos de meu doutorado, venceu batalhas muito mais árduas do que fazer uma tese.
“Keep Walking”.*

Resumo

A proposta desta tese é investigar as maneiras pelas quais os viajantes europeus que estiveram na cidade do Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX registraram, em letras e figuras, os africanos na experiência da escravidão. Mais especificamente, a intenção é demonstrar o quanto esta literatura de viagem oitocentista dialoga, em várias instâncias, com certas teorias científicas e estéticas europeias sobre a diversidade humana, formuladas durante as últimas décadas do século XVIII. Estas vias intelectuais, em seus embates, edificaram e legitimaram hierarquias ontológicas para os povos, tendo como alvo principal a inferiorização dos africanos. Carregando tal bagagem, os estrangeiros que visitaram a Corte carioca até 1850 depararam-se com a maior população escrava africana das Américas. O conjunto da literatura de viagem que descreve este confronto cultural e social revela as reiterações conceituais de uma gama de características físicas, mentais e comportamentais atribuídas aos africanos no cativeiro. Como objetivo mais amplo, ao examinar tais construções este trabalho gostaria de apontar alguns limites e potenciais dos testemunhos de viajantes como fontes fartamente usadas para o estudo da escravidão no Brasil oitocentista, mas que nem sempre recebem a necessária decodificação de suas linguagens e conteúdos.

Abstract

The proposal of this work is to investigate the ways European travellers, who have come to the city of Rio de Janeiro during the first half of the 19th century, registered, through texts and images, Africans in the slavery experience. More specifically, it intends to demonstrate how much this 19th century travellers' literature dialogues, in many instances, with some European scientific and aesthetic theories on human diversities formulated during the last decade of the 18th century. These intellectual ways, on their counterpose, built up and legitimated ontological hierarchies to human groups, having, as a main target, African devaluation. Carrying such backgrounds, foreigners who visited Brazilian Court until 1850, faced the biggest African slave population of the Americas. The set of travel literature, which describes such cultural and social counterpose, reveals conceptual reiterations of a whole lot of physical, mental and behavioural characteristics given to Africans in captivity. As a wider objective, examining such constructions, this work is meant to point out some limits and potentials of travellers' witnesses as highly used sources to Brazilian 19th century slavery studies, which have not always received the necessary decoding on their languages and contents.

AGRADECIMENTOS

Por que será que este momento tão desejado acaba se tornando o mais difícil? Por motivos óbvios. Vamos a eles.

A FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) financiou por quatro anos o projeto que resultou neste trabalho. A seriedade e pontualidade desta agência propiciaram-me os meios materiais necessários para que a pesquisa se concretizasse nesses tempos tão adversos para os estudos acadêmicos.

Durante o período de coleta das fontes, contei com a gentileza dos funcionários das diversas instituições que visitei. Primeiro, as “pratas da casa”: Sandro e Sílvia, do IFCH, e Marta, da seção de obras raras da Biblioteca Central da UNICAMP. Da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, levo em meu coração o carinho e atenção diferenciada do pessoal da Divisão de Iconografia: seu diretor Joaquim Marçal, Mônica, Lúcia, David, Késiah e Léa. No IEB-USP, fui atendida pelas senhoras Flora e Diva, sempre cuidadosas e sorridentes, e agradeço a sua diretora, sra. Maria Itália, por me agilizar a reprodução fotográfica de algumas imagens. Na seção de obras raras da Biblioteca Mario de Andrade em São Paulo, abusei das dicas valiosas de Bruno e da paciência de Marilza, e não me esqueço, também, da prontidão da diretora Marfísia Lancellotti ao me permitir fotografar partes de algumas obras.

O CECULT (Centro de Pesquisa em História Social da Cultura) é meu lar intelectual. Os professores, colegas, bolsistas e funcionários de lá sempre me forneceram auxílio e estímulo constantes, respondendo aos vários gritos de socorro que emiti. Menção honrosa para Luciana Barbeiro e Flávia Peral, amigas e detentoras da vara de condão anti-pepinos em geral. “Esse tatu tá véio mas vive cavucano!”

Robert Slenes, que discorda da conjunção da frase acima, é responsável – através suas incríveis dicas bibliográficas, comentários e obras – por parte dos rumos que tomou esta tese. A ele e ao professor John Monteiro, agradeço ainda as críticas generosas e elucidativas que recebi durante o exame de qualificação.

Silvia Hunold Lara foi minha orientadora por mais de uma década, desde a iniciação científica, sem contar seus vários cursos que, ao longo da graduação e da pós, tive a preciosa oportunidade de frequentar. Durante esse trajeto, ela me ensinou com brilhantismo e rigor irreprocháveis o melhor do nosso ofício, e eu me considero, honrada, sua eterna aprendiz. Por isso, não pretendo que esta tese esteja propriamente à altura de sua orientação, mas que ela saiba que fiz meu melhor possível, e que boa parte desse esforço se deveu ao imenso respeito, gratidão e afeto que lhe destino. E que, embora tenha sido ela a minha “senhora” por tantos anos, agora está, paradoxalmente, alforriada de mim. MUITO OBRIGADA!

A turma de doutorado em História de 2001, da qual faço parte, soube dosar alteridades e alterações com galhardia. Deste saudoso grupo, alguns nomes me são especiais. Marcelo Balaban (“Marcelito” para mim, “Iélo” para ficar engraçado) foi companheiro de frutíferas discussões – étlicas e abstêmias –, boas risadas e aprendizados. Maria Claudia Bonadio usa cores contagiantes nas roupas e no coração. Luciana Gandelman, que costumo qualificar como “mais confiável do que lençóis brancos de hotéis cinco estrelas” foi-me excepcional na amizade e na paciência. Talvez isso não se deva unicamente a sua nobreza de alma, mas por dividir comigo o tão temido signo zodiacal. Nadia Nogueira foi a “Pessoa” junto a qual desenvolvi a idéia de que “abóboras não fazem tese”. Nossa amizade carrega a marca orgulhosa de ter suplantado inconciliáveis trincheiras teórico-epistemológicas, porque a Vida é sempre mais.

Ana Carolina Feracin: amiga-irmã, irmã-amiga, um amor dos grandes, desses que são para sempre. Que mais posso escrever para você, caipora??? Só me ocorrem impropérios, os nossos impropérios, tão evocados, tão necessários. O último ponto final deste trabalho (que não é um asterisco com gel) foi em SUA homenagem e, agora sim, podemos falar em “liberdade” na primeira pessoa do plural. Seja isso o que for.

À minha mãe, dedico esta tese e muitos outros esforços e afetos. Porque ela é minha heroína mais real, a única que não desencantou quando a infância acabou.

Ao meu pai, reitero os agradecimentos do mestrado e mais: agora que Pollyanna finalmente fez o passamento, confesso que sempre soube que ele cuidou muitíssimo bem dela. E mais: obrigada pelo tipo de humor, pelo gosto por palavras cruzadas e compêndios, pela paixão pela sonoridade do castelhano e por marejar os olhos facilmente. Tudo isso herdei dele, com grande admiração.

Zé Antonio: vamos comemorar com muita mateína, no velho quintal, entre filosofias sobre o universo, jabuticabas, Yves e saudáveis maledicências. Você não acredita, mas daria um belo preto mina.

Zé Irineu: muitos blues para nos alegrar – e filosofias sobre um tema bem específico. O whisky será sempre por sua conta, “boy”. Talvez você saiba que daria um viajante dos mais meticolosos.

Já quem deve agradecer à minha irmã Maria ou Gê (apelidos espúrios são proibidos aqui) não sou eu, mas as companhias telefônicas. Incalculável o lucro que estas empresas tiveram e terão enquanto dependermos mutuamente das conversas quase diárias. Ela é forte como aço, linda como as mulheres mais lindas, e etérea como os bons ventos da primavera. E eu a amo como amiga, filha e mãe. Enquanto não morrermos, vamos “pondo na conta” uma da outra, ok? A caderneta do coração tem páginas infinitas.

Ao Paulo, que vi crescer e continuar menino, muito obrigada pelo respeito, pela paciência e bondade. Em outras palavras, obrigada por ser parecido com sua mãe.

Meu agradecimento a Cida Mellin é absolutamente inócuo porque há certas coisas impossíveis de se agradecer. Certas e tantas que dariam uma tese. Para retribuí-la à altura, nem mesmo se eu conseguisse ressuscitar sua amada Billie para um show particular. Entre o mestrado e o doutorado, descobrimos que temos divergências musicais e outras, algumas risíveis. Mas “*November Rain*” não envelheceu e a vela continua acesa na chuva.

“Falando nisso”, por me embalarem a redação, fazendo-me crer que um dia acabaria, *special thanks to:*

Shakira

Abba

Pretenders

Tina Turner

Manu Chao

...e, aos 45 do segundo tempo:

Chabuca Granda

Célia Cruz (“Azúcar!!”)

ÍNDICE

Apresentação.....	01
Capítulo I	
DE BUFFON A SAINT-SAUVEUR: cores e formas da inferiorização.....	15
1. Etiquetando a humanidade: peles, fisionomias, belezas.....	16
2. Bagagens e <i>souvenirs</i> : relatos de viagem, conhecimento científico e vice-versa.....	58
3. A África de Saint-Sauveur.....	70
Capítulo II	
OS VIAJANTES E SEUS CÂNONES.....	101
1. A observação pitoresca.....	104
2. Tópicas da escravidão.....	124
3. Impactos do primeiro olhar.....	150
Capítulo III	
A ÁFRICA CARIOCA EM LENTES EUROPÉIAS.....	161
1. Corpos, sinais e expressões.....	170
2. Raça, caráter e escravidão.....	195
Capítulo IV	
A TAXONOMIA DAS NAÇÕES.....	233
1. Talentos, baldas e aparências.....	239
2. Apontamentos iconográficos	274
Conclusão.....	295
Fontes e bibliografia	301

APRESENTAÇÃO

A inglesa Maria Graham, uma das mais conhecidas viajantes que esteve no Brasil no século XIX, assim descreveu alguns objetos que viu no Museu Real carioca em 1823:

“As curiosidades africanas são pouco mais bem conservadas [do que as indígenas], mas algumas delas são de tipo muito interessante. Uma muito notável é um traje real feito de tripas de boi (...), cuidadosamente limpas e secas, como fazemos com as bexigas. São então abertas longitudinalmente e as peças cosidas umas às outras; cada costura é feita com penachos, ou antes, franjas de penas púrpura, de modo que a vestimenta é leve, impermeável à chuva e altamente ornamental por suas ricas bandas coloridas. Há uma outra, feita inteiramente de ricas plumas azul mazarino; um cetro muito engenhosamente lavrado, com penas escarlate, e um barrete de casca de madeira, com uma longa ponta projetada para frente, e uma quantidade de plumas e pêlos atrás, ornamentados com contas. Além de todas essas coisas, há o trono de madeira de um príncipe africano, belamente esculpido. Eu gostaria, já que a situação do Brasil é tão favorável para colecionar trajes africanos, que houvesse uma sala apropriada a estas coisas, tão curiosas para a história do homem”.¹

Ela estava certa. A primeira metade do século XIX era uma época favorável, mormente na cidade do Rio de Janeiro, para se conhecer muitos aspectos dos povos

¹ Maria Graham - *Journal of a voyage to Brazil, and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823*. Londres: Longman e Cia. J. Murray, 1824, p. 270-1.

africanos, não somente suas vestes e adornos. A historiadora Mary Karasch, em seu monumental A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850, justifica a escolha deste recorte temporal por julgá-lo propício a acompanhar as “transformações da cultura escrava”, pois foi quando a escravidão esteve em seu auge: “nem antes de 1808, nem depois de 1850, os escravos dominaram de tal forma a vida na cidade”.² Em 1849, havia aproximadamente 80 mil escravos no Rio que, durante as três décadas anteriores, abrigou a maior população escrava das Américas.

Em 1808, com a vinda da Corte, a abertura dos portos e o crescimento populacional, a maior demanda por escravos estimulou o tráfico africano, fazendo com que seus preços baixassem. A partir de 1850, entretanto, esse quadro se alterou por uma confluência de fenômenos. Por causa da extinção efetiva do tráfico – abolido legalmente desde 1830 – a população africana não mais se renovava, iniciando um processo de mudança em sua composição étnica, também ocasionado pelo recurso ao tráfico interno de escravos da Bahia e outras províncias do Nordeste. O preço dos escravos aumentou rapidamente e, além disso, ocorreu uma crescente demanda de mão-de-obra nas fazendas de café, desencadeando um êxodo urbano. Por fim, houve também as epidemias de cólera e febre amarela.³ Mais importante, porém, do que contabilizar a multidão escrava no Rio de Janeiro, Karasch nos apresenta, por meio de numerosos cruzamentos de fontes e tabelas, um domínio da população africana – melhor definindo, centro-africana:⁴

“Em todo o Centro-Oeste africano, portanto, a Angola atual era o ponto de origem da maior porcentagem de escravos importados para o Rio. (...) antes de 1811, quase todos os escravos importados tinham vindo de Angola. Na década de 1820, essa porcentagem caiu para 50% e continuou em cerca de 45% nas décadas de 1830 e 1840. Nenhum outro país chegou perto da Angola moderna enquanto fonte dos escravos cariocas, embora o Congo Norte (...) produzisse de um quarto a um terço das importações após 1815. Juntos, o Congo Norte e a Angola atual dominavam enquanto regiões de origem dos escravos importados no século XIX (71,1% e 96,2%). Pelo menos dois terços

² Mary C. Karasch – A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 28. [1ª. Ed.: Slave life in Rio de Janeiro. 1808-1850. Princeton: Princeton University Press, 1987].

³ M. Karasch, A vida dos escravos..., pp. 28-30.

⁴ “Em 1832, quase $\frac{3}{4}$ da população escrava era africana (...)”. M. Karasch, A vida dos escravos..., p. 41.

dos africanos que viviam no Rio tinham suas terras natais no Centro-Oeste africano”.⁵

Esta reconstituição da demografia escrava carioca da primeira metade do século XIX possibilita-nos imaginar mais concretamente em que mundo se moveram os visitantes europeus que lá estiveram, e porque insistiam em alusões, de múltiplas naturezas, a heranças, hábitos, modos, feições, traços e fisionomias africanas quando descreviam os negros, em letras ou imagens. É patente que a escravidão foi um tema que perpassou a grande maioria dos registros que compõem o heterogêneo conjunto da literatura de viagem sobre o Brasil oitocentista. Entretanto, se nos dedicarmos a uma análise das descrições empreendidas durante as primeiras décadas deste século, um ingrediente particular pode ser notado: a recorrência de imagens e textos que insistem em marcar as origens africanas dos escravos, das mais diversas formas. Portanto, a obra de Mary Karasch nos demonstra a configuração de uma realidade social fértil para estes registros.

A proposta desta tese é justamente examinar as maneiras pelas quais os viajantes europeus que estiveram no Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX perceberam e representaram os africanos na experiência da escravidão. Para isso, foi eleito um viés temático específico: os imbricados liames destas produções com searas do pensamento científico e estético gestadas durante as últimas décadas do século XVIII. Antes, porém, de apresentar a estrutura da tese, vamos a uma avaliação preliminar das obras de viagem que compõem o *corpus* documental desta tese.

Como é sabido, foi a abertura dos portos de D. João VI que possibilitou uma verdadeira profusão de estrangeiros que, além da permanência mais prolongada na cidade do Rio do Janeiro, empreenderam muitas expedições pelas regiões internas do Brasil.⁶ Após o fim das guerras napoleônicas, este movimento se intensificou. O príncipe Maximilian de

⁵ M. Karasch, A vida dos escravos..., p. 58.

⁶ Para um bom apanhado dos mais conhecidos viajantes e suas obras sobre o Brasil da primeira metade do século XIX, ver, entre outros: Valéria Alves Esteves Lima - A Viagem Pitoresca e Histórica de Debret: por uma nova leitura. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2003, pp. 181-201; Jeanine Potelet – Le Brésil vu par les voyageurs et les marins français. 1816-1840. Paris: Éditions l' Harmattan, 1993; ⁶ Karen Macknow Lisboa - A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na *Viagem pelo Brasil (1817 - 1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997, pp.29-49; Luciana de Lima Martins – O Rio de Janeiro dos viajantes. O olhar britânico (1800-1850). Rio de Janeiro: Zahar, 2001; e Miriam L. Moreira Leite - Livros de viagem: 1803-1900, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

Wied-Neuwied, que chegou ao Rio em 1815, produziu comentários exemplares sobre este momento, no prefácio de seu livro de viagem sobre o Brasil:

“A última guerra opôs, durante uma longa série de anos movimentados, numerosos obstáculos a qualquer tentativa de estender o conhecimento da História Natural e Geografia através de viagens a regiões estrangeiras; mas a paz sendo aos poucos restaurada, homens, animados pelo desejo de fazer novas descobertas no domínio da natureza, têm conseguido empreender importantes viagens e expedições, e comunicar seus sucessos a seus contemporâneos. A mudança produzida no Brasil pela residência da família real de Portugal, e a disposição liberal do governo, tem ultimamente atraído muitos viajantes àquelas bandas. O Sr. Mawe obteve permissão para visitar as ricas minas de diamante, nas quais nenhum estrangeiro tinha sido antes admitido. (...) O Tenente-Coronel Von Eschwege já favoreceu o público com alguns tratados interessantes, e importantes descobertas podem ainda ser esperadas deste observador científico. Através da recomendação do ilustrado ministro o Conde da Barca, foi-lhe não somente permitido visitar as diferentes capitanias da monarquia, mas recebeu uma soma anual para custear suas despesas. Quão diferente é esta conduta daquela anterior, seguida pelo governo português, quando cada estrangeiro em sua chegada era cercado por soldados, e zelosamente vigiado!”⁷

Algumas rápidas considerações sobre estes visitantes e suas obras ajudam-nos a perceber a medida de sua adequação ao problema de investigação proposto. O primeiro critério para seleção dessas fontes obedeceu, evidentemente, aos recortes temporal e espacial delimitados: foram contemplados somente os viajantes que estiveram na cidade do Rio de Janeiro a partir de 1808 até, aproximadamente, 1850. Também, ao lado da iconografia que acompanha os livros de viagem, foram inclusas fontes estritamente imagéticas produzidas por estrangeiros durante o período. Assim, as aquarelas e gravuras avulsas de autorias menos conhecidas, as aquarelas de Joaquim Cândido Guillobel, Thomas

⁷ Maximilian de Wied-Neuwied - Travels in Brazil in 1815, 1816 and 1817. Londres: Sir Richard Phillips and Co., 1820, p.iii. [1^a Ed. Frankfurt, 1820]

Ender, Paul Harro-Harring, Charles Landseer, álbuns pitorescos e outras séries de imagens semelhantes.

Os viajantes pesquisados perfazem mais de uma centena nomes que publicaram livros cujas edições originais ou mais antigas estão distribuídas em quatro instituições nacionais: Biblioteca Central da Unicamp (Seção de Obras Raras), Biblioteca Municipal Mário de Andrade, IEB-USP, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e Biblioteca do Itamaraty.⁸ Com relação aos critérios para seleção desta série cabe ressaltar que, essencialmente, foram tidas como “obras de viagem” aquelas produzidas por europeus que, tendo visitado o Brasil, produziram relatos de sua estada formatados segundo alguns padrões que nos permitem agrupá-los num grande gênero literário, a despeito dos diferentes motivos de cada viagem e das várias propostas intelectuais, estéticas e editoriais das obras resultantes.⁹ A narrativa em primeira pessoa, baseada em testemunho direto, bem como uma gama comum de temas (sobretudo descrições sobre as belezas naturais e o funcionamento das principais instituições administrativas, sociais e culturais das cidades visitadas) são os principais aspectos dos conteúdos desse conjunto. Antes disso, porém, há uma evidência que corrobora – do ponto de vista editorial ou dos próprios autores – a idéia de que, a despeito de todas as diferenças internas, podemos utilizar conceito de “gênero de viagem” para definir essas publicações: a grande maioria dos livros possui no título, em suas respectivas línguas, palavras ou expressões como “viagem”, “expedição”, “visita”; “diário de viagem”, “notas de viagem”, “narrativa de uma viagem”, ou ainda, menções temporais e espaciais como “dois anos no Brasil”, “três anos no Pacífico”, etc.

Quanto a suas origens nacionais, no interior deste elenco circunscrito, verificou-se que os viajantes britânicos e franceses correspondem, juntos, a cerca de 70% dos autores, seguidos pelos alemães (em maior número dentro dos 30% restantes), austríacos, holandeses, italianos e russos. Já entre as ocupações, há três grandes incidências que compõem, equilibradamente, quase 80% do conjunto: cargos militares (respectivamente

⁸ Raramente, os autores deste período escreveram mais de uma obra de viagem. Entretanto, tornou-se interessante ou necessário cotejar várias edições. Quando, por exemplo, se trata de um viajante que publicou seu livro originalmente em língua alemã, a qual não conheço, utilizo a primeira publicação inglesa ou francesa da obra, que geralmente é lançada poucos anos depois da original. Ou ainda, no caso de livros em alemão que não fizeram sucesso suficiente em sua época para merecer edições em outras línguas, resta-me apenas a leitura da edição em português, publicada no século XX.

⁹ Para um painel das principais mudanças ocorridas no interior deste gênero, entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, ver V. Lima, *A Viagem Pitoresca...*, pp. 161-201.

oficiais da marinha, soldados e engenheiros), cientistas (naturalistas, botânicos, mineralogistas e geógrafos), pintores e desenhistas. Disputam a quinta parte desta estatística os comerciantes, príncipes, cônsules, médicos, capelães navais e missionários protestantes. A profissão é, sem dúvida, a variante primeira a ser levada em conta, pois não só direcionava as lentes de observação dos visitantes mas antes, motivava a própria viagem e, no Brasil, promovia o universo de contatos sociais no qual iria se mover mais frequentemente cada um deles. Independentemente, porém, destes crivos, a cidade do Rio de Janeiro foi passagem obrigatória para grande parte dos viajantes oitocentistas, fosse por apenas alguns dias, ou até por muitos anos. Assim a Corte imperial foi, sem dúvida, o laboratório cultural mais completo e diversificado no qual os “modos de ver” europeus exercitaram interpretações para os “modos de ser” africanos no cativo.

A tese está dividida em quatro capítulos. O primeiro oferece um painel comparativo de grandes vigas intelectuais que informaram a percepção destes estrangeiros sobre os africanos no Rio de Janeiro. As últimas décadas do século XVIII presenciaram novidades científicas e estéticas gestadas em lugares intelectuais europeus que acabaram por nortear juízos e parâmetros encontrados na literatura de viagem oitocentista: discursos sobre a variedade da espécie humana; as grandes expedições marítimas e suas relações dialógicas com estes discursos; o papel dos estudos de história natural; os novos parâmetros para a ordenação epistemológica da natureza e dos homens. Neste contexto, os africanos, enquanto representantes da variedade humana, ganharam ontologias inferiores específicas, muitas das quais adentraram com força as primeiras décadas do século XIX.

O segundo capítulo trata de uma exposição formal e panorâmica das obras de viagem, contemplando algumas trajetórias individuais, diferenças e convergências nas formas e intenções dos registros, analogias, cópias, veiculação de tópicos imagéticos e textuais, procurando refletir principalmente sobre importância de uma determinada noção de “pitoresco” enquanto móvel conceitual por trás desses registros de negros na experiência da escravidão.

De “negros” para explicitamente “africanos”: deste movimento cuida o terceiro capítulo, apresentando diversos significados dos registros dos africanismos em imagens e textos, e as valorações mais recorrentes encontradas neste conjunto de obras informadas por concepções científicas e estéticas das últimas décadas do século XVIII e início do XIX: o

reconhecimento do caráter eminentemente africano daquela população escrava, as referências tão insistentes a seus corpos, fisionomias, tatuagens, cantos e danças. Junto a estes sinais, os viajantes preocupavam-se também em explicar a “índole” ou o “caráter” dos africanos, bem como comportamentos que lhes seriam naturais, seu estado de civilização ou barbárie e as manifestações reais ou potenciais dessas qualidades num universo escravista.

Finalmente, o quarto capítulo aborda o nível mais particular da observação européia sobre os africanos no Rio de Janeiro: as descrições e julgamentos sobre as chamadas “raças”, “tribos” ou “nações” africanas. A intenção é, pois, problematizar as clivagens mais utilizadas pelos viajantes ao tentarem compartimentar a diversidade dos povos africanos com que se depararam.

Sobretudo entre as décadas de 1930 e 1970, as narrativas de viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil ao longo do século XIX tornaram-se um testemunho fundamental e mesmo um critério de legitimidade para a construção de leituras sobre a escravidão empreendidas por importantes historiadores e cientistas sociais.¹⁰ Nestes casos, a apropriação dos relatos de viagem acabou evidenciando, muitas vezes, uma instrumentalização de fragmentos narrativos daquelas fontes como transparência do real. Tal procedimento ignorou a opacidade cultural, os códigos, os juízos e preconceitos contidos nos excertos dos viajantes, que foram incorporados acriticamente, no afã de demonstrar certas teses. Isso permitiu que interpretações por vezes conflitantes partilhassem da mesma convicção de serem as obras de viagem um dos mais autorizados documentos sobre a sociedade brasileira do século XIX, especialmente quanto aos significados da escravidão.¹¹

Somente a partir da década de 1980, no Brasil, surgiram textos dedicados a desvendar os significados das obras dos viajantes através de análises críticas que consideram o distanciamento dos autores em relação à realidade observada. Miriam

¹⁰ Aqui me refiro, principalmente, a autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, e, posteriormente, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Emília Viotti da Costa.

¹¹ Para uma análise dessas leituras, ver Cristina Carrijo Galvão - A escravidão compartilhada: os relatos de viajantes e os intérpretes da sociedade brasileira. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/ UNICAMP, 2001, pp. 93-204. Para exemplos mais pontuais, ver também Eneida Mercadante Sela - A pena e o pincel na *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* de Jean-Baptiste Debret. Monografia de Bacharelado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1999, pp. 02-06. Sidney Chalhoub – *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 37-41.

Lifchitz Moreira Leite insere-se numa proposta temática,¹² fruto de um amplo projeto de levantamento extensivo das referências a algumas questões específicas nos textos de viagem – no caso, descrições sobre mulheres que no Rio de Janeiro do século XIX. Estudos como esse partem da idéia de que os viajantes estrangeiros são observadores privilegiados da sociedade:

“Fizemos uma tentativa de estudá-los partindo do pressuposto de que o viajante, em sua qualidade de estrangeiro, como não fazia parte do grupo cultural visitado, tinha condições de perceber aspectos, incoerências e contradições da vida cotidiana que o habitante, ao dá-la como natural e permanente, encontrava-se incapaz de perceber. (...) O habitante tem uma vivência comum ao grupo, mas poucos conhecimentos sobre ele como um todo. Por ser alguém que é ‘de fora’ e está ali ‘de passagem’, sem intenção de ser aceito pelo grupo e com o objetivo de relatar a seus conterrâneos o que conseguiu perceber, o viajante torna-se um observador alerta e privilegiado do grupo visitado”.¹³

Moreira Leite, por outro lado, ressalva que este mesmo estranhamento pode gerar reflexões equivocadas sobre a realidade descrita, alertando para a validade um levantamento biobibliográfico de cada autor, suas particularidades, pois a experiência pessoal pode direcionar a descrição empreendida. A ênfase em perceber os filtros volta-se para a experiência individual de cada viajante. Nessa direção, surgiram paulatinamente trabalhos que selecionam um único viajante ou um grupo circunscrito deles para a reconstrução de sua trajetória como estratégia para iluminar temas ou questões mais amplas. O belo estudo de Karen Lisboa sobre Spix e Martius, por exemplo, dedica-se a entender qual a concepção de civilização destes cientistas, e como o Brasil se encaixaria neste quadro, a partir da observação de como retratam a natureza. A autora procura inserir os naturalistas no contexto das viagens científicas do início do século XIX, buscando, também, reconhecer as heranças culturais e ideológicas presentes em seu pensamento, e as

¹² Dentre seus textos sobre o tema, destacam-se: *A mulher no Rio de Janeiro do século XIX*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1982; *A condição feminina no Rio de Janeiro: século XIX*, São Paulo: Hucitec, 1984; e *Livros de viagem...*

¹³ M. M. Leite, *Livros de viagem...*, pp. 09-10.

principais imagens da América que vigoravam na Europa: “o relato de viajantes naturalistas europeus sobre o Novo Mundo, no início do século XIX, norteia-se pela ciência do século XVIII, pela experiência social do ‘grupo de origem’ do viajante e pela experiência da própria viagem”.¹⁴

Estas preocupações teóricas e metodológicas que passaram a permear as abordagens dos textos de viajantes no Brasil também se estenderam, embora menos fartamente, ao material iconográfico produzido por eles. Em meados da década de 1990, uma coletânea feita por Ana Belluzzo tornou-se referência obrigatória para os estudiosos interessados naqueles conjuntos imagéticos. A obra é dividida em três grandes eixos temáticos – “Imaginário do Novo Mundo”; “Um lugar no universo” e “A construção da paisagem” – cujo mote são as formas de representação dos universos e objetos dos registros pictóricos:

“A iconografia dos viajantes oferece uma história de pontos de vista, de distâncias entre observações, de triangulações do olhar. Mais do que entrever o Brasil, deixa ver o europeu. Mais do que enxergar a vida e a paisagem americana, leva a focalizar a espessa camada da representação. Evidencia versões e não fatos. (...) Afinal, o que significavam as viagens de aventura para Novo Mundo? Que novos sonhos desenhavam o percurso dos cientistas europeus que observavam a natureza tropical?”¹⁵

Assim, esta autora movimenta-se essencialmente no campo das indagações sobre elementos culturais e estéticos que pautam esses registros iconográficos europeus, desde o século XVI até o XIX. Trata-se, portanto, de um enorme trabalho panorâmico que nos oferece uma visão geral dessas produções e suas especificidades artísticas ao longo dos séculos.

No mesmo ano da publicação da coletânea de Belluzzo, um erudito artigo do historiador Robert Slenes sobre a obra de Rugendas deu uma surpreendente lição de como proceder uma análise histórica da iconografia produzida por viajantes. Através de comparações da produção imagética do pintor com a de outros artistas – sobretudo do

¹⁴ K. Lisboa - A Nova Atlântida..., p. 32.

¹⁵ Ana Maria de Moraes Belluzzo – O Brasil dos viajantes. São Paulo: Metalivros/ Salvador: Odebrecht, 1995, vol. 1, p. 13.

germânico seiscentista Matthaeus Merian, autor de gravuras com temas bíblicos –, Slenes demonstra o caráter alegórico daquelas litografias. E defende, num perspicaz jogo de idéias, que o conjunto de textos e imagens do artista bávaro significa uma espécie “parábola bíblica” que “visava aproximar o negro do branco ontologicamente (...)”, procurando integrá-lo à construção da nação brasileira:

“O essencial para seu argumento era estabelecer que os vários povos, provindos da mesma origem e pertencendo à mesma espécie, eram basicamente iguais, mesmo que os desníveis entre suas civilizações não explicassem todas as diferenças entre eles. O ‘racismo’ até poderia contribuir para a aceitação dessa tese, já que ajudava a livrar Rugendas/Huber da pecha da ‘afrofilia’, ao mesmo tempo que lisonjeava seus leitores preconceituosos com a idéia de que a ‘predominância moral’ do branco continuaria por bastante tempo, mesmo depois da abolição”.¹⁶

O trabalho com a intertextualidade presente em Rugendas e a preocupação em recuperar as múltiplas dimensões da produção e veiculação de seu livro são procedimentos que – além de permitirem importantes conclusões sobre a experiência da escravidão e seus intérpretes – apontam caminhos e possibilidades para uma análise dos textos e imagens das obras de viajantes.

A dissertação de mestrado de Almir Diniz de Carvalho Junior¹⁷ representa outro bom exemplo de como abordar historicamente essas fontes. Tratando da construção da imagem do índio na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, o autor faz um cuidadoso mapeamento da experiência individual do viajante, bem como do ambiente

¹⁶ Robert W. A. Slenes, “As provações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na *Viagem alegórica* de Johann Moritz Rugendas”. Revista de História da Arte e Arqueologia, 2 (1995), p. 282. Após uma convincente série de exemplos comparativos, o autor conclui: “Ao associar o negro a Cristo e em seguida a Abraão, Rugendas mobiliza a simpatia de seu público pelo sofrimento dos escravos, ao mesmo tempo em que o absolve de qualquer culpa. Afinal, pela lógica bíblica o suplício do cativo, como Servo Sofredor, faria parte dos ‘desígnios de Deus’; além disso, contribuiria não apenas para a redenção da vítima como também do próprio branco. Mesmo assim, a mensagem do artista não aduziria a seus leitores apenas, ou principalmente, a complacência. Pois ao fazer essas associações bíblicas, Rugendas reafirma a idéia de que o Cristo-Abraão africano e seus descendentes na nova Canaã, chamada Brasil, não formarão uma nação qualquer, mas uma das Nações do Povo escolhido por Deus. (...) Dentro dos limites do seu etnocentrismo cristão, ela [a alegoria de Rugendas] proclama a fraternidade universal dos seres humanos”. (p.294).

¹⁷ Do índio imaginado ao índio inexistente. A construção da imagem do índio na *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2000.

artístico e intelectual que teria norteado as escolhas estéticas e científicas de Ferreira e dos riscadores de sua expedição. Empreendendo um diálogo metodológico com obras clássicas de história da arte, o trabalho de Carvalho Junior contribui com os esforços ainda pontuais dos historiadores nacionais em lidarem com documentos iconográficos.

Nesta vertente de estudos historiográficos que elegem a obra de um viajante para, a partir de sua exegese, deslindar determinada gama de assuntos, destaca-se a tese de Valéria Lima sobre o livro de viagem de Jean-Baptiste Debret. Assim como Slenes e Carvalho Júnior, esta historiadora trata das relações entre as imagens e os textos da Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil iluminando o processo de confecção e edição dos volumes, o trajeto artístico e intelectual do autor, bem como as relações da obra com o gênero da literatura de viagem de fins do século XVIII e início do XIX. O problema histórico central do trabalho é examinar as maneiras pelas quais o pintor francês dialoga com as diferentes iniciativas contemporâneas de elaborar um conhecimento histórico. Assim, Lima realiza uma leitura das litografias debretianas a partir da intenção declarada por seu autor de fazer uma “obra histórica” sobre o Brasil.

Atualmente, pois, já se pode contar com uma respeitável bibliografia, nacional e estrangeira, que se debruçou sobre os relatos de viagem, principalmente os produzidos a partir da segunda metade do século XVIII. Além de obras mais antigas que realizaram levantamentos e análises pioneiras sobre os viajantes, as produções dos últimos anos vêm contribuindo cada vez mais para um espalmar crítico destas inesgotáveis fontes. Em artigos menos conhecidos, teses ou livros que se tornaram referência obrigatória; a partir de recortes restritos ou amplos; tratando de textos e ou imagens; com propostas investigativas multifacetadas, este leque bibliográfico ancora e ajuda a entender alguns pilares discursivos dos viajantes e os significados de suas obras.

A despeito das diferentes tônicas destes trabalhos, quem quiser conhecer a obra dos naturalistas bávaros Spix e Martius, por exemplo, poderá se munir de antemão de leituras que debatem os sentidos da observação científica influenciada pela matriz humboldtiana, a contenda epistemológica com Georges Cuvier e a importância das instruções de viagem.¹⁸ Quem, por outro lado, se aventurar pela Viagem Pitoresca e

¹⁸ Ver, por exemplo, Marie Nöelle Bourguet - “La collecte du monde: voyage et histoire naturelle (fin XVIIIème siècle – début XIXème siècle). In: C. Blanckaert *et al.* (orgs.). Le Museum au premier siècle de son

Histórica ao Brasil de Debret, terá à disposição textos que explicam desde os adjetivos do título, bem como apresentam interpretações divergentes sobre a formação neoclássica do artista, o caráter de síntese e composição deliberada dos elementos iconográficos de cada litografia, as intenções políticas e etnográficas expressas na organização dos volumes da obra, etc.¹⁹ Logicamente, o conjunto dos relatos de viagem referentes ao Brasil da primeira metade do século XIX está muito longe de ter sido esquadrihado ou, mesmo que o tivesse, passaria a adquirir imediatamente outra importância, a partir das perguntas elaboradas por cada pesquisa.

Com objetivos e recortes variados, os estudos aqui nomeados e outros similares são constantes interlocutores desta tese. Oferecem reflexões imprescindíveis para uma abordagem das obras de viagem enquanto expressões ou produtos culturais europeus que traduzem olhares díspares e ao mesmo tempo convergentes, em forma e conteúdo, a respeito da nação brasileira em seus variados aspectos. Desta bibliografia e dos debates por ela suscitados, esta tese se aproxima através de uma proposta temática específica: analisar os registros escritos e iconográficos produzidos pelos visitantes europeus sobre os africanos no Rio de Janeiro oitocentista, buscando suas relações dialógicas com as concepções científicas e estéticas sobre a variedade humana em voga na Europa entre as últimas décadas do século XVIII e o início do XIX.

Ao analisar autores que observaram sinais de africanismos entre os escravos, em época e cidade propícias, espero conseguir mostrar mais sistemática e amplamente certos sentidos recorrentes daqueles olhares estrangeiros, norteados por concepções intelectuais que traziam na bagagem, mas que também foram repensadas no decorrer desse contato. Com isso, a idéia não é somente apreender as especificidades de tais representações, mas também problematizá-las, para além da constatação de seus teores etnocêntricos, enquanto fontes fartamente usadas para o estudo da escravidão oitocentista. Pois até então, apesar

histoire. Paris, s.e., 1997, pp. 163-196 e “Voyages, mesures et instruments. Une nouvelle expérience du monde au siècle des lumières”. *Annales HSS*, 5 (1997): 1115-1151; Lorenai Kury – “Les instructions de voyage dans les expéditions scientifiques françaises (1750-1830)”. *Revue d’histoire des sciences*, 51 (1998): 65-91 e “Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem”. *História. Ciências. Saúde - Manguinhos*, 8 (2001): 863-880; e K. Lisboa, *A nova Atlântida...*

¹⁹ Ver, entre outros, V. Lima - *A Viagem Pitoresca...*; Elaine Cristina Dias – Debret, a pintura de história e as ilustrações de Corte da Viagem Pitoresca e *Histórica ao Brasil*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2001; e Rodrigo Naves - “Debret, o neoclassicismo e a escravidão”. *In: A forma difícil*. São Paulo: Ática, 1996, pp. 41-128.

desta utilização maciça, nenhum trabalho historiográfico se dedicou a uma leitura comparativa ampla do conjunto das descrições de africanos, escravos ou não, produzidos pelos visitantes europeus no Brasil do século XIX. Esta tese parte da crença de que é fundamental entender como tais descrições foram forjadas no interior de diálogos e intertextualidades entre as obras, cristalizando certos discursos e tópicos imagéticos e textuais.

Robert Slenes, com suas façanhas de ourives, já demonstrou o quanto estas produções podem revelar pistas ricas e insuspeitadas, para além de discursos uniformizadores. Referindo-se à documentação oitocentista sobre a família escrava, onde os viajantes ocupam destaque mesmo quando se omitem, o historiador pondera:

“(…) as fontes narrativas da época, quando sondadas em maior profundidade, podem ser usadas para construir um retrato compatível com o quadro demográfico (...). A tarefa é possível porque, apesar das primeiras aparências, os relatos do século XIX *não* são unívocos. Ao lado de construções enfáticas sobre a ‘imoralidade’ do escravo nas relações sexuais e a ‘inexistência’ da família entre os cativos, existem nesses depoimentos dados sobre os escravos casados e sua vida material e cultural que são passíveis de outra leitura, coerente com as conclusões dos estudos demográficos. São informações apresentadas ‘nas entrelinhas’, geralmente não entendidas, mal interpretadas ou consideradas sem importância pelos autores que as registram – exatamente aquilo que seria de esperar em textos marcados por um forte viés ideológico. Apesar disso, em seu conjunto e articuladas com dados de outras fontes (...) essas informações permitem uma visão surpreendente do ‘lar’ escravo”.²⁰

Talvez não seja exagero afirmar que esta tese move-se no sentido contrário do método usado por Slenes. A idéia, aqui, é justamente dar visibilidade e inteligência maiores às “primeiras aparências”, ao que soa “unívoco” na literatura de viagem. Afinal, as razões pelas quais estas instâncias convergem, em suas nuances, merecem igualmente a atenção

²⁰ R. Slenes – Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp. 132-33.

dos historiadores. Postos em desfile, os registros deixados pelos viajantes permitem entrever o quanto ainda é preciso conhecê-los, dissecá-los e entendê-los. Sobretudo porque, a despeito de seus limites, esforços, pretensões e miopias, esses olhares continuam sendo manancial privilegiado – de usos desavisados ou não – para a compreensão da experiência escrava no Brasil. Assim, esta pesquisa teve como horizonte constante a idéia de contribuir com algumas reflexões para uma historiografia da escravidão que, há pelo menos duas décadas, tem como um de seus lemas o tratamento acurado de suas fontes.

I

DE BUFFON A SAINT-SAUVEUR: cores e formas da inferiorização

Este capítulo pretende mapear os fios culturais que informavam os olhares dos viajantes europeus em contato com africanos na experiência da escravidão no Rio de Janeiro, entre 1808 e 1850. Não se trata de apresentar “antecedentes” deste encontro e seus registros, mas sim investigar chaves capazes de dar sentido a tais produções.

Ao longo da segunda metade do século XVIII, houve uma confluência de movimentos e discussões no cenário intelectual europeu cujos ecos são claramente observáveis naquelas obras. Os conceitos e valorações a respeito dos negros e sua origem africana encontrados na literatura de viagem oitocentista examinada neste trabalho são, direta ou indiretamente, tributários de noções sistematizadas nas últimas décadas do século anterior ao desembarque dos estrangeiros na Corte imperial carioca. Assim, torna-se necessário conhecermos estas formulações e, principalmente, o lugar ali ocupado pelos negros.

Como indica o próprio título, o texto está estruturado em torno da análise de autores e documentos predominantemente franceses. Tal configuração é uma opção narrativa e metodológica e também reflete a importância das produções francesas para as questões-chave desta primeira parte da tese, como a influência e desdobramentos das teorias climáticas do Conde de Buffon sobre outros pensadores europeus de fins do século XVIII. Entretanto, igualmente importantes para os argumentos aqui desenvolvidos, encontram-se, por vezes em referências mútuas explícitas, as idéias de Lineu, Kant, Herder, Lavater, Blumenbach e Pieter Camper. Finalmente, é preciso lembrar que todos estes autores eram membros de instituições de ciência não só em seus países de origem, mas também em outras partes da Europa, fato que promovia uma considerável circulação de

debates entre aqueles círculos acadêmicos.

O capítulo oferece um trajeto que se inicia com uma visita aos discursos científicos e estéticos sobre a variedade da espécie humana, atentando para a construção de certas hierarquias das diferenças no interior desses debates. Em seguida, veremos como estes discursos se relacionam de forma dialógica com as grandes expedições naturalistas e seus resultados. Finalmente, será feito um estudo de caso da Enciclopédia de Viagens escrita por Jacques Grasset de Saint-Sauveur em 1796. No volume dedicado à África, o autor nos dá uma verdadeira vitrine das concepções mais veiculadas no cenário intelectual europeu a respeito dos negros e daquele continente. Assim seu livro reúne, em forma e conteúdo, as expressões que nos interessam estudar aqui, tornando-se um valioso recurso metodológico. Mas antes de ancorarmos na costa africana de Saint-Sauveur, serão necessárias duas escalas indispensáveis. Zarpemos, então.

1. Etiquetando a humanidade: peles, fisionomias, belezas.

Em 1765, o médico francês Claude-Nicolas Le Cat lançou o Tratado da cor humana em geral, daquela dos negros em particular, e da metamorfose de uma cor em outra, seja de nascença, seja acidentalmente.²¹ O autor era cirurgião-chefe de um hospital em Rouen, professor de anatomia e cirurgia, correspondente da Academia Real de Ciências de Paris e membro de várias outras academias de ciências da Europa.²² Seu tratado sobre a cor da pele humana foi um dos últimos trabalhos que publicou, motivado por uma notícia bastante curiosa:

“É ao acaso que esta dissertação deve o seu nascimento; será bom para seu autor que ela possa merecer entrar para o grupo das produções estimáveis (...).

O fenômeno da metamorfose de Madame D*** D*** em etíope fez a grande novidade de toda Paris. Um amigo muito versado em história natural

²¹ Claude-Nicolas Le Cat - *Traité de la couleur humaine en général, de celle des negres en particulier, et de la métamorphose d' une de ces couleurs en autre, soit de naissance, soit accidentellement*. Amsterdã: s.e., 1765.

²² Para mais informações sobre a vida e obra de Le Cat, ver o site <http://www.whonamedit.com/doctor.cfm/841.html>.

escreveu o fato a minha esposa, e a empenhou de me perguntar a explicação. Esta carta foi inserida na quadragésima Feuille Hebdomadaire de la Normandie, de 2 de março 1764. Observei e refleti muito sobre a cor dos negros. Minha resposta seguiu-se logo à publicação da questão que me fez o sábio de Paris; mas (...) minha explicação foi vivamente criticada”.²³

Assim, para rebater a má recepção de seus argumentos junto ao público, Le Cat decidiu escrever um texto mais completo no qual, inspirado pelo dito fenômeno do enegrecimento do corpo de uma senhora parisiense, aborda detidamente o tema da cor da pele humana. O livro é dividido em três partes. Na primeira, trata da questão geral da cor da pele em quatro artigos: a diversidade de espécies do gênero humano; a origem destas espécies; a estrutura da pele, do ponto de vista anatômico; e, finalmente, os materiais que compõem a cor dos homens. Neste momento introdutório, o autor dialoga com explicações de várias naturezas para a existência da pele negra, o que nos indica alguns termos possíveis nos quais este debate era veiculado na época.

Le Cat considera a diversidade entre os homens causada pelos diferentes locais e climas, porém relativiza este argumento: “na mesma latitude, encontram-se os belos brancos da Inglaterra, da Suécia, mas também se encontram na Tartária homens bronzeados”.²⁴ Mais desacreditada pelo médico francês é a influência da luz do sol – se assim o fosse, os brancos que habitam a África também se tornariam negros. Origens advindas de fábulas antigas e textos bíblicos são igualmente desprezadas por Le Cat, principalmente pela descrença na idéia de que a cor da pele pudesse ser fruto de graça ou castigo divinos: “Crê-se que os negros são menos estimáveis porque o comum dos brancos tem horror a sua figura; eles são bons e bem mais judiciosos do que nós; quando não, nos pagam com a mesma moeda”.²⁵ Além disso, tais explicações teriam ainda a seguinte limitação:

“O texto sagrado e a tradição de todos os povos empenham-se em ver os homens brancos como a matriz de todas as outras espécies. Então a questão é reduzida a explicar como esta espécie pôde gerar estas mudanças, e

²³ Le Cat, *Traité de la couleur...*, pp. vii-viii.

²⁴ Le Cat, *Traité de la couleur...*, pp.2-3.

²⁵ Le Cat, *Traité de la couleur...*, p. 7.

nomeadamente como alguns descendentes de Adão puderam degenerar em negros”.²⁶

A única hipótese respeitada pelo autor, embora considerada não aplicável a todos os casos, é a que atribui à imaginação das mães a capacidade de transformar, ainda no ventre, a cor da pele e outras características do ser gerado: “embora o poder da imaginação seja fortemente combatido hoje em dia (...) – razão lastimável – tantos fatos o estabelecem, que é difícil para um homem sensato recusar este princípio”.²⁷ Cita um caso extraído de Michel Hoyerus, autor alemão seiscentista, sobre uma mulher branca que teria tido um filho negro por ter visto um macaco durante a gravidez, concluindo:

“A imaginação não trata somente das cores da pele, ela opera sobre a figura, sobre a conformação do rosto e de todos os membros; das mutilações, duplicidades, monstruosidades de todas as espécies. É, portanto, possível que a esta mesma criança, à qual ela teria dado a cor negra, lhe formasse também um nariz achatado, lábios grossos, etc, porque algum macaco, ou alguma figura, qualquer retrato desta espécie teria impressionado a vista da mãe”.²⁸

Le Cat concorda em parte com esta última hipótese, mas não a julga suficientemente satisfatória como explicação geral. Sua intenção principal é dissociar o método científico de outras discussões, incentivando a observação empírica da cor da pele como um dado físico estabelecido:

“Deixemos, portanto, aos teólogos, historiadores, antiquários, etc, a discutirem estas origens, que se perdem no caos do mundo; tomemos as coisas no estado no qual elas estão, de alguma fonte que tenham vindo, e procuremos no anatomista, no médico escrutador de fatos, as causas da cor de todos os homens brancos, bronzeados, negros, acobreados, etc. Eis aqui nosso objeto propriamente dito”.²⁹

²⁶ Le Cat, *Traité de la couleur...*, p. 5.

²⁷ Le Cat, *Traité de la couleur...*, p. 19.

²⁸ Le Cat, *Traité de la couleur...*, p. 22.

²⁹ Le Cat, *Traité de la couleur...*, p. 23.

De fato, a tônica do livro é essencialmente anatômica e fisiológica. Acionando conceitos e termos médicos, o autor discorre longamente sobre as causas da “brancura dos europeus”, dialogando com as teses de Malpighy sobre os “corpos mucosos” e explicando a estrutura da pele e o funcionamento de fluidos, nervos, “vasos licorosos e linfáticos”. Le Cat aproveita, então, para lembrar o mote de seu tratado: “Nós pesquisamos a cor da pele, nós conhecemos todas as partes: qual é agora aquela, entre todas, que produz a cor? Onde reside ela?”³⁰

A segunda e mais longa parte da obra, portanto, procura responder a essa pergunta. Trata da cor dos negros em particular, também dividida em quatro artigos. No primeiro, Le Cat pesquisa a origem e a natureza do princípio da cor etiópica, recapitulando as explicações apresentadas na primeira parte:

“Não há dúvida de que o corpo mucoso do negro [*nègre*] sendo preto [*noir*]³¹ (...), a espécie de suco vertido pelos dutos nervosos da pele do negro seja também preto, mas se daí conclui-se que todos os sucos nervosos de um mouro e a linfa nervosa são pretas, isto será desmentido por todos os fatos anatômicos, por ter sido tirada uma conseqüência geral de um fato particular; razoavelmente muito vicioso; porque o fato de um suco da pele do negro, emanado dos nervos, ser preto, isso não significa de modo algum que a massa do suco contida em todo seu sistema nervoso tenha esta cor”.³²

Le Cat prossegue seu tratado narrando diversas experiências e conclusões que colecionou ao cabo de quase duas décadas de pesquisas dedicadas ao estudo da cor da pele humana, destacando também a importância do trabalho do anatomista alemão Meckel, em sua análise da substância medular de um negro. Mas foi principalmente nos últimos anos da década de 1750 que o médico atingiu os progressos mais significativos. Após exaustivos experimentos com massas encefálicas de homens negros, coelhos e carneiros, bem como a tinta expelida por um molusco, Le Cat afirma ter descoberto o princípio da coloração negra

³⁰ Le Cat, *Traité de la couleur...*, p. 40.

³¹ Ao traduzir os excertos de documentos em língua inglesa e francesa, reproduzi alguns vocábulos no original, entre colchetes. Este procedimento foi aplicado essencialmente a termos que possuem cargas conceituais importantes para este trabalho e cujos sentidos podem se perder ou se alterar, mesmo que sutilmente, no processo de tradução.

³² Le Cat, *Traité de la couleur...*, pp. 44-5.

da pele humana e de todos os animais. *Oethiops animal*: assim o médico denominou a substância por ele detectada.

Após um longo percurso de demonstrações e argumentos, o autor finalmente se propõe a esclarecer as verdadeiras causas do prodígio ocorrido com a senhora parisiense e de outros casos semelhantes. A última parte da obra, “Da metamorfose do negro em branco, ou do branco em negro, seja de nascença, seja acidentalmente”, encerra o tratado marcando sua preocupação maior: “abordar o tema a partir das verdades anatômicas e físicas”.³³ Aqui, as “metamorfoses acidentais” de uma cor em outra, manifestadas em regiões específicas e isoladas dos corpos são, invariavelmente, consideradas como vários tipos de doenças desencadeadas por distúrbios no funcionamento e distribuição do *oethiops animal*:

“Vimos que o *oethiops animal* é o produto de um grande desenvolvimento das terminações nervosas e licorosas, assim como dos sucos que elas conduzem. Nós citamos, a respeito desse desenvolvimento, doenças graves, extremas, que produzem dejetos negros, porque estas terminações caem numa espécie de dissolução, que não é mais do que um desenvolvimento forçado, exagerado, pútrido”.³⁴

Já os casos “de nascença” teriam uma origem diversa para Le Cat, que afirma serem verdadeiros os relatos de viajantes que mencionam “negros brancos” encontrados nos reinos de Daomé e Loango – “em língua portuguesa, são chamados ‘albinos’”.³⁵ Este fenômeno e sua ocorrência contrária - “o europeu negro [*noir*] de nascença” - seriam consequência de um mesmo mecanismo, já enunciado pelo autor na parte inicial do livro:

“Nada mais natural de pensar que estas produções monstruosas são efeito da imaginação de mães vivamente impressionadas; o branco é uma cor bem mais radiosa, mais própria a atrair esta imaginação do que o negro; e é por isso que os etíopes dão freqüentemente mais brancos do que os brancos dão negros (...)”.³⁶

³³ Le Cat, *Traité de la couleur...*, p. 101.

³⁴ Le Cat, *Traité de la couleur...*, p. 70.

³⁵ Le Cat, *Traité de la couleur...*, p. 102.

³⁶ Le Cat, *Traité de la couleur...*, p. 111.

Esta passagem é um dos raros momentos da obra em que o autor manifesta uma valoração negativa a respeito dos negros no que se refere estritamente à cor da pele, sem mencionar outros atributos. Podemos recordar também, como comentários análogos, a menção aos “belos brancos da Inglaterra” na parte introdutória de seu texto, bem como sua crença no caso da mulher branca que gerou um filho negro por ter visto, durante a gravidez, a imagem de um macaco. Logicamente, estas observações esparsas e pontuais muito nos dizem a respeito do lugar inferior ocupado pelos negros nas concepções do autor. Ainda assim, como veremos adiante, se comparados a outras obras coevas ou um pouco posteriores, estes juízos são excepcionalmente acanhados.

Claude-Nicolas Le Cat publicou seu tratado em 1765. Nas três últimas décadas do século XVIII, múltiplas discussões sobre a variedade dos seres humanos ocupariam um espaço de destaque nos cenários intelectuais europeus resultando dali formulações que, em seus embates, construíram pilares conceituais que adentraram com força o século XIX e que podem ser flagrados nas obras dos viajantes que serão examinados nesta tese. No conjunto destas discussões, o livro de Le Cat parece, de alguma maneira, ter adentrado pela porta dos fundos. De fato, o propósito do médico era bastante circunscrito: provar as causas anatômicas da coloração da pele humana, mais especificamente negra, sem a preocupação de associá-la a outros atributos (físicos ou não). Aqui, entretanto, vale outra metáfora arquitetônica: por meio de silêncios, ou de comentários econômicos e periféricos, Le Cat deixa “penetrar pela janela” temas que foram centrais para contemporâneos seus, principalmente para os colegas das academias de ciência das quais era membro.

Como um bom exemplo destas lacunas, podemos apontar a pouca importância dada pelo médico às influências climáticas e geográficas na determinação da variedade dos seres humanos. Neste caso, seria lógico pensar que o desprezo de Le Cat por tais teorias adviria simplesmente de sua crença nas explicações anatômicas, além de não estar preocupado com as origens das diferenças, mas simplesmente em explicar uma delas: a variedade das cores da pele humana. Segundo o médico, estas origens “se perdem no caos do mundo”, sendo portanto assunto mais adequado a “teólogos, historiadores, antiquários, etc”. O desinteresse de Le Cat em pensar sobre isso – ou sequer mencionar algum autor que tivesse tratado do tema, e com o qual concordasse – enfatiza o propósito particular de sua obra.

Durante a segunda metade do século XVIII foram formuladas basicamente três grandes correntes explicativas para a configuração dos povos humanos. As chamadas “teorias climáticas” apostavam nas condições geográficas como fator determinante da natureza das gentes; já as “de subsistência” dividiam a população da Terra de acordo com estágios de desenvolvimento social baseados em seus meios de subsistência. A terceira categoria é a taxonômica, representada principalmente pelo sistema de Lineu. As duas primeiras correntes de pensamento eram mais amplamente aceitas até o final do século XVIII, inclusive por não serem de todo incompatíveis com os textos bíblicos, já que admitiam a existência de um povo único, do qual se originaram todos os outros, sendo distribuídos pelos quatro cantos da Terra.³⁷ Os povos eram, então, diferenciados pelo desenvolvimento particular de aparências físicas e modos de vida através dos tempos, de acordo com as condições geográficas e climáticas dos lugares nos quais cada um se estabeleceu. Como apontou Le Cat, “teólogos, historiadores” e outros pensadores – devemos acrescentar – apresentaram teorias sobre o desenvolvimento da humanidade que implicavam fatores morais, históricos e teológicos que encaixavam os povos em escalas hierárquicas de civilização.³⁸

Mas voltemos às omissões no tratado do médico francês. Não se encontra em suas páginas a palavra “raça”. A ausência poderia ser atribuída, a princípio, a escolhas epistemológicas e estilísticas do autor. Ainda que assim tenha sido, é plausível também que esta omissão (deliberada ou não) esteja relacionada à imprecisão do termo na época. Segundo David Bindman, “raça” ganhou uma definição exata como um “conceito universal” somente a partir de um ensaio de Immanuel Kant, Das diferentes raças da humanidade, de 1775.³⁹ Mesmo assim, sua formulação só se tornou amplamente aceita no início do século XIX. Até então, de maneira geral, “raça” designava apenas mais uma categoria de variedade humana, com usos difusos e não sistemáticos, às vezes como

³⁷ Talvez a razão do desprezo de Le Cat pelas teorias climáticas esteja justamente relacionada à afinidade destes argumentos com os textos bíblicos, totalmente desacreditados pelo médico.

³⁸ Para um bom apanhado destas teorias ver, entre outros: Michèle Duchet – *Anthropologie et Histoire au siècle des lumières*. Paris: François Maspéro, 1971, pp. 229-473; Antonello Gerbi - *O Novo Mundo: história de uma polêmica. 1750-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 19-76; Emmanuel Chukwudi Eze - *Race and the Enlightenment – a reader*. Malden: Blackwell Publishers Inc., 1997, pp. 15-37; David Bindman - *Ape to Apollo. Aesthetics and the Idea of Race in the 18th Century*. Nova York: Cornell University Press, 2002, pp. 58-70 e 79-92.

³⁹ Algumas das principais proposições deste ensaio, bem como a polêmica do filósofo com seu discípulo Herder serão comentadas mais adiante neste capítulo.

sinônimo de “nação”, associada ou não a uma região geográfica. Ou, também, cada “raça” correspondia a uma parte da população da Terra, cada qual habitando um dos quatro ou cinco continentes que supunham compor o mundo, sob o entendimento de que haveria tantas raças quanto houvesse continentes. No fim do século XVIII, se tornaria comum falar em raça européia, africana, americana ou asiática, mas os usos do termo persistiam fluidos e inconstantes, tornando-se cada vez mais objeto de disputas conceituais.⁴⁰

Justamente no ano em que Claude-Nicolas Le Cat publicou seu tratado, foram lançados também os dez últimos volumes da Enciclopédia de Diderot e D’Alembert, impressos secretamente sem privilégio real. No décimo terceiro volume, consta o vocábulo “raça”. Lá, a primeira acepção da palavra é genealógica: “extração, linha, linhagem; que se diz tanto de ascendentes quanto de descendentes de uma mesma família; quando ela [a família] é nobre, esta palavra é sinônimo para nascença”. O segundo significado do termo é ainda mais restrito, porém se afasta igualmente dos sentidos que “raça” iria adquirir a partir de fins do século XVIII: “diz-se das espécies particulares de alguns animais, e sobretudo dos cavalos”.⁴¹

Mas quais são, afinal, as terminologias acionadas por Le Cat? Um exame comparativo de vários momentos da obra mostra-nos tanto constâncias quanto deslocamentos. O termo mais utilizado ao longo do tratado é “negro” (“*nègre*” ou “*noir*”), geralmente em oposição a “branco” ou “europeu”. Porém, enquanto estas duas últimas categorias permanecem fixas e correspondentes ao longo do tratado, a primeira ganha sinônimos mais sortidos.

O nome “etíope” e suas variações têm um papel relevante para Le Cat: descreveu o escurecimento da pele da senhora parisiense como uma “metamorfose em etíope”; sua preocupação era pesquisar origem e a natureza da cor “etiópica”, cujo princípio, descoberto

⁴⁰ Ver D. Bindman, *Ape to Apollo...*, pp. 13 e 16. Um artigo de Pierre Boule destaca a figura de François Bernier, médico francês seiscentista, como divulgador de um sentido de “raça” bastante incomum para sua época, aproximando-se da acepção adquirida pela palavra a partir de fins do século XVIII (como designadora de diferenças físicas definidas entre os povos). De qualquer forma, o próprio autor admite ser Bernier um caso excepcional, cujo conceito do termo ganhou bem pouca atenção nos meios acadêmicos. (Ver P.H. Boule – “François Bernier and the origins of the modern concept of race”. *In*: Sue Peabody e Tyler Stovall (orgs.) – *The Color of Liberty. Histories of race in France*. Durham: Duke University Press, 2003, pp. 11-27.

⁴¹ Ver verbete “*race*” em *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers...* Neuchâtel: Samuel Faulche, 1765, tomo 13, p. 740. Disponível em versão fac-similar online:

[http://gallica.bnf.fr/scripts/catalog.php?CT=\(N050533%7CN050534%7CN050535%7CN050536%7CN050537%7CN050538%7CN050539%7CN050540%7CN050541%7CN050542%7CN050543%7CN050544%7CN050545%7CN050546%7CN050547%7CN050548](http://gallica.bnf.fr/scripts/catalog.php?CT=(N050533%7CN050534%7CN050535%7CN050536%7CN050537%7CN050538%7CN050539%7CN050540%7CN050541%7CN050542%7CN050543%7CN050544%7CN050545%7CN050546%7CN050547%7CN050548)

por ele, ganhou o nome de “*oethiops animal*”. Nestes contextos, o sentido de “etíope” vem estritamente vinculado à cor da pele, mas é possível afirmar que o autor usa o termo como o correlativo mais comum para “negro”, entendido num conjunto mais amplo de características físicas. Em outros momentos há sugerida também, embora não claramente, uma delimitação das diferenças por critérios geográficos, além de físicos: “Nós [europeus] somos brancos, os africanos são negros; não se trata, portanto, senão de procurar aquela parte da pele (...) que é constantemente branca em nós e negra no mouro”.⁴²

As palavras “mouro” e principalmente “africano” fazem aparições menos abundantes no livro, mas são igualmente utilizadas como sinônimos de “negros”. “Mouro” não é especificado como habitante de determinada parte da África, mas como correspondente direto para “africano”. Antes de ensaiarmos alguns nexos para estas escolhas terminológicas, é preciso lembrar que Le Cat, embora enfrontado nas academias de ciência, não pretendia discutir ou formular conceitos sobre a variedade da espécie humana. Justamente por isso, ao dispor de alguns nomes em detrimento de outros – em consonância com o repertório erudito e científico disponível na época – sua obra pode funcionar como uma espécie de termômetro etimológico e cultural.

No Dicionário Universal... de Antoine Furetière (1695), publicado mais de meio século antes do livro de Le Cat, não se encontram os verbetes “África”, “africano”, “Etiópia” e “etíope”, ausentes também em outros dicionários franceses do século XVIII consultados.⁴³ Dos termos preferenciais utilizados pelo médico francês, o que aparece descrito mais longamente na obra de Furetière é “*noir*”. Como substantivo, o sentido geral apresentado pelo autor é “corpo opaco e poroso que embebe a luz, que não reflete nenhuma de suas partes”. Como adjetivo, esta definição central é mantida: “qualidade de um corpo que não reflete a luz”, tendo como primeiro exemplo “os mouros têm o rosto ‘*noir*’”. Seguem significados figurados como “sombrio”, “obscuro”, “sujo”, e “melancólico”.⁴⁴

“Mouro” [*maure*], por sua vez, reforça o sentido principal do adjetivo “*noir*”, tanto no próprio dicionário como no tratado de Le Cat: “homem negro [*noir*] nascido numa

⁴² Le Cat, *Traité de la couleur...*, p. 40.

⁴³ Todos os dicionários mencionados aqui encontram-se disponíveis em conteúdo integral no site: http://www.lexilogos.com/francais_dictionnaire_ancien.htm

⁴⁴ Ver verbete “*noir*” em Antoine Furetière – *Dictionnaire Universel, contenant generalement tous les mots François, tant vieux que modernes, & les termes de toutes les sciences et des arts...*, 1695, tomo II. Disponível em versão fac-similar online, formato “pdf”: <http://visualiseur.bnf.fr/CadresFenetre?O=NUMM-50614&M=pagination&Y=Image>.

região da África denominada Mauritània (...). Diz-se de uma coisa impossível, tentar fazer branco um mouro, um etíope [*éthiopien*]. Quando se quer exagerar a negridão de alguém, diz-se ‘é um verdadeiro mouro’’.⁴⁵ Embora Furetière descreva “mouro” como habitante de uma região específica do continente africano, logo deixa escapar os usos mais gerais da palavra como sinônimo para qualquer homem negro. É sintomática, também, a imediata aproximação de “mouro” e “etíope” como oposição nítida a “branco”, justamente como opera também Le Cat. Na quarta edição do Dicionário da Academia Francesa (1762), os sinônimos para “*noir*” e “mouro” (aqui grafado “*môre*”) permanecem praticamente os mesmos anotados por Furetière em fins do século XVII, o que nos aponta a reiteração e cristalização dos usos e sentidos destas palavras ao longo do século XVIII.⁴⁶

Finalmente, o uso recorrente do termo “etíope” e suas variações por Le Cat está, muito provavelmente, relacionado à formação do autor e às intenções da obra. Embora o verbete não figure no dicionário setecentista da Academia, lá está a definição de “*éthiops*”, ou “*éthiops minéral*”: “mistura de mercúrio e enxofre, seja por maceração ou cocção. Sua cor negra [*noire*] fê-la ganhar este nome”.⁴⁷ Analogamente, o médico afirma ter descoberto o “*oethiops animal*”, substância extraída de um molusco. Assim, de um lado, o verbete do dicionário nos fornece uma pista específica para a preferência vocabular de Le Cat; de outro, corrobora a força do termo “etíope” como sinônimo para “negro”: a matéria química foi batizada com um nome emblemático para sua cor escura.

Antes, no entanto, de adotar certas terminologias classificatórias da variedade humana em seu tratado médico, Claude-Nicolas Le Cat nos fornece as primeiras pistas reveladoras a esse respeito ao descrever três gravuras que incluiu em sua obra. É necessária, agora, uma pequena digressão para introduzirmos os significados das ilustrações nos livros e das gravuras de forma geral a partir da segunda metade do século XVIII. Segundo reconhece o próprio Le Cat,

⁴⁵ Ver verbete “*maure*” em A. Furetière, *Dictionnaire Universel*...

⁴⁶ Ver verbetes “*môre*” e “*noir*” do *Dictionnaire de L'Académie Française*. Paris: B. Brunet, 1762 (4ª. Ed.), pp. 171 e 213. Disponíveis, respectivamente, em: <http://portail.atilf.fr/cgi-bin/dico1look.pl?strippedhw=m%F4re&dicoid=ACAD1762&headword=&dicoid=ACAD1762> e <http://portail.atilf.fr/cgi-bin/dico1look.pl?strippedhw=noir&dicoid=ACAD1762&headword=&dicoid=ACAD1762>.

⁴⁷ Ver verbete “*éthiops*” ou “*éthiops minéral*” do *Dictionnaire de L'Académie Française* (1762), p. 677. Disponível em: <http://portail.atilf.fr/cgi-bin/dico1look.pl?strippedhw=%E9thiops&dicoid=ACAD1762&headword=&dicoid=ACAD1762>

“lemos para nos instruir e nos divertir. Há um pouco de recreação numa obra destinada a instruir [*savant*]. Nosso século tem buscado instruir por meio das estampas, das vinhetas de gosto [*goût*] e alegorias; que nos seja permitido seguir esta moda e desanuviar a frente de nossos leitores com alguns ornamentos aprazíveis [*décorations amusantes*]”.⁴⁸

Apesar do tom um pouco irônico, o médico não estava exagerando. Avaliações posteriores, feitas por historiadores da arte dos séculos XIX e XX respaldam o comentário de Le Cat. Segundo Louis Réau (1880-1961), a gravura de ilustração era uma das expressões mais “festejadas, procuradas e sedutoras”⁴⁹ do século XVIII, a partir do qual foi inaugurada e disseminada esta prática. Os leitores passaram a apreciar cada vez mais as gravuras, mormente vinhetas, aumentando significativamente sua demanda editorial: “a vinheta não é mais um ornamento discreto de um pensamento, ela se torna um fim em si”.⁵⁰ Réau estima que, de 1750 até o fim do reinado de Luís XV, em 1774, foi “a era de ouro da vinheta francesa do século XVIII”,⁵¹ quando os livros ilustrados passaram a se multiplicar com extrema abundância, fazendo surgir uma elite de desenhistas especializados em ilustrações, como Charles-Nicolas Cochin, Hubert-François Gravelot e Jean-Michel Moreau. Mas esta prática não era só reservada aos grandes nomes. Apoiando-se numa cronologia um pouco posterior à fornecida por Réau, Henri Delaborde (1811-1899) comenta, referindo-se aos anos compreendidos entre os reinados de Luís XV e de seu sucessor:

“Como não mencionar, ao lado das pranchas históricas ou de gênero, as inúmeras vinhetas para os romances, coletâneas de fábulas ou de canções, para as publicações de toda espécie, que parecem atestar tão bem a fecundidade e a graça da arte francesa desta época? Como não lembrar, ao menos, os nomes destes adoráveis gravadores, desenhistas, e as pequenas composições que transpunham sobre o cobre,⁵² esses ‘*poetae minores*’ ou, se quisermos, esses

⁴⁸ Le Cat, *Traité de la couleur...*, p. iii.

⁴⁹ Louis Réau – *La gravure d’illustration en France au XVIII^e siècle*. Paris e Bruxelas: Éditions G. Van Oest, 1928, p. 03.

⁵⁰ L. Réau, *La gravure d’illustration...*, p. 04.

⁵¹ L. Réau, *La gravure d’illustration...*, p. 11.

⁵² Trata-se de uma referência ao modo de gravar à água-forte.

vaudevillistas da gravura (...) que nos deixaram tantas peças impregnadas da imaginação mais abundante e mais variada, ou do mais fino espírito de observação?”⁵³

Um pouco antes de Réau, também Émile Dacier (1876-1952) havia apontado a relevância das gravuras na França, definindo o século XVIII como “a fase mais brilhante e completa da estampa francesa”,⁵⁴ abrangendo uma grande variedade de formatos e objetos: temas históricos, religiosos, cenas de costume, retratos, paisagens e ilustrações de livros, sobretudo vinhetas. Tal sucesso estimulou, por parte dos grandes gravadores, um aperfeiçoamento de técnicas tradicionais como o buril, a água-forte e mesmo a xilogravura⁵⁵, ao lado de novos procedimentos refinados, como os vários tipos de gravuras em cores.⁵⁶ Dacier destaca ainda o papel social e econômico que as estampas passaram a adquirir, pois o interesse maciço do público consumidor aliado ao empenho técnico dos artistas configurou um mercado de obras a preços acessíveis e uma verdadeira onda de colecionadores.

Delaborde, por sua vez, demonstra e critica o quanto a prática das gravuras amadorísticas também se disseminou rapidamente neste contexto:

“Era moda, na Corte e nas cidades, aprender a manejar a ponta [*la pointe*]⁵⁷ para traçar um aprisco, como se acostumar a contornar um madrigal, e o exemplo que deu o regente [Luís XV], tendo sido um dos primeiros a gravar algumas vinhetas para uma edição de Dafne e Cloé, foi seguido por uma multidão de pessoas de todas as condições: grandes senhores (...); magistrados, financistas, eruditos ou escritores (...). Os ensaios de gravura ocupavam também os lazeres de damas da Corte e de simples burguesas (...). Tais

⁵³ Henri Delaborde – La gravure. Précis historique de ses origines, de ses procédés et de son histoire. Paris: A. Quantin, s.d.

⁵⁴ Émile Dacier - La gravure d'illustration en France au XVIII^e siècle. La gravure de genre et de moeurs. Paris e Bruxelas: Éditions G. Van Oest, 1925, p. 01.

⁵⁵ Utilizada mais abundantemente até o século XVII.

⁵⁶ Sobre estas, ver entre outros Charles E. Russel – French colour-prints of the XVIIIth Century. The art of Debucourt, Janinet & Descourtis. Londres: Halton & Co., 1949.

⁵⁷ Neste verbete do Dictionnaire de L'Académie Française de 1762 encontra-se, dentre outras definições: “chama-se também ‘*pointe*’ um instrumento do qual os gravadores se servem para gravar à água-forte”.

Disponível em: <http://portail.atilf.fr/cgi-bin/dico1look.pl?strippedhw=pointe&dicoid=ACAD1762&headword=&dicoid=ACAD1762>

passatempos, tão inocentes em si, tinham entretanto o inconveniente de degradar a arte, transformando-a em divertimento fútil e confundindo seus recursos com seu verdadeiro alcance”.⁵⁸

Mais adiante em seu texto, porém, o autor exemplifica usos menos frívolos das gravuras amadorísticas. Eram as chamadas “gravuras de salão”, que funcionavam como veículos para a expressão de motivações políticas e intelectuais: “para defender a grande causa na ordem do dia – a causa da filosofia – todas as armas pareciam boas, e serviram-se da ponta como de um instrumento favorável à propagação de novas doutrinas”.⁵⁹

Com propósitos e formatos tão variados, as gravuras não tiveram tamanho alcance somente na França. Nas últimas décadas do século XVIII, a Inglaterra, dentre outros países europeus, passou a constituir outro pólo produtor destas expressões imagéticas, especializando-se principalmente nos temas paisagísticos. Em 1769, o rei George III fundou a Academia Real, sob a direção de Joshua Reynolds, o que acarretou um grande estímulo à exportação de estampas inglesas. Em Londres, que passou a atrair muitos gravadores estrangeiros em busca de financiamento, o comércio de gravuras chegou a equiparar-se, em cifras, aos negócios com os grandes quadros a óleo.

Especificamente sobre as gravuras de ilustração, Hanns Hamelmann nos informa que o aumento deste tipo de material deu-se ainda na primeira metade do século XVIII, destacando a importância dos trabalhos conjuntos de Jacob Tonson com alguns artistas franceses, como o próprio Gravelot. Assim como na França, os temas para ilustrações eram de uma diversidade patente: edições de peças teatrais, poemas, panfletos, livros de viagem, frontispícios alegóricos. Quanto à técnica, predominava então a água-forte, sendo a também a xilogravura aplicada às publicações mais baratas.⁶⁰ E, naturalmente, o colecionismo também ganhou o gosto dos ingleses. Por exemplo, em 1768, William Gilpin publicou um livro especialmente destinado a esse público diletante, “para dar ao elegante passatempo de colecionar estampas um caráter mais racional, fornecendo ao colecionador inexperiente

⁵⁸ H. Delaborde, *La gravure...*, p. 233.

⁵⁹ H. Delaborde, *La gravure...*, p. 235.

⁶⁰ Ver Hanns Hamelmann – *Book illustrators in eighteenth-century England*. Londres: Paul Mellon Centre/ New Haven: Yale University Press, 1975, pp. 01-05.

alguns princípios e cuidados que o auxiliem”.⁶¹

Este rápido panorama dos significados das gravuras da segunda metade do século XVIII europeu ajuda-nos a compreender o quanto, a partir deste período, as expressões iconográficas adquiriram uma importância ímpar para vários tipos de públicos consumidores, ou seja, passaram a integrar e informar sua cultura visual. As imagens, portanto, ganharam um estatuto social e cultural nada desprezível, do qual se podem extrair múltiplos desdobramentos, conforme veremos neste capítulo e nos próximos. Voltemos, pois, às gravuras de Claude-Nicolas Le Cat, elaboradas por Gravelot e Jacques Bacheley. A primeira figura (fig. 01)⁶² é um frontispício alegórico (“*titre-planche*”) assim descrito pelo médico:

“Meu intuito foi reunir aqui as três principais espécies de homens, o branco, o negro [*noir*] e o acobreado. Para isto, ambientei a cena na América, onde eles se encontram deveras freqüentemente.

Uma tenda rústica, que tem por suporte uma bananeira e outra árvore americana, uma cabana ao fundo, etc, designam suficientemente uma habitação no Novo Mundo.

Uma francesa, senhora desta habitação, faz o principal personagem deste quadro; uma criada está ocupada em lhe fazer uma limonada. Estas duas personagens estão aqui como as disputas da nação branca ou européia.

Um laçai negro [*laquais nègre*] situado atrás da dama é da nação etíope.

Um americano, um homem cor de cobre, vestido e armado segundo o costume, representa toda sua nação. Ele busca mercadorias européias, das quais há uma amostra aos pés da negociante. Ele se mira com espanto num espelho que lhe apresenta o negro.

O papagaio, o macaco, os abacaxis brotados tão naturalmente da terra são ornamentos episódicos que se espera encontrar numa cena americana.

A divisa extraída de Virgílio significa que a fisionomia e a cor dos rostos são diferentes em todas as figuras do quadro, e geralmente em todos os

⁶¹ William Gilpin – An essay on prints. Londres: R. Blamire, 1792. 4ª. Ed., p. vii.

⁶² Para facilitar a observação do material, todas imagens contidas nesta tese estão reproduzidas em volume à parte, com as respectivas numerações, legendas e créditos.

homens da superfície da terra, dos quais estes são exemplos”.⁶³

Em primeiro lugar, os comentários do médico apontam claramente o quanto, adentrando a segunda metade do século XVIII, já estava cristalizada na Europa uma certa iconografia alegórica da América, com elementos que eram “esperados”, que compunham tópicos de um corpus imagético reiterado. Para Le Cat, a América ou o “Novo Mundo” era o cenário mais adequado para sua gravura, pois correspondia, na realidade, ao local onde se dava mais maciçamente o encontro das “três principais espécies de homens”, diferenciadas pelas cores de suas peles.⁶⁴ A América aqui, portanto, é vista como um lugar gerador de diferenças. No texto, cada uma dessas três “espécies” é considerada também como “nação”: as duas mulheres brancas figuram diferenças de classe “da nação branca ou européia”; o “lacaio negro” é da “nação etíope”; o indígena (“americano”, “homem cor de cobre”) representa toda sua “nação”.⁶⁵ Ao que parece, há aqui uma correspondência direta entre a idéia de nação e características físicas (essencialmente a cor da pele) para a classificação dos povos. Não sabemos se Le Cat considerava também critérios geopolíticos.⁶⁶ De

⁶³ Le Cat, *Traité de la couleur...* pp. iii-iv.

⁶⁴ O verso extraído da Eneida de Virgílio – “*non vultus, non color unus*” – também corrobora a ênfase de Le Cat na diferenciação dos homens por características físicas, não somente a cor da pele mas também outros traços. Trata-se do verso 45 do canto VI, no qual Enéias consulta a Sibila, que recebe ou incorpora o deus. Ela diz, agitada: “*Deus, ecce deus*” (“Deus, eis o deus”), prevendo o futuro conturbado do troiano. Neste contexto, o verso citado por Le Cat, originalmente composto por Virgílio para descrever o transe da Sibila pode ser entendido como: “subitamente, sua cor e seu rosto não eram os mesmos”, ou “não tinham mais unidade”. Agradeço a Dirceu Villa estas explicações e possibilidades de tradução.

⁶⁵ É interessante observar a opção de Le Cat por uma representação das relações de gênero na qual os homens são subordinados às mulheres por suas condições sociais e físicas. Por outro lado, o médico não deixa de registrar a hierarquia entre as próprias mulheres. Neste caso, acaba produzindo uma imagem que, embora de caráter alegórico, expressa particularizações não comumente encontradas neste tipo de tradição iconográfica da época.

⁶⁶ John Thornton oferece alguns elementos para esta discussão em *África and Africans in the making of the Atlantic World*. (Nova York: Cambridge University Press, 1992). O estudo indica como a diversidade africana concebida pela Europa, no século XVII, não se diferenciou da visão oitocentista em muitos aspectos. Esta diversidade não teria passado despercebida aos olhos dos negociantes portugueses em contato direto com as populações africanas. Contudo, sua concepção de como estavam organizadas aquelas sociedades seguia critérios europeus para a definição de “povos”. Desta forma, eram comuns referências portuguesas a “nações”, normalmente definidas com base em unidades lingüísticas. O autor alerta que o termo “nação”, na Europa do século XVII, mais do que político, era essencialmente lingüístico. Luis Nicolau Parés complementa as observações de Thornton, enunciando um sentido mais amplo do vocábulo, forjado durante a prática do comércio negreiro na costa ocidental africana nos séculos XVII e XVIII: “Ao lado de outros nomes como país ou reino, o termo ‘nação’ era utilizado, naquele período, pelos traficantes de escravos, missionários e oficiais administrativos das feitorias européias da Costa da Mina, para designar os diversos grupos populacionais autóctones. O uso inicial do termo ‘nação’ pelos ingleses, franceses, holandeses e portugueses, no contexto da África ocidental, estava determinado pelo senso de identidade coletiva que prevalecia nos estados monárquicos europeus dessa época, e que se projetava em suas empresas comerciais e administrativas na

maneira geral é possível afirmar que, assim como o conceito de raça, “nação” era um terreno movediço para se designar diferenças entre os homens ao longo do século XVIII.

A próxima ilustração da obra é uma vinheta (fig. 02). Conforme vimos, uma das coqueluches iconográficas do século XVIII. Justamente por meio desta imagem, Le Cat alegoriza seu trabalho e a descoberta do princípio da cor da pele:

“É a expressão pitoresca daquilo que se acha em minhas páginas. Um gênio mestre faz rolar entre suas mãos o globo da Terra, e balançando-o de um pólo a outro, ele percorre os diferentes povos, as diferentes espécies de homens que o habitam.

Um gênio subalterno posicionado contra o globo tem uma figura da lula [*sèche*]⁶⁷, peixe venenoso que muito me serviu para determinar a natureza do princípio da cor dos negros [*nègres*].

Um outro situado abaixo diseca um olho, cuja tinta da coróide me deu as primeiras idéias sobre este princípio.

Ao canto da vinheta está um grupo formado de livros e dum microscópio que me serviram nas pesquisas que contém esta obra”.⁶⁸

Trata-se, portanto, da síntese imagética do texto do médico francês. Aqui, a função

Costa da Mina. Esses Estados soberanos europeus encontraram um forte e paralelo sentido de identidade coletiva nas sociedades da África ocidental. Essa identidade baseava-se, sobretudo, na afiliação por parentesco a certas chefias, normalmente organizadas em volta de instituições monárquicas”. (A formação do candomblé. História e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas, Editora da UNICAMP, 2006, p. 23).

⁶⁷Em língua francesa, foi verificado um deslocamento de sentido nesta palavra através dos tempos, justamente em função das mudanças nos sistemas e conceitos classificatórios legitimados ou descartados pela taxonomia entre séculos XVIII e XIX. À época de Le Cat, a *sèche* era considerada uma espécie de peixe. Segundo a edição de 1762 do dicionário da Academia Francesa que temos utilizado, a definição é “**tipo de peixe** de mar, que lança uma espécie de líquido em certas ocasiões e que tem sobre o dorso um osso duro e liso”

(Dictionnaire de L'Académie Française (1762), p. 699. Disponível em: <http://portail.atilf.fr/cgi-bin/dico1look.pl?strippedhw=s%E8che&dicoid=ACAD1762&headword=&dicoid=ACAD1762>). Entretanto, no mesmo dicionário, o animal que modernamente é considerado sinônimo da lula, o calamar (em francês, *calmar*), lá está registrado como “animal do **gênero dos animais moles** [moluscos]. Ele se parece muito com a *sèche* e com o pólip. Ele tem também, como estes animais, um reservatório cheio de um líquido negro como uma tinta” (Dictionnaire de L'Académie Française (1762), p. 235. Disponível em:

<http://portail.atilf.fr/cgi-bin/dico1look.pl?strippedhw=calmar&dicoid=ACAD1762&headword=&dicoid=ACAD1762>). Já numa edição do século XIX, *sèche*, também grafada *seiche*, figura como “animal do mar, da **classe dos moluscos**, que lança em certas ocasiões um líquido negro, e que tem no dorso um osso de substância dura e friável” (Dictionnaire de L'Académie Française. Paris: Firmin Didot Frères, 1835, 6ª. Ed., p. 718. Disponível em: http://portail.atilf.fr/cgi-bin/getobject_?p.17:53./var/artfla/dicos/ACAD_1835/IMAGE/).

⁶⁸ Le Cat, Traité de la couleur..., p. v.

da gravura não é demonstrar diretamente um pensamento, como veremos em outros casos mais adiante. Entretanto, lhe cabe um papel importante: registrar numa alegoria o objetivo geral do trabalho de Le Cat, bem como o próprio processo e instrumentos de suas pesquisas. Se a demanda por vinhetas era grande, podemos imaginar que esta imagem foi um veículo mnemônico eficiente para a cristalização das idéias do tratado junto ao público leitor.

A última gravura do livro, um “*cul de lampe*”⁶⁹ (fig. 03) complementa e reforça, por sua vez, o propósito da imagem anterior (fig. 01):

“Representa por meio de animais aquilo que o frontispício [*titre-planche*] oferece aos espectadores com homens.

Uma galga branca deitada à frente, uma buldogue cinza e branca, de face negra, em pé sobre as patas traseiras, um *spaniel* manchado de preto e branco ao pé da árvore remetem-se ao paralelo que faço freqüentemente em minha obra, da cor dos animais com a dos homens; também esta parte do ‘*cul de lampe*’ tem a mesma divisa do frontispício.

Os pássaros que a árvore oferece foram agrupados no mesmo desenho; o primeiro é um corvo, o segundo uma pomba branca; o terceiro é uma ave de rapina, que é ordinariamente de cor cinza, parda, por vezes alternadas. A esse respeito, a divisa inferior lhes convém, mas a atitude do pássaro carnívoro, que investe sobre a pomba e deixa em paz o corvo, me lembrou um verso alegórico de Juvenal⁷⁰, então fiz uma divisa apropriada a estes três pássaros, e que significa que a censura figurada pela ave de rapina persegue o escritor que tem a simplicidade e a correção da pomba, e que é tão indefeso quanto ela, que não ousa atacar aqueles que são de um caráter ou condição oposta”.⁷¹

⁶⁹ “Chama-se ‘*Cul de lampe*’ certo ornamento de arquitetura, que pende do assoalho ou da abóbada, e que termina em ponta. Chamam-se também ‘*Culs de lampes*’ certos florões ou ornamentos que os impressores colocam ao fim de um livro, de um capítulo, etc.” (Dictionnaire de L’Académie Française (1762), p. 454. Disponível em: <http://portail.atilf.fr/cgi-bin/dico1look.pl?strippedhw=cul&dicoid=ACAD1762&headword=&dicoid=ACAD1762>).

⁷⁰ “*Dat veniam corvis, vexat censura columbas*” (“a censura poupa os corvos e persegue as pombas”).

Máxima contida na “Sátira II” de Juvenal.

⁷¹ Le Cat, *Traité de la couleur...*, pp. v-vi.

Como o próprio autor explicita, esta imagem reúne duas mensagens distintas, por meio das figuras e das legendas: a primeira corrobora o princípio da diversidade da cor da pele, objeto do livro; a segunda diz respeito à própria situação do médico ao apresentar sua obra. Provavelmente, *Le Cat* associava a “censura” da ave de rapina a críticas de colegas, já que confessou, na introdução, que sua explicação para a existência de diferentes tons de pele havia sido “vivamente criticada”.⁷² À semelhança da vinheta, este “*cul de lampe*” encerra o livro com um pequeno monumento ao autor e seu trabalho. Assim, as três gravuras que acompanham o tratado de *Le Cat* cumprem um papel considerável junto ao público, concentrando em alegorias e metáforas visuais as questões que tanto o mobilizaram.

Temos nos esforçado para mostrar o quanto este Tratado da cor humana... funciona como um ótimo instrumento para introduzir e desdobrar o tema que mais interessa nesta parte do capítulo: as formulações científicas sobre a diversidade humana nas últimas décadas do século XVIII e, mais precisamente, os estatutos ali ocupados pelos negros. Entretanto, mesmo abordando um assunto de crescente interesse para os círculos acadêmicos da época, em diálogos diretos ou indiretos, *Le Cat* parece não ter tido o sucesso e a repercussão alcançados por outros estudiosos, contemporâneos ou um pouco posteriores a ele. De fato, alguns autores tornaram-se referências mais conhecidas em torno das quais estas discussões se organizaram de forma mais visível.⁷³ Ao lado das teorias climáticas e de subsistência, os estudos de história natural ocupam neste contexto um lugar fundamental, transformando os significados das grandes viagens naturalistas e as visões dos europeus sobre os povos não europeus.

Em 1758, o naturalista sueco Carl Linné (Linnaeus ou Lineu) publicou a edição

⁷² *Le Cat, Traité de la couleur...*, p. viii.

⁷³ A maioria dos excertos dos autores discutidos a seguir (como Lineu, Buffon, Kant, Herder e Blumenbach) foram extraídos de obras de terceiros. Tal procedimento não se deveu à dificuldade de encontrar as fontes originais em acervos brasileiros, pois esta lacuna, felizmente, já pode ser sanada por meio do acesso a versões eletrônicas das obras, facilmente encontradas em sites dedicados a cada autor, ou em bases virtuais como as da Biblioteca Nacional francesa ou da British Library. Entretanto, julguei confiáveis as reproduções de fontes primárias encontradas na bibliografia de apoio utilizada que, ao menos para os propósitos desta tese, fornece elementos suficientes sobre os pensamentos destes autores. Inclusive porque a intenção do capítulo não é empreender uma exegese de tais autores, mas sim verificar e cotejar quais as formulações hierárquicas a respeito dos negros no interior de estudos sobre a variedade humana.

revisada e ampliada de O Sistema da Natureza, lançado originalmente em 1735.⁷⁴ A obra expõe um método classificatório para o reconhecimento das plantas, animais (incluindo a espécie humana) e minerais que transformou totalmente o conhecimento da natureza. Em vez de analogias (procedimento usual nas teorias climáticas), propõe buscar características intrínsecas às espécies, para fundamentar suas igualdades e diferenças. De acordo com o método de Lineu, cabe ao olho realizar o primeiro gesto de conhecimento: é preciso ter visto primeiramente o objeto para depois nomeá-lo, isto é, introduzi-lo na linguagem científica. Este sistema taxonômico gerou profundo impacto nas concepções de ciência natural da época, norteando incisivamente os objetivos cognitivos das viagens naturalistas.⁷⁵

Na edição de 1758, a espécie humana, *Homo sapiens*, estava situada entre os primatas e assim classificada:

“- Homem selvagem: quadrúpede, mudo, peludo.

- Americano: cor de cobre, colérico, ereto. Cabelo negro, liso, espesso; narinas largas; semblante rude; barba rala; obstinado, alegre, livre. Pinta-se com finas linhas vermelhas. Guia-se por costumes.

- Europeu: claro, sangüíneo, musculoso; cabelo louro, castanho, ondulado; olhos azuis; delicado, perspicaz, inventivo. Coberto por vestes justas. Governado por leis.

- Asiático: escuro, melancólico, rígido; cabelos negros; olhos escuros; severo, orgulhoso, cobiçoso. Coberto por vestimentas soltas. Governado por opiniões.

- Africano: negro, fleumático, relaxado. Cabelos negros, crespos;

⁷⁴ Esta primeira versão é modesta se comparada à segunda. Apresenta um sistema descritivo para classificar todas as plantas da Terra, conhecidas ou desconhecidas, de acordo com as características de seus órgãos reprodutores. Mesmo tratando de um tema específico, a edição de 1735 já continha as principais bases da taxonomia lineana. Nos anos seguintes, o naturalista dedicou-se a aperfeiçoar e ampliar seu sistema, tanto para rebater as críticas que lhe foram feitas, como incentivado pela boa recepção de seu estudo. Segundo Mary Louise Pratt, “combinar o ideal de um sistema classificatório de todas as plantas com uma sugestão concreta e prática de como construí-lo, constituía um tremendo avanço. Seu esquema foi considerado, mesmo por seus críticos, como algo que impunha ordem ao caos – tanto o caos da natureza como ao da botânica anterior”. (Os olhos do império. Relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999, p. 56).

⁷⁵ Para mais informações sobre o sistema de Lineu e suas repercussões para a História Natural e as viagens naturalistas ver, entre outros: Lisbet Koerner - “Carl Linnaeus in his time and place”. In: N. Jardine, J.A. Secord and E. C. Spary (orgs.) - Cultures of Natural History. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 145-162; A. Belluzzo - O Brasil dos viajantes..., vol. 2, pp. 17-21; M. Pratt, Os olhos do império..., pp. 55-75.

pele acetinada; nariz achatado, lábios túmidos; engenheiro, indolente, negligente. Unta-se com gordura. Governado pelo capricho”.⁷⁶

Este quadro reúne e relaciona características de várias ordens para a classificação dos homens. À exceção do “homem selvagem”, os nomes de cada variedade de *Homo sapiens* vêm do continente a que pertence. A cor da pele aparece como o primeiro dado, logo seguida por um conjunto geral de características físicas e comportamentais (o europeu é “claro, sangüíneo, musculoso”; enquanto o africano é “negro, fleumático, relaxado”). Traços fisionômicos como cabelos e olhos também estão presentes em todos os exemplares. Os “costumes”, de acordo com a dupla conotação que o termo possuía em línguas latinas ao longo da época moderna, estão igualmente incluídos nestas descrições: vestimentas e formas de conduta.

Aqui se pode perceber nitidamente a polarização entre o europeu (como exemplar mais bem qualificado da espécie) e o africano, que carrega o maior número de atributos negativos de caráter, mesmo se comparado aos outros não europeus. Nem mesmo lhe são atribuídas roupas ou pinturas corporais (caso do americano) – “unta-se com gordura”. É regido simplesmente pelo “capricho”, ficando numa posição de inferioridade não só em relação àqueles que são “governados pelas leis” mas também aos que, se não as possuem, ao menos são norteados por outros princípios mais constantes, como “costumes” ou “opiniões”.

É sabido que o esquema taxonômico de Lineu, nesta edição de 1758, é uma resposta direta aos primeiros volumes do monumental trabalho de Georges-Louis Leclerc, o conde de Buffon: História Natural, que significou a versão mais influente e sistematizada das chamadas teorias climáticas.⁷⁷ Buffon não julgava útil ou necessário construir uma taxonomia fixa e externa para a ordenação da espécie humana; ao contrário, defendia que os homens deveriam levar em conta apenas as formas naturais que os interessassem, conforme sua ligação com elas. Assim, seriam válidas formulações generalizantes construídas por analogias. Acusava o sistema classificatório de Lineu de ser composto apenas por um mero afã de dar nomes às coisas, mais do que estudar a natureza em toda sua

⁷⁶ Carl Lineu – *Systema Naturae*, *apud*: M.Pratt, Os olhos do império..., p. 68.

⁷⁷ Georges-Louis Leclerc - *Histoire Naturelle*. Paris: Imprimerie Royale, 1749. A partir deste ano até a morte do autor em 1788, foram lançados 36 volumes desta obra.

riqueza de relações. Para se ter uma idéia das concepções buffonianas sobre a interação entre os seres humanos e a natureza (o “método natural”), vejamos o que diz a esse respeito o filósofo Amor Cherni:

“Imaginemos um homem que se esqueceu de tudo ou que desperta de um sono profundo numa campanha onde vê desfilar sucessivamente, diante dele, os animais, pássaros, peixes, as plantas e as pedras. No começo, tudo será confuso para ele; mas se deixarmos as idéias de afirmarem pela reiteração das mesmas sensações causadas por esses objetos, se formará rapidamente uma idéia geral da matéria inanimada, que se distinguirá da matéria animada, antes de esta se distinguir da matéria vegetativa. Ele chegará então, sem dificuldade, à distinção entre animal, vegetal e mineral. Depois, tomando conhecimento das diferenças entre a terra, a água e o ar, ele virá rapidamente a estender estas diferenças aos animais que os habitam e poderá classificá-los em quadrúpedes, peixes e pássaros. Depois, percebendo as diferenças entre os vegetais, ele não terá dificuldade alguma em distinguir árvores e plantas, seja por seus tamanhos, aparências ou substâncias”.⁷⁸

O conde considerava uma clara separação entre os homens e os outros animais, mas afirmava que todas as formas de vida são parte da mesma “história natural”, colocando a humanidade e todos os seres vivos numa espécie de escala contínua, com infinitas e potencialmente fluidas variações entre si. Nestas concepções, as diferenças entre os homens, observáveis na fisionomia, cor da pele e tipo físico, eram explicadas majoritariamente pelas influências climáticas e geográficas. Climas e regiões extremadas propiciariam, assim, o desenvolvimento de características humanas correspondentes, consideradas degenerescências: desvios de formas físicas e costumes regulares dos habitantes de climas e regiões temperadas.

Buffon compôs uma divisão da humanidade em seis “tipos” (Lapão Polar, Tártaro, Asiático do Sul, Europeu, Etíope e Americano), mas que não eram, de fato, categorias

⁷⁸ Amor Cherni – Buffon. *La nature et son histoire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998, pp. 12-13.

rígidas e permanentes como no modelo de Lineu.⁷⁹ Sua principal divisão é entre “duas humanidades”, das quais uma era “progressiva, a outra estática e próxima aos animais”. A distância entre “as pequenas nações selvagens da América” e “nossos grandes povos civilizados” era imensa. De acordo com esta visão, no estado de barbárie “o homem deixa de ser homem”,⁸⁰ sem educação ou moralidade.

Os habitantes da Lapônia, vivendo numa das antípodas do globo, eram “uma raça de homens de pequena estatura”, cuja “fisionomia é tão selvagem quanto seus costumes”, e eles viviam “em um clima inabitável para todas as outras nações”. À semelhança de Lineu, os indicadores de Buffon para as diferenças entre os povos eram a cor, formas e tamanhos dos corpos, caráter, moral e costumes, mas acrescenta também julgamentos estéticos mais evidentes e particularizados do que os do naturalista sueco. Os lapões tinham o rosto grande e achatado, nariz arrebitado, pálpebras estreitas e amendoadas, maçãs proeminentes, lábios grandes e pele escura. Além disso, Buffon acrescenta: “entre todos esses povos as mulheres são tão feias quanto os homens”. A feiúra dos lapões está diretamente relacionada ao clima associada a outras formas de degenerescência: “eles são igualmente rudes, supersticiosos, estúpidos (...), em sua maioria idólatras; (...); são mais rudes ainda do que os selvagens, sem coragem, respeito ou recato; este povo abjeto tem costumes que somente podemos desprezar”.⁸¹

O outro extremo ou antípoda dos lapões, já se pode imaginar, são os habitantes da África. Embora estes apresentem características físicas bastante uniformes em seu conjunto, Buffon ressalta a necessidade de perceber suas diferenças internas: “há tantas variedades da raça [*race*] dos negros quanto entre os brancos”. Buffon observa também que havia um erro persistente, de longa data, em confundir “etíopes” com “núbios” que pertenceriam a duas raças [*races*] diversas.⁸² Aos etíopes é atribuída uma cor de pele marrom ou oliva como a dos árabes, sendo também descritos como “semi-civilizados” [*demi-policé*]. As nuances da cor da pele negra são um fator importante de diferenciação para Buffon:

“Finalmente, examinando cuidadosamente os diferentes povos que

⁷⁹ A despeito dessas diferenças, entretanto, veremos que ambos tinham alguns critérios bastante similares para a designação das diferenças entre os povos, que foram apropriadas por outros autores.

⁸⁰ Buffon, *Histoire Naturelle*, *apud*: D. Bindman, *Ape to Apollo...*, p. 64.

⁸¹ Buffon, *Histoire Naturelle*, *apud*: D. Bindman, *Ape to Apollo...*, pp. 64-65.

⁸² Aqui, temos um bom exemplo dos usos imprecisos do termo “raça” no século XVIII: Buffon usa esta mesma palavra para designar diferentes escalas de especificidade. Assim, os negros são uma “raça”, um conjunto maior no qual estão contidas outras “raças”, como etíopes e núbios.

compõem cada uma das raças negras, podemos ver entre eles tantas variedades quanto entre as raças brancas, e podemos encontrar todas as nuances do marrom ao negro [*noir*], como encontramos todas as nuances do marrom ao branco entre as raças brancas”.⁸³

Para Buffon, o problema não é compreender o princípio da coloração negra em si – justamente ao contrário de Claude-Nicolas Le Cat, para quem esta é a questão fundamental. Para o naturalista francês, importa saber como e em que medida os negros adquirem e mantêm seus tons de pele escura sob as influências climáticas e geográficas: “esta causa, que faz com que os espanhóis sejam mais morenos [*bruns*] do que os franceses, faz também com que os negros [*nègres*] o sejam mais do que os mouros”.⁸⁴

Os “verdadeiros negros [*nègres*], ou seja, os mais negros [*noirs*] de todos os negros [*Noirs*] se encontram somente nas regiões onde o calor é excessivo”. Sobre as costas do Senegal, de Serra Leoa, da Guiné. Sobre a costa oriental da África, onde o calor “não é tão grande (...), encontram-se os cafres, ou seja, os negros [*noirs*] menos negros [*noirs*]”. Ao sul da África, onde o ar é mais temperado, os hotentotes “são naturalmente mais brancos do que negros [*noirs*]”.⁸⁵

As comparações de Buffon comportam, portanto, a idéia de que os mouros, cafres e hotentotes não são efetivamente negros, ou melhor, não são “verdadeiros” negros, e os repetidos jogos de sentido entre “*nègre*” e “*noir*” evidenciam esta noção. Mas se não generaliza a cor negra, o conde também não faz observações mais abrangentes sobre o caráter dos africanos, que poderia variar de “alegre” a “melancólico”, “amigável ou hostil”, de acordo como fossem tratados. Para Buffon, estas oscilações advêm principalmente da premissa de que os africanos carregavam a servidão como um estatuto natural e, assim, “quanto mais você alimentá-los e não maltratá-los, eles são contentes, alegres, e dispostos a fazer qualquer coisa, e seu ânimo é visível em seus rostos; mas se tratá-los mal, eles levam o sofrimento no coração, e freqüentemente morrem de melancolia”.⁸⁶

Entre as antípodas aqui descritas – lapões e africanos – estão aqueles que vivem

⁸³ Buffon, *Histoire Naturelle*, *apud*: D. Bindman, *Ape to Apollo...*, p. 65.

⁸⁴ Buffon, *Histoire Naturelle*, *apud*: M. Duchet, *Anthropologie et Histoire...*, p. 268.

⁸⁵ Buffon, *Histoire Naturelle*, *apud*: M. Duchet, *Anthropologie et Histoire...*, pp. 268-9.

⁸⁶ Buffon, *Histoire Naturelle*, *apud*: D. Bindman, *Ape to Apollo...*, p. 65.

nos climas temperados. Segundo a teoria de Buffon, são os povos mais bonitos, virtuosos, pacíficos e bem alimentados. Mas o conde também considera em suas explicações fatores históricos, como invasões ou qualquer espécie de contato ou conflito que provocasse misturas entre os homens. Além dos europeus, os povos mais bonitos estariam situados 20 e 30 graus da latitude norte, da Mongólia à Barbaria (Estados Bárbaros), e do Ganges ao Marrocos. Apesar das misturas entre conquistados e conquistadores, os homens compreendidos nesta delimitação espacial (persas, turcos e gregos) são escuros, mas belos e bem proporcionados, constituindo, junto a todos os europeus, “o povo mais bem formado de toda a Terra”.⁸⁷

Apesar dos usos fluidos de “raça” nos volumes da História Natural..., Leon Poliakov situou o pensamento setecentista de Buffon entre um dos maiores responsáveis pelos germes do racismo científico do século seguinte, caindo na tentação de nomear o conde como um “racista *avant la lettre*”⁸⁸ por ter fornecido subsídios para a construção de um conceito físico e diferencial de raça. O historiador da ciência Phillip Sloan reitera esta arqueologia, afirmando que “as origens das noções modernas de raça são comumente associadas a Blumenbach, mas Buffon foi a fonte do conceito”.⁸⁹ Teria sido neste último, enfim, que os pensadores posteriores se basearam para desenvolver o potencial taxonômico dos estereótipos sobre a desigualdade dos homens.

Claude Blanckaert discorda desta avaliação, acusando-a de anacrônica e lembrando que o conceito climático de variedade humana era, por definição, oposto à idéia de raça oitocentista, como defendida por Georges Cuvier.⁹⁰ Porém, mesmo combatendo o pecado mortal dos historiadores, Blanckaert assim conclui seu texto sobre a ciência racial no início do século XIX:

“A reversibilidade de caracteres que distinguia a variedade casual na espécie humana foi abandonada na França em favor de veredictos sobre

⁸⁷ Buffon, *Histoire Naturelle*, *apud*: D. Bindman, *Ape to Apollo...*, p. 66.

⁸⁸ Leon Poliakov – *Le Mythe Aryen. Essai sur les sources du racisme et des nationalismes*, *apud*: Claude Blanckaert – “Les conditions d’émergence de la science des races au début du XIX^e siècle”. *In*: Sarga Moussa (org.) – *L’idée de “race” dans les sciences humaines et la littérature (XVIII^e-XIX^e siècles)*. Paris: L’Harmattan, 2003, p. 133.

⁸⁹ Phillip Sloan – “The Gaze of Natural History”, *apud*: C. Blanckaert, “Les conditions...”, p. 133.

⁹⁰ “Cuvier propõe, após Lineu, uma verdadeira síntese raciológica, uma diagnose ‘completa’ de raça que leva em conta, além de atributos físicos, uma escala de capacidades ‘morais’ e culturais dos povos considerados”. (C. Blanckaert, “Les conditions...”, p. 148).

aptidões raciais para a civilização. Ao mesmo tempo, a ordem das superfícies visíveis deu lugar à consideração da interioridade produtora das diferenças. Este momento fundador da teoria da organização, que Michel Foucault associou a Cuvier foi, neste caso, longamente preparado. Cuvier nos parecerá, sob este aspecto, antes um herdeiro do que um reformador das ciências da natureza humana”.⁹¹

Nuances e cuidados providenciados, pode-se afirmar que as concepções de Buffon espalharam-se pela segunda metade do século XVIII com grande força, inclusive porque a obra foi paulatinamente publicada durante quatro décadas, de 1749 a 1788. Neste ínterim, e até a última década do século, suas idéias foram acolhidas e veiculadas, total ou parcialmente, por muitos autores, dentre os quais é obrigatório destacar Immanuel Kant.

Em 1775, o filósofo deu a público Das diferentes raças da humanidade.⁹² Neste ensaio, associa diretamente a palavra “raça” a uma divisão taxonômica dos seres humanos, marcando uma acepção diferente daquelas que vimos anteriormente ao analisarmos o tratado de Claude-Nicolas Le Cat. Este trabalho de Kant ecoa visivelmente as discussões sobre a espécie humana propagadas nas últimas décadas anteriores. Por outro lado, estudiosos deste filósofo costumam afirmar que este ensaio também está relacionado a uma concepção newtoniana do mundo, segundo a qual o conhecimento científico deve ser fundado, antes da observação experimental, nas leis que governam o universo. O modelo de Newton, primeiramente, conduz o cientista a produzir idéias advindas de pensamentos matemáticos e especulativos que poderiam ser verificados no mundo material, mas não como resultantes do método empírico. Assim, para Kant, a questão não seria, objetivamente, “o quê” constituía a variedade humana, mas como se poderia conciliar este fenômeno, claramente observável, com a suposição – tanto religiosa quanto filosófica – de que a humanidade era, no início dos tempos, um único povo de ancestral comum.

Nesta obra, Kant dialoga com as idéias de Lineu e Buffon. Usou as categorias lineanas como ponto de partida, tentando basear sua resposta numa taxonomia abrangente da humanidade. Assim, seu conceito de raça é universal, no sentido de que abarca todo o

⁹¹ C. Blanckaert, “Les conditions...”, p. 149.

⁹² Immanuel Kant - Von den verschiedenen Racen der Menschen (1775).

mundo conhecido, mas também utiliza um leque de dados que são visíveis, tangíveis, considerando as diferenças geradas pelas nacionalidades e localização geográfica. O filósofo segue essencialmente a tese de Lineu, que divide a humanidade em quatro partes, cada uma ocupando um continente, mas privilegia, por outro lado, as explicações climáticas de Buffon. De acordo com Kant, todos os seres humanos pertencem à mesma espécie, porque são capazes de procriarem entre si e gerarem descendentes férteis. Todos descendem, portanto, da mesma linhagem inicial, a tribo humana original antes de sua dispersão pelo mundo. Neste caso, as “raças” são somente derivações e, por vezes, degenerescências. A constituição do solo e o tipo de alimentos disponíveis em cada região introduzem certas mudanças nos seres humanos, mas outras características, entretanto, resistem imutáveis. Esta teoria, de uma humanidade com origem comum que se diferenciou em “raças” pressupõe a existência de dois elementos encontrados em todos os corpos humanos e que derivam da linhagem original: “germes” ou “sementes”, (“*keime*”) e “predisposições” (“*anlagen*”). Os “germes” correspondem às características permanentes, mas as “predisposições” existem de forma latente, podendo ou não ser ativadas de acordo com o ambiente. Todas as criaturas têm, portanto, a possibilidade de desenvolverem diferentes atributos para sua preservação satisfatória em função das variadas condições climáticas e geográficas.⁹³

Kant propõe a divisão da humanidade em quatro raças principais: brancos (“*die Race der Weissen*”); negros (“*die Negerrace*”); hunos, mongólicos ou calmuços (“*die hunnische, mungalische oder kalmuckische Race*”); e hindus (“*die hinduische oder hindistanische Race*”).⁹⁴ Seguindo Buffon, Kant destaca agentes como o ar e o sol como principais formadores das diferenças entre as raças, reiterando os contrastes entre os povos que habitam as regiões mais frias e mais quentes da Terra. A baixa estatura dos habitantes da Groenlândia, por exemplo, está relacionada com sua adaptação ao frio, fazendo com que seu sangue circule mais rápido num corpo pequeno. Estas adaptações são, para Kant, transmissíveis através das sucessivas gerações. Analogamente, os lábios grossos e narizes achatados dos africanos são consequência de um clima quente e úmido, e seria o componente ferroso de seu sangue a “causa da sua negrura que brilha pela superfície da

⁹³ Ver E. Eze, *Race and the Enlightenment...*, pp. 38-42.

⁹⁴ I. Kant, *Von den verschiedenen...*, *apud*: D. Bindman, *Ape to Apollo...*, pp. 158-59.

pele”.⁹⁵ Sobre os negros, Kant conclui, como outros autores, que são muito bem adaptados ao seu clima: “fortes, corpulentos, flexíveis, mas, em meio à abundância de sua terra natal, tornam-se preguiçosos, malemolentes e vadios”.⁹⁶

Conforme afirmamos, a grande importância deste tratado de Kant, embora não apresente novidades conceituais sobre os negros se comparado a Buffon, foi ter dado um estatuto mais delimitado e sólido ao termo “raça”, que se tornaria cada vez mais aceito. Dez anos depois, Kant voltou à carga com um segundo artigo sobre as raças, Determinação do conceito de uma raça humana⁹⁷, escrito em resposta a um trabalho de seu antigo discípulo e contendor, Johann Gottfried Herder: Idéias sobre uma filosofia da história da humanidade.⁹⁸

As brigas epistemológicas entre Kant e Herder estenderam-se por mais de quarenta anos e, desses embates, surgiram pilares importantes para o desabrochar da ciência antropológica, segundo nos mostra com maestria John Zammito.⁹⁹ Com relação ao desenvolvimento e organização da humanidade pode-se dizer, em suma, que a principal diferença entre os dois filósofos é que Herder alinha-se radicalmente a uma visão teológica, pregando a unidade de toda criação divina, através de uma “energia orgânica” (“*organische Kraft*”) que perpassaria todas as coisas vivas. A espécie humana representaria a mais elevada forma de vida, mas está ligada a todas as outras. Sendo assim, tudo contribuiria para o melhoramento do mundo e da humanidade, e a própria vida interior dos homens estaria ligada à construção do mundo por Deus.¹⁰⁰ Apesar de aceitar diferenças entre os seres humanos, Herder, anti-lineano, nega neste tratado de 1784 as diferenças **raciais**, ou a idéia de “raça” como uma divisão categórica da humanidade, replicando o tratado anterior de Kant, Das diferentes raças da humanidade:

“Alguns acham adequado aplicar o termo raças em quatro ou cinco divisões, originalmente feitas em consequência da localização ou compleição

⁹⁵ I. Kant, Von den verschiedenen..., *apud*: E. Eze, Race and the Enlightenment..., p. 46.

⁹⁶ I. Kant, Von den verschiedenen..., *apud*: E. Eze, Race and the Enlightenment..., p. 46.

⁹⁷ Bestimmung des Begriffs einer Menschenrace. (1785). Este ensaio reafirma e complementa as proposições do trabalho de 1775. Para mais informações, ver E. Eze, Race and the Enlightenment..., pp. 65-8 e D. Bindman, Ape to Apollo..., pp. 169-72.

⁹⁸ Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit. (1784)

⁹⁹ Ver John H. Zammito - Kant, Herder, & the Birth of Anthropology. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

¹⁰⁰ Ver Timothy F. Mitchell – Art and science in German landscape painting. 1770-1840. Oxford: Clarendon Press, 1993, pp. 136-7.

física: mas não vejo razão para esta apelação. Raça refere a uma diferença de origem que, neste caso, não existe”.¹⁰¹

Ele argumenta, ao invés disso, que a nacionalidade é a categoria que mais fielmente reflete a variedade de influências no caráter humano:

“Cada nação é um povo, tendo sua própria forma nacional, assim como sua própria língua: o clima, é verdade, imprime em cada um sua marca, mas não suficientemente para destruir o caráter nacional original (...). Em suma, não há quatro ou cinco raças, nem variedades exclusivas nesta Terra. Compleições funcionam em cada um; formas seguem o caráter genético: e acima de tudo, todos não são mais do que sombras do mesmo grande quadro, estendido através de todas as eras, e sobre todas as partes da Terra”.¹⁰²

Herder, porém, concorda que uma forma original – e ideal – do homem foi dispersa pelos diferentes cantos do globo, mas ele advoga que o caráter particular dos povos foi criado pelo ambiente [*Klima*] no período de seus primeiros estabelecimentos, “quando todos os elementos encontravam-se em sua força rude primitiva”.¹⁰³ Assim, os africanos tornaram-se negros e os mongóis assumiram seu físico diferenciado nos primórdios da história da humanidade porque, assim ele pensa, a Terra então agia mais poderosamente sobre os povos no período imediato à sua dispersão, e não depois.

De qualquer forma, assim como Kant, Herder não conseguiu escapar às concepções climáticas buffonianas lançadas há mais de três décadas. Como o conde, este filósofo também julgou a beleza ou feiúra dos povos não europeus. Descrevendo um típico habitante do Pólo Norte, ele nota que “sua cabeça é grande em proporção ao seu corpo; sua face é larga e achatada (...)”.¹⁰⁴ Os climas temperados, nas mesmas faixas geográficas delimitadas por Buffon, são a terra dos mais belos homens, e a África é vista novamente como a antípoda do norte gelado: “os lábios grossos e os narizes achatados da forma negra espalham-se pelas inumeráveis variedades de suas pequenas nações, alcançando mesmo os

¹⁰¹ J. G. Herder, *Ideen zur Philosophie...*, apud: D. Bindman, *Ape to Apollo...*, pp. 164.

¹⁰² J. G. Herder, *Ideen zur Philosophie...*, apud: D. Bindman, *Ape to Apollo...*, p. 165.

¹⁰³ J. G. Herder, *Ideen zur Philosophie...*, apud: D. Bindman, *Ape to Apollo...*, p. 165.

¹⁰⁴ J. G. Herder, *Ideen zur Philosophie...*, apud: D. Bindman, *Ape to Apollo...*, p. 165.

hotentotes e cafres que são retrocessos da forma negra (...).¹⁰⁵

E Herder discorre também sobre outras características dos negros:

“A natureza, conforme o simples princípio de sua arte plástica, deve ter conferido a estes povos, aos quais ela foi obrigada a negar dádivas mais nobres, uma ampla medida de fruição sensual (...). De acordo com as regras da fisionomia, lábios grossos prestam-se a indicar uma disposição sensual; assim como lábios finos, exibindo uma linha rósea delgada, são sintomas presumidos de um gosto casto e delicado”.¹⁰⁶

A visão de Herder sobre os africanos, assim como suas idéias a respeito das relações entre a fisionomia e as disposições de caráter dos povos em geral dialogavam amplamente com as proposições de Buffon, mas também cristalizavam uma tendência que foi se tornando cada vez mais evidente entre a segunda metade e o final do século XVIII: a associação entre estética e variedade humana. E será novamente pelas palavras de outro médico francês que adentraremos estas discussões.

Em 1756, o então chefe da Faculdade de Medicina de Paris, Charles-Augustin Vandermonde, publica o Ensaio sobre o método de aperfeiçoar a espécie humana.¹⁰⁷ Considerado por muitos um precursor das idéias eugenistas na França, o contemporâneo e colega de profissão de Claude-Nicolas Le Cat tinha a intenção de fornecer orientações médicas que assegurassem a formação saudável de um bebê. No primeiro volume, encontram-se conselhos sobre as qualidades físicas e morais necessárias a um bom casamento e geração de filhos, seguidos dos cuidados que devem ser observados durante a gravidez, como o estado geral de saúde das mães, alimentação, exercícios, repouso, estados de ânimo particulares, o momento do parto, etc. O segundo volume da obra versa sobre o desenvolvimento infantil em todos os aspectos médicos e físicos.

Mas o que realmente nos interessa são as considerações preliminares do ensaio, quando o autor discorre sobre os vários conceitos de beleza. No capítulo “Da beleza em geral”, atenta para a arbitrariedade desta questão, usando uma comparação que já é por si

¹⁰⁵J. G. Herder, *Ideen zur Philosophie...*, *apud*: D. Bindman, *Ape to Apollo...*, p. 167.

¹⁰⁶J. G. Herder, *Ideen zur Philosophie...*, *apud*: D. Bindman, *Ape to Apollo...*, p. 167.

¹⁰⁷Charles-Augustin Vandermonde - Essai sur la méthode de perfectionner l'espèce humaine. Paris: Vincent Imprimeur-Libraire, 1756, 2 vols.

bastante sintomática: “os negros (...) menosprezam a brancura da pele, e quando querem pintar seu demônios, dão a eles a cor que nós damos aos anjos”.¹⁰⁸ A eficácia do exemplo escolhido por Vandermonde embute, portanto, a idéia imediata de que a pele negra seria considerada naturalmente feia, em oposição à branca, e somente para os próprios negros o pensamento inverso seria possível.

“Da beleza imaginária”, o segundo capítulo preliminar, reafirma o relativismo dos padrões estéticos, ao mesmo tempo em que o critica:

“Se a natureza e o bom gosto guiassem nossos sentimentos, a beleza nada teria em comum com a imaginação (...). Nós julgamos o belo segundo nossas afeições e as luzes do nosso espírito, que não são as mesmas nos diferentes indivíduos, e que são freqüentemente muito limitadas. Esta diversidade de sentimentos e, por conseguinte, do gosto é a origem da beleza imaginária”.¹⁰⁹

O autor segue elencando hábitos estéticos particulares de vários povos, como os cabelos compridos dos europeus, as cicatrizes no rosto dos “selvagens”, os pés deformados das chinesas, as barbas longas dos turcos. Neste momento, não há hierarquizações entre estes sinais externos, sendo todos considerados igualmente idiossincráticos. A valoração negativa mais explícita, aqui, é destinada ao uso de maquiagens pelas européias: “as mulheres, sempre atentas a esconder seus defeitos naturais, causam freqüentemente bizarrices as mais singulares”.¹¹⁰

Mas é no terceiro capítulo, “Da beleza real”, que Vandermonde discorre sobre a “verdadeira” natureza do belo, absoluta e externa a todas as opiniões:

“É principalmente aos grandes estatuários que devemos o conhecimento das proporções exatas que se acham no corpo humano. Estes grandes mestres copiaram a natureza não como ela se apresenta freqüentemente, mas como ela deve ser. Os homens mais bem formados não possuem todas as dimensões proporcionais que se poderia desejar, e é comum que o braço ou a perna do lado direito não tenha a mesma exatidão nas

¹⁰⁸ Vandermonde, *Essai sur la méthode...*, vol. 1, p. 2.

¹⁰⁹ Vandermonde, *Essai sur la méthode...*, vol. 1, p. 9.

¹¹⁰ Vandermonde, *Essai sur la méthode...*, vol. 1, p. 17.

proporções que o braço ou a perna do lado esquerdo. (...).

É, portanto, a proporção unida à simetria que forma o belo; assim, os membros muito longos, um corpo muito curto, um rosto muito pequeno, os traços muito grandes, os defeitos são imperfeições.

Vemos pessoas que têm todos os traços belos em particular, e cuja reunião dos mesmos traços se torna desagradável. Tais são aqueles que com grandes olhos, uma fronte bem aberta, um nariz bem feito, as bochechas cheias, têm a infelicidade de desagradar. (...). Outros, ao contrário, não têm nada de lisonjeiro em particular, e todos os seus traços reunidos formam um conjunto que os valoriza”.¹¹¹

O médico não nomeia os “grandes estatuários” a que se refere. Podem ser os gregos clássicos, os renascentistas italianos, ou artistas de ambas as épocas. É certo, porém, que as palavras de Vandermonde combinam com as do historiador de arte alemão Johann Joachim Winckelmann, um dos principais teóricos da estética neoclássica que, no ano anterior ao ensaio de Vandermonde, escreveu Reflexões sobre a Imitação das Obras Gregas na Escultura e Pintura.¹¹² Este trabalho e outro de maior fôlego, lançado em 1764 – História da Arte entre os Antigos¹¹³ – defendem a existência de um “belo” ideal e universal, que não estaria na natureza, mas no espírito do homem. Para Winckelmann, os artistas que mais se aproximaram de suas formas foram os gregos do período clássico e, mais tarde, os renascentistas italianos, porque haviam se inspirado justamente nos gregos antigos.¹¹⁴

É fundamental lembrar que os pilares conceituais do historiador alemão caracterizam uma teoria climática. Segundo ele, as condições ambientais ideais da Grécia clássica propiciaram o desenvolvimento da perfeição física entre aquele povo, bem como um cenário político e social altamente favorável. Esta confluência tão feliz de elementos

¹¹¹ Vandermonde, Essai sur la méthode..., vol. 1, pp. 23-5.

¹¹² Gedanken über die Nachahmung der griechischen Werke in der Malerei und Bildhauerkunst.

¹¹³ Geschichte der Kunst des Altertums.

¹¹⁴ Para uma discussão das idéias de Winckelmann ver, entre outros: Édouard Pommier (org.) - Winckelmann: la naissance de l'histoire de l'art à l'époque des Lumières. Actes du cycle de conférences prononcées à l'Auditorium du Louvre du 11 décembre 1989 au 12 février 1990. Paris: Documentation Française, 1991; Alex Potts - Flesh and the ideal: Winckelmann and the origins of art history. New Haven: Yale University Press, 1994; e Jeffrey Morrison - Winckelmann and the notion of aesthetics education. Nova York: Clarendon Press, 1996.

teria se materializado nas esculturas: peças da mais alta qualidade estética que, partindo de modelos vivos que já possuíam formas privilegiadas, conseguiram atingir as formas ideais das proporções e beleza humanas. Sempre calcado em explicações dessa natureza, Winckelmann acredita, por outro lado, que características físicas de povos não europeus correspondem a defeitos ou irregularidades. No caso dos africanos, afirma que “os lábios inchados e proeminentes, tais como os negros têm em comum com os macacos de sua terra, são uma excrescência supérflua, uma dilatação causada pelo clima excessivamente quente, como nossos lábios ficam inchados pelo calor, ou pela abundância de humores amargos [*bitter humours*]; uma dilatação que também a raiva pode produzir”.¹¹⁵ À semelhança das conclusões de Buffon, este autor acredita que climas extremos intensificam a imperfeição das formas físicas humanas. A respeito dessas relações, Vandermonde é mais flexível ou tolerante, num trecho do ensaio em que parece se opor aos pressupostos das teorias climáticas e, mais diretamente, às restrições de Winckelmann:

“Desde que a beleza reside na proporção e na simetria, ela está, portanto, distribuída por toda parte. Quanto mais se tem gosto, mais se reflete sobre as maravilhosas produções da natureza, e melhor se pode ter sucesso ao fazer aplicação das regras que temos prescritas. A proporção, a simetria são tesouros que a natureza verteu em todos os climas, que são de todas as idades e todas as condições. Não nos deve parecer, portanto, que todos os povos distantes de nós foram privados da vantagem de conhecer e possuir a beleza. (...). Uns são mais fecundos em beleza que os outros, mas todos têm condições de fornecer modelos. Há entre os negros mulheres extremamente belas, que disputariam com as georgianas, se tivessem a pele branca”.¹¹⁶

A julgar por esta última observação do médico, o fator prejudicial à beleza dos negros é a cor da pele, e não as proporções como acredita Winckelmann (“um negro poderia talvez ser bonito, se sua fisionomia fosse regular”). Sendo assim, Vandermonde não se furta a fazer vários comentários sobre o assunto, ainda que reconheça tratar-se de outra gama de questões:

¹¹⁵ J. J. Winckelmann, *Geschichte der Kunst des Altertums*, apud: D. Bindman, *Ape to Apollo...*, p. 89.

¹¹⁶ Vandermonde, *Essai sur la méthode...*, vol. 1, pp.27-8.

“Eu não empreenderei decidir sobre a beleza da pele; esta questão me afasta muito da meta a que me propus. Não farei mais do que algumas ligeiras observações sobre este tema.

Considerando a pele do negro em comparação com a do europeu, no tocante à anatomia, ela não tem o brilho, nem a fineza, e sua sensibilidade é muito mais embotada do que a nossa. Devemos ao ilustre Malpighy nos ter demonstrado a verdadeira origem da negrura [*noirceur*] dos negros [*nègres*]; é o tecido celular que, como sabemos, está entre a pele e a epiderme, e acompanha quase todas as partes do nosso corpo. Este tecido, nos negros, é mais denso, mais compacto, a superfície é mais espessa, as terminações nervosas são mais finas, menos delicadas, mais afastadas da epiderme: isto é o que deve necessariamente diminuir a sensibilidade.

Consultemos a natureza, nosso rosto não é mais do que um quadro no qual a beleza e o impacto dependem em parte do sortimento das cores. É certo que o negro [*noir*] é menos favorável que o branco para valorizar o colorido do rosto, o vermelho, o rubor suave das bochechas; o negro das sobrancelhas e dos olhos se representam muito melhores sobre um fundo branco, e as cores se contrastam com mais vantagem. Eu não pretendo, entretanto, depreciar o mérito da pele negra. Um olho bem branco, os dentes de um belo esmalte combinam maravilhosamente com uma pele negra. Mas, mesmo com alguma beleza que tenha a pele dos negros, ela é gordurosa, e não parece ter as vantagens da do europeu”.¹¹⁷

Ainda que a cor da pele não seja o objetivo do ensaio, esta passagem tem uma carga valorativa bem mais incisiva do que a encontrada no tratado de Le Cat, escrito nove anos depois. Mesmo que este último também aceite as teses de Malpighy, em nenhum momento de sua obra encontram-se observações sobre a “menor sensibilidade”, pouco “brilho” ou “fineza” da pele dos negros. Podemos lembrar, entretanto, que Le Cat aproxima-se das opiniões de Vandermonde quando afirma, a respeito da influência da imaginação das mães sobre a cor da pele do bebê, que “o branco é uma cor bem mais

¹¹⁷ Vandermonde, *Essai sur la méthode...*, vol. 1, pp. 29-31.

radiosa, mais própria a atrair esta imaginação do que o negro”.¹¹⁸ Mesmo assim, as conclusões de Vandermonde vão bem mais longe, incluindo desvantagens anatômicas e estéticas da pele negra. É verdade que o médico não desqualifica os traços fisionômicos do negro (ao contrário, valoriza o “olho bem branco, os dentes de um belo esmalte”), afinal “a proporção, a simetria são tesouros que a natureza verteu em todos os climas, que são de todas as idades e todas as condições”.

A propósito, a existência de beleza entre os “povos distantes”, de “todos os climas”, é uma afirmação que aparece novamente, mais especificada, no quarto capítulo preliminar, “Da beleza em particular”. Após descrever e comentar as várias partes da anatomia humana, sempre insistindo na questão da proporção e simetria de cada membro, conclui:

“Tais são todas as proporções dum belo corpo, tais são as regras da bela natureza, que não são nada mais que fundadas sobre os modelos mais bem acabados, nos quais ela teve prazer em traçar os verdadeiros caracteres da beleza do corpo. As zonas temperadas parecem os climas propícios onde ela depositou todas suas obras-primas com mais magnificência. Os habitantes das províncias setentrionais da Mongólia, da Pérsia, os armênios, os turcos, os gregos, são igualmente possuidores dos atrativos do corpo. Os circassianos, os da Caxemira são muito renomados pela beleza. A Geórgia é também muito fértil em belos homens. Embora esses países sejam deveras longínquos, há entretanto muitas semelhanças entre estes povos e nós, por isso o sangue dos franceses é tão belo”.¹¹⁹

Uma leitura rápida nos faria pensar que esta passagem contradiz aquela anterior, sobre a ampla distribuição da beleza entre os povos. Ao contrário, porém, Vandermonde está apenas se reafirmando, nomeando os tais “povos distantes”. Continua sendo verdade, pois, que a natureza dotou toda a humanidade com exemplos de proporção e simetria (“todos têm condições de fornecer modelos”), porém, “uns são mais fecundos em beleza que os outros”. E as vantagens estéticas que, numericamente, uns poderiam levar sobre os

¹¹⁸ Le Cat, *Traité de l'acouleur...*, p. 116.

¹¹⁹ Vandermonde, *Essai sur la méthode...*, vol. 1, pp. 44-5.

outros eram causadas, acredita Vandermonde, justamente pela influência do clima temperado. Embora não discorra sobre a forma como isso se dá, bem como os efeitos do clima sobre a beleza, aqui o autor reproduz exatamente os limites geográficos estabelecidos por Buffon, dentro dos quais estariam localizados os povos mais belos. Em seguida, o médico destaca alguns traços particulares de cada povo, aqui chamado de “nação”:

“Embora a beleza seja constante em seus princípios, ela é entretanto variável em seu caráter. A proporção não se apresenta da mesma forma em todos os belos corpos. O nariz dos negros é achatado, seus lábios são grossos, seus cabelos são crespos e sua cabeça é mais achatada. Os orientais e sobretudo os turcos têm nariz longo, os olhos bem fendidos, a boca grande, a testa longa, e todos os traços alongados. Parece que eles têm, em parte, parentesco com os antigos gregos; é o mesmo caráter de beleza, como podemos ver pelas figuras antigas. Os italianos diferem dos gregos pelos grandes olhos, um nariz grosso, os traços grandes. Eles não parecem ter degenerado a beleza dos antigos romanos, pois as esculturas portam a mesma marca. Entre os franceses, os olhos são mais redondos, os traços mais encurtados, o nariz mais breve, o rosto mais arredondado. Cada nação possui a beleza sob uma forma diferente, embora com os mesmos atributos”.¹²⁰

Os turcos são associados aos antigos gregos; os italianos, aos antigos romanos. Os franceses já haviam sido relacionados aos belos povos distantes, habitantes de clima temperado, na passagem anterior: “há entretanto muitas semelhanças entre estes povos e nós, por isso o sangue dos franceses é tão belo”. Neste exame, apenas os negros não são tidos como herdeiros de algum modelo ideal; também são os únicos não nomeados por seu lugar de origem (nem África, nem alguma região específica de lá). Além disso, e das desvantagens apontadas para a pele negra, um silêncio de Vandermonde ratifica o lugar inferior ocupado pelo negro enquanto exemplar de beleza. No quarto capítulo da primeira parte, “Do cruzamento das raças”, o autor parte da observação de que, na natureza, plantas e animais que vivem distantes entre si, mas que eventualmente tenham a oportunidade de se cruzar, geram bons descendentes: imperfeições particulares, causadas por climas

¹²⁰ Vandermonde, *Essai sur la méthode...*, vol. 1, pp.45-6.

específicos, se destruiriam mutuamente no resultado do cruzamento. Afirmando que o clima e a nutrição contribuem muito para o temperamento e o desenvolvimento da forma de cada ser, o médico incentiva o cruzamento de raças que vivem distantes geograficamente (menciona os mesmos povos europeus e orientais citados anteriormente). Os negros, entretanto, são completamente ignorados neste capítulo.¹²¹

“A face humana é, de todas as partes do corpo, aquela que mais depõe contra ou a nosso favor. É um quadro móvel onde nossa alma se pinta a cada instante”.¹²² Este é um dos pensamentos mais emblemáticos de Vandermonde nas páginas do seu ensaio de 1756. Mas bem poderia ser de autoria de um autor posterior, mais de duas décadas adiante: o teólogo suíço Johann Caspar Lavater, que publicou, entre 1775 e 1778, os Ensaio sobre fisionomia destinados a promover o conhecimento e amor da humanidade.¹²³

A obra consiste em quatro volumes *in-folio*, fartamente ilustrados pelos gravadores mais famosos da época a partir dos desenhos do autor e, a despeito das críticas e polêmicas que suscitou, tornou-se um dos trabalhos mais influentes entre fins do século XVIII e as primeiras décadas do XIX. A característica mais importante da publicação são as centenas de ilustrações, que logo foram divulgadas e apropriadas fora de seu contexto original, principalmente pelos estudos de frenologia e pelo universo das ilustrações populares. Ao longo das décadas, o sucesso da obra desencadeou muitas edições parciais e mais baratas. Estima-se que, até meados do século XIX, havia aproximadamente 150 versões lançadas no mercado editorial europeu e americano.¹²⁴ É preciso lembrar que a procura do público pelas ilustrações foi, sem dúvida, o principal fator do sucesso da obra, e, neste caso, as imagens são efetivamente o principal veículo de demonstração das proposições do teólogo. Assim, o crescente gosto dos leitores por gravuras que acompanhassem os livros ia ao encontro do interesse dos estudiosos nas relações entre estética e variedade humana, criando um terreno cultural particularmente propício à legitimação das imagens como meio privilegiado para se provar ou fixar idéias, teorias e conceitos.

A teoria de Lavater consiste no pressuposto principal de que a vida interior de uma

¹²¹ Ver Vandermonde, *Essai sur la méthode...*, vol. 1, pp. 99-118.

¹²² Vandermonde, *Essai sur la méthode...*, vol. 1, p. 32.

¹²³ *Physiognomische Fragmente, zur Beförderung der Menschenkenntnis und Menschenliebe*.

¹²⁴ Informações extraídas do projeto “Digital Lavater”, que disponibiliza o conteúdo textual e imagético da edição inglesa de 1844, bem como uma seleção bibliográfica a respeito do autor e da obra, no site <http://www.newcastle.edu.au/discipline/fine-art/pubs/lavater/>

pessoa é revelada por sinais legíveis na face, compondo uma espécie de linguagem natural. Em decorrência desta relação, a beleza física normalmente corresponde a virtudes interiores e, ao contrário, todos os tipos de feiúra ou deformidades são indicativas de torpeza moral. Assim, o julgamento entre o interior e o exterior dos homens se dá pela estética. A “ciência da fisionomia”, para Lavater, encaixava-se num ramo da filosofia natural, ao lado da medicina, física, teologia, matemática e, obviamente, da estética. Nas páginas de seu ensaio, dialoga com textos bíblicos, alguns autores clássicos e, mais incisivamente, busca respaldo nas idéias de Kant, Buffon e Winckelmann para ratificar o papel da fisionomia como um indicativo valioso do estudo das características físicas e morais da humanidade.

Mas as seções dos volumes de Lavater não parecem ter uma organização sistemática, ou uma clara proposta de coesão entre os diversos estudos apresentados. São tópicos que contêm exemplos muito variados e truncados das possibilidades (para o autor, praticamente ilimitadas) de aplicação das observações fisionômicas. Há exemplos relacionados aos “temperamentos”, mostrando como seriam os traços do rosto de alguém “fleumático”, “sangüíneo”, ou “irascível”; comparações de rostos e expressões humanas com as de alguns animais; análises de fases ilustres de filósofos, cientistas ou escritores coevos, antigos ou da renascença; situações bem particulares como “bêbados” ou “doentes”; conjuntos dedicados a partes isoladas do rosto, como narizes, lábios e olhos.

O estudo de Lavater reserva pouco espaço para questões relativas à variedade humana, nem constrói comparações hierárquicas insistentes entre raças ou nações, embora concorde com as formulações de Buffon. Podemos destacar aqui um fragmento no qual o teólogo aponta diferenças entre os povos a partir da análise de quatro crânios (fig. 04) mas, de qualquer forma, isto constitui uma exceção no enorme conjunto da obra, toda composta por exemplos fisionômicos de modelos europeus:

“1. É o crânio de um alemão, com todas as marcas de uma cabeça européia, muito distinto de 2, 3, e 4. A parte traseira contém a metade mais grossa, a parte dianteira a mais fina. A testa melhor arqueada; nem tão pontuda, nem tão redonda. A pessoa a quem pertenceu não era estúpida, nem um homem do gênio; mas um caráter frio, compenetrado, industrioso.

2. Um africano, diferente dos dois anteriores¹²⁵ na estreiteza da parte traseira da cabeça, e na largura de sua base, que consiste em um osso muito forte: pelo osso curto do nariz, a cavidade projetada para os dentes, que ocasionam o nariz achatado e curto, e os lábios grossos e proeminentes destes povos. Eu observo particularmente a desproporção da testa, em relação às outras partes do perfil. O arqueamento da testa considerado separadamente é certamente tão estúpido quanto as outras partes parecem evidentemente ser.

3. É um crânio de um habitante das Índias Orientais, muito distinto do europeu, primeiramente pela ponta aguda no alto; pela brevidade da parte traseira; e, finalmente, pelos os ossos excepcionalmente fortes dos maxilares, assim como de toda a fisionomia. É indubitável que este crânio é formado para satisfações mais rudes, e menos delicadas e espirituais do que anterior.

4. De um nômade Tártaro. Esta testa, com respeito à baixeza, mas não à posição, assemelha-se à testa de um macaco. As cavidades para os olhos são profundas, o osso do nariz curto e achatado, de modo que mal se projeta além dos ossos abaixo dele, conseqüentemente o queixo é o mais proeminente, o que, entretanto, resulta num osso consideravelmente fraco, e faz com que toda a fisionomia tenha um desagradável contorno côncavo; ao passo que os perfis das outras três fisionomias são convexos. A testa baixa e o olho fundo do macaco foram observados como indicadores de covardia e rapina. Receba isto, leitor, como uma verdade, provada por mil experiências, que todas as concavidades gerais do perfil, isto é, concavidades de forma, predizem fracos poderes, que se esforçam, como todas as fraquezas naturais, para suprir e esconder suas deficiências pela força da astúcia”.¹²⁶

Está claro, portanto, o lugar ocupado nas teorias de Lavater pelos povos não europeus. Os exemplos escolhidos pelo autor não têm a pretensão de corresponder a um completo e sistemático quadro das diferenças entre os povos. Certamente não foram

¹²⁵ Nesta edição, os desenhos dos crânios estão dispostos em duas colunas, sendo que os modelos 1 e 3 aparecem na parte superior da página. Assim, se o leitor seguir a ordem natural de leitura (da esquerda para a direita, na horizontal), verá o modelo 3 antes do modelo 2.

¹²⁶ Extraído de “Digital Lavater”, disponível em <http://www.newcastle.edu.au/discipline/fine-art/pubs/lavater/lav-p41-.htm>

pinçados ao acaso, mas de fato não era preocupação do teólogo adentrar esse tema. A inferioridade dos não europeus aparece aqui como um dado peremptório sobre o qual não seria necessário se prolongar. Neste contexto, o africano é, excepcionalmente, menos desqualificado do que o tártaro, a quem foi reservada munição mais pesada.

Segundo Bindman, as idéias de Lavater foram rejeitadas pela maioria dos intelectuais contemporâneos. Entretanto, ao se tornar com relativa rapidez um sucesso editorial, a obra teve um impacto cultural considerável entre vários círculos europeus. Os ensaios de Lavater podem ser relacionados, por exemplo, à popularização do gênero caricaturesco nas últimas décadas do século XVIII, bem como a novos elementos conceituais introduzidos nas linguagens dos romancistas e teatrólogos da época. Já no início do século XIX, houve uma absorção não das teorias, mas dos métodos de Lavater também em círculos científicos. Se a maioria dos cientistas continuava a rejeitar as relações entre fisionomia e alma nos termos formulados pelo teólogo, seus procedimentos podem ter aberto precedentes para mensurar evidências mais palpáveis do que aquelas propagadas pelas teorias climáticas, como graus de civilização ou estágios das sociedades. Deste modo, Lavater lançou diretrizes para duas crenças que tomariam grande força entre os cientistas ao longo do século XIX: de que o formato do cérebro e outros sinais faciais podem indicar tendências psíquicas ocultas, e que estas podem ser medidas com resultados indicativos. Sendo assim, mesmo que Lavater não se interessasse pelo tema da variedade humana, é possível que tenha antecipado, mais do que qualquer outro autor conhecido do século XVIII, os nexos entre craniometria, tipologia facial e racial – as vigas-mestras que constituiriam o racismo científico.

Mas não atropelemos o tempo. 1775 é realmente um ano importante para este capítulo. Enquanto Lavater lançava os primeiros volumes de sua obra e Kant publicava seu trabalho mais influente sobre as raças humanas, um dos mais ilustres colecionadores de crânio também concluía a tese Das variedades da espécie humana.¹²⁷ Porém, somente vinte anos depois, com a terceira edição da obra, sua divisão para os povos humanos, modificada em relação à proposta original, tornou-se a mais respeitada e divulgada durante a primeira

¹²⁷ De generis humani varietate nativa.

metade do século XIX.¹²⁸ Johann Friedrich Blumenbach dividiu a espécie humana em cinco “variedades”: caucasiana, mongólica, etíope, malaia e americana. Esta classificação foi baseada nas diferentes constituições dos corpos, estatura e cor da pele. O cientista alemão não afirmava propriamente hierarquias baseadas em padrões de beleza ou capacidades mentais. Considerava, entretanto, a variedade caucasiana como a norma, o padrão físico original das quais as outras seriam degenerações causadas por vários fatores naturais externos.

Os fenômenos de “degeneração” são, efetivamente, o cerne das explicações para a variedade humana e animal desenvolvidas por Blumenbach. Sua preocupação inicial é de separar claramente o conceito de “espécie” do de “variedade” ou “raça”, defendendo claramente a monogenia:

“(…). Vamos inquirir de qual natureza e quão grande é a diversidade natural que separa as raças e as múltiplas nações de homens; e considerar como a origem desta diversidade pode ser explicada pela degeneração, e em que medida esta explicação é suficiente para nos desencorajar a concluir que há mais de uma espécie original de homem”.¹²⁹

As degenerações são, portanto, o motor da variedade de todos os seres vivos. Com relação aos homens, o cientista destaca:

“Quanto mais as causas de degeneração agem em conjunto e mais demoradamente sobre a mesma espécie, mais visivelmente aquela espécie pode se afastar de sua conformação primeva. E nenhum outro animal pode ser comparado ao homem nesse respeito, pois ele é onívoro e habita em todos os climas, e é mais domesticado e afastado de suas origens do que qualquer outro animal, e assim, sobre ele, as forças conjuntas do clima, dieta e modo de vida devem ter agido por um longo tempo”.¹³⁰

¹²⁸ Sobre as diferenças e nuances conceituais entre as edições de 1775 e 1795, ver C. Blanckaert, “Les conditions...”, pp. 138-45. Este autor considera que Blumenbach – pela época em que viveu (1752-1840) e por seus deslocamentos intelectuais ao longo dos anos – representa uma “transição quase física” entre as teses climáticas de Buffon e o racismo científico pleno de Paul Broca (1824-1880). Sobre este processo, ver ainda o excelente artigo “The Geometer of Race”, de Stephen J. Gould, disponível em versão virtual: <https://netfiles.uiuc.edu/sleigh/www/cluster/geometer.html>.

¹²⁹ J. F. Blumenbach, *De generis humani...*, apud: E. Eze, *Race and Enlightenment...*, pp. 79-80.

¹³⁰ J. F. Blumenbach, *De generis humani...*, apud: E. Eze, *Race and Enlightenment...*, p. 82.

Sobre a “variedade etíope”, Blumenbach, num primeiro momento de sua descrição das raças, limita-se a elencar características físicas sem ensaiar nexos de outras naturezas. Além disso, no item seguinte da obra, observa:

“Esta variedade, principalmente porque é tão diferente de nós em sua cor, induziu muitos a considerá-la – à semelhança do espirituoso, porém mal instruído em fisiologia Voltaire – como uma espécie particular da humanidade. Mas não me é necessário gastar qualquer tempo aqui refutando esta opinião quando foi mostrado tão claramente acima que não há uma só característica peculiar e universal entre os etíopes que não possa ser observada em todos os lugares em outras variedades de homens. E além disso, não há nenhuma característica que não possa ser esclarecida por sensíveis gradações desta variedade em relação a seus vizinhos (...)”¹³¹

Assim, embora afirme ser caucasiana a espécie original humana, o conceito de degeneração elaborado por Blumenbach, mesmo que calcado em explicações climáticas, geográficas e ambientais, não comporta os desdobramentos e conclusões como os de Buffon e seus seguidores, a respeito de modelos de beleza e disposições de caráter dos povos.

Para formular e rever suas proposições ao longo dos anos, Blumenbach baseou-se principalmente em relatos de viajantes e em exaustivos estudos de mais de uma centena de crânios de sua coleção particular – a qual, orgulhava-se, era maior do que a de Pieter Camper, um médico e anatomista holandês contemporâneo seu.¹³² Entretanto, ele mesmo apontou várias limitações do método craniométrico como prova científica da diversidade humana.¹³³ Camper, por sua vez, parece ter feito uso mais acrítico de seu material tétrico. Como morreu em 1789, não pôde ver publicado, cinco anos depois, o trabalho que se tornaria o mais célebre dos seus. No prefácio da edição póstuma inglesa da obra, o tradutor explica:

“O grande objetivo [do trabalho] era mostrar que as diferenças

¹³¹ J. F. Blumenbach, *De generis humani...*, *apud*: E. Eze, *Race and Enlightenment...*, pp. 86-7.

¹³² Ver D. Bindman, *Ape to Apollo...*, p. 202.

¹³³ D. Bindman, *Ape to Apollo...*, pp. 161-2.

nacionais podem ser reduzidas a regras; das quais as diferentes orientações da linha facial formam uma regra ou cânone fundamental; - que estas orientações e tendências são sempre acompanhadas por uma forma correspondente, tamanho e proporção de outras partes do crânio, cujo conhecimento irá prevenir o artista de misturar as características de diferentes nações no mesmo indivíduo, e capaz de dar a ele o verdadeiro caráter para figuras nacionais introduzidas numa composição”.¹³⁴

Inspirado nas idéias de Winckelmann sobre a perfeição dos modelos gregos, Camper mediu muitas estátuas gregas e romanas e estabeleceu uma medida ideal de 100 graus para o que chamou de “ângulo facial”: formado pelo cruzamento de duas linhas: uma traçada horizontalmente das orelhas ao nariz e outra que tangencia, na vertical, o ponto mais proeminente da testa e do nariz de um rosto de perfil. A partir deste padrão, o anatomista passou a medir e classificar crânios de macacos e seres humanos. A média para os europeus resultou em aproximadamente 90 graus; para o africano, 70 graus; seguido do orangotango e do macaco, respectivamente com 58 e 42 graus (fig. 05).

Embora esta craniometria proclame uma inexorável superioridade européia e situe o africano mais próximo ao orangotango, Camper explicitou que isso se reduzia à estética – não ensaiou nenhuma outra conclusão para estas hierarquias. De qualquer modo, seu trabalho significou a primeira tentativa científica de associar a tipologia do crânio “arquetípico” dos europeus com aquela das esculturas canônicas antigas.

O propósito do médico holandês era escrever um livro de instruções para artistas plásticos, sem dúvida. Mas, como o próprio título do trabalho indica, as conexões entre a anatomia e as artes formuladas por Camper são um exemplo cabal do quanto o tema da diversidade humana espalhava-se então por várias searas das ciências e das artes. E, novamente, nos deparamos com o destaque dado ao veículo iconográfico como um bem sucedido componente para demonstração de um determinado objeto. Este autor, sendo um anatomista profundamente interessado nas representações dos corpos humanos, preocupou-se em definir modelos precisos para a confecção de imagens que dessem às “figuras

¹³⁴ The Works of the late Professor Camper, on the Connexion between the Science of Anatomy and the Arts of Drawing, Painting, Statuary, &c. &c. Londres: C. Dilly, 1794, vol. 1, p. x.

nacionais” seu “verdadeiro caráter”. Assim, para ele, o registro artístico do elemento humano não poderia, de modo algum, prescindir da observação de regras anatômicas definidas por um método científico (mensuração de crânios e estátuas) que estabelecia padrões para a variedade estética dos povos.

Médicos, naturalistas, filósofos, teólogos, historiadores da arte. Todos estes estudiosos, em seus diálogos diretos ou indiretos no transcorrer da segunda metade do século XVIII, encarnam preocupações cruciais do cenário científico e intelectual europeu a respeito das diferenças entre os homens e, mais pontualmente, quais os estatutos atribuídos aos negros no interior desse universo. Mas há uma outra parte desta intrincada história que ainda foi bem pouco mencionada aqui. Na verdade, não se trata de outro conjunto de discussões, e sim de mais personagens e acontecimentos que desempenharam papéis de mão dupla na construção, circulação e sedimentação de saberes, imagens, conceitos e preconceitos sobre os povos não europeus.

2. Bagagens e *souvenirs*: relatos de viagem, conhecimento científico e vice-versa.

Stephen Jay Gould assim introduz um dos artigos de seu impagável O Sorriso do Flamingo:

“Hoje, classificamos todos os humanos numa única espécie, *Homo sapiens*. Mas Carolus Linnaeus, no documento fundador da taxonomia animal, o *Systema naturae* (Sistema da natureza) de 1758, reconheceu uma segunda espécie, *Homo troglodytes*. Enquanto Lineu devotou várias páginas ao *Homo sapiens* em toda sua diversidade, o *Homo troglodytes* mereceu apenas um parágrafo. Essa segunda espécie, ativa apenas à noite e que falava em sibilos, oferecia poucas informações que sustentassem a sua existência. O *Homo troglodytes* surgiu como um composto de relatos exagerados de viajantes, baseados em observações imperfeitas de macacos antropóides humanizados ou de povos nativos degradados. (...)

Por que esse sóbrio naturalista incluiu uma ficção tão mal fundamentada na descrição do seu primeiro e mais importante gênero? Como

resposta básica, Lineu trabalhou com uma teoria que previa tais criaturas; quando algo deve existir, indícios imperfeitos tornam-se mais aceitáveis”.¹³⁵

O perspicaz Gould fala de seu lugar de paleontólogo, pensando em noções de erro e acerto próprias de um determinado universo científico e diferentes daquelas que orientam os historiadores. Mesmo assim, seus argumentos nos inspiram algumas considerações. Antes de tudo, o naturalista sueco provavelmente não julgava “exagerados” os relatos dos viajantes que escolheu, nem que seus indícios eram “imperfeitos”. Lineu estava construindo uma teoria científica em consonância com os padrões de demonstração comumente aceitos em sua época e, neste contexto, as obras de viagem também eram problematizadas como fontes, havendo critérios para julgar sua legitimidade ou não.

Segundo Joan-Paul Rubiés, desde o final do século XVI os livros de viagem já haviam se tornado um gênero bastante difundido na Europa. Tais narrativas não seriam somente baseadas em observações empíricas, usadas para definir generalizações etnológicas, mas elaboravam modelos abstratos para descrever práticas. Diversos tratados publicados durante aquele período, para Rubiés, já ofereciam instruções aos viajantes sobre o processo de observação e classificação que deveriam utilizar, além de implicações morais e pedagógicas. Os autores desta tradição discursiva preparavam as atitudes dos empreendedores de viagens com relação ao que iriam ver e aprender em terras distantes, além de oferecerem advertências de como, para os propósitos da descrição, a realidade deveria ser estruturada em certas categorias conceituais.¹³⁶

No século XVIII, os círculos intelectuais continuaram preocupados com as dimensões epistemológicas dos relatos de viagem, agora em outros termos. Jorge Cañizares-Esguerra mostra como se deu a construção da figura e das qualidades do “viajante filosófico” no final do século XVIII. O autor argumenta que pensadores como Adam Smith e o abade Raynal pertenceram a uma geração de intelectuais europeus que começou a questionar os critérios de veracidade dos relatos de viagem à América produzidos nos dois séculos anteriores, que não mereceriam crédito por terem sido

¹³⁵ Stephen Jay Gould – O sorriso do flamingo. Reflexões sobre História Natural. São Paulo: Martins Fontes, s.d., p. 243.

¹³⁶ Ver Joan-Paul Rubiés – “Instructions for Travellers: teaching the eye to see”. *History and Anthropology*, 9 (2-3): 139-189.

produzidos por testemunhas “não qualificadas”, embora oculares: conquistadores espanhóis, missionários e piratas. A principal referência para a concepção do “viajante filosófico” parece ter sido Investigações filosóficas sobre os americanos...¹³⁷ – publicada no mesmo ano da primeira viagem de James Cook ao Pacífico –, obra na qual Cornelius de Pauw defende novas metodologias e formas de evidência (lingüística, história natural, geologia) para se construir um perfil do Novo Mundo e seus habitantes. Raynal, Smith e mesmo Alexander Von Humboldt, posteriormente, foram influenciados pelos preceitos expostos nessa obra.¹³⁸

Mais de meio século antes, porém, houve uma contenda fundamental para a formulação da idéia de viagem filosófica: a disputa entre as credenciais dos relatos de Louis Feuillé¹³⁹ e Amédée François Frézier.¹⁴⁰ Os dois viajantes foram enviados em ocasiões diferentes, a mando da Coroa francesa, para espionarem as colônias espanholas. Cada um pertencia a tradições diversas de observação e procedimentos. Frézier era engenheiro militar e tido como um homem audaz e empreendedor; ao contrário de Feuillé, um erudito frade da Corte de Luís XIV, que possuía formação de matemático, astrônomo e naturalista. Este chefou uma expedição ao Novo Mundo entre 1707 e 1712 para traçar mapas e fazer um levantamento dos recursos naturais das colônias espanholas. Frézier, por sua vez, foi incumbido de avaliar a capacidade das fortificações e portos espanhóis nos Mares do Sul, de 1712 a 1714. O engenheiro militar recebeu com desprezo os originais do material produzido pelo frade cientista, afirmando que este havia substituído informações pragmáticas valiosas, acumuladas por marinheiros e mercadores, por anotações astronômicas feitas no conforto de sua cabine no navio. Frézier foi ainda mais longe, acusando Feuillé de ser apenas um “devorador de livros” que acabou mostrando um

¹³⁷ Recherches philosophiques sur les américains, ou Mémoires intéressants pour servir à l’histoire de l’espèce humaine. Berlim: G. J. Decker, 1768-69, 2 vols.

¹³⁸ Ver Jorge Cañizares-Esguerra - How to write the history of the new world. Histories, epistemologies and identities in the eighteenth-century Atlantic World. Stanford: Stanford University Press, 2001, pp. 11-59.

¹³⁹ Journal des observations physiques, mathématiques et botaniques. Faites par l’ordre du Roy sur les côtes orientales de l’Amérique méridionale et dans les Indes Occidentales, depuis l’année 1707 jusque en 1712. Paris: Pierre Giffart, 1714.

¹⁴⁰ Relation du voyage de la Mer du Sud aux Côtes du Chily, du Perou, fait pendant les années 1712, 1713 et 1714, dédiée à S. A. R. Monseigneur Le Duc D’Orleans, Regent du Royaume. Paris: Jean-Geoffroy Nyon, 1716.

“exagerado interesse por curiosidades naturais irrelevantes”.¹⁴¹

A resposta do viajante insultado veio a público somente em 1725, quando Feuillé contra-argumentou que Frézier teria desenhado mapas imprecisos por não saber lidar com pêndulos e telescópios, tampouco observar cuidadosamente os satélites de Júpiter para identificar longitudes. Como um “navegador ignorante que nada conhecia sobre os truques da percepção humana”, Frézier havia ainda descrito os pingüins como animais cobertos de pêlos ao invés de penas, dando munição para Feuillé apontar que “não devemos acreditar que todos os julgamentos que resultam de nossas observações são igualmente exatos; [nossa percepção] freqüentemente erra quando não temos a ajuda da razão (...) e instrumentos (...)”.¹⁴²

Mas além do uso da razão e de aparatos técnicos, ele também se mostrou bastante preocupado com a necessidade de uma “correta percepção humana”: seria necessário conhecer determinados procedimentos que doutrinassem o olhar. Assim, Feuillé formatou seu relato como um diário, com minuciosas descrições de mensurações e cálculos, assim como gravuras dos instrumentos utilizados nestas operações. Deste modo, os leitores – não somente seus pares acadêmicos – poderiam testemunhar a veracidade da construção de novos conhecimentos.

No início do século XVIII, os naturalistas já valorizavam o método empírico como o mais incontestável fundamento das descobertas. Entretanto, estes estudiosos supunham que os aparatos técnicos eram suficientes para verificar os fatos e o funcionamento da natureza. Além disso, eles também identificavam e credenciavam estes “fatos” por meio de conversas e demonstrações de experimentos em salões e academias. Segundo Esguerra, estas manifestações de sociabilidade acadêmica promoveram um terreno para construções coletivas e consensuais de certos conhecimentos, ao fazer dos leitores e espectadores letrados espécies de “testemunhas virtuais” nestas ocasiões.¹⁴³ Louis Feuillé, certamente, estava bastante cioso destes movimentos quando incluiu em seu relato ilustrações de instrumentos e detalhadas descrições dos locais onde foram feitos seus cálculos e observações astronômicas, além de numerosos desenhos de fauna, flora e figuras humanas.

¹⁴¹ Amédée Frézier, **Relation du voyage ...**, apud: J. Esguerra, **How to write...**, p. 15.

¹⁴² Louis Feuillé - Journal des observations physiques, mathématiques et botaniques sur les côtes orientales de la Amérique Méridionale et aux Indes Occidentales, et dans une autre voyage fait par le même ordre à la Nouvelle Espagne et aux isles de l'Amérique. Paris: Jean Matiette, 1725, p. vii.

¹⁴³ J. Esguerra, **How to write...**, p. 16.

O acréscimo de ilustrações nos livros de viagem está, portanto, intimamente ligado a um elã de questionamento mais amplo dos limites e potenciais do olhar humano: os círculos eruditos passaram a atentar para as ambigüidades e imprecisões da expressão escrita ao ser veiculada em contextos e públicos culturalmente diversos. Para evitar este perigo, então, os cientistas viajantes passaram a desenhar ou pintar os temas observados, ou levando consigo artistas que dessem conta de “capturar uma realidade inequívoca e não distorcida”.¹⁴⁴ Assim, já durante a primeira metade do século XVIII, a figura do viajante filósofo foi-se construindo no interior de debates sobre o uso do instrumental técnico e da razão como elementos controladores e disciplinadores da percepção humana.

Podemos imaginar, portanto, que Carl Lineu, ao lançar a segunda versão do Sistema da Natureza em 1758 estava a par destas discussões e fez escolhas cuidadosas dos relatos de viagem que citou para corroborar suas teses. Mas se as informações contidas em alguns destes livros ajudaram Lineu a compor certos elementos de seu sistema, a contrapartida foi não só verdadeira como em maiores proporções. Os estudos do naturalista sueco significaram um marco não só para a história natural, mas também para as grandes expedições científicas européias da segunda metade do século XVIII. Lineu influenciou, pois, uma mudança de paradigma no discurso dos viajantes, muitos dos quais eram naturalistas como ele, respondendo a um afã de sistematização da natureza e dos povos encontrados em terras distantes. A partir de então, nas palavras de Mary Louise Pratt, “as viagens e os relatos de viagem jamais seriam os mesmos. Na segunda metade do século XVIII, fosse uma dada expedição primariamente científica ou não, fosse o viajante um cientista ou não, a história natural desempenharia algum papel nela”.¹⁴⁵ A coleta de espécies, a construção de coleções, a descoberta e classificação de novas espécies tornaram-se temas típicos nas viagens e seus registros, transformando-se mesmo, para além dos círculos científicos especializados, numa prática diletante do público letrado – o que Pratt chamou de “estudo cavalheiresco da natureza”.

Esta autora tornou-se, nos últimos anos, uma interlocutora obrigatória para entendermos as relações entre as ciências naturais e os novos significados das obras de

¹⁴⁴ J. Esguerra, How to write..., p. 17. Vale lembrar, conforme já discorremos aqui, o importante papel cultural desempenhado por materiais iconográficos junto ao público consumidor europeu ao longo do século XVIII, sobretudo as gravuras avulsas e ilustrações de livros.

¹⁴⁵ M. Pratt, Os olhos do império..., p. 59.

viagem para várias instâncias culturais e políticas europeias do final do século XVIII. Ela defende que uma perspectiva imperial europeia – que nomeou “olhos do império” – foi, em suma, o agente responsável pela criação e veiculação de noções e conceitos que orientavam, em parte, as visões dos viajantes sobre os povos não europeus. Pratt atenta para que tais relatos sejam lidos considerando-se uma “multiplicidade de variáveis determinantes da história da construção do sentido imperial”.¹⁴⁶ Um dos mais emblemáticos casos analisados em seu livro é o da expedição internacional que ficou conhecida pelo nome de um de seus poucos sobreviventes, o geógrafo francês Charles de la Condamine. Apesar de suas vicissitudes e fracassos, a empresa foi uma grande mola impulsora da prática e do gênero literário de viagens exploradoras a interiores de terras estranhas, que tomariam um lugar privilegiado no cenário das ciências e da cultura europeias:

“Textos orais, textos escritos, textos perdidos, textos secretos, apropriados, abreviados, traduzidos, coligidos e plagiados; cartas, relatórios, histórias de sobrevivência, descrição cívica, narrativa de navegação, monstros e maravilhas, tratados medicinais, polêmicas acadêmicas, velhos mitos reencenados e invertidos – o *corpus* La Condamine ilustra o múltiplo perfil dos relatos de viagem nas fronteiras de expansão da Europa em meados do século XVIII. A expedição mesma é de interesse neste contexto como uma instância precursora e notoriamente mal sucedida daquilo que logo se tornaria um dos mais ostentados e conspícuos instrumentos europeus de expansão, a expedição científica internacional. Na segunda metade do século XVIII, a expedição científica tornar-se-ia um catalisador das energias e recursos de intrincadas alianças das elites comerciais e intelectuais por toda a Europa. Igualmente relevante é que a exploração científica haveria de se tornar um foco de intenso interesse público, fonte de alguns dos mais poderosos aparatos ideológicos e de idealização, por meio dos quais os cidadãos europeus se relacionaram com outras partes do mundo”.¹⁴⁷

Assim, podemos vislumbrar os impactos que as publicações de viagens atingiram

¹⁴⁶ M. Pratt, *Os olhos do império...*, p. 28.

¹⁴⁷ M. Pratt, *Os olhos do império...*, pp. 52-3.

de forma crescente, para os diversos públicos europeus, no transcorrer do século XVIII. Por outro lado, um crucial questionamento de Pratt ainda merece ser lembrado aqui:

“Os frutos do império, sabemos, foram constantes na elaboração da cultura, história e sociedade doméstica européias. Em que medida as construções européias sobre os outros subordinados teriam sido moldadas por esses últimos, através da construção de si próprios e de seu ambiente, tal como eles os apresentaram aos europeus?”¹⁴⁸

Este é um tipo de pergunta tão importante quanto trivial para o ofício dos historiadores. Em outras palavras, é um dos preceitos básicos do método historiográfico desconfiar que os documentos contêm pistas e sinais à revelia de quem os produz. Mas o que Pratt cogita vai além disso, sugerindo que, intencionalmente, os povos não europeus “deram-se a ver” por meio de escolhas e construções deliberadas de partes de seu mundo. É possível. Foge ao escopo deste capítulo perseguir indícios dessa natureza; entretanto, esta questão nos remete a outra.

O belo trabalho do historiador da arte Bernard Smith nos permite acompanhar a evolução da arte do desenho na experiência das viagens de James Cook. A prática da observação empírica e a divulgação dos resultados das viagens, em especial aquelas realizadas ao Pacífico Sul, colocaram os europeus diante de universos que questionavam sua posição hegemônica e desafiavam sua capacidade de compreender e representar as diferenças. Deparar-se com estéticas outras e proporções que não cabiam nos cânones clássicos obrigou os artistas e riscadores a desenvolverem práticas de registro que procurassem dar conta destas especificidades, procedendo segundo ditava a boa conduta de um verdadeiro viajante filosófico.

Aproveitando os sistemas taxonômicos desenvolvidos ao longo da segunda metade do século XVIII, os artistas passaram a ver a natureza com olhos classificatórios, porém sem a intenção de esgotar, em seus trabalhos, a realidade observada. Assim, a influência que a história natural exerceu sobre os padrões de expressão iconográfica não caminhou no sentido de “registrar o mundo tal qual ele é”, mas sim de documentar universos em categorias ordenadas, seja na classificação científica das espécies, seja na representação

¹⁴⁸ M. Pratt, *Os olhos do império...*, p. 31.

artística de mundos sociais.¹⁴⁹ Assim, foi-se criando e se afirmando cada vez mais, inclusive até o século XIX, um padrão imagético taxonômico cuja expressão mais evidente pode-se chamar de documentação de espécimes – sejam botânicos, animais, ou tipos humanos inseridos em universos sociais.

Por outro lado, as próprias expedições e seus desdobramentos incentivaram algumas mudanças nas concepções e representações artísticas e científicas europeias, no final do século XVIII.¹⁵⁰ Na edição de 1795 da tese de Blumenbach sobre a variedade da espécie humana, há uma dedicatória a Sir Joseph Banks, o naturalista que acompanhou James Cook em sua primeira expedição ao Pacífico (1768-1771). No texto, o cientista alemão nota que seu próprio trabalho não foi “de gabinete”, mas sim baseado em experiências com crânios, muitos dos quais fornecidos por Banks, coletados durante a viagem. Ele aponta ainda a espantosa negligência que vinha sendo dada ao aspecto humano da história natural, louvando “o imortal Linnaeus, quem primeiro empenhou-se em organizar a humanidade em certas variedades, de acordo com suas características externas; e com suficiente acurácia, considerando-se que então eram conhecidas apenas quatro partes do globo terrestre e seus habitantes”.¹⁵¹ Após esta ressalva, porém, Blumenbach logo observa que os materiais antropológicos advindos das viagens de Cook foram fundamentais para rever a classificação da espécie humana formulada por Lineu, destacando, além dos crânios, os registros etnográficos do pintor inglês William Hodges, que participou da segunda expedição (1772-1775), como “uns dos poucos de algum valor para estudo científico”.¹⁵²

O exemplo das relações entre Blumenbach e as viagens de Cook, embora especialmente proveitoso para nós, é apenas um entre muitos no contexto dos diálogos, disputas e embates causados pelas expedições naturalistas no cenário científico europeu das

¹⁴⁹Ver Bernard Smith. *Imagining the Pacific – In the wake of the Cook Voyages*. New Haven: Yale University Press, 1992.

¹⁵⁰ Para saber se neste movimento de mão dupla houve, conforme sugere Mary Pratt, uma contribuição consciente dos povos não europeus observados, seria necessária uma investigação de outra natureza.

¹⁵¹ J. F. Blumenbach, *De generis humani...*, *apud*: D. Bindman, *Ape to Apollo...*, p. 190.

¹⁵² J. F. Blumenbach, *De generis humani...*, *apud*: D. Bindman, *Ape to Apollo...*, p. 191. Timothy Mitchell, por sua vez, aponta a influência do relato de Johann Reinhold Forster (1778), naturalista da segunda viagem de Cook, sobre as considerações estéticas de Herder durante a década de 1780, que evidenciavam um certo gosto pelo relativismo artístico no interior de suas concepções historicistas. As observações de J. R. Forster, bastante lidas na Alemanha e Inglaterra, relacionavam as diferenças de normas culturais e tipos humanos à história natural e à geografia. (Ver T. Mitchell, *Art and science...*, pp. 79-80).

últimas décadas do século XVIII.¹⁵³ O espaço, por excelência, para discussão destas novidades, organização de outras viagens e sistematização e divulgação dos resultados das empresas eram as academias de ciência e os museus de história natural dos quais, obviamente, a maioria dos viajantes fazia parte,¹⁵⁴ consolidavam a importância destes centros de conhecimento como espaços de transmissão autorizada desses saberes.

Um viajante-naturalista carregava consigo um conjunto de tradições que começavam a se cristalizar na Europa do período, surgindo uma dimensão normativa representada pelas famosas instruções de viagem, geradas nestas instituições.¹⁵⁵ Segundo Marie Nöele Bourguet, a profusão destas obras passou a constituir mesmo um gênero literário, determinando o que deveria ser observado e disciplinando o olhar dos viajantes:

“Nada se deve excluir a priori, submeter ao relatório os fatos mais improváveis como os mais ordinários, tornar curioso o que é banal; exótico o que é familiar (...). A viagem e a observação são para o conhecimento científico da natureza o que são o laboratório e a experiência para as ciências físicas: o lugar onde se constrói e se prova o conhecimento”.¹⁵⁶

¹⁵³ Para exemplos que tratam mais especificamente das mudanças na ciência botânica relacionada ao impacto dos resultados apresentados por Joseph Banks e James Cook, ver: David Philip Miller e Peter Hanns Reill (orgs.) – *Visions of Empire. Voyages, botany, and representations of nature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

¹⁵⁴ A Academia de Ciências de Paris e a Sociedade Real de Londres estão entre as mais importantes da Europa, desde as últimas décadas do século XVII, e talvez isso explique a predominância de viajantes franceses e ingleses no Brasil da primeira metade do século XIX. Para se ter uma boa noção do funcionamento da instituição parisiense, suas relações com os governos, disputas internas, construção e modificações de estatutos, formas de subvenção, etc, ver, entre outros: Roger Hahn – *The anatomy of a scientific institution. The Paris Academy of Sciences, 1666-1803*. Berkeley: University of California Press, 1971; Daniel Roche – “Natural history in the academies”, *in*: N. Jardine, J. Secord and E. Spary (orgs.), *Cultures...*, pp. 127-144. Para o século XVII, ver ainda Alice Stroup – *A company of scientists. Botany, patronage, and community at the seventeenth-century Parisian Royal Academy of Sciences*. Berkeley: University of California Press, 1990. Sobre o Museu Nacional de História Natural francês, ver Dorinda Outram – “New spaces in natural history”, *in*: N. Jardine, J. Secord and E. Spary (orgs.), *Cultures...*, pp. 249-65. Sobre o significado fundação da Sociedade Real de Londres em 1660, Ernest Cassirer avalia que “tinha sido criado um local de encontro para os trabalhos de todos os cientistas (...). Manifestava desde sua origem um espírito metodológico muito especial, recordando incessantemente que nenhuma idéia mereceria confiança em física se antes não tivesse apresentado suas provas empiricamente (...)”. (*A Filosofia do Iluminismo*. Campinas: Edunicamp, 1994, p. 76).

¹⁵⁵ Ver M. Bourguet - “La collecte du monde...”; L. Kury, “Les instructions de voyage...”; e Joseph-Marie De Gérando - “Considérations sur les diverses méthodes a suivre dans l’observation des peuples sauvages”, *in*: Jean Copans e Jean Jamin (orgs.) – *Aux origines de l’anthropologie française: les mémoires de la Société des Observateurs de l’Homme en l’an VIII*. Paris, 1978, pp. 155-157 e 161-163.

¹⁵⁶ M. Bourguet, “La collecte du monde...”, p. 173.

Ao viajante era incentivado, pois, um olhar atento e despido de preconceitos. Relatar acontecimentos aparentemente improváveis, desde que tenham sido vistos; desenvolver um estranhamento em relação a fatos aparentemente “banais” ou “familiares”: somente desta maneira poderia ser construído um conhecimento legítimo de mundos naturais distantes. Obviamente, tais recomendações foram interpretadas e apropriadas das mais diversas maneiras pelos viajantes. Mesmo assim, estas normas, manuscritas ou impressas, possibilitam-nos perceber as relações que foram se configurando entre as ciências naturais e a prática das viagens, ao arquitetarem novos parâmetros sobre o modo de observar a natureza.

Sobre esses vínculos, e já adentrando o século XIX, não se pode deixar de mencionar também o papel da nascente antropologia. Em 1799, era fundada em Paris a *Société des Observateurs de l'Homme*, entidade envolvida com a organização de grandes expedições marítimas. Entre seus membros, jovens cientistas promissores como Georges Cuvier e Geoffroy Saint-Hilaire, além dos exploradores (e cientistas) Louis Antoine de Bougainville e François Levaillant. Nas palavras de seu fundador, Louis François Jauffret – um literato relativamente obscuro que incluía entre suas publicações livros infanto-juvenis sobre história natural e geografia –, a sociedade dedicar-se-ia à “ciência do homem em seus aspectos físicos, morais e intelectuais”. Jauffret conclamava o “profundo metafísico e o médico pragmático; o historiador e o viajante; aquele que estuda o espírito das linguagens, e aquele que guia e protege os primeiros progressos da infância” a se livrarem de “todo preconceito e espírito sectário”¹⁵⁷ e a se juntarem num estudo comparativo do homem.

Todas estas confluências flagradas no cenário intelectual europeu fazem parte, segundo Mary Pratt, de um grande projeto de construção do conhecimento que, “cobrindo a superfície do globo, enquadrando plantas e animais enquanto entidades discretas em termos visuais, subsumindo-as e realocando-as numa ordem de feitura européia, finita e totalizante”. Para a autora, este projeto, encabeçado pelos novos paradigmas da história natural, “determinou vários tipos de práticas semânticas e sociais e, dentre elas, a viagem e

¹⁵⁷ L. F. Jauffret, texto introdutório a ser publicado num volume de memórias da “Sociedade...”, *apud*: George W. Stocking Jr. – *Race, Culture and Evolution. Essays in the History of Anthropology*. Nova York: The Free Press, 1982, p. 16. Para um quadro geral da ciência antropológica na França do início do século XIX, ver o capítulo “French Anthropology in 1800”, pp. 13-41.

o relato de viagem estavam entre as mais vitais”.¹⁵⁸

Mesmo que, para o desenvolvimento dessas teses, a autora tenha analisado relatos originados das grandes expedições científicas, suas conclusões podem ser alargadas para incluir livros de viagem possuidores de outros formatos e propósitos que também foram tributários dos mesmos movimentos, como as inúmeras compilações de viagem, um gênero literário presente no mercado editorial europeu desde o século XVII, mas que, no âmbito dos questionamentos epistemológicos surgidos ao longo do século XVIII, também começou a ser problematizado.

Neste contexto, segundo Jorge Cañizares-Esguerra, os editores foram além de meras compilações para escreverem narrativas que formavam novos textos, sínteses de muitos relatos. O formato mais comum destas sínteses consistia na criação de uma narrativa a partir de vários relatos já existentes. Este método, acreditava-se, não somente evitava repetições mas também identificava contradições entre testemunhos de viajantes que visitaram a mesma terra:

“Emprestando suas técnicas de filólogos da renascença, os editores adquiriam e cotejavam manuscritos originais, identificavam relatos contraditórios entre todas as narrativas publicadas disponíveis, distribuindo credibilidade entre testemunhos opostos, e construindo uma síntese única e autorizada, uma reconstrução por um viajante talentoso, por assim dizer, possuidor de múltiplos olhares. ‘Reunindo as notas de vários autores anteriores a ele numa única visão’ – John Green¹⁵⁹ argumentou, procurando justificar a nova estratégia editorial - ‘um colecionador é mais capaz de ver seus erros e defeitos e, conseqüentemente, ajustar, corrigir e complementá-los’. Tanto o editor quanto o leitor foram beneficiados por esse método. Comparar relatos permitia aos editores identificarem uma fonte original de outros relatos dela derivados, assim como autores que haviam cometido plágio. Ler, por outro lado, tornou-se mais fácil, pois a narrativa ficava livre de repetições. ‘Ao invés de um grande número de relatos imperfeitos que os autores fornecem

¹⁵⁸ M. Bourguet, “La collecte du monde...”, p. 178.

¹⁵⁹ Geógrafo inglês, autor da compilação *A new general collection of voyages and travels: consisting of the most esteemed realtions which have been hitherto published in any language...in Europe, Asia, Africa, and América...so as to form a complete system of modern geography and history exhibiting the present state of all nations*. Londres: Thomas Astley, 1745-47, 4 vols.

separadamente’, Green sustentava, ‘[o leitor] será suprido com uma descrição completa, compilada deles todos’. Foi esta síntese que permitiu a Green proclamar que sua compilação deveria ser considerada um novo sistema de geografia e história”.¹⁶⁰

A confecção de uma compilação de viagens, portanto, se dava por meio de vários critérios de cotejamento e decupagem que culminavam na construção de uma narrativa julgada idônea, completa e inequívoca. Dentre estes critérios, o conceito de “crítica interna” passou a ser um fator exigido neste tipo de publicação, valorizando a coerência interna dos testemunhos oferecidos. Voltaire, por exemplo, afirmava a esse respeito que “nem mesmo a testemunha ocular deve ser acreditada quando vai contra o senso comum”.¹⁶¹ Os métodos deste filósofo e também do conde de Buffon pregavam essencialmente uma “recusa em acreditar em todo historiador, antigo ou moderno, que se reportou a coisas que vão contra a natureza e o sentido humano”.¹⁶² Esta seria, assim, a proposta que as compilações filosóficas deveriam observar: os méritos dos relatos em si, mais do que a fonte de onde vieram.

Comparando as compilações de John Green e do abade Prévost, Anne-Marie Mercier-Faivre demonstra como, a partir de obras científicas e narrativas de viagem, alguns estereótipos foram cristalizados por este tipo de publicação: “a imagem dos homens de países longínquos legada pelo século XVIII é feita por uma multidão de re-escrituras, distorções, traduções sucessivas de alguns relatos de viajantes de séculos anteriores”.¹⁶³ Evidenciando alguns desses procedimentos, a autora conclui:

“...se é necessário colocar a questão da responsabilidade do século XVIII sobre a constituição de uma imagem degradada dos povos da África, pode-se responder que ela é de natureza essencialmente textual, é devida ao processo de vulgarização posto em prática àquela época. Em outros termos, pode-se dizer que ela é de ordem mecânica mais do que ideológica. (...).

¹⁶⁰ J. Esguerra, *How to write...*, pp. 24-5.

¹⁶¹ J. Esguerra, *How to write...*, p. 22.

¹⁶² J. Esguerra, *How to write...*, p. 23. Para uma análise das brigas epistemológicas entre as concepções de Buffon e Voltaire a respeito da variedade humana, ver José-Michel Moureaux – “Race et altérité dans l’anthropologie voltairienne”. *In*: S. Moussa (org.), *L’idée de “race”...*, pp. 41-53.

¹⁶³ Anne-Marie Mercier-Faivre – “La danse du Hottentot: généalogie d’un desastre (ou Kolbe réécrit par l’Encyclopédie, Prévost, Diderot et ce qui s’en suivit)”. *In*: S. Moussa (org.), *L’idée de “race”...*, p. 72.

É efeito de leituras sobrepostas, deformadas, apressadas que visavam produzir obras de compilação e dicionários. Tudo aquilo que, nos textos dos viajantes esclarecidos marcava sua distância, um olhar turvo, a marca de um olhar antropológico (...) foi suprimido. No lugar, restou aquilo que é apresentado como observações puras, fatos. A escolha dos leitores fez o resto”.¹⁶⁴

Como temos visto até aqui, a dicotomia analítica traçada por Faivre não se verifica facilmente. Não é possível proceder nestes termos, separar um “legítimo” olhar antropológico de leituras distorcidas, muito menos estabelecer uma oposição entre fenômenos “mecânicos” e ideológicos”. Os livros de viagem, em seus vários projetos editoriais, faziam parte de um amplo universo de aproximações com idéias científicas a respeito dos povos não europeus. Na última parte deste capítulo, faremos uma incursão a uma obra que dialoga estreitamente com o gênero das compilações, lançada nos últimos anos do século XVIII, mais especificamente ao volume dedicado à África. Justamente por corresponder a uma síntese provavelmente orientada pelos padrões de verossimilhança e legitimidade apontados acima, e quase adentrando o século XIX, o livro nos dá a oportunidade de verificar múltiplos ecos de questões aqui discutidas – sobretudo os discursos científicos e estéticos a respeito dos negros que ganharam força durante a segunda metade do século XVIII – exemplificando, além disso, valorações que seriam fartamente ratificadas e potencializadas também no século XIX pelos viajantes que estudaremos nos próximos capítulos.

3. A África de Saint-Sauveur

Entre 1795 e 1796, Jacques Grasset de Saint-Sauveur publicou os quatro volumes de sua Enciclopédia de Viagens.¹⁶⁵ Desenhista e escritor nascido no Canadá e educado em

¹⁶⁴ A. Mercier-Faivre, “La danse du Hottentot...”, p. 85.

¹⁶⁵ *Encyclopédie des Voyages, contenant l’abrégé historique des moeurs, usages, habitudes domestiques, religions, fêtes, supplices, funérailles, sciences, arts, et commerce de tous les peuples. Et la collection complete de leurs habillemens civils, militaires, religieux et dignitaires, dessinés d’après nature, gravés avec*

Paris, Saint-Sauveur seguiu carreira diplomática e foi vice-cônsul da França na Hungria e no Cairo.¹⁶⁶ Os volumes de sua obra correspondem às quatro partes do mundo,¹⁶⁷ nos quais encontramos, segundo promete o título, o esforço enciclopedista de descrever todas as dimensões da vida dos povos mencionados. As divisões internas dos volumes correspondem às “nações” (aqui no sentido de “povos” e ou “regiões”) de cada continente.

Não se tem notícia do quanto Saint-Sauveur estava enfronhado nos debates estilísticos e epistemológicos a respeito dos relatos de viagem, mas provavelmente suas seleções compõem descrições que julgou plausíveis, úteis e importantes, embora raramente informe suas fontes.¹⁶⁸ Aqui, será feito um exercício de análise do livro dedicado à África, mas não é intenção deste trabalho tratar dos relatos de viagem a este continente. Neste sentido, apresentar e discutir as considerações sobre os africanos na Enciclopédia... de Saint-Sauveur significa uma via metodológica e documental: por seu formato, data e intenções, este volume é uma boa estratégia para se flagrar o lugar ocupado pelos africanos numa obra que circulava também fora dos espaços acadêmicos mas que, por outro lado, repercutia concepções ali formuladas.

No “Discurso preliminar sobre a África”, Saint-Sauveur já nos dá um bom exemplo dessas possibilidades. Após informações geográficas e críticas ao tráfico de escravos, atenta para a diversidade dos povos africanos e a questão da beleza física:

“Se o africano não oferece em seu rosto as cores frescas reservadas às temperaturas mais amenas, ele é compensado pela brancura de seus dentes, o fogo de seus olhos, a vivacidade de seus lábios, a beleza de seu sangue e a elegância da forma dos corpos”.¹⁶⁹

soin et coloriés à l’aquarelle. Paris: Deroy, 1795-6, 4 vols. Distribuídas entre os quatro volumes, estão mais de 400 gravuras a água-tinta, de autoria do próprio Saint-Sauveur.

¹⁶⁶ Para mais informações sobre o autor e suas obras, ver o site disponível em http://www.unites.uqam.ca/arche/alaq/Pages_portraits/J.G._de_S-Sauveur.html

¹⁶⁷ Respectivamente: América, Europa, África e Ásia. Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde esta obra foi consultada, não se encontra o último volume, referente à Ásia. Este critério de divisão dos volumes da obra corresponde à ênfase nos fatores geográficos como determinantes da diversidade da espécie humana, também de acordo com uma tradição editorial das compilações de viagem.

¹⁶⁸ No caso do volume dedicado à África, ao menos para algumas de suas partes, há possibilidade de testemunho direto, pois Saint-Sauveur foi vice-cônsul no Cairo. Entretanto, conforme nos mostra Esguerra, numa obra desta natureza a questão de o testemunho ser direto ou indireto torna-se absolutamente secundária, sendo considerados outros critérios para se medir a legitimidade de um relato.

¹⁶⁹ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Discours préliminaire sur l’Afrique”, vol. 3, p. 03. É importante notar que, em cada uma das partes deste volume, a numeração das páginas se inicia novamente,

Esta observação, tão próxima à que o médico Vandermonde teceu em 1756, corrobora a força de uma visão negativa em relação à pele negra, mas do que outros traços físicos. Em seguida, Saint-Sauveur não se furta a reproduzir os principais debates a respeito do tema:

“Desde o trópico de câncer até o de Capricórnio, todos os africanos são negros [*noirs*]. Se nos afastarmos do Equador em direção ao pólo antártico, a coloração de seu rosto torna-se mais clara. (...) Este fenômeno parece ser uma lei constante. Muitos médicos têm procurado, com muito estudo, a causa da negridão [*noirceur*] da pele dos negros. As principais conjecturas sobre este tema se reduzem a duas: uma lhe atribui à coloração negra da bile; outra, ao humor contido nos vasos, que preenche os corpos reticulares ou mucosos. Foram feitas diversas experiências muito curiosas sobre esta matéria.

Depois de uma longa maceração da pele de um negro na água, [ilegível] destaca-se a epiderme, examinando-a bem, encontramos-la negra e transparente, portanto a cor negra do africano reside no próprio tecido de sua epiderme, mas esse tecido é composto de pequenos vasos, os quais carregam um suco análogo à bile (...). Seu sangue é de um vermelho escuro, ou antes enegrecido (...).

[ilegível] Donde resulta que esta questão tão importante permanece, portanto, indecisa. Mas o que é certo, é que, independente da cor, os africanos são homens como os asiáticos, os americanos e os europeus”.¹⁷⁰

Nosso autor estaria se referindo indiretamente ao princípio do *oethiops animal* descoberto por Le Cat, ou somente às teses de Malpighy? Se a origem da cor da pele “permanece indecisa” do ponto de vista das explicações anatômicas, Saint-Sauveur parece dar mais credibilidade aos efeitos da latitude. E o que significa a ressalva final sobre a ontologia do africano? Talvez indique que, a despeito de todos os esquemas classificatórios formulados na segunda metade do século XVIII considerarem-no como pertencente à

em arábico. Assim, não há uma numeração contínua, sendo necessário indicar sempre, portanto, em qual parte da obra se encontra a citação utilizada.

¹⁷⁰ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Discours préliminaire...”, vol. 3, p. 05.

espécie humana, sua humanidade ainda era questionada ou, no mínimo, hierarquizada.¹⁷¹

No próximo item introdutório, “Principais variedades naturais e factícias da espécie humana na África”, o escritor continua privilegiando o critério da cor da pele ao diferenciar, em linhas breves e gerais, os povos do continente:

“O etíope é de cor morena ou azeitonada [*brune ou olivâtre*], porte alto, traços do rosto bem marcados, olhos bem fendidos, nariz bem feito, lábios pequenos, dentes brancos.

As mulheres das Canárias têm os cabelos muito finos, os homens são mais azeitonados do que os outros africanos.

O insular do Tenerife é robusto, mais magro e bronzeado.

Nas ilhas do Cabo Verde, são os negros de cor de cobre, ou amarelados de pele.

No centro do Senegal, a pele das mulheres é muito negra e luzente.

As jovens do Egito são muito morenas [*fort brunes*], olhos vivos; os homens são azeitonados.

Sobre as costas da Barbaria, a cor muda, os habitantes são brancos, e seus cabelos de um cinza escuro.

Em Trípoli, as mulheres são grandes e altas.

Sobre a costa do Cabo Verde e na ilha de Gorée, os negros [*nègres*] são de um preto [*noir*] de ébano, radioso e profundo; os outros negros não parecem mais que bronzeados perto deles.

Os negros de Serra Leoa têm uma cor preta menos escura, e os cabelos muito curtos.

Sobre a costa de Ardra e Juida, são ainda menos pretos [*noirs*] do que as nações precedentes.

No Congo, os negros [*nègres*] o são menos do que no Senegal; sua cabeleira é espessa, encarapinhada, preta, freqüentemente ruiva, o olho

¹⁷¹ Blumenbach, em 1775, comentava a respeito da “variedade etíope”: “esta variedade, principalmente porque tem a cor tão diferente da nossa, induziu muitos a considerá-la – seguindo o espirituoso porém mal instruído em fisiologia Voltaire – como uma espécie à parte da humanidade. Mas não me é necessário gastar qualquer tempo aqui refutando esta opinião, quando foi tão claramente mostrado acima [referindo-se às explicações desenvolvidas anteriormente no ensaio] que não há uma só característica suficientemente peculiar ou universal entre os etíopes que não possa ser observada também por toda parte, nas outras variedades de homens (...)” J. F. Blumenbach, *De generis humani...*, *apud*: E. Eze, *Race and Enlightenment...*, p. 86.

comumente escuro [*brune*], muitos no entanto têm os olhos verdes como a água do mar, seus lábios são menos grossos.

Em Gâmbia e Angola, os africanos são muito [ilegível] em saúde; na doença a coloração de sua pele muda, eles se tornam da cor do bistre, ou mesmo cor de cobre.

De todos os negros, os do Senegal são mais bem feitos; os Bambaras, os maiores; os Congos os menores”.¹⁷²

“Negros”, “morenos”, “azeitonados”, “bronzeados”, “cor de cobre”, “amarelados”, “brancos”, “pretos de ébano”, “cor de bistre” – incluindo gradações e comparações entre cada uma dessas cores. A paleta de Saint-Sauveur era realmente variegada. É verdade que estas descrições estão apenas num momento introdutório da obra, mesmo que repetidas e esmiuçadas quando o autor trata particularmente de cada nação. Mas justamente por seu caráter econômico, estas observações iniciais indicam o que mais impressionava Saint-Sauveur. Depois das tantas nuances da pele, os cabelos e a estatura são as características mais mencionadas. Não por acaso conclui, ainda ecoando os conceitos estéticos de Vandermonde:

“As variedades que caracterizam particularmente o negro, os distinguem desvantajosamente dos outros homens são, depois de sua pele, seus cabelos negros e crespos como da lã frisada, pois eles têm o rosto também belo, também regular como todos os outros povos”.¹⁷³

Exceções naturalmente foram apontadas:

“Os hotentotes não são negros [*nègres*] mas cafres, bronzeados somente, cor de oliva; estas duas nações têm contudo os cabelos curtos, pretos [*noirs*], frisados, lanosos.

Os hotentotes são mulatos, disformes de rosto, medíocres de estatura, e magros, mas muito ágeis na caminhada; sua cabeleira é algodoada.

Suas mulheres, muito menores, têm um sinal muito extraordinário

¹⁷² Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Principales variétés naturelles et factices de l’espèce humaine de l’Afrique”, vol. 3, pp. 09-10.

¹⁷³ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Principales variétés...”, vol. 3, p. 10.

que as distingue dos outros seres do mesmo sexo; elas receberam da natureza uma espécie de *tablier*, excrescência de pele dura e larga que se forma [ilegível] do osso [ilegível] púbis e desce até o meio das coxas.¹⁷⁴

Os homens hotentotes têm o lábio superior muito grosso, os dentes brancos, a sobrancelha espessa, a cabeça forte (nós falamos do físico do indivíduo), o corpo magro, os membros miúdos”.¹⁷⁵

Melhor esclarecendo, os hotentotes não são uma exceção aqui. Afinal o escritor não os reconhece como “negros”, mas uma variedade de “cafres”. A julgar pelo sentido estrito da frase, parece o termo está associado diretamente à cor da pele – “os hotentotes não são negros, mas cafres, bronzeados somente”. Neste caso, é bem provável que Saint-Sauveur esteja de acordo com a divisão estabelecida para os povos africanos pelo conde de Buffon, que também separava os cafres (“negros menos negros”) dos “verdadeiros negros”, tendo como critério exclusivo o tom mais ou menos escuro da pele. A nação hotentote é, sem dúvida, a mais desqualificada por Saint-Sauveur, que inclusive toma o cuidado de advertir os leitores para que não confundissem com supostos dotes mentais a especificação física atribuída à cabeça de um de seus representantes.

Entre as “variedades factícias” encontradas entre os africanos, o autor destaca:

“No Senegal, as mulheres têm sempre o cachimbo à boca, [ilegível] os dentes para torná-los mais uniformes; antes de se [ilegível] elas se [ilegível] e bordam a pele de diferentes figuras representando flores, ou animais do país.

Os negros da Guiné e Serra Leoa pintam o corpo de vermelho e outras cores, assim como em volta dos olhos de branco, amarelo ou vermelho.

¹⁷⁴ Esta particularidade anatômica das mulheres hotentotes impressionou muitos europeus nos séculos XVIII e XIX. O exemplo mais conhecido é a história de Saartjie, uma moça desta nação que foi levada para a Europa no início do século XIX e lá passou a excursionar como atração bizarra, até morrer em decorrência de um processo infeccioso, ficando conhecida como a “Vênus Hotentote”. (Ver S. Gould, *O Sorriso do Flamingo...*, *op. cit.*, pp. 271-83). O destino de Saartjie é emblemático de um fenômeno que podemos chamar de espetacularização das diferenças humanas, exacerbado durante século XIX. O sucesso destas exposições do “outro”, apresentado como o que é exótico, curioso, estranho (e no mais das vezes inferior), é mais uma dimensão cultural que ecoa as formulações científicas e estéticas hierárquicas sobre a variedade dos povos. Para uma compreensão maior deste assunto, duas coletâneas fundamentais são: Bernth Lindfors (org.) – *Africans on stage. Studies in ethnological show business*. Bloomington: Indiana University Press, 1999; e Nicolas Bancel *et alii* (orgs.) – *Zoos humains. Au temps des exhibitions humaines*. Paris: La Découverte, 2002.

¹⁷⁵ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Principales variétés...”, vol. 3, p. 10.

Eles [ilegível] espécies de brasões coloridos sobre o rosto, as bochechas, e cortam a pele com muita arte; figurando animais e plantas indígenas.

No Senegal, os homens e mulheres cortam ou raspam os cabelos, de muitas maneiras diferentes: também têm eles sempre a cabeça descoberta para exibir esta. Para enfeitar e alongar suas orelhas, penduram diversos ornamentos que pesam 3 ou 4 onças.

Os hotentotes não são negros de fato, mas eles enegrecem a pele com gorduras [ilegível] com o pó de uma certa pedra negra”.¹⁷⁶

O grande interesse de Saint-Sauveur em descrever adornos, acessórios e demais signos materiais utilizados pelos africanos em seus corpos aparece não somente na parte introdutória e mais geral do livro. Pode-se mesmo dizer que este é um dos principais assuntos ao longo de todo o texto e, sem dúvida alguma, a única temática das inúmeras gravuras do volume. Estas imagens pertencem ao gênero de registro de costumes, que pode ser observado mais freqüentemente a partir da segunda metade do século XVI em produções iconográficas européias.¹⁷⁷ A profusão deste tipo de material está provavelmente ligada às grandes viagens de descobrimento européias que despertaram a atenção para tipos humanos e formas de trajar “exóticos”, e ao modo como estas diferenças foram incorporadas à linguagem simbólica e hierárquica das vestimentas como expressão dos lugares sociais no Antigo Regime.¹⁷⁸ Geralmente, são modelos que contêm expressões faciais, formas e gestuais bastante semelhantes no interior do conjunto iconográfico de cada autor e mesmo entre autores diferentes. De fato, esses procedimentos formais também acabam corroborando os sentidos desse gênero, no qual a intenção não é retratar um indivíduo em especial, mas sim elementos que caracterizam uma **ocorrência** (profissional, cultural ou social) freqüente na realidade observada. O “modelo” ou a “fórmula-padrão” utilizada na representação de cabeças, mãos e pés e na repetição de posições e gestos corporais ficam evidentes. São, geralmente, os “costumes” – os trajes e seus acessórios –

¹⁷⁶ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Principales varietés...”, vol. 3, pp. 11-12.

¹⁷⁷ A obra mais antiga deste gênero parece ser a de Richard Breton, *Recueil de la diversité des habits* (Paris, 1562). Cf. Vecellio's *Renaissance Costume Book*. Nova York: Dover Publications, 1997.

¹⁷⁸ Sobre este assunto ver, entre outros, Norbert Elias – *A sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995 (5ª ed.); Renato Janine Ribeiro – *A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida*. São Paulo, Brasiliense, 1983 e Sílvia Hunold Lara – “The signs of colour: women's dress and racial relations in Salvador and Rio de Janeiro, ca. 1750-1815”. *Colonial Latin-American Review*, 6, n° 2 (1997): 205-224.

que diferenciam tipos, épocas e lugares¹⁷⁹.

Embora fosse uma antiga linguagem iconográfica na Europa, a partir da segunda metade do século XVIII o registro de costumes ganhou novo impulso e significados, em decorrência de uma série de confluências culturais, como aprimoramento e maior eficiência das técnicas de gravura, o crescente interesse do público consumidor por imagens e livros ilustrados, e o investimento simbólico das nações européias na construção de figuras representativas nacionais ou locais.¹⁸⁰ Junto a isso, as relações entre as novidades da história natural, as grandes expedições científicas e as discussões epistemológicas sobre a legitimidade dos relatos foram um fator crucial para a valorização das imagens como veículos eficazes para demonstração de conceitos e teses, e descrição de terras e povos desconhecidos. Neste contexto, o método lineano de classificação das espécies por meio do registro isolado e ordenado das espécies naturais passou a dialogar com a linguagem do registro de costumes, que procura sintetizar na representação de um indivíduo elementos que caracterizem um exemplar emblemático do grupo (social, cultural ou físico) ao qual pertence. Assim, no final do século XVIII e até a primeira metade do XIX, pode-se verificar claramente, sobretudo no conjunto diversificado da literatura de viagem, o convívio imbricado e o sucesso destas duas tradições iconográficas.

A Enciclopédia de viagens... é fartamente ilustrada. Após as considerações preliminares, o autor passa a dividir as partes do livro segundo cada nação africana descrita, discorrendo sobre todas as instâncias da vida destes povos: formas de governo, comércio e leis, relações com o tráfico de escravos, arquitetura, organização das cidades e vilas, rituais religiosos e festivos, estrutura das famílias, hábitos culturais específicos, etc. Mas, ao passar para o registro iconográfico, o autor se fixa somente na linguagem do registro de costumes, sendo que cada figura representada ganha também, no texto, uma descrição de seus trajes e aparatos. Será interessante, portanto, fazermos um exercício comparativo das tensões existentes entre as palavras e algumas imagens do livro.

¹⁷⁹ Para exemplo de uma análise histórica deste tipo de material iconográfico no século XVIII, através das figuras do engenheiro militar Carlos Julião, ver Silvia Hunold Lara - Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. Tese de livre-docência. Campinas: IFCH/ UNICAMP, 2004, pp. 291-318. Para uma abordagem das relações entre este gênero e a iconografia produzida por viajantes que estiveram no Brasil durante a primeira metade do século XIX, ver E. Sela – Desvendando figurinhas: um olhar histórico para as aquarelas de Guillobel. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/ UNICAMP, 2001.

¹⁸⁰ Ver, a esse respeito, John G. Gagliardo – From Pariah to Patriot: the changing image of the German peasant. 1770-1840. Kentuck: University Press of Kentuck, 1969.

Geralmente, Saint-Sauveur expressa em suas gravuras – todas legendadas – vários estatutos sociais e profissionais dos africanos, oscilando entre critérios gerais ou particulares, também atentando para diferenças de gênero. No caso do Senegal (que, seguido do Congo, foi a nação a quem o autor dedicou o maior número de páginas do volume), vejamos as figuras do sacerdote, do guerreiro, dos músicos e do griô (respectivamente, figs. 06, 07, 08 e 09). Os dois primeiros homens ostentam seus símbolos de poder:

“Os sacerdotes portam sobre os ombros uma pele de tigre ou de leão em forma de manto; uma coroa de plumas disposta sobre uma espécie de turbante cinge sua fronte; e figuras são pintadas sobre suas calças [*haut-de-chausses*], das quais pendem franjas de algodão ou de [ilegível].

O traje dos guerreiros é praticamente o mesmo; mas uma túnica de couro substitui o grande manto, e um barrete de couro, em forma de capacete, lhe envolve a cabeça”.¹⁸¹

Devemos notar que Saint-Sauveur silenciou a respeito de alguns objetos, como as armas e os grossos colares e cordões nos pescoços do sacerdote e do guerreiro, peças que certamente tinham significados hierárquicos marcantes. Mas o escritor optou por um comentário mais econômico a esse respeito: “os grandes, os guerreiros, os chefes da nação portam sobre suas vestes os emblemas de seu poder ou de sua profissão; e suas roupas, ricamente decoradas, demonstram também pouco gosto, mas mais inventividade e talento do que as dos negros escravos”.¹⁸² Ainda tecendo considerações sobre as formas de trajar dos senegaleses, Saint-Sauveur, num dos raros momentos do livro em que revela suas fontes, observa que:

“Os negros do Senegal parecem não conhecer mais do que quatro cores; azul, amarelo, preto e branco. Os viajantes estão de acordo ao dizerem que quase nunca viram neste país um só homem vestido de vermelho. Cadamosto¹⁸³ conta que os negros, tendo percebido num séquito um soldado

¹⁸¹ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Moeurs, lois et costumes des nègres du Sénégal”, vol. 3, p. 07.

¹⁸² Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Moeurs... du Sénégal”, vol. 3, p. 07.

¹⁸³ Luigi Cadamosto, viajante veneziano que, em 1455, reconheceu as embocaduras do Senegal e do Gâmbia.

[europeu] que portava uma veste desta cor, tiveram a maior surpresa e fizeram perguntar, por seu intérprete, se ‘este homem havia sacrificado a seu Deus os inimigos vencidos?’”¹⁸⁴

Apesar de o informante de Saint-Sauveur ter relatado este episódio há mais de três séculos, o autor a considerou confiável para citá-la. Entretanto, ao pintar o sacerdote e o guerreiro, incluiu vários detalhes em vermelho, principalmente as faixas em suas cinturas. Tal incongruência poderia ser atribuída, obviamente, às tantas interferências dos gravadores no processo de ilustração de um livro, não fosse pelo fato de ter sido o próprio autor quem cuidou desta tarefa. Daí se pode pensar que, mesmo preocupado com o valor documental de sua obra escrita e imagética (segundo os padrões considerados legítimos para a época), Saint-Sauveur cometeu um deslize ou, então, permitiu-se isso deliberadamente, em nome dos efeitos artísticos que desejava. Este exemplo, embora irrisório, serve para nos lembrar do terreno potencialmente capcioso sobre o qual se movem os textos e a iconografia de viagem. Reiterada esta velha constatação tão desanimadora quanto necessária, pensemos, por outro lado, no quão estimulante e igualmente útil é flagrar e decodificar este tipo de material, problematizando-o como fontes que ainda hoje, a despeito de vários esforços profícuos, são armadilhas para muitos historiadores.

As figuras 08 e 09 — “Músicos do Senegal” e “Griôs ou *jongleurs*¹⁸⁵ do Senegal” — aparentam representar duas classes ou dois ofícios distintos, tanto pelos títulos quanto pelas diferenças evidentes entre as personagens: trajés, posturas, adornos e instrumentos. Dá-se a impressão de que os griôs estariam associados estritamente à dança, sendo assim postos complementarmente ao lado dos músicos, numa seqüência iconográfica esperada sobre as expressões artísticas do Senegal. Entretanto, voltando ao texto, Saint-Sauveur logo desfaz esse raciocínio:

¹⁸⁴ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Moeurs... du Sénégal”, vol. 3, p. 06.

¹⁸⁵ A definição para o termo, no dicionário da Academia Francesa de 1762, é: “outrora, uma espécie de menestrel que ia à Corte dos príncipes e nas casas dos grandes senhores, cantando canções. Presentemente, significa qualquer fazedor de truques, ilusionista ou charlatão”. (ver *Dictionnaire de L'Académie Française*, 1762, p. 968. Disponível em: <http://portail.atilf.fr/cgi-bin/dico1look.pl?strippedhw=jongleur&dicoid=ACAD1762&headword=&dicoid=ACAD1762>). Na edição de 1798, a definição é praticamente a mesma da de 1762, com o acréscimo: “muitos povos selvagens têm *jongleurs* que exercem a medicina e a magia”. (ver *Dictionnaire de L'Académie Française*. 5ª. Ed. Paris: J. J. Smits et Ce., 1798, p. 758. Disponível em: <http://portail.atilf.fr/cgi-bin/dico1look.pl?strippedhw=jongleur&dicoid=ACAD1798&headword=&dicoid=ACAD1798>).

“A música e a dança que, entre quase todos os povos selvagens são o móvel de todas as festas, de todos os casamentos, de todos os cultos, são aos olhos dos negros do Senegal ocupações frívolas indignas do homem.

Abandonam-se totalmente estas artes a uma classe de homens que os negros crêem muito inferior a eles, e que nomeiam griôs [*guiriotts*].

Os griôs, neste país, formam uma classe particular: são muito ricos, mais instruídos que todos os outros negros, muito procurados pelos grandes e cobertos de presentes; mas não lhes é permitido se aliar a outras famílias, e as honras de sepultura lhes são freqüentemente recusadas.

É de se espantar que se encontre, no fundo da África, entre um povo selvagem, o preconceito que durante muito tempo excluiu do seio da Igreja, nos Estados católicos, os homens que tivessem [ilegível] no teatro um modelo de talentos e de virtudes.

Os negros dão por razão de sua conduta a esse respeito o trato que eles supõem haver entre os griôs e o diabo. Durante muito tempo, os papas deram os mesmos motivos para a excomunhão de comediantes.

Os griôs, encontrando na música um meio de subsistir e de se tornarem queridos aos seus concidadãos, obrigados, aliás, pelas leis do Estado, a se consagrarem à mesma profissão de seus pais, elevaram a música a um grau de perfeição não encontrado em outras artes do Senegal”.¹⁸⁶

Assim, verificamos que os “músicos” da legenda da gravura 08, por seu ofício, são também griôs, como os da figura 09, mesmo que a comparação entre as duas imagens sugira tratar-se de duas categorias sociais ou artísticas diversas. A descrição dos griôs acaba se tornando bastante controversa ao longo do texto: no início, o autor afirma que os senegaleses desprezam a música e a dança e que estas atividades são destinadas a classes consideradas “muito inferiores”. Em seguida, observa que os homens que se dedicam a esses ofícios, a despeito de não lhe serem concedidos alguns direitos religiosos e de família, são “ricos”, “mais instruídos” e “procurados pelos grandes”. Por outro lado, ressalta que a música é um meio de sustento e de integração dos griôs na sociedade. Adiante no texto,

¹⁸⁶ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Moeurs...du Sénégal”, vol. 3, pp.12-13.

Saint-Sauveur descreve os instrumentos pintados na figura 08 (que intitulou “músicos”, e não griôs) e nos dá mais informações sobre estes últimos:

“Eles têm quase todos os instrumentos que conhecemos na Europa.

Suas flautas são como aquelas dos primeiros pastores, caniços perfurados.

Os tambores, tão pouco estimados, um recurso tão escasso na música europeia, representam grande papel nos concertos do Senegal: os griôs os têm de todos os tamanhos; sobre os quais eles batem alternadamente, de modo a produzirem todos os sons que desejem.(...).

O *tongtong*, que é um grande tambor de quinze a vinte pés composto de bambus reunidos sobre um círculo de madeira, é um instrumento de alarme e de guerra. O griô, que é ao mesmo tempo o *jongleur* e o vigia de cada vila, corre ao seu *tongtong* e bate nele em golpes redobrados quando um incêndio, a presença de inimigos ou a aproximação de qualquer fera necessitam de rápido socorro.

Este grosso tambor, que os griôs carregam na guerra à frente do rei, é o sinal de conagração; estes [ilegível] das artes deixam então a flauta para manejarem a espada, e é necessário que eles pereçam todos para que o inimigo se apodere do *tongtong*. (...).

O mais aperfeiçoado de todos os instrumentos dos negros, aquele que tem a forma mais complexa e os sons mais agradáveis é o balafo.

A tábua de harmonia desta espécie de viela organizada é perfeitamente unida: ela é suspensa sobre quatro pés duma madeira muito dura, as cordas são de ferro; de nervos ou fios trançados, os canos são de bambu, uns e outros enfileirados sobre a tábua de harmonia; o som adquire força passando nas cabaças suspensas das cordas; o teclado é suspenso sobre dois pequenos trilhos de ferro e tem um movimento extremamente suave (...).¹⁸⁷

Jongleurs, vigias, guerreiros, músicos e dançarinos, supostamente ligados ao demônio e, conforme indica a definição de 1798 do dicionário da Academia Francesa,

¹⁸⁷ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Moeurs...du Sénégal”, vol. 3, pp. 13-14.

exercendo funções curadoras e mágicas nas sociedades senegaleses, os griôs mereceram destaque no texto de Saint-Sauveur, embora o autor não tenha conseguido explicar claramente seus lugares sociais. Estas limitações, e também algumas contradições flagrantes, podem ter sido geradas justamente por um confronto entre as fontes selecionadas pelo escritor. Talvez os griôs, entre si, formassem um grupo com funções e hierarquias diversas, que o relato não dá conta de esclarecer.

Vejamos agora três pares de gravuras às quais Saint-Sauveur deu legendas análogas. As figuras 10 e 11, ainda relativas ao Senegal, são chamadas, respectivamente, de “negro” [*Nègre*] e “mulher” [*femme*]¹⁸⁸ e se encontram, no texto, dentre os seguintes comentários:

“As vestimentas dos habitantes do Senegal não exigem dos artesãos uma grande habilidade, ao menos para o comum do povo [*commun du peuple*].

Na estação quente, a classe menos abastada não porta mais que uma peça de pano leve sobre as costas, e fixada por um nó nos ombros e em torno da cintura.

Nos tempos de chuva, todos os negros usam uma grande calça e uma espécie de túnica de algodão.

Numa e noutra estação, as negras trazem o corpo absolutamente nu até a cintura; um pequeno avental [*tablier*] atado à cintura cai sobre os joelhos, e é comumente drapeado com muita graça.

O gosto pelo adereço para se distinguir, no Senegal como em todas as partes do mundo, causa freqüentes mudanças neste traje nacional.

Os jovens que querem agradar prendem sobre suas túnicas e calças faixas coloridas, flores e, mais comumente ainda, emblemas galantes.

As mulheres, nos dias de festa, portam pequenos rosários de vidro e correntes de pérola, que dispõem com muita graça sobre seu seio”.¹⁸⁹

Comparando esta descrição das vestes com as imagens, vemos que o “negro do

¹⁸⁸ É interessante notar que, nestes três pares de figuras (assim como em outras encontradas no livro), Saint-Sauveur, ao se referir à população comum ou mais pobre, usa o termo “negro” [*Nègre*] para os homens e “mulher” [*femme*] – nunca “negra” – para os exemplares femininos.

¹⁸⁹ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Moeurs...du Sénégal”, vol. 3, pp. 06-07.

Senegal” representa o traje básico usado pela maior parte da população masculina “nos tempos de chuva”, pois Saint-Sauveur não pinta o modelo de pano amarrado mencionado para as “estações quentes”. Tampouco nos dá exemplos imagéticos dos adereços que os jovens acrescentam a este modelo mais comum. Porém, faz o movimento contrário em relação à figura feminina, que porta o traje dos dias festivos, ornada com os colares, já que em todos os outros dias “trazem o corpo absolutamente nu até a cintura”.

A descrição das roupas dos habitantes da Costa dos Grãos¹⁹⁰, cujas figuras (12 e 13) mantêm o mesmo padrão de legenda das do Senegal – “negro” e “mulher” – é mais lacônica:

“Os negros da Costa dos Grãos portam como vestimenta camisões rotos, de algodão, sem mangas, e atados no meio do corpo por uma correia. (...). As mulheres se ajeitam com uma anágua trapilha, de algodão listrado, e uma grande mantilha do mesmo pano lhe cobre negligentemente os ombros e a cabeça”.¹⁹¹

Nenhuma menção ao turbante e o brinco da figura 12 ou à criança e o instrumento que carrega, na figura 13. No caso dos representantes da Costa do Ouro, Saint-Sauveur volta ao seu estilo mais detalhista, sobretudo em relação à mulher:

“Os habitantes da Costa dos Dentes e da Costa do Ouro são um pouco mais apurados em suas vestimentas. (...) O homem comum porta, como os negros da Costa dos Grãos, um camisão, mas com mangas; as mulheres usam também um vestido feito quase como aquele dos homens, mas além do cinto que o mantém suspenso, elas têm ao redor do corpo uma faixa de couro de onde penduram suas facas, suas bolsas, e um molho de chaves que lhes serve de ornamento, já que geralmente elas não têm nem cofre, nem guarda-roupas; assim é como se vestem no interior de suas casas. Quando saem, elas lavam todo o corpo, depois vestem uma camisa que apertam com um cinto, ao qual é presa uma outra peça de pano que enroscam sob o braço como uma [ilegível]; têm grande zelo de sua cabeça e de trançar seus cabelos. – Elas portam

¹⁹⁰ Segundo o autor, a região tem esse nome por causa de “uma espécie de pimenta da Guiné que lá se recolhe em abundância”. (Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Habitans de la Côte des Graines, ou de la Maniguette, de la Côte des Dents et de la Côte d’Or”, vol. 3, p. 01).

¹⁹¹ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Habitans de la Côte des Graines...”, vol. 3, pp. 09-10.

ornamentos de orelhas, que são brincos de cobre amarelo; têm também braceletes de marfim ou de cobre, e argolas nas pernas”.¹⁹²

Apesar do registro pormenorizado da mulher (fig. 15), o escritor não pintou a camisa, deixando a figura com os peitos nus, mesmo que outros acessórios, como o pano e as jóias, correspondam exatamente ao que ele definiu como o modo de se trajar fora do ambiente doméstico. Essas pequenas tensões evidenciadas entre o material escrito e iconográfico nos são úteis para elucidar os usos que Saint-Sauveur faz da linguagem do registro de costumes: ao mesmo tempo em que procura resumir em imagens o maior número possível de elementos que caracterizem um “tipo”, o texto nos fornece a possibilidade de uma compreensão mais fluida e complexa dessas figuras. Assim, mesmo que sejam deliberadamente construções, composições, personagens pictóricas estáticas, vêmo-las – ou podemos supô-las – em situações específicas. Assim, pela descrição textual ficamos sabendo, por exemplo, que o traje do senegalês (fig. 10) é usado mais comumente em dias de chuva, e que pode ser modificado com adornos pelos jovens. Analogamente, a negra da figura 11 não é apenas, como informa a legenda, uma “mulher do Senegal”, mas se encontra particularmente com trajes festivos.

Vejamos mais casos, agora relacionados a outras hierarquias sociais. O “fidalgo [*gentilhomme*] da Costa dos Grãos” (fig. 16) representa os homens de sua estirpe, que “fazem uso de grandes vestidos de algodão listrados; têm sempre o arco e flecha na mão, e o punhal ao lado. – Eles caminham descalços, como a gente comum”.¹⁹³ Já os habitantes da Costa do Ouro pertencentes à mesma classe, como mostra o exemplar da figura 17, “portam um vestido de algodão, e por cima uma espécie de sobrepeliz de mangas largas; eles têm o pescoço carregado de correntes de ouro, e a cabeça coberta dum espécie de capa feita de casca de árvore, que lhes serve de barrete”.¹⁹⁴ Curiosamente, Saint-Sauveur chama a atenção para os pés descalços do fidalgo da Costa dos Grãos, sendo que todos os outros da mesma hierarquia, de outras regiões ou grupos, também são representados assim. Por outro lado, as estampas variadas da roupa do fidalgo da Costa do Ouro não foram dignas de nota

¹⁹² Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Habitans de la Côte des Graines...”, vol. 3, p. 10.

¹⁹³ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Habitans de la Côte des Graines...”, vol. 3, p. 10.

¹⁹⁴ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Habitans de la Côte des Graines...”, vol. 3, p. 10.

textual. De fato, salvo exceções, no transcorrer de todo o livro percebe-se uma discrepância em relação às descrições das indumentárias de homens e mulheres: se na expressão iconográfica Saint-Sauveur é igualmente dedicado aos dois gêneros, dispensa muito mais palavras às personagens femininas. Sobre as negras da Ilha de Saint-Louis, no Senegal (fig. 18), o autor nos informa:

“As mulheres se envolvem da cintura aos pés de um pano de seda ou de algodão, de três quartos de largura, sobre uma [ilegível] e meio longa; em cada extremidade está uma franja. Elas jogam negligentemente sobre seus ombros uma [ilegível] um pouco parecida.

As mais ricas acrescentam uma camisa de tecido fino, mas não abaixo das pernas; e por sapatos, babuchas de marroquinos. O penteado consiste num lenço das Índias ou de cambraia de linho, que se envolve de [ilegível], em forma duma espiral, de modo a aparentar uma tiara de coroa tripla. As jóias de ouro, em filigranas, fabricadas por ourives mouros, são os ornamentos das mãos, dos braços e das orelhas.

Quando uma insular rica sai de casa, um escravo do mesmo sexo a acompanha sempre, portando uma sombrinha para abrigar sua cabeça orgulhosa. Estas acompanhantes têm uma vestimenta da cintura para baixo. O resto do corpo fica totalmente nu, mas ornado de cintos, de braceletes, de colares compostos de grãos de vidro, de coral e de âmbar. Elas colocam também [ilegível] de ouro e prata para fazer barulho ao gesticularem. Esta mistura de cores é fortemente pitoresca, sobre sua epiderme cor de ébano”.¹⁹⁵

Neste caso a descrição textual, entusiasmada, parece trazer mais impacto aos leitores. Talvez o próprio autor tenha se dado conta disso, quando afirma que o contraste entre a pele da escrava e suas jóias é “fortemente pitoresco”.¹⁹⁶ Teria ele ficado insatisfeito com o resultado da gravura, daí o reforço por meio de palavras? Mas o contrário, excepcionalmente, também pode ser flagrado. No caso de outra nobre, de Ajudá, (fig. 19), a

¹⁹⁵ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Habitans de l’Île S. Louis au Sénégal”, vol. 3, pp. 02-03.

¹⁹⁶ O conceito de “pitoresco” será abordado mais detidamente no próximo capítulo, pois está intimamente ligado aos registros iconográficos do Brasil feitos por viajantes estrangeiros no século XIX. Por ora, entretanto, é suficiente observar que Saint-Sauveur considerou a figura das escravas **dignas de registro pictórico**, pelo efeito causado pela “mistura de cores” entre suas peles e adornos.

menção seu modo de trajar vem associada a comentários mais gerais sobre o dos demais habitantes:

“Consiste numa peça de pano, mais ou menos longa segundo a condição das pessoas: esta peça, presa acima da cintura e aberta na frente, não desce mais que até a metade das coxas, nos negros comuns. Os senhores a portam infinitamente mais longa, e deixam-na se arrastar por trás deles, em forma de cauda.

As mulheres se distinguem pelo comprimento do manto de pano ou de pele no qual se envolvem.

Os escravos trazem no mais das vezes a cabeça descoberta, e seu manto é amarrado abaixo da garganta. As mulheres comuns portam esse manto mais longo, e cobrem a cabeça de um véu; por fim, as mulheres de qualidade [*de qualité*] têm uma tanga [*pagne*] muito comprida e coberta de franjas, que parecem formar outros mantos diferentes: estes enfeites lembram o antigo traje de Corte, e suas saias que, rufando pelo andar umas sobre as outras, anunciam pelo seu número a qualidade das pessoas.

Os habitantes de Ajudá dividem com todos os negros o gosto pelos ornamentos de vidro e marfim; eles os prendem ao pescoço, braços, pernas, às franjas de suas tangas, e se reconhecem todos os guerreiros por uma franja armada sobre marfim, que eles portam igualmente numa e noutra perna”.¹⁹⁷

Esta passagem, como muitas outras do livro, torna clara a preocupação de Saint-Sauveur em associar os signos materiais utilizados pelos africanos em seus corpos para expressar suas condições sociais. Quando o escritor compara as camadas de franja da nobre de Ajudá com “o antigo traje de Corte”, pode ser que estivesse fazendo uma mera analogia estética. Porém, como é sabido, na lógica social do Antigo Regime, as vestes e outros acessórios portados por determinada pessoa serviam como códigos para se reconhecer seu lugar em determinado universo de hierarquias estabelecidas. Já no caso da escrava (fig. 20), entretanto, o autor não se remete a ela diretamente no texto: o modo como carrega a criança às costas é ignorado, seus trajes podem ser confundidos com o das “mulheres comuns”

¹⁹⁷ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Habitans de Juida, Côtes des Esclaves”, vol. 3, pp. 06-07.

(livres), e seu colar, argolas nos tornozelos e enfeites da franja da tanga fazem parte de um modo de se adornar que foi estendido a todos os habitantes de Ajudá e aos outros africanos, de maneira geral.

Finalmente, no âmbito destes exercícios que estamos empreendendo sobre as imagens produzidas por Saint-Sauveur e suas relações com o texto, há ainda uma modalidade a ser mencionada: exemplos que evidenciam um grau de particularização do tipo representado, que acaba afastando-o, de certa forma, dos códigos do registro de costumes, ainda que não se remeta a um indivíduo específico. O comentário sobre o “Rei de Ajudá” (fig. 21) nos ajuda a entender este recurso:

“A chegada do novo monarca faz renascer a ordem e as leis; ele é assim revestido do hábito real que não difere das vestes comuns dos negros a não ser pelo comprimento da cauda: foram vistos, entretanto, reis de Ajudá vestidos ridiculamente [*affublés*] dum soberbo traje europeu, uma grande peruca à Luís XIV, angariar por esse hábito esquisito [*bizarre*] o respeito e a admiração de seus súditos”.¹⁹⁸

Assim, esta figura, ao contrário do que propõe a linguagem do registro de costumes, significa uma exceção, uma bizarrice, a insólita e patética circunstância de um rei africano vestido como um nobre europeu. Embora Saint-Sauveur nunca tenha, muito provavelmente, se deparado com um homem assim, nem tenha explicitado a fonte da informação – “foram vistos” é uma locução verbal bastante vaga – a idéia de materializá-la numa imagem lhe foi irresistível. A julgar pelos comentários escritos, podemos associar este elã ao conceito de “pitoresco”, mas aqui, a figura parece ter sido digna de registro pictórico não somente por ser um elemento estranho atraente aos olhos, mas principalmente por seu teor cômico.

Outro caso de expressão particularizada é o da figura 22. Entretanto, no extenso capítulo dedicado ao Congo, não há uma só referência explícita ao tal escravo favorito do rei.¹⁹⁹ Ficamos, assim, sem saber quais as razões ou critérios de seu favoritismo, os privilégios e obrigações que lhes eram destinados, e se essa era ou não uma prática comum

¹⁹⁸ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Habitans de Juida...”, vol. 3, p. 10.

¹⁹⁹ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Moeurs, lois et costumes des habitans de Congo”, vol. 3, pp. 01-16.

entre os monarcas congolezes, a de escolher um escravo dileto. No máximo, podemos inferir que era um guerreiro, ou que cuidava da defesa pessoal do rei. Por outro lado, há no mesmo capítulo descrições que, por motivos semelhantes aos que fizeram com que Saint-Sauveur pintasse o rei de Ajudá, mereceriam ilustrações:

“Vê-se no Congo alguns desses seres anfíbios [*amphibies*] conhecidos pelo nome de albinos, ou negros brancos [*nègres blancs*]: eles têm a pele dum branco morto [*blanc-mort*], os cabelos são de um ruivo pálido, seus olhos parecem vermelhos, eles não suportam a luz do dia e distinguem perfeitamente todos os objetos à noite.

Estes negros não devem ser vistos como uma espécie particular, mas como erros da natureza, pois nascem de pai e mãe absolutamente negros; eles são respeitados pelos congolezes e especialmente destinados ao culto dos altares: chamam-lhes dondos; seguem o rei de Loango²⁰⁰ por todos os lugares, e têm o privilégio singular de tomarem para si, nos mercados, tudo o que lhes convier.

Encontra-se, no reino de Loango, uma nação de anões extremamente gordos, e dos quais o maior não tem mais do que quatro pés de altura; esses povos, nomeados matambas, são muito numerosos e guerreiros: suas mulheres acompanham-nos à caça e aos combates”.²⁰¹

Por que Saint-Sauveur se furtou a pintar os dondos e os matambas, homens fisicamente peculiares, bizarros, e com significados importantes nas sociedades do Congo? Uma hipótese plausível, a julgar pelo formato da obra, composta por testemunhos indiretos, é a de que o autor não quis se arriscar a traçar figuras tão estranhas, as quais provavelmente nunca viu. Trata-se de uma situação diferente da menção ao rei de Ajudá: certamente, seria muito mais fácil para Saint-Sauveur imaginar – e representar – um homem negro, de proporções normais, vestido com trajes de nobre europeu. Já anões muito gordos e “seres

²⁰⁰ Segundo o autor, o Congo “esteve durante muito tempo sob o domínio de magos e imperadores mouros, depois formou através dos séculos um só reino (...): hoje, os governadores das principais províncias deste império levam o título de rei, que se divide em quatro reinos; Loango, Benguela, Angola, da qual os portugueses se tornaram senhores, e Congo propriamente dito”. (Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Moeurs...de Congo”, vol. 3, p. 01)

²⁰¹ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Moeurs...de Congo”, vol. 3, p. 05.

anfíbios”, de “olhos vermelhos”, exigiriam muito mais ousadia criativa, sem nenhum outro referencial ou modelo visual no qual pudesse ao menos se inspirar. Se esta hipótese estiver correta, serve para nos mostrar que, mesmo que o projeto pictórico de Saint-Sauveur para o volume sobre África tenha sido quase que todo baseado em descrições textuais de terceiros e, provavelmente, em outras imagens de africanos conhecidas do autor, possuía certas regras e limites. E esses cuidados estariam ligados exatamente à preocupação com a verossimilhança, conforme entendida em fins do século XVIII, como parte das múltiplas discussões epistemológicas em torno da literatura de viagem produzida na Europa.

A opção do autor²⁰² por ilustrar sua enciclopédia utilizando uma linguagem de registro de costumes corresponde em termos mais amplos, naquele contexto intelectual, ao grande interesse pelo reconhecimento e catalogação de diferenças entre os grupos humanos, conforme vimos na primeira parte deste capítulo. O material iconográfico de Saint-Sauveur sobre os africanos nos apresenta, pois, um álbum de diversidades, uma África povoada por gentes de compleições físicas, hábitos, costumes e modos de ser expressos em vestes e ornamentos muito variados. Apresenta-nos também hierarquias comparadas, e a importância dos signos visuais portados por homens e mulheres para marcarem suas posições sociais, prerrogativas, autoridades ou limitações. Por outro lado, Saint-Sauveur também atenta, por meio de imagens e sobretudo de palavras, para as semelhanças e constâncias entre estes povos. O que os africanos teriam em comum, ou de semelhante, é apontado em fragmentos ao longo de todo o livro, não somente na parte introdutória. Finalmente, o autor também constrói juízos de valor gradativos entre eles, relativos principalmente às noções de beleza, civilização, barbárie, caráter ou índole – em diálogos indiretos, porém evidentes, com as principais discussões a respeito desses temas, que mobilizaram tantos estudiosos europeus durante a segunda metade do século XVIII.

No momento introdutório da obra, Saint-Sauveur relativiza a ausência de beleza da pele dos negros, lembrando-se da “brancura de seus dentes”, da “vivacidade de seus lábios” e da “elegância da forma dos corpos”.²⁰³ Já a avaliação sobre os dotes físicos da população da ilha de Cazegut acrescenta outros critérios estéticos a serem considerados: “em geral, os

²⁰² Não se sabe até que ponto esse formato foi uma proposta, exigência ou encomenda da casa editora, mas mesmo que assim tenha sido, isso somente corrobora a existência de uma demanda do público leitor por esse tipo de material.

²⁰³ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Discours préliminaire...”, vol. 3, p. 03.

homens e as mulheres deste país são de belo porte, têm os traços do rosto agradáveis, e a pele dum negro que parece lustrado; não têm o nariz achatado, nem os lábios grossos”.²⁰⁴ Neste caso, excepcionalmente, a cor negra “lustrada” também contribui para a constituição de um tipo belo; em contrapartida, a anatomia dos rostos em Cazegut é considerada aprazível justamente por se afastar do padrão africano dominante e aproximar-se de um modelo europeu.

“De todos os negros, os do Senegal são os mais bem feitos [*les mieux faits*]”.²⁰⁵ Assim afirma o autor, peremptoriamente e sem nenhuma explicação adicional, ao elencar as “principais variedades naturais” encontradas entre os africanos. No capítulo referente a este país, entretanto, cai numa flagrante contradição:

“Os habitantes dessas terras excessivamente quentes são todos negros [*noirs*], sua altura é pouco elevada, seus lábios são muito fortes, o nariz é achatado, seu aspecto anuncia filhos desgraçados da natureza; mas sua força espantosa, a facilidade com a qual suportam a fadiga, sua agilidade ao caminhar, sua habilidade com a caça e a pesca compensam a disformidade de seus traços e provam que a natureza, freqüentemente acusada de parcialidade, é sempre uma mãe terna e justa, que reparte igualmente seus favores entre todos os seus filhos”.²⁰⁶

A julgar pelos trechos subseqüentes sobre os senegaleses, a brevíssima observação preliminar de que eram “os mais bem feitos” dos negros foi, sem dúvida, um descuido do autor:

“Esta displicência se nota sobretudo entre os negros do Senegal, unicamente ocupados do presente, eles não pensam jamais no amanhã, escravos de todas as suas paixões, eles não calculam jamais as tristezas de que podem ser vítimas: eles se abandonam às cegas, mas sem fazer menção de ceder a um movimento violento: frios e impassíveis nas maiores alegrias como nos sofrimentos mais cruéis; (...) expõem a vida para enlevar sua amante, se deixam morrer de fome ou se matam sem que sua fronte se mexa, ou sem que uma só

²⁰⁴ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Habitans de l’Isle de Cazegut”, vol. 3, p. 01.

²⁰⁵ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Principales variétés...”, vol. 3, p. 10.

²⁰⁶ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Moeurs...du Sénégal”, vol. 3, p. 02.

lágrima venha molhar suas pálpebras.

A fatalidade, que é seu dogma favorito, os entretém nesta displicência: persuadidos de que sua sorte é determinada no instante mesmo de seu nascimento, eles vêem como inúteis todos os esforços que poderiam fazer para escapar às sentenças do destino”.²⁰⁷

Assim, se o povo do Senegal, apesar da disformidade estética, tem outras habilidades físicas com que a natureza o dotou, o mesmo não se pode dizer de seu caráter. Movidos por paixões, mergulhados na inação, orientados pelo fatalismo, entregues à sorte, imprudentes, irrefletidos. Este quadro do caráter dos africanos, às vezes traçado a partir do julgamento de nações específicas, tornar-se-ia gradativamente mais recorrente e uniforme durante o século XIX, presente nas formulações do racismo científico como parte da natureza imutável dos negros. Não é preciso, porém, adiantar-se no tempo. Nos últimos fragmentos citados, podem ser identificados ecos: basta lembrarmos dos africanos de Lineu, “indolentes, negligentes” e governados “pelo capricho”. Prossigamos.

Ainda no “Discurso preliminar sobre a África”, Saint-Sauveur afirma que “o caráter geral dos africanos é a bondade, a displicência, e o amor pelos prazeres um pouco ruidosos”.²⁰⁸ Ao longo dos capítulos do volume, essa avaliação, inicialmente econômica, será reiterada, relativizada e também contestada. Sobre os negros que habitam as Costas dos Grãos, do Ouro e dos Dentes, o escritor avalia que, entre eles, “os hábitos variam pouco”, e que são “geralmente bons e dóceis, mas quase todos ladrões e de má-fé”.²⁰⁹ Também o povo do Benin é “bom” e “dócil”. Além disso, costumam ser “afáveis com estrangeiros. Se recebem presentes, lhes devolvem em dobro: com boas maneiras, se obtém tudo deles, mesmo as coisas as quais prezam mais”.²¹⁰ E os habitantes de Loango, por sua vez, “são vigorosos, de alta estatura, dum caráter deveras dócil, embora antigamente sua ferocidade os tenha feito passar por antropófagos”.²¹¹ Estes fragmentos valorativos vão se repetindo – inclusive nos mesmos termos (“*bon*” e “*doux*” são os mais recorrentes) – e transformam-se num conjunto que, apesar de suas contradições e particularidades,

²⁰⁷ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Moeurs...du Sénégal”, vol. 3, p. 02.

²⁰⁸ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Discours préliminaire sur l’Afrique”, vol. 3, p. 04.

²⁰⁹ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Habitans de la Côte des Graines...”, vol. 3, p. 06.

²¹⁰ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Habitans du Royaume de Benin”, vol. 3, p. 01.

²¹¹ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Habitans de Loango”, vol. 3, p. 01.

contribuía para a formação de preconceitos sobre os africanos de maneira geral.

Mas ao lado destes rótulos que caracterizariam, supostamente, pessoas mais inofensivas, tratáveis e passivas – como indolência, docilidade, bondade, amabilidade, displicência, etc –, Saint-Sauveur também apresenta outras facetas dos africanos que passariam a distingui-los, cada vez mais, com o mesmo peso. A descrição sobre os negros de Ajudá é emblemática neste sentido:

“São bem apanhados em estatura, de um negro consistente [*noir décidé*] e têm a cabeleira de lã encarapinhada, como todos os povos da Guiné: sua alma, mil vezes mais horrenda do que o corpo, pode se figurar numa só palavra: eles vendem seus semelhantes, seus irmãos e seus filhos: este comércio retira deles todo sentimento de humanidade, toda afeição filial, paternal ou conjugal; a mulher é uma vil escrava, instrumento de prazer; as crianças são uma mercadoria; os pais, um fardo incômodo que se alimenta e não se pode vender; os irmãos por fim são inimigos que se deseja escravizar e traficar com os europeus.

A polidez dos habitantes da cidade de Ajudá contrasta duma maneira espantosa com sua ignorância e ferocidade. (...). Quando um negro de Ajudá encontra-se com seu superior, ele se curva sobre o ventre, a cabeça contra o chão, até que ele passe. Se ele quer fazer uma visita a seu chefe, um embaixador é encarregado de pedir audiência; o negro é precedido de sua música, acompanhado de sua família, seguido de seus escravos (...).²¹²

Primeiramente, é óbvia a constatação de que Saint-Sauveur, imerso em seu etnocentrismo, não compreendia como as regras de etiqueta em voga entre a população de Ajudá poderiam combinar com seu caráter ignorante e feroz, destituído de humanidade em decorrência do comércio de escravos. Também em outros momentos, o autor expressa opiniões semelhantes sobre esta pretensa tensão entre as manifestações de civilização e barbárie de alguns povos africanos. No Benin, por exemplo, os negros “são mais civilizados que os outros da costa, e lá não se vêem mendigos, o que não os impede de sacrificar

²¹² Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Habitans de Juida...”, vol. 3, p. 03.

vítimas humanas em certas ocasiões”.²¹³ Já os congoleses não praticam atos contraditórios, mas não cumprem no presente a promessa do passado:

“Não se acha entre eles o gosto pelas artes e ciências que ilustrou os etíopes; dificilmente se concebe como os congoleses podem ser descendentes destes famosos etíopes que se vangloriam de ser os mais antigos habitantes da Terra, e de terem dado aos egípcios as primeiras noções de astronomia e de todas as artes”.²¹⁴

O livro também oferece aos leitores nações africanas inequivocamente bárbaras. Os angicos, que habitam o leste da Guiné, são “vivos, ágeis e belicosos”, porém “assegure-se que, apesar de sua brutalidade e barbárie, têm correção e boa-fé”, embora sejam antropófagos. E, estranhamente, pela primeira e única vez, Saint-Sauveur menciona a prática das escarificações: “eles se cicatrizam desde a infância”.²¹⁵ Nesta narrativa, piores do que os angicos, somente seus vizinhos jagas, que povoavam a região de fronteira entre a Abissínia, a terra dos angicos e dos hotentotes. Também antropófagos, eram “extremamente negros e disformes” e “o uso de cicatrizar o rosto” os tornava “horríveis”. As mulheres jagas, por sua vez, esfregavam o corpo de almíscar, e uma das belezas que ambicionavam ter era “quatro dentes a menos, dois em cima e dois embaixo. Aquelas que não têm coragem de os arrancar são objeto de desprezo da nação”. Afirma o escritor, com bastante certeza, que os jagas “podem passar pela nação mais bárbara do universo”.²¹⁶

A descrição destes dois povos evidencia a associação entre barbárie e estéticas diferentes. A antropofagia parece não horrorizar Saint-Sauveur tanto quanto as escarificações, o tom de pele “extremamente negro” ou a mutilação dos dentes das mulheres jagas. Mas se o relato sobre essas nações permite-nos perceber mais nitidamente tal associação, não é um caso isolado. A despeito de o autor, em seu “Discurso preliminar...” ter afirmado que – apesar da cor negra e dos cabelos frisados que não os favoreciam – os africanos tinham “o rosto também belo, também regular como todos os

²¹³ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Habitans du Royaume de Benin”, vol. 3, p. 01.

²¹⁴ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Moeurs...de Congo”, vol. 3, p. 06.

²¹⁵ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Les Anzikos et les Jaggas”, vol. 3, p. 01.

²¹⁶ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Les Anzikos...”, vol. 3, pp. 01-02.

outros povos”,²¹⁷ não sustenta esta idéia ao longo da obra. Os senegaleses, cuja altura “pouco elevada”, lábios “muito fortes”, e o “nariz achatado”, possuíam marcas de “filhos desgraçados da natureza”;²¹⁸ ou ainda os habitantes de Ajudá, que, com “a cabeleira de lã encarapinhada”, tinham a alma “mil vezes mais horrenda do que o corpo”.²¹⁹

Porém, apesar dos atributos aterrorizantes dos angicos e jagas, os hotentotes – ainda que não fossem considerados propriamente negros por Saint-Sauveur e outros autores do século XVIII – foram os que reuniram o maior conjunto, em número e teor, de juízos negativos:

“A cor do corpo dos hotentotes é mais repulsiva ainda do que a do negro; ele apresenta ao nascer uma cor de oliva luzidia: sua cabeleira é uma espécie de lã, seus lábios são espessos, seus olhos são pequenos e redondos, seu nariz naturalmente curto é ainda mais achatado na infância.

A característica mais impressionante da história natural deste povo é a espécie de excrescência calosa que se nota nas hotentotes, e que, descendo até a metade das coxas, de alguma maneira serve de véu para suas partes naturais;²²⁰ se pode julgar a beleza das hotentotes por um só traço: eles trazem suas crianças sobre as costas e as amamentam por cima do ombro; a altura dos hotentotes é em geral muito elevada, mas longe de diminuir sua disformidade, torna-os mais assustadores ainda”.²²¹

Adiante, já comentando sobre usos e costumes deste povo para além do âmbito anatômico, o escritor complementa:

“Os hotentotes de ambos os sexos esfregam manteiga ou banha de carneiro em todas as partes do corpo; a esta unção junta-se ainda sua feiúra, tornando sua aproximação muito desagradável: todo luxo deles consiste numa mais ou menos freqüente repetição desta fricção, e na espécie de gordura que empregam”.²²²

²¹⁷ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Principales variétés...”, vol. 3, p. 10.

²¹⁸ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Moeurs...du Sénégal”, vol. 3, p. 02.

²¹⁹ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Habitans de Juida...”, vol. 3, p. 03.

²²⁰ Ver nota 146 deste capítulo.

²²¹ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Hottentots, Namaquas, et sauvages de la Terre de Natal”, vol. 3, pp. 01-02.

²²² Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Hottentots...”, vol. 3, p. 05. É interessante lembrar que Lineu, ao descrever as características gerais do africano no interior de seu quadro sobre a variedade da espécie

Já os tons da descrição das vestes e adornos do hotentotes, e de sua representação iconográfica (figs. 23 e 24), são mais amenos:

“A vestimenta dos hotentotes consiste numa espécie de manto, aberto ou fechado de acordo com a estação; a maioria freqüentemente anda nua, à exceção de uma espécie de calção que não desce mais que até o joelho.

Eles trazem no peito uma espécie de sol preso a um colar, ao qual têm [presos] igualmente sua faca, seu cachimbo, seu *dakka* (espécie de talismã no qual têm grande fé); sobrecarregam as orelhas de diversos ornamentos, e trazem no braço uma espécie de bracelete de marfim do qual pende, às vezes, uma franja. Eles têm, dependendo do calor, a cabeça desnuda (...). Durante o inverno e em tempos de chuva, trazem uma calota de pele de gato ou de carneiro, sustentada por uma queixeira. Trazem, habitualmente, os pés nus; às vezes, entretanto, os homens e sobretudo as mulheres envolvem as pernas dum couro amarrado com correias.

As vestimentas das mulheres não diferem das dos homens a não ser por trazerem barretes enfeitados de plumas: elas têm o mesmo gosto que seus maridos pelos ornamentos de vidro, dariam seu gado por um colar de cristal; elas trazem seu manto aberto e às vezes, usam dois”.²²³

Cotejando este excerto com as figuras, percebe-se que Saint-Sauveur utilizou novamente uma estratégia de representação iconográfica que comporta o propósito de distribuir entre os modelos masculino e feminino as roupas, adornos e instrumentos que cita no texto, respaldado pela observação de que, salvo alguns detalhes, “as vestimentas das mulheres não diferem das dos homens”. Apesar das costumeiras omissões de detalhes que constam no texto,²²⁴ a figura feminina (fig. 24) exemplifica a capa que o autor menciona ao tratar da indumentária dos homens e, provavelmente, ostenta também o precioso amuleto.

De qualquer maneira estas imagens, isoladamente ou comparadas às outras do

humana, não faz qualquer referência às vestes deste povo, mas apenas afirma que “unta-se de gordura”. (C. Lineu, *Systema Naturae*, *apud*: M. Pratt, *Os olhos do império...*, p. 68).

²²³ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Hottentots...”, vol. 3, pp. 04-05.

²²⁴ Não se vêem na figura 23 a faca e o cachimbo mencionados no texto.

livro, não expressam a descrição física tão desabonadora dos hotentotes, sustentada no texto. Mas o escritor não tinha uma opinião solitária a esse respeito. O filósofo Herder, escrevendo em 1784, considerava os hotentotes e cafres como “formas degradadas dos negros”²²⁵ e, dez anos antes, o historiador inglês Edward Long perguntava, retoricamente: “tem o hotentote uma figura mais humana do que o orangotango?”²²⁶ E como em outros momentos da obra aqui apresentados, Saint-Sauveur atrela, em sua narrativa, os predicados físicos e morais dos hotentotes:

“O caráter desse povo é tão repugnante quanto seu aspecto; o descanso e a ebriedade são seus únicos prazeres; somente a necessidade última pode impulsioná-lo ao trabalho; e ele não conhece mesmo a necessidade, já que pode se embriagar de aguardente e de tabaco: bebe até não poder mais se sustentar em pé, fuma até turvar a vista; as mulheres são entregues como os homens a este excesso de intemperança (...).

Eles não conhecem nenhum dos sentimentos que são a sorte do homem razoável, eles deixam de se enamorar de suas mulheres a partir do momento em que [ilegível] tornam-se inimigos de suas mães, do momento em que não têm mais necessidade de seus cuidados; deixam perecer misérias mesmo o ancião infeliz ou o enfermo que não pode mais trabalhar; suas próprias crianças não têm direito em seus corações (...). Não se viu jamais um hotentote dar um sinal de carinho a seu pai, a seu filho, a sua mulher; e o que prova que, neste povo, há verdadeira insensibilidade, mais do que brutalidade é que a aproximação de uma esposa é para eles um trabalho, mais do que um prazer”.²²⁷

Ainda sobre a inação dos hotentotes, Saint-Sauveur faz um adendo insólito: “um contraste singular, no mesmo país onde os homens parecem tão pouco dignos deste nome, é

²²⁵ J. G. Herder, *Ideen zur Philosophie...*, *apud*: D. Bindman, *Ape to Apollo...*, p. 167.

²²⁶ Edward Long – *History of Jamaica*, *apud*: D. Bindman, *Ape to Apollo...*, p. 152. Para uma análise das idéias racistas e escravistas de Long e suas relações com as de outros autores europeus, ver o valoroso clássico de Philip Curtin, que combina abordagens da história intelectual e literária com a história das ciências naturais para traçar as raízes do imperialismo europeu na África: *The Image of África. British Ideas and Action, 1780-1850*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1973, vol. 1, pp. 36-48 e 77-86. [1ª. Ed. 1964].

²²⁷ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Hottentots...”, vol. 3, p. 02.

que os animais têm uma inteligência extraordinária; os bois vigiam a si próprios (...).²²⁸ E assim, após examinar todas as facetas tão degradantes e repulsivas destes africanos, o autor parte para uma taxativa e desanimadora conclusão: “tais são e tais serão sempre os modos dos hotentotes, porque o comércio com os europeus ainda não influiu sobre seu caráter”.²²⁹ Já os vizinhos ou parentes dos hotentotes, abordados no mesmo capítulo, mereceram um olhar mais otimista. Os namaquas, habitantes da costa oriental do Cabo, apesar de suas semelhanças de costumes (alimentação, leis e religião) com aquele povo destituído de qualquer virtude, foram considerados “um pouco mais civilizados”, sendo diferenciados também por seus traços físicos: “mais altos, de traços mais suaves”, “mais inteligentes e sensíveis”.²³⁰ Mas são, sem dúvida, os “selvagens da Terra de Natal” os mais bem dotados entre os agrupados nesta parte do livro:²³¹

“A vizinhança com os hotentotes não influiu no caráter dos habitantes da Terra de Natal, e comércio com os Europeus ainda não os desnaturou: são homens da natureza, e da bela natureza.

Eles cultivam suas terras, cuidando de seu rebanho cercando seus campos e propriedades, não por exibirem um direito exclusivo, mas por subtraí-lo do ataque de animais selvagens.

Sua altura é mais elevada que a dos Hotentotes, perfeitamente regular, seu aspecto não tem nada de repulsivo; eles nascem absolutamente negros [*noirs*] e não se esfregam gordura e fuligem para adquirir aquela beleza africana.

²²⁸ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Hottentots...”, vol. 3, p. 04.

²²⁹ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Hottentots...”, vol. 3, p. 06. Sobre a contribuição das compilações de viagem para a cristalização de uma imagem negativa dos hotentotes no século XVIII, ver A. Mercier-Faivre, “La danse du Hottentot...”, pp. 71-86. Ao longo da primeira metade do século XIX, o lugar inferior dos hotentotes entre os povos africanos seria reiterado e exacerbado. Segundo Gould, “na escala racista do progresso humano, os boxímanes e os hotentotes disputavam com os aborígenes australianos o lugar mais baixo, logo acima dos chimpanzés e orangotangos” (*O Sorriso...*, p. 273). Escrevendo em 1837, o médico P. P. Broc afirmou ser aquele povo “a mais infeliz classe dos negros, a mais distante da raça branca”, pois “os sinais impressos pela natureza em toda a raça negra adquirem, nos hotentotes em particular, um exagero notável”. E concluindo sua avaliação: “O estado moral desta variedade tão miserável, tão pouco favorecida pela natureza, tão inferiormente situada na ordem da criação dos homens, corresponde perfeitamente à sua organização incompleta”. (*Essai sur les races humaines considérés sous les rapports anatomique et philosophique*. Bruxelas: Établissement Encyclographique, 1837, p. 23).

²³⁰ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Hottentots...”, vol. 3, p. 07.

²³¹ Segundo o autor, o local que habitavam fazia parte “da vasta região da África conhecida como Cafraria”, e se estendia “desde o país dos Hotentotes até Monomotapa” (Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Hottentots...”, vol. 3, p. 08).

Seu coração não é como o dos hotentotes, fechado a todos os sentimentos da natureza. O velho e o enfermo são respeitados; a esposa é querida; as crianças são cuidadas (...).²³²

A comparação hierarquizada entre os selvagens de Natal e os hotentotes permite-nos flagrar algumas concepções mais gerais de Saint-Sauveur. Parece que “os homens da bela natureza” correspondiam, para ele, a um ideal bucólico, já que não foram corrompidos nem pelos males dos europeus civilizados nem pelo estado degenerado, degradado, quase não humano dos hotentotes. E, como temos acompanhado até aqui, a superioridade dos habitantes de Natal se traduz também em suas formas físicas – e desta vez com um ingrediente novo que contradiz valorações anteriores do autor. Excepcionalmente neste caso, a cor negra é valorizada, nomeada mesmo de “beleza africana”. Porém, ao se referir ao tom de pele dos hotentotes, já vimos que Saint-Sauveur julgou que a cor de seus corpos era “mais repulsiva ainda do que a do negro”,²³³ além de, já no começo do volume, ter esclarecido suficientemente que os africanos não eram favorecidos em beleza por sua pele e cabelos.²³⁴

A inferiorização radical dos hotentotes em relação aos outros africanos – reafirmada largamente – bem como as similaridades e diferenciações entre os povos apresentados nesta obra revela paulatinamente, pois, um quadro valorativo composto por oscilações, peculiaridades, exceções e contradições (reais ou aparentes). Para além destes movimentos, entretanto, é possível vislumbrar alguns pilares constantes no discurso de Saint-Sauveur – manifestados por meio de repetidos comentários pequenos, fragmentados, ou destinados especificamente a um determinado povo. Justamente nestas ocasiões, porém, alguns deslocamentos retóricos acionados pelo escritor abrem brechas para que seus juízos sejam estendidos a todos os africanos. Desta maneira, ao final do livro, os leitores que absorvessem estas reiteraões teriam como legado um perfil mais geral dos habitantes do continente, apesar do desfile textual e iconográfico de diferenças e idiosincrasias. Para

²³² Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Hottentots...”, vol. 3, pp. 08-09.

²³³ O que embute, naturalmente, a idéia de que a cor dos negros também era repulsiva. (Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Hottentots...”, vol. 3, p. 01).

²³⁴ Ver Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Discours préliminaire...”, vol. 3, p. 03; e “Principales variétés...”, p. 10.

encerrar nossa viagem à África de Saint-Sauveur foi escolhido, pois, um extrato relativo aos senegaleses (já tão desqualificados isoladamente), no qual o autor exprime exemplarmente sua intenção de fazer um balanço generalizante sobre os africanos, a respeito de temas nodais para as discussões sobre a variedade humana:

“Sem dúvida aqueles que quiseram colocar os negros na classe dos animais e lhes recusar inteligência humana, sustentaram uma opinião absurda, destinada talvez a servir de desculpa à crueldade dos europeus para com estes desafortunados, mas os pretensos filósofos que supuseram aos negros uma inteligência absolutamente semelhante à dos brancos, caíram num excesso contrário, e são igualmente isentos de verdade.

Eu percorro com um olhar imparcial a circunferência do globo. Eu não comparo (...) o europeu civilizado com o homem selvagem; eu coloco, ao contrário, o negro civilizado ao lado do selvagem errante sob o pólo, ou nas ilhas desertas dos mares do Sul: eu procuro nuns e noutros mais ou menos destreza, mais ou menos conhecimentos, segundo o grau de perfeição das leis que governam o país que habitam; mas em toda parte encontro o branco precavido e preocupado com o futuro; em toda parte vejo no negro uma displicência que limita absolutamente todos os seus trabalhos, todas as suas idéias, todas as afeições `a necessidade e ao prazer do momento”.²³⁵

Em suma, a despeito do esforço iluminista para construir generosas escalas relativas de civilização,²³⁶ Saint-Sauveur é levado, pelas evidências, a conclusões bastante pessimistas. A situação de “imutabilidade” dos africanos aqui sugerida já havia sido apontada há duas décadas por Long em História da Jamaica: “uma uniformidade geral perpassa todas as várias regiões daquele povo (...) todos os povos do globo têm qualidades boas e ruins, exceto os africanos. Eles estão agora, em toda parte, degenerados num povo bruto, ignorante, indolente, matreiro, traiçoeiro, ladrão, pouco confiável e supersticioso, mesmo naqueles estados em que deveríamos encontrá-los mais polidos, humanos, dóceis e

²³⁵ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Moeurs...du Sénégal”, vol. 3, p. 02.

²³⁶ Para uma discussão sobre os significados do conceito de “civilização” em voga nas produções intelectuais européias da segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, ver G. Stocking, Jr – “The Idea of Civilization Before the Crystal Palace (1750-1850)”, *in*: *Victorian Anthropology*. Nova York: The Free Press, 1987, pp. 08-45.

industriosos (...)”.²³⁷

Assim, escrito nos últimos anos do século XVIII, o volume sobre a África desta Enciclopédia de Viagens funciona para nós como um espelho ou receptáculo de concepções a respeito dos africanos que vinham sendo gestadas e sistematizadas ao longo das décadas anteriores. De fato, em fins deste século, restava quase nenhuma esperança para os negros, enquanto parte da espécie humana, nos círculos intelectuais europeus. Todas as dimensões de seu ser haviam sido perscrutadas, etiquetadas e inferiorizadas: sua pele, suas formas físicas, seus modos, suas capacidades. Médicos, naturalistas, filósofos, historiadores, teólogos. Ensaaios, tratados, esquemas, relatos de viagem. Novas teorias, releituras de velhas teorias, debates que se confrontavam ou se respaldavam. Novidades e permanências. Vistas em conjunto, essas expressões múltiplas, vindas de tantos lugares, parecem formar uma orquestra afinada de repertório soturno.

A maioria dos viajantes europeus que serão analisados nos próximos capítulos nasceu durante os últimos vinte anos do século XVIII. Eram crianças ou bem jovens enquanto estes movimentos ganhavam força e legitimidade. Em suas formações acadêmicas e profissionais específicas, ou simplesmente como parte de um público leigo letrado, entraram em contato com este mundo de concepções e parâmetros do qual se apropriaram como herdeiros, mediadores ou renovadores. Os próximos capítulos esperam contar justamente como foi que acondicionaram seus instrumentos, atravessaram o Atlântico e vieram formar uma outra orquestra na cidade do Rio de Janeiro.

²³⁷ E. Long, *History of Jamaica*, *apud*: D. Bindman, *Ape to Apollo...*, p. 152.

II

OS VIAJANTES E SEUS CÂNONES

“Enquanto eu esperava pelo bife duro como madeira, tive amplas oportunidades de observar os representantes de cada nação [*nation*] passando ou flanando por perto. Os negros [*negroes*] predominavam. Primeiro, eram garotas negras indo à fonte, ou carregadores negros com cestos em suas cabeças, esperando por serviço. Em seguida, garotas negras trabalhando, caminhando pelas ruas com bandejas de bolos e doces sobre suas cabeças (...).

Depois vêm outros negros, trotando ao som de um alto e monótono uivo; com um pesado barril suspenso por uma vara que passa de ombro a ombro do grupo. E depois, são velhas mulheres com especulações particulares (...) das quais não parecem tirar muito proveito.

Assim funciona o estilo de vida negro [*black tide of life*]; como é o do branco? Primeiro, vem o pomposo brasileiro eminente [*grandee*], com um bom tanto de orgulho *gratis*, e ele não tem nada de que se orgulhar. Um mendigo o aborda, pedindo pelas almas, ao qual ele devolve a altiva resposta, ‘absolutamente nada!’ *absolutely nothing* (...). Outro brasileiro, um velho cavalheiro colérico e rabugento, a própria imagem produzida pelo célebre senhor Briggs, divertiu-se um dia espancando um desgraçado carregador negro, na cabeça e nos ombros, com um grosso bastão. O negro emitiu um uivo como o de um cão, e fugiu; a edição brasileira de Briggs realmente correndo atrás dele. Deve ter havido alguma horrível provocação para fazer um brasileiro correr! Foi certamente a única vez que eu vi tal atividade demonstrada por um

daquela raça [*race*]”.²³⁸

Este ácido desfile foi escrito por um aspirante a oficial da marinha inglesa, Edward Wilberforce, que esteve no Rio de Janeiro exatamente em 1850, data-limite desta tese – e não poderia haver metáfora melhor para os propósitos deste capítulo. O excerto descreve algumas das principais tópicos imagéticas e textuais encontradas nos relatos de viagens produzidos por estrangeiros que visitaram a cidade durante a primeira metade do século XIX: as negras vendedoras indo à fonte, os negros carregadores, os senhores brancos, todos perambulando pelas ruas. Mas as palavras de Wilberforce nos trazem outras implicações preciosas. Seu formato é, evidentemente, uma composição organizada para induzir os leitores a acreditarem que o desfile de tipos foi casualmente proporcionado aos olhos do viajante enquanto este esperava pela refeição, sentado em algum lugar propício à observação de transeuntes. Trata-se de um recurso narrativo comum, utilizado por vários outros autores para as edições de viagem oitocentistas. Porém, a informação mais interessante vem adiante: o marinheiro inglês compara uma personagem supostamente real (o “velho rabugento”) a uma litografia de Frederico Briggs!²³⁹ Assim, neste trecho, a realidade e seus registros se imbricam de forma notável. Ao fazer tal associação, Wilberforce corrobora a verossimilhança da imagem de um gravurista já “célebre” – sem se dar conta de que ele próprio compartilhava dos mesmos códigos de representação, ainda que não expressos em imagens. Ou seja, a **intenção** de seu registro era semelhante à de Briggs. Sobre a linguagem que o litógrafo utilizava para a representação de tipos sociais, Maria Inez Turazzi esclarece:

“Foram [as figuras] retratadas para serem multiplicadas às dezenas, em folhas avulsas ou em pequenos álbuns destinados à circulação pública e à apropriação descompromissada, embora pudessem servir a relatos ou estudos

²³⁸ Edward Wilberforce - Brazil viewed through a naval glass with notes on slavery and the slave trade. Londres: Longman, Brown, Green, and Longmans, 1856, pp.46-8.

²³⁹ Frederico Guilherme Briggs (1813-1870) foi um dos primeiros cariocas a estudar na Academia Imperial de Belas Artes, tornando-se pintor, litógrafo e desenhista. Em 1840, inaugurou a Litographia Briggs no Rio de Janeiro, realizando a impressão de documentos, como faturas, músicas, etiquetas para farmácia e também litografias artísticas. Três anos depois, iniciou-se a sociedade entre ele o litógrafo prussiano Peter Ludwig: Litographia do Commercio de Ludwig & Briggs. Desta parceria, em 1844, nasceu o famoso álbum The Brazilian Souvenir: a selection of the most peculiar costumes of the Brazil.

de viagem. Por isto mesmo, essas estampas são registros que categorizam os indivíduos, procurando documentá-los a partir de seus gestos, atitudes, roupas, atributos e ocupações. A linguagem dos corpos e as diferenciações de gênero, origem ou atividades são realçadas (...). Como personagens anônimos e, ao mesmo tempo, emblemáticos de determinada época e lugar, os tipos representados pela Litografia Briggs descendem de uma longa tradição, criada e recriada na cultura ocidental pela ciência, pela literatura e pelas artes visuais (...). A caracterização do tipo de rua configura-se, assim, como uma estratégia de representação da unidade a partir de um conjunto variado de possibilidades e, ao mesmo tempo, como uma das formas de expressão da identidade de determinado grupo, caracterização moldada entre nós no gosto pelo pitoresco e no viés etnocêntrico da crônica de costumes”.²⁴⁰

Neste capítulo, veremos justamente como tantos viajantes, a despeito dos elementos que os diferenciavam – suas profissões, nacionalidades, tempo de permanência no Rio de Janeiro, pontos de vista políticos e culturais – foram capazes de produzir materiais bastante convergentes. Não se trata, absolutamente, de classificá-los como autores de meras ficções pertencentes a determinados gêneros literários e ou iconográficos. Ao contrário, a idéia é investigar de que formas eles mediarão e cristalizaram – consciente ou inconscientemente, e seguindo várias regras e tradições de representação – um universo social estranho com o qual travaram contato.

A opção de fazer um trabalho comparativo entre um grande número de viajantes impõe alguns ônus. Muitas vezes, não há espaço para uma descrição da estrutura narrativa de cada obra, bem como o lugar ali ocupado pela cidade do Rio de Janeiro e seus habitantes. Porém, na maioria dos casos, esta lacuna torna-se secundária ou mesmo irrelevante: é impressionante notar a semelhança de registros produzidos a respeito dos negros por gente que esteve durante anos na Corte, ou lá aportou poucos dias para fazer uma escala e abastecer o navio. Ora, esta constatação corrobora a idéia de que, independente do tempo e das formas de contato com os negros, os europeus tinham

²⁴⁰ Maria Inez Turazzi (org.). Tipos e Cenas do Brasil Imperial: a Litografia Briggs na Coleção Geyer. Petrópolis: Museu Imperial, 2002. pp.31-2.

algumas concepções prévias, muitas vezes geradas pela própria literatura de viagem consumida antes do desembarque no Rio. Partindo desses referenciais, os viajantes acabavam por ratificar ou discordar de juízos preconcebidos, e esse fenômeno é parcialmente explicado pela existência uma intensa rede de veiculação de tópicos. Pelos mesmos motivos, neste trabalho figuram lado a lado viajantes que se tornaram célebres e outros bastante obscuros, sempre em conversas diretas ou indiretas.

Antes, porém, de analisarmos as percepções e representações dos negros (enunciados ou não como africanos) por viajantes europeus no interior da experiência da escravidão carioca, veremos estas produções, ainda que brevemente, a partir de um ângulo mais panorâmico.

1. A observação pitoresca

Em 1813, o médico sueco Gustaf Beyer concluiu, após descrever rapidamente a topografia do Rio de Janeiro, seu clima e população: “os descritores de viagens têm-se, além disso, se ocupado tanto com esta capital e suas curiosidades, que uma descrição minha seria apenas uma repetição inútil do que já se conhece (...)”.²⁴¹

Este testemunho indica, pois, que apenas cinco anos desde a abertura dos portos, relatos sobre a Corte e suas atrações haviam se tornado bastante comuns. A ressalva, entretanto, continuaria sendo feita por outros autores ao longo do século. Já adentrando a década de 1850, um outro sueco reforçou o comentário anterior de seu compatriota: “a cidade do Rio de Janeiro tem sido descrita em tantas oportunidades que, temerosos de esgotar a paciência dos leitores insistindo sobre o mesmo tema, quase nos sentimos tentados a reiniciar a viagem de imediato”.²⁴² Carl Skogman não estava exagerando. Afinal

²⁴¹ Gustaf Beyer - “Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à Capitania de S. Paulo, no Brasil, no verão de 1813, com algumas notícias sobre a cidade da Bahia e a ilha Tristão da Cunha, entre o Cabo e o Brasil e que há pouco foi ocupada”. (trad.). Revista do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, XII (1907): 278.

²⁴² Carl Johann Albert Skogman - Viaje de la Fragata Sueca "Eugenia" (1851-1853). Brasil - Uruguay - Argentina - Chile - Peru. (trad.). Buenos Aires: Solar, 1942, p. 19. Para não nos restringirmos a viajantes menos conhecidos, também o famoso naturalista Auguste de Saint-Hilaire, que excursionou pelo Brasil entre 1816 e 1822, esquivou-se de escrever sobre a Corte brasileira argumentando que “a cidade do Rio de Janeiro, por meio de inúmeros relatos, é hoje melhor conhecida do que as maiores capitais da Europa” (Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes. Paris: Grimbart et Dorez, 1830, tomo I, p. 02).

a expedição de que tomava parte no cargo de Primeiro Tenente, encarregado das observações físicas, tinha mesmo o objetivo prévio de fazer um relato e, assim, não encontrando novidades a serem descritas, talvez fosse melhor retornar. Provavelmente, o militar havia lido testemunhos bem parecidos com o de Gilbert Mathison, que visitou a cidade em 1821:

"Poucos pontos no Novo Mundo são mais profundamente gratos à mão da natureza do que a baía do Rio de Janeiro; e todas as combinações possíveis de cenário pitoresco [*picturesque scenery*] estão aqui incluídas numa magnífica perspectiva. Desde, contudo, que isso tem sido minuciosa e repetidamente descrito por outros viajantes, suas belezas não precisam agora ser particularizadas; e, pela mesma razão, uma descrição geral da cidade de São Sebastião será suficiente".²⁴³

Diferentemente dos suecos, este proprietário de terras inglês especifica – e justifica – que era a paisagem natural o assunto mais repetido nas descrições de viagem. Além disso, se vale de um termo que sintetiza uma tradição de representação (textual e iconográfica) que somos obrigados a investigar aqui, pois está intimamente atada aos significados da literatura de viagem oitocentista sobre o Brasil.

²⁴³ Gilbert Farquhar Mathison - Narrative of a visit to Brazil, Chile, Peru, and the Sandwich Islands, during the years 1821 and 1822. With a miscellaneous remarks on the past and present state, and political prospects of those countries. Londres: Charles Knight, 1825, p. 07. Embora as descrições de paisagens naturais sejam um tema bastante periférico desta tese, vale aqui uma observação. A historiadora da arte Barbara Novak – num trabalho que se tornou referência sobre o assunto – demonstra como, no início do século XIX, as representações da natureza eram estreitamente ligadas a uma concepção teocêntrica, sendo que os termos “Deus” e “natureza” eram sinônimos em muitos contextos retóricos e artísticos. Quando Mathison se refere à “mão da natureza”, muito provavelmente está fazendo esta associação. Em seu livro, Novak argumenta que, no período entre 1825 e 1875, os pintores de paisagem representaram a “crença difundida de que as riquezas naturais da América eram bênçãos de Deus sobre um povo eleito”. Sendo assim, este tipo de iconografia não pode ser estudada sem se entender seu papel maior: “a unidade da natureza augurava a unidade de Deus. A unidade do homem com a natureza supunha uma atitude otimista em direção à perfectibilidade humana. Portanto, os pintores de paisagem poderiam lembrar à nação a benevolência divina e sua predestinação, ao ver diante de seus olhos as montanhas, árvores, florestas e lagos que revelavam o mundo em cada imagem notável”. (B. Novak - Nature and Culture. American landscape and painting. 1825-1875. Nova York: Oxford University Press, 1980, p. 17). Num período anterior ao estudado por Novak, Timothy Mitchell também verifica estas relações no ambiente artístico germânico de fins do século XVIII: o escritor romântico Wilhelm Wackenroder, por exemplo, afirmava que “a arte retrata o homem em sua mais perfeita forma. A Natureza – ao menos naquilo que é visível aos nossos olhos mortais – é como uma expressão oracular fragmentária do sopro divino”. (T. Mitchell, Art and Science..., pp. 76-7).

Segundo Valéria Lima, o sentido literal e mais restrito de “pitoresco”, aquele figura até hoje nos dicionários como sua primeira acepção, foi dado pelos italianos no século XVII, ou seja, “o que é próprio da pintura ou dos pintores, o que se presta à representação pictórica”.²⁴⁴ Mas a palavra ganharia, com o passar das décadas, outra carga conceitual: o termo passou a compreender essencialmente um conjunto de atitudes relacionadas à paisagem, tanto real como representada, que floresceu a partir da segunda metade do século XVIII. Faziam parte da estética pitoresca a imperfeição e a irregularidade. Assim, as cenas pitorescas não eram serenas (como os padrões do “belo”) nem inspiravam reverência (como ditavam as representações do “sublime”), mas sim repletas de variedades e detalhes curiosos, singulares. Esta estética manifestou-se primeira e mais significativamente na Inglaterra, sistematizada pelas reflexões teóricas do reverendo Edmund Burke, bem como de William Gilpin e Josuah Reynolds.²⁴⁵ Mas a dilatação dos sentidos do pitoresco (da representação de paisagens naturais para universos sociais) está mesmo relacionada à prática das viagens e seus registros, entre fins do século XVIII e início do XIX. A partir de então, várias publicações de viagem, mesmo aquelas que eram resultados de *tours* somente por um ou vários países da Europa, incorporaram o adjetivo em seus títulos.

Para Ana Belluzzo, o “pitoresco” casou-se com a postura dos viajantes, que passaram a se posicionar como interessados observadores de realidades estranhas, promovendo “o surgimento de uma poética condizente com os pontos de vista” deles:

“Esse mundo externo ao viajante europeu, insuspeitado, foi o convite à aventura desconhecida e à surpresa da viagem. O gosto pelo estranho, pelo inusitado e pelo diverso é inseparável da prática do viajante (...).

Os artistas-viajantes do século XIX comportam-se como analistas meticolosos, observadores de particularidades do mundo. Descrevem as partes de um todo que podem pressupor mas jamais conhecer, ocupando-se do que é imediatamente inteligível. São artistas-documentadores, que elaboram cena a

²⁴⁴ V. Lima, A Viagem Pitoresca..., p. 212.

²⁴⁵ Para uma discussão sobre estes sentidos do pitoresco, ver, entre outros: B. Novak, Nature and Culture...; Ann Bermingham – Landscape and ideology: the English rustic tradition. 1740-1860. Londres: Thames & Hudson Ltd., 1987; e T. Mitchell, Art and Science...

cena. Têm a atenção voltada para o presente, para o existente”.²⁴⁶

Estas considerações de Belluzzo nos estimulam a discutir um outro conceito também indispensável para a compreensão da iconografia de viagem que nos interessa investigar: *d’après nature*. Esta expressão, tão utilizada por esses artistas-viajantes ao classificarem suas imagens, de fato está relacionada ao imediatismo do registro, conforme bem nota a autora. Neste contexto, portanto, as noções de pitoresco e *d’après nature* não podem ser pensadas separadamente. Ambas estão relacionadas a um “fazer rápido, à tradução da primeira impressão despertada por um elemento, à imperfeição e irregularidade dos objetos portadores desta qualidade”, sendo fundamental no interior destas práticas “o papel da observação, da experiência, do contato direto com estes objetos, único meio capaz assegurar a qualidade da emoção que se quer transmitir a partir de sua representação”.²⁴⁷

Durante a primeira metade do século XIX, ambos conceitos mereceram considerações em livros técnicos de desenho e pintura, destinados a públicos especializados e ou diletantes. Na década de 1820, o professor inglês de desenho George Hamilton escreveu um manual para estudantes, explicando seus objetivos principais:

“Nesta era da Arte, quando toda pessoa bem-educada é, no mínimo, um amador ou *connoisseur*, seria insignificante apresentar um trabalho elementar, abaixo da qualidade dos livros de desenho comuns; o autor tentou, portanto, atingir um caráter de inovação, e voar acima da mediocridade: a partir deste princípio, angariar a preferência e o amparo do público. Ele restringiu propositalmente suas instruções ao desenho apenas, como praticado em esboço, em sombreado, e aquarelas; e não tratou de outros ramos da arte, pois a maior parte dos estudantes não requer mais, porque o desenho é o fundamento de todos os outros ramos (...). Com relação ao modo de ensinar ou aprender esta arte, pouco pode ser acrescentado às instruções práticas espalhadas por toda parte da literatura a respeito; mas se o autor puder contribuir aqui com uma ênfase adicional, ele recomendaria que a liberdade em cada conjunto de exemplos deve ser seguida da prática de copiar aqueles objetos do natural [*after*

²⁴⁶ A. Belluzzo, *O Brasil dos viajantes...*, vol. 3, p. 11.

²⁴⁷ V. Lima, *A Viagem Pitoresca...*, p. 213.

nature]. O esforço pode ser difícil no começo, mas a dificuldade irá rapidamente desaparecer; enquanto que as vantagens serão duradouras e a gratificação, excessiva. Não somente a facilidade de desenhar será aumentada (...), mas as noções de luz e sombra serão corretas, e os princípios da perspectiva, estabelecidos pela prática, serão devidamente averiguados. (...)”.²⁴⁸

Este prefácio nos dá pistas importantes. Em primeiro lugar, a preocupação do autor em provar que seu manual é especial e difere dos outros, porque traz novidades, indica o quão comum havia se tornado esse tipo de publicação nas primeiras décadas do século XIX. Além disso, corrobora o interesse de um público letrado dileitante (“amadores” ou “*connoisseurs*”) pela arte do desenho e pelas expressões iconográficas de forma geral. Finalmente, a grande valorização dada por Hamilton ao registro *d’après nature* como procedimento útil ao aperfeiçoamento das técnicas de representação legitima esta prática de registro acionada pelos viajantes.

Um manual francês lançado posteriormente complementa, de certa forma, as instruções de Hamilton. Em edição de bolso, é uma obra minuciosa que vem acompanhada de um álbum com exercícios, figuras e demonstrações. Seu autor reserva um capítulo inteiro para o desenho *d’après nature*, afirmando não ser suficiente saber traçar com perfeição toda a anatomia e contorno dos corpos, pois tal procedimento não comportaria a representação de corpos irregulares, sendo o olho, portanto, o único instrumento adequado para obter tais efeitos:

“Imitar um corpo *d’après nature* é obter deste corpo uma imagem que exerce sobre o órgão da visão a mesma sensação que o objeto que ele [órgão da visão] representa: importa, portanto, ao desenhista saber como é conformado seu olho, como a visão se efetua, e de quais maneiras um mesmo objeto pode influir sobre a sensação que causa”.²⁴⁹

²⁴⁸ George Hamilton - The elements of drawing, in its various branches, for the use of students. Londres: Richard Phillips & Co., 1827, pp. v-vi.

²⁴⁹ C. Boutereau - Nouveau Manuel Complet du dessinateur ou Traité Théorique et Pratique de l'Art du Dessin. Paris: Librairie Encyclopédique de Roret, 1842, vol. 1, p. 113.

Seguem no texto muitas explicações sobre funcionamento dos olhos e da visão, com conceitos da física e da medicina, discutindo instrumentos ópticos e os efeitos dos mecanismos da visão e observação humanas sobre as representações iconográficas.²⁵⁰

Poucos anos depois de Boutereau, o então diretor da Escola Nacional de Desenho de Paris preocupou-se, por sua vez, em destacar a importância da memória pitoresca, ou seja, a capacidade de reter e recuperar na memória determinado objeto, cena ou modelo humano a ser retratado, para a prática das belas-artes. Em seu livro, Horace Boisbaudran dá atenção especial a dois aspectos do assunto. Primeiramente, a memória das formas, que deveria ser burilada por meio de exercícios mnemônicos com modelos sucessivos, aumentando a complexidade e os detalhes gradativamente: começando pela observação e posterior reprodução – sem o modelo à vista – de um molde de nariz, até uma cabeça inteira.²⁵¹ Em seguida, vem a memória das cores, também treinada por meio dos mesmos métodos paulatinos: de início, duas faixas de cores, lado a lado, sobre um fundo de papel cinza, e assim sucessivamente, experimentando misturas de tons, mais cores, etc.²⁵²

Obviamente, Boisbaudran refere-se ao termo pitoresco como sinônimo de sua acepção primeira, como adjetivo para designar o que é inerente à arte da pintura, e não aos desdobramentos conceituais em voga na época da publicação de seu livro. Mas seu tratado e os outros aqui mencionados nos fornecem subsídios para pensar nos procedimentos de registro imagético mais comumente acionados pelos viajantes. Ana Belluzzo, como vimos, define o que chamou de “poética do pitoresco”, marcada pela documentação imediata de elementos estranhos ou inusitados. Os manuais, por sua vez, permitem-nos vislumbrar, do ponto de vista técnico, as possíveis formas de materialização desta poética: de um lado, a valorização do registro advindo instantaneamente do ato de olhar; de outro, a importância de processos mnemônicos que promovessem uma reprodução verossímil de determinado objeto visto anteriormente, porém ausente.

Estes modos de “olhar” e “registrar” podem ser encontrados nas várias searas do heterogêneo conjunto da literatura de viagem oitocentista, dialogando estreitamente com as tradições de relato científico influenciadas pelas novidades dos métodos da história natural

²⁵⁰ Ver C. Boutereau, Nouveau Manuel..., pp. 113-23.

²⁵¹ Ver Horace Lecoq de Boisbaudran - L'éducation de la mémoire pittoresque et de la formation de l'artiste. Paris: Henri Laurens Éditeur, 1862, pp.26-7. [1ª. Ed. 1847].

²⁵² Ver H. Boisbaudran, L'éducation..., pp. 38-41.

configuradas a partir da segunda metade do século XVIII, conforme vimos no capítulo anterior. Um bom exemplo dessas interações podem ser encontrado na monumental obra publicada em oito tomos *in-quarto*,²⁵³ resultante da viagem comandada por Louis Claude de Freycinet entre 1817 e 1820. No primeiro tomo, encontra-se a transcrição de um relatório da viagem, apresentado à Academia Real de Ciências da França por Jacques Arago:

“O Sr. Freycinet nos convidou a examinar os materiais que formaram a base da descrição histórica de sua viagem. Nas diferentes regiões em que estivemos (...) ele fixou sua atenção sobre o aspecto geral do país, as raças de homens que o habitam, sobre o estado de sua civilização, sobre o desenvolvimento dos diversos ramos da agricultura e da indústria comercial, enfim, sobre as causas que entravam ou aceleram o progresso da sociedade. Para seguir uma marcha mais uniforme dentre deste gênero de pesquisas, o Sr. Freycinet comunicou às pessoas que deveriam dividir seus trabalhos numa série de questões que abarcassem metodicamente o estado físico, moral e político do homem.

O que dará um charme particular à relação de viagem do Senhor Freycinet é o atlas pitoresco, no qual foram reunidas as paisagens, as vistas náuticas, as representações de costumes, devidos ao talento e à grande atividade do Sr. Arago, desenhista da expedição”.²⁵⁴

Assim, a função deste volume de imagens era acrescentar um toque mais atraente à obra, justamente em consonância com os sentidos que o pitoresco foi assumindo gradativamente na primeira metade do século XIX: abarcava desde a representação de

²⁵³ O primeiro tomo trata do relato da expedição propriamente dita; o segundo aborda pesquisas lingüísticas dos povos visitados, enquanto os seis tomos restantes são inteiramente dedicados a pesquisas astronômicas e naturalistas, pois o principal objetivo da empresa era estudar a figura do globo e os elementos do magnetismo terrestre.

²⁵⁴ Jacques Arago - “Rapport fait à l’Academie Royale des Sciences, le lundi 23 avril 1821, sur le Voyage autour du Monde de la corvette L’Uranie, commandée par M. de Freycinet”. *In*: Louis Claude Desaulces de Freycinet - Voyage autour du monde, entrepris par ordre du Roi, sous le ministère et conformément aux instructions de S. Exc. M. le Vicomte du Bouchage, secrétaire d’État au Département de la Marine, exécuté sur les corvettes de S. M. L’Oranie et la Physicienne, pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820. Paris: Pillet Aîné, 1827, tomo I, p. XXXVIII. Embora este relatório tenha sido apresentado por Arago, é de se supor, a julgar pelo elogio ao atlas pitoresco, que foi redigido por seu companheiro, o jovem marinheiro e também desenhista, Alphonse Odet-Pellion.

paisagens a elementos humanos, enfim, qualquer objeto digno de nota por sua particularidade, estranheza ou beleza. É preciso lembrar que a obra de viagem organizada por Freycinet não possuía apenas um atlas pitoresco, mas ainda outros três, de natureza científica (zoológico, botânico e hidrográfico), também assinados por Arago e Pellion. Isto demonstra o convívio de diferentes tradições de registro iconográfico nos livros de viagem, muitas vezes encontradas numa mesma obra.

Mas se Belluzzo, os manuais técnicos e o relatório da expedição de Freycinet referem-se estritamente a composições iconográficas, veremos que os registros pitorescos também se manifestam em textos: escritos que igualmente compõem cenas ou tipos, que criam tópicos, inclusive em diálogo com um conjunto iconográfico conhecido, e o trecho de Edward Wilberforce contido na introdução deste capítulo nos mostra claramente este movimento. A descrição de uma personagem feita pelo marinheiro inglês, conforme ele mesmo reconhece, é respaldada por uma gravura de Frederico Briggs. Mais ainda, Wilberforce transpõe para a “realidade” uma determinada representação imagética que conheceu e reconheceu como plausível. Prossigamos com mais exemplos dessas imbricações:

“Como costumes, como tipos de figuras [*types de figures*], as ruas do Rio não têm nenhuma característica bem distinta; negros [*nègres*] e europeus mal vestidos, pesados cabriolés puxados por mulas, nada merece atenção. O canto triste e monótono dos empregados no transporte de sacas de café causa uma penosa impressão; as sangrentas cenas [*scènes*] dos marinheiros ébrios brigando no porto com os negros têm freqüentemente por resultado a morte de vários dos combatentes”.²⁵⁵

Estas palavras de tédio e lamento são do Conde de Suzannet, que esteve no Rio em 1842. O mais sintomático nesta descrição é que ela possui uma linguagem própria do universo das representações (“tipos de figuras”, “cenas”), passando-nos a idéia de que o autor estava deliberadamente buscando elementos que compusessem tópicos dignos de

²⁵⁵ L. Chavagnes (Conde de Suzannet) - *Souvenirs de voyages. Les provinces du Caucase, l'Empire du Brésil*. Paris, G. A. Dentu, Imprimeur-Libraire, 1846, p. 208.

nota. Por outro lado, mesmo confessando sua frustração por não encontrar tais elementos, não consegue deixar de mencioná-los.

Além do universo humano, principalmente dos escravos, outro terreno privilegiado para se apreender os sentidos que o pitoresco assumiu na literatura de viagem oitocentista sobre a cidade são as descrições da paisagem. Otto Von Kotzebue, um militar alemão a serviço da Rússia que esteve no Rio de Janeiro em 1823, deu um testemunho emblemático desse respeito:

“O magnífico cenário do Brasil tem sido freqüentemente descrito, mas nenhuma expressão pode fazer justiça a sua deslumbrante beleza. A imaginação pode dificilmente pintar a primorosa variedade de forma e colorido da luxuriante e gigantesca vegetação que reveste maciçamente os vales e montanhas até o litoral. Uma brisa da terra nos levou os mais deliciosos perfumes; e nuvens de lindos insetos, borboletas e pássaros, tal como somente os trópicos produzem, pairaram sobre nós. A natureza parece ter destinado estas adoráveis regiões para o exclusivo prazer de suas criaturas; mas, *alas!* O trabalho duro e o chicote do tirano transformaram, para o negro infeliz, este paraíso num lugar de tormento”.²⁵⁶

O contraste entre a natureza exuberante do Rio de Janeiro (que Kotzebue generalizou, na narrativa, para todo o Brasil) e a presença de tantos escravos acabou por polarizar duas grandes matrizes de registro pitoresco dos viajantes que lá estiveram. Esta idéia é visível no diário de Edmond Temple, de 1826:

“O magnífico cenário desta nobre baía [do Rio de Janeiro] igualou-se totalmente a tudo aquilo que já ouvi em seu louvor, e ultrapassou de longe qualquer coisa que a estampa ou o panorama é capaz de representar. Em terra, porém, não fiquei muito surpreso ao encontrar uma cidade ultramarina portuguesa, o que significa um centro sujo, com maus hotéis, e má acomodação. O alvoroço do comércio e dos negócios é certamente considerável, e a característica mais espantosa para um inglês ao primeiro

²⁵⁶ Otto Von Kotzebue - *A new voyage round the world in the years 1823, 24, 25, and 26.* (trad.). Londres: Henry Colburn and Richard Bentley, 1830, pp. 29-30. [1ª. Ed. São Petersburgo, 1828].

desembarque é o grande número de escravos negros seminus, que são encontrados em toda parte; alguns arrastando pequenos carros cheios de mercadorias, outros carregando fardos sobre a cabeça, ou empregados em algum serviço trabalhoso; mas não havia nada, ao menos aparentemente, que indicasse infelicidade, pois todos pareciam trabalhar com grande disposição [*willingness*] e alegria [*glee*] (...).²⁵⁷

Embora tratem de temáticas idênticas, há tensões evidentes entre as impressões de Kotzebue e Temple, praticamente contemporâneas. Ambos concordam com a beleza inequívoca da natureza carioca, mas mesmo aqui suas expectativas divergem. O alemão achou que, apesar das tantas descrições, “nenhuma expressão²⁵⁸ pode fazer justiça” àquela paisagem natural, nem mesmo a imaginação humana. O inglês, ao contrário, encontrou todo o encanto que esperava, de que havia ouvido falar – entretanto, denuncia a incompetência da iconografia como veículo para representar tais maravilhas.²⁵⁹ Já os escravos são destacados pelos dois viajantes como contraponto à paisagem. Mas ao passo que Kotzebue é bastante econômico, resumindo em duas linhas a infelicidade dos negros sob os castigos, Temple apresenta-os por meio das tópicas de trabalho mais comuns (carregadores e vendedores), não tendo percebido qualquer “infelicidade” entre eles.²⁶⁰

Maria Graham nos dá mais pistas para tratarmos destas construções contrastantes:

“A maior [fonte] é a Carioca, perto do convento de Santo Antonio; ela tem vinte bicas, e é a mais pitoresca em si [*the most picturesque in itself*]: é constantemente rodeada por escravos, com seus barris de água, e por animais

²⁵⁷ Edmond Temple - Travels in various parts of Peru, including a year's residence in Potosi. Londres: Henry Colburn and Richard Bentley, 1830, vol. 2, pp.502-3.

²⁵⁸ Não se pode afirmar se ele estaria se referindo também a expressões iconográficas.

²⁵⁹ É possível, também, encontrarmos raríssimas opiniões totalmente dissonantes sobre a beleza da paisagem carioca. Decepcionado com a vista de uma cascata na Tijuca, o médico francês Melchior Yvan adverte: “Os viajantes sérios devem contar todas as suas impressões àqueles que, mais tarde, forem seguir seus rastros, a fim de lhes prevenir contra os exageros de certos entusiastas possuídos duma monomania admirativa”. (La Chine et la presqu'île Malaise. Relation d'une voyage accompli en 1843, 1844, 1845 et 1846. Paris: Boulé, 1850, pp.78-9).

²⁶⁰ Relativamente à construção dessas polaridades, ainda que não tenha se remetido à paisagem natural, merece ser lembrado aqui um testemunho anterior, de John Shillibeer em 1814: “É quase impossível para uma pessoa possuidora de mínima reflexão, passar por esse ponto [Largo do Palácio] sem ser golpeado pelo contraste, o qual deve necessariamente se apresentar. De um lado, podemos contemplar o palácio de um príncipe voluptuoso, cercado por cortesãos e espojando-se em luxo; de outro, a escravidão em seu mais puro e horrível estado”. (A narrative of the Briton's voyage to Pitcairn's Islands; including an interesting sketch of the present state of the Brazils and of Spanish South America. Taunton: J. W. Marriott, 1817, p. 10).

saciando a sede. Logo além, estão cochos de granito onde uma nuvem de lavadeiras fica constantemente trabalhando; e em frente, acima, estão postos bancos nos quais ficam sentados constantemente negros novos à venda”.²⁶¹

Provavelmente a famosa viajante inglesa, ao julgar a Carioca como a fonte “mais pitoresca em si”, estava se restringindo à tradição paisagística que tomou força em seu país quando ela ainda era criança. Neste caso, sua noção de pitoresco não comportava a presença de escravos, sempre lamentada por ela ao longo de seu diário. Entretanto, o fragmento de Graham acaba contribuindo também para a outra acepção do conceito, conforme temos visto aqui. Mesmo que ela assim não considerasse, os escravos em torno da fonte, as lavadeiras e os negros à venda nas imediações compõem, sem dúvida, uma das tópicas pitorescas mais recorrentes em textos e imagens.

Um ilustre compatriota e conhecido de Maria Graham também produziu diários nos quais se flagram raras porém significativas impressões desta instância do pitoresco que estamos procurando delimitar. O almirante Graham Eden Hamond veio ao Rio em 1825 comandando o navio “Wellesley”, que trouxe a comitiva de Charles Stuart, embaixador plenipotenciário da Grã-Bretanha e de Portugal, para tratar do reconhecimento da independência do Brasil. Depois, Hamond ainda teve de permanecer na cidade entre 1834 e 1838, como almirante-em-chefe do esquadrão britânico no Atlântico Sul. Em sua primeira vinda, trouxe também o naturalista William Burchell e o pintor Charles Landseer. Em 1834, retornou com ele o artista e oficial naval Emeric Essex Vidal, que já havia vindo para o Brasil acompanhando a família real em 1808, e duas outras vezes.²⁶²

Os diários de Hamond, embora relatem anos no Rio, bem pouco mencionam os escravos, mas são um excelente exemplo da rede de sociabilidade entre estrangeiros que se formou na cidade nas décadas de 1820 e 1830. Este círculo se compunha de embaixadores, ministros e cônsules de vários países, comerciantes, artistas e cientistas. Além de Maria Graham, o almirante era conhecido de Langsdorff e do Cônsul da Inglaterra, Henry Chamberlain.²⁶³ Durante os quatro anos de sua segunda estada na Corte, Hamond também

²⁶¹ M. Graham, *Journal of a voyage...*, p. 167.

²⁶² De 1816 a 1819 e 1826 a 1829.

²⁶³ Pai do militar homônimo que produziu o conhecido álbum **Views and costumes of the city and neighbourhood of Rio de Janeiro**. Londres: Thomas McLean, 1822.

esteve com o Cônsul prussiano Carl Wilhelm von Thiermin e com o Encarregado de Negócios inglês William Gore Ouseley. Apesar destes contatos interessantes, que também produziram relatos e iconografia resultantes de suas permanências na cidade, Hamond detestava o Rio de Janeiro e tudo o que lá havia, com exceção das belezas naturais. Sua narrativa é algo sarcástica e sempre muito queixosa:

“Quarta-feira, 10 de agosto [1825] - Encontrei numerosos escravos chegando ao mercado levando na cabeça os seus produtos, em grandes cestas redondas, tão carregadas, que é de espantar como os pobres diabos as podem sustentar. Vi uma mulher tendo na face uma máscara de latão presa com um cadeado, através de tiras que passavam sobre a cabeça e em volta do pescoço (...). Fez-me lembrar o homem da Máscara de Ferro que poderia ser o irmão do Rei da França. Não me foi possível descobrir a razão deste castigo. Em geral me foi dito que os brasileiros têm a característica de tratar seus escravos com muita benevolência; também que depositam neles muita confiança em todas as transações monetárias; no entanto, constantemente, encontram-se muitos com correntes em volta do corpo e alguns com um colar de ferro com um espigão que se projeta, o que denota que eles estão sempre prontos a fugir. É horrível não se encontrar senão uma população preta onde quer que se vá, e toda ela de escravos. Cada dia chega um novo navio carregado com essas desgraçadas criaturas.

Fomos procurar uma coleção de insetos e borboletas, mas eram poucas e os preços tão perfeitamente exorbitantes que realmente não me senti em condições de regatear por elas. Ao retornar, encontrei três coisas que nunca havia visto antes: um negro branco, a Imperatriz montada a cavalo feito homem (sua maneira usual) e um padre preto”.²⁶⁴

Aqui, a descrição impressionada dos escravos trabalhando pelas ruas, bem como a referência aos instrumentos de castigo²⁶⁵ e o grande incômodo causado pela enorme

²⁶⁴ Paulo Geyer (org.) - Os Diários do Almirante Graham Eden Hamond, 1825- 1834/38. Rio de Janeiro: Ed.JB, 1984, pp. 22-23.

²⁶⁵ A analogia entre a máscara de latão de escravos punidos e aquela da personagem do romance de Alexandre Dumas exemplifica um procedimento recorrente nestas narrativas de viagem: comparações de elementos

“população preta” é logo diluída pelo comentário contíguo, sobre a busca de lembranças naturalistas. Em seguida, Hamond ainda destaca as três figuras idiossincráticas que encontrou pelo caminho. Todo o trecho, na verdade, é composto por uma **intenção pitoresca**, no sentido de documentar aquilo que é singular aos olhos. Assim, a descrição dos escravos, a busca pela coleção de borboletas, a crítica aos modos da Imperatriz e a suposta singularidade de um sacerdote católico negro integram-se numa mesma lógica de observação e registro.

Neste contexto se notam, como apontou Hamond, a produção e venda de objetos, “lembranças de viagem”, que também são uma instância do conceito de pitoresco. Wilberforce, em 1850, nos dá notícia de locais especializados nestes *souvenirs*:

“Caixas de charutos, caixas de pássaros empalhados, estojos de insetos e espécies de flores, e rolos de pinturas eram os componentes principais dos estoques que abarrotavam o estabelecimento.

Então, comecei a examinar as mercadorias. Havia algumas pinturas [*pictures*] executadas razoavelmente, simples e coloridas, da baía e da cidade do Rio de Janeiro e arredores, mas eram excessivamente caras. Eram desenhadas com correção suficiente, mas não reproduziam, absolutamente, as incomparáveis tintas do cenário tropical. As simples, é claro, não poderiam fazê-lo; e as coloridas eram meros borrões grosseiros”.²⁶⁶

Poucos anos antes, o cirurgião americano Gustavus Horner também reclamava da exorbitância de preços das imagens no Rio de Janeiro:

“Desenhos litográficos são toleravelmente executados aqui; mas mesmo as pinturas com cenário nativo são feitas na Europa, importadas no Brasil, e vendidas a preços extravagantes. A maioria das litografias são também executadas na Europa, e muitas delas na França, à qual o Rio deve um grande número de importações pela satisfação de gosto, imaginação e variedade”.²⁶⁷

exóticos, estranhos ou incompreensíveis a certas referências bastante conhecidas pelo público europeu, como tentativa de descrever com mais equidade determinado objeto incomum observado.

²⁶⁶ E. Wilberforce, *Brazil viewed through a naval glass...*, pp. 55-6.

²⁶⁷ Gustavus Horner - *Medical Topography of Brazil and Uruguay: with incidental remarks*. Filadélfia: Lindsay & Blakiston, 1845, p. 73.

Os comentários de Wilberforce e Horner sobre o mercado de lembranças iconográficas, ainda que nada animadores, reforçam a idéia de que este tipo de material era muito procurado e valorizado. Logicamente, este também era um dos fatores do sucesso das publicações ilustradas de viagem. Um outro americano, capelão da marinha, deixou suas impressões a esse respeito ao visitar a Biblioteca Real em 1829:

“O mais esplêndido trabalho exibido a nós foi uma edição *in-folio* das viagens do Príncipe Maximilian da Alemanha no Brasil.²⁶⁸ Toda sua tipografia é no mais fino estilo da arte. É ricamente embelezado com gravuras coloridas, possuindo todas a delicadeza e alto acabamento de pintura, e apresentando admiráveis ilustrações do cenário brasileiro, caráter e costume. Para aquele que nunca testemunhou as esplêndidas tintas do céu e da paisagem aqui exibidas, e em algumas outras partes do mundo, o colorido poderia parecer exageradamente vivo e grandioso – beirando aquilo que se poderia chamar de berrante e artificial – mas é estritamente fiel ao natural”.²⁶⁹

Como temos visto, as opiniões dos viajantes sobre as belezas naturais do Rio de Janeiro e suas representações são variadas: alguns crêem que os textos e ou imagens dão conta de transmitir todo seu esplendor; outros dizem que estes materiais não conseguem sequer beirar o que os olhos podem presenciar. Foge ao escopo desta tese analisar mais profundamente o tema da paisagem natural na literatura e iconografia de viagem e, inclusive, estas divergências de impressões podem ser encontradas acerca de outros assuntos que nos são centrais, como as percepções da diversidade africana, por parte dos viajantes, entre os escravos. De qualquer maneira, os julgamentos desses autores a respeito da paisagem do Rio de Janeiro e suas apreensões em veículos como livros, álbuns, gravuras ou aquarelas significam uma janela importante para se compreender as múltiplas leituras que os viajantes fizeram a respeito dos materiais produzidos por seus pares, bem como os sentidos da observação pitoresca.

²⁶⁸ Refere-se ao príncipe Maximilian de Wied-Neuwied, que produziu uma das mais conhecidas obras de viagem lançadas durante a década de 1820: Reise nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817. Frankfurt: Heinrich Ludwig Bronner, 1820, 2 vols.

²⁶⁹ Charles Samuel Stewart - A visit to the South Seas, in the United States Ship Vincennes, during the years 1829 and 1830, with scenes in Brazil, Peru, Manilla, the Cape of Good Hope and St. Helena. Londres: Henry Colburn and Richard Bentley, 1832, vol. 1, pp. 44-5.

A partir de fins da década de 1830, estas concepções encontram-se bastante evidentes em alguns dos chamados álbuns pitorescos, publicados na Europa e no Rio de Janeiro. Deste gênero, o primeiro que se pode mencionar é o do suíço Johann Jacob Steinmann, que veio para o Brasil em 1824, ligado à Academia Militar, contratado como litógrafo oficial do Imperador D. Pedro I. Por isso, ele é tido como introdutor da litografia nos estabelecimentos oficiais do Rio de Janeiro, trazendo para a Corte as máquinas e materiais necessários para montar uma oficina que funcionou na rua da Ajuda, onde ensinava o ofício a aprendizes destacados pelo Arquivo Militar.

Em 1833, Steinmann retornou à França e dois anos depois lançou Souvenirs de Rio de Janeiro, um conjunto de treze vistas da cidade. O que mais nos interessa, entretanto, é a moldura com a qual ornamentou cada uma das gravuras, exemplificada na figura 25 (a mesma moldura é repetida em todas pranchas). Não se trata de um procedimento meramente decorativo, mas que embute o intento de sintetizar elementos naturais e humanos mais pitorescos do país de onde voltou. Entre as vinhetas da moldura, podemos identificar algumas figuras copiadas dos modelos de Johann Moritz Rugendas que, anos antes de ter lançado seu livro de viagem, publicou em fascículos suas litografias referentes ao Brasil, a partir de 1827.²⁷⁰ Steinmann junta, numa mesma borda da moldura (ver fig. 25 detalhe a), personagens extraídos de três litografias de Rugendas. Assim, percebemos que o homem pendurado num tronco alto e fino foi copiado, em sentido inverso, da composição “Ponte de cipó” (ver figs. 26 e 26 detalhe a), na qual o pintor bávaro representa um grupo de índios exercendo várias atividades. Já a vinheta do negro em pé, apoiado numa espécie de foice ou enxada, foi seguramente inspirada no modelo masculino de uma das gravuras de costume mais célebres de Rugendas (fig. 27). Logo abaixo desta vinheta encontra-se mais uma, também reproduzida em sentido inverso, do detalhe de outra gravura sobre índios, “Caça ao tigre” (fig. 26. Muito provavelmente, trata-se do tigre vermelho, ou leão americano). Outra imagem construída a partir da mesma linguagem da figura 27, “Negras do Rio de Janeiro” (fig. 28) foi transposta como vinheta em outra borda da moldura (fig. 25 detalhe b), na qual há reproduzido também, abaixo, o motivo principal da gravura “Ponte

²⁷⁰ Para informações detalhadas sobre o ambicioso e avançado projeto editorial da obra de viagem de Rugendas, que se arrastou por uma década, ver Pablo Diener e Maria de Fátima Costa – Rugendas e o Brasil. São Paulo: Capivara, 2002, pp. 92-100.

de cipó”: um indígena carregando uma criança e atravessando uma ponte de cipó (fig. 26 detalhe b).

O procedimento ornamental de Steinmann pode ter sido lisonjeiro para Rugendas, ao menos do ponto de vista ideológico. Herdeiro da tradição romântica alemã, o viajante expressou em sua obra sobre o Brasil uma natureza que funcionaria como cenário para as novas civilizações das Américas. Rugendas foi claramente influenciado por Alexander von Humboldt em seus objetivos ao representar a paisagem natural e os homens e animais lá integrados. Neste contexto, verifica-se uma re-significação do pitoresco em direção ao que seria o “lugar” do homem na natureza.

Em 1826, após regressar do Brasil, Rugendas conheceu Humboldt em Paris e este lhe incentivou o projeto editorial da viagem, acreditando que o jovem pintor pudesse exercitar uma renovação na pintura de paisagens aliando a criação artística ao conhecimento científico. As enormes contribuições do naturalista alemão para os novos parâmetros de observação e registro de paisagens desconhecidas, no início do século XIX, foram sintetizadas por Mary Pratt sob o epíteto de “estilo estético-científico”. A viagem humboldtiana uniu os dois pólos que se configuraram ao longo do século XVIII: a missão científica, representada pelos relatos de cunho enciclopedistas, e a chamada “viagem sentimental”.²⁷¹ Ainda segundo Karen Lisboa:

“Além de sinalizar as veredas da produção científica, Humboldt obviamente também contribuiu para o processo de criação de imagens sobre o Novo Mundo. Permeada pelo gosto romântico que se espalha no início do século XIX, sua obra apresenta algumas particularidades: as descrições estético-científicas da natureza tropical e o entusiasmo que o viajante revela ter sentido quando chega ao Caribe – região que tinha fama de ser insalubre – exerceram impacto nas vertentes do pensamento europeu que defendiam a inferioridade natural do continente americano.

A relevância de Humboldt na produção científica naturalista da primeira metade do século XIX somente foi superada por Charles Darwin. Até aquele momento, o barão prussiano era considerado uma estrela-guia dos projetos de missões destinadas à América. Tanto seu método de pesquisa e

²⁷¹ M. Pratt - “Humboldt e a Reinvenção da América”. *Estudos Históricos*, 4 (8): 151-163.

objetivos científicos como o estilo de sua narrativa tiveram seguidores, sobretudo entre os naturalistas que visitaram os trópicos”.²⁷²

Humboldt era discípulo confesso do naturalista e antropólogo Georg Forster (1754-1794) que, com seu pai Johann Reinhold, participou da segunda viagem de Cook quando tinha apenas 17 anos de idade. Antes de vir para a América, Humboldt excursionou pela Europa com seu mestre, que direcionou sua forma de observar o mundo em aspectos filosóficos e políticos. Considerado por muitos o fundador da antropologia comparada, Forster advogava que os homens e seus costumes deveriam ser o alvo principal do viajante filosófico, por meio de uma observação empírica que se iniciaria num nível particular, nas diferenças determinadas por condições materiais exteriores, para então atingir o geral, o comum a todos os povos e culturas. Nota-se aqui uma consonância com o historicismo de Herder, que pregava uma investigação dos universos humanos baseada na valorização do singular, das peculiaridades de cada grupo para além de conceitos generalizantes.²⁷³

Quanto à ciência natural, Humboldt também bebeu das concepções holísticas de Forster sobre o funcionamento da natureza, cuja unidade seria determinada por diferenças em constantes mecanismos antagônicos. Assim, em seu primeiro ensaio sobre a viagem de cinco anos pela América, Humboldt anunciou uma “maneira estética de tratar temas de história natural” para iluminar as revelações sobre as “forças ocultas” que regem a natureza. Os trópicos, aqui, são considerados um lugar privilegiado para a “antiga comunhão da natureza com a vida espiritual do homem”. Caberia às descrições de viagem reproduzir para o leitor “o prazer que a mente sensível recebe da contemplação imediata da natureza”, além de expor um “panorama da natureza em larga escala” e uma “prova da ação conjunta das forças. Para tanto, o estilo da escrita “tende a uma prosa poética”, movendo o “sentimento e a fantasia”.²⁷⁴

Humboldt e Georg Forster dialogavam com uma filosofia da natureza pertencente à tradição romântica germânica, com a qual Herder contribuiu consideravelmente ao

²⁷² K. Lisboa, *A Nova Atlântida...*, p. 43. Para uma análise da influência de Humboldt sobre várias vertentes de representação das paisagens dos trópicos ainda na segunda metade do século XIX, ver Nancy Leys Stepan, “Going to the Tropics”. In: N. L. Stepan – *Picturing Tropical Nature*. Londres: Reaktion Books, 2001, pp. 31-56.

²⁷³ Ver E. Cassirer, *A filosofia do Iluminismo...*, p. 309.

²⁷⁴ K. Lisboa, *A Nova Atlântida...*, p. 40.

inaugurar uma concepção organicista do mundo natural de viés fortemente teocêntrico.²⁷⁵ Todas essas intersecções epistemológicas ecoaram em Rugendas ao construir suas imagens do Brasil e seus povos. E Steinmann, ao transformar algumas imagens do pintor bávaro em molduras para seu álbum pitoresco, pode ter – deliberadamente ou não – reforçado esta visão da paisagem natural como berço de uma nascente civilização nos trópicos.

Dez anos após o lançamento de Souvenirs de Rio de Janeiro, era publicado pela casa de Eduardo e Henrique Laemmert o Álbum Pittoresco do Rio de Janeiro. Aqui, a moldura da capa (fig. 30) repete a fórmula de Steinmann. A maioria de suas vinhetas foram desenhadas a partir das litografias contidas nos primeiro e segundo volumes do livro de viagem de Jean-Baptiste Debret, publicados entre 1834 e 1835,²⁷⁶ conforme exemplificam as figuras 30 (detalhe a) a 36. As cópias são, em sua maioria, de temas indígenas do primeiro tomo de Debret e apresentam, no que diz respeito à composição dos elementos de cada vinheta, pouquíssimas diferenças em relação aos modelos originais das gravuras do pintor francês. Nove anos depois do lançamento deste álbum, ainda podemos encontrar uma nota de divulgação no Jornal do Commercio, de 13 de setembro de 1852, que corrobora a afirmação de alguns elementos pitorescos não só da cidade do Rio de Janeiro, mas de todo o Brasil:

“Em casa de E. H. Laemmert, rua da Quitanda, n. 77, se acha à venda: ALBUM PITTORESCO DO RIO DE JANEIRO contendo doze lindíssimas vistas brasileiras, a saber: o panorama do Rio de Janeiro em 4 folhas; Nossa Senhora da Glória com a vista da Barra; Nossa Senhora da Conceição; Morro do Castelo com o Largo do Paço e a praça do Mercado; S. Bento; Palacete de S.M.I. em S. Cristóvão, Cemitério Inglês, Praia Vermelha e Pão de Açúcar, Cascata da Tijuca. Com uma elegante capa em que se acham representadas mais 16 vistas pequenas do interior do país, objetos da história natural, fisionomias de indígenas, etc. Preço 10\$”.

Se Steinmann parece ter rendido um tributo ao ideário sobre a civilização brasileira de Rugendas, esta capa deve ter feito o mesmo com as litografias debretianas. É

²⁷⁵ Para uma análise dessas relações, ver T. Mitchell, Art and Science..., principalmente os capítulos III e V.

²⁷⁶ Jean-Baptiste Debret – Voyage Pittoresque et Historique au Brésil... Paris: Firmin Didot Frères, 1834-5, vols 1 e 2.

sintomático observar a predominância de figuras extraídas do primeiro volume do livro, justamente onde o pintor francês introduz o objetivo e a natureza da obra:

“Graças ao hábito da observação, natural em um pintor de história, fui levado a apreender espontaneamente traços característicos dos objetos que me envolviam; por isso, meus esboços feitos no Brasil reproduzem, especialmente, as cenas nacionais ou familiares do povo entre o qual passei dezesseis anos. (...).

Todos esses documentos históricos e cosmográficos, consignados em minhas notas e desenhos, já se achavam ordenados no Rio de Janeiro, quando foram vistos por estrangeiros que me visitaram. Suas solicitações me encorajaram a preencher algumas lacunas, a fim de compor uma verdadeira obra histórica brasileira, em que se desenvolvesse, progressivamente, uma civilização que já honra esse povo (...).²⁷⁷

Para efetuar seu trabalho de história, Debret partiu da seguinte estrutura:

“Eu me propus a seguir, nesta obra, um plano ditado pela lógica: o de acompanhar a marcha progressiva da civilização no Brasil. Conseqüentemente, comecei reproduzindo as tendências instintivas do indígena selvagem e ressaltando todos os seus progressos na imitação da atividade do colono brasileiro, herdeiro ele próprio das tradições de sua mãe-pátria”.²⁷⁸

Assim, o álbum lançado pelos irmãos Laemmert privilegiou a transposição de figuras de índios que, para Debret, correspondiam ao primeiro estágio da civilização nacional, já parcialmente integrados ao mundo dos brasileiros brancos. Transformadas em vinhetas na capa de uma coleção de “doze lindíssimas vistas brasileiras”, estas litografias do pintor francês ganharam uma carga alegórica que extrapolou seu contexto original, mas que, na verdade, afinava-se com os intuítos do viajante ao produzi-las.

A apropriação das imagens de Debret e Rugendas (ambos, aliás, autores de obras contendo a expressão “viagem pitoresca” em seus títulos) como molduras para estes álbuns,

²⁷⁷ J.B. Debret - Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1989, vol.1, p. 24. Este intento do viajante é estudado na tese de Valéria Lima, A Viagem Pitoresca..., mormente no capítulo “A construção de uma obra histórica” (pp.227-84).

²⁷⁸ J. B. Debret, Viagem Pitoresca..., vol. 2, p. 13.

entre as décadas de 1830 e 1840, corresponde a um dos primeiros movimentos responsáveis pela longa trajetória de usos e citações as mais variadas e deslocadas, que tornou os conjuntos iconográficos dos dois pintores os mais conhecidos entre aqueles produzidos pelos viajantes estrangeiros no século XIX.

Mas talvez seja o álbum de Louis Buvelot e Auguste Moreau, litografado na oficina carioca de Heaton e Rensburg em 1845, o representante mais completo deste tipo de publicação. Constituído por 18 pranchas avulsas, Rio de Janeiro Pitoresco tem suas paisagens feitas por Buvelot e figuras de Moreau. Em cada prancha, distribuem-se vários conjuntos de imagens, com ou sem legendas, sendo misturadas vistas urbanas e naturais a figuras isoladas ou pequenos grupos. Assim, o significado relevante do álbum é materializar o convívio e o sucesso, nesta época, de duas grandes formas de expressão do pitoresco: costumes e paisagens. Vale lembrar que, embora feito no Rio de Janeiro e em língua portuguesa, este conjunto iconográfico provavelmente visava atingir também um público estrangeiro, como são estrangeiros também os autores dos desenhos e das litografias.²⁷⁹

Na litografia que tem como figura central o Largo do Paço (fig. 37), vêem-se também conjuntos menores de temas que podem ser facilmente encontrados em outros viajantes, como escravos carregadores, e a liteira, além da cena central, uma composição panorâmica da paisagem urbana também bastante comum. Exemplos semelhantes são vistos na figura 38 que contém, além do panorama maior, um cortejo senhorial, escravos em atividades de trabalho e outros dois portando instrumentos de castigo. A propósito, o inglês Thomas Ewbank, que visitou o Rio de Janeiro um ano após o lançamento deste álbum, notou: “Entre cenas litográficas do Rio, desenhadas e publicadas por artistas nacionais, as referentes aos escravos não são as menos conspícuas. Não há mais preconceito em retratá-los com suas algemas, seus labores e seus entretenimentos”.²⁸⁰

Esta observação é um nítido exemplo das motivações que temos procurado captar entre os viajantes. A noção ampliada de “pitoresco”, segundo compreendida nas primeiras

²⁷⁹ Sobre a história das primeiras oficinas litográficas e outros processos de gravura no Brasil, a melhor referência ainda é, por seu detalhamento e erudição, o manual de Orlando da Costa Ferreira – Imagem e letra. Introdução à bibliologia brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

²⁸⁰ Thomas Ewbank - Vida no Brasil ou Diário de uma Visita à Terra do Cacaueiro e da Palmeira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976, p. 323.

décadas do XIX, serve para iluminar as escolhas e recorrências iconográficas dos viajantes e seus interlocutores: a catalogação de diferenças sociais e culturais por meio da construção de personagens e cenas emblematicamente representativas do universo estranho observado. Daí, a eleição da legitimidade de algumas figuras como registros plausíveis de uma realidade diversa, ou enquanto boas representantes dos costumes locais, apropriadas justamente para compor cenas pitorescas. E, conforme observou Ewbank, de fato os escravos – e, secundariamente, os negros livres – em suas atividades foram os mais fartamente representados. E não só em “seus labores e entretenimentos”, mas também com “suas algemas” e em outras situações de punição ou aviltamento.

2. Tópicos da escravidão

A forma mais comum de se representar os escravos no interior da iconografia confeccionada pelos viajantes estrangeiros ao longo da primeira metade do século XIX dialoga estreitamente com a linguagem do registro de costumes, conforme enunciada no capítulo anterior por ocasião dos tipos africanos de Jacques Grasset de Saint-Sauveur. Entre a produção de dezenas de autores de litografias, aquarelas, grafites, guaches e outras técnicas, são encontradas centenas de registros de escravos em figuras isoladas, quase sempre portando três signos mais evidentes de sua condição: pés descalços, algum fardo que levam à cabeça ou aos ombros e que revelam seu emprego (cestos de frutas e legumes, tabuleiros de doces ou objetos, potes de água ou barris de água-servida, trouxas de roupas, etc) e, finalmente, vestes e ou adornos que os remetem a uma origem africana.

Por ora, daremos apenas uma amostra deste tipo de material, na verdade como pretexto para introduzirmos um tema importante para este estudo: a atribuição de legendas às obras iconográficas. Este procedimento dos autores serve de mote para a observação de várias questões; trata-se de um elemento fundamental, embora não único, para nos aproximarmos das intenções e intervenções de um artista ao representar tal ou qual figura, tanto pelo que enunciam quanto pelo que deixam de indicar.

No caso da representação de figuras isoladas, estes jogos de expressões, escolhas e omissões tornam-se mais flagrantes e curiosos, pois se referem diretamente a estatutos sociais. Para discutir este tópico, iniciaremos apresentando uma seqüência de figurinhas cuja autoria provável é de Adolphe-Simon Nébox. Pertencem elas a uma grande coleção de 95 desenhos a bico-de-pena da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e, com exceção de cinco deles, de dimensões maiores, todos são miniaturas de cerca de 12 x 7,0 cm. Na nota de entrega deste material à instituição está o seguinte:

“Desenhos originais, executados pelo médico de bordo da fragata Vênus, que iniciou a sua viagem em 8 de novembro de 1836.

O oficial médico aproveitou as longas escalas, na Bahia de Todos os Santos e na Bahia de Guanabara, para dar livre curso a seu talento de desenhista amador.

Os seus desenhos, a bico de pena, retratando vistas e monumentos, ou figuras representativas da população, foram reunidos em álbum.

Após o falecimento do médico, o álbum foi adquirido por um antiquário que o incluiu nas peças trazidas ao Rio de Janeiro, e figurou no pavilhão da França na Exposição Universal do Centenário em 1922. Foi adquirido na ocasião, pelo Sr. Henri Delpont, então superintendente do porto de Rio de Janeiro.

O autor dos desenhos, atribuídos pelo vendedor a um médico de bordo da fragata Vênus (1836) - não foi identificado, entrando portanto como anônimo”.

De fato, a fragata “Vênus” esteve aportada em costas brasileiras (Bahia e Rio de Janeiro) em fevereiro de 1837. Seu comandante, Abel Aubert du Petit-Thouars, publicou uma obra de viagem em três volumes.²⁸¹ No primeiro, encontramos uma relação dos componentes da fragata, dividida por cargos e patentes, na qual consta o nome Adolphe-Simon Nébox como cirurgião-mor de primeira classe e, assim sendo, também o suposto autor dos desenhos.²⁸²

²⁸¹ Voyage autour du monde sur la frégate La Vénus, pendant les années 1836-1839. Paris: Gide Éditeur, 1840, 3 vols.

²⁸² Ver A. du Petit-Thouars, Voyage autour du monde..., vol. 1, p. XXIV.

As legendas das figurinhas aqui reproduzidas remetem a condições sociais e atividades de trabalho. A figura 39, “escrava vendedora de abacaxis” e a figura 40, “negra vendedora de frutas” não apresentam nenhum elemento que marque a diferenciação social apontada nos títulos, de modo que, neste caso, os termos “escrava” e “negra” provavelmente são equivalentes para o autor. Já na figura 41, “uma cozinheira”, não há sugestão de estatuto social, mas a tendência, nesta série, parece ser a explícita ou silenciosa ligação entre representações de atividades de trabalho e a condição escrava. Tal hipótese é corroborada, de um lado, pelo desenho da “escrava da Bahia” (fig. 42), que aparece carregando um feixe de cana-de-açúcar; de outro, pela figura 43, “negra livre” que, além de ser a única a estar calçada, não porta nenhum instrumento de trabalho.

Outra série semelhante a esta, embora bem menos numerosa, é composta por quatro pequenas aquarelas originais (12 x 17 cm), cuja datação é avaliada por volta de 1825. Com legendas em inglês, o grau de acabamento das figuras e a moldura do papel fazem crer que poderiam ser vendidas ou distribuídas como lembranças de viagem. Entretanto, ao contrário dos desenhos do médico francês, não foi possível conseguir qualquer outra informação sobre sua origem.

Vistas em conjunto, as legendas destas aquarelas parecem obedecer a uma espécie de gradação. Temos, numa extremidade, somente a indicação geográfica para o escravo carregador de água da figura 44: “Rio de Janeiro”. A inscrição da figura 45 designa apenas a ocupação do negro, “um vendedor de leite”, cujos sapatos sugerem a condição de livre ou liberto. Já a personagem feminina (fig. 46) é descrita como “uma escrava indo ao mercado com aves”, o que qualifica tanto seu estatuto social quanto sua atividade de trabalho. Finalmente, além destes últimos atributos, o escravo da figura 47 ganha também a qualidade de “africano”. É provável que essa gradação não tenha sido deliberada, mas isso não a invalida como indício de que o desenhista se preocupou em estabelecer critérios de distinção para suas figurinhas.

Passando das figuras isoladas para autores que, embora tenham utilizado esta linguagem iconográfica, também compuseram cenas ou grupos, faz-se necessária a abordagem de uma outra questão, tanto ou mais importante do que a análise das legendas. Na dissertação de mestrado, foi dedicado um capítulo às apropriações das figurinhas do engenheiro militar Joaquim Cândido Guillobel empreendidas por viajantes bastante

conhecidos, principalmente o inglês Henry Chamberlain e o austríaco Thomas Ender.²⁸³ Agora, faz-se necessário um retorno ainda que breve a este tema, apresentando outras imagens e comparações.

À primeira vista, a recorrente semelhança temática entre muitas das imagens produzidas por viajantes do período a que nos referimos tenta-nos a uma conjectura imediata, tão óbvia quanto insuficiente: todos esses autores teriam visto, afinal, as mesmas cenas e pessoas, principalmente em suas estadas coevas na cidade do Rio de Janeiro. De fato esta hipótese, em si, não é absurda. É evidente que tais viajantes, circulando pelas ruas com seu olhar estrangeiro, buscando observar e registrar um mundo que lhes era por vezes chocante, curioso ou incompreensível, devem ter se deparado freqüentemente com os mesmos escravos em suas atividades de trabalho, os mesmos cortejos senhoriais, os mesmos aglomerados nas ruas, as mesmas cenas de festas e de castigos públicos, as mesmas senhoras às janelas, os mesmos movimentos nas casas comerciais, etc. Entretanto, um exame mais atencioso deste *corpus* imagético nos mostra vários elementos que tornam mais complexas as conclusões que podemos formular a respeito de tantas analogias. Também é preciso lembrar que tais analogias são, elas mesmas, de natureza bastante variada: desde a cópia efetiva até afinidades estéticas e temáticas que não podem ser julgadas como reproduções deliberadas de um autor por outro, passando por nuances entre os dois casos aqui enunciados.

Começemos pela tópica da barraca de mercado. A primeira versão conhecida desta cena é a aquarela de Guillobel produzida entre 1812 e 1814 (fig. 48). A imagem 49 reproduz uma gravura contida no livro de viagem do inglês Henry Chamberlain, tenente de artilharia que veio para o Rio de Janeiro em 1819 e, certamente, conheceu Joaquim Cândido por ocasião de suas atividades profissionais. A gravura “Uma barraca de mercado” é especialmente boa para exemplificar o sistemático procedimento de cópia das aquarelas do engenheiro português pelo militar inglês. Das 36 ilustrações da edição, quase metade é composta por evidentes jogos de “decalques”, por meio dos quais Chamberlain alternava e mesclava grupos e figurinhas isoladas do colega de quartel.²⁸⁴ Na figura 02, o tenente

²⁸³ Ver E. Sela, Desvendando figurinhas..., pp. 69-106.

²⁸⁴ Vale ressaltar que a noção de plágio como algo demeritório é anacrônica para esta discussão, pois a concepção de autoria era então diversa. Também Guillobel copiava suas figurinhas de um álbum seu para outro e mantinha contato com pessoas que copiavam. Ver E. Sela, Desvendando figurinhas..., pp. 39-68.

acresce cinco personagens, todas extraídas de álbuns de Guillobel,²⁸⁵ e assim descreve a cena:

“A barraca de mercado aqui reproduzida é igual `as que geralmente se encontram nas áreas abertas da cidade. Sua construção é muito simples (...).

Estas barracas pertencem, em geral, a negras livres que negociam com aves, verduras, legumes e milho e, às vezes, também com pão e peixe frito. É o ponto de reunião dos negros indolentes e tagarelas, vendo-se aqui alguns destes entregues à sua inclinação natural de escutar a conversa dos outros. Aí está um menino com uma cesta na cabeça, mandado pelo senhor para procurar emprego, a discutir com a mulher da barraca. Atrai a atenção de outra negra, que traz na cabeça para vender vinho e cachaça (espécie de rum ordinário, aguardente comum no país) um tabuleiro; de uma outra que vende milho; de um ajudante de barbeiro, esquecido de que o freguês do patrão o espera ansiosamente; e até da dona de uma outra barraca, que a abandona por um instante, arrastada pela vontade irresistível de participar do mexerico.

O negro que carrega uma cesta à cabeça, apesar de interromper a sua marcha para saber o que se passa, não pára por isso de tocar sua ‘*madimba lungungo*’ [sic.] predileta, instrumento musical africano em forma de arco, com um arame ao invés de corda. Na extremidade em que segura o arco está presa uma cabaça vazia ou tigela de madeira, a qual, encostada ao estômago nu, permite ao executante sentir tão bem quanto ouvir a música que produz.

A dona mais velha da barraca aparece inteiramente absorta nas fumaças e nas delícias de seu cachimbo, prestando nenhuma atenção ao que se passa em redor”.²⁸⁶

No livro de Chamberlain as figuras isoladas e sem inscrições de Guillobel ganham, assim, legendas explicativas, descrições de seus trajés, instrumentos, ações e estatutos sociais. Frequentemente, também, são inseridas pelo autor numa dada temporalidade externa ou elíptica à cena referida. Apesar disso o militar inglês demonstrava, em algumas

²⁸⁵ Para uma comparação detalhada entre os elementos da aquarela de Guillobel e da gravura de Chamberlain, ver E. Sela, *Desvendando figurinhas...*, pp. 79-83.

²⁸⁶ *Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1943, pp. 103-4.

passagens de seu texto, não estar preocupado em conferir a suas figuras humanas um caráter de registro direto da realidade. Ao se referir a uma gravura denominada “Largo da Glória”, Chamberlain assim inicia seus comentários: “Suponhamos que as diversas personagens aqui se encontram numa parte do subúrbio chamado Largo da Glória, um dos poucos logradouros públicos”.²⁸⁷ Para o autor, bastava que fosse “suposta” a presença de certos tipos de pessoas em determinados pontos da cidade. Melhor dizendo, certos tipos de “personagens”. A palavra confirma o sentido dado às figurinhas de Guillobel pelo militar inglês: passam a participar de cenários e a protagonizar narrações sem, contudo, ganharem o estatuto de uma existência particular ou específica na realidade.

A figura 50 é uma aquarela de Thomas Ender, também feita a partir do exemplar de Guillobel. Diferentemente de Chamberlain, o pintor austríaco não chegou a inserir as cópias do engenheiro militar em cenários, continuando a representá-las sem elementos de fundo. Podemos, inclusive, imaginar que Ender teria efetuado várias outras modificações se tivesse conseguido publicar as imagens que fez no Brasil.²⁸⁸ O viajante desembarcou no Rio de Janeiro em 1817, integrando a missão artística e científica promovida pelo governo austríaco, por ocasião do casamento de D. Pedro I, então príncipe herdeiro com D. Maria Leopoldina. Tendo passado dez meses aqui, Ender produziu um enorme volume de desenhos, estudos e aquarelas, tanto ao acompanhar alguns trechos das expedições dos naturalistas Spix e Martius como durante sua estada na Corte.

Outra barraca semelhante às anteriores pode ser encontrada no livro do britânico James Henderson, de 1821.²⁸⁹ Embora se intitule Uma História do Brasil, esta edição possui, tanto em formato quanto em intenções, muitas das características do gênero das publicações de viagem contemporâneas suas. Na página de rosto, o autor se anuncia recém-chegado da América do Sul,²⁹⁰ como se tal estatuto conferisse, por si, maior credibilidade a seus registros. A obra é dividida em 26 capítulos, sendo o assunto de cada um deles as diversas províncias do Brasil.

²⁸⁷ H. Chamberlain, Vistas e costumes..., p. 47.

²⁸⁸ Somente há alguns anos surgiu uma publicação nacional completa, e de excelente qualidade, do conjunto das imagens de Ender referentes ao Brasil, cujos originais, numerados e legendados pelo próprio pintor, encontram-se depositados na Academia de Belas Artes de Viena. Trata-se da coleção Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender. 1817-1818. Petrópolis: Kapa Editorial, 2000, 3 vols.

²⁸⁹ A History of Brazil; comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants, &c. &c. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1821.

²⁹⁰ “recently from South América”.

Uma litografia contida no livro (fig. 51), nomeada “Uma negra livre e outras vendedoras”, não apresenta analogias tão estreitas com a de Guillobel, a não ser pela figura central, a negra sentada e de turbante. Entretanto, nesta gravura, notamos a ausência da outra mulher, postada de costas, com o chapelão e fumando cachimbo. Além desta lacuna marcante, observamos também uma composição diferente do cenário, das personagens e dos produtos à venda. Assim, o desenho de Henderson não deve ser visto, ao menos diretamente, como pertencente à mesma tradição de cópia partilhada por Chamberlain e Ender. Por outro lado, ainda é plausível acreditar que o autor teria se inspirado em algum dos modelos anteriores.

Também é importante notar a atribuição de diferentes títulos a cada imagem. Joaquim Cândido Guillobel, autor do exemplar mais antigo da série aqui exposta, não utilizava legendas explicativas em suas aquarelas. Henry Chamberlain, por sua vez, referiu-se apenas a uma dimensão física e espacial do objeto de sua representação: “Uma barraca de mercado”. Em Ender, o título descreve a personagem central, “uma comerciante de frutas e galinhas”, sem contudo qualificar seu estatuto social, informação que somente encontraremos na litografia de Henderson, em cuja legenda é afirmada a condição de livre da mulher negra sentada.

Antes de ensaiar alguns significados gerais para tais práticas – tanto das cópias e analogias temáticas quanto dos diferentes sentidos acionados pelos autores a suas imagens – veremos uma segunda série iconográfica. A representação de dois escravos conduzindo uma liteira constitui um dos temas mais lembrados, conhecidos e reproduzidos, e está incluso quase obrigatoriamente em qualquer seleção de imagens sobre o Brasil colonial e imperial, desde as grandes coletâneas destinadas ao público acadêmico e diletante, até os livros didáticos de ensino médio.

Para esta série de liteiras, foram escolhidas apenas aquelas com alto grau de semelhança entre si. Temos novamente os exemplares de Guillobel (fig. 52), Henry Chamberlain (fig. 53)²⁹¹, Thomas Ender (fig. 54), além de uma litografia de Joaquim Lopes de Barros Cabral (fig. 55). Este último artista é um pouco posterior aos outros. Lopes, como costumava assinar suas aquarelas, era carioca e estudou pintura com Debret na Academia

²⁹¹ Vale lembrar que a sege que faz parte do cenário desta litografia também foi copiada de uma aquarela de Guillobel.

de Belas Artes do Rio de Janeiro. O conjunto de desenhos ao qual pertence a figura 55 foi litografado em 1840, na oficina de Briggs. Finalmente, uma versão da mesma cadeirinha aparece, um século depois da litografia de Lopes, estampado como vinheta na página de rosto da primeira edição nacional do livro de viagem de Johann Moritz Rugendas, de 1940 (fig. 56). Esta última citação, feita a partir do modelo de Chamberlain, indica o peso simbólico deste tema iconográfico associado ao universo das produções de viagem sobre o Brasil.

Os exemplos aqui discutidos, dos distintos usos de um mesmo mote imagético leva-nos a desdobramentos importantes. Pensemos primeiramente no caso de Ender e Chamberlain, copistas assíduos das figurinhas de Guillobel. Qual o significado de tais apropriações, tendo o pintor austríaco e o militar inglês produzido obras tão diferentes das de Guillobel? Antes de tudo, isso nos leva a concluir que, embora donos de trajetórias diversas, aqueles viajantes pareciam compartilhar um certo olhar sobre os tipos retratados e copiados, ou uma aceitação da legitimidade das figuras de Guillobel enquanto registro da realidade, ou enquanto boas representantes dos costumes locais, ou seja, apropriadas para compor cenas “pitorescas”. Porém, ao mesmo tempo em que seus apropriadores as consideravam uma expressão plausível e exemplar de um universo social estranho, atribuíam novas conotações para os modelos de que se utilizavam, sobretudo se suas imagens eram acompanhadas por textos. Essas analogias sofrem deslocamentos de sentido, como vimos no caso dos títulos das figuras que representam a barraca, dependendo dos diversos referenciais e desígnios de cada autor, e do lugar político e cultural do qual produziram suas imagens e textos.

Mesmo com esta ressalva, o fato é que vários artistas, donos de experiências pessoais e intelectuais diversas, estabeleceram uma estreita rede de cópias e remissões entre si que evidencia a reiteração e cristalização de alguns temas e suas formas de expressão. Podemos dizer que, para além da realidade observada, esses autores compartilhavam mais a intencionalidade do testemunho e os paradigmas ali envolvidos. A chave para compreender a noção de pitoresco configurada neste caso é, pois, a idéia de que certo “olhar europeu” selecionou elementos e situações específicas (tópicas) para marcar um mundo não europeu, colonial e escravista. Neste sentido, estes registros não deixam de ser etnográficos, operando no interior de determinada gama de escolhas que procuram caracterizar

emblematicamente – e, no mais das vezes, desqualificar – uma civilização diversa em sua organização e costumes sociais quase sempre ditados e maculados pela escravidão negra.

Até aqui, vimos tópicos da escravidão relacionadas ao universo de trabalho, de fato a situação mais comum na qual os escravos são representados. Há, porém, um outro lugar temático que mobilizou, em textos e imagens, os olhares dos viajantes. O primeiro testemunho que encontramos a esse respeito, no interior do conjunto de obras de viagem selecionadas para esta tese, foi escrito por James Morier, ministro plenipotenciário britânico na Pérsia que passou pelo Rio de Janeiro entre setembro e outubro de 1810:

“Durante o tempo em que estivemos no Brasil, o comércio de escravos estava em seu pleno vigor, e uma visita ao mercado de escravos nos impressionou mais do que a iniquidade deste tráfico, mais do que qualquer coisa que poderia ser dita ou escrita a respeito do assunto. De cada lado da rua onde estava o mercado, havia salões nos quais os negros eram mantidos, e, durante o dia, eles eram vistos em grupos melancólicos, esperando para serem entregues das mãos do comerciante, cuja pavorosa economia transparece em suas pessoas, as quais, com o tempo, tornavam-se pouco mais do que esqueletos”.²⁹²

Três anos depois era a vez um outro inglês, o escritor e cirurgião naval James Prior, visitar o local e emitir seus juízos e metáforas: “o mercado de escravos é no Valongo; lá eles são separados em grupos, as vítimas vivas de Mamom, - dizendo lembretes do que a natureza humana é capaz; pois roubos e traições mal possuem a criminalidade deste tráfico”.²⁹³

O horror dos viajantes diante da visão do mercado de escravos carioca seria reiterado ao longo de toda a primeira metade do século XIX, com várias nuances e especificidades. No conjunto iconográfico estudado, a primeira imagem que remete a uma venda de africanos é de autoria de Joaquim Cândido Guillobel, cuja datação provável está entre 1812 e 1814. Nesta aquarela (fig. 57), que embora represente dois grupos de pessoas,

²⁹² James Justinian Morier - A second journey through Persia, Armenia, and Asia Minor, to Constantinople, between the years 1810 and 1816. With a journal of the voyage by the Brazils and Bombay to the Persian Gulf. Londres: Longman, Hust, Rees, Orme, and Brown, 1818, p. 06.

²⁹³ James Prior - Voyage along the Eastern Coast of Africa, to Mosambique, Johanna, ad Quiloa; to St.Helena; to Rio de Janeiro, Bahia, and Pernambuco in Brasil. Londres: Richard Phillips and Co., 1819, p. 98.

encontram-se claramente os elementos da linguagem de costumes: figuras dispostas sobre um chão de pedra, sem cenário ao fundo. O engenheiro militar reuniu aqui alguns dos elementos mais citados, tanto em texto quanto em imagens, a respeito do comércio de escravos recém-chegados: os corpos esqueléticos e seminus; as mulheres com os peitos à mostra; as cabeças quase inteiramente raspadas; dois homens sentados de cócoras e um deles fumando cachimbo, hábito que remete diretamente à origem africana. O grupo à esquerda representa a venda propriamente dita de uma mulher, tendo seus dentes examinados pelo comprador que porta uma espada e, na mão direita, segura um pequeno saco, provavelmente com as moedas para a compra.

Mais de uma década adiante, Charles Landseer compôs uma aquarela que dialoga com a de Guillobel. O pintor, desenhista e gravador londrino, como já foi mencionado, veio ao Brasil como integrante da comitiva de Sir Charles Stuart. Na Corte, trabalhou como jornalista e realizou uma série de desenhos que não chegou a publicar. De volta a Londres, entretanto, apresentou seu material numa exposição organizada na British Institution, em 1827.²⁹⁴ Seu esboço aquarelado “Negros novos no Rio de Janeiro”, apesar de não conter a figura do comerciante ou de algum comprador, possui um propósito bastante semelhante ao de Guillobel, no que diz respeito à representação dos escravos africanos: homens esqueléticos, sem cabelos, quase nus; no segundo plano, o escravo central tem os braços cruzados em frente ao tórax, identicamente ao da figura 57. Entre os três em primeiro plano, encontra-se também um negro acorçado de perfil e outros dois, sentados em posição frontal, têm os longos e finos braços e pernas entrelaçados, postura que realça ainda mais sua magreza excessiva, primeiro sinal observado pelos viajantes sobre os africanos recém-chegados ao Rio.

Já a descrição de Ernst Ebel, vindo da longínqua Letônia em 1824, coincide em parte com a representação imagética de Guillobel e Landseer, porém sua avaliação é praticamente oposta às de Morier e Prior:

“Logo que chegam os navios negreiros – ocorrência freqüente – os escravos são desembarcados e depois que se restabelecem relativamente da

²⁹⁴ Em 1924, seus esboços, aquarelas e desenhos (que totalizavam um acervo de 345 trabalhos) foram localizados no castelo de Highcliff pelo historiador Alberto Rangel, sendo adquiridos por Guilherme Guinle. Anos mais tarde, são doados ao seu sobrinho, que publicou um álbum contendo 145 imagens produzidas pelo artista inglês: Cândido Guinle de Paula Machado (org.) – Charles Landseer, s.e., 1972.

viagem, em geral curta, lá são expostos para serem vendidos. Há dias fundeou um com 250 negros, na maioria crianças de dez a quatorze anos que, acoradas nesses galpões em filas de três, pelo chão, assemelham-se mais a macacos, dando mostra, por sinal, de bom humor e satisfação, embora repelentes no aspecto e depauperados”.²⁹⁵

Provavelmente, a falta de revolta de Ebel diante desta situação está ligada, também, ao seu desinteresse pela causa anti-escravista, ao contrário de grande parte dos visitantes ingleses e franceses do período. Assim, sua visão é destituída de qualquer laivo de denúncia ou horror: limita-se a um tom displicente o qual, ao mesmo tempo em que degrada os escravos comparando-os a macacos e afirmando-os “repelentes no aspecto”, nota neles uma boa disposição de espírito. Já se pode imaginar que o testemunho de Ebel caminha na contramão da grande maioria dos viajantes da primeira metade do século XIX, ao menos estritamente quanto às impressões sobre o desembarque dos africanos e sua venda. Porque, como veremos no próximo capítulo, vários autores divergiram a respeito dos efeitos – benéficos ou não – da escravidão sobre os africanos.

Mas por ora, voltemos ao Valongo.

Sob as iniciais A.P.D.G., esconde-se o autor inglês de Sketches of portuguese life, manners, costume, and character.²⁹⁶ Afirma-se que ele serviu o exército em Lisboa, depois acompanhou a família real ao Brasil e permaneceu no Rio até 1821.²⁹⁷ Entretanto, o autor lança mão de algumas notas biográficas que não permitem inferir estas datações:

“Aos vinte anos de idade, em 1793, o autor entrou para o serviço civil português, continuando até 1804, quando, incapaz de resistir à torrente de intrigas à qual todo estrangeiro naquele serviço era submetido, ele deixou por um tempo tanto seu país adotado quanto sua profissão. Mas, em 1809, uma vantajosa situação foi oferecida a ele no departamento de provisões do exército britânico então em Portugal, ele retornou àquele reino, com vantagens possuídas por poucos de sua nação: – um bom conhecimento da língua e do

²⁹⁵ Ernst Ebel - O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824. São Paulo: Editora Nacional, 1972, p. 42.

²⁹⁶ A.P.D.G - Sketches of portuguese life, manners, costume, and character, Londres: Geo. B. Whittaker, 1826.

²⁹⁷ Ver informações disponíveis no site: <http://www.bn.br/fbn/bibvirtual/exposicoes/500anos/expo500-foto14.htm>.

povo. É principalmente a partir da última experiência de sua segunda residência por muitos anos – que terminou somente num período recente – que ele tentou descrever o estado da sociedade em Portugal”.²⁹⁸

Com relação à proposta de suas gravuras, que totalizam vinte, A.P.D.G. anuncia:

“Os seguintes *sketches* foram todos desenhados da vida [*from life*]. O autor teve o cuidado de observar somente uma rígida adesão aos FATOS; e para os respeitáveis e imparciais residentes britânicos em Portugal que estão familiarizados, embora superficialmente, com os hábitos da população, ele apela com confiança para corroborarem a verdade de suas imagens [*pictures*]”.²⁹⁹

Estendendo suas ressalvas à parte escrita do livro, continua, sempre defendendo a verossimilhança de seus registros:

“Da maioria das cenas mencionadas, o autor foi ele próprio testemunha ocular – mas a maioria delas são em si mesmas tão bem conhecidas no país, ou devem ao menos ser tão familiarmente reconhecidas lá como características, que o autor sente, por mais extraordinárias que algumas de suas descrições possam parecer, nenhum receio de que sua autenticidade possa ser questionada. Mas se o leitor for cético, deixe-o perguntar a qualquer um que tenha residido em Portugal”.³⁰⁰

A preocupação com a “autenticidade” de sua obra não poupou o autor de nela imprimir um tom mordaz e caricatural, principalmente em suas imagens. Entre as duas dezenas de gravuras, apenas três são referentes ao Brasil, mais precisamente ao Rio de Janeiro. A primeira delas, “Um dia da Corte no Rio” [*Court Day at Rio*] representa a cerimônia do beija-mão; uma outra compõe um sarau: “Festa no Rio de Janeiro. Um *castrato* cantando” [*Party at Rio de Janeiro. A Castrate Singing*]. Finalmente, a cena do mercado de escravos (fig. 59) vem sem título. Nela, notam-se novamente os elementos mais

²⁹⁸ A.P.D.G., *Sketches...*, pp. vi-vii.

²⁹⁹ A.P.D.G., *Sketches...*, p. v.

³⁰⁰ A.P.D.G., *Sketches...*, pp. vii-viii.

comuns desta tópica imagética: do lado esquerdo da cena, um grupo de africanos esqueléticos e acorados, tendo apenas um pano cobrindo-lhes a genitália, cabeças raspadas, alguns com espécies de gorros vermelhos. Ao centro e à direita da gravura, está uma jovem negra, ainda de baixa estatura, protegendo os peitos com um dos braços, sendo examinada por um possível comprador, enquanto o comerciante parece indicar suas qualidades, sob o olhar displicente de dois outros brancos.

Relativamente ao tamanho da obra, A.P.D.G. dedica poucas páginas ao Brasil.³⁰¹ Quanto aos escravos, o termo usado é “*negro*” ou “*negroes*”, bem mais do que “*slaves*” (para as mulheres, aqui ou ali, também aparece a expressão “*women of colour*”). Entretanto, o autor não menciona nações nem heranças africanas, e não diferencia negros crioulos de africanos, não apontando especificidades de uns ou outros. A única diferenciação é em relação aos mulatos. Sobre a chegada dos escravos africanos, A.P.D.G. é breve porém chocante:

"É interessante passar em revista as vicissitudes da vida destes negros [*negroes*], cuja sina foi serem escravos nas colonizações brasileiras. Em sua chegada, eles são desembarcados com um trapo de algodão em volta da cintura, um boné vermelho nas mãos, e sua pele densamente salpicada com erupções resultantes de coceiras parece mais próxima do couro dos rinocerontes do que de uma *cútis humana*".³⁰²

No ano em que A.P.D.G. publicou seu livro, esteve no Rio de Janeiro Edmond Temple: este autor, que afirmou que os escravos pareciam trabalhar alegres pelas ruas, muda radicalmente o tom de sua descrição no mesmo parágrafo:

"(...) A cena era muito diferente no mercado de escravos, ao qual a curiosidade me induziu fazer uma visita pela manhã; lá, todos pareciam desconsolados e infelizes. Ao adentrar o estabelecimento onde o comerciante de escravos mantém suas mercadorias à venda, vi cerca de cento e cinquenta miseráveis seres deitados no chão, envoltos numa manta de lã, sua única roupa

³⁰¹ Ver A.P.D.G., *Sketches...*, cap. IX, pp. 1751-83 e cap. XVII, pp. 297-314.

³⁰² A.P.D.G., *Sketches...*, p. 297.

(...)”.³⁰³

Este homem de negócios irlandês oferece-nos uma imagem física um pouco distinta do que temos visto até aqui: não menciona a excessiva magreza dos africanos, as cabeças desnudas ou posição como se sentavam. Apresenta-os excepcionalmente “deitados” e, ao invés da costumeira tanga maltrapilha de algodão cru, Temple afirma que usavam peças de lã para cobrirem os corpos. Antes de tudo, porém, é importante ressaltar que o viajante confessa ter ido ao Valongo “induzido pela curiosidade”, ou seja, este lugar constituía previamente, sem dúvida, um ponto de atração turística para os estrangeiros, mais um tema pautado a se observar, para onde eram direcionados aqueles olhares.

Em seu primeiro diário de visita ao Rio (de dezembro de 1821 a março de 1822), Maria Graham fez seu primeiro registro do Valongo, mas não de forma muito detida; apenas como contraponto aos comentários otimistas sobre a mão de obra negra nas ruas da cidade. Neste sentido, a autora faz um movimento narrativo muito semelhante ao de Temple:

“Há na cidade um ar de movimento e atividade um tanto agradável para nossos olhos europeus. (...). Os negros [*negroes*], sejam livres [*free blacks*] ou escravos, cuidam animados e alegres de seus labores. Há uma tal demanda por eles, que sempre acham emprego e, é claro, boa paga [*good pay*], e lembra-se aqui o menos possível de sua triste condição, a menos, realmente, que se passe pelas ruas do Valongo; então o mercado de escravos traz todos os seus horrores diante dos olhos. Em ambos os lados da rua estão lojas de escravos novos, chamados peças; e lá as desgraçadas criaturas são sujeitas a todas as misérias da vida de um negro novo: dieta minguada, inspeções brutas, e o chicote”.³⁰⁴

Curiosamente, a descrição do Valongo contida no mês de maio de seu segundo diário (de março a outubro de 1823) é muito mais longa e contundente:

“Vi hoje o Valongo. É o mercado de escravos do Rio. Quase todas

³⁰³ E. Temple, *Travels in various parts of Peru...*, vol. 2, p. 503.

³⁰⁴ M. Graham, *Journal of a Voyage...*, p. 170.

as casas desta longuíssima rua são um depósito de escravos. Passando pelas suas portas à noite, vi na maior parte delas bancos colocados rente às paredes, nos quais filas de jovens criaturas estavam sentadas, com as cabeças raspadas, os corpos macilentos, tendo na pele sinais de sarna recente. Em alguns lugares as pobres criaturas jazem sobre tapetes, evidentemente muito fracos para se sentarem. Em uma casa as portas estavam fechadas até meia altura e um grupo de rapazes e moças, que não pareciam ter mais de quinze anos, e alguns muito menos, debruçavam-se sobre a meia porta e olhavam a rua com faces curiosas. Eram evidentemente negros bem novos. Ao aproximar-me deles, parece que alguma coisa a meu respeito lhes atraiu a atenção; tocavam um nos outros para se certificarem de que todos estavam me vendo e depois conversavam no dialeto africano próprio com muita vivacidade. Dirigi-me a eles, olhei-os de perto e, ainda que mais disposta a chorar, fiz um esforço para lhes sorrir com alegria e beijei minha mão para eles; com tudo isso pareceram eles encantados; pularam e dançaram, como que retribuindo as minhas cortesias. Pobres criaturas! Mesmo que eu pudesse, não diminuiria seus momentos de alegria despertando neles a compreensão das coisas tristes da escravidão; mas apelaria para os seus senhores, para os que compram e para os que vendem, e lhes imploraria que pensassem nos males que traz a escravidão, não somente para os negros, mas para eles próprios, e não somente para eles, mas para suas famílias e para suas descendências”.

O tom de denúncia anti-escravista de Graham manifestou-se neste segundo registro com muito mais veemência, embora por meio de argumentos eurocêtricos muito comuns neste tipo de descrição, que reforçavam a idéia de serem os africanos ingênuos e tuteláveis – mesmo que a inglesa não tenha entendido, absolutamente, o sentido de seus cantos e danças em reação ao beijo que lhes mandou à distância.

A imagem do Valongo (fig. 60) contida no livro de Maria Graham, feita por Augustus Earle em 1824, não corresponde diretamente às descrições textuais da compatriota, embora apresentem algumas similaridades entre si. O pintor e desenhista veio pela primeira vez ao Brasil em 1818 e permaneceu na Corte por dois meses. De volta ao

Rio, entre 1821 a 1824, registrou paisagens, cenas de costumes e retratos. Justamente neste período, tornou-se amigo de Maria Graham, que aproveitou alguns de seus desenhos para ilustrar seu livro. Earle ainda retornaria à América do Sul em 1832, passando pelo Rio de Janeiro entre abril e junho, como desenhista da expedição Beagle, de Charles Darwin. Sua gravura “Mercado de escravos no Rio” é ambientada do lado de fora de uma loja e, desta vez, os negros novos estão cercados por vários brancos. O centro da cena é ocupado por um comprador examinando uma criança, sob a vigilância do comerciante – composição que também é outra tópica da escravidão. Entretanto, diferente dos exemplos iconográficos anteriores, Earle não representa africanos esqueléticos e desnudos; ao contrário, o ventre à mostra de duas crianças é mesmo um pouco roliço, e os adultos, nas partes do corpo que Earle deixa entrever, também denotam vigor nos braços, tórax e rostos. O objetivo de denúncia ou tensão que poderia haver por parte do pintor se expressa unicamente pelos olhares desconfiados e hostis dos africanos.

Outra cena que destoa ainda mais do *corpus* imagético mais comum sobre o comércio de escravos foi produzida anos mais tarde pelo dinamarquês Paul Harro-Harring, um pintor e escritor revolucionário, defensor exaltado da causa anti-escravista. Entre maio e agosto de 1840 esteve no Rio de Janeiro, onde produziu as 24 aguadas da série Tropical Sketches from Brazil.³⁰⁵ A paleta minuciosa e panfletária do artista revela-se na figura 61, “Inspeção de negras recentemente desembarcadas da África”. Ao centro da cena estão três escravas africanas, vestidas com um pano à guisa de vestido e turbantes nas cabeças, porém robustas e com os peitos à mostra, esquivando-se da acintosa abordagem dos brancos. Em torno delas, estão dois senhores entre os quais é difícil distinguir quem ali é o comerciante ou o comprador. À direita, a postura arrogante e enfarada de duas senhoras é denotada, sobretudo, por suas expressões faciais e corporais, além do cutucão à distância que uma delas, a mais gorda, desfecha com sua sombrinha em uma das negras.

³⁰⁵ Somente em 1965, estes originais voltaram ao Brasil por intermédio do então embaixador Walther Moreira Salles, que os adquiriu na França e doou-os, em 1996, ao Instituto Moreira Salles, surgindo então a primeira versão publicada destas imagens de Harro-Harring sobre o país, como catálogo da primeira exposição realizada sobre a obra: Esboços Tropicais do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 1996. Para mais informações sobre a vida e obra deste autor, ver, além desta publicação, o site: <http://www.rao.unibanco.com.br/2002/por/ace/index.asp>.

Ainda na década de 1840, poucos anos após esta composição excepcional de Harro-Harring, existe também uma interessante descrição de Jules Itier, que trabalhava numa alfândega francesa e mais tarde se tornaria um dos primeiros daguerreotipistas de seu país. Esteve no Rio de passagem para a China, no início de 1844:

“Reinava sobre suas figuras [dos negros à venda] um ar de tristeza profunda e de abatimento doloroso através do qual um semi-sorriso tinha dificuldade em aflorar, quando o senhor, com aquele tom de brusquidão familiar: – ‘*quero que você seja ou pareça alegre,*’ – dignava-se a lhes endereçar algumas palavras de encorajamento; então, como um pálido luar se ilumina ao passar uma estrela sombria, a expressão de uma alegria apagada parecia sulcar por uns instantes estes tristes rostos, mas a alma alquebrada permanecia estranha a esta convulsão de músculos da face.

Para melhor constatar, a nossos olhos, seu perfeito estado de saúde, o capitão negreiro teve a idéia de fazer dançar seus negros, e de um golpe do bastão que ele bate sobre a mesa, deu o sinal do divertimento; então, sobre a mesma mesa, ele reproduziu, com seus punhos, a cadência precipitada do *tam-tam*; os negros hesitaram ainda; um golpe de olhos do mestre, um desses golpes de olhos que contêm a ameaça de golpes de chicote, galvanizou os mais recalcitrantes; a trupe se abalou e a dança se tornou geral. É bem verdade que estes frêmitos e agitações precipitadas, estas posturas e gestos, eu já os havia testemunhado na costa da África; mas aqui os dançarinos pareciam se mover como que por efeito de molas, como fantoches; e quando, cansado de marcar a medida, o capitão parou, todos pararam instantaneamente (...).³⁰⁶

Itier, portanto, apresenta um contraponto à descrição de Maria Graham sobre as danças dos negros novos no Valongo. Aqui, esta atitude é compulsória, acionada pelo comerciante de escravos como mais uma estratégia de venda, e o autor faz questão de distinguir tais gestos das manifestações corporais que havia visto na África, dos negros em liberdade. Apesar da denúncia da violência a que os africanos eram submetidos mo

³⁰⁶ Jules Itier - Journal d'un voyage en Chine en 1843, 1844, 1845, 1846. Paris: Dauvin et Fontaines, 1848, vol. 1, p. 57.

mercado e das insistentes metáforas sobre sua tristeza, o francês não faz nenhuma referência às condições físicas precárias dos escravos. Ao contrário, repara especificamente no traje das negras no Valongo: “ornadas de belos vestidos de chita estampada [*d’indienne à ramages*], elas não pareciam insensíveis ao charme desta *toilette*, da qual cuidavam espantosamente (...)”.³⁰⁷

Porém, apesar das exceções imagéticas e textuais aqui exemplificadas por Earle, Harro-Harring e Itier, as composições mais recorrentes sobre os africanos no mercado de escravos do Rio de Janeiro são aquelas que denunciaram a situação por meio de registros que destacam a insalubridade dos galpões e dos negros, bem como suas figuras esqueléticas e doentes. O duplo registro de Jean-Baptiste Debret patenteou esta tópica em 1835, no segundo volume de sua obra.

Assim o pintor francês encerra os comentários introdutórios ao seu livro de viagem: “finalmente, no intuito de tratar de uma maneira completa um assunto tão novo, acrescentei diante de cada prancha litografada um texto explicativo, a fim de que pena e pincel suprissem reciprocamente sua insuficiência mútua”.³⁰⁸ Sua lógica narrativa consiste, na maioria dos casos, em aproveitar o texto para dar informações mais gerais relacionadas ao tema da cena pintada, além de descrevê-la deliberadamente. Há um elemento subjacente à grande maioria delas: sua intenção de síntese, expressa em diversos níveis e formatos. A forma mais evidente corresponde às “coleções” – painéis de objetos, espécies vegetais ou tipos humanos. Existem outros casos em que estão embutidas numa determinada litografia etapas de uma ação e estágios diferentes de transformação de uma matéria-prima, ou ainda pequenos desenhos anexos à figura principal da prancha, que informam a origem ou detalhes de objetos contidos na cena maior. Mesmo quando não explicitado o caráter de síntese, há nas gravuras de Debret um conjunto de personagens, ações e temporalidades que denunciam a intenção de reunir os mais diversos elementos possíveis no interior de uma cena sobre determinado tema.³⁰⁹ No caso do mercado de escravos (fig. 62), o artista fez

³⁰⁷ J. Itier, *Journal d'un voyage...*, vol.1, p. 57.

³⁰⁸ J.B. Debret - *Viagem Pitoresca...*, vol.1, p. 24.

³⁰⁹ Para mais detalhes sobre as relações entre as linguagens textual e iconográfica no livro de Debret, ver, entre outros: E. Sela, *A pena e o pincel...*, pp. 38-49 e V. Lima, *A Viagem Pitoresca...*, pp. 161-220.

um trecho introdutório ao tema, onde ainda não se encontram os elementos da gravura:

“É na Rua do Valongo que se encontra, no Rio de Janeiro, o mercado de negros, verdadeiro entreposto onde são guardados os escravos chegados da África. Às vezes, pertencem a diversos proprietários e são diferenciados pela cor do pedaço de pano ou sarja que os envolve, ou pela forma de um chumaço de cabelo na cabeça inteiramente raspada. Essa sala de venda, silenciosa o mais das vezes, está infectada pelos miasmas de óleo de rícino que exalam dos poros enrugados desses esqueletos ambulantes, cujo olhar furioso, tímido ou triste lembra uma *ménagerie*. Nesse mercado, convertido às vezes em salão de baile por licença do patrão, ouvem-se urros ritmados dos negros girando sobre si próprios e batendo o compasso com as mãos”.³¹⁰

Novamente, como em Maria Graham e Itier, vemos a menção a cantos e danças dos escravos do Valongo, mas desta vez como uma concessão do comerciante. Debret não foge também de mencionar as formas esqueléticas dos africanos, os trapos que os envolvem e seus cabelos raspados, acrescentando um significado a estes dois últimos elementos: serviriam para discriminar escravos pertencentes a diferentes donos. Prosseguindo, o pintor passa então a descrever pormenorizadamente a litografia:

“Reproduzi aqui uma cena de venda. Pela disposição do armazém e do mobiliário, vê-se que se trata de um cigano de pequena fortuna, traficante de escravos. Dois bancos de madeira, uma poltrona velha, uma moringa e o chicote suspenso perto dele constituem toda a mobília do armazém. Os negros que aí se encontram pertencem a dois proprietários diferentes. A diferença de cor de seus lençóis os distingue; são amarelos ou vermelho-escuros.

O brasileiro discerniria pela fisionomia os caracteres distintivos de cada um dos negros colocados na fila à esquerda da cena. O primeiro, atormentado por coceiras e que cede à necessidade de se esfregar, é velho e sem dúvida sem energia; o segundo, ainda sadio, é mais indiferente; o terceiro é de

³¹⁰ J. B. Debret, Viagem Pitoresca e Histórica..., vol. 2, p. 105.

gênio triste; o quarto, paciente; o quinto, apático; os dois últimos, sossegados.

Os seis do fundo, quase da mesma nação, são todos suscetíveis de fácil civilização.

Os moleques, sempre amontoados no centro do quarto, nunca se mostram muito tristes. Um mineiro discute com o cigano sentado na poltrona o preço de um deles. (...). O desleixo do negociante corresponde à grosseria de seus costumes; ademais, a julgar pela sua tez pálida e pelo inchaço do ventre, tem ele os sintomas das doenças trazidas da costa da África (...).

O sótão gradeado, que se vê no fundo do quadro, serve de dormitório aos negros, que a ele ascendem por meio de uma escada.

As duas portas fechadas dão para a alcova arejada e clareada apenas por cinco seteiras colocadas nos intervalos. A porta aberta dá para um pequeno pátio que separa o armazém da moradia, onde se encontram a dona da casa, a cozinha e os escravos domésticos”.³¹¹

Além de referências a cada detalhe da gravura, o pintor ainda lança mão de informações e juízos que não poderiam ser inferidos somente a partir da imagem, como as disposições de ânimo e caráter dos grupos de negros, a habilidade dos brasileiros em distingui-los “pela fisionomia” e a existência de cômodos e personagens elípticos à cena representada. Assim, percebemos através deste exemplo algumas das várias relações possíveis entre o texto e as imagens de Debret. Entretanto, esta litografia teve ainda uma repercussão específica, que nos obriga a uma pequena digressão.

Em 1838, um ano antes da edição do último volume da obra de viagem de Debret, era fundado no Rio de Janeiro o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No discurso de abertura, o orador Januário da Cunha Barbosa destacava a proposta da nova instituição:

“(...) mostrarmos às nações cultas que também prezamos a glória da pátria, propondo-nos a concentrar, em uma literária associação, os diversos fatos da nossa história e os esclarecimentos geográficos do nosso país, para que possam ser oferecidos ao conhecimento do mundo, purificados dos erros e inexatidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionais como

³¹¹ J. B. Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica...*, vol. 2, p. 106.

estrangeiros”.³¹²

Dois anos depois, foi divulgado um parecer feito por uma comissão de membros do Instituto sobre os dois primeiros volumes (de 1834 e 1835) de Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Encarregaram-se da tarefa Bento da Silva Lisboa e José Domingues de Attaide Moncorvo. Quanto ao primeiro tomo,³¹³ após um breve resumo, concluem:

“Igual satisfação experimenta a Comissão, quando o autor diz que o Brasil vai desenvolvendo progressivamente uma civilização que honra muito ao povo que a habita, o qual é dotado das qualidades as mais preciosas (...).

Parece à Comissão, quanto ao volume de que se ocupa, que ele é de um interesse real, e que merece ser colocado na Biblioteca do Instituto”.³¹⁴

Porém, em relação ao segundo volume (aliás, aquele cujas gravuras tornaram-se as mais conhecidas e reproduzidas), os julgadores alteram radicalmente sua opinião. Começam por corrigir, num tom entre ofendido e irônico, alguns erros sobre datas, personagens e locais citados no texto. Se elogiaram as observações de Debret sobre o progresso da civilização no Brasil, agora discordam da periodização feita pelo viajante:

“Na introdução diz o autor que a civilização estaria estacionada no Rio de Janeiro antes da chegada do Sr. Rei D. João VI, de gloriosa memória. Se dissesse que depois daquele memorável acontecimento ganhou muito o país, concordaríamos com a sua opinião, mas que a civilização progredia, apesar do sistema colonial, é um fato inegável, como atestam os belos edifícios que já haviam, e os estabelecimentos de várias aulas de ensino público, e o aumento

³¹² Januário da Cunha Barbosa – “Discurso”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1 (1839): 10. Sobre os objetivos e projetos do IHGB em suas primeiras décadas de existência, ver, entre outros, Manoel Luís Salgado Guimarães – “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. Estudos Históricos, 1 (1988): 5-27 e Francisco Moraes Paz – Na poética da História. Curitiba: Ed. UFPR, 1996, pp. 222-36.

³¹³ Volume dedicado essencialmente aos índios brasileiros.

³¹⁴ Bento da Silva Lisboa; José Domingues de Attaide Moncorvo - “Parecer sobre o 1º. e 2º. volume da obra intitulada *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, ou séjour d’un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu’em 1831 inclusivement*. Par J. B. Debret”. Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 3 (1841): 95. Para uma análise mais detida deste parecer, ver E. Sela, A pena e o pincel..., pp. 50-7 e V. Lima, A Viagem Pitoresca..., pp. 153-60.

do comércio e da agricultura”.³¹⁵

Assim, se Lisboa e Moncorvo concordavam com a concepção de progresso defendida pelo pintor francês, que traçava uma marcha de civilização para o país, não poderiam, por outro lado, deixar de defender o estado das instituições no Brasil anterior à vinda da Corte portuguesa.³¹⁶ Prosseguindo sua avaliação, os dois membros do Instituto elegem três gravuras que lhes indignaram, pois que “se não fosse a consideração de que em geral o autor faz elogios aos Brasileiros, pareceria que ele queria fazer uma verdadeira caricatura”³¹⁷:

“Com efeito, a do empregado público passeando com sua família excita o riso. Ainda que no ano de 1816, em que chegou M. Debret ao Brasil, os costumes não tivessem adquirido aquele grau de civilização que hoje têm, contudo não temos lembrança de que os empregados públicos saíssem a passeio, levando suas esposas, no último período de gravidez, segundo se vê na estampa. Bom foi que o autor unisse à idéia de empregado a de ser casado, pois que teríamos talvez de ver que ele pintasse as mães, irmãs, ou parentas daqueles indivíduos como hidrópicas, a quem os médicos aconselhassem o exercício de andar.”³¹⁸

A outra estampa é o tráfico dos africanos no Valongo. O Sr. Debret pintou a todos esses desgraçados em tal estado de magreza, que parecem uns esqueletos próprios para se aprender anatomia (...). Bem diferente é o desenho que apresenta a Senhora Graham nas suas Viagens ao Brasil; pois que é feito com seriedade e veracidade.

Segue-se a estampa 25, em que se desenha um feitor castigando um

³¹⁵ B. Lisboa; J. Attaide Moncorvo, “Parecer...”, p. 97.

³¹⁶ Como é sabido, para o IHGB, a tarefa de delinear um perfil para a nascente nação brasileira e de traçar uma história como sua biografia implicava considerar a colônia como semente geradora da nacionalidade: “num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da idéia de nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação Brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa iniciada pela colonização portuguesa”. (M. Guimarães, “Nação e civilização nos trópicos...”, p. 06).

³¹⁷ B. Lisboa; J. Attaide Moncorvo, “Parecer...”, p. 98.

³¹⁸ O motivo da desaprovação a esta imagem parece claro: o esforço do IHGB em afirmar a existência de civilidade entre os brasileiros. Se era razão para escândalo uma senhora branca expor-se à rua, certamente que “M. Debret” estaria enganado quanto à ocorrência do fato.

negro. A atitude do paciente é tal que causa horror. Pode ser que M. Debret presenciasse semelhante castigo, por que em todas as partes há senhores bárbaros; mas isto não é senão um abuso.

É confessado por escritores de nota, que entre todos os senhores de escravos, os portugueses eram os mais humanos: ao menos não se lhes atribuíam as crueldades praticadas por outras nações com estes infelizes. Ora porque se vê em um povo praticarem-se ações censuráveis, dever-se-á concluir que todo ele é mau?”³¹⁹

É significativo que, das dezenas e dezenas de gravuras sobre os escravos, apenas estas duas merecessem tamanha rejeição,³²⁰ certamente por seu caráter público, julgado inverídico pelos pareceristas. O Valongo de Debret, ao contrário do registro supostamente fiel de Augustus Earle (fig. 60) no livro da “Senhora Graham” (lançado então há mais de 15 anos), só poderia ser um exagero digno de descrédito. Já a estampa sobre o castigo de um negro, Lisboa e Moncorvo não descartavam a hipótese de que tivesse sido inspirada em acontecimentos reais. Entretanto, fizeram questão de frisar a natureza absolutamente excepcional deste “abuso” entre os “humanos” procedimentos dos senhores de escravos no Brasil, respaldados inclusive “por escritores de nota” – muito provavelmente, aqui, referiam-se a outros relatos de viajantes. E, partidários do preceito segundo o qual a melhor defesa é o ataque, os pareceristas arrematam:

“Na obra dada à luz em Londres em 1837 pelos Oficiais de Marinha Britânica, Macgregor Laird, e R. A. K. Oldfield, com o título de – Narração da expedição ao interior da África pelo rio Niger – lêem-se os dois seguintes casos

³¹⁹ B. Lisboa; J. Attaide Moncorvo, “Parecer...”, pp. 98-9.

³²⁰ Debret representou vários outros exemplos de castigos e meios de punição, mesmo que por vezes diluídos em cenas cotidianas. Somente do segundo tomo da obra, podem ser citadas as seguintes pranchas: “Visita a uma fazenda”, onde aparece um escravo com uma máscara de latão na extremidade esquerda da cena, que se passa numa concorrida sala de visitas senhorial; “Sapatarias”, que representa em primeiro plano um negro dando a mão para receber palmatoadas do sapateiro; “Uma senhora brasileira em seu lar”, cuja protagonista faz seus trabalhos de costura tranqüilamente rodeada por três escravos adultos e dois ainda bebês, mas tendo ao alcance, para qualquer emergência, uma vara de marmelo dentro do cesto ao seu lado; “Um negociante de tabaco em sua loja”, na qual um soldado à direita da cena conversa distraidamente com uma negra de ganho, enquanto aguarda que uma fileira de seis escravos prisioneiros, acorrentados entre si pelos pescoços, comprem o produto; “O colar de ferro, castigo dos negros fugidos”, gravura na qual estão dois escravos e uma escrava de ganho, todos com libambos, reunidos numa conversa de rua; e, finalmente, “Aplicação do castigo do açoite”, que registra o algoz, também negro, chicoteando com determinação o escravo amarrado ao tronco em praça pública.

atrozes. – A *Jeune Estelle*, perseguida por um cruzador inglês, meteu doze pretos em tonéis, e os alijou no mar. – Em 1831 as embarcações de guerra inglesas *Black Joke* e *Fair Rosamond* encontraram o *Hercules* e o *Regent*, dois navios negreiros, no rio Bonny. Logo que avistaram os cuzadores, procuraram entrar outra vez no porto, e alijaram ao mar mais de quinhentos entes humanos, presos com cadeias, antes que fossem capturados. Pode este ato bárbaro e desumano, que faz arrepiar os cabelos, ser atribuído à nação francesa, quando o seu governo aboliu tão detestável tráfico? Veja pois o Sr. Debret o perigo que há de tirar de casos particulares proposições gerais”.³²¹

Tamanha ofensiva era proporcional ao incômodo que os escravos significavam para o IHGB e seu projeto nacional. Um artigo de Januário da Cunha Barbosa, no primeiro número da revista da associação, imputava à escravidão negra a responsabilidade pelo atraso do processo civilizador no país, tentando resgatar a figura do indígena como uma possível solução:

“Lembramos este fato para provarmos que eles [os índios] não são tão avessos ao trabalho, como os pretendem pintar os patronos da escravidão africana, e para que se veja que se forem removidas certas causas de seu horror e desconfiança, se forem bem tratados cumprindo-se fielmente as convenções, que com eles fizerem, se forem docemente chamados a um comércio vantajoso e a uma comunicação civilizadora, teremos, senão nos que hoje existem habituados à vida nômade, ao menos em seus filhos e em seus netos uma classe trabalhadora, que nos dispense a dos Africanos”.³²²

Em 1844, houve um concurso promovido pelo Instituto sobre como se escrever a história do Brasil, e o projeto vencedor do célebre naturalista Carl Von Martius também considerou os índios superiores aos negros no processo de constituição da nacionalidade.³²³ O branco português, a seu ver, deveria encabeçar a mescla das três raças, por suas

³²¹ B. Lisboa; J. Attaide Moncorvo, “Parecer...”, p. 99.

³²² J. C. Barbosa, “Se a introdução do trabalho africano embaraça a civilização dos nossos indígenas”, *apud*: M. Guimarães, “Nação e civilização nos trópicos...”, p. 22.

³²³ Carl Friedrich Philipp Von Martius - “Como se deve escrever a História do Brasil”. *Revista do IHGB*, 6: 24 (1845): 381-403.

qualidades de “descobridor, conquistador e senhor”, que “deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente”.³²⁴ O indígena, por sua vez, mereceria um estudo cuidadoso, até mesmo pela possibilidade de tais investigações contribuírem para a produção de mitos da nacionalidade, à semelhança dos cavaleiros medievais europeus. Os negros, porém, obtiveram pouca atenção de Martius, reflexo de uma tendência que se solidificaria neste modelo de produção da história nacional – a visão do elemento negro como fator de impedimento ao processo de civilização.

Antes de Debret e Martius, um projeto de José Bonifácio apresentou um programa de integração dos índios à sociedade nacional através da mestiçagem, que possibilitaria o surgimento de uma nova raça, e a criação de uma cultura comum, na qual prevaleceria o elemento branco e civilizador. Para isso o governo deveria “favorecer por todos os meios possíveis os casamentos entre índios, brancos e homens de cor”.³²⁵ Segundo Manuela Carneiro da Cunha, este projeto, no qual se nota alguma influência de Buffon e de Pauw, defende que “os índios são humanos, capazes de perfectibilidade. Só o estado de sociedade, no entanto, lhes permite realizar a perfeição. (...). Cabe ao Estado fornecer-lhes a possibilidade de saírem de sua natureza bruta e formarem uma sociedade civil. (...). São condições para tanto que se sedentarizem em aldeias, se sujeitem a leis, à religião e ao trabalho”.³²⁶

Provavelmente, esse investimento político nos índios foi um dos motivos pelos quais o primeiro volume de Debret foi elogiado por Lisboa e Moncorvo: lá, o pintor francês também defende a integração dos “brasileiros selvagens” e seu aproveitamento como mão-de-obra, além de fazer apologia da mestiçagem entre eles e os brancos.³²⁷ Por tudo isso, o

³²⁴ C. Von Martius, “Como se deve escrever...”, p. 383.

³²⁵ José Bonifácio de Andrada e Silva - Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil, 1823. *Apud*: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/indios_bravos.html.

³²⁶ Manuela Carneiro da Cunha - Antropologia do Brasil. Mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 172.

³²⁷ Ver E. Sela, A pena e o pincel..., pp. 27-31. No conjunto da literatura de viagem oitocentista sobre o Brasil, os discursos sobre os africanos e os índios, enquanto elementos humanos integrantes da “nação” ou da “raça” brasileira costumam divergir, no interior da obra de um mesmo autor. Ainda que o tema fuja ao escopo desta tese, vale ressaltar, ao menos, que era comum a construção de hierarquias de civilização, inteligência e moral entre os dois povos, geralmente com alguma vantagem valorativa para os indígenas. Neste sentido, lembramos um estudo específico de Harry Liebersohn sobre os índios norte-americanos. Segundo o autor, após a Revolução Francesa, membros da nobreza européia construíram um discurso de empatia em relação aos indígenas, ressignificando o conceito de “nobreza selvagem” já veiculado pelos iluministas. Os indígenas da América do Norte estariam ameaçados pelas agruras da colonização, assim como os nobres europeus

segundo volume, dedicado majoritariamente aos escravos e às práticas escravistas, não poderia mesmo cair nas boas graças daqueles avaliadores. Assim sendo, eles se apressam em concluir que:

“(...) o livro é de pouco interesse para o Brasil: pois que sendo principiado em 1816 e acabado quando o autor voltou em 1831 para a França, não pôde compreender as alterações que tem havido no Brasil em costumes, artes e ciências, como o próprio M. Debret reconhece quando diz o seguinte:

‘En um mot, tout est en marche d’amélioration dans ce pays, ou les progrès des lumières, qui dicta l’émancipation du Brésil le dota en même temps de la noble émulation de se distinguer par la science, les arts et le luxe’”.

Ao terminarem este parecer negativo com uma passagem do próprio pintor enaltecendo o Brasil, Lisboa e Moncorvo parecem fazer com que o viajante se retrate das impropriedades que cometeu no segundo tomo da obra. De fato, o que os membros do IHGB aplaudiram nos primeiros dois volumes da Viagem Pitoresca e Histórica... foi precisamente a ênfase na “marcha da civilização” no país, as perspectivas de progresso e desenvolvimento para a nação. Porém, ofenderam-se profundamente com a imagem que Debret construiu para o brasileiro: um povo submetido à determinação de um clima quente, de costumes bem pouco civilizados e, sobretudo, convivendo estreita e inevitavelmente com a escravidão negra. Neste caso, as litografias sobre o Valongo e a do feitor castigando um escravo mereceram holofotes condizentes com a gravidade do problema enfrentado pelo Instituto logo em seus primeiros anos de existência.

sofriam a perda de seus privilégios. Tal nobreza seria caracterizada principalmente pelas tradições guerreiras: artefatos bélicos tornaram-se, assim, representações do grau de civilização dos indígenas.

A cultura romântica também fomentou essa identificação. Aristocratas como Alexis de Tocqueville, Adelbert von Chamisso e Maximilian de Wied-Neuwied construíram juízos ambíguos sobre os processos econômicos e políticos do século XIX: estariam convencidos do triunfo do comércio europeu e do poder do Estado, mas também eram leais às tradições da nobreza. Daí, contribuíram para uma visão negativa do conceito de civilização, na medida em que esta significava a exploração e o extermínio de certos povos selvagens e suas culturas. Em oposição aos valores burgueses e ao capitalismo, a identificação com o “selvagem nobre” elevava a aristocracia a uma “categoria humana universal”. (Ver Harry Liebersohn – Aristocratic Encounters. European Travelers and North American Indians, Nova York: Cambridge University Press, 1998, pp. 63-170).

Mas se, por suas dimensões, a obra do pintor francês recebeu uma atenção específica entre os pares desta associação intelectual, sabemos que muitos outros livros de viagem coevos, anteriores, ou que logo seriam lançados no mercado editorial europeu ao longo da década de 1840 expuseram em suas páginas, fartamente, impressões e juízos a respeito da escravidão e dos negros tanto ou mais incômodos do que as composições de Jean-Baptiste Debret. Neste variado conjunto, além da situação-limite dos escravos recém-chegados ao Valongo, a esmagadora maioria dos viajantes não pôde deixar de registrar *ad nauseam*, ainda que em diferentes nuances, como era a sensação de se defrontar com a massa de mulheres e homens negros, logo ao desembarque ou ao primeiro passeio às ruas do Rio de Janeiro. No interior do que aqui chamamos de “tópicas da escravidão”, esse contato visual inicial, sem dúvida, constituiu um item obrigatório de mais de uma centena de notas de viagem. Em seguida veremos, pois, quais os padrões de expressão mais comuns acionados nas descrições deste momento.

3. Impactos do primeiro olhar

Dentre os viajantes que vieram após a abertura dos portos, o primeiro registro escrito que encontramos a esse respeito pertence a James Morier, em 1810:

“(...) achamos a imundície de São Sebastião [do Rio de Janeiro] e seus habitantes um tanto repugnantes. Mesmo os persas podem exultar, pois com grande verdade disseram que suas cidades eram limpas se comparadas com o que viram aqui. É preciso reconhecer, entretanto, que isto se deve em grande parte à comunidade negra [*negro community*], que é tão ou mais numerosa do que as outras classes e que, em certas emergências, mal têm restrições além daquelas da criação bruta. Daí podemos bem julgar porque o Campo da Lampadosa era tão constantemente infestado por eles, a toda hora do dia, e que guardas eram postos para mantê-los à distância”.³²⁸

³²⁸ J. Morier, *A Second Journey through Persia...*, p. 06.

O inglês atribuía, pois, a insalubridade da cidade aos dejetos produzidos pela enormidade de negros, os quais não possuiriam qualquer preceito de higiene, sugerindo também a idéia de uma atmosfera tensa ao mencionar o controle dessa massa humana por meio da vigilância policial. A espantosa afluência dos negros nas ruas apontada por Morier seria reiterada e complementada, de diversas formas, ao longo da primeira metade do século XIX, por praticamente todos os viajantes que estiveram no Rio de Janeiro durante esta época. Em 1823, o militar alemão Kotzebue nota:

“A extensão da cidade é considerável, e contém certa de duzentos e cinqüenta mil habitantes, dos quais entretanto dois terços são negros [*negroes*], e o restante principalmente mulatos e outras pessoas de cor. Um rosto branco é raro de ser visto nas ruas; mas os pretos [*blacks*] são tão numerosos, que pode-se imaginar estando na África.

Os imensos pesos que carregam são usualmente fixados sobre uma tábua (...), marcando o compasso para sua marcha por meio de uma monótona e melancólica canção em sua linguagem nativa, e incitados pelo chicote a renovados esforços, quando o falhar de suas vozes indica quase completa exaustão³²⁹”.

A estatística dada por Kotzebue, considerando **negra** dois terços da população carioca, repete-se em vários outros viajantes, sobretudo entre as décadas de 1820 e 1840, bem como a dificuldade em se deparar com um “rosto branco” naquelas paragens. O viajante não descreve explicitamente os negros como escravos ou africanos, mas tais estatutos acabam evidentes ao associá-los ao universo do trabalho e ao mencionar sua “canção” em “linguagem nativa”. A propósito, a tríade – negros/escravos, seus trabalhos pelas ruas da cidade e a cantoria emitida por eles – tornou-se inseparável na maioria dos relatos, compondo, relativamente às primeiras impressões dos viajantes estrangeiros, a tópica mais comum da escravidão na Corte do período.

O inglês Charles Brand, em 1827, exemplifica estas associações, num tom excepcionalmente menos assustado do que os outros visitantes:

“A população escrava parece enorme aqui: eu diria ao menos dez

³²⁹ O. von Kotzebue, *A new Voyage...*, p. 44.

para um. Grupos de pobres negros passaram por nós, cantando suas canções nativas para se aliviarem de seus fardos, os quais carregam sobre as cabeças e sempre num passo apressado: primeiro, um deles canta um verso, depois todo o resto acompanha num coro”.³³⁰

Percebe-se claramente que Brand faz um movimento neste trecho que associa diretamente a cor da pele ao cativo. Assim, após cogitar exageradamente a enormidade da população **escrava** (cerca de 90% dos habitantes), menciona grupos de trabalhadores e seus cantos, referindo-se a eles como “negros”, aqui como sinônimo para “escravos”.

Mas o político e explorador francês Maximilien Radiguet, quase duas décadas depois de Brand, comentou sobre os cantos dos negros bem mais atentamente:

“Encontramos também um grande número de negros [*noirs*] quase nus que iam em direção à orla, a cabeça sobrecarregada por uma tina. E gritando palavras diferentes em intervalos regulares. O grito que eles soltavam não indica sua profissão; nós procuramos durante muito tempo qual gênero poderia ter uma elocução tão prodigiosa para ocupar tantos indivíduos. Os negros [*nègres*] do Brasil, como todos os negros [*nègres*] do mundo, têm o hábito de cantar para enganar a fadiga durante um trabalho qualquer; mas suas improvisações são pouco variadas; eles repetem infinitamente as mesmas palavras.”³³¹

Radiguet conclui, portanto, que o ato de emitir aquelas canções peculiares pertencia à natureza ou à cultura (“hábito”) de todos os negros, independentemente das variadas situações de trabalho ou partes do mundo em que estivessem. Continuando a observar a multidão negra ao referir-se à região das ruas Direita e do Ouvidor, o autor demonstra uma razoável aversão:

“Um conhecimento mais aprofundado do Rio de Janeiro apaga a impressão desagradável dos primeiros dias da chegada. Com efeito, as ruas

³³⁰ Charles Brand - Journal of a voyage to Peru: a passage across the Cordillera of the Andes, in the winter of 1827, performed on foot in the snow, and a journey across the Pampas. Londres: Henry Colburn, 1828, p. 12.

³³¹ Maximilien René Radiguet - Souvenirs de l'Amérique Espagnole. Études sur la société au Pérou et au Chili (la ville et la campagne de Rio de Janeiro). Paris: Michel Lévy Frères, Libraires-Editeurs, 1856, p. 255.

parecem em princípio serem espremidas pela multidão em torno do palácio e nas imediações da baía comercial [*rade marchande*]; daí, (...) os inconvenientes inseparáveis de uma grande atividade comercial. Estas ruas já estreitas e mal pavimentadas, ocupadas ainda pelas vitrines das lojas, são às vezes obstruídas de pacotes e de tonéis; os negros [*noirs*] quase nus e circulando incessantemente, carregados de pesados fardos, ou conduzindo carroças cujas rodas, parecidas com uma tábua redonda perfurada no centro, irritam os nervos com um barulho agudo; às exalações de certos peixes secos, vem se juntar o odor infecto e particular³³² da classe negra [*classe nègre*], tornado ainda mais repugnante por um calor de trinta e cinco graus; enfim seus gritos, suas blasfêmias, suas canções, seu mau-humor se manifestando comumente em monólogos prolixos, completam uma série de aborrecimentos e contrariedades para o estrangeiro que se aventura por essa quadra turbulenta”³³³.

Neste veemente testemunho, a presença maciça dos escravos nas ruas era principal responsável pelas agruras a que um estrangeiro era submetido na cidade. As palavras de Radiguet também contribuem para a cristalização de um perfil recorrente da população negra como seminua, especialmente fétida (com “seu odor particular”) e, de certa forma, misteriosa em seus murmúrios quase sempre incompreensíveis.

Ao lado desse tom irritado, que opõe a presença estrangeira à multidão negra, encontram-se também testemunhos mais temerosos. Em 1829, após elogiar o comércio carioca, e a conformação e arquitetura das ruas (ao contrário de Radiguet), Charles Stewart adverte:

“Nada contribui mais para a afronta de uma primeira impressão, do que a grande proporção de negros [*negroes*] seminus e mestiços, de todas as tintas e graus de sangue que compõe as pessoas vistas nas ruas (...). Aqueles empregados em serviços leves (...) são vistos freqüentemente em grupos, cantando e dançado para o divertimento da multidão ao redor. Ainda assim, em

³³² A esse respeito, anteriormente, Ernst Ebel foi bem mais econômico, embora igualmente explícito: “Estranha é a sensação do desembarque. Ao invés de brancos, só vi negros, seminus, a fazerem um barulho infernal e a exalarem um cheiro altamente ofensivo ao olfato (...)”. (*O Rio de Janeiro...*, p. 12)

³³³ M. Radiguet, *Souvenirs de l'Amérique Espagnole...*, pp. 256-7.

vista da natureza de sua condição, seu número aos olhos do estrangeiro é assustadoramente grande (...).³³⁴

Para este autor, os cantos e danças dos negros não possuíam qualquer tom de ameaça ou mistério; apenas foram vistos como entretenimento público. O que preocupava o inglês não era comportamento dos negros nas ruas, mas o perigo em potencial de tantos homens cativos (“natureza de sua condição”) num mesmo espaço urbano. Duas décadas depois, a impressão de Robert Elwes é inicialmente semelhante à de Stewart, mas logo se diferencia:

“Uma coisa que abala os estrangeiros na primeira visita ao Rio é o número de negros [*negroes*] nas ruas, alguns trabalhando duro, mas muitos perambulando, procurando um emprego. Os melhores e mais fortes negros não são aproveitados como criados ou em algum comércio; são empregados para carregar café dos depósitos para a alfândega, onde é embarcado. Eles trabalham em grupos de dez ou doze, cada um carregando um saco de café nos ombros. São bem alimentados, parecem robustos e saudáveis, e trabalham alegremente, um cantando uma canção e freqüentemente carregando um chocalho, enquanto os outros se juntam em coro, e sempre vão num constante trotar”.³³⁵

Assim, Elwes não se mostra apreensivo como Stewart, destacando a boa condição física dos escravos e sua alegre disposição para o trabalho, compondo um quadro do qual não se denota nenhuma tensão ou perigo. Ao visitar o Rio no mesmo ano de Elwes, também o alemão Friedrich Gerstäcker não demonstrou qualquer tipo de receio, apenas lamento:

“A cidade propriamente dita, como muitas outras coisas neste mundo, perde consideravelmente submetida um contato mais próximo. As ruas, com poucas exceções somente, são estreitas e sujas, e nuvens de escravos, com inúmeras nuances de cores, que saltam aos olhos em toda parte, causam uma impressão muitíssimo dolorosa ao europeu para permiti-lo gozar das sublimes

³³⁴ C. Stewart, *A visit to the South Seas...*, p. 57.

³³⁵ Robert Elwes - *A sketcher's tour round the world*. Londres: Hurst and Blackett, 1854, pp. 25-6.

belezas do país, as quais em sua maior parte, além disso, ficam escondidas das vistas pelas fechadas e estreitas ruas”.³³⁶

Se Stewart simboliza os tons de pele dos negros e mulatos como “todas as tintas e graus de sangue”, também Gerstäcker observa as “inúmeras nuances de cores” dos escravos, introduzindo-nos uma primeira instância de diferenciação física entre os negros que em outros viajantes, como veremos, aparecerá de modos muito mais detalhados e variados. O excerto deste visitante germânico também corrobora as duas vertentes conflitantes do olhar pitoresco: para ele, o espetáculo da massa negras nas ruas chegava mesmo a impedir que um estrangeiro pudesse usufruir devidamente das belezas naturais cariocas.

Porém em 1846, sua compatriota Ida Pfeiffer foi mais incisiva. Após descrever em termos depreciativos a arquitetura urbana e a conformação das ruas, conclui, enfatizando a feiúra dos negros:

“A cidade oferece, portanto, muito pouco em relação às quadras, ruas e construções,³³⁷ as quais, para um estrangeiro, poderiam ser ao menos atraentes; ao passo que as pessoas que ele encontra são verdadeiramente chocantes – quase todos sendo negros [*negroes*] e negras [*negresses*], com horríveis narizes achatados, lábios grossos e cabelos curtos e como lã. Eles são, também, geralmente seminus, somente com uns poucos miseráveis trapos sobre as costas, ou então são metidos em roupas gastas, de corte europeu, antes pertencentes a seus senhores. Para cada quatro ou cinco negros pode ser computado um mulato, e somente aqui ou ali um homem branco é visto”.³³⁸

³³⁶ Friedrich Wilhelm Christian Gerstäcker - Gerstäcker's travels. Rio de Janeiro - Buenos Ayres - Ride through the pampas-winter journey across the Cordilleras, Chili, Valparaiso, California and the gold fields. Londres e Edinburgo: T. Nelson and Sons, 1854, p. 16. [1ª. Ed. em alemão, 1853]

³³⁷ Na mesma década de 1840, o jovem literato francês Charles-Hubert Lavollée, ao descrever a Rua Direita, representa uma voz dissonante a respeito do ambiente urbano do Rio, embora não deixe de ressaltar a multidão de negros: “Uma população numerosa, animada, se apressa sobre as calçadas, os dois lados [da rua] são preenchidos de grandes e belas lojas; sem a afluência dos negros [*nègres*] que se encontram a cada passo, se acreditaria estar numa cidade da Europa”. (Voyage en Chine - Ténérife - Rio de Janeiro - Le Cap. - Ile Bourbon - Malacca - Singapore - Manille - Macao - Canton - Ports Cninois - Conchinchine - Java. Paris: A. Just Rouvier, 1852, p. 22.)

³³⁸ Ida Pfeiffer - A woman's journey round the world, from Vienna to Brazil, Chili, Tahiti, China, Hindostan, Persia, and Asia Minor. Londres: Nathaniel Cooke, 1854, pp. 16-7. [1ª. Ed. Em alemão, Viena, 1850]

Além de acrescentar comentários mais detalhados sobre as características anatômicas dos negros, Pfeiffer engrossa o coro das tópicas sobre a seminudez e a grande desproporção deste contingente humano em relação aos brancos. Dois anos antes, Charles Lavollée, mais lírico, demonstrou um espanto sem depreciações aparentes a respeito da diversidade física da população, utilizando uma das acepções possíveis do conceito de raça para a época:

“(...) Mas o que impressiona particularmente os olhos do europeu é esta variedade infinita de cores e de raças que povoam as ruas. Todas as tintas do branco da Europa e do negro [*noir*] da África, as nuances intermediárias destes dois sangues misturados, apresentam num estreito espaço a reunião das diversas cores que Deus experimentou sobre a fronte do homem e pelas quais marcou as raças e seu lugar sob o sol. O Rio é o encontro [*rendez-vous*] do Atlântico, como Marselha do Mediterrâneo”.³³⁹

Assim, se os negros assustavam os europeus por terem feições “verdadeiramente chocantes”, as fartas amostras de mestiçagem pareciam uma particularidade, embora impressionante, não desagradável. Esta referência aos povos mestiços do Mediterrâneo aparece também, de forma um pouco diferente mas que, no fundo, embute o mesmo sentido, nas palavras do zoólogo também alemão Hermann Burmeister, que chegou ao Rio em 1850. Este autor também é dono de um dos raros testemunhos que não demonstram surpresa com a multidão de negros:

“Desembarcamos sem ser incomodados, sendo recebidos por uma multidão de pretos, mulatos e amarelos que, dos degraus da escada, nos assediavam num vozerio ensurdecador, oferecendo seus serviços. A impressão imediata da cidade foi menos estranha do que eu havia esperado. Gente preta não era mais surpresa para mim e suas roupas, uma camisa suja e grosseira com calças semelhantes às nossas, ou uma saia do mesmo tecido para as mulheres, eram em tudo européias. Somente a falta de chapéus e os pés descalços me poderiam ter causado espécie, se não estivesse já acostumado a tal, conhecedor

³³⁹ C. Lavollée, *Voyage en Chine...*, p. 23.

que era dos hábitos do povo comum do sul da Europa”.³⁴⁰

Nunca tendo vindo antes à América ou ido à África, e nem saído da Europa, o que poderia ter motivado a expectativa frustrada do viajante com relação ao estranhamento no desembarque? Afirmando pela negação, o zoólogo sugere que esperava presenciar um espetáculo anunciado previamente, marcado pelo exotismo. Provavelmente, a própria literatura de viagem com que tomou contato na Europa fornecera matéria para o quadro imaginado e, neste sentido, a decepção de Burmeister funciona como um termômetro do alcance e papel daquelas obras. Sua indiferença para com a “gente preta” – que deveria conhecer em maior número apenas pela iconografia de viagem – era ainda alimentada pela semelhança com os hábitos dos pobres de seu próprio continente, mais precisamente o “povo comum do sul da Europa”. Assim, se por um lado Burmeister afirma uma proximidade cultural ao associar as vestes dos pretos às dos europeus (“calças semelhantes às nossas, ou uma saia do mesmo tecido para as mulheres”), por outro pontua uma importante diferença interna: aquilo dos negros que deveria causar espécie (“falta de chapéus e os pés descalços”) não chegou a cumprir esse papel, pois outra gente conhecida – também diferente dele e socialmente inferior, porém de seu mesmo continente – já usava estes hábitos.

Apesar das referências anteriores que teriam sido responsáveis pela falta de espanto do zoólogo em sua chegada ao Rio, o mesmo não aconteceu com Melchior Yvan, em 1844:

“O primeiro golpe de vista que um europeu lança sobre o Rio surpreende-o estranhamente: eu estava de alguma maneira prevenido do espetáculo que me esperava e, no entanto, na manhã seguinte a minha chegada, ao meter os pés fora do hotel Pharoux, fui tomado de um grande espanto ao ver as ruas inteiramente invadidas pela população negra [*nègre*]. Involuntariamente, parei diante de todos os bandos nus e chamativos [*criardes*] que encontrei; não poderia deixar de contemplar estas legiões negras [*noires légions*] que se agitavam sob um sol de fogo como os diabos sobre um braseiro. Este mundo

³⁴⁰ Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952, p. 58.

bizarro não se comparou efetivamente a nada de minhas lembranças, e vendo desfilar perante mim esta multidão de homens negros [*noirs*] carregados dum pesado fardo, salmeando sem descanso este monótono refrão: ‘*Que calo! Que malo!*’, ao que um de seus companheiros respondia num tom grave e duro: ‘*Esta boa! Esta boa!*’, agitando em suas mãos uma matraca rouca e berrante [*criarde*], eu acreditava assistir a alguma misteriosa iniciação, a alguma cerimônia de um culto infernal”.³⁴¹

Ao contrário de Burmeister, portanto, a prevenção recebida por Yvan a respeito do que iria presenciar na Corte não surtiu efeito. Seu relato expressa mesmo uma demonização dos negros e suas atividades, compondo, através de figuras de linguagem e expressões carregadas, uma cena bastante impressionante.

Finalmente, encerraremos nosso percurso de exemplos com avaliação de F. Dabadie,³⁴² já em 1851:

“Se a estatística publicada pelo doutor Roberto Lobo em dezembro de 1850 é exata, a cidade e arredores do Rio de Janeiro abrangem 110.599 escravos de ambos os sexos, sobre 266.466 habitantes que formam o total da população. Juntando-se a estes 110.599 os negros [*noirs*] ou mulatos livres, temos que a raça africana [*race africaine*] é numericamente igual ou superior às raças brancas e brasileira [*racés blanches et brésilienne*] reunidas. Esta proporção é infalivelmente enorme, e resulta num espetáculo singular para o estrangeiro que chega da Europa ao Rio. As legiões de negros [*légions de noirs*] nus da cabeça aos pés, de rosto freqüentemente tatuado, em farrapos sórdidos e infectos, que encobrem as ruas, os mercados e a orla do mar, tiram sua origem duma multidão de nações ou tribos [*nations ou tribus*] disseminadas pela África intertropical, tendo tipos [*types*] e nomes diversos”.³⁴³

³⁴¹ M. Yvan, *La Chine...*, pp. 62-3.

³⁴² Num de seus artigos, Affonso Taunay classificou este viajante como “obscurantíssimo” e, até hoje, não se sabe a que corresponde a inicial “F.” de seu primeiro nome. (Ver A. Taunay – “Um visitante obscuro e malévolo do Rio de Janeiro em 1850”. *Jornal do Commercio*, 06/02/1944).

³⁴³ F. Dabadie - *A travers l'Amérique du Sud*. Paris, Ferdinand Sartorius, 1858, pp. 39-40.

Este viajante se vale inicialmente de uma intenção informativa, caprichando nos dados estatísticos para justificar, como tantos outros autores anteriores, “o espetáculo singular” causado pela “legião de negros”. Ainda neste excerto, pode-se flagrar um uso impreciso do termo “raça”. Ao se referir à população não negra, a palavra é aplicada para designar uma cor (branca) e uma nacionalidade (brasileira), que são duas categorias distintas entre si. Depreende-se, portanto, que os brasileiros não seriam brancos. Dabadie também emprega “raça” para designar os africanos enquanto uma procedência geográfica mais ampla que se divide, entretanto, numa “multidão de nações ou tribos”.

Das várias gradações de perplexidade até excepcionais manifestações de indiferença, os excertos dos primeiros olhares dos viajantes sobre os negros, antes de tudo, prenunciam a inquietação dos visitantes europeus diante de um universo humano que continuariam tentando apreender durante a curta ou longa estada na cidade, com suas múltiplas lentes, em várias instâncias. Até agora vimos testemunhos que, embora nos permitam depreender associações indiretas entre negros, escravos e africanos, não explicitam esta última condição; ou ainda, traços e manifestações que seriam “inerentes” à procedência africana. Referindo-se às escarificações dos escravos e apontando suas diversas origens, Dabadie serviu para introduzir os assuntos do próximo capítulo, que tratará de expressões daquilo que os viajantes consideravam como intrinsecamente “africano” – desde formas, marcas e expressões corporais, até conceitos mais abstratos, como “índole” ou “caráter” daqueles povos.

III

A ÁFRICA CARIOCA EM LENTES EUROPÉIAS

“Quando um viajante pisa no Rio, sua atenção será naturalmente atraída pela aparência dos negros [*negroes*]. Sua cor, à qual o olho de um europeu não pode se tornar familiarizado por um longo tempo – suas fisionomias selvagens e grosseiras, geralmente tatuados, ou seus membros nus, apenas suficientemente cobertos para atender aos propósitos da decência mínima – sua língua bárbara, e vociferações barulhentas – a selvagem melodia de suas árias nacionais (se o termo pode ser usado), que cantam invariavelmente enquanto trabalham – o ranger das correntes, e as coleiras de ferro usadas por criminosos ou fugitivos nas ruas, - estes e outros emblemas peculiares de barbarismo e miséria, tudo concorre para promover a surpresa, o horror e a repugnância”.³⁴⁴

Gilbert Mathison compôs este quadro típico dos olhares europeus para os negros africanos na Corte imperial em 1821. Aqui encontramos, condensadas, várias das tópicos mais comuns no conjunto desses registros, o susto com a multidão negra e seus “emblemas”: rostos feios, sinais corporais, seminudez, uma língua estranha e incômoda, canções incompreensíveis e, por fim, o acinte dos castigos físicos. Aproximadamente duas décadas após esse testemunho, já haviam sido publicadas no mercado editorial europeu muitas das obras que, ainda para seus contemporâneos,

³⁴⁴ G. Mathison, *Narrative of a visit to Brazil...*, pp. 12-13.

passaram a compor as referências de viagem mais conhecidas e citadas sobre o Rio de Janeiro e o Brasil, incluindo os livros de Debret, Rugendas, Spix e Martius e Auguste de Saint-Hilaire.

Dentre esses nomes, está a produção do historiador francês Jean Ferdinand Denis, que visitou o país várias vezes, exatamente no mesmo período da permanência de Debret na Corte imperial (1816-1831). Membro do Ateneu de Ciências, Letras e Artes de Paris, ele publicou em 1822, em parceria com o pintor Hippolyte Taunay, uma coleção de seis pequenos cadernos intitulada “*Le Brésil ou histoire, moeurs, usages et costumes des habitants de ce Royaume*”. O primeiro deles reúne informações gerais sobre história natural, geografia e costumes dos indígenas; os demais são dedicados a descrições detalhadas de cada província, tendo como testemunhos indiretos os relatos de Aires de Casal, Hans Staden, Spix e Martius e outros. Taunay foi responsável pela maior parte das imagens referentes ao Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, informando também quando a fonte iconográfica vinha de outros autores, como Jean de Léry e John Mawe.

Em 1837, um outro projeto editorial relançou a obra de Denis, agora revista e ampliada, como um dos volumes da coleção “*L'Univers - Histoire e description de tous les peuples*”.³⁴⁵ O convívio prolongado do historiador no Rio de Janeiro permitiu-lhe colecionar inúmeras descrições e valorações a respeito dos negros e suas heranças africanas. Neste caso, o livro de Denis – por seu formato que mescla relato de viagem (no sentido estrito) a um gênero mais ensaístico – é um bom condutor para as discussões que queremos pontuar. Ao tratar da Corte imperial, no item “Diversas raças a que os habitantes pertencem”, o autor introduz o leitor numa descrição gradativa do universo dos negros na cidade:

“O que em primeiro lugar excita a admiração de quem se aparta dos bairros mais particularmente habitados por europeus é o excedente desta população negra (...). Os negros estabelecem entre si diferenças específicas: há os negros que vêm diretamente da África, negros moleques; há os negros nascidos no Brasil, crioulos, únicos que recebem uma denominação reservada em nossas colônias aos brancos nascidos no país. (...)

³⁴⁵ Brésil par M. Ferdinand Denis. Colombie et Guyanes par M. C. Famin. Paris: Firmin Didot Frères, 1837.

Uma das coisas que chocam sempre o estrangeiro quando chega à rua que conduz à alfândega, é esta reunião de negros, pertencentes a tantas raças africanas, e que um primeiro golpe de vista confunde sempre: a sua seminudez, porque apenas usam uns calções de pano de algodão; esses robustos membros que evocam as mais belas formas da estatuária antiga, essas tatuagens bizarras, que servem de pronto para conhecer as diversas nações, este tumulto que quase sempre acompanha a menor operação confiada aos negros, esta espécie de harmonia compassada da voz, que a ela se segue e que deve sempre marcar a marcha quando conduzem algum fardo, tudo isto forma um quadro, a que em breve se torna indiferente, sem dúvida, mas que espanta à primeira vista, como a revelação de um mundo desconhecido, do qual mil nuances há que estudar”.³⁴⁶

Denis constata, a princípio, o susto causado pelo número de negros, mas logo vai além, indicando as divisões entre os africanos e crioulos. Em seguida, alerta para o equívoco de se considerar todos os africanos iguais, como um primeiro olhar poderia supor ao vê-los seminus: ao contrário, os sinais imediatos de distinção entre eles estariam justamente em seus corpos, nas escarificações, que distinguiriam entre si as “diversas nações”, ou as “tantas raças africanas”. Para ele, como para vários outros autores do período, os termos “raça” e “nação” são sinônimos. Finalmente, o francês destaca ainda mais um elemento evidente de africanismo: a marcação vocal que pontuava os trabalhos dos carregadores, conforme vimos no capítulo anterior. Assim, este quadro de impacto inicial em relação aos africanos se faz através do estranhamento visual e auditivo, e do incentivo ao estudo atento das “mil nuances” daquele mundo desconhecido, que deveria sobreviver à natural indiferença subsequente.

Outros viajantes contemporâneos chamaram a atenção para a peculiaridade do Rio de Janeiro como ambiente propício à observação dos africanos. Ao continuar as ressalvas sobre a grande quantidade de páginas dedicadas aos negros em sua obra, agora se referindo às imagens, Rugendas afirma:

³⁴⁶ Ferdinand Denis – Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1980, pp. 124-5.

“(...) se alguém julgar que em semelhante viagem dois cadernos de figuras de pretos são demais, queira considerar que o único lugar da Terra em que é possível fazer semelhante escolha de fisionomias características, entre as diferentes tribos de negros, é talvez o Brasil, principalmente o Rio de Janeiro; é em todo caso, o lugar mais favorável a essas observações. Com efeito, o destino singular dessas raças de homens traz aqui, num mesmo mercado, membros de quase todas as tribos da África. Num só golpe de vista pode o artista conseguir resultados que, na África, só atingiria através de longas e perigosas viagens a todas as regiões dessa parte do mundo”.³⁴⁷

A tônica de que o Rio era uma vitrine bastante adequada para se notar a diversidade africana em suas “raças”, “tribos” ou “nações” foi expressa em várias ocasiões e sentidos neste conjunto de literatura de viagens oitocentistas. Quatro anos depois do lançamento do livro do pintor, o professor de geografia e história francês Ramière d’Elvas menciona-o para respaldar seu argumento:

“O Sr. Rugendas fez observar com muita razão que o Brasil é, de todas as partes do mundo, aquela onde se podem fazer mais facilmente observações sobre as diferentes raças de negros. No Rio de Janeiro sobretudo, o observador pode obter de um só golpe de vista resultados que em África mesmo ele não alcançaria a não ser fazendo longas e perigosas viagens em todos os países dessa parte do mundo. Esta observação plena de verdade merece toda a atenção do fisiologista, e tentaríamos desenvolvê-la se os limites desta pequena obra nos permitisse; mas (...) não podemos mais que indicar algumas fontes”.³⁴⁸

³⁴⁷ Johann Moritz Rugendas – Viagem Pitoresca através do Brasil. São Paulo: Livraria Martins, 1940, p. 70.

³⁴⁸ Ramière d’Elvas - Beautés et merveilles de la nature au Brésil ou description pittoresque des productions, curiosités et phénomènes de cette contrée, des mœurs et coutumes de ses habitans. Paris: Pierre Maumus, 1839, parte I, p. 85. Trata-se de uma edição de bolso para estudantes, uma espécie de manual geográfico e histórico sobre o Brasil. A edição pertence à “Librairie Infantine et Juvénile”. É uma coletânea de informações extraídas de outros viajantes, principalmente os que estiveram no Brasil entre anos de 1815 e 1830: Koster, Henderson, Walsh, Luccock, Eschwege, Freycinet, Spix e Martius e Saint-Hilaire (o mais citado). Há uma hipótese de que Elvas seria apenas um pseudônimo de Ferdinand Denis, mas ao menos durante a pesquisa para esta tese não foi possível comprová-la por meio de qualquer indício.

Para Rugendas, os negros do Rio correspondiam a um terreno fértil para os artistas; Elvas já opinava que seriam os fisiologistas os que mais poderiam tirar proveito daquele universo humano. O tenente Carl Skogman, anos mais tarde, apontou ainda outra área que o tema atrairia:

“Para aquele que se interessa pelos estudos etnográficos, os numerosos escravos ofereceriam sem dúvida um vasto campo de observações, ainda que fosse necessária uma permanência prolongada para poder chegar a resultados de algum valor”.³⁴⁹

Embora tenha utilizado a categoria “escravos” para designar os negros, a seqüência deste texto indica claramente que o viajante sueco referia-se aos africanos, ao mencionar as nações de procedência e as tatuagens que marcavam seus corpos.³⁵⁰ Esta justaposição de significados entre os termos “escravo”, “negro” e “africano” é facilmente flagrada nos escritos dos viajantes da época, sobretudo entre as décadas de 1810 e 1840. O príncipe Maximilian, em seu quadro racial do Brasil, evidencia esta idéia. Nomeia como “negros” (e transcreve a palavra em língua portuguesa) os “negros africanos puros [*the pure African Negroes*]³⁵¹, também chamados *mullecos*”.³⁵² Ferdinand Denis também sugere este jogo de sentidos. Insistindo em seu propósito investigativo sobre as distinções entre os africanos, prossegue seu relato escolhendo a Rua da Alfândega como um cenário no qual se desenrolavam espetáculos e relações notáveis:

“Nada mais animado, mais variado que a Rua da Alfândega: aqui, são pretas levando a cesta cheia de frutos, que acabam de colher nas quintas de seus senhores e vão colocar no mercado; outras, como antigas canéforas, balançam uma urna sobre suas cabeças; mais longe vê-se uma negra crioula ricamente ornada com sua camisa guarnecida de renda, e com longos cordões de ouro. Esta vai cumprir algum mandado; e se a nudez de seus pés

³⁴⁹ C. Skogman, *Viaje de la Fragata Sueca...*, p. 22.

³⁵⁰ Ver C. Skogman, *Viaje de la Fragata Sueca...*, p. 23.

³⁵¹ Segundo a tradução do alemão contida na edição inglesa da qual me utilizei aqui.

³⁵² *Travels in Brazil...*, p. 09.

atesta a escravidão, a indolência de seu caminhar prova quanto ela se julga superior às suas companheiras, que a olham com inveja.

Mas, nesta hierarquia da escravidão, se se fica surpreso com o que a riqueza dos trajes estabelece, ou somente a opulência do senhor, uma coisa choca ainda mais: são as velhas lembranças da África que sobrevivem ao cativo. Este negro, que se vê à parte, é muitas vezes um chefe, ao qual se respeita, e que reencontra sempre o seu poder quando alguns vão consultá-lo. Este músico solitário, que escuta com tanta atenção os sons melancólicos do seu banzo ou de seu balafo, é algum bardo semi-selvagem, que não ignora o seu poder, e basta-lhe uma ária mais rápida ou um canto mais apaixonado, para ver acudir a seu redor os que domina por seu entusiasmo, e que reconhecem como inspirado. Aqui se vê o negro de Moçambique que despreza o negro do Congo; acolá, o habitante da Mina zomba do Coromantim. Assim, nesta população, tão uniforme em aparência, no meio destes homens que a escravidão parece ter nivelado, há transmissão do poder guerreiro, é reconhecida a supremacia da inteligência, presencia-se a luta das nações; é, não duvidemos, o que imprime uma feição tão singular a esta população escrava, cujos costumes são muito pouco estudados”.³⁵³

Nesta cena, as escravas são designadas por “pretas”, provavelmente como sinônimo de africanas, pois o autor estabelece uma oposição entre elas e a negra que especifica como “crioula” e, neste caso, a “hierarquia da escravidão” a que se refere não se traduz somente na riqueza dos trajes, mas também na rivalidade de origem, pela qual os escravos crioulos se julgariam superiores aos africanos. Denis prossegue seu reconhecimento dos africanismos espantando-se com o poder de liderança de um músico africano e registrando disputas entre as nações. Assim, o autor traduz como formas de organização social civilizadas (“transmissão do poder guerreiro”, consideração da “supremacia da inteligência”, e existência da “luta das nações”) as manifestações de negros que, supostamente, a escravidão poderia ter “nivelado” – aqui, no sentido de desagregar ou destituir de particularidades. Em outras palavras, o

³⁵³ F. Denis, Brasil..., p. 126.

historiador francês defendia a idéia de que a escravidão não foi, de maneira alguma, um elemento desintegrador das identidades africanas. Ao contrário, acreditava que o exercício destas identidades era justamente a mola-mestra de suas condutas sociais, ou a principal característica daquela população escrava. Por isso, insistia sempre no caráter capcioso de um olhar externo que enxergasse uniformidade entre os negros:

“Nós o repetimos: essa população negra, composta no Rio de Janeiro de tantas tribos diferentes, é exatamente o que imprime na massa em geral seu traço de originalidade. Essas librés tão extraordinárias e algumas vezes tão ricas, que trazem os pretos domésticos, esses toucados singulares, que distinguem as tribos entre si, assim como as várias tatuagens, esses costumes locais, que a escravidão não faz senão modificar e que lembram sempre a África no meio da civilização européia, todos esses contrastes de costumes, de trajes, de graus de civilização, dão à população negra daquelas regiões um caráter que persistirá largo tempo ainda, e que só se extinguirá quando as últimas disposições, que anulem comércio de escravatura, tiverem recebido toda sua execução”.³⁵⁴

A avaliação de Denis sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX tem, portanto, a diversidade africana como elemento central, reafirmada tanto por meio de sinais corporais (penteados e tatuagens), vestimentas e hábitos, até a reprodução (ou recriação) de instituições e códigos sociais. Embora, às vezes, seu texto se refira à África como “lembrança”, o tom de seus argumentos nos permite conclusões mais profundas a respeito dos significados que imprimiu às expressões que observou e descreveu. Não eram simples reminiscências, mas efetivamente formas de organização no cativeiro. A esse respeito, há ainda outra idéia veiculada pelos viajantes e, como se sabe, comungada por várias instâncias dos poderes senhoriais: a associação das identidades africanas à maior ou menor capacidade de insurgências entre os negros (escravos e livres). Fazendo uma breve escala na cidade do Rio de Janeiro em 1816, um comissário da embaixada inglesa na China notou:

³⁵⁴ F. Denis, Brasil..., p. 156-7.

“O perigo de insurreição, que deve ser apreendido da grande proporção existente entre os escravos e o resto da população, é em alguma medida neutralizado por pertencerem a nações da África diferentes entre si na língua e nos costumes, não possuindo nenhum ponto de similitude ou união, salvo sua condição como escravos. Na Bahia, a capital anterior do Brasil, onde os escravos são geralmente de uma nação, insurreições são freqüentes”.³⁵⁵

Henry Ellis leva ao limite o efeito desagregador das diferenças culturais existentes entre os povos africanos, não cogitando nenhuma hipótese de que pudessem ser minimizadas ou modificadas pelas vivências da escravidão. Para confirmar seu argumento, cita o caso da Bahia, onde uma procedência africana uniforme teria propiciado maiores chances de rebeliões. Na década de 1830, em formato mais carregado e prolixo, as palavras do oficial francês Cyrille Laplace reforçaram esta visão:

“Pernambuco e Bahia já teriam, provavelmente, se livrado do jugo de um governo tão desprovido de meios de se fazer obedecer, e cujas finanças estão no grau máximo de desordem, se não temessem tanto uma perturbação da ordem. [Estas províncias] correm, com efeito, um perigo bem mais iminente do que a capital, onde os brancos e mulatos não têm a conter mais do que uma pequena quantidade de negros – malvados, é verdade, inclinados ao homicídio e à pilhagem, mas tirados de diferentes países da África e, por conseguinte, incapazes de algum acordo (...)”.³⁵⁶

E, continuando a se referir aos povos africanos unidos pela origem:

³⁵⁵ Henry Ellis - *Journal of the proceedings of the late embassy to China; comprising a correct narrative of the public transactions of the embassy, of the voyage to and from China, and of the journey from the mouth of the Pei-Ho to the return to Canton*. Londres: John Murray, 1817, p. 12.

³⁵⁶ Cyrille Pierre Théodore Laplace - *Voyage autour du monde par les mers de l'Inde et de Chine exécuté sur la corvette de l'État La Favorite pendant les années 1830, 1831 et 1832*. Paris: Imprimerie Royale, 1833, vol. 4, pp. 129-130.

Eles formam uma raça negra [*race noire*] numerosa, homogênea, determinada, inteligente e temível sobretudo pela perfeita união de seus membros que, livres ou escravos, obedecem cegamente aos mais opulentos de sua casta. Esta união, cimentada pelas relações naturais que estabelecem entre os negros uma mesma origem, uma mesma linguagem e religião, é tanto mais perigosa para os outros habitantes porque estes negros se aliam somente entre si e suas mulheres não se entregam aos europeus senão a muito custo (...). Concebe-se facilmente, a partir disso, que o menor abalo político pode fazer tombar o poder nas mãos desta população negra que, fortemente disposta a tomá-lo, produziria sem dúvida, na Bahia e em Pernambuco, a mais pavorosa anarquia”.³⁵⁷

O vaticínio de Laplace se concretizou no mesmo ano da publicação de seu livro de viagem, com a revolta na freguesia de Carrancas em Minas Gerais e, em 1835, com o levante dos Malês em Salvador. Mas, apesar de fazer coro com Ellis ao estimar os perigos políticos advindos da união entre negros que compartilhavam uma determinada cultura, este autor contraria todos os dados demográficos e relatos de viajantes que testemunham a grande afluência de africanos da cidade do Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX. Em seguida, uniformiza o caráter dos africanos ao apontá-los com tendências para crimes, mas logo ressalta o fator de desunião que os impediria de agir. Os negros da Bahia e Pernambuco, ao contrário, teriam condições bem favoráveis para se entenderem e se rebelarem: uma procedência geográfica africana comum, a língua e a religião.

Comparar o conjunto dos registros das particularidades dos escravos africanos e de suas diferenças internas produzidos por viajantes é tarefa nada fácil, pois, muitas vezes, as impressões mesclam uma gama de crivos que, ao mesmo tempo recorrentes entre os autores, sofrem deslocamentos de sentidos e assumem diferentes hierarquias no interior de cada texto. Alguns padrões, entretanto, são mais seguramente observáveis, e vimos até aqui amostras disso: descrições e valorações acerca das formas dos corpos

³⁵⁷ C. Laplace, Voyage autour du monde..., p. 131.

suas marcas, vestimentas e adereços; a linguagem, danças e canções incompreensíveis e, por fim, traços de índole ou caráter.

A maioria desses discursos é informada por um repertório conceitual germinado e cristalizado ao longo das últimas décadas do século XVIII, de que trata o primeiro capítulo desta tese. Em poucas palavras, aquelas produções, formuladas em searas das ciências naturais e das teorias estéticas, compreendiam a África como um continente determinante de uma gama de características humanas físicas e comportamentais. Alguns desses atributos eram tidos como inerentes a qualquer negro, mesmo não nascido na África, mas que carregava em seu corpo e mente as heranças indeléveis de sua ascendência. Justamente por isso, a freqüente fluidez encontrada, nos livros de viagem, entre os termos “negro” e “africano”. A seguir, investigaremos como os viajantes se apropriaram de tal repertório.

1. Corpos, sinais e expressões

Ferdinand Denis, ao descrever os membros corporais dos escravos africanos, comparou-os às “mais belas formas da estatuária antiga”,³⁵⁸ e as negras vendedoras de frutas seriam para ele “como antigas canéforas”.³⁵⁹ A recorrência dos viajantes a modelos estéticos greco-latinos para qualificar os corpos africanos é respaldada por um interesse surgido mais fortemente ainda no século XVIII, nas academias de belas-artes européias, pela representação plástica dos negros. A esse respeito, é sintomático um artigo de Joshua Reynolds, publicado num jornal londrino em 1759:

“É o costume somente que determina nossa preferência pela cor dos europeus em detrimento da dos etíopes; e eles, pela mesma razão, preferem sua própria cor à nossa (...).

Suponho que ninguém duvidará se um de seus pintores fosse pintar a deusa da beleza e a representasse negra [*black*], com lábios grossos, nariz achatado e cabelos de lã; e parece-me que ele agiria de forma nada

³⁵⁸ F. Denis, Brasil..., p. 125.

³⁵⁹ F. Denis, Brasil..., p. 126.

natural se assim não o fizesse (...). Nós, de fato, dizemos que a forma e a cor do europeu são preferíveis às do etíope, mas não conheço razão para isso a não o fato de que estamos acostumados a elas. É um absurdo dizer que a beleza tem poderes atrativos que irresistivelmente tomam a mente de amor e admiração, pois este argumento é igualmente conclusivo em favor do filósofo branco como do negro.

As nações negras e brancas devem, com relação à beleza, serem consideradas como diferentes tipos [*kinds*], ao menos uma espécie diferente do mesmo tipo [*a different species of the same kind*], de cada uma das quais, como observei, nenhuma inferência pode ser esboçada”.³⁶⁰

Com estas palavras, Reynolds dava uma resposta crítica às teorias de Edmund Burke sobre as noções de belo e sublime, segundo as quais a negrura induziria ao terror a mente de seu observador, por motivos de ordem fisiológica. O relativismo estético do pintor inglês destoava da maioria das opiniões eruditas coevas e posteriores, é verdade. De qualquer modo, o empenho em exercitar o olhar para os modelos negros já estava consolidado no início do século XIX. Segundo Hugh Honour, “estes homens bem talhados representavam para os artistas ‘belos espécimes’ viris nos quais o vigor e a flexibilidade compensavam vantajosamente sua pretensa falta de inteligência ou afetividade”. Um bom exemplo desta tendência manifesta-se na charge do irlandês John Boyne, de 1807: “Uma Assembléia de *Connoisseurs*” (fig. 63), na qual um grupo de acadêmicos reunidos num ateliê miram perscrutadores um homem negro nu que lhes serve de modelo.

Honour evidencia a oposição conceitual européia criada entre o belo corpo dos negros e seus defeitos não físicos.³⁶¹ Os viajantes também apontam esse contraste e

³⁶⁰ Joshua Reynolds, *apud*: Hugh Honour – The image of the Black in Western art. From the American Revolution to World War I. Houston: Menil Foundation, 1989, vol. IV, p. 10.

³⁶¹ H. Honour, The image of the Black..., vol. IV, p. 23. Fugindo totalmente desta oposição, lembramos os belos retratos a óleo feitos por Anne-Louis Girodet (“Portrait du Citoyen Belley”, de 1797) e Marie-Guillemine Benoist (“Portrait d’une négresse”, de 1800), ambos produzidos no contexto político francês pós-São Domingo e antes da restauração da escravidão nas colônias, em 1802. Os quadros representam indivíduos altivos e livres de qualquer símbolo de servidão ou depreciação, como plenos cidadãos. Para uma análise detida dessas obras e seus possíveis significados ver, respectivamente: Darcy Grimaldo Grigsby – *Extremities: painting Empire in post-revolutionary France*. New Haven e Londres: Yale University Press, 2002, pp. 12-63; e H. Honour, The image of the Black..., pp. 07-11.

mais outros: entre os corpos e os rostos, ou entre corpos e cor da pele. Começamos pelas impressões dos aventureiros Johanes Gottfried Theodor von Leithold e Friedrich Ludwig Rango, de 1819, dos quais se sabe apenas que vieram ao Brasil na tentativa de se estabelecerem como fazendeiros, mas logo retornaram à Europa:³⁶²

“Os escravos negros, que no Rio de Janeiro chamam de moleques, vêm de Angola (...). São muito pretos de cor – ambos os sexos – e de traços tão feios que parecem caricaturas. Em compensação, suas proporções físicas são bem regulares, tanto no sexo masculino quanto no feminino”.³⁶³

Mais de duas décadas depois, o príncipe Adalbert Ferdinand da Prússia fez a mesma ponderação: “As figuras dos negros são freqüentemente bonitas, e em geral fortemente constituídas; seus rostos, ao contrário, são quase sempre horrendos, especialmente os das mulheres”.³⁶⁴ Em 1820, James Henderson já mostrava este tipo de comentário, ainda mais enfático, mas sem mencionar os traços faciais:

“Muitos dos negros escravos são notadamente bem formados, particularmente alguns dos que trabalham na alfândega, e exibem muita força muscular em toda sua estrutura, combinada com tal simetria de formas que o alinhamento e os músculos entumescidos de seus corpos nos lembraram-me alguns belos modelos antigos”.³⁶⁵

De fato, os carregadores de fardos mais pesados constituem a tópica mais citada quando os viajantes fazem referências à força muscular e ao corpo bem moldado dos africanos, quase sempre os comparando a personagens e metáforas greco-latinas ou neoclássicas. Jean-Baptiste Debret registrou essa associação em letras e imagem (fig. 64), mas tomando como exemplo um fabricante e vendedor de cestos:

“Seu costume constitui-se, em geral, de um amplo calção, apertado na cintura por uma cinta de sarja de lã, e de uma camisa, enrolada

³⁶² Ver verbete “Leithold” em Mário Ribeiro Martins – “Dicionário bibliográfico regional do Brasil”, disponível em <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.phtml?cod=2247&cat=Ensaios>

³⁶³ O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1966, p. 33.

³⁶⁴ Travels of his royal highness Prince Adalbert of Prussia, in the south of Europe and in Brazil, with a voyage up the Amazon and the Xingu. Londres: David Bogue, 1849, vol. 1, p. 292.

³⁶⁵ J. Henderson, A History of Brazil..., pp. 73-4.

em volta do corpo e amarrada por detrás de modo a deixar pendentes as mangas. O gorro, que substitui o boné de lã, é realmente escocês: restos de uniformes militares de um destacamento de tropas escocesas contratado para o serviço do Imperador e licenciado pouco depois.

A guirlanda de folhas leves, que se poderia tomar por um enfeite selvagem inútil, tem no entanto a dupla vantagem de resguardar do sol parte do peito e de provocar certo frescor ao sopro do vento. Pelo bracelete observa-se a mania desses homens robustos, que se comprazem em comprimir os músculos perto das articulações.

O bastão, verdadeiro augural egípcio, revela pela cabeça do animal ingenuamente [*naïvment*] esculpida, em que se aproveitou um galho engenhosamente talhado e descascado a fim de imitar a brancura de um corpo estrangeiro, esse caráter de um modo marcante.

O artista e o antiquário reconhecerão no conjunto deste ingênuo [*naïf*] carregador de cestos o tipo imperecível das esculturas gregas e egípcias”.³⁶⁶

Este trecho revela mais uma amostra da opacidade do olhar etnocêntrico de Debret. Nada em sua descrição reconhece qualquer signo africano na figura do negro, salvo referências à cultura material egípcia. Mas neste caso, é possível que o pintor estivesse se valendo de uma tese de Johann Winckelmann, segundo a qual a arte egípcia era caracterizada por bizarrices, destituída da preocupação em construir expressões do belo. Para o historiador da arte alemão, o progresso egípcio foi impedido por uma mentalidade rigidamente atada a suas leis e costumes religiosos e civis. Tal sociedade, assim configurada, teria prejudicado os artistas, desvalorizando-os e abandonando-os à pobreza, fracassados em suas tentativas de expressar as idéias de belo e sublime. Neste sentido, estaria situada, pelas teorias winckelmannianas, no estágio civilizacional da necessidade, que antecedia o da beleza. Além disso, os egípcios teriam sido menos favorecidos pela natureza do que os gregos e etruscos, não constituindo, pois, um povo tão bonito quanto os dois últimos. Por fim, sua mórbida fixação pela vida após a morte

³⁶⁶ J.B. Debret, Viagem Pitoresca e Histórica..., vol. 2, pp. 80-1.

teria sufocado qualquer aptidão para alegrias e prazeres, tornando-os sombrios e melancólicos. Os egípcios e os gregos corresponderiam então, respectivamente, aos pólos positivo e negativo daquilo que Winckelmann considerava como produção artística no mundo antigo.³⁶⁷ Quando Debret sugere uma analogia entre o vendedor de cestos e as esculturas gregas e egípcias parece reunir esta dicotomia numa mesma figura. O corpo do negro, robusto e musculoso, estaria inscrito na tradição clássica; mas seu bastão, talhado toscamente, evocando algum animal auspicioso, lembraria a arte egípcia antiga.

Já Ernst Ebel, contemporâneo tanto de Henderson quanto de Debret no Rio de Janeiro, dedicou-se a discernir as belezas africanas pelo critério do gênero:

“Na maioria, os homens são bem proporcionados e muitos vi que poderiam servir, sem dúvida, de modelo para um Antínoo; há mesmo os cujos corpos, marrom-escuro, posta de lado minha natural preferência pela cor branca, merecem ser considerados verdadeiramente belos”.³⁶⁸

Percebe-se que o viajante letão discordava das qualidades da pele negra defendidas por Joshua Reynolds. Com relação às mulheres, foi menos generoso ainda:

“As mulheres são no geral feias e mesmo de corpo deixam a desejar, tendo forte tendência para a gordura, mas seus braços são comumente bonitos, os pés e as mãos pequenos, finos até, apesar de não se calçarem. Muitas são tatuadas ou marcadas no rosto com luas, estrelas e mais sinais característicos. A outras faltam os dentes incisivos de cima ou limam-nos em ponta, processos esses de embelezamento africano que as tornam francamente horrendas aos olhos de um europeu”.³⁶⁹

Para Ebel, portanto, havia várias ressalvas em relação aos padrões de beleza observáveis entre os africanos. Em primeiro lugar, a pele negra era peremptoriamente um valor negativo, e as mulheres raramente ofereciam às vistas dos estrangeiros as formas clássicas encontradas nos homens, portando, além disso, marcas faciais que

³⁶⁷ Ver D. Bindman, *Ape to Apollo...*, pp. 85-6.

³⁶⁸ E. Ebel, *O Rio de Janeiro...*, p. 45.

³⁶⁹ E. Ebel, *O Rio de Janeiro...*, p. 46.

umentavam sua feiúra. Confirmando suas conclusões por meio da exceção, ele ainda registrou:

“Em casa de Herr Theremin vi pela primeira vez uma negra bonita, que, abstração feita da cor, poderia servir de modelo para uma Vênus, tão perfeita era de formas, como no porte e mesmo nos traços fisionômicos. Todavia, no caráter não difere vantajosamente de suas conterrâneas, por melhor tratada que seja pelo seu senhor”.³⁷⁰

Mas este viajante não foi o único a evocar a imagem da deusa romana da beleza. Georg Freireyss, discordando da avaliação de um terceiro a esse respeito, pondera:

“Os negros se distinguem de ordinário por grande beleza de formas, o que às vezes também acontece com as negras. O Sr. Langsdorff, porém, segundo a minha opinião, excede-se quando acredita ser mais fácil encontrar entre as negras a Vênus de Médici e teria certamente de perder muito tempo, mesmo se ele a procurasse sem a cabeça da Vênus e da cor inimitável da mulher européia”.³⁷¹

O naturalista alemão refreia, pois, o entusiasmo de Langsdorff com relação aos belos corpos femininos, mesmo reconhecendo suas qualidades. Além disso, reitera o valor negativo da pele negra e dos traços fisionômicos africanos e continua, no mesmo propósito depreciativo:

“As negras têm geralmente peitos flácidos e pendentos e somente as moças muito novas os têm de uma forma que satisfaz nossas idéias de beleza, e não é ao clima que se pode atribuir isso, mas sim ao vestuário solto que raras vezes se compõe de mais de uma camisa e uma saia. Nunca vi um só caso, como contam os viajantes, de que as mães amamentassem os filhos que traziam nas costas com o peito jogado por cima do ombro: porém muitas

³⁷⁰ E. Ebel, *O Rio de Janeiro...*, pp. 125-6.

³⁷¹ Georg Wilhelm Freireyss – *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1982, p. 126.

vezes vi que, mesmo durante o trabalho, a criança se enfiava por baixo do braço da mãe para mamar”.³⁷²

Embora este autor afirme não ter presenciado aquela peculiar maneira de amamentar, todos os registros a esse respeito associam a prática, e outras semelhantes, a um costume marcadamente africano. Numa gravura contida no livro de Eugène Delessert, intitulada “Negras escravas” (fig. 65), vê-se novamente a linguagem do registro de costumes. E o recurso de apresentar um mesmo modelo de frente e de costas, com a intenção de demonstrar de que modo as mulheres carregavam e alimentavam seus bebês, comporta uma descrição etnográfica. Na legenda, o autor se remeteu apenas à cor da pele e ao estatuto social da mulher representada; entretanto, todos os outros detalhes contidos nesta imagem são africanismos: os seios nus, o longo colar de contas e o turbante. A propósito, a prática feminina de levar crianças às costas foi classificada por Debret, genericamente, como “à moda africana”, quando descrevia a imagem de uma escrava vendedora de legumes, que figurava ao fundo de uma gravura (fig. 66). Uma aquarela de Guillobel, embora sem legenda, também é exemplar a esse respeito (fig. 67): a negra tem tórax semidesnudo, ao qual é entrelaçado o pano que sustenta a criança em suas costas, e o cachimbo – tudo nesta mulher marca sua origem africana. Na enciclopédia africana de Jacques Grasset de Saint-Sauveur, há indícios suficientes do costume que as mães africanas, de várias regiões, continuaram a exibir no cativeiro. Além da “Escrava de Ajudá” (fig. 20), também as mulheres de Issinie e Gorée (figs. 68 e 69) trazem crianças atadas aos dorsos.

Finalmente, complementando de certa forma o testemunho de Freireyss, o soldado alemão Eduard Bosche avalia:

“Entre as negras filhas de Eva encontram-se no seu gênero verdadeiras belezas.

Destacam-se muitas pela estatura elegante, harmonia e plenitude das formas. Têm a maior parte uma graça natural e uma majestade inata. Seu andar e seu porte permanecem soberbos e imponentes, mesmo quando carregam fardos pesados, os quais levam sobre a cabeça.

³⁷² G. Freireyss, Viagem ao interior do Brasil..., p. 126.

Quando se tornam mães desaparecem logo tais atrativos. Os seios intumescidos, fortes e rijos tornam-se moles, murchos, caindo até o umbigo. Acontece freqüentemente que amamentam atirando as tetas por cima do ombro, pois levam as crianças às costas, ou presas ao quadril”.³⁷³

Robert Walsh, por sua vez, traz outros elementos para nossas ponderações plásticas. Visitando o Rio de Janeiro entre 1828 e 1829, confessa seu espanto:

“A diferença de casta é muito fortemente marcada pela cor de suas peles, e ainda mais na expressão de suas fisionomias, num grau do qual eu não fazia idéia. Antes de vir ao Brasil, eu não podia distinguir um negro do outro mais do que um carneiro num rebanho; mas neste país acudiu-me que a variedade da face humana era ainda mais fortemente marcada na cor negra do que na branca: a gradação da última ia somente do bonito [*handsome*] ao feio [*ugly*]; mas na primeira, ia do bonito ao medonho [*hideous*]; e acho que encontrei entre estes rostos escuros alguns dos mais atraentes e dos mais revoltantes aspectos naturais. (...).

A superioridade da população de cor é não só maior em número mas em força física. Alguns negros e mulatos são as pessoas mais vigorosas e atléticas que se pode contemplar, e que poderiam ser modelos para um Hércules de Farnese. Sua estrutura muscular natural é enrijecida e aprimorada pelo exercício; e quando as fibras são dilatadas por alguma ação laboriosa, exibem uma magnífica figura de força e atividade”.³⁷⁴

Descobrimo a existência de nítidas diferenças físicas entre os negros por meio dos critérios de cor da pele e fisionomias, o pastor irlandês constrói dois leques de gradações de belezas faciais: entre os brancos, os rostos variavam apenas de “bonitos” a “feios”; já entre os negros, este espectro aumentava num dos pólos, apresentando

³⁷³ Eduard Theodor Bosche - Quadros alternados de viagens terrestres e marítimas, aventuras, acontecimentos políticos, descrições de usos e costumes de povos durante uma viagem ao Brasil, de 1824 a 1834. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919, p. 229.

³⁷⁴ Robert Walsh - Notices of Brazil in 1828 and 1829. Londres: F. Westley and A. Davis, 1830, vol. 1, pp. 130-1.

exemplos que poderiam chegar ao “medonho”. Apesar disso, ele também não consegue fugir do padrão que associava aqueles corpos a um ideal estético clássico.

Assim, já podemos vislumbrar mais concretamente quais os juízos mais comuns, entre os viajantes, a respeito da beleza dos africanos. Em consonância com um contexto intelectual e artístico europeu solidificado em fins do século XVIII, a cor escura era considerada desprovida de beleza, assim como traços e sinais faciais que fugissem dos padrões então delineados. Por outro lado, foi-se reiterando que o lugar da beleza negra residia essencialmente nas formas corporais, por se encaixarem em modelos valorizados que evocavam conceitos apolíneos de proporções e desenvolvimento dos membros. No conjunto desta literatura de viagem, é raro encontrarmos uma descrição como a de Carl Schlichthorst, tenente de granadeiros alemães do Exército Imperial de Pedro I:

“Os pretos são todos geralmente de estatura mediana e as mulheres um pouco menores que os homens (...). Os braços e as pernas são bem fornidos de carne, como os das classes trabalhadoras da Europa. A nuca é excessivamente forte, talvez devido a carregarem todos os pesos à cabeça. A coluna vertebral se afunda na carnadura. Os ombros e as costelas arqueiam-se salientes. Isto e peitos de construção mais feminina são características da raça, havendo alguns inteiramente imberbes. (...)

Em verdade, os negros, como os carneiros, não têm fisionomias próprias, a diferença de feições é tão pequena entre eles que isso só não basta para distingui-los uns dos outros. Parece que é fácil confundi-los. Entretanto, suas raças apresentam traços característicos fisionômicos os mais diversos”.³⁷⁵

Novamente, temos outro exemplo de um uso elástico do conceito de raça, que serve tanto para designar os pretos em geral como subdivisões entre eles, geradas por traços fisionômicos. O militar de nome impronunciável, excepcionalmente, não faz nenhuma menção a formas greco-latinas. Embora seu registro seja construído por

³⁷⁵ O Rio de Janeiro como é: 1824-1826 (huma vez e nunca mais). Contribuições dum diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil. Rio de Janeiro: Getúlio Costa, 1946, pp. 138-9.

critérios essencialmente anatômicos, a comparação se dá com os trabalhadores europeus, sem maiores especificações. E, assim como Walsh, o viajante exemplifica a aparente uniformidade dos rostos negros lembrando o caso dos carneiros.

Um outro tenente, o sueco Carl Skogman, que visitou o Rio de Janeiro em 1851, acrescentou dados de outra natureza ao observar a diversidade africana:

“As distintas classes de negros se diferenciam em parte por seu físico e em parte pelos adornos, característico para cada grupo. Alguns, por exemplo, estão tatuados; outros têm seus rostos sulcados por cicatrizes que em alguns casos correm de uma bochecha à outra, e em outros as sulcam de cima para baixo. Outros, enfim, ostentam uma fila de verrugas provocadas artificialmente que vão deste o nascimento do cabelo até a extremidade do nariz. Inútil destacar que estas cicatrizes e demais ‘adornos’ em nada contribuem para melhorar as fisionomias, já por si tão pouco agraciadas. A maior parte dos negros que se vêem no Rio são de estatura mediana, e somente como exceção se vê um ou outro exemplar fornido e bem desenvolvido. O mesmo ocorre com as negras, ainda que não por isso deixem de se fazer atraentes a muitos olhos”.³⁷⁶

Temos a partir deste fragmento, então, outros fatores a considerar além dos corpos em si. Embora termine seu comentário relativizando a feiúra dos homens e mulheres africanos, Skogman impressiona-se com o mau aspecto causado pelo uso de escarificações e tatuagens em rostos que eram, de resto, naturalmente “pouco agraciados”. Assim, junto à cor da pele e dos traços fisionômicos, as marcas das culturas africanas também contribuiriam para compor um juízo desabonador acerca de suas belezas. Sobre esses sinais, foi Freireyss quem se preocupou em ensaiar uma explicação mais detida, ainda em 1815. Começa por mencionar as marcas a ferro do tráfico, que serviriam para “rebaixar ainda mais a humanidade” dos escravos para, em seguida, discorrer sobre as tatuagens de forma genérica, afirmando ser este um “costume que se acha introduzido em todos os povos da Terra”. Segundo o naturalista, o hábito de marcar os corpos teria surgido entre o “selvagem do estado primitivo” como

³⁷⁶ C. Skogman, *Viaje de la Fragata Sueca...*, pp.22-3.

meio de preservar a memória de feitos excepcionais de bravura, devido ao grande valor dados aos ferimentos de guerra:

“Começaram a ter idéias especiais a respeito da forma das cicatrizes, em conformidade com o sentimento de beleza de cada um. Alguns alcançaram a maior perfeição em produzir tais cicatrizes pela tatuagem e fizeram disso uma espécie de ofício pago. Quando mais tarde as nações, que antes viviam da caça e da guerra, se tornavam em agricultores, continuou-se uma espécie de ornamentação do corpo, como um sinal de distinção. Essa idéia de distinção prevalecia tanto mais quanto o aumento da civilização e o cuidado pela propriedade, ameaçada pela guerra com os vizinhos, faziam a bravura ser ainda mais apreciada. Neste ponto acham-se ainda milhões de homens e entre eles também os negros de Angola, Cabinda, Benguela, etc. As idéias desta gente a respeito da riqueza não estão, porém, inteiramente de acordo com as nossas e acham-se, de ordinário, unidas às idéias de valentia e de bravura. Não é, por isso, talvez sem razão que se afirma serem preferíveis os negros tatuados e afiançaram-me que quanto mais a pele de um negro for tatuada, tanto mais alta tinha sido sua posição, e isto mesmo entre os outros negros tatuados, sendo provavelmente um chefe ou filho de chefe de tribo que tinha sido capturado, com outros, e vendido aos portugueses”.³⁷⁷

Pelo raciocínio de Freireyss, as tatuagens e escarificações não somente seriam úteis para distinguir os membros advindos de cada nação africana, mas também para denotar hierarquias sociais internas e, neste caso, perante os olhares senhoriais, a existência e a quantidade destas marcas em corpos africanos poderiam indicar um bom negócio, a aquisição de homens valorosos.

Uma passagem de Jean-Baptiste Debret, após afirmar que “os escravos importam tatuagens variadas, que distinguem as diferentes nações”, descreve seus usos pelas negras ambulantes:

“A tatuagem é praticada de diversas maneiras, por incisões de inúmeras formas, gravuras pontilhadas ou simplesmente linhas coloridas. No

³⁷⁷ G. Freireyss, Viagem ao interior do Brasil..., pp. 124-6.

Rio de Janeiro é esta a maneira mais comum e pode ser observada diariamente nas negras, a isso levadas pela saudade da pátria. Assim, de manhã, por exemplo, quando essas vendedoras se reúnem na praça de legumes, basta que uma das mais alegres entoe uma canção africana, balançando-se com gestos específicos, para que todas, subitamente eletrizadas e frenéticas, no auge do entusiasmo e procurando sobrepujarem-se umas às outras, lancem mão de tudo o que encontram para se tatuar, desde o simples barro até a cal. Mas a máscara grotesca que conservam o mais das vezes acaba eletrizando também os machos, do que elas se aproveitam se aproveitam para conseguir o oferecimento de um ou mais cálices de cachaça ou algumas guloseimas; e é raro que tanto galanteio não termine em encontro noturno, momento delicioso que, quando demasiado prolongado, acarreta uma bela punição para a bela tatuada”.³⁷⁸

Ao descrever as pinturas faciais ou marcas temporárias à guisa de tatuagens usadas por um grupo específico de negras, o pintor associa a prática a saudades da África, mas também indica certas rivalidades estéticas em torno ao procedimento, também associado diretamente aos cantos e danças e, neste caso, desdobrando-se ainda em estratégias de sedução acionadas pelas africanas.

Passando pela rua Direita no mesmo ano da partida de Debret, William Ruschenberger, oficial da marinha norte-americana, nota uma animada dança de negros ao som da marimba, dando destaque para um detalhe do músico:

“Quando nos aproximamos, a dança cessou, e os negros [*blacks*] abriram caminho para passarmos. Chamei o músico, do qual examinei o instrumento. Ele sorriu e pareceu grato pela atenção. Era jovem e cheio de saúde, mas com a mais estúpida expressão facial, produzida por uma corrente de nódulos carnudos, estendendo-se da ponta de seu nariz numa linha sobre sua testa; quando sua atenção não estava ocupada de outra forma, seus olhos estavam sempre direcionados para esta marca distintiva. (...). Eu perguntei sobre a origem das protuberâncias, e Brunner me

³⁷⁸ J.B. Debret, Viagem Pitoresca e Histórica..., vol. 2, p. 146.

informou que é uma espécie de tatuagem, feita na infância por seus pais, designada como uma marca de distinção da tribo. Ele apontou, na nuvem [de negros] ao nosso redor, um cuja face era arranhada ou talhada numa das bochechas; outro marcado do mesmo modo em ambas; alguns em suas têmporas; alguns em seus peitos e costas; e havia um que tinha cada um dos dentes cortados em diagonal (...).³⁷⁹

Em seguida, desdobrando o mote das diferenciações faciais, o oficial infere:

“A miséria comum não fez os negros [*negroes*] esquecerem as rixas de suas tribos, pois eles trouxeram mútuos e talvez hereditários ódios consigo, e se supõe que a segurança dos brancos, que são em bem pequeno número, depende sobretudo desta circunstância. Embora isso possa ser parcialmente verdade, suspeito que a apatia, que é uma característica das raças africanas, é a razão pela qual eles não se levantam *en masse* e destroem seus senhores”.³⁸⁰

Para Ruschenberger, portanto, as escarificações tinham um significado mais profundo além de idiosincrasias estéticas: eram um indício visível, ostentado pelos africanos, de suas rivalidades acirradas – fator que, primordialmente, impediria rebeliões. Entretanto, logo em seguida, nivela todos os negros ao palpitar sobre a natural apatia que seria inerente a todas as “raças” da África. O movimento feito por este viajante, de introduzir o tema das marcas faciais no interior de uma cena de música e dança entre os negros foi repetida por Maximilien Radiguet, que esteve no Rio em 1844:

“Encontramos um dia, perto da fonte, escravos que dançavam a *bamboula* ao som de uma espécie de bandolim. O músico era um velho; seus cabelos lhe cobriam a testa como uma lã branca, e uma tatuagem bizarra traçava-lhe, do topo da testa até a ponta do nariz, uma linha de inchaços semelhante a um rosário de verrugas.

³⁷⁹ William Samuel Withman Ruschenberger -Three years in the Pacific; including notices of Brazil, Chile, Bolivia, and Peru. Filadélfia: Carey, Lea & Blanchard, 1834, pp. 29-30.

³⁸⁰ W. Ruschenberger, Three years in the Pacific..., p. 30.

O estardalhaço de risos insanos, as contorções e os movimentos exorbitantes dos dançarinos mostravam quão pouco eles se incomodavam com o calor; pode ser mesmo que esta companhia, a única que lhe foi fiel na terra estrangeira, contribuiu para apagar as lembranças de sua escravidão, para reavivar aquelas de sua infância livre e alegre (...).³⁸¹

Assim como no capítulo anterior, podemos detectar outras tópicas narrativas acionadas pelos viajantes para compor quadros de estranhamento com a diversidade africana no Rio de Janeiro. Nos casos exemplares de Ruschenberger e Radiguet, o horror perante as escarificações aparece ambientado em passagens maiores, que apresentam outros africanismos flagrantes, como a música e a dança promovidas por grupos de negros. William Ouseley, que passou pelo Rio de Janeiro em 1810 foi um dos primeiros, no período estudado, a ensaiar essas aglutinações de signos:

“Em certos feriados, eles [os escravos] obtêm permissão para se juntarem em bandos de quinze, vinte ou mais, de acordo com seus distritos e dialetos nativos; os chefes estando, às vezes, espalhafatosamente enfeitados com contas e plumas, botões velhos, pedaços de vidro e marcas de distinção similares. Entre os membros de cada grupo havia geralmente dois ou três músicos, que executavam suas árias nacionais em diferentes instrumentos, alguns rudes e simples; outros, de formato estranho e complexo. Aqueles sons, entretanto, pareciam deleitar os escravos que cantavam e dançavam com um ar de sincera alegria, tão fortemente, tão naturalmente demonstrada, que não pude nem por um momento supor que era fingimento”.³⁸²

Antes de tratarmos, porém, das expressões de canto e dança africanas registradas pelos viajantes, continuemos no âmbito dos corpos. Aqui, temos a menção a acessórios utilizados pelos africanos de hierarquia superior, em algumas ocasiões festivas. Comparativamente a outros temas que remetem diretamente à origem africana dos negros no Rio de Janeiro, as referências a roupas e adornos não são muito comuns

³⁸¹ M. Radiguet, *Souvenirs de l'Amérique Espagnole...*, p. 261.

³⁸² W. Ouseley, *Travels in various countries...*, vol. 1, p. 15.

na literatura de viagem estudada. A maioria dos relatos reitera a presença da diferenciada multidão africana através de outros sinais: os cantos dos carregadores, as formas físicas bem dotadas, os feios e grosseiros traços fisionômicos, as impressionantes tatuagens e escarificações e, por fim, a rudeza de seus instrumentos musicais e o grotesco de suas danças.

Se nos voltarmos para os documentos iconográficos, poderemos encontrar pistas mais fartas a respeito de vestimentas e ornamentos africanos, sobretudo nas figuras femininas. Há centenas de imagens (gravuras, aquarelas e desenhos) bastante conhecidas, produzidas durante a primeira metade do século XIX que exibem, isoladamente ou em cenários, mulheres negras (escravas ou livres) portando turbantes de diferentes amarrações, colares de contas, o pano da costa num dos ombros, muitas pitando um cachimbo, algumas com os peitos desnudos.³⁸³ Estes são, efetivamente, os signos mais citados pelos artistas e que nos remetem a um universo estético eminentemente africano. Em contrapartida, nota-se a escassez de legendas ou notas explicativas que explicitem esta condição.

Um bom exemplo destas lacunas encontra-se em algumas aquarelas e grafites de Thomas Ender. Antes de tudo, é preciso lembrar que os documentos iconográficos produzidos por este artista são, em maioria, inacabados: esboços e estudos. Sua intenção de publicar um álbum de gravuras sobre o Brasil nunca pôde ser concretizada, mas se assim houvesse acontecido, podemos imaginar que muitas daquelas imagens seriam inseridas numa linguagem narrativa, compondo cenários, etc. Ou, mesmo que permanecessem apresentadas na postura estática e isolada do gênero de registro de costumes, poderiam ser acrescidas de outras informações e detalhes. Por outro lado, justamente a natureza “experimental” destes desenhos nos permite algumas reflexões. As mulheres da figura 70 são classificadas por Ender apenas como “escravas”, sem outros atributos. Entretanto, contrariamente à grande parte de um conjunto imagético coevo que associa este estatuto social ao universo do trabalho (representando escravos com aparatos característicos de suas atividades), o austríaco prioriza posturas e

³⁸³ Além de grandes conjuntos iconográficos oitocentistas mais conhecidos, como os de Debret, Rugendas, Thomas Ender e Guillobel, uma boa amostra dessas indumentárias pode ser encontrada em duas coletâneas: Carlos Eugênio Marcondes de Moura (org.) – A travessia da Calunga Grande. Três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899). São Paulo: Edusp, 2000; e Emanuel Araújo (org.) – Negro de corpo e alma. Catálogo da Mostra do Redescobrimento. São Paulo: Associação Brasil 500 anos Artes Visuais, 2000.

vestimentas. Aqui, temos um recurso semelhante ao da figura 65, de representar uma figura de frente e de costas mostrando o modelo de seus trajes – neste caso, as amarrações do turbante e da blusa. Já a legenda da figura 71 remete-se apenas à cor da pele das mulheres e à maternidade. Entretanto, se comparadas à imagem anterior, nada há em ambas (salvo a legenda da figura 70) que denuncie certamente suas categorias sociais. Temos ainda um quadro que indica a cor da pele e os ofícios das mulheres ali representadas (fig. 72).³⁸⁴ Cotejando as três aquarelas, observa-se que, apesar de conterem nomes que remetem a diferentes clivagens, um conjunto de signos permite supô-las tanto na condição de escravas como de africanas. E além do dado demográfico de que, na época em que estes estudos foram produzidos, a maior parte da população escrava do Rio de Janeiro era africana, um procedimento realizado por Ender corrobora esta hipótese: numa pequena parte das legendas referentes às figuras de negros e negras, ele usa o termo “crioulo (a)”, o que possibilita pensar que, quando acionava a palavra “negro (a)”, era aos africanos que se referia. Esta aproximação entre os termos “negro” e “africano” notada na literatura e iconografia de viagens oitocentistas espelha também uma visão senhorial apontada por Mary Karasch:

“No século XIX, as principais divisões dos escravos no Rio estavam baseadas no lugar de nascimento: África e Brasil (...). Uma vez feita essa primeira distinção, os senhores de escravos prosseguiram de forma diferente na classificação de sua ‘mercadoria’. Eles ‘separavam’ os escravos brasileiros por cor, ao passo que os africanos eram classificados por local de origem, uma vez que, da perspectiva dos senhores, todos os escravos africanos eram ‘negros’”.³⁸⁵

E ainda:

“Entre os termos designativos de cor para os escravos brasileiros, o mais comum era ‘crioulo’, que se aplicava geralmente ao negro nascido no Brasil (e, ocasionalmente, a africanos nascidos em colônias portuguesas da África). Embora ‘negro’ e ‘preto’ servissem às vezes para os negros brasileiros, esses termos eram usados com maior probabilidade em relação a

³⁸⁴ Não se sabe porque Thomas Ender não mencionou a última mulher (à direita da aquarela) na legenda.

³⁸⁵ M. Karasch, *A vida dos escravos...*, p. 36.

africanos, os negros brasileiros preferiam aparentemente ‘crioulo’, uma vez que significava nascimento no Brasil, do qual se orgulhavam. ‘Negro’ era menos aceitável para eles: era quase sinônimo de ‘escravo’, e apenas negro significava amiúde escravo africano. ‘Preto’, porém, parece ter sido um termo um pouco mais neutro para ‘negro’, especialmente nos casos em que a nacionalidade ou status legal de uma pessoa negra era desconhecido”.³⁸⁶

A partir destes nexos estabelecidos por Karasch, o terreno torna-se mais assente para se afirmar que o estudo “Raças de escravos” (fig. 73) trata de africanos. É bem provável que este título pudesse ser entendido, na época, como um quadro de escravos representantes de várias nações africanas. É de se notar que todos os modelos são femininos e que, além disso, Ender não privilegia traços fisionômicos, donde se conclui que os critérios de diferenciação de cada “raça” utilizados pelo autor são signos materiais, dos quais os mais evidentes nesta aquarela são os tipos de turbantes.

Diferentemente do universo iconográfico, nos fragmentos textuais é possível flagrar com mais precisão, por meio de movimentos e jogos de palavras, quando estão se referindo aos negros como sinônimos de africanos, ou não. Schlichthorst, que considerava os negros destituídos de fisionomias particulares (“como carneiros”) mas que, ainda assim, reconhecia a diversidade de traços correspondentes a cada “raça”, assim descreveu as vestes femininas:

“É digna de nota a rapidez com que o aspecto dos negros recém-chegados, vantajosamente se modifica com a alimentação abundante e o bom tratamento. (...). A pele como que se renova e adquire um negror brilhante, os olhos se enchem de vida e fulgor, e em todos os seus gestos as jovens africanas demonstram uma graça natural, que comumente falta à gente da Europa. Trajam-se elegantemente. O níveo vestido amolda-se aos membros roliços dum brilhante pretume. O turbante vermelho esconde-lhes a carapinha, única coisa que numa preta acho excessivamente feia. Um

³⁸⁶ M. Karasch, A vida dos escravos..., p. 37.

ombro fica meio descoberto. Do outro cai um pano com cores variegadas (...).³⁸⁷

A despeito do caráter generalizante desta descrição, o militar não está se referindo às crioulas e, mais adiante, usa o substantivo “preta” como termo que retoma a alusão anterior, às “jovens **africanas**”, ressaltando seu aspecto saudável e elegante, seu negror reluzente, a feiúra dos cabelos, a espádua desnuda, o pano da costa – elementos utilizados mais freqüentemente para se caracterizar as mulheres africanas. Retrocedendo alguns anos, encontramos o fragmento de Johann Emanuel Pohl, cientista que veio ao Brasil como membro da expedição austríaca de 1817, a mesma que trouxe Thomas Ender:

“No traje do negro, embora muito simples no conjunto, há, todavia, algumas diferenças. Calças curtas, geralmente muito sujas, e um chapéu, que varia na forma, constituem todo o vestuário de um carregador. Ordinariamente não usa camisa. Outros, ao contrário, trazem camisa e uma véstia azul, aberta. As mulheres andam em geral com saias azuis ou pretas e camisa meio dependurada aos ombros, que deixam a descoberto os desgraçosos seios. As camisas das negras forras são rendadas, deixando ver através a brilhante pele cor de ébano, e elas muito se comprazem com esse ornamento”.³⁸⁸

Em relação às negras, Pohl destaca dois elementos parecidos aos de Schlichthorst: o tórax seminu e o brilho da cor da pele, mas em sua descrição nada indica uma aproximação nítida entre os termos “negro (a)” e “africano (a)”, ao mesmo na instância estritamente sintática. Quase quarenta anos depois, contrariamente à descrição genérica do compatriota de Ender, a escritora alsaciana Lina Bernard produziu um registro absolutamente raro sobre o traje das africanas no Rio de Janeiro:

“É domingo. Vemos as negras [*négresses*] vestidas com o traje oriental da costa da África [*costume oriental de la Côte d’Afrique*], com o

³⁸⁷ C. Schlichthorst, O Rio de Janeiro como é..., p. 132.

³⁸⁸ Johann Emmanuel Pohl - Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821. Rio de Janeiro, MEC-INL, 1951, vol. 1, p. 85.

corpete branco, o turbante de musselina, a peça de tecido feita echarpe lançada sobre o ombro, o pescoço e as orelhas ornados com correntes de ouro ou grãos de coral; de resto, todas as modas da Europa burlescamente portadas por essas belezas de ébano, às quais os *volants*³⁸⁹ de gaze rosa e azul claros dão o mais esquisito aspecto. Muitas delas trazem cestos repletos de buquês de flores as mais magníficas”.³⁹⁰

Bernard é uma autora tardia para os propósitos deste estudo, pois se estima que ela passou poucos dias na Corte imperial já na segunda metade da década de 1850, publicando seu livro de viagem somente em 1864. Porém, a peculiaridade dos termos com que descreve as vestes das negras não pode deixar de ser citada. A menção ao “traje oriental da costa da África” não foi encontrada em nenhum outro viajante consultado: ou se vêem alusões às roupas dos “escravos”, “africanos” e “negros”, ou a particularização dos critérios se dá através de referências específicas às nações africanas. Além disso, ao contrário de Schlichthorst, Bernard ridiculariza a utilização de modelos destinados a senhoras brancas metidos em peles de “ébano”.

Os viajantes vão, pois, delimitando e cristalizando uma série de concepções sobre os africanos na experiência da escravidão carioca, a começar por seus próprios corpos e os sinais que carregam. A segunda instância mais evidente deste esforço corresponde às expressões culturais. No interior deste tema, a música e a dança são, sem dúvida, as tópicas mais longa e detalhadamente acionadas pela literatura de viagem para ilustrar o estranhamento causado por algumas manifestações. Veremos, pois, um hiperbólico desfile de adjetivos utilizados nestes momentos.

Freireyss, um naturalista que gostava de teorizar expressões culturais, formulou a seguinte explicação ao presenciar uma cena no Valongo:

“Não há melhor nem mais certo padrão para o conhecimento de um povo do que as suas festas, os seus divertimentos. (...). Por isso, o negro

³⁸⁹ Segundo a edição de 1835 do dicionário da Academia Francesa, uma das acepções do vocábulo é “o nome de uma guarnição que se amarra na parte inferior dos vestidos da mulher, e que se pode colocar ou tirar à vontade”. (Dictionnaire de L'Académie Française (1835), p. 952. Disponível em: <http://portail.atilf.fr/cgi-bin/dico1look.pl?strippedhw=volant&dicoid=ACAD1835&headword=&dicoid=ACAD1835>).

³⁹⁰ Lina Beck Bernard - Le rio Parana. Cinq années de séjour dans la République Argentine. Paris: Grassart Libraire Éditeur, 1864, pp. 46-7.

selvagem, com a sua alegria barulhenta e o cômico meneio do seu corpo, indica o verdadeiro grau em que se acha na escala social, que, conforme as nossas idéias de beleza, está muito baixo, sendo singular que a dança dos negros sejam exatamente o contrário das nossas, porque ao passo que nós procuramos mostrar o nosso corpo na luz mais favorável e os nossos professores de dança se esforçam por dar aos seus discípulos uma posição exata e elegante, os negros procuram dar ao seu corpo as mais extravagantes posições, contrariando do modo mais desnatural possível o jogo de todos os seus músculos, e quanto mais ele o consegue maiores são os aplausos que lhes são dispensados. Basta entrar numa das espaçosas salas de um traficante na Capital, para ver uma porção de negros recém-chegados divertirem-se à moda do seu país, o que o traficante lhes permite, porque sabe que a falta de movimento e a nostalgia lhe diminuem o infame lucro. Encontramos aí alguns centos de negros nus e rapados, diversos tanto na idade como no sexo, que formavam uma grande roda, batendo palmas com toda a força, acompanhadas com os pés e com um canto gritado de três notas apenas.

Da roda sai de repente um deles, pula para o centro onde gira sobre si mesmo, movendo o corpo em todas as direções, parecendo destroncar suas articulações, e aponta para um outro qualquer, que por sua vez pula para dentro, fazendo o mesmo que o anterior e assim, sem mudança nenhuma, continuam até serem vencidos pelo cansaço”.³⁹¹

É evidente o caráter jocoso que o viajante tencionou dar a este registro, com a clara intenção de corroborar sua hipótese sobre o modo de se divertir e o grau de civilização de cada povo. Enquanto os europeus privilegiavam conceitos como exatidão e elegância de movimentos, os africanos demonstravam expressões nada “naturais”, exageradas e cômicas. Curioso é que Freireyss, ao contrário da grande maioria dos viajantes do período, afasta os negros de uma afinidade maior com a natureza em seus modos de agir. Bem mais comuns são os discursos que interpretam esses africanismos como indícios do primitivo, daquilo que se aproxima da natureza, justamente pelo fato

³⁹¹ G. Freireyss, Viagem ao interior do Brasil..., p. 130.

de os negros serem considerados ainda nesta época, por meio de diversos prismas, mais próximos aos animais irracionais (mormente primatas) do que da espécie humana.

À semelhança das tatuagens e escarificações, a música e a dança também foram percebidas pelos viajantes como elemento pontuador de rivalidades entre grupos, para além do gosto comum de todos os africanos por essas atividades. Por ocasião da gravura “Escravos Doentes”, Henry Chamberlain constrói um comentário que relaciona instrumentos musicais a nações específicas:

“Absolutamente alheios ao que se está passando, prestando atenção somente à música, a que todos se entregam com a mesma paixão e fervor que às danças e aos enfeites, caminham dois outros negros. Um deles, filho de Moçambique, toca um instrumento tosco, trazido de sua terra natal, chamado marimba, espécie de violino com uma única corda. O outro, um negro do Congo, executa uma melodia diferente no *sambee*, um instrumento de seu país. Árias nativas são geralmente preferidas por eles a todas as outras, e quando estes instrumentos estão em mãos competentes, a música que produzem não é de modo algum desagradável”.³⁹²

Assim, o militar inglês divide sua descrição em dois momentos nítidos, afirmando no primeiro o apreço generalizado pelos divertimentos musicais para, em seguida, distinguir – ainda que brevemente – especificidades de cada nação com relação a isso. Debret corrobora estas associações ao comentar que “o observador mais calmo reconhece logo, pelo caráter particular da dança e do canto, cada uma das nações negras que aí se encontram confundidas”. Mais adiante, afirma os negros “de nação mais bárbara” contentam-se com “um bater de mão geral” mas que, ao contrário, “os negros benguelas, de Angola, devem ser citados como os mais musicais e são principalmente notáveis pelos instrumentos que fabricam”.³⁹³ Ferdinand Denis também descreve as músicas e danças pelo viés das nações africanas, ainda que sem maiores especificações:

“Não sei qual o viajante, é Golbery, creio, que disse que a certa hora da noite toda a África estava em dança, e que os negros dançavam

³⁹² H. Chamberlain, *Vistas e Costumes...*, p. 231.

³⁹³ J. B. Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica...*, vol. 2, p. 164.

mesmo no meio das sepulturas. Passando à América, suportando a dura lei da escravidão, os negros nada perderam de seu amor por seu exercício de predileção; conservam o uso de todos os instrumentos próprios de sua nação: a banza, o tambor congolês, o monocórdio de Loango soam continuamente nas ruas do Rio de Janeiro. Suas danças nacionais se improvisam em todos os lugares onde estejam seguros de que não serão interrompidos. O batuque, que alternativamente exprime as repulsas e os prazeres do amor; a capoeira, em que se finge o combate; o lundu, que mesmo no teatro se dança, e cuja graça consiste principalmente num movimento particular das partes inferiores do corpo, (...), todas essas danças apaixonantes que mil vezes têm sido descritas pelos viajantes, executam-se no Rio de Janeiro, como tinham tido lugar em nossas colônias e como se hão de executar em toda a parte onde houver negros, mudando somente de denominações”.³⁹⁴

Tendo feito várias estadas no Rio de Janeiro durante quinze anos, e familiarizado com as produções de viagem coevas, Denis deixa escapar que as danças africanas já haviam sido registradas *ad nauseum* por seus colegas de gênero literário. Mas, ao contrário da maioria deles, possui um olhar simpático a essas manifestações, classificando as danças como “apaixonantes”.

Enquanto a narrativa do historiador francês deu mais espaço para as expressões corporais, Thomas Ewbank, na década de 1840, destacou o instrumento africano mais comum encontrado nos relatos de viagem:

“Dia 25 – Esta manhã, um escravo chegou com uma carga na cabeça e levando nas mãos uma grande cabaça da qual extraía uma elegante melodia de valsa. Aproveitei a oportunidade para examinar a popular ‘marimba’. Cada povo tem o seu instrumento nacional, de tal forma que é possível reconhecer o de Congo, o de Angola, o de Minas, ou de Moçambique, mas as diferenças não são grandes. (...). Segurando-a com os dedos por baixo e colocando os polegares nas chaves, o tocador de marimba, puxando-as para baixo numa ponta e em seguida deixando-as voltar, produz

³⁹⁴ F. Denis, Brasil..., pp. 156-8.

um suave som sussurrante, parecido com o de uma harpa hebraica. A cidade é um teatro etíope e esse o instrumento favorito da orquestra. Diariamente, se encontram escravos tirando dele árias africanas e os grupos que voltam ao campo geralmente levam consigo uma ou duas marimbas”.³⁹⁵

Reafirmando a percepção das diferenças de origem entre os instrumentos africanos, Ewbank faz uma crítica positiva dos sons emitidos pela marimba. E produz uma forte alegoria da afluência de africanos na Corte carioca: o “teatro etíope”, figura de linguagem bastante eficiente para traduzir o espanto dos olhares europeus diante dos africanos, seus barulhos e gestuais.

Num tom diferente dos de Denis e Ewbank, a opinião de Johann Pohl aproxima-se mais daquela de Freireyss:

“Os negros gostam muito de música. Consta da gritaria monótona de um entoador, cujo estribilho é seguido por todo o coro de maneira igualmente monótona, ou quando instrumental, do somido de uma corda retesada num pequeno arco, num simples instrumento que descansa sobre uma cabaça esvaziada e dá, no máximo, três tons; ou do débil ruído de uma varinha de ferro fixada numa pequena tábuca e que, ao contato com o polegar, deixa ouvir o seu pobre som. Aqui devo dizer uma palavra sobre suas danças. Consistem, como quase todas as danças propriamente nacionais, na expressão de galanteios. Apenas, num povo tão selvagem como o negro, o galanteio é grosseiramente indicado na dança. A nossa valsa, que repousa no mesmo princípio, e o próprio fandango, tão próximo de seu caráter primitivo, ficam muito atrás em expressão pantomímica, de uma dança angolana. Vêem-se com freqüência negros dançando nas ruas. Comumente são três, dos quais dois representam o par amoroso, cuja união o terceiro procura impedir. Deixam-se empolgar de tal maneira pelo furor báquico dessa dança, que não a interrompem enquanto não caem exaustos”.³⁹⁶

³⁹⁵ Th. Ewbank, *Vida no Brasil...*, p. 91. Para uma descrição mais detalhada da marimba e outros instrumentos musicais africanos confeccionados pelos escravos no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, ver M. Karasch, *A vida dos escravos...*, pp. 315-321.

³⁹⁶ J. Pohl, *Viagem no interior do Brasil...*, pp. 85-6.

Em consenso com seus pares, Pohl não se furtou à afirmação peremptória sobre gosto dos negros pela música. Em seguida, desqualifica a marimba e volta à carga ressaltando o caráter selvagem dos negros e, por conseguinte, de suas danças. Ao terminar seu registro evocando o adjetivo “báquico”, antônimo de “apolíneo”, Pohl denuncia uma das formas pelas quais era traduzida a oposição consolidada no século XVIII entre os costumes e maneiras que caracterizariam os povos civilizados (essencialmente os europeus, aqui qualificados em primeira pessoa do plural) e os selvagens. Em diapasão semelhante, Maria Graham contou, por ocasião da visita a uma certa fazenda próxima do Rio de Janeiro:

“Eu ouvi barulhos de música; não como, de fato, um eco de Milton com notas de Henry Lawe – com que a noite e o cenário tinham me feito sonhar; mas a voz dos escravos em sua noite de folga, consolando-se com suas árias grosseiras, tocadas em rudes instrumentos africanos. Levando um de meus companheiros comigo, fui imediatamente às cabanas dos escravos casados, onde são feitos todos os folguedos, e encontrei grupos tocando, cantando e dançando para o luar. Diz-se ser muito comum, na África selvagem, uma veneração supersticiosa por aquele belo planeta, como aquela pelas plêiades existia entre os índios do Brasil; e provavelmente os escravos, embora batizados, dançam para a lua em memória de seus lares. Por instrumentos, eles usam as coisas mais rudimentares que já produziram sons musicais; ainda assim não têm um efeito desagradável”.³⁹⁷

É verdade que Graham produziu um testemunho mais condescendente do que o austríaco. Mas reforça, como a maioria dos relatos, o caráter grosseiro, primitivo e selvagem das demonstrações musicais africanas, no mais das vezes comparadas a exemplos europeus que corresponderiam a seus contrapontos. Debret também referenda o lugar bárbaro, quase demoníaco, dos cantos e danças africanas. A cena que constrói para tratar do tema inicia-se com a informação de que as “nações negras” se reúnem em torno dos chafarizes da cidade e que, quando um negro começa a cantar “pela saudade

³⁹⁷ M. Graham, *Journal of a Voyage...*, pp. 198-9.

da mãe pátria”, logo é seguido pelos demais. O pintor francês descarrega, então, uma série de termos para qualificar a natureza daquelas diversões: os negros lançam um “grito indeterminado” e o “canto que os eletriza se acompanha de uma pantomima improvisada ou variada sucessivamente pelos espectadores”, transparecendo em seus rostos “o delírio de que estão possuídos”.³⁹⁸ Em seguida, Debret mostra como geralmente acabavam tais reuniões:

“Esses trovadores africanos, cuja facúndia é fértil em histórias de amor, terminam sempre suas ingênuas estrofes com algumas palavras lascivas acompanhadas de gestos análogos, meio infalível para fazer gritar de alegria todo o auditório negro, a cujos aplausos se juntam assobios, gritos agudos, contorções e pulos, mas cuja explosão é felizmente espontânea, pois logo fogem para todos os lados a fim de evitar a repressão dos soldados da polícia que os perseguem a pauladas”.³⁹⁹

Selvageria, transe, rusticidade, exagerada sensualidade, exaltações e algazarra são, portanto, os elementos que compõem este quadro emblemático, no qual Debret teve ainda a oportunidade de congratular a repressão policial que continha o temerário desgoverno dos negros.

Vistos em conjunto, pois, estes fragmentos compõem mais uma tópica que reitera características inerentes aos africanos, do ponto de vista cultural e ou natural. A música e a dança correspondem a uma das mais incontestáveis e recorrentes expressões de africanismo entre as percepções dos viajantes. O lugar diferente e inferior dos africanos nesta literatura vai-se delimitando, assim, por meio de uma série de sinais que são visíveis primeiramente na forma de seus corpos, na anatomia e nas marcas de rostos e, ao lado disso, em seus atos de divertimento, linguagem, nos instrumentos, melodias e movimentos criados por mentes primitivas, guiadas por instintos peculiares e nada louváveis.

Já se verificavam essas associações nas últimas décadas do século XVIII, como vimos, por exemplo, na enciclopédia de Saint-Sauveur. O autor caracterizava os

³⁹⁸ J. B. Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica...*, vol. 2, p. 164.

³⁹⁹ J. B. Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica...*, vol. 2, pp. 164-5.

africanos, de forma geral, como apaixonados por cantos e danças, à semelhança de “quase todos os povos selvagens”.⁴⁰⁰ Nesta época, e no início do século XIX, este tipo de juízo encontrado nas produções de viagem casava-se com formulações advindas da incipiente ciência antropológica. Em vários países da Europa, este ramo do conhecimento estava se configurando a partir de uma preocupação essencial em formular idéias a respeito das diferentes “civilizações humanas” e o que caracterizaria cada uma delas, hierarquizando, além de características físicas, instâncias como a linguagem, ritos religiosos e festivos, modos, hábitos e manifestações artísticas de cada povo. No interior dessa ciência, os cantos e danças passaram a significar, pois, indícios inequívocos do grau inferior de civilização dos africanos.⁴⁰¹

Veremos agora como as credenciais ontológicas destes homens e mulheres, dos quais as “lentes européias” captavam tantos atributos negativos, apresentavam-se ainda mais incômodas e perturbadoras se observadas no interior das vivências escravistas.

2. Raça, caráter e escravidão

“Embora não sejam todas as raças igualmente pretas, os indivíduos que se tornam mais escuros dentro de cada uma são também os mais robustos, os mais ativos, os mais viris; ao contrário, os que ficam somente pardos ou marrons são fracos e degenerados. A cor preta do negro

⁴⁰⁰ Saint-Sauveur, *Encyclopédie des Voyages...*, “Moeurs...du Sénégal”, vol. 3, p.12.

⁴⁰¹ Além de músicas e danças, as línguas africanas também foram instrumento de inferiorização antropológica daqueles povos, a partir de idéias evidenciadas já no século XVIII. No artigo “língua” da enciclopédia de William Chambers, de 1728, consta que a “anatomia lingüística labial” de um inglês era oposta à conformação “gutural” dos hotentotes, o que proporcionaria uma dicção privilegiada aos primeiros. No tomo I da *Histoire Générale des voyages* do abade Prévost (1745), os habitantes ao sul do Cabo da Boa Esperança têm sua linguagem avaliada como “tão gutural e mal articulada”, que ao fim de sete semanas que os tripulantes de uma armada inglesa estiveram na região, não lhes foi possível “distinguir uma só sílaba”. Em suas *Recherches philosophiques sur les américains...* (1768), Cornelius de Pauw elaborou critérios para se classificar as comunicações verbais dos selvagens, como sua sonoridade, capacidade de expressar um sentido e se distinguir de ruídos emitidos por animais e, finalmente, a natureza deste sentido (valores morais, religiosos e estéticos). A partir destes elementos, de Pauw propôs duas grandes “cronologias lingüísticas”: uma “longa”, relativa aos “povos civilizados”, e outra “curta”, destinada às gentes “pouco desenvolvidas”, ainda “na juventude de sua civilização”. Assim, a língua dos selvagens americanos e de outros continentes eram consideradas incipientes, toscas e incapazes de exprimir seu passado e sua história. (ver A. Mercier-Faivre, “La danse du Hottentot...”, pp. 75-7).

não se limita à pele, encontra-se por toda parte; o sangue é mais escuro, a carne é de um vermelho mais carregado, a parte cortical do cérebro é também mais escura, a medula alongada é de uma cor amarelo-acinzentada; a bÍlis é também de matiz mais carregado, etc. Examinando-se as proporções da cabeça encontra-se uma face excessivamente desenvolvida em comparação com o estreitamento do crânio, em geral um nono menor do que o do europeu, diferença que se verifica enchendo-se ambos de um líquido e que explicaria a inferioridade de suas faculdades mentais reconhecidas entre nós. A fisiologia atribui à espessura da medula espinhal do negro sua extrema predisposição para sensações e excitações nervosas, flagelo a mais na sua escravidão (...).

Em resumo, os sábios naturalistas concordam que o negro é uma espécie à parte da raça humana e destinada, pela sua apatia, à escravidão, mesmo em sua pátria”.⁴⁰²

A que sábios Debret estaria se referindo? Quais autores teriam influenciado seu arrazoado? Esta passagem pertence ao segundo volume de sua Viagem Pitoresca e Histórica..., lançado em 1835, mas está parcialmente informada por concepções veiculadas a partir da segunda metade do século XVIII. As considerações iniciais sobre as gradações da cor negra ainda ecoam algumas idéias do Conde de Buffon que, como vimos, destacou a importância de se perceber as nuances internas entre as “raças africanas”, sendo justamente os tons da pele o critério por meio do qual se estabelecia esta variedade racial.⁴⁰³ O naturalista não fazia, entretanto, qualquer relação entre tons negros mais claros e tendências à degeneração. Por outro lado, utilizava esse conceito em sua teoria climática, aplicado aos povos que habitavam regiões de temperaturas extremadas, como os lapões e os africanos. Também a natureza americana, para Buffon, era regida pelo “signo da carência. O pequeno porte dos animais, o escasso povoamento, a ausência de pêlos nos homens, a proliferação de espécies pequenas, de répteis e de insetos, tudo parecia corroborar a tese da debilidade e imaturidade dessa

⁴⁰² J. B. Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica...*, vol. 3, p. 176.

⁴⁰³ Ver D. Bindman, *Ape to Apollo...*, p. 65.

terra”.⁴⁰⁴ Inspirado nestas formulações, Cornelius de Pauw compôs suas teses sobre a degeneração do homem americano:

“Até então, chamavam-se de *degeneradas* espécies consideradas inferiores, porque menos complexas em sua conformação orgânica. A partir desse momento, porém, o termo deixa de se referir a mudanças de forma, passando a descrever ‘um desvio patológico do tipo original’. Radicalizando os argumentos de Buffon, De Pauw acreditava que os americanos não eram apenas ‘imatuross’ como também ‘decaídos’ (...). Em seus textos, um antiamericanismo claro transparecia quando de suas avaliações sobre ‘a natureza do Novo Mundo, débil por estar corrompida, inferior por estar degenerada’”.⁴⁰⁵

Mas de fato, a hipótese de que os “pardos”, ou mulatos, não representavam bons espécimes humanos ganhou força somente a partir da segunda metade do século XIX, no contexto do acirramento do racismo científico, da poligenia e dos debates eugenistas.⁴⁰⁶ Já as afirmações do pintor francês a respeito da anatomia craniana dos africanos e suas implicações intelectuais são herdeiras de Lavater e seus seguidores, ou dos intérpretes posteriores de suas teses. Neste contexto, uma das figuras-chave é Julien Joseph Virey, naturalista francês nascido em 1775, mesmo ano em que Lavater, Kant e Blumenbach publicaram trabalhos que se tornariam contribuições nodais para as discussões sobre a diversidade humana retomadas no início do século XIX.

Virey publicou, em 1801, a História Natural do Gênero Humano, um livro destinado ao grande público e que se fez muito popular, ganhando reedições ao longo das três décadas seguintes. Nesta obra, o autor faz comparações de aspecto cultural e

⁴⁰⁴ Lilia Moritz Schwarcz – O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, p. 46.

⁴⁰⁵ L. Schwarcz, O espetáculo das raças..., p. 46. Para uma análise acurada dos pensamentos de Buffon e Cornelius de Pauw sobre a natureza e o homem americano, ver A. Gerbi, O Novo Mundo..., pp. 19-43 e 58-76.

⁴⁰⁶ Ver L. Schwarcz, O espetáculo das raças..., pp. 47-66. É importante lembrar que Blumenbach, entre as décadas de 1770 e 1790, utilizou uma noção particular de “degeneração” para fundamentar sua divisão da espécie humana, segundo a premissa monogenista, mas que nada tem a ver com o significado construído por de Pauw no século XVIII ou com os sentidos posteriores do século XIX. (ver C. Blanckaert, “Les conditions...”, pp. 138-144).

estético entre os homens, porque a beleza física lhe parecia ser apanágio das nações mais civilizadas e a feiúra, em contraponto, seria uma marca de selvageria. Assumindo o propósito de explicar os significados dos traços fisionômicos pela teoria do teólogo suíço, Virey afirma:

“Estas notas [de Lavater] sobre as proporções do crânio e o rosto do negro, entre a espessura comparativa de seu cérebro e de seus nervos oferecem-nos considerações muito importantes. Com efeito, mais um órgão se desenvolve, mais ele obtém potência e atividade; da mesma forma, à medida que perde sua extensão, esta potência é diminuída. Vê-se portanto que se o cérebro diminui (...), o negro será menos apto a fazer uso de seu pensamento do que se entregar a seus apetites físicos, ao passo que isto será o contrário no branco. O negro tem seus órgãos de odor e paladar mais desenvolvidos que o branco; seus sentidos têm, pois, uma grande ascendência sobre sua moral (...); o negro será portanto mais dado aos prazeres corporais; nós, àqueles do espírito. Em nós, a fronte avança e a boca parece diminuir, se recolher, como estivéssemos mais destinados a pensar do que a comer; no negro, a fronte se recolhe e a boca avança, como se ele fosse feito antes para comer do que para refletir”.⁴⁰⁷

Virey foi, realmente, um dos autores oitocentistas que mais ajudou a consolidar o corolário racista de cunho biológico da segunda metade do século. Neste sentido, este naturalista acabou construindo uma das principais “pontes” entre as formulações degradantes a respeito dos africanos conformadas durante as últimas décadas do século XVIII.

Voltando ao trecho de Debret, ele conclui afirmando um consenso entre os “sábios naturalistas” sobre o fato de que os negros são “uma espécie à parte da raça humana”. Na instância estritamente gramatical, ou morfológica, poder-se-ia pensar que houve um engano, e que o pintor trocou de lugar, em sua frase, as palavras “espécie” e “raça”. Entretanto, este jogo de sentidos apenas contribui para revelar o quanto, ainda época, “raça” era usada para designar categorias mais ou menos específicas de

⁴⁰⁷ *Apud*: Hugh Honour, *The image of the Black...*, vol. IV, p. 18.

classificação da humanidade. Mesmo assim, é possível afirmar que, adentrando o século XIX, o termo foi assumindo cada vez mais um sentido unívoco ainda que, no plano literário, pudesse ser substituído por palavras julgadas sinônimas. Neste período, se podem vislumbrar mais nitidamente duas grandes escolas de pensamento européias sobre a diversidade humana: uma delas era representada pelas teorias climáticas que visitamos no primeiro capítulo; a outra, que se tornaria hegemônica ao cabo de algumas décadas, insistia no caráter biológico intrínseco dos povos como determinantes de suas diferenças. Com relação aos africanos, a primeira corrente, de herança iluminista, afirmava que suas limitações e incapacidades eram causadas por seu habitat, mas que, ainda assim, eram considerados capazes de evoluir social e intelectualmente. Este debate poderia ser enunciado simplesmente como as disputas entre as concepções monogenistas e poligenistas, mas ainda é preciso pontuar alguns movimentos e personagens que encarnam estas contendas.

Contra o que pregavam Voltaire e Buffon,⁴⁰⁸ surgiram estudos de geólogos e biólogos. Respalado por isso, em 1813, o geógrafo dinamarquês Conrad Malte-Brun (curiosamente também nascido em 1775), contestou a influência climática sobre a cor da pele argumentando que “se os negros descendessem de uma raça originalmente branca, seriam necessários milhares de anos para que a ação repetida do clima tornasse a cor negra hereditária”.⁴⁰⁹ Tais questionamentos trouxeram como consequência o acirramento do racismo e a paulatina afirmação de interpretações ainda mais deterministas do que aquelas do século XVIII. Ainda que continuando a aceitar a possibilidade de transformações físicas dos africanos ao longo do tempo, os pensadores do século XIX não acreditavam que tais mudanças fossem livrá-los de sua inerente inferioridade. Neste contexto, “raça” passou cada vez mais a designar não somente uma unidade classificatória dos vários sistemas naturalistas, mas principalmente o fator biológico determinante da organização social, da língua e da história de cada povo.⁴¹⁰ Assim, se ao final do século XVIII os africanos já estavam fartamente caracterizados

⁴⁰⁸ Para uma análise das diferenças entre os dois autores com relação à variedade da espécie humana, ver José-Michel Moureaux – “Race et altérité dans l’anthropologie voltairienne”. *In*: S. Moussa (org.) – *L’idée de race...*, pp. 41-53.

⁴⁰⁹ *Apud*: William B. Cohen – *Français et Africains*. Paris: Gallimard, 1980, p. 295.

⁴¹⁰ Ver Sylvianne Remi-Giraud – “Le mot race dans les dictionnaires français du XIX^e siècle”. *In*: S. Moussa (org.) – *L’idée de race...*, pp. 207-221.

como um povo inferior em múltiplos aspectos, depois foram sendo progressivamente taxados como uma “raça” ou “espécie” particular e imutável em seus vícios, defeitos e limitações.

Este universo de invenções e reapropriações pejorativas tinha como alvo primeiro o próprio corpo dos africanos, a começar pela cor da pele e dos traços fisionômicos, conforme já constatamos na primeira parte deste capítulo. Visitando o mercado de escravos carioca em 1814, Georg Freireyss observou:

“No Rio de Janeiro, a rua onde os escravos são vendidos chama-se Valongo e oferece um espetáculo interessante ao estrangeiro. (...). Os cabelos encarapinhados são cortados por causa da higiene e, efetivamente, um negro assim, nu e que com a curiosidade do macaco tudo observa, parece muito mais próximo ao orangotango do que o europeu e acredito que assim seja”.⁴¹¹

Associar africanos a símios não era novidade. Nesta tese, a primeira menção a isso foi feita pelo médico Claude-Nicolas Le Cat que, em 1765, afirmou a possibilidade de que uma mulher branca grávida, ao se impressionar com a vista ou imagem de um macaco, poderia gerar um filho negro.⁴¹² E, inevitavelmente, o comentário de Freireyss nos remete aos estudos craniométricos de Pieter Camper. Mas talvez tenha sido Virey o responsável maior pelo resgate e perpetuação desta analogia. Inspirada no anatomista holandês, uma das gravuras de seu livro, bastante didática, chama-se “Espécies. Branco. Negro *Eboë*. Orango (macaco)”, (fig. 74). Lá, encontra-se um perfil masculino branco de traços clássicos, nariz “grego”, barba e cabelos de tom claro. Logo abaixo, vem a cabeça de um negro representado com os lábios exageradamente proeminentes e o perfil inclinado, em contraste com o ângulo quase reto do branco. Por fim, temos a figura propositalmente humanizada de um orangotango, com o objetivo de incentivar ainda mais o leitor a associá-lo ao negro.

Poucos anos depois da publicação de Virey, o coronel e naturalista francês Jean-Baptiste Geneviève Marcellin (1778-1846), mais conhecido como Bory de Saint-

⁴¹¹ G. Freireyss, Viagem ao interior do Brasil..., p. 124.

⁴¹² Le Cat, Traité de la couleur..., p. 22.

Vicent, propôs uma esdrúxula divisão racial para a humanidade, baseada na cor dos cabelos. O estudioso computou, por esse critério, 15 raças hierarquicamente classificadas, dentre as quais as mais atrasadas eram todas africanas: os etíopes ficaram com o décimo terceiro lugar, imediatamente acima dos cafres. Os hotentotes ocupavam a última posição na escala humana, e logo abaixo vinham os animais irracionais, encabeçados justamente pelo orangotango.⁴¹³ A ontologia extremamente degradada atribuída aos hotentotes pelos europeus no século XVIII foi amplamente reiterada no século seguinte. Virey cria existir “uma distância maior entre os hotentotes e Newton, Montesquieu e Buffon do que entre os símios e esses povos estúpidos”. Em 1817, ao fazer a autópsia do cérebro da “Vênus hotentote”, Georges Cuvier concluiu que a moça, quando viva, tinha “gestos bruscos e caprichosos que lembravam os do macaco”, e seus lábios “se projetavam como os de um orangotango”, acabando por afirmar que nunca havia visto “uma cabeça humana mais parecida com a dos macacos do que a dela”.⁴¹⁴ Por fim, William Cohen nos dá notícia de um rumor segundo o qual, em 1802, alguns membros do Institut de France teriam pedido a um viajante de partida para a África que tentasse promover o cruzamento de um orangotango com qualquer negra nativa.⁴¹⁵ Fato ou boato, o episódio é, em si, absolutamente emblemático.

Assim, nas primeiras décadas do século XIX, os grandes lugares de pensamento europeus souberam acolher, cultivar e tornar ainda mais lúgubre o cabedal de formulações negativas a respeito dos africanos vindas do século XVIII. Analisando o contexto inglês, Philip Curtin resume as principais indagações desta época:

“As discussões britânicas sobre a África no início do século XIX partiram necessariamente da imagem setecentista. Começaram pelo ‘fato’ aceito de os negros africanos eram, na melhor das hipóteses, bárbaros que nunca haviam conhecido a civilização. Eles também eram negros enquanto raça [*Negro in race*]. Esses dois fatores estavam relacionados? Se sim, qual era a natureza exata desta relação? Poderia a herança racial dos negros impedir o desenvolvimento da civilização na África, ou suas características raciais mudariam por si mesmas com o ‘melhoramento’ do modo de vida

⁴¹³ Ver W. Cohen, *Français et Africains...*, p. 332.

⁴¹⁴ *Apud*: W. Cohen, *Français et Africains...*, pp. 332-3.

⁴¹⁵ W. Cohen, *Français et Africains...*, p. 336.

africano? Logicamente, a primeira resposta a ser considerada era a dos antropólogos físicos. Se eles construíssem um argumento convincente de que o homem africano era biologicamente incapaz de mudar, não haveria necessidade de consultar filósofos morais ou outros teóricos sociais”.⁴¹⁶

Nossos viajantes estiveram no Rio de Janeiro, a “África carioca”, justamente neste período de apropriações e radicalizações das teorias sobre a diversidade humana. Acrescendo-se a este cenário o ingrediente da escravidão, produziram testemunhos bastante reveladores deste momento. Essencialmente, estes visitantes europeus foram estimulados a elucubrar sobre as relações entre os africanos enquanto **raça** (e isso gerava sérias implicações) e suas possibilidades sociais no cativeiro ou fora dele. Entre visões pessimistas e otimistas, humanistas ou racistas, escravistas ou abolicionistas, abriu-se também um leque de nuances.

Continuemos com Georg Freyress, para quem a situação de liberto era altamente problemática para o negro:

“A liberdade é a grande mola que aciona todos os seres e no mais alto grau ao homem; é por isso também extremamente raro que o escravo, verdadeiramente bem tratado, abandone a casa do senhor morto. Em geral sem conhecimentos, quase sempre sem dinheiro e no turbilhão de suas paixões, que acordam mais fortes na liberdade, por terem sido reprimidas por tanto tempo, entra agora o libertado no mundo e em poucos dias está ele completamente mudado. Agora trabalha ele somente quando a mais extrema necessidade o obriga e o ganho serve-lhe apenas para satisfação do desejo de beber; permite-se igualmente toda espécie de vícios, um vício segue o outro e, finalmente, doente e sem amigos que o socorram, está ele reduzido à miséria.

A abolição de uma só vez no Brasil não é exequível. Que se poderia esperar, depois desta descrição, de uma massa de gente assim e que decerto é 8 vezes mais numerosa do que a dos brancos?”⁴¹⁷

⁴¹⁶ P. Curtin, *The image of África...*, vol. 1, p. 227.

⁴¹⁷ G. Freyre, *Viagem ao interior do Brasil...*, p. 136.

Enfatizando a sinal fatal dos negros, de não conseguirem resistir a fortes paixões viciosas, o naturalista pondera sobre o grande perigo de tornar livre, de uma só vez, aquele povo. Dez anos depois, Ernst Ebel reafirmou esta opinião:

“No que respeita à índole do negro em geral, a opinião é uma só: de nada serve tratá-lo bem. Há que mantê-lo sob severo controle: os homens sendo por demais inclinados à bebida, ao roubo e à preguiça; as mulheres, – sobretudo aquelas Vênus Vulgívas – tão difícil é moderar-lhes o instinto, que praticam seus atos com o maior despudor.”⁴¹⁸

Se Freireyss avaliava que, libertos, os negros trabalhariam pouco, o viajante letão afirmava ainda que virariam ladrões, especificando também outros males de seu “instinto”. E continua:

“Conquanto não vá contestar que entre eles possa haver gênios e os tem havido, qual um Toussaint L’Ouverture, um Cristoph (Rei do Haiti), etc., nenhum observador de espírito aberto poderá negar que esta raça se encontra como que na meninice e se caracteriza por uma típica apatia que a inabilita para qualquer alto sentimento moral, só lhes deixando a inconsciente alegria da infância, pelo que nunca pensam no dia seguinte, sendo incapazes de qualquer vocação duradoura; na realidade só querem comer, dormir e amar. Isto se observa sobretudo entre os negros nascidos na África, mesmo quando chegados novos. Os nascidos no país já são mais aculturáveis, mas quanto aos primeiros, pouco adianta tratá-los bem, como já disse”.⁴¹⁹

Agora nomeando os negros como uma “raça”, relativiza sua inferioridade por meio de exemplos que considera raras exceções, contra-ataca com a idéia da infantilização dos africanos. Ao lado da comparação desses homens com animais (tanto na instância estética quanto mental e comportamental), imagens de que a África era

⁴¹⁸ E. Ebel, O Rio de Janeiro..., p. 47.

⁴¹⁹ E. Ebel, O Rio de Janeiro..., p. 48.

habitada por povos ainda na “infância” de seu desenvolvimento também eram muito recorrentes. Esta associação foi paulatinamente perdendo seus partidários, pois se aproximava mais de uma hierarquia iluminista das civilizações. Além disso, ganhou outro significado após as teses de Malte-Brun lançadas a partir da década de 1810. Ele defendia que as condições geográficas da África (solo fértil e clima quente) permitiriam a seus habitantes não se preocuparem com problemas básicos de sobrevivência, como alimentação e vestimentas. Esta ausência de desafios naturais, por sua vez, resultaria em falta de diligência e inteligência entre os povos africanos, ficando eles, assim, condenados a uma “eterna infância”. A partir de Malte-Brun, portanto, o habitat do continente – considerado desfavorável nos séculos XVII e XVIII – torna-se favorável no início do século XIX como uma das chaves explicativas do comportamento indolente dos negros. Apesar desta inflexão, porém, não houve vantagem alguma para os africanos sob a ótica dos intelectuais europeus. Buffon, que considerava a África como uma das antípodas do globo, de clima extremado e hostil, não atribuiu aos negros características realmente diversas das de Malte-Brun.

Johann Pohl, que esteve na Corte imperial poucos anos antes de Ebel, acrescenta outras distinções à inação dos africanos: “Não conhecendo a língua, tendo, muitas vezes, índole má e pérfida, é preciso esperar longo tempo até que ele se acostume ao trabalho e seja útil”.⁴²⁰ E prossegue, exemplificando as situações em que o sadismo inerente aos africanos se manifestaria com mais evidência:

“Observei uma notável peculiaridade e balda do caráter dessa gente no fato de que procedem impiedosamente com seus próprios escravos, se chegam a tê-los. Pode ser que eles, como todas as almas grosseiras, precisem do sofrimento alheio para gozar a conquistada posição de senhores, ou que sejam obrigados a forçar, com grande rigor, a obediência dos que estão sob seu domínio – respeito que o branco conquista mais rapidamente pela sua superioridade intelectual”.⁴²¹

⁴²⁰ J. Pohl, Viagem no interior do Brasil..., p. 83.

⁴²¹ J. Pohl, Viagem no interior do Brasil..., p. 85.

Assim, Pohl conclui opondo a maldade dos africanos à inteligência dos brancos, sendo este fator responsável pela dominação dos últimos sobre os primeiros. Já o comerciante inglês John Luccock, que chegou ao Brasil com a abertura dos portos e aqui passou dez anos, tinha opiniões mais complexas e prolixas sobre as relações de dominação escravistas. Admitia o comércio de escravos, pois ainda que “certamente detestável no mais alto grau, tem sido regulamentado por algumas excelentes e humanas leis”, afirmando ainda que “a escravidão não é sempre um jugo pesado no Brasil”,⁴²² relatando casos de conformismo de escravos africanos com sua situação no Rio de Janeiro:

“Um certo número de marinheiros, empregados nos navios negreiros, são eles mesmos negros escravos [*Negro Slaves*], nascidos na África; e embora freqüentemente vão ao seu próprio país, não abandonam o navio. Eles são descontentes no Rio, e desejam desertar por razões insignificantes; mas nunca tive notícia de um caso similar na costa da África, e estou disposto a considerar isso como uma prova de que essas pessoas acham a escravidão no Brasil preferível a sua condição anterior na África. Tampouco encontrei um bom escravo [*good Slave*], isto é, aquele cuja mente é naturalmente dócil, cujos modos são sociáveis e domésticos, e de hábitos industriais, que, depois de ter sido trazido com menos de 18 anos de idade, e residindo dois ou três anos no país, sob o cuidado de uma boa pessoa, tenha desejado voltar novamente [à África]. Conheci o filho de um príncipe nativo que se recusou a retornar; ouvi alguns declararem que seriam perfeitamente felizes se pudessem permanecer sempre com o mesmo senhor; e aqueles pertencentes à minha própria família, os quais eu julgava capazes de se manter e cuidarem de si, quando tive necessariamente que me desfazer deles, recusaram-se a voltar para a África, ou ter sua liberdade [*liberty*] no Brasil. Duas garotas particularmente, além disso, recusaram-se a ir para a Inglaterra, observando: ‘Inglaterra, ouvimos dizer, é muito fria, e não devemos gostar disso, e o que faremos com nossa liberdade [*liberty*]

⁴²² John Luccock - Notes on Rio de Janeiro, and the southern parts of Brazil; taken during a residence of ten years in that country, from 1808 to 1818. Londres: Samuel Leigh, 1820, pp. 590-2.

aqui? Temos tudo o que desejamos, o senhor nos dá comida e roupas e, se ficamos doentes, o senhor nos dá remédios e nos cura; mas se tivermos nossa liberdade [*freedom*], não teremos ninguém para cuidar de nós’. Copiei aqui suas expressões exatas (...)”.⁴²³

Em suma, Luccock argumenta que os próprios africanos preferiam a situação de servidão a sua vida livre no continente de origem, sobretudo aqueles considerados “bons”, ou seja, com características mais favoráveis à dominação escravista. As palavras de Luccock, mais do que uma gritante opacidade senhorial e paternalista, representam um tipo de discurso que justificava a legitimidade da escravidão pelo viés civilizador, do qual veremos ainda mais exemplos e variáveis. Este e outros discursos, produzidos por várias instâncias senhoriais, ecoavam algumas formulações científicas que temos acompanhado neste trabalho. Mas deixemos, por ora, que o autor complete seu relato apresentando um contraponto ao que havia escrito até então:

“Não estou, de forma alguma, defendendo a causa da escravidão negra, e já proclamei o tráfico de homens como o mais detestável. (...). Homens maus [*Bad men*], estou certo, se tornarão senhores cruéis; e quando negros [*Negroes*] incivilizados e bárbaros, com suas paixões todas soltas e descontroladas, formados pela natureza e moldados pelo hábito a atos de violência, são introduzidos em novos ambientes e compelidos a uma nova intensidade de trabalho, embora moderada, tornar-se-ão descontentes e perigosos; – necessitarão de uma mão severa e resoluta para governá-los.”⁴²⁴

Desta vez, Luccock aciona outras características dos africanos, mais próximas do que ditavam as conclusões científicas da época, apontando os riscos que poderiam advir ao se colocarem estas pessoas em cativeiro. Gilbert Mathison, que esteve no Rio de Janeiro um ano após a publicação do livro do comerciante inglês, tinha uma visão mais homogênea da questão:

⁴²³ J. Luccock, Notes on Rio de Janeiro..., pp. 592-3.

⁴²⁴ J. Luccock, Notes on Rio de Janeiro..., p. 592-3.

“Os escravos africanos formam a mais útil e importante classe do povo; porém, em escala de civilização, eles não estão muitos graus acima do índio, e mal se pode dizer que possuem qualquer atributo mais elevado do que a mera força física. Bárbaros por nascimento, e tendo crescido na total ignorância de tudo o que eleva o homem acima da criação bruta, seu subsequente estado de servidão no Brasil tende efetivamente a perpetuar esta ignorância e degradação tanto mental quanto moral”.⁴²⁵

Embora não mencione os possíveis perigos que poderiam causar a barbárie dos africanos, Mathison era convicto de que a escravidão não poderia trazer benefício algum ao estado social e intelectual desses povos. Não admitindo, ao contrário de Luccock, a existência de escravos “bons” e “dóceis” que pudessem se beneficiar do convívio com a civilização, ele traça um prognóstico de estagnação e pessimismo para o destino dos africanos no cativeiro. Mas oficial de Marinha La Salle, em 1836, oferece ainda uma terceira opinião:

“Para um francês que jamais saiu da Europa, a vista destes infelizes [escravos africanos], embrutecidos mais ainda pela escravidão do que pelos hábitos da vida selvagem à qual foram subtraídos, tem qualquer coisa de repulsivo; e quando se pensa que, mesmo a natureza tendo-lhes recusado a superioridade da inteligência, desenvolvida em nós pelas benfeitorias da civilização, são acima de tudo homens como nós, não se pode evitar um profundo sentimento de tristeza”.⁴²⁶

Para este viajante, a escravidão tornava os escravos ainda mais brutos do que se permanecessem em seu ambiente nativo “selvagem”. E, apesar de concluir seu pensamento afirmando uma igualdade ontológica entre os homens, estabelece imediatamente acima uma hierarquia intelectual que seria causada, porém, por dois fatores de ordem diversa: os africanos teriam sua inteligência negada pela “natureza”,

⁴²⁵ G. Mathison, *Narrative of a visit to Brazil...*, p. 153.

⁴²⁶ A. de La Salle - *Voyage autour du monde exécuté pendant les années 1836 et 1837 sur la corvette La Bonite*.
Paris: Arthus Bertrand, 1845, vol. 1, p. 141.

ao passo que os brancos tê-la-iam desenvolvido não por dádiva biológica, mas sim por conta dos predicados da vida civilizada, como se a “civilização” fosse um fator externo à vontade humana, à semelhança da “natureza”.

Ao contrário de La Salle, um médico seu compatriota que visitou a Corte brasileira vários anos depois não cria que a liberdade pudesse trazer melhorias aos negros:

“A praga do Brasil, a calamidade que pesa sobre este belo país é a escravidão; e entretanto, no estado atual das coisas, a emancipação dos escravos seria um mal para o país e para os próprios negros [*noirs*]. Esta crença não resulta de uma idéia pré-concebida, os fatos a confirmam plenamente. O pequeno número de ladrões que se acham no Brasil são em geral escravos tornados livres. Não é raro de se encontrar negros [*noirs*] que, sob a condição de escravos, se mostram bons, ativos e trabalhadores, e que, uma vez postos em liberdade, se fazem viciosos, bêbedos, debochados e saqueadores. Ao negro [*nègre*] não peça a previdência; ele vive cada dia, não se pode fazê-lo compreender que, livre de seus ferros, deve trabalhar para viver; ele repele instintivamente toda espécie de trabalho; ele não aprecia a liberdade senão porque ela lhe oferece a perspectiva do ócio. (...) a raça negra nos parece pouco suscetível de civilização. O que produziu até agora, sobre as populações negras do Senegal, a vizinhança com os estabelecimentos franceses de Saint-Louis e de Gorée? nada, absolutamente nada (...). A observação demonstra que, transportados para outro país, os negros [*noirs*] conservam sua ignorância secular; os exemplos que estão sob seus olhos não contribuem nada para o desenvolvimento de sua inteligência, eles assistem ao movimento da civilização sem tomar parte dele”.⁴²⁷

Alphonse Rendu esboçou, assim, um conjunto de traços bastante incisivo dos negros, baseado em demonstrações dadas pela realidade de suas experiências sociais. Libertos do cativo, os ex-escravos permitiriam aflorar com grande força seus vícios e

⁴²⁷ Alphonse Rendu - Études topographiques, médicales et agronomiques sur le Brésil. Paris: J. B. Baillière/ Londres: H. Baillière, 1848, pp. 31-3.

defeitos, idéia reiterada por vários lugares europeus das ciências e das construções ideológicas senhoriais. Rendu, neste excerto, conseguiu reunir as características mais comuns impingidas aos africanos, ou aos negros enquanto “raça”: larápios, ébrios, concupiscentes, imediatistas, desprezados, indolentes. E, além disso, pouco passíveis de emenda ou estímulo intelectual e social, o que faria suas vidas serem regidas por determinantes imutáveis, sem perspectivas de progresso.

Este médico francês esteve no Brasil entre 1844 e 1845. Justamente na década anterior, acirravam-se no Brasil preocupações políticas com relação às ameaças que os africanos poderiam trazer aos projetos civilizadores ambicionados pelas elites nacionais. Jaime Rodrigues já demonstrou, com eficiência, os debates surgidos neste contexto:

“De forma cumulativa, o africano (escravo ou liberto) foi sendo responsabilizado pela ‘corrupção dos costumes’, num processo que se acentuou nos anos de 1830 e 1840. Os diferentes aspectos dessa suposta corrupção começavam a definir com maior precisão as diferenças entre brancos e negros no campo da cultura e do comportamento. Essas diferenças eram estabelecidas em função do grau de civilização para medir seu adiantamento ou atraso em uma escala de valores”.⁴²⁸

O historiador dedica um capítulo de seu livro a peças políticas e acadêmicas produzidas então, no Brasil, sobre os males sociais atribuídos aos africanos, responsáveis pela degeneração social e pelo impedimento à formação de um “povo brasileiro” que atendesse aos requisitos exigidos por um país escravista em processo de delineamento e afirmação de uma identidade nacional. Além disso, havia a tensão causada pelo medo do haitianismo, a permanente ameaça de que a numerosa massa escrava, de maioria africana, repetisse a experiência assustadora ocorrida na colônia francesa.⁴²⁹ Eivados de temor e repulsa, pois, estes discursos brasileiros casavam-se perfeitamente com as falas estrangeiras sobre os africanos. A partir da década de 1830,

⁴²⁸ Jaime Rodrigues – O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Editora da UNICAMP/ CECULT, 2000, pp. 31-2.

⁴²⁹ Ver J. Rodrigues, O infame comércio..., pp. 31-68. Ver também, entre outros, David P. Geggus *et alii* – The Impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World. Columbia: University of South Carolina Press, 2001.

o cenário intelectual europeu caminhava em direção ao recrudescimento das formulações racistas que – mesmo heterogêneas em seus embates – se tornariam hegemônicas na segunda metade do século.

Em 1837, o médico belga P. P. Broc (1782-1848)⁴³⁰ lançou uma obra que traduz as tendências desse momento. Professor de anatomia e fisiologia relativamente obscuro, seu livro não ganhou grande repercussão contemporânea ou posterior. Entretanto, é um bom parâmetro dos termos em que estavam postas então as discussões raciais. Logo de início, seu conceito de “espécie” recupera as teorias climáticas do século XVIII:

“Em zoologia, dá-se o nome de espécie aos animais que têm a faculdade de procriarem entre si e gerarem seres semelhantes, que por sua vez conservem esta mesma faculdade. Os homens formam, então, uma mesma espécie, e as diferenças que apresentam, segundo os climas que habitam, constituem o que se chamam raças ou variedades”.⁴³¹

Não por acaso, o próximo tópico do ensaio são considerações sobre as características do orangotango, para diferenciá-los da espécie humana, como crítica a “alguns naturalistas”, sem nomeá-los, que o aproximam dos homens.⁴³² Ora, a necessidade de se fazer tal ressalva indica o quanto esta idéia ainda estava em voga. Já sobre a origem única ou plural das raças, Broc afirma ser “impossível responder a esta questão, a não ser que se limite a considerá-la do ponto de vista filosófico”. Talvez por motivos religiosos ou convicções científicas, o médico preferiu não escolher entre a monogenia ou a poligenia. Mas suas considerações seguintes, sobre as divisões da espécie humana, demonstram aparentemente uma resistência às concepções do racismo biológico:

⁴³⁰ É comum confundir-lo com o célebre médico e antropólogo racista francês, Paul Pierre Broca (1824-1880). Como “Broc” e “Broca” são, muito possivelmente, variações do mesmo sobrenome, cogitei a hipótese de que fossem pai e filho, ainda mais porque possuem as mesmas iniciais dos primeiros nomes. Entretanto, não encontrei mais dados biográficos sobre o médico suíço, nem mesmo o que significam iniciais “P. P.”. Sobre o pai de Paul Broca, por outro lado, consegui apenas a informação de que era também um médico, cirurgião da armada napoleônica.

⁴³¹ P. P. Broc - *Essai sur les races humaines considérés sous les rapports anatomique et philosophique*. Bruxelas: Établissement Encyclographique, 1837, p. 01.

⁴³² P. P. Broc, *Essai sur les races humaines...*, p. 02.

“A natureza não fez as raças; ela criou os indivíduos, e nós é que os reunimos de maneira a formar grupos (...). Muito pouco numerosos, eles facilitam extremamente o exercício de operações intelectuais, mas abrangem seres bastante diferentes uns dos outros; excessivamente numerosos, ao contrário, tornam essas operações extremamente complexas, mas não nos aproximam muito da verdade, que se encontra apenas no indivíduo”.⁴³³

Broc apresenta, em seguida, um quadro-resumo dos principais autores e seus critérios classificatórios da diversidade humana, incluindo Lineu, Blumenbach, André Duméril, Virey, Malte-Brun e Bory de Saint-Vicent. Mas posiciona-se claramente a favor do método adotado pelo médico Pierre Nicolas Gerdy (1797-1856) que, a partir das cores da pele, dividiu as raças humanas em branca (“*blanche*”), amarela (“*jaune*”), negra (“*nègre*”) e vermelha (“*rouge*”) – apresentadas nesta ordem. Segundo Broc, a proposta reuniria os seguintes atributos: “simplicidade; agrupamento de objetos suficientemente análogos auxiliados por algumas divisões; nada oferece de chocante; generalidade tal de características que nenhuma das partes do todo é negligenciada”.⁴³⁴

O autor passa, então, a analisar cada raça em suas características físicas, sempre partindo da classificação de Gerdy, mas incluindo subdivisões extraídas de outros autores. Também utiliza o conceito de “sub-gêneros” como sinônimos para “raças”, dentro das quais haveriam ainda as “variedades”. Neste sistema, o “terceiro sub-gênero” comportava as “variedades negras” (*varietés noires*). Condenando autores antigos que criaram fábulas sobre os negros, Broc aponta alguns progressos no conhecimento destes povos, provavelmente se referindo a produções dos séculos XVII e XVIII:

“(…) depois vieram os infatigáveis viajantes, e mais tarde os sábios e suas deduções fecundas, então as discussões se esclareceram, as contradições foram explicadas, as fábulas desapareceram e as verdades incontestáveis foram adquiridas pela ciência. E não é espantoso que numerosos erros tenham sido cometidos: considerando a raça negra de uma maneira geral, cada escritor, cada viajante a descreveu conforme a tinha

⁴³³ P. P. Broc, *Essai sur les races humaines...*, p. 06.

⁴³⁴ P. P. Broc, *Essai sur les races humaines...*, p. 07.

observado; um havia visto a Etiópia, outro a cafraria, um terceiro o país dos hotentotes, outros enfim conheceram os negros das colônias, população negra formada duma multiplicidade de elementos disparatados e modificados pelo contato mais ou menos prolongado com a população branca”.⁴³⁵

Para erradicar essas imprecisões, Broc estabeleceu a existência de sete “variedades negras”, sendo que somente três habitavam o continente africano: etíopes, cafres e hotentotes.⁴³⁶ E caracterizou cada uma delas, iniciando pela “raça negra em geral” (*race noire en général*) e pela “variedade negra propriamente dita ou etíope” [*variété Nègre proprement dite ou Éthiopienne*]. Estes critérios são bastante próximos dos de Buffon, que também diferenciava os cafres e hotentotes como uma variedade africana “menos negra”.⁴³⁷ Após dialogar com autores dos séculos XVII e XVIII que se dedicaram a investigar a origem fisiológica e anatômica da cor negra, como Claude-Nicolas Le Cat, o médico chega à conclusão de que ainda não havia uma causa definida para o fenômeno, apenas o fato de todos os autores admitirem a existência de uma “matéria colorante particular”. De qualquer forma, Broc achava esta questão de interesse secundário:

“A cor negra não é, talvez, o fator mais fundamental na organização do negro, já que, despojado desta característica que não bastaria para ocasionar sua inferioridade em relação à raça branca, ele conserva diferenças mais profundas, capazes de, ao primeiro aspecto, provocar entre ele e o europeu, por exemplo, um intervalo imenso (...)”.⁴³⁸

⁴³⁵ P. P. Broc, *Essai sur les races humaines...*, p. 16.

⁴³⁶ “Por um longo tempo se pensou que a raça negra era confinada na África e ao sul do Atlas; é lá de fato que se acham os etíopes, os cafres e os hotentotes, sua origem permanece completamente desconhecida; mais tarde, a descoberta de ilhas Oceânicas e da Austrália provou que a raça negra se estendia bem além da África. Os papuas, os australianos, certas populações das ilhas Filipinas, se apresentaram com características que eram possíveis de se confundir com aquelas que pertencem às três raças que nomeei anteriormente”. (P. P. Broc, *Essai sur les races humaines...*, p. 21).

⁴³⁷ *Apud*: M. Duchet, *Anthropologie et Histoire...*, p. 268.

⁴³⁸ P. P. Broc, *Essai sur les races humaines...*, p. 18.

Temos visto ao longo desta tese que, ao menos a partir do século XVIII, a cor escura da pele era quase unanimemente considerada um valor estético negativo, assim como os traços fisionômicos dos negros. Broc, como herdeiro e potencializador destas concepções, caprichou numa descrição física completa da “variedade negra”, responsável pelo tal “intervalo imenso” que a separava da branca:

“Cabeça do negro: fronte estreita, crânio comprimido na direção das têmporas, mais arredondado na região occipital, nuca mais chata ou menos côncava. Caixa craniana com capacidade interna menor do que a de outras raças. A parte anterior do maxilar superior e o queixo são obliquamente inclinados um sobre o outro, assim como os dentes incisivos que, em algumas tribos, são pontudos como os de animais carnívoros. As arcadas zigomáticas são muito volumosas (...). Quanto às partes moles desta região, é necessário notar que os músculos mastigadores são muito possantes, o nariz é achatado, os lábios muito grossos (...). As sobrancelhas são salientes e um pouco crespas, o olho grande, redondo, proeminente, muito humilde [*très-humilde*]. O tecido da esclerótica parece um pouco amarelado. A pupila é mais contraída do que na nossa espécie. Os cílios são muito curtos, as orelhas são mais largas do que as nossas (...). O queixo é curto e arredondado, retraído em direção à parte anterior do pescoço. Os cabelos são negros, lanosos, curtos, frisados como pele de astracã, e a cabeleira na totalidade assemelha-se a uma calota arredondada e não forma aqueles 5 pontos que constituem uma característica de beleza na face do europeu”.⁴³⁹

Após tratar detidamente da cabeça, o médico passa a mapear os principais caracteres anatômicos e fisiológicos do corpo dos negros, não sem antes fazer uma observação fundamental: “Desde que comentei sobre a estreiteza da cavidade craniana, é evidente que o cérebro do negro é também menos volumoso. As circunvoluções das superfícies dos hemisférios são menos numerosas, menos profundas”. E emenda:

⁴³⁹ P. P. Broc, *Essai sur les races humaines...*, p. 18.

Independentemente destas marcas profundas de animalidade [*empreintes profondes d'animalité*], o resto da superfície do corpo vai nos oferecer, no negro, características conformes e que não desmentem as que venho traçando. Os membros torácicos pendem mais baixos que em nossa raça, pois têm um úmero muito longo. A região lombar é muito arqueada, as nádegas pequenas e arrebitadas. As coxas e as pernas têm uma curvatura sensível, os pés são chatos, tornozelo pouco elevado. O calcanhar é muito proeminente, o corpo tende para frente, o joelho um pouco flexionado, a massa muscular da panturrilha é pouco desenvolvida, todas as disposições que dão ao negro este caminhar requebrado, esta marcha derreada, como se diz, que caracterizam ritmo de andar. Segundo muitos naturalistas, o sangue dos negros é mais escuro que o dos brancos; sua bile e todos os outros humores oferecem a mesma característica, assim como o tecido dos músculos. (...) Segundo Meckel, a substância cortical do cérebro é enegrecida. (...). Seu suor é fétido, amoniacal, mancha a roupa branca [*linge*]. O temperamento destes homens é fleumático”.⁴⁴⁰

A trajetória explicativa de Broc delinea-se, pois, claramente: começa por minimizar a importância estrita da cor da pele para, em seguida, demonstrar que eram as conformações anatômicas e fisiológicas as verdadeiras determinantes das características diferenciais dos negros. E, para concluir esta etapa de argumentos e introduzir outra, alerta:

“Não nos esqueçamos, entretanto, da pequenez do cérebro e da grossura dos nervos que dali emergem. É característica anatômica de importância extrema, pois explica perfeitamente a inteligência tão pouco desenvolvida, e a atividade dos sentidos tão notável, que pertence quase que exclusivamente à raça negra; a este respeito, sua organização não deixa nada a desejar”.⁴⁴¹

⁴⁴⁰ P. P. Broc, *Essai sur les races humaines...*, p. 19. Vale lembrar que “fleumático” foi exatamente o termo usado por Lineu, em 1758, para descrever uma das características inerentes aos africanos, em sua taxonomia da espécie humana.

⁴⁴¹ P. P. Broc, *Essai sur les races humaines...*, p. 19.

Assim, o médico fundamenta-se no **corpo** peculiar dos negros, compreendido em suas formas e funções (com destaque para o tamanho cérebro), como chave explicativa de suas capacidades intelectuais limitadas e de sua entrega aos sentidos físicos. Para esmiuçar o perfil comportamental dos negros, evoca Virey, que já havia ressaltado as habilidades naturais dos negros: olfato sutil, ouvido sensível à música, gosto sensual, gulosos, ágeis, possuidores de faculdades imitativas, exímios na dança, esgrima, natação e equitação. Enfim, eram os negros perfeitamente aptos a qualquer atividade relacionada estritamente às necessidades e possibilidades corporais. E, guiados unicamente pelos instintos físicos, seriam dados naturalmente a extremismos: “nada mais terrível que o seu desespero, nada mais sublime do que sua devoção. O negro muda rapidamente de sensações. Para estes homens, não há outro freio que não a necessidade, e outra lei que não a força, que ordenam sua constituição e a natureza de seu clima”.⁴⁴² Com respaldo de arrazoado de tamanho prestígio, Broc arremata:

“Assim, por sua moral e sua organização física, o negro apresenta alguma analogia com os animais mais próximos do homem. Sua inteligência, dominada pelas vísceras, tem, custosamente, alguns rompantes raros e passageiros; escravo das sensações, ele obedece a todas as influências; privado do magnífico privilégio acordado ao homem por seu criador, ele não sabe comandar a natureza (...), é um ser miserável, escravo do primeiro que lhe lança ferros, e reduzido a usufruir, em sua existência, não mais do que as sensações capazes de incitar suas vísceras”.⁴⁴³

Depois dessa conclusão, de pouco adiantam os momentos introdutórios desta obra, quando o autor se esquivou de se definir como monogenista ou poligenista, ou quando condenou naturalistas que buscavam similitudes entre os negros e os orangotangos. Ele mesmo acabou admitindo tal aproximação, especificando que se dava pelo aspecto “moral” e “físico”. De nada valeram, tampouco, suas ressalvas às limitações dos critérios taxonômicos para a espécie humana. E quem, após a leitura

⁴⁴² Julien Joseph Virey, *apud*: P. P. Broc, *Essai sur les races humaines...*, p. 20.

⁴⁴³ P. P. Broc, *Essai sur les races humaines...*, pp. 20-1.

desta última passagem, poderia crer na afirmação inicial do médico, de que “a verdade se encontra apenas no indivíduo”?⁴⁴⁴ Certamente, o peremptório rol de marcas criado para delimitar a “variedade negra propriamente dita” não combinava com o preâmbulo do livro. Broc prega claramente a regência da anatomia cerebral e corporal sobre o temperamento e aptidões dos negros, aproximando-se de uma concepção racista fundada na hierarquização biológica da variedade humana. No interior desta concepção, as “raças”, ou termos considerados sinônimos, passaram a representar principalmente a soma de características anatômicas e fisiológicas comuns a um dado grupo humano,⁴⁴⁵ e que seriam determinantes de todas as dimensões de sua existência: caráter, índole, organização social, talentos, tendências comportamentais e, por fim, seu estado de civilização ou barbárie.

Como temos acompanhado, este ensaio de Broc publicado na década de 1830 é uma peça cujas teses e hipóteses dialogam com produções do século anterior que, semeadas no terreno fértil do início do século XIX, geraram frutos progressivamente mais nefastos. Mas quem julgar esta metáfora exageradamente apaixonada e homogeneizante, poderá voltar agora aos nossos viajantes e encontrar algumas vozes dissidentes.

Numa visita à fazenda Nossa Senhora da Luz, próxima da cidade do Rio, Maria Graham notou que lá tudo era cuidado “por escravos africanos, metade dos quais são recentemente importados, (isto é, ainda estão sofrendo pela separação de tudo aquilo que faz um lar estimado, mesmo para um selvagem)”.⁴⁴⁶ Mas, ainda que admitindo o estado bárbaro do africano, logo vai em sua defesa:

“Saí antes do desjejum, com um negro carpinteiro como meu guia. Este homem, com pouca instrução, aprendeu sua arte não somente para ser um bom carpinteiro e marceneiro, mas também um razoável moveleiro, e

⁴⁴⁴ P. P. Broc, *Essai sur les races humaines...*, p. 06.

⁴⁴⁵ No dicionário da Academia Francesa de 1835, a primeira definição para “raça”, diferentemente do que vimos nas edições setecentistas do mesmo compêndio, é: “uma multidão de homens que são originários do mesmo país, e se assemelham pelos traços do rosto, pela conformação exterior. A raça caucasiana, a raça mongólica, a raça malaia”. Os exemplos escolhidos para ilustrar o vocábulo adotam, pois, a divisão das variedades humanas apresentada por Blumenbach. (*Dictionnaire de L'Académie Française*. Paris: Firmin Didot Frères, 1835, p. 553. Disponível em: <http://portail.atilf.fr/cgi-bin/dico1look.pl?strippedhw=race&dicoid=ACAD1835&headword=&dicoid=ACAD1835>).

⁴⁴⁶ M. Graham, *Journal of a Voyage...*, pp. 195-6.

em outros aspectos mostra uma rapidez de entendimento que não dá suporte à pretensa inferioridade do intelecto negro. Fiquei bastante satisfeita com as observações que ele fez a respeito de muitas coisas que para mim eram novas, como o perfeito conhecimento que ele parecia ter de todos os trabalhos do campo”.⁴⁴⁷

Também Auguste de Saint-Hilaire fez questão de apontar algumas habilidades dos escravos africanos, mas se referiu a atributos de outra ordem. Após ver o trabalho de quatro negros remadores que o transportaram certa vez pela baía, afirmou:

“Não há um só viajante que não tenha tido a ocasião de observar que, em todos os exercícios que necessitam de medida e precisão, os africanos são geralmente superiores aos povos da Europa. Seus cantos e danças são bárbaros, sem dúvida; mas eles sabem dar a isso uma exatidão que é freqüentemente desconhecida dos franceses de classe inferior”.⁴⁴⁸

O naturalista ficou impressionado com a destreza daqueles homens e, embora não apreciasse as danças africanas (nada civilizadas), ainda achou mais ritmo nelas do que nas expressões de seus compatriotas pobres. Mas ainda que elogioso, o texto de Saint-Hilaire não foge de limitar a virtude dos africanos ao âmbito corporal, conforme Virey havia patenteado mais de duas décadas antes.

Ao visitar o Valongo em 1844, Jules Itier emitiu, porém, uma opinião que destoava dos argumentos científicos mais abalizados da época:

“Uma incontestável expressão de inteligência reinava sobre as figuras de todos estes negros, e a prontidão com a qual aprenderam a falar o português corrobora esta observação. *Hélas!* A escravidão logo terá secado o germe desta inteligência nativa, e em menos de um ano, se dirá deles com verdade: são brutos”.⁴⁴⁹

⁴⁴⁷ M. Graham, *Journal of a Voyage...*, p. 196.

⁴⁴⁸ A. Saint-Hilaire, *Voyage dans les Provinces...*, tomo I, p. 03.

⁴⁴⁹ J. Itier, *Journal d'un voyage...*, p. 57. Uma década antes, Eduard Bosche havia feito observação semelhante: “A alma do negro contém germes que, competentemente desenvolvidos, prometem magníficas florescências e frutos. Nas atuais circunstâncias [como escravos no Rio de Janeiro], todavia, o seu círculo de idéias é muito acanhado, limitando-se unicamente aos gozos materiais. Gostam apaixonadamente de dança, de

Para este compatriota de Virey e Saint-Hilaire, a escravidão era o único mal que condenava os negros à ignorância e à vida bruta. O testemunho de Ida Pfeiffer, praticamente contemporâneo, também alerta para as prendas dos africanos:

“No Brasil, todo tipo de trabalho pesado e sujo, doméstico ou não, é feito pelos negros, que aqui, de fato, substituem as classes baixas. Muitos, entretanto, aprendem ofícios, e freqüentemente são comparados aos mais habilidosos europeus. Vi negros nas mais elegantes oficinas, fazendo roupas, sapatos, tapeçaria, artigos de ouro ou prata, e encontrei várias moças negras elegantemente trajadas trabalhando nos mais finos vestidos para senhoras, ou no mais delicado bordado. Eu freqüentemente pensei estar sonhando quando contemplei estas pobres criaturas, a quem tinha imaginado vagando livres por suas florestas nativas, exercendo tais ocupações em lojas e casas! Ainda assim, eles não parecem lamentar sua situação tanto quanto seria de se supor – estavam sempre felizes, e se divertindo com seu trabalho.

Entre a chamada classe educada local, há muitos que, a despeito de todas as provas de habilidade mecânica, assim como de inteligência em geral que os negros freqüentemente demonstram, persistem na assertiva de que eles estão tão inferiores dos brancos em capacidade mental, que só podem ser vistos como um elo entre a tribo dos macacos [*monkey tribe*] e a raça humana. Concordo que eles estão algo atrasados em relação aos brancos em cultura intelectual [*intellectual culture*]; mas acredito que isso não seja porque têm dificuldade de aprendizado, mas porque sua educação é totalmente negligenciada. Não são fundadas escolas para eles, nenhuma instrução lhes é dada – em uma palavra, nem o mínimo é feito para desenvolver as capacidades de suas mentes”.⁴⁵⁰

música e das mulheres, entregando-se imoderadamente ao uso das bebidas alcoólicas. Consideram-se os mais felizes dos homens com um copo de aguardente, podendo dançar e cantar ao som de um instrumento qualquer de sua invenção com a rainha preta dos seus corações”. (Quadros alternados..., p. 228).

⁴⁵⁰ I. Pfeiffer, *A woman's journey...*, pp. 17-8.

Diferentemente de Itier, a autora não vê problemas na escravidão em si, mas apenas no fato de os senhores não darem estudo a seus escravos. Além de elogiar seus talentos manuais, ainda explicita a “inteligência em geral dos negros”. Pfeiffer descobriu, assustada, que, ao contrário da imagem que cultivava, dos negros vivendo selvagens na África, eles também se vestiam e trabalhavam elegantemente à moda européia. Em suma, ela culpa as elites locais pelo impedimento à evolução intelectual dos escravos, que não reconheceriam nestes virtude alguma e os aproximavam dos macacos, respaldados tanto pela ciência quanto pelo senso comum da época.

Tendo estado no Rio de Janeiro no mesmo ano de Itier, Melchior Yvan divide com os leitores, através de uma historieta, algumas reflexões oriundas do contato com a escravidão no Brasil:

“(…) Eu me perguntava por qual fatalidade a raça etíope [*race éthiopienne*] era, desde uma espantosa sucessão de séculos, submetida à servidão, e até quando deveria se perpetuar o estado de abjeção no qual ela vive. Antes de ter percorrido o Brasil, acreditava na inferioridade nativa dos homens desta raça e tudo me parecia se explicar por esta causa; mas, desde que vi estes seres infelizes, pude me convencer de que sua aptidão não é inferior à inteligência que desenvolvem os naturais incultos de nossos países [*qui déploient les naturels incultes de nos contrées*], esta explicação não teve mais valor para mim, e fui obrigado a procurar numa outra ordem de idéias a razão de sua humilhação”.⁴⁵¹

O médico francês explica, então, que teve a oportunidade de abordar o tema com um velho padre “que era um dos mais fervorosos e inexoráveis defensores do tráfico e da escravidão”.⁴⁵² Ao ser questionado sobre a legitimidade divina da escravidão, o sacerdote se enfureceu:

“Você me pergunta estas coisas porque é um insensato, porque não tem nenhuma crença, porque abandonou a fé de seus pais sem ter refletido, sem ter comparado sua majestade imponente e sua unidade à

⁴⁵¹ M. Yvan, *La Chine...*, p. 158.

⁴⁵² M. Yvan, *La Chine...*, p. 158.

divergência dos sistemas que o persegue e que o perde num labirinto do qual não pode sair. Você, francês galhofeiro e cético, dobre-se diante da razão que lhe fala e me escute!”⁴⁵³

E seguiu exaltado, desfiando um longo rosário sobre a causa da escravidão por castigo divino, e que os negros eram descendentes dos amaldiçoados por Deus, etc. Yvan, por sua vez, não chegou a apresentar uma defesa contra a inferioridade do negro, limitando-se a criticar os argumentos católicos através de uma descrição totalmente caricata do padre, concluindo, ao fim do discurso dele:

“Permaneci aniquilado sob esta linguagem apaixonada e veemente, e ao retornar a minha casa, me apressei em transcrever esta bizarra conversa, que encerrou tudo o que eu tinha para contar sobre minha estada no Brasil.

Esqueci-me de dizer que o padre*** tinha os olhos azuis, e que Esquirol nos dizia freqüentemente que os indivíduos de olhos claros eram, mais do que os outros, predispostos às afecções mentais”.⁴⁵⁴

Esta ironia tem uma graça adicional: médico ridicularizou e desautorizou o padre escravocrata através de uma construção científica racista sobre os brancos.

Duas décadas antes, outro homem de fé esboçou uma tese bastante diferente dos argumentos teológicos do desafeto de Yvan. Robert Walsh construiu uma narrativa em gradação na qual explicita suas idéias sobre os africanos no cativo, ou livres dele. Esta espécie de parábola inicia-se na alfândega, onde o autor desembarcou e viu pela primeira vez “a população negra [*negro population*] sob circunstâncias bastante impressionantes para um estrangeiro”:

“Lá havia uma porção de seres inteiramente nus, com exceção de alguns trapos imundos em volta de suas cinturas. Suas peles, pela constante exposição ao tempo, haviam se tornado ásperas, com crostas, enrugadas, parecendo o espesso revestimento preto de algum animal, ou como aquele do

⁴⁵³ M. Yvan, *La Chine...*, p. 159.

⁴⁵⁴ M. Yvan, *La Chine...*, p. 163.

elefante, um coro engelhado povoado de escassos pêlos. Ao contemplar essas pessoas, enxergava-se-lhes com uma organização física semelhante à de seres de uma classificação abaixo do ranque do homem [*a grade below the rank of man*]; longos calcanhars salientes, o abdômen retraído, e sem panturrilhas nas pernas; seus lábios e queixos protuberantes, seus narizes achatados, suas testas recolhidas, tendo exatamente cabeças e pernas da tribo dos babuínos [*baboon tribe*].⁴⁵⁵

Este pastor irlandês assim expressou os impactos do primeiro olhar, quando achou os negros, provavelmente africanos, desprovidos de humanidade e morfologicamente próximos a paquidermes e babuínos. Segue, ainda no cenário da alfândega, descrevendo suas atividades e comportamentos: escravos que empurravam carretos com cargas muito pesadas, outros acorrentados pelas pernas e pescoços, alguns que iam em fila carregando enormes fardos sobre as cabeças e “tagarelado a mais inarticulada e melancólica cadência enquanto andavam”. Finalmente, outros ainda eram vistos “deitados no chão puro entre imundícies e refugos, dobrados sobre si como cachorros, exibindo um estado de conformismo tão desumano, que eles não somente pareciam, mas realmente estavam muito abaixo dos animais inferiores à sua volta”, como cavalos e mulas. O viajante tinha tanta certeza do estado degradado e animalesco destes negros que afirmou que “alguns deles pareciam realmente invejar os paramentos de seus camaradas animais [*fellow brutes*], e olhavam com ciúmes seus arreios cintilantes”.⁴⁵⁶ Este cenário de desolação e horror fez com que Walsh constatasse que os negros “somente se encontravam no estado em que Deus e a natureza tinham lhes designado; que eles eram o mais baixo grau da existência humana, e o elo que conectava esse grau ao bruto, e que a gradação era tão imperceptível, e suas naturezas tão mescladas, que não era possível dizer onde terminava uma e começava outra”.⁴⁵⁷

Continuando seu passeio pedagógico, o pastor e seus companheiros ouviram o som de uma música militar vindo de uma rua próxima e logo se depararam com soldados em desfile fúnebre pela morte de um coronel:

⁴⁵⁵ R. Walsh, *Notices of Brazil...*, vol. 1, p. 134.

⁴⁵⁶ R. Walsh, *Notices of Brazil...*, vol. 1, p. 135.

⁴⁵⁷ R. Walsh, *Notices of Brazil...*, vol. 1, p. 136.

“Eles eram todos de diferentes tons de preto [*black*], mas a maioria era de negros [*negroes*]. Seu uniforme era excelente; eles usavam casacos escuros, calças brancas e cintos e barretes de couro pretos, todos com suas armas, seguiam em perfeita ordem. Sua banda produziu doce e agradável música, de composição própria do líder, e os homens fizeram algumas evoluções com precisão e destreza. Eles eram apenas um regimento militar, contudo tão bem equipado e disciplinado como um de nossos regimentos de linha. Aqui estava, então, o primeiro passo na gradação pela qual a população negra [*black population*] deste país ascende na escala de humanidade [*scale of humanity*]; ele avança de um estado abaixo do da besta de carga para uma posição militar, e se mostra capaz de disciplina e melhoramento como um ser humano de qualquer outra cor”.⁴⁵⁸

Mais duas situações mostraram a Walsh essas possibilidades de evolução dos negros. Na “pequena classe de comerciantes” e, em bem menor número, nos escravos que levavam “uma certa soma a cada noite para seus proprietários, daquilo que ganham em seu dia de trabalho”, o viajante pôde observar mais traços de civilidade e correção:

“Eles eram todos de aparência limpa e composta, e tinham um decoro e senso de respeito superior aos brancos da mesma classe. Todos os seus produtos eram de muito boa qualidade, e mantidos com asseio, e eles vendiam-nos com simplicidade e confiança, não pensando em tirar vantagem alheia, nem desconfiando que pudessem fazer isso com eles”.⁴⁵⁹

Finalmente, o narrador termina sua parábola ambientando a cena final numa igreja católica, na qual entrou acompanhando um funeral de um desconhecido, convidado por alguém que acompanhava a procissão:

“O ofício fúnebre foi recitado por um coral de padres, um dos quais era negro, um homem grande e atraente, cujo rosto preto de azeviche um forte e surpreendente contraste com suas vestes brancas. Ele parecia

⁴⁵⁸ R. Walsh, *Notices of Brazil...*, vol. 1, p. 137.

⁴⁵⁹ R. Walsh, *Notices of Brazil...*, vol. 1, p. 138.

desempenhar sua parte com um decoro e solenidade que não observei em seus confrades”.⁴⁶⁰

Walsh conclui então que, em apenas um dia desembarcado, viu “um negro africano [*African negro*] sob quatro aspectos da sociedade”; e pareceu-lhe “que em cada um deles seu caráter [*character*] dependeu do estado no qual se encontrava, e da posição que ocupava”. Recapitulando as quatro contingências, o pastor destacou a miséria, a bestialidade, a nudez acintosa e intelecto aparentemente deficiente do “escravo desprezado”. Ao soldado, atribuiu asseio, postura, disciplina e perícia em seus exercícios, mostrando “o porte e o ser [*being*] de um homem branco em situação análoga”. Já os vendedores lhe pareceram, “como cidadãos”, notáveis pela respeitabilidade de sua aparência e “o decoro de seus modos na posição designada a ele”. Por fim o padre, “reputado na casa de Deus”, num patamar no qual é exigido um preparo moral e intelectual, e um certo grau de superioridade, mostrou-se “ainda mais devoto em suas impressões e mais correto em seus modos do que seus colegas brancos”.⁴⁶¹

Após demonstrar com paciência essa trajetória de exemplos, Robert Walsh pôde então arrematar sua tese:

“Cheguei, portanto, à irresistível conclusão de que a cor é uma contingência que atinge a superfície de um homem, não tendo mais a ver com suas qualidades do que suas roupas – que Deus criou igualmente um africano à Sua imagem, e deu-lhe igualmente uma alma imortal; e que um europeu não tem pretexto algum, exceto sua própria cobiça, para impiedosamente empurrar seu irmão deste ranque na Criação, designado a ele pelo Todo-Poderoso, e degradá-lo abaixo do grupo das bestas brutas que perecem”.⁴⁶²

Deste modo, sua defesa dos africanos e a crítica à escravidão fundamentam-se claramente na crença da igualdade daquele povo frente ao europeu, destacando como

⁴⁶⁰ R. Walsh, *Notices of Brazil...*, vol. 1, pp. 139-40.

⁴⁶¹ R. Walsh, *Notices of Brazil...*, vol. 1, pp. 140-1.

⁴⁶² R. Walsh, *Notices of Brazil...*, vol. 1, p. 141.

diferença apenas cor da pele. Por outro lado, infere-se dos argumentos do viajante irlandês que os africanos só poderiam demonstrar sua equidade ontológica se inseridos em nichos sociais civilizados de natureza essencialmente branca e européia, ainda que num contexto colonial.

Dabadie, escrevendo um ano após o fim do tráfico de escravos para o Brasil, complementa o pensamento de Walsh ao apontar a causa última do interesse na reificação dos negros:

“De todas as questões de filosofia social que agitam o espírito moderno, não há uma mais importante do que a escravidão, nem que tenha motivado discussões tão ardentes. Desdenhosos da experiência, e em insurreição declarada contra o bom senso, os teóricos da escravidão acumulam, pela necessidade de sua causa, os sofismas, as contradições e os absurdos mais estranhos. Os negros [*noirs*], a seus olhos, não são somente de raça [*race*] inferior: são animais obedientes aos impulsos maquinais do instinto, mas inteiramente desprovidos de julgamento, vontade e moral; em uma palavra, de tudo o que constitui o homem e faz dele um ser individualizado [*personnel*]”.⁴⁶³

Entretanto sabemos que, a despeito das nobres intenções, esta explicação é incompleta e de “mão única”. As teses degradantes sobre os negros ou africanos enquanto grupo humano contribuíram fortemente para legitimar as práticas escravistas. Mas essas produções foram geradas a partir de várias trajetórias intelectuais e estéticas européias, em seus diálogos mútuos. Há tempos os historiadores aprenderam que formulações científicas e políticas de dominação social andam de mãos dadas – ou se estapeando – mas é temerário estabelecer alguma hierarquia ou prevalência entre esses campos.

⁴⁶³ F. Dabadie, *A travers l'Amérique...*, p. 30.

Johann Moritz Rugendas,⁴⁶⁴ diferentemente, preferiu indagar qual o estado de civilização dos negros na própria África, alertando a importância da questão “para o cientista” e “para o estadista”:

“O que parece certo é que não há hoje uma única tribo de negros na África que ainda se encontre em estado de selvageria (...). Mesmo as tribos mais rudes vivem dentro da estrutura e dos costumes que constituem as sociedades civilizadas: encontram-se, entre eles, chefes cuja autoridade é reconhecida, leis, diferenças de casta, homens livres e escravos, grandes e pequenos, sacerdotes e leigos, tudo o que representa as conseqüências necessárias dessas formas de vida social”.⁴⁶⁵

⁴⁶⁴ Há várias hipóteses e polêmicas sobre a redação do texto da obra do pintor. Pablo Diener, ao abordar o processo editorial do livro, fornece as seguintes informações a respeito: “Ao que parece, para a série de viagens pitorescas Engelmann [o editor de Rugendas] necessitava, além de imagens, de textos que as complementassem. Para cumprir com o que a casa editora lhe exigia, nosso artista tomou seus desenhos como roteiro temático e recorreu à correspondência que enviou aos familiares, às recordações e aos livros de alguns dos viajantes que antes dele estiveram no Brasil. De fato, muitos trechos foram abertamente transcritos ou, no melhor dos casos, inspirados nos livros de Spix e Martius, do Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, de Eschwege e de Koster (...). O escritor Victor-Aimé Huber, a quem o *Dicionário Biográfico Alemão* atribui a autoria do texto, era um grande amigo e quase conselheiro de João Maurício. A biógrafa [Gertrud] Richert, no seu livro sobre Rugendas – que também teve como fonte Rudolf Elvers (1872) – nos conta que, quando nosso artista mudou-se para Paris em julho de 1826, com vista à publicação do seu livro, Huber era correspondente na capital francesa da famosa editora alemã Cotta. Ali compartilharam a mesma casa e o dia-a-dia parisiense. Porém, as relações de Huber com Cotta foram desfeitas, e o escritor teria se encarregado do texto introdutório do livro-álbum, de orientação geral, a partir das informações que Rugendas lhe contava. (...). Richert certamente influenciou todos os demais que escreveram sobre o *Viagem Pitoresca*, à exceção de Newton Carneiro, que, mesmo usando partes significativas do livro desta pesquisadora, credita a Rugendas a autoria do texto no livro-álbum sobre o Brasil”. (Pablo Diener e Maria de Fátima Costa, *Rugendas e o Brasil...*, p. 100). Antes de Diener, Robert Slenes já havia discutido esta questão dialogando com os dados de Elvers e afirmando que, embora esclarecedores, não são conclusivos: “Em primeiro lugar, Elvers dá a impressão de que Huber cuidou de pesquisar e resumir o que chamaríamos hoje de ‘as fontes secundárias’. Além disso, apresenta Huber como especialista sobre a questão da escravidão, o que talvez seja um exagero, mas provavelmente indica algum conhecimento prévio da bibliografia sobre esse assunto. Entretanto (...), o livro principal que Huber usou sobre o Brasil deve ter sido conhecido por Rugendas. O artista, portanto, teria tido condições de dialogar com seu amigo nesse nível bibliográfico, não somente com relação a suas próprias ‘anotações’. Em segundo lugar, é de se perguntar se Rugendas foi mesmo (como imagina Elvers) um informante passivo, que apenas esclarecia para o verdadeiro autor os dados empíricos em seus desenhos, ou se não tinha um papel mais ativo, ao nível inclusive da própria conceituação do trabalho. (...). Finalmente, não está claro se o manuscrito que Huber ‘terminou’ antes de partir definitivamente de Paris é o mesmo texto que foi enviado posteriormente à editora. Os fascículos de *Viagem Pitoresca* começaram a sair do prelo por volta de janeiro ou fevereiro de 1827; portanto, o texto do primeiro número (e talvez o de outros) havia sido entregue por Rugendas antes de sua viagem a Augsburg. Contudo, ainda em setembro de 1830 o editor do livro cobrava do artista a remessa do manuscrito em alemão para o 14º. Fascículo. Enfim, durante mais de três anos Rugendas segurou esse texto (e, supõe-se, os seis restantes), o que seria coerente com uma possível prática sua de revisão”. (R. Slenes, “As provações de um Abraão africano...”, p. 277).

⁴⁶⁵ J. M. Rugendas, *Viagem Pitoresca...*, pp. 73-2. É interessante perceber como esta noção de “sociedades civilizadas” coincide com aquela de Ferdinand Denis ao afirmar como os africanos, no cativeiro, mantinham a

O pintor prossegue elencando mais traços de civilização: impérios, cidades populosas, exércitos, comércio, dispositivos legais e instituições religiosas. E acrescenta:

“Esse grau de civilização parece ser, na África, a um tempo bastante antigo e estagiário. Pelo menos seria difícil dizer com precisão qual a influência exercida sobre essa civilização por tal ou qual acontecimento importante da história. Aliás, a civilização européia parece, ela mesma, demasiado recente para conservar a lembrança dos primeiros passos da civilização na África”.⁴⁶⁶

Esta sutil ironia sobre a civilização européia insere-se no longo e intrincado discurso anti-escravista de Rugendas, dialógico e capcioso para leitores escravocratas mais desavisados. Robert Slenes foi pioneiro em desvendar os meandros argumentativos, alegorias e metáforas, em textos e imagens, do pintor bávaro em defesa dos africanos. A análise dos excertos da Viagem Pitoresca através do Brasil que se segue é, pois, explicitamente tributária dos trabalhos deste historiador.⁴⁶⁷

Após tratar das conquistas européias na África, da escravidão enquanto instituição e do funcionamento do tráfico, Rugendas começa a questionar como seria possível a dominação senhorial, já que a experiência havia demonstrado que, “pela força, os negros ganhariam na maioria das colônias”. O autor sugere, então, que “esse estado de coisas assente numa preponderância moral” do branco sobre o negro. Mas logo acrescenta:

“Isso, entretanto, não exclui o aperfeiçoamento do negro, nem a possibilidade, para ele, de se tornar um dia igual ao branco. Como se procurou justificar pela inferioridade física e moral dos negros a escravidão

“transmissão do poder guerreiro”, considerando a “supremacia da inteligência” e a existência da “luta das nações”. (ver F. Denis, Brasil..., p. 126).

⁴⁶⁶ J. M. Rugendas, Viagem Pitoresca..., p. 73.

⁴⁶⁷ Além de “As provações de um Abraão Africano...”, ver também: “African Abrahams, Lucretias and Men of Sorrows: Allegory and Allusion in the Brazilian Anti-slavery Lithographs (1827-1835) of Johann Moritz Rugendas”. *Slavery and Abolition*, 23, (2002): 147-168; e “Overdrawn from Life: Abolitionist Argument and Ethnographic Authority in the Brazilian ‘Artistic Travels’ of J. M. Rugendas, 1827-1835”. *Portuguese Studies* (no prelo).

em si, bem como todos os seus abusos, não é de se espantar que, por outro lado, os filantropos tenham denegado o fato e que, no entusiasmo pelos negros, tenham ido tão longe que chegaram a prejudicar a boa causa que defendiam, tanto pelos exageros quanto pelas conclusões apressadas tiradas de fatos particulares. E seus adversários não hesitam em se aproveitar dessa fraqueza. Que existam negros instruídos e civilizados e que se possam citar atos generosos deles, isso nada prova; a existência da República do Haiti não basta para justificar tudo o que foi dito em prol dos negros. E ainda que concordássemos que o mecanismo dos governos europeus é uma verdadeira obra-prima do espírito humano e da civilização, ainda assim não nos seria permitido afirmar que se façam necessários méritos tão grandes e faculdades tão completas para imitar-lhes a engrenagem. É evidente que a administração do Haiti não passa, a despeito das formas republicanas, de uma simples imitação da burocracia européia, tal qual nasceu da Revolução Francesa e do Governo Imperial”.⁴⁶⁸

Construindo um texto pendular, Rugendas consegue desautorizar aqueles que justificavam a escravidão pela inferioridade dos negros, mas também critica os argumentos filantrópicos baseados em exemplos isolados sobre as capacidades dos africanos. Além disso, ao minimizar a importância da experiência haitiana desfere duas hábeis estocadas: de um lado, contribui para afastar a aura de terror que se criou em torno dos africanos; de outro, despreza a forma de governar européia, que conseguiu ser imitada pelos negros, quem os próprios europeus julgavam inferiores. Nesta armadilha, restava ao leitor mais sensível a única conclusão de que os negros eram, no mínimo, iguais aos brancos. Agora era, então, momento de retroceder – e Rugendas o fez afirmando que a superioridade do branco sobre o negro era “intrínseca e orgânica”:

“Essa superioridade talvez se explique por uma maior intensidade do sistema nervoso, por uma maior atividade de suas funções, uma harmonia mais perfeita em todas as circunstâncias da vida; pelo menos, partindo desses fatos conhecidos, podemos concluir pela existência dessas qualidades

⁴⁶⁸ J. M. Rugendas, *Viagem Pitoresca...*, pp. 84-5.

a nosso favor. Todos os dias ocorrem coisas que, abstração feita da vantagem da civilização, provam uma superioridade real e física do branco sobre o negro, que este é o primeiro a reconhecer. Assim mesmo, onde age o constrangimento, estabelecem-se entre o negro e o branco relações que se identificam de preferência como as do filho para com o pai; e nada mais fácil, para um bom patrão, do que transformar a escravidão em benefício para ambas as partes”.⁴⁶⁹

Mesmo reconhecendo a inferioridade do negro no sentido físico, o viajante foi esquivo ao definir por quais meios isso se dava: “talvez” pelo maior funcionamento do sistema nervoso, os brancos obtivessem “mais harmonia em todas as circunstâncias”, etc. Além disso, se o negro reconhecia a superioridade dos senhores brancos, Rugendas sugeria que os últimos deveriam, naturalmente, ser os responsáveis por uma conduta de dominação humana e razoável – apoiando-se, inclusive, no conceito de infantilização dos africanos ao mencionar justamente a hierarquia entre pais e filhos. E ainda vai adiante:

“Não se tire, porém, dessa inferioridade do negro a conclusão da necessidade da escravidão, mas sim outra dedução: a de que essa preponderância do branco dispensaria a sanção legal e que somente os abusos poderiam acarretar algum perigo, pois os negros, embora reconhecendo a nossa preeminência, têm à sua disposição forças físicas suficientes para se revoltarem, violentamente, contra um jugo por demais pesado. E irritados e exasperados nada os retém; as forças físicas dos brancos cedem diante dos cataclismos da natureza. O branco vê-se tomado de um terror semelhante ao que o negro sente nas suas relações habituais com os brancos”.⁴⁷⁰

Revertendo o argumento da inferioridade dos negros em favor deles na situação de cativo, o artista bávaro reforça a suposta superioridade senhorial para defender o

⁴⁶⁹ J. M. Rugendas, *Viagem Pitoresca...*, p. 85.

⁴⁷⁰ J. M. Rugendas, *Viagem Pitoresca...*, p. 86.

estabelecimento de tratos escravistas sem a necessidade de “sanções legais”. E, sendo que apenas “abusos” despertariam a revolta dos escravos, toda a culpa pelo sucesso ou desastre dessas relações dependeria exclusivamente do comportamento senhorial, já que os escravos se mostravam cordatos desde que reconheciam a superioridade dos senhores. A propósito, se no parágrafo anterior o autor havia se valido da tese sobre a puerilidade dos negros, agora lembrava outra, igualmente veiculada: sua forte propensão à violência, pela qual, quando provocados, “nada os detém”. E assim foi que Rugendas começou a imobilizar os argumentos escravistas em sua teia retórica. Porém não se satisfaz de todo. Passou a discutir sobre os direitos de liberdade e propriedade:

“Em última análise, a persuasão de ter o homem o direito de ser livre baseia-se numa crença acima de qualquer discussão; e o direito que tem o mais forte de dominar o mais fraco é pelo menos tão antigo quanto o do mais fraco de se tornar independente do forte. Ora, é sobre esse direito do mais forte que se alicerçam os dispositivos legais, que fazem do escravo a propriedade do senhor. Se a liberdade é sagrada, não o é menos a propriedade. De modo que os defensores dos direitos do homem não têm outro recurso senão o de arrancar pela força os escravos a seus senhores; dificilmente conseguiriam, com efeito, persuadir os senhores de que não têm o direito de conservar os negros que compraram ou herdaram porque estes, por sua vez, têm o direito de ser livres. É mais fácil, e mais vantajoso para os negros que se procura proteger, persuadir os colonos e, em geral, os partidários da escravidão, de que seu próprio interesse manda que renunciem a suas pretensões, pelo menos em parte”.⁴⁷¹

Ao final desta passagem, o autor confessa a estratégia de seu texto: convencer os escravocratas, com argumentos que fariam sentido para eles mesmos, a abrirem mão de seus interesses ainda que parcialmente.⁴⁷² Entretanto, quem entendesse estas palavras

⁴⁷¹ J. M. Rugendas, *Viagem Pitoresca...*, pp. 86-7.

⁴⁷² Neste sentido, Rugendas foi bastante realista: “Enquanto não se tiver feito isso, convém não discutir acerca da necessidade de emancipar os escravos, nem dos meios de empreendê-lo e realizá-lo da maneira mais satisfatória para todos; pois uma tal discussão não teria outro resultado senão o de opor os direitos naturais aos direitos criados pela lei; e estes terão sempre a vantagem de uma demonstração clara e de uma posse atual. Não importa que a emancipação dos escravos negros na América seja de direito natural ou não, que lese ou

apenas como uma sugestão de relações escravistas mais humanitárias ou lenientes, se surpreenderia com o próximo parágrafo:

“Que os proprietários tornem a situação dos seus escravos tão suportável quanto possível (o que fazem de bom grado por ser de seu próprio interesse); disso resultará, em verdade, que os escravos sentirão menos o peso da opressão. Mas, não se imagine que quando tiverem adquirido certo bem-estar e certas aptidões (conseqüências necessárias de um bom tratamento), e quando a superioridade do branco tiver desaparecido ou diminuído, possam esses negros ser mantidos mais tempo no estado de inferioridade legal em que os coloca a escravidão. (...). Mas, se por meios violentos, por tratamentos severos, por tudo que torna a escravidão ainda mais dura, se tentasse consegui-lo, o único resultado seria os escravos se libertarem pela força desses males insuportáveis. Então, as insurreições e as violências, incompatíveis com qualquer espécie de direito civil e suscetíveis de conduzir qualquer governo à derrocada se tornariam inevitáveis, mesmo que os escravos não conseguissem dominar. Isso porém acabaria fatalmente por acontecer, porquanto a força bruta estaria a seu lado. Não há, pois, escolha: ou emancipar os negros que se acham preparados para a liberdade civil, para a igualdade de direitos, ou sujeitar-se à explosão de todas as paixões de que a natureza animal do homem é capaz”.⁴⁷³

Destarte, Rugendas culmina seu encadeamento lógico de reflexões deixando pouca margem de manobra para os escravocratas. Em seguida, faz apologia do trabalho livre, versando sobre suas vantagens econômicas para, finalmente, encerrar seu arguto libelo defendendo a emancipação progressiva dos escravos.⁴⁷⁴ O pintor, pois, construiu um texto capaz de mobilizar os discursos contemporâneos mais comuns sobre a inferioridade dos negros e a legitimidade da escravidão, revertendo-os em favor dos

não as vantagens garantidas pela lei aos proprietários; ela é a conseqüência da ação de forças latentes e os proprietários só podem conservar as suas vantagens renunciando, voluntariamente, a uma parte de seus direitos”. (J. M. Rugendas, *Viagem Pitoresca...*, p. 87).

⁴⁷³ J. M. Rugendas, *Viagem Pitoresca...*, pp. 87-8.

⁴⁷⁴ Ver J. M. Rugendas, *Viagem Pitoresca...*, pp. 88-91.

escravos. Estas estratégias admiráveis, aplicadas tanto aos textos quanto às gravuras da obra, constituem um exemplo tático excepcional entre os viajantes investigados aqui.

Situando estas produções na arena de uma realidade histórica específica, vimos que as práticas discursivas são, antes de tudo, práticas sociais nas quais os sujeitos mais diversos estão em constantes embates, convergências e apropriações. Em poucas palavras, aplicadas a esse estudo, vimos viajantes que, embora contra a escravidão, eram convictos da inferioridade dos africanos – ou vice-versa – e julgá-los contraditórios seria um anacronismo dos mais crassos. E ainda existem casos mais diferenciados, como a lição que nos deixou Rugendas.

Agora que já podemos visualizar, em seus diálogos, as principais vigas das concepções degradantes e racistas sobre os africanos, vistos sob as “lentes européias” dos viajantes que estiveram na cidade do Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX, passaremos à última gradação deste escrutínio. Este capítulo começou demonstrando a consciência dos visitantes estrangeiros sobre a diversidade escrava: eles eram negros, eram africanos, e, nas palavras de Ferdinand Denis, compunham um “mundo desconhecido”, com “mil nuances” que, no mais das vezes, foram chamadas de raças ou nações, cada uma delas com idiosincrasias físicas e de caráter. Ao dividirem os africanos segundo estes critérios, os viajantes atingiam o nível mais particular do procedimento de rotular povos humanos não europeus, “diferentes e desiguais”.⁴⁷⁵

⁴⁷⁵ Este binômio, muito útil, foi cunhado por Silvia Hunold Lara como título para um projeto de pesquisa sobre os negros na América portuguesa setecentista e que resultou em sua tese de Livre-docência: *Fragmentos Setecentistas...*

IV

A TAXONOMIA DAS NAÇÕES

Em 1833 o Museu Real de Berlim recebeu, devidamente imersas em líquidos conservantes, treze cabeças de escravos que haviam sido mortos numa rebelião no Brasil.⁴⁷⁶ O escultor e gravador Johann Gottfried Schadow, então diretor da Academia de Artes de Berlim, fez bom proveito do material. Durante década de 1820, quando começou a ter sua visão prejudicada, o célebre prussiano passou a escrever sobre teoria da arte. Partindo de um diálogo crítico com as teses de Pieter Camper, Schadow trabalhou com a mensuração de rostos de homens, mulheres e crianças, produzindo desenhos que tentavam deduzir uma escala de proporções humanas baseada em observações reais, e não no cânone clássico derivado das estátuas antigas.

O resultado de seus estudos foi publicado em dois grandes álbuns de litografias em edição bilíngüe, com textos em alemão e francês, como manuais para artistas plásticos. Em 1834, foi lançado o volume Polyclet,⁴⁷⁷ dedicado exclusivamente a modelos europeus. No ano seguinte, Schadow apresentou outra obra, agora com estudos fisionômicos sobre vários povos não europeus.⁴⁷⁸ No atlas que acompanha este livro, há uma gravura confeccionada a partir das cabeças de negros depositadas no museu (fig. 75). Neste painel, cada modelo é reproduzido frontalmente e de perfil. Da esquerda para a direita, na parte superior da

⁴⁷⁶ Ver H. Honour, The image of the Black..., p. 20.

⁴⁷⁷ Policleto, escultor grego que trabalhou entre 450 e 420 a.C. Não se tem exemplo de nenhuma de suas obras originais; apenas várias cópias romanas. Dentre elas, a mais importante é o “Doríforo”, estátua na qual, acredita-se, o artista incorporou um sistema de proporções matemáticas que resultaria num padrão ideal de beleza masculina. (Ver Dicionário Oxford de Arte. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 417-18).

⁴⁷⁸ J.G. Schadow – National-Physiognomieen, oder Beobachtungen über den Unterschied der Gesichtszüge und die äußere Gestaltung des menschlichen Kopfes/ Physionomies nationales, ou Observations sur la différence des traits du visage et sur la conformation de la tête de l’homme. Berlim:s.e., 1835.

litografia, estão um homem “mulato” ou “pardo”, uma “mulher Angola” ou “Maku” de 13 anos de idade, e uma menina “crioula”, de apenas três anos. Na faixa central, a primeira cabeça é identificada apenas como “Cabinda”. Ao lado, um jovem “Moçambique” ou “Makuba” de 15 anos, e um homem “Monjolo”, de 27. Na zona inferior da gravura, estão desenhados crânios de uma “mulher Cabinda”, um “Congo” (provavelmente homem) e de uma “mulher Rebolo”. A respeito das conclusões de Schadow sobre estas cabeças, Hugh Honour afirma que “elas pouco modificaram suas pré-concepções”. Pois embora o material disponível fosse um sortimento inesperado de crânios e cabeças, ele não se intimidou em fazer generalizações sobre as fisionomias nacionais, com a devida referência aos trabalhos de Camper, Gall, Blumenbach e Cuvier: “quando a forma ou o tamanho de um crânio não era conforme as teorias raciais, isso era considerado simplesmente uma exceção que provava a regra”.⁴⁷⁹ Independentemente, porém, das elucubrações do artista, o importante é notar os nexos que ele estabelece com as teorias científicas e estéticas de fins do século XVIII e início do XIX, escrevendo na década de 1830, o que corrobora as idéias que temos desenvolvido nesta tese, sobre as apropriações oitocentistas das fortes heranças intelectuais legadas pelo século anterior.

Os nomes e idades dos negros contidos na gravura foram copiados por Schadow das próprias etiquetas que acompanhavam as cabeças quando chegaram ao museu, e não se sabe quem as classificou deste modo. Uma hipótese plausível é a de que tenham sido enviadas a Berlim por algum viajante prussiano que estava no Brasil durante a tal revolta e, se assim foi, essa nomenclatura provavelmente reproduziu os padrões aqui utilizados. Mary Karasch faz uma avaliação dos limites e contribuições das várias terminologias acionadas pelos viajantes ao elencarem as origens dos escravos africanos, destacando a validade desses critérios, a despeito de todas as ressalvas possíveis:

“Em comparação com os termos gerais que apontavam para um continente inteiro, os viajantes oferecem pistas mais específicas para a identificação dos africanos no Rio. Em alguns casos, registraram os nomes exatos dos grupos étnicos tais como os libolos de Angola, mas, em geral, repetiam apenas os nomes usados no Rio para as nações ou portos africanos que ouviam de seus informantes cariocas. São úteis, porém, porque apontam a existência de alguns

⁴⁷⁹ H. Honour, *The image of the Black...*, p. 20.

grupos étnicos específicos e identificam como os cariocas percebiam estes grupos antes de 1850. (...).

Esses diversos autores sugerem que havia pelo menos sete nações principais no Rio do século passado, bem como várias outras menores. As mais importantes eram mina, cabinda, congo, angola (ou loanda), cassanje (ou angola), benguela e moçambique. As menos numerosas, muitas incorporadas às nações principais eram gabão, anjico, monjola, moange, rebola (libolo), cajenge (jinga?), cabundá (bundo), quilimane, inhambane, mucena e mombaça. De forma inequívoca, esses termos imprecisos denotam, geralmente, portos de exportação ou vastas regiões geográficas, mas ao menos, dirigem a atenção para o Centro-Oeste africano e a África Oriental como terra natal provável da maioria dos africanos do Rio. Mas mesmo sem essa utilidade, a lista é importante porque revela de que forma os escravos africanos e seus descendentes se definiam e se agrupavam como nações no Rio de Janeiro”.⁴⁸⁰

Ao tratar de como os viajantes europeus registraram diversas nomenclaturas para os grupos africanos na Corte carioca, este capítulo gostaria de oferecer alguma contribuição para trabalhos que, partindo de perguntas e universos empíricos múltiplos, tematizam a reconfiguração das identidades africanas no contexto da diáspora atlântica. Nas últimas décadas, o famoso ensaio de Sidney Mintz e Richard Price, lançado em meados dos anos 1970, representa uma espécie de divisor de águas para essas discussões. Os dois antropólogos defendem a idéia de que os escravos africanos começaram a forjar uma nova cultura já durante a travessia atlântica, a partir da existência, compreensão e compartilhamento de uma “gramática cultural comum” que permitiria uma reconfiguração de valores culturais na experiência da escravidão:

“Por exemplo, embora a ‘feitiçaria’ pudesse figurar com destaque na vida de um grupo [de africanos] e estar ausente da de seu vizinho, os dois povos [enquanto escravos nas Américas] poderiam continuar a ratificar o princípio africano largamente difundido de que o conflito social era capaz de produzir

⁴⁸⁰ M. Karasch, *A vida dos escravos...*, pp. 44-5. O hercúleo e minucioso levantamento desta autora sobre povos e regiões africanas envolvidas no tráfico de escravos para o Brasil do século XIX servirá de referencial constante para este capítulo.

doença ou infortúnio (por meio de mecanismos que os ocidentais classificam de ‘sobrenaturais’, e dos quais a feitiçaria é apenas uma variação)”.⁴⁸¹

Por outro lado, as proposições John Thornton apresentam um contraponto às teses de Mintz e Price através o conceito de “zonas culturais”. Thornton argumenta que as comunidades de africanos e afro-descendentes nas Américas foram formadas por pessoas trazidas de apenas três grandes zonas culturais africanas e, entre elas, apenas sete sub-culturas, delimitando assim as possibilidades do legado cultural exercido na experiência da escravidão. Para compor essas zonas, o autor constrói quadros que apresentam a dinâmica cultural, social e comercial de determinadas regiões na África, que permitem a abordagem de contextos mais amplos, relacionando áreas geográficas, grupos lingüísticos e relações econômicas estabelecidas entre grupos e ou regiões.⁴⁸²

Outro caminho encontrado para investigar o processo de reconfiguração das identidades africanas após a diáspora é composto por estudos que discutem processos de atribuição e incorporação dos chamados nomes de nação entre africanos e seus descendentes na experiência da escravidão. Dentre a produção historiográfica nacional, dois nomes merecem ser lembrados por sua iniciativa de enfrentar e problematizar um terreno tão pantanoso, a partir da consciência de que trabalhos anteriores, que se limitavam a dividir os escravos por seu território de origem ou de embarque do tráfico – atribuindo-lhes então os chamados “nomes de nação” – estavam longe de fornecer dados satisfatórios sobre a população africana que chegou ao Brasil.

Maria Inês Côrtes de Oliveira abordou as confusões acerca das origens dos africanos vindos para a Bahia, desde os primeiros escravos trazidos no século XVI até meados do XVIII.⁴⁸³ Esses equívocos teriam ocorrido especialmente pelo uso impróprio de certos etnônimos. A autora mostra detalhadamente como se deu a criação dos principais nomes de nação relacionados ao tráfico para a Bahia, considerando o papel das visões de europeus e africanos ao forjarem nomes que passaram a designar categorias identitárias,

⁴⁸¹ Sidney Mintz e Richard Price – O nascimento da cultura afro-americana. Rio de Janeiro: Pallas, 2003, p. 29. [1ª. Ed.: The birth of African-American culture: an anthropological perspective. Boston: Beacon Press, 1976.].

⁴⁸² Ver J. Thornton, Africa and Africans...

⁴⁸³ Maria Inês Côrtes de Oliveira – “Quem eram os escravos da Guiné? A origem dos africanos na Bahia”. Afro-Ásia, 19/20, (1997).

além da influência da produção historiográfica e sociológica na legitimação ou mesmo invenção de identidades. Sua análise é realizada num quadro bem delineado, com ênfase nas formações sociais da África ocidental, considerando sempre os vários fatores envolvidos na formação de certos critérios classificatórios, principalmente aqueles associados ao tráfico de escravos e à estrutura e dinâmica das sociedades africanas em questão.

Mariza Soares, em seu Devotos da Cor, comunga de muitos pressupostos do trabalho de Côrtes de Oliveira tratando, na primeira parte da obra, de questões bastante semelhantes, a partir de recortes geográficos, temáticos e étnicos distintos. Soares incursiona por um longo período de produções a respeito do tráfico entre África e Brasil – desde Francisco Adolfo de Varnhagen a Charles Boxer, passando por Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Roger Bastide – para detectar um conjunto de critérios comuns, existente entre esses autores, ao classificarem os povos africanos, a despeito de terem sido gerados em contextos temporais e intelectuais absolutamente diversos:

“Uns privilegiam o tráfico, outros o estudo das culturas/ civilizações, mas é curioso como todos formulam suas classificações a partir de uma suposta distribuição espacial dos povos africanos. Digo suposta porque na maioria das vezes a referência é a procedência dos escravos (no sentido de portos de embarque). Este enfoque ignora os deslocamentos populacionais e os possíveis rearranjos por que passaram esses povos ao longo de cinco séculos de guerras e escravidão. Lembram a geografia e, bem ao gosto dos culturalistas, esquecem a história. Recortam o espaço e esquecem sua inserção no tempo”.⁴⁸⁴

A autora propõe, então, um conceito denominado “grupos de procedência”, noção que não eliminaria a importância da organização social e das culturas das populações escravizadas em suas origens, mas que privilegia sua organização no ponto de chegada. O caminho de seu estudo é, portanto, investigar como esses grupos de procedência se organizaram na cidade do Rio de Janeiro no século XVIII, acreditando que suas novas

⁴⁸⁴ Mariza de Carvalho Soares – Devotos da Cor. Identidade ética, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 59.

escolhas identitárias teriam tanto ou mais a ver com as condições do cativo do que com seu passado africano.⁴⁸⁵

Neste sentido, Soares comunga parcialmente das idéias de Mintz e Price, à medida que estes autores consideram que a condição desintegradora do tráfico de escravos e da escravidão teria frustrado a transmissão direta da cultura africana para a América, além de não admitirem a existência de blocos culturais relativamente homogêneos na África. Segundo eles, os africanos chegados na América foram obrigados a construir formas de organização social totalmente novas tendo passado, com isso, por um significativo processo de mudança cultural.

Na verdade, os vários paradigmas interpretativos utilizados para abordar as configurações das identidades e culturas africanas na experiência do cativo não são, em certos casos, necessariamente excludentes. Ou, ao contrário, podem fornecer chaves que desvendam algumas histórias, e não outras. A heterogênea produção bibliográfica sobre a experiência dos africanos na diáspora serve de alerta contra generalizações estanques, bem como lição de que o confronto com o universo empírico escolhido será – ou deveria ser – a principal fonte de hipóteses e conclusões.

Seja como for, todos estes trabalhos investigam, essencialmente, como os **próprios** africanos atuaram, em confrontos e acomodações no interior das relações de dominação escravista, para estruturar ou reestruturar suas identidades. Este capítulo, como os anteriores, caminha no sentido inverso destes esforços ao procurar entender, a partir de uma gama circunscrita de registros, como os olhares europeus caracterizaram a diversidade africana por meio de suas ditas “nações”, “raças” ou “tribos”. Porém, espera-se que os exercícios de análise aqui desenvolvidos não somente sirvam para evidenciar a construção e reiteração de certos discursos europeus, mas também possam inspirar conjecturas imediatas e interpretações futuras sobre como os escravos africanos participaram destes processos. Em outras palavras, a idéia é oferecer uma contribuição, ainda que pontual, para uma

⁴⁸⁵ Vejamos um exemplo eficaz dessas idéias: “enquanto na Bahia [os escravos procedentes da Costa da Mina] diferenciam-se internamente (jêje e nagô, por exemplo), no Rio de Janeiro, talvez por constituírem um grupo menor, são identificados apenas como ‘mina’. De certo ponto de vista, a procedência é uma forma de identificação atribuída, que o próprio grupo internaliza, passando então a se organizar segundo seu formato. É justamente isso que fazem os pretos-minas da cidade do Rio de Janeiro quando, em 1740, fundam a irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, formada por ‘naturais’ da Costa da Mina, Cabo Verde, Ilha de São Tomé e Moçambique”. (M. Soares, *Devotos da Cor...*, p. 117).

leitura mais complexa destas relações.⁴⁸⁶ Talvez essa última observação já esteja envelhecida. Mas, como vício ou virtude do ofício, os historiadores sempre gostam de lembrar.

1. Talentos, baldas e aparências

Entre os viajantes estudados não há um consenso a respeito dos lugares ou grupos de procedência dos africanos desembarcados no Rio de Janeiro. Pode-se afirmar, porém, que entre os nomes mais citados estão Angola, Congo e Moçambique, seguidos por Benguela, Cabinda e Mina, segundo confirma também a avaliação de Mary Karasch, que ainda ressalta dois fatores importantíssimos: de um lado, estes registros dos viajantes expressam possibilidades de reagrupamentos identitários empreendidos pelos próprios escravos; de outro, apontam como o restante da população poderia, por sua vez, construir, reconhecer ou legitimar certas nomenclaturas.⁴⁸⁷ Um bom termômetro dessas imbricações está no diário de Pascoe Grenfell Hill. Este capelão inglês reproduziu em seu livro anúncios sobre escravos fugidos.

Antes da análise direta destas fontes, é preciso pensar nos sentidos formais que podem ter, inseridas no relato. O viajante compõe seu registro sobre a escravidão no Rio por meio de algumas tópicas pitorescas. Primeiramente, a multidão negra nos mercados ao ar livre, composta por “diferentes tribos da raça humana [*different tribes of human race*], de todas as matizes e feições, que se aglomeram” e “oferecem uma cena curiosa e vivaz”. E, para dar aos leitores uma idéia deste universo, Hill afirma que “a proporção da população de cor [*coloured*] para a branca, na província do Rio de Janeiro em geral, é provavelmente

⁴⁸⁶ Ao introduzir os leitores à transcrição de um discurso sobre as relações escravistas escrito no século XVIII, Silvia Lara expressou esta preocupação com mais propriedade: “assim como os sujeitos históricos, suas falas e representações também estão em relação com outras visões de mundo, constroem-se no confronto com outras versões. As práticas discursivas são práticas sociais, portanto produzidas por seres sociais, isto é, seres que se constituem nas (e através das) relações sociais, plenas de confrontos, embates, lutas. O ‘mundo das idéias’ não é um mundo à parte nem exterior às lutas sociais”. (S. H. Lara – “Apresentação. Dilemas de um letrado setecentista”. In: Manoel Ribeiro Rocha – Etiópe Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído e Libertado. Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 21 (1991): 07.

⁴⁸⁷ Ver M. Karasch, A vida dos escravos..., p. 44.

não menos do que vinte para um”.⁴⁸⁸ Em seguida, vêm os carregadores de café, com pesados sacos à cabeça, tendo sua marcha pontuada pelo som de um chocalho manuseado pelo líder do grupo, a quem “os outros acompanham com suas vozes”.⁴⁸⁹ Neste ponto da narrativa, Hill interrompe o desfile das tópicas para fazer breves reflexões sobre as relações escravistas no Brasil, não se furtando, como quase todos os viajantes, a reiterar o bom tratamento dado aos cativos, bem como a possibilidade de obterem a liberdade por “sua própria indústria”.⁴⁹⁰ Apesar destes atenuantes, o capelão afirma que “não é incomum encontrar negros [*negroes*] nas ruas, caminhando lentamente com os pés acorrentados, geralmente para degradar um fugitivo recuperado. Anúncios de escravos fugidos freqüentemente preenchem uma coluna nos jornais”.⁴⁹¹ Assim, para documentar esta prática, Hill decidiu reproduzir em seu livro alguns destes textos. O procedimento embute, pois, dois intuitos: reforçar a veracidade de sua narrativa, bem como fornecer aos leitores mais um elemento típico do mundo escravista com que travou contato. O viajante avisa ainda que os anúncios que transcreveu foram “pinçados ao acaso do Jornal do Commercio, de 13/08/1842”.⁴⁹² Dentre eles, está o seguinte:

“Desapareceu no dia 16 corrente, da Rua do Cano, um negro barqueiro de nome Sebastião, nativo de Inhambane: um tanto encorpado, de baixa estatura, vestindo sujas calças e camisa brancas, e acompanhado de um cão preto que responde pelo nome de ‘Cara-linda’. Quem quer que possa apreendê-lo e levá-lo à Casa de Correção, e disso dar notícia no endereço acima será recompensado pelo trabalho”.⁴⁹³

Além do nome de nação, a descrição do escravo inclui sua profissão, tamanho e vestes, bastante comuns. Curioso é que nenhum adjetivo foi associado a “inhambane”, donde se pode pensar que, por si, o termo já carregava alguns atributos conhecidos, reconhecíveis aos olhos de eventuais transeuntes que cruzassem com Sebastião pelas ruas da cidade. Ao menos, a classificação serviria para indicar que o negro era africano ou, mais

⁴⁸⁸ Pascoe Grenfell Hill - Fifty days on board a slave-vessel in the Mozambique Channel, in april and may, 1843. Londres: John Murray, p. 03.

⁴⁸⁹ P. Hill, Fifty days on board..., p. 04.

⁴⁹⁰ P. Hill, Fifty days on board..., pp. 04-5.

⁴⁹¹ P. Hill, Fifty days on board..., p. 06.

⁴⁹² P. Hill, Fifty days on board..., p. 06.

⁴⁹³ P. Hill, Fifty days on board..., p. 06.

especificamente, um africano de tipo moçambique. Inhambane era um dos principais portos de exportação de escravos da África Oriental, região de onde veio entre 18% e 27% dos cativos desembarcados no Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX. Segundo Karasch, “uma vez que os africanos do Leste não eram bem conhecidos no Rio, os senhores tendiam a chamá-los todos de ‘moçambiques’, dando-lhes o nome da antiga colônia portuguesa”.⁴⁹⁴ Assim, mesmo que Sebastião tenha sido identificado por seu porto de origem, é provável que o etnônimo inhambane fosse associado aos moçambiques pelos olhares senhoriais. Vejamos casos mais comuns, de origem africana centro-ocidental:

“Escravos fugidos. – Fugiu, no dia 12 do corrente, à uma hora da tarde, um moleque de nome José, nação Congo; levou vestindo camisa e calça de algodão riscado de Minas, algo sujo de estar na cozinha: roga-se aos senhores pedestres de, no caso de o apreenderem, levá-lo à praia dos mineiros n. 41 B, em casa de Manoel Fernandes Machado Guimarães, que saberá recompensar o seu trabalho”.⁴⁹⁵

À semelhança do fujão anterior, este jovem escravo também não teve sua nação associada a qualquer outra característica, como no anúncio abaixo:

“Fugiu, no dia 8 corrente, às 8 horas da manhã, ao Dr. José Julio de Freitas Coutinho, morador na rua do Hospício, n. 106, uma preta sua escrava, de nome Maria, de nação Congo, a qual terá 25 anos de idade; é mais preta do que fula, tem cabelo cortado à gaforina, e é bem feita de corpo; tem bonita fisionomia, dentes claros e bem arrumados, sinais nos braços, e um de cortadura na chave de uma das mãos; levou vestido de chita escura, lenço de riscadinho e brincos de vidro escarlata; levou dois vestidos brancos, um de cassa de xadrez miúdo e outro de cambraeta, sapatos, meias, um xale de renda, uma saia de morim grosso e uma camisa do mesmo. Supõe-se que foi seduzida e esteja oculta, por ser mucama recolhida e prendada. Protesta-se contra quem a tiver, e pede-se a quem a descobrir que a leve à referida casa, onde será gratificado”.⁴⁹⁶

⁴⁹⁴ M. Karasch, *A vida dos escravos...*, p. 59.

⁴⁹⁵ P. Hill, *Fifty days on board...*, p. 08.

⁴⁹⁶ P. Hill, *Fifty days on board...*, p. 09.

No caso de Maria, as informações estão bem mais detalhadas: o tom de sua pele, descrição física, sinais corporais, as roupas e adornos que carregou consigo, sua índole e mesmo seu provável destino. Ainda assim, textualmente, nada disso a remete à nação congo. Porém, o fato de sua origem africana ter sido mencionada no anúncio não se limitou a diferenciá-la de uma crioula, e a mesma hipótese se aplica a Sebastião e José. Isso porque, como veremos, essas terminologias gerais poderiam embutir sentidos mais amplos, poderiam ajudar a identificar um africano, no interior de um universo escravista urbano, por meio de alguns signos, principalmente físicos e comportamentais, que lhes seriam qualidades inatas.

Mais de duas décadas antes de Hill transcrever esses trechos do jornal, Louis Claude Freycinet registrou, em 1820, algumas polarizações em torno das quais giravam os olhares sobre os escravos africanos:

“A espécie de negros [*l'espèce de nègres*] escravos que mais se encontra Rio de Janeiro provém de Angola e Benguela. Os brasileiros acreditaram, durante muito tempo, que lhes deviam dar preferência por causa da paciência que os distingue, e da facilidade com que suportam os trabalhos mais penosos. Mas pode ser que este aumento do seu número deva-se unicamente à facilidade que têm os estabelecimentos portugueses em procurá-los, nestes reinos, e fornecê-los ao Brasil. Os Angolanos propriamente ditos são brutos, eminentemente preguiçosos; eles trabalham com grande displicência; são os mais lentos de todos os negros. Eles aprendem o português com muita facilidade: comungam esta aptidão natural com os Benguelas. Notou-se que estes últimos são mais dispostos que os outros escravos a fugirem da casa de seus senhores. Geralmente bem dispostos, vivos, bastante alegres, sem rancores, os Cabindas são, entretanto, assaz preguiçosos, porque, em seu país, são quase sempre as mulheres que se ocupam dos trabalhos pesados: contudo, se são pegos abaixo dos vinte anos e se os orientarem bem, pode-se empregá-los em tudo; eles se distinguem principalmente por sua destreza. Os negros [*nègres*] do Congo têm quase as mesmas qualidades e os mesmos vícios, somente um pouco mais altos. Os indivíduos desta nação (ou destas nações, porque são infinitamente subdivididas) formam desenhos bizarros se tatuando

em diversas partes do corpo, mas raramente no rosto”.⁴⁹⁷

A descrição de Freycinet corrobora os movimentos do tráfico, que fizeram com que muitos e muitos povos diversos da África centro-ocidental acabassem agrupados em poucas nações. Entretanto, o próprio autor reconhece esse processo, quando se refere aos “angolanos **propriamente ditos**”, ou quando ressalva que o Congo abriga nações “infinitamente subdivididas”. Freycinet permite-nos inferir, ainda, que seu registro das características de cada grupo foi baseado em avaliações colhidas no Brasil. Os escravos de Angola eram conhecidos por seus atributos negativos com relação ao trabalho; entretanto, tinham a virtude de serem hábeis no aprendizado do português como os benguelas, que, embora carregassem a fama de fujões, pareciam expeditos e animados. Os cabindas – julgados preguiçosos através de um argumento etnocêntrico para as divisões de tarefas entre os sexos – eram promissores se treinados na juventude. Aos congos coube basicamente a mesma índole dos anteriores, sendo distintos apenas por atributos físicos: altura e tatuagens pelo corpo. Passando a tratar da costa oriental da África, Freycinet menciona apenas um grupo, o que coincide com a observação de Mary Karasch sobre os escravos vindos desta região:

“Os negros [*nègres*] de Moçambique passam por serem muito bons trabalhadores; adequam-se sobretudo às profissões de marinheiro, barqueiro,⁴⁹⁸ etc, etc, mas têm reputação de serem excessivamente mentirosos.

A propósito, notamos que quase todos os negros contraem mais defeitos por sua permanência no Rio de Janeiro, que não tinham ao chegar de seu país. Estes funestos progressos são devidos ao quadro de depravação que eles têm diariamente sob seus olhos, e às más companhias que freqüentam. Nada é tentado pela administração para reduzir estes males a melhores modos, seja por sensatas regulamentações da ordem, seja pelas benfeitorias da educação.

Salvo muito poucas exceções, os Moçambiques se adequam tão bem quanto os europeus a todos os gêneros; entretanto, colecionamos alguns poucos indicativos de sua devoção por seus senhores; entre eles, o simples apego é

⁴⁹⁷ L. Freycinet, *Voyage autour du monde...*, tomo I, p. 196

⁴⁹⁸ Vale lembrar que o escravo fugido Sebastião, identificado como “nativo de Inhambane”, tinha essa profissão – o que corrobora a associação, no Rio, desse porto de tráfico à nação Moçambique.

mesmo uma coisa assaz rara. Esta indiferença é devida em grande parte, sem dúvida, à maneira com que são tratados, aos maus princípios que lhes são dados e, sobretudo, ao contágio do exemplo”.⁴⁹⁹

Com exceção feita aos congolezes, Freycinet atém-se apenas às habilidades laboriosas dos vários grupos. Mesmo quando menciona aspectos de índole ou caráter, como a preguiça, a tendência à fuga ou à depravação, etc, estes aspectos vêm atados ao grau de adequação de tais ou quais africanos ao universo do trabalho escravo. Neste sentido, é exemplar a observação de Charles Lavollée, de 1844:

“Os negros, como os cavalos, são classificados por raças que têm suas qualidades particulares e seu valor corrente no mercado. As costas de Angola, do Congo e de Moçambique produzem espécies diferentes que podem ser aplicadas mais vantajosamente em certos trabalhos”.⁵⁰⁰

Estas afirmações estão no interior de uma horrorizada descrição do tráfico negreiro e, portanto, devem ser lidas em tom de denúncia e não de anuência ou naturalização destas práticas. É curioso notar como, quase adentrando a segunda metade do século XIX, o escritor francês ainda utiliza uma antiga acepção de “raça”, veiculada mais comumente no século XVIII, segundo vimos no primeiro capítulo.⁵⁰¹ E, como vários outros viajantes, Lavollée resume as origens dos negros em Angola e Congo, representando a África centro-ocidental, e Moçambique, para a costa oriental.

Johann Pohl, que esteve no Rio entre 1817 e 1818, seguiu a mesma intenção dos registros de Freycinet e Lavollée, mas excluindo a região oriental e incluindo povos exportados na costa ocidental:

“Em geral, os escravos naturais de Ada e de Mina são fortes e robustos; os de Cabo Verde e de São Tomé são fracos; os de Angola e especialmente os de

⁴⁹⁹ L. Freycinet, *Voyage autour du monde...*, tomo I, p. 196.

⁵⁰⁰ C. Lavollée, *Voyage en Chine...*, p. 40.

⁵⁰¹ No verbete “*race*” da *Encyclopédie...*, o segundo significado para o termo é “das espécies particulares de alguns animais, e sobretudo dos cavalos”. (*Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers...* Neuchâtel: Samuel Faulche, 1765, tomo 13, p. 740. Disponível em: [http://gallica.bnf.fr/scripts/catalog.php?CT=\(N050533%7CN050534%7CN050535%7CN050536%7CN050537%7CN050538%7CN050539%7CN050540%7CN050541%7CN050542%7CN050543%7CN050544%7CN050545%7CN050546%7CN050547%7CN050548\)](http://gallica.bnf.fr/scripts/catalog.php?CT=(N050533%7CN050534%7CN050535%7CN050536%7CN050537%7CN050538%7CN050539%7CN050540%7CN050541%7CN050542%7CN050543%7CN050544%7CN050545%7CN050546%7CN050547%7CN050548))).

Luanda possuem comumente distintas capacidades, especialmente para trabalhos mecânicos. Os do Congo são famosos como hábeis para plantações, ofícios e arranjo da casa”.⁵⁰²

Contemporânea do livro deste cientista austríaco, a obra de John Luccock sobre o Brasil contém opinião oposta, num pequeno trecho:

“A África leva do Brasil não somente gêneros secos [*dry goods*], como de se esperar, mas uma grande quantidade de produtos, como açúcar, bebidas alcoólicas, e mesmo artigos simples como arroz e farinha. (...). Não é, realmente, que o solo de Angola, Benguela e Congo seja infrutífero, mas o povo é apático, ignorante, e sem iniciativa”.⁵⁰³

Este juízo tão negativo do comerciante inglês a respeito dos africanos centro-ocidentais é somente um indício, entre vários outros, das avaliações divergentes construídas pelos olhares europeus. Entre os viajantes oitocentistas, encontram-se alguns registros díspares sobre as habilidades e caráter atribuídos aos escravos vindos da vasta região que compreende Congo e Angola e seus portos de tráfico. A mesma ressalva vale para Moçambique e outros vários pontos menos citados da costa oriental. Entretanto, como já havia anunciado Pohl, os “fortes e robustos” escravos desembarcados da Costa da Mina eram, inequivocamente, os mais prestigiados. Em 1824, Ernst Ebel explica a esse respeito:

“Os negros são importados da costa africana deste e daquele lado do Cabo da Boa Esperança, Moçambique, etc.; e isso porque, em virtude dos tratados,⁵⁰⁴ não podem ser adquiridos ao norte do Equador, mas como os que procedem dessa parte são os melhores e mais robustos buscam os pombeiros recebê-los também de lá por vias travessas. Contudo, não abundam estes no Rio. (...). As diversas raças africanas diferenciam-se quase à primeira vista pelas suas peculiaridades fisionômicas como pelo seu caráter de origem. Certa casta de negros, por melhor tratados que sejam, guarda seus vícios e instintos de origem,

⁵⁰² J. Pohl, *Viagem no interior do Brasil...*, p. 84.

⁵⁰³ J. Luccock, *Notes on Rio de Janeiro...*, p. 590.

⁵⁰⁴ Refere-se a uma das convenções de Viena, de 22 de janeiro de 1815, na qual Portugal comprometeu-se com a Inglaterra a abolir o tráfico ao norte do Equador.

enquanto outros, como os de Moçambique, são de índole mais branda e domável. Quase todos largam uma catinga, qual animais, que torna sua presença repulsiva ao forasteiro”.⁵⁰⁵

Esclarecendo o motivo político da diminuição de escravos da Costa da Mina no Brasil, o viajante letão ressalta ainda que estes eram mais raros na cidade do Rio. Em seguida, acresce mais um critério de diferenciação das “raças” africanas entre si: além de suas qualidades de caráter, Ebel menciona as fisionomias, mas não cita exemplo algum, diferente de autores que veremos logo adiante. Com relação à “índole” dos africanos, nomeia apenas a dos moçambiques: “branda e domável” – observação que, de certa forma, complementa a de Freycinet, que afirma que os escravos dessa origem “se adequam tão bem quanto os europeus a todos os gêneros [de trabalho]”.

Direta ou indiretamente, a maioria dos viajantes que registrou as nações africanas no Rio, com seus talentos, baldas e aparências, salientava estes aspectos para dar notícia, no limite, sobre quem poderia ser ou não um bom escravo. E essa constatação somente reforça o que temos tentado demonstrar: os testemunhos dos visitantes europeus, neste caso específico, foram mais informados pelo contato com a população carioca e os mecanismos do tráfico do que com concepções que traziam na bagagem – diferentemente de quando tratam dos africanos como uma só “raça” ou povo possuidor de uma série uniforme de características físicas, hábitos e índole, segundo vimos no capítulo anterior.

A boa fama dos escravos embarcados na costa oeste da África supra-equatorial era antiga no Rio de Janeiro e outras partes do Brasil oitocentista. Henry Ellis, em 1816, escreveu que “grandes variedades de caráter nacional [*national character*] são observadas pelos mercadores de escravos entre os africanos; aqueles da Costa do Ouro são considerados os mais inteligentes”.⁵⁰⁶ E Ferdinand Denis, que esteve na cidade desde aquele ano até 1831, corroborou os testemunhos anteriores:

“Os negros introduzidos no Brasil procedem, em geral, de Angola, Ambriz, Bengala, Cabinda, Moçambique e Congo. Desde as últimas leis repressivas,

⁵⁰⁵ E. Ebel, *O Rio de Janeiro...*, p. 43-4.

⁵⁰⁶ H. Ellis - *Journal of the proceedings...*, p. 11.

raras vezes se encontram os Coromantins,⁵⁰⁷ os negros da Costa do Ouro, aos quais geralmente se atribui mais inteligência que aos outros negros. Estes são muito procurados em toda a extensão do Brasil, e afirma-se que há muitos indivíduos desta nação que, havendo comprado a liberdade, têm legado a seus filhos bens consideráveis”.⁵⁰⁸

A Costa do Ouro propriamente dita corresponde à moderna Gana, entre a Costa do Marfim e o Benin. Entretanto, este nome geográfico não foi adotado amplamente pelos viajantes para descrever os africanos vindos desta região para o Brasil, em decorrência de certos deslocamentos políticos e culturais no interior da experiência do tráfico negreiro que logo visitaremos.

A repercussão da revolta dos malês motivou ainda mais os juízos – agora acrescidos de temor – a respeito dos negros ditos da Costa do Ouro. O naturalista George Gardner, que desembarcou no Rio um ano após a rebelião em Salvador e excursionou pelo Brasil durante cinco anos, produziu uma avaliação emblemática a esse respeito:

“O caráter e a capacidade do negro variam muito nas diferentes nações. Aqueles das partes setentrionais da África têm de longe os melhores traços [*the fines traces*]. Os escravos da Bahia são mais difíceis de lidar do que aqueles de outras partes do Brasil e, mais freqüentemente, acontecem lá tentativas de revolta mais do que em outros lugares. A causa disso é óbvia. Quase o total da população escrava daquele lugar é da Costa do Ouro. Tanto os homens quanto as mulheres são não somente maiores e de formas mais belas [*taller and more handsomely formed*] do que os de Moçambique, Benguela, e outras partes da África, mas têm muito maior energia, surgida, talvez, de sua relação próxima com o mouro e o árabe. Entre eles há muitos que lêem e escrevem árabe. São mais unidos entre si do que as outras nações, portanto são menos sujeitos a terem seus segredos divulgados quando planejam uma revolta”.⁵⁰⁹

⁵⁰⁷ Curiosamente, Denis foi o único viajante consultado a usar este nome para os escravos da Costa do Ouro no Brasil. Entretanto, o termo era bastante utilizado pelos europeus, ao menos desde o século XVIII, para se referir aos povos desta mesma procedência escravizados na Jamaica.

⁵⁰⁸ F. Denis, Brasil..., p. 152.

⁵⁰⁹ George Gardner - Travels in the interior of Brazil, principally through the Northern provinces, and the gold and diamond districts, during the years 1836-1841. Boston: Milford House Inc., 1973, p. 20.

Este jovem escocês, à semelhança de Pohl e Ebel, menciona as formas físicas privilegiadas dos negros da Costa do Ouro em relação a outros africanos. E, como outros viajantes, ressaltou também suas vantagens intelectuais e contumácia (promovidas pela proximidade dos árabes), principais fatores que teriam possibilitado sua coesão para concretizarem o plano da insurreição.

Como enunciado há pouco, certos movimentos do tráfico tornaram sinônimas as referências aos escravos da Costa do Ouro e os chamados “minas”, e é possível flagrar de maneira geral, nos registros de viajantes da década de 1840, uma mudança de tom ao descreverem esses povos, provavelmente em decorrência dos ecos dos malês. Sem dúvida, referências como “Costa da Mina”, ou “os minas” são bem mais comuns. Karasch esclarece esse deslocamento generalizante:

“No século XIX, mina já assumira muitos significados diferentes. Um dos usos seguia o velho costume português de chamar todos os que vinham da África Ocidental ou da costa da Guiné de mina, mas os portugueses também empregavam o termo num sentido mais restrito, para escravos exportados da Costa da Mina. O nome originara-se do castelo São Jorge da Mina, também chamado Elmina, na Costa do Ouro; e, por extensão, o litoral de Mina veio a identificar a região costeira a leste de Elmina, ou seja, do litoral da Costa do Ouro a oeste da Nigéria, ou toda a área da baía de Benin. No Rio do século XIX, essas definições de um mina, isto é, de qualquer africano ocidental ou de alguém vindo da baía de Benin, ocorrem nos registros, bem como a velha associação com a Costa do Ouro”.⁵¹⁰

Nicolau Parés nos fornece, por sua vez, uma breve arqueologia dos usos do termo “mina”, que complementa as informações de Karasch. O antropólogo parte do século XVI, explicando que o Forte de São Jorge da Mina já exportava, à época, escravos de várias partes da costa ocidental e mesmo da África central, como os trazidos do Congo. Em fins do século XVII, em decorrência de lutas tribais, alguns povos como os “gãs de Accra e os

⁵¹⁰ M. Karasch, *A vida dos escravos...*, pp. 63-4.

fante-anés de Elmina”⁵¹¹ ocuparam a costa do atual Togo, sendo que os gãs, oriundos da Costa do Ouro, foram desde então chamados minas pelos europeus. Remetendo-se a Pierre Verger, Parés lembra que a expressão “Costa da Mina” passou, aos poucos, a nomear não a Costa do Ouro, porém mais especificamente a Costa dos Escravos, “isto é, a costa a sotavento do Castelo de São Jorge da Mina, que se estendia do delta do rio Volta, em Gana, até a desembocadura do Rio Níger”.⁵¹² Em consequência deste processo, “mina, ou ‘preto mina’ podia designar africanos não só da Costa do Ouro como também da Costa do Marfim e da Costa dos Escravos”,⁵¹³ ou seja, quase todos os povos do Golfo do Benin. Tais processos de mudança semântica fizeram com que, nas diferentes regiões ou províncias do Brasil, o nome mina tivesse significados distintos:

“No Rio de Janeiro, referências a escravos da Costa da Mina aparecem desde inícios do século XVII e, como demonstram os compromissos de irmandades católicas de homens pretos do século XVIII, mina parece corresponder aos povos da atual República do Benin, chamados jeje na Bahia, sendo que essa denominação era então desconhecida no Rio de Janeiro. Já no século XIX, Debret menciona os mina, mina-*callava*, mina-*maí*, e mina-*néjos*. A denominação ‘mina-*callava*’, que [Nina] Rodrigues transcreve como mina-cavalos, é provavelmente uma referência a escravos embarcados no porto de Calabar, embora [Maria Inês Côrtes de] Oliveira pense que possam ser também escravos de Abomey-Calavi, às margens do lago Nokué. Os néjos equivaleriam provavelmente aos nagôs, ou talvez aos minas de Aneho (Pequeno Popo), enquanto os maí ou mahij seriam os mahis. Todos esses povos habitavam a área oriental do Golfo do Benin, o que confirma a ampliação da abrangência semântica e do domínio geográfico da denominação ‘mina’”⁵¹⁴

Parés utiliza justamente um dos viajantes mais famosos para documentar a flexibilidade e abrangência do etnônimo no Rio do século XIX. Debret registra sua classificação dos minas ao final de um rápida notícia sobre o tráfico de escravos, “como

⁵¹¹ N. Parés, A formação do candomblé..., p. 27.

⁵¹² N. Parés, A formação do candomblé..., pp. 27-8.

⁵¹³ N. Parés, A formação do candomblé..., p. 28.

⁵¹⁴ N. Parés, A formação do candomblé..., p. 28.

introdução”⁵¹⁵ a uma prancha contendo cabeças de negras, que ainda será examinada neste capítulo. Provavelmente, a permanência de 15 anos na Corte carioca permitiu que o pintor tivesse maior oportunidade de se familiarizar com etnônimos menos conhecidos. Além dos minas e suas ramificações, o autor cita também, como as “nações” a que pertencem “os negros mais comuns no Rio de Janeiro”: “benguela”, “ganguela”, “cassange”, “cabinda de água doce, cabinda mossouda, congo e moçambique”.⁵¹⁶ Vemos que, à semelhança dos minas, também os cabindas foram subdivididos por Debret. Mary Karasch comenta, a respeito desses etnônimos acionados pelo viajante, que os mossouda “são provavelmente os nsundis, que viviam perto da costa e da água salgada, porque as grafias alternativas de nsundi são mossunde e mussundi. Os cabindas ‘de água doce’ são mais difíceis de identificar, mas o uso que Debret faz de ‘água doce’ podem apontar para os que eram traficados pelas vias fluviais do interior, ou seja, os rios Ubangi e Zaire”.⁵¹⁷

Mas, por ora, voltemos aos minas. Jules Itier, em 1848, assim distribuiu os atributos de cada grupo africano:

“Os negros desta costa [Moçambique], assim como os de Sofala,⁵¹⁸ de Inhambane e de Quelimane passam por bons trabalhadores, tão submissos quanto inteligentes; vêm em seguida os negros do país de Cassange e de Benguela, que são também muito procurados pelos fazendeiros [*planteurs*]. Os do Congo propriamente dito são vistos como pouco inteligentes; são preteridos em favor dos negros de Angola. Os menos estimados pertencem ao país de Minas [*pays de Minas*], dos quais se usam, entretanto, um grande número no comércio; eles são ativos [*fiers*], corajosos, inteligentes, algo indomáveis; já foram vistos não hesitarem em se suicidar para se livrar de uma existência aviltante [*flétrie*]; este desprezo pela vida lhes tornou freqüentemente perigosos aos olhos de seus senhores (...)”.⁵¹⁹

Concordando com Freycinet e Ebel a respeito da maleabilidade dos escravos vindos dos portos orientais da África, Itier logo passa aos povos centro-ocidentais,

⁵¹⁵ J.B. Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica...*, vol. 2, p. 101.

⁵¹⁶ J.B. Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica...*, vol. 2, p. 103.

⁵¹⁷ M. Karasch, *A vida dos escravos...*, p. 53.

⁵¹⁸ Porto entre Inhambane e Lourenço Marques (atual Maputo).

⁵¹⁹ J. Itier, *Journal d'un voyage...*, p. 64.

nomeando as três nações mais citadas desta região (Benguela, Congo e Angola). Entretanto, atenção maior foi dada aos minas, descritos como os “menos estimados” – tipo de comentário que não se encontra em viajantes que escreveram até a década de 1830. A inteligência e as firmes qualidades de caráter destes negros continuaram sendo ressaltadas, mas agora com o propósito de demonstrar o quanto poderiam ser ameaçadores. Tendo visitado o Rio de Janeiro três anos antes de Itier, o norte-americano Walter Colton, capelão anglicano, escrevera algo parecido em seu diário:

“Domingo, 4 de janeiro. O comércio de escravos é ainda abastecido nos portos do Brasil. O governo, embora comprometido por um tratado contra isso, é conivente com o tráfico. De dez a quinze mil escravos são importados anualmente. Destes, os mina, do interior do norte da África, trazem consigo a maior força de caráter. Ele nunca subestima os infortúnios de sua sorte, e se submete indignado a um estado de servidão. Fala seu árabe arrastado [*deep-sounding*], e vê com desprezo a tagarelice [*twattle*] de outras tribos. Ele é consciente de seus recursos pessoais. Sua energia e indústria freqüentemente lhe promove a liberdade [*liberty*]. Sua presença no Brasil põe a estabilidade das instituições em perigo. Receia-se que ele possa, um dia, lutar por liberdade incondicional [*unconditional freedom*]”.⁵²⁰

É sintomático notar que Colton interessou-se em nomear e descrever apenas os minas, dentre os vários grupos africanos conhecidos na cidade. Quem também adotou mais radicalmente ainda este procedimento seletivo foi Dabadie em 1850. Após elencar os principais povos escravizados,⁵²¹ o viajante francês inicia uma minuciosa descrição dos minas, alegando que “seria um trabalho longo, fastidioso e inútil destacar as características distintivas de cada uma destas nações”, mas que concordava em “dar atenção particular a uma delas, notável em todos os aspectos”.⁵²²

“Os Minas (...) têm uma beleza de formas verdadeiramente rara, que fez

⁵²⁰ Walter Colton - Deck and port: or, incidents of a cruise in the United States Frigate Congress to California: with sketches of Rio de Janeiro, Valparaiso, Lima, Honolulu, and San Francisco. Nova York: A. S. Barnes & Co., 1850, pp. 110-11.

⁵²¹ O autor cita as nações sem parecer se preocupar com uma ordem geográfica para dividi-las: “as principais são Benguela, Mina, Cabinda, Moçambique, Inhambane, Mucena, Congo, Angola, Quelimane e Moange”. (F. Dabadie, A travers l'Amérique..., p.40).

⁵²² F. Dabadie, A travers l'Amérique..., p. 40.

dizer um desenhista de meus amigos: ‘Um Mina guilhotinado seria uma obra-prima da natureza’. Grandes, esbeltos, bem talhados, eles juntam à elegância do corpo um vigor hercúleo. Por isso, são aplicados nos mais rudes trabalhos. São eles que carregam, correndo e cantando refrões monótonos, dos armazéns para os navios de carga, estes sacos de café cujo peso esmagaria um homem comum. O Minas [*Le Minas*] é, de resto, inteligente e altivo [*fier*]. Disciplinado pelo Alcorão, ele se resigna à escravidão como lei do destino, mas não se deixa aviltar. Não se julga inferior ao branco, não se humilha diante dele, nem jamais pede mercê sob o chicote, e vê correr seu sangue com um olhar estóico ou resplandecente de fúria.

Apesar do isolamento que se lhes tenta impor, os Minas têm um vivo sentimento de solidariedade na desgraça, a julgar como os membros de uma mesma família conservam a língua materna, que falam sempre entre eles; amam sinceramente as mulheres de seu país, sendo zelosos com elas, e adoram a liberdade. Este amor à liberdade, unido a uma energia indomável, inquieta os senhores, que descobrem freqüentemente germes de conspiração e temem a mesma sorte dos brancos de São Domingo. É certo que, não fosse o controle especial do qual são alvos, os mina, que já mostraram desprezo pela morte em motins terríveis, não tardariam a quebrar seus grilhões. Apanhados, muitos se vingam com cutelo ou veneno dos rigores excessivos que fazem de sua vida um martírio”.⁵²³

Esta passagem tem três momentos narrativos claros. Primeiramente, a descrição física daqueles povos, que neste caso contém vários elementos atribuídos aos escravos africanos em geral: o contraste entre a feiúra dos rostos e a beleza e a pujança dos corpos, segundo ideais estéticos clássicos. Em seguida, um contundente discurso que reitera o de vários viajantes precedentes. Os minas foram, pois, patenteados como inteligentes, disciplinados, estóicos, orgulhosos, solidários entre si e com grande força de caráter. Em decorrência dessas qualidades, finalmente, Dabadie alerta para os riscos que poderiam advir de sua escravização. É verdade que evoca o poderoso exemplo haitiano, mas sob o epíteto

⁵²³ F. Dabadie, *A travers l'Amérique...*, pp. 40-1.

“motins terríveis” está provavelmente oculto, dentre outros, o episódio dos malês – que já completara então quinze anos. Assim, como George Gardner e Jules Itier, este autor mescla características que seriam inatas aos minas em seu continente de origem com seu perigoso comportamento em cativo no Brasil. Neste caso, é importante percebermos como um dado social (uma rebelião escrava e o temor por ela desencadeado) também pode interferir nos critérios de herança científica e estética acionados pelos viajantes para a classificação dos diversos povos africanos.

Para a descrição das mulheres, por sua vez, Dabadie mobiliza outras instâncias de seus seres, terminando por afirmar que “as qualidades morais das minas correspondem a suas qualidades físicas” e que, “como os homens de sua raça [*race*], elas são altivas [*fières*], corajosas, apaixonadas e amantes da liberdade”, acrescentando ainda seus dotes de mães extremadas e amantes devotadas, ciumentas e vingativas.⁵²⁴ Antes destas conclusões, entretanto, o viajante constrói outras imagens destas negras:

“As mulheres minas não são menos interessantes do que os homens. Graças a sua inteligência, elas se dedicam ao comércio de frutas, aves e peixes, seja em diferentes mercados ou nas ruas da cidade, onde elas circulam com seus gêneros sobre a cabeça, e às vezes levando uma criança recém-nascida. Elas têm os olhos de javali [*yeux de sanglier*],⁵²⁵ o nariz achatado, os lábios espessos, a pele rude; mas, em contrapartida, espáduas, seios, braços e pernas incomparáveis. Seu traje é muito pitoresco: um turbante, um corpete vermelho ou preto, uma saia colorida, uma longa faixa com que elas se cobrem com uma negligência plena de faceirice, e cujas extremidades flutuantes rasam o chão. As mina amam a propriedade e mesmo o luxo; jamais saem sem o colar de grãos ou de coral, brincos, um bracelete de cobre dourado ou não, anéis em todos os dedos. A estes ornamentos, que lhes caem maravilhosamente, as ‘leas’ [*les lionnes*] acrescentam chinelas [*mules*] e um aro de metal brilhante nos tornozelos (...). Estas negras magníficas têm, sob os mais vis fardos, uma marcha flexível de movimentos, de gestos, e um ar cheio de graça displicente e de majestade: é a simplicidade da natureza [*la naïveté de la nature*] e ao mesmo tempo a

⁵²⁴ F. Dabadie, *A travers l'Amérique...*, pp. 41-2.

⁵²⁵ Nos dicionários franceses consultados, de fins do século XVIII e início do XIX, não pude encontrar nenhum sentido figurado para esta expressão.

nobreza das rainhas”.⁵²⁶

O primeiro trecho desta passagem assemelha-se ao modelo de descrição dos homens minas. Ou seja, informa sobre suas habilidades para certos trabalhos e contrasta sua pele e traços fisionômicos grosseiros com as belas formas dos corpos. Em seguida, Dabadie detém-se longamente na apresentação de seus trajes e acessórios, acabando por reiterar uma tópica textual (da qual há também vários exemplos iconográficos) das negras vendedoras que circulavam pela cidade, em consonância com o sentido de pitoresco (anunciado pelo próprio autor) estudado no segundo capítulo. As vestes das minas, bem como suas posturas vaidosas ao portarem as roupas e ornamentos remeteram o viajante a um universo de elegância e sensualidade que o intrigou. Aquelas africanas conseguiam exprimir “graça” e “majestade” em seus gestuais, mesmo arcando pesados fardos de suas atividades de trabalho, fazendo com que Dabadie recorresse a duas imagens retóricas que pudessem conciliar esta ontologia paradoxal: a rusticidade da natureza (fator intrínseco aos povos africanos) e a sofisticação das rainhas, como metáfora máxima dos modos civilizados europeus.

Este visitante francês foi um dos poucos a construir uma seqüência tão multifacetada dos diversos atributos de um grupo africano. De fato, com exceção dos “minas” ou dos oriundos da Costa do Ouro, a maioria dos testemunhos contém rápidas adjetivações sobre o “caráter” ou “índole” de tal ou qual nação, algumas aptidões específicas e, mais escassamente ainda, juízos estéticos. Quem também fugiu deste padrão foi Thomas Ewbank. As páginas de seu livro de viagem são salpicadas de várias considerações sobre os grupos africanos. Porém, como a obra é em forma de diário, este assunto é apresentado de maneira arbitrária e diluída, no interior da narração de episódios ou historietas, seguindo a ordem cronológica dos passeios e vivências do autor durante sua estada no Rio de Janeiro em 1846. Por exemplo, quando o viajante reitera o já propalado brio dos minas, o faz ao cabo de um comentário sobre a afluência, no mercado de gravuras carioca, de cenas representando escravos com instrumentos de castigo. A partir desde mote, Ewbank passa a tratar das relações escravistas e dos vários comportamentos reativos dos negros, chegando, então, aos minas: “ocorrem com freqüência suicídios, o que os senhores

⁵²⁶ F. Dabadie, *A travers l'Amérique...*, pp.41-2.

admiram. Os altivos Minas, quer homens quer mulheres, são os mais dados a sua auto-destruição. Preferem terminar a vida a suportá-la nos termos em que lhes é oferecida”.⁵²⁷

Antes deste trecho, porém, o viajante fizera certas mulheres minas protagonizarem uma tópica da escravidão urbana:

“Algumas negras minas, que vendiam galinhas, passavam elegantemente vestidas e com cicatrizes características nos rostos. Passavam rindo. Cada uma delas tinha um amplo cesto e uma galinha suplementar na mão, segurando-a, como é costume, pelas asas. De quase cento e cinquenta negras que assim passavam, todas eram escravas, menos uma. Vinha calçada – o sapato, sinal de liberdade, têm orgulho de trazê-lo. Algumas pagam caro pela satisfação deste prazer”.⁵²⁸

Como na passagem anterior, a intenção principal de Ewbank não era descrever, em si, o aprumo das roupas e as escarificações destas negras. Elas foram escolhidas, não por acaso, para exemplificar a prática de diferenciações visuais airoas entre as escravas, através de certos signos, culminando com a ostentação do mais precioso objeto, que afastava da condição de cativa aquela que o portasse. Esta menção às minas encerra uma seqüência narrativa sobre a mestiçagem e as possibilidades de ascensão social dos negros na sociedade brasileira, relatando a existência de “numerosas pessoas ricas de cor”, incluindo luxuosas senhoras, políticos e médicos.⁵²⁹ Neste caso, Ewbank aproveitou o tema para apontar a presença de símbolos e atitudes hierarquizadas entre os negros mesmo dentro do estatuto da escravidão.

As negras minas já haviam aparecido em outro momento do livro, quando o autor descreve um passeio pelas ruas centrais da cidade, onde se deparou com o efervescente comércio ambulante:

“As jovens pretas minas e moçambiques são as mais numerosas, sendo consideradas como as mais espertas vendedoras. Muitas delas levam consigo também uma criança, que prendem às suas costas por meio de uma faixa amarrada ao redor da cintura. Entre o pano e seu corpo, a criança aninha-se e

⁵²⁷ T. Ewbank, *Vida no Brasil...*, p. 325.

⁵²⁸ T. Ewbank, *Vida no Brasil...*, p. 210.

⁵²⁹ T. Ewbank, *Vida no Brasil...*, p. 203.

dorme. (...). Para proteger a criança contra o sol, a negra coloca uma jarda de tecido de algodão na parte de trás da caixa que leva sobre a cabeça: o pano serve como cortina e conforme seus movimentos, atua também como uma espécie de leque”.⁵³⁰

A habilidade para vendas, que Ewbank reproduziu do senso comum senhorial, não acresce novidade importante às boas reputações dos minas e moçambiques na literatura de viagem oitocentista que temos investigado, embora os primeiros sejam bem mais incensados. O mais interessante deste excerto é que Ewbank, aqui, descreveu uma tópica das representações das mulheres africanas no Rio de Janeiro, encontrada também em registros iconográficos: à semelhança de Dabadie, um costume atribuído às mães africanas em geral foi particularizado para as negras de apenas duas nações. Mas se as mulheres moçambiques mereceram poucos adjetivos do viajante inglês, o mesmo não ocorreu com os homens, descritos através das figuras de dois remadores:

“Cruzamos a baía num pequeno barco, cujo piloto era um escravo moçambicano e arribamos a São Domingos, onde o guarda-cancela era outro negro da mesma raça. Ambos eram altos, de idade mediana, e homens dos mais bem proporcionados que jamais vi, o segundo principalmente. Ele não tinha traços negros mais acentuados que os de Marco Antônio ou Catão, mas ambos tinham as marcas indeléveis de suas origens bárbaras – um, uma fileira simples, e o outro, uma fileira dupla de borbulhas, do tamanho de ervilhas, ao meio da frente, e ao longo da asa do nariz: os sinais de suas tribos nativas. Os moçambicanos contam-se entre os melhores escravos. Tão inteligentes e mais pacíficos que os minas (da Costa do Ouro), fiéis e de confiança, alcançaram um preço alto. Um cavalheiro, que cruzava a baía conosco, testemunhou durante uma visita à costa oriental da África do Sul, o processo de produção de suas contas de carne. De uma feita, viu quarenta ou cinquenta rapazes deitados na terra e padecendo os efeitos da operação. Uma incisão mínima é feita através da pele para cada conta; os lábios da ferida então se salientam e são atados por uma fita, e as protuberâncias tornam-se permanentemente globosas, lisas e

⁵³⁰ T. Ewbank, Vida no Brasil..., p. 80.

brilhantes”.⁵³¹

Começando por testemunhar a incidência da profissão de barqueiro entre os moçambiques, Ewbank passa a elogiar seus corpos e rostos bem formados. Neste caso, a beleza fisionômica se dava por meio da semelhança com modelos romanos, que os afastava da estética facial negra. As escarificações, entretanto, os excluía imediatamente de qualquer identidade com o estado de civilização, mesmo que, como escravos, fossem possuidores das maiores virtudes – mais ainda do que os cobiçados minas, pois tinham sobre estes a vantagem da pacificidade. Porém, a despeito dos elogios à sua índole, grande parte do texto é dedicada a expressar o espanto causado pelas marcas faciais dos moçambiques.

Até agora vimos autores que, em textos lacônicos ou mais prolixos, descreveram atributos de várias naturezas para os escravos africanos no Rio, sempre com destaque para suas ídoles e comportamentos, à exceção de Dabadie e Ewbank, que atentaram para dimensões físicas. Como eles, encontram-se também, embora em menor número, relatos que privilegiam seus corpos, fisionomias e marcas corporais. Dentre o conjunto estudado, o exemplar mais antigo é um trecho de John Mac-Leod, cirurgião de um navio inglês que aportou na Corte em 1816:

“O comércio de escravos ainda existe em grande escala; e esta classe da população, a despeito do quão útil pode ser, não é certamente ornamental; sendo a mais horrível raça de negros [*race of negroes*] que pode ser coletada da costa africana – Gabões, Congos e Angolas. Nossas ilhas das Índias Ocidentais têm sido geralmente supridas com Fantis [*Fantees*], da Costa do Ouro, com Oyos [*Eyeos*], e Achantis [*Ashantees*], que são povos de muito melhor aparência [*a much finer-looking people*]; esta circunstância aumenta, talvez, sua melhor condição; suas roupas melhores e o bom tratamento em geral dão ao escravo da Jamaica uma aparência menos degradante do que a de um deste país”.⁵³²

⁵³¹ T. Ewbank, Vida no Brasil..., p. 195.

⁵³² John Mac-Leod - Narrative of a voyage, in His Majesty's late ship Alceste, to the Yellow Sea, along the Coast of Corea, and through its numerous hitherto undiscovered Islands, to the Island of Lewchew; with an account of her shipwreck in the Straits of Gaspar. Londres: John Murray, 1817, pp. 11-12.

Reafirmando a origem centro-ocidental da maioria dos escravos africanos do Rio, este viajante os tacha como “a mais horrível raça de negros”, utilizando-se do procedimento etimológico comum que tornou “raça” e “nação” termos sinônimos desde fins do século XVIII. Os viajantes realmente não construíram opinião consensual sobre os dotes e defeitos atribuídos aos escravos vindos da região congo-angolana. No interior dessas divergências, Mac-Leod ateve-se unicamente à beleza física para marcar as diferenças de cada povo, defendendo a superioridade plástica dos africanos das colônias britânicas do Caribe, vindos justamente da Costa do Ouro.

Carl Schlichthorst, uma década após este inglês, se limitou ao mesmo critério. Após informar que os escravos do Valongo pertenciam “às mais diversas nações”, embarcados em “ambas as costas da África”, exemplifica esta abrangência geográfica com “Congo, Angola, Cachange [*sic.*], Moçambique, Mombaça, etc”⁵³³ – e a expressão latina, aqui, indica que ele estava, deliberadamente, apontando apenas algumas nações (provavelmente, os nomes mais ouvidos durante sua visita). Depois, procede a classificação estética:

“Há feíssimos como os de Moçambique e belos como os de Angola ou do alto sertão africano. Muitos são tatuados, na maioria na testa e nas faces. Alguns apresentam talhos nos ombros, que parecem indicar os anos vividos em sua terra. Essas marcas são em relevo e como que produzidas por um ferro quente”.

O militar alemão discordou do médico inglês ao considerar bonitos os africanos centro-ocidentais, reservando a feiúra suprema aos povos da costa oriental, muito provavelmente por terem marcas faciais semelhantes às dos barqueiros descritos por Ewbank – embora este os tenha achado belos. Mesmo que breves e genéricos, estes juízos de Mac-Leod e Schlichthorst apontam para a existência de uma intenção específica de registrar as diferenças físicas entre os africanos. Se nos lembrarmos da importância ocupada pelas características corporais e fisionômicas no interior das formulações sobre a variedade dos povos não europeus germinadas durante o século XVIII e herdadas pelo XIX,

⁵³³ C. Schlichthorst, O Rio de Janeiro como é..., p. 138.

saberemos que tais juízos tinham um peso considerável, essencialmente por dois motivos. De um lado, porque fazia do corpo dos africanos uma instância marcante de hierarquização (tanto entre si próprios como em relação a povos não africanos). De outro, porque dimensões estéticas poderiam sugerir, direta ou indiretamente, predicados de caráter. A respeito destes liames, há um registro absolutamente particular que não foi, entretanto, produzido por um viajante europeu. Mesmo assim, por sua singularidade, merece ser analisado aqui.

O norte-americano Charles Wilkes desembarcou no Rio de Janeiro em 1838, onde passou menos de dois meses. Como explorador e oficial naval, comandou uma grande expedição aos Mares do Sul que durou cinco anos – posteriormente conhecida como “Expedição Wilkes”. O propósito da empresa, financiada pelo governo de seu país, era produzir cartas navais mais precisas para a indústria baleeira. Compunham a tripulação profissionais como naturalistas, taxidermistas, botânicos e outros cientistas.

Em 1844, dois anos após o final da expedição, foi publicada sua narrativa em cinco volumes. A passagem pela Corte carioca está descrita em três capítulos do primeiro livro e, sobre a diversidade dos escravos africanos, contém uma seqüência preciosa que foi possível por um motivo bastante específico:

“O Sr. Hale, nosso filólogo, encontrou aqui um campo de alguma importância em sua área, principalmente a população escrava; que propiciou mais oportunidades para sua investigação do que parecia provável de início. Um vasto número de escravos foram e ainda são importados anualmente neste mercado; e como muitos da mesma nação [*nation*] ou tribo [*tribe*] associam-se, eles mantêm sua própria língua, mesmo depois de estarem no país há muitos anos. Pode-se ver pelo mais superficial exame que eles são marcados de maneira que sirva para distinguir suas diferentes raças [*racess*]. Alguns têm pouco do caráter distintivo do negro [*distinctive negro character*], e outros têm mais disso do que quaisquer seres humanos que jamais vimos. O Sr. Hale obteve de alguns cavalheiros do Rio as seguintes informações a respeito deles, com suas marcas distintivas: acurácia que pudemos verificar durante nossa estada. Os retratos [*likenesses*] deles feitos pelo Sr. Agate são muito

característicos”.⁵³⁴

O filólogo em questão era Horatio Emmons Hale, então com apenas 21 anos de idade, e recém-graduado em Antropologia em Harvard. O jovem cientista fez jus à observação posterior do viajante sueco Carl Skogman que, em 1851, afirmou oferecerem os “numerosos escravos” do Rio de Janeiro um “vasto campo de observações” para quem se interessasse pelos “estudos etnográficos”.⁵³⁵

Wilkes, numa operação retórica que tornou sinônimos os termos “nação”, “tribo” e “raça”, introduziu o tema das diferenças entre os africanos e acabou por dividi-los em dois grandes pólos: aqueles que tinham poucas ou muitas características intrínsecas à “raça” negra. Em seguida, o Oficial confirma que Hale colheu dados (“acurados”) para sua pesquisa entre informantes locais.⁵³⁶ Por fim, cita o Sr. Agate, responsável pelas vinhetas que ilustram o estudo do antropólogo. Alfred Thomas Agate, somente poucos anos mais velho do que Hale, era pintor e miniaturista. Seus pequenos desenhos estão distribuídos entre os parágrafos do texto, traduzindo em imagens algumas escarificações, tatuagens e rostos dos escravos africanos.

Wilkes começa por nomear as origens geográficas dos escravos, fator que gerava “duas classes distintas e muito diferentes entre si”.⁵³⁷ Segundo ele, os do norte da África eram nativos da Alta Guiné, que abarcava “países longínquos do interior como Timbaktu e Bornéu”. Embora reconheça que os escravos provenientes desta região pertenciam a “várias nações e línguas”, teriam uma “feição geral [*general likeness*] que os configura [*stamps*] como uma só raça [*race*].⁵³⁸ Após esclarecer que “Minas”, no Brasil, é o nome geral dado a essas diversas nações que comungavam certos traços, Wilkes os descreve:

“Os escravos Minas são tidos por se distinguir dos outros por suas qualidades físicas e mentais. São geralmente acima da altura média, e bem formados. A testa é alta, e as maçãs do rosto proeminentes; nariz por vezes reto

⁵³⁴ Charles Wilkes - Narrative of the United States exploring expedition during the years 1838, 1839, 1840, 1841, 1842. Nova York: G. P. Putnam & Co., 1856, vol. 1, p. 54. [1ª Ed. 1844].

⁵³⁵ C. Skogman, Viaje de la Fragata Sueca..., p. 22.

⁵³⁶ Muito provavelmente, Wilkes reuniu as informações contidas nos relatórios e notas de viagem de Hale e as inseriu em sua narrativa.

⁵³⁷ A divisão geral adotada foi entre o “norte” e o “sul” do continente, tendo como único referencial a linha do Equador.

⁵³⁸ C. Wilkes, Narrative of the United States..., p. 54.

e, por vezes, chato; lábios não muito grossos; dentes pequenos e alinhados; o cabelo é lanoso, de um marrom terroso ou avermelhado, próximo ao preto.

A aparência e o comportamento dos pretos Mina [*Mina blacks*] são expressivos de inteligência e dignidade, e eles revelam pouco da frivolidade [*levity*] usualmente atribuída à raça negra [*negro race*].

No Brasil, eles ocupam a mais alta posição permitida aos escravos, sendo empregados como serviçais de confiança, artesãos e pequenos comerciantes. Tratam os outros negros [*negroes*] com superioridade e se recusam a ter qualquer ligação ou participação em seus trabalhos. Muitos deles escrevem e lêem árabe, e todos são capazes de repetir algumas sentenças dessa língua. O maior número de escravos que consegue sua liberdade pertence a esta raça”.⁵³⁹

Imediatamente abaixo deste trecho, está inserida uma vinheta de Agate (fig. 76), a cabeça de um mina. É curioso notar que o desenho corresponde apenas parcialmente à descrição textual: podem-se ver a testa alta, os zigomas pronunciados e o cabelo lanoso. Mas, de resto, os lábios são evidentemente grossos e não se vêem os dentes. O nariz da figura é bastante achatado, mas isso não foi apontado por Wilkes como um formato único para os mina. Ora, essas incongruências indicam que, de fato, os desenhos de Agate não foram feitos para ilustrar o texto, mas sim separados, e somente depois reunidos à edição do livro. Quanto às apreciações a respeito dos minas, fazem uníssono com tantas já vistas aqui, e Wilkes faz questão de diferenciá-los não somente de outros grupos africanos, mas de toda a “raça negra”.

Depois de apresentar essa visão ampla dos povos do norte, generalizados como minas, o viajante trata de um hábito disseminado entre os negros que, tanto para eles quanto para as relações escravistas, era de suma importância:

“Há uma singularidade que parece ser comum aos habitantes de ambas as regiões, e que pode ser comparada à prática de se tatuar que prevalece entre as tribos da Polinésia, o costume de talhar ou queimar algumas marcas no rosto e no corpo, pelas quais os indivíduos de uma tribo podem se distinguir de

⁵³⁹ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, pp.54-5.

qualquer outra. Esta prática é geral entre todos os Minas⁵⁴⁰ e também prevalece ao longo do leste ou costa de Moçambique. Nas tribos do oeste ou Congo, isso não parece ser universal. Perceber-se-ia rapidamente que estas marcas são de grande utilidade para os comerciantes de escravos, e tudo o que contribui para distinguir os nativos africanos foi logo aprendido, e o preço de um escravo aumenta ou diminui de acordo com isso. Entre as nações Minas, posteriormente nome também de um porto na costa dos escravos na Alta Guiné onde esses escravos são obtidos, esta prática é levada ao extremo. Cada província ou cidade importante tem uma marca distintiva, que é invariável para todos os habitantes”.

É inegável, de fato, o impacto das escarificações dos africanos para os olhares estrangeiros, segundo vimos no terceiro capítulo. Mas o nível de detalhamento deste tema no livro de Wilkes deve-se, naturalmente, ao trabalho etnográfico de Hale. Após esse comentário geral sobre as marcas, segue no texto um estudo bastante específico: descrições, sempre acompanhadas de vinhetas, de escarificações adjacentes aos lábios (figs. 77 e 78). Dentre os exemplos, são citados grupos, reinos e cidades nunca encontrados em outros viajantes. Neste caso, embora Wilkes tenha afirmado que Hale obteve informações de “alguns cavalheiros do Rio”, o jovem cientista certamente acrescentou seus conhecimentos prévios sobre a África e seus habitantes. Assim, leitores acostumados a poucos nomes como mina, congo, angola, benguela e moçambique, depararam-se com as “tribos que falam a língua Hauçá”, “do reino de Bornu”, com os negros vindos da “cidade de Kano, habitada por uma população de comerciantes”, ou ainda com os “Sokotos” [*Soccatos ou Sakatus*], que viviam “num braço do Quorra”.⁵⁴¹

Este mapeamento dos povos escarificados começa, pois, no interior do noroeste africano (aproximadamente na região da atual Nigéria) e caminha na direção sudoeste para atingir a costa. O Quorra, ou Níger, serviu de referencial geográfico para este trajeto. Seguindo esta ordem, os próximos mencionados no texto são “os homens da nação Nagô”, que povoam a encosta deste rio (“abaixo de Hauçá”), e os “Tacqua”, que vivem a leste dele.

⁵⁴⁰ Agate incluiu, devidamente, escarificações nas frentes do homem mina (fig. 76).

⁵⁴¹ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, pp.55-6.

O último grupo encerra os exemplos das marcas em torno dos lábios. Vêm então os fantis e achantis, da costa da Guiné. Somente estes últimos foram representados com suas cicatrizes na testa e bochechas (fig. 79), pois, segundo as informações de Hale, os fantis “não têm marca distintiva”.⁵⁴² Neste momento do texto, ocorre um movimento sintomático: após os registros de um detalhe etnográfico tão pontual destes vários povos do norte, Wilkes intercala a seqüência voltando a um comentário sobre os minas e o perigo que representavam.⁵⁴³ Claramente, pois, reforça o que havia escrito há pouco: a despeito de se dividirem em várias nações e costumes, os chamados minas comungavam elementos suficientes para, no cativeiro, formar um grupo grande, coeso e determinado.

Concluindo o desfile de nomes dos africanos do norte, são citados os “calabares”, no golfo de Benin, “perto da embocadura do Quorra”, que não possuem marcas faciais, mas “são marcados com dois losangos modelados a ferro quente no peito e no abdômen” e seus vizinhos ibos, habitantes da divisão da embocadura do rio, cuja marca “é uma flecha em cada têmpora”⁵⁴⁴ (fig.80).

Os registros que vêm a seguir, a respeito dos escravos vindos do centro-oeste africano, embora continuem destacando as escarificações, apontam também vários outros aspectos destes povos, permitindo-nos entrever mais seguramente a mescla entre as informações extraídas dos cariocas, as anotações de campo de Hale e sua bagagem científica antes do desembarque na Corte:

“As nações ao sul do Equador têm a forma comum do negro [*the usual form of the negro*], de acordo com nossas idéias. Os escravos do Rio de Janeiro são, em geral, baixos, mal formados, ou desgraciosos, com testas estreitas, narizes achatados, maxilas e dentes protuberantes, e maçãs proeminentes. São indolentes, irrefletidos e licenciosos. Podem ser vistos nas ruas a qualquer hora, empregados como carregadores, ganhando a soma estipulada por seus senhores.

⁵⁴² C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 56.

⁵⁴³ **“Os Minas são muito temidos no Brasil. São extremamente numerosos na Bahia, e sabe-se que durante uma insurreição recente eles se organizaram totalmente entre si e estavam determinados a instituir um sistema de governo. Eles chegaram circular escritos em árabe, exortando seus companheiros de cativeiro a tentarem recobrar sua liberdade”.** (C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 56).

⁵⁴⁴ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 57.

E quando conseguem isso, são encontrados estirados nas calçadas, sob os pórticos, ou nas escadarias das igrejas, apazendo-se como meros animais, aquecendo-se ao sol ou dormindo na sombra. Eles não são deficientes em inteligência: o problema é menos em suas capacidades intelectuais do que em seu caráter, que parece demandar severidade”.⁵⁴⁵

Esta avaliação geral, ainda sem nomear os grupos ou nações, explicita origem centro-ocidental dos africanos no Rio e lhes destina atributos pejorativos, tanto físicos como de índole. E em oposição aos minas, considerados superiores à “raça negra” em “aparência e comportamento”,⁵⁴⁶ as nações ao sul do equador carregavam “a forma comum do negro de acordo com nossas idéias”, ou seja, de acordo com o corolário científico e estético que inferiorizou a ontologia dos negros, gestado durante o século XVIII e reafirmado e potencializado ao longo do XIX.

Novamente, de forma geral, o trajeto geográfico para enumerar os africanos embarcados na costa ocidental sub-equatorial continuou seguindo a orientação do norte para o sul, e os primeiros que aparecem no texto são os cabindas:

“O hábito de se tatuar ou se marcar não prevalece fortemente entre as tribos da Baixa Guiné. Os Cabindas, que fazem fronteira com os Minas [*who border immediately upon the Minas*], parecem ter emprestado deles este costume, mas o empregam mais como uma forma de ornamento do que como um modo de distinguir sua origem. As marcas ou figuras com as quais se queimam são variadas e por vezes ornamentais. São chamados, no Brasil, Cabindas, como a cidade no rio Zaire ou Congo, onde são buscados”.⁵⁴⁷

É incompreensível a afirmação de que os cabindas eram próximos aos minas. Por mais genérico que significasse este termo, era impossível qualquer fronteira entre os dois grupos. Ainda que o texto possa se referir a povos embarcados em Cabinda mas que habitavam o interior ao longo do rio Zaire, a distância entre eles e os calabares (o grupo do norte mais próximo ao golfo da Guiné) era bastante grande. Apesar deste inexplicável

⁵⁴⁵ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 57.

⁵⁴⁶ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 55.

⁵⁴⁷ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 57.

detalhe, o trecho reforça a intenção de desqualificar os cabindas, que teriam copiado dos minas o costume de se tatuar, mas destituído da importância que a prática significava para estes últimos. Ora, esta interpretação pode sugerir os limites dos conhecimentos etnográficos de Hale e também de seus informantes locais, que não foram capazes de decifrar os sentidos das marcas dos cabindas, inseridas no livro sem qualquer explicação adicional (fig. 81).

Do reino de Loango, ao norte de Cabinda, vêm os nsundi ou mayumba, sendo que “alguns têm uma fila ou faixa de pequenas cicatrizes saindo de cada ombro para o centro do peito, como extremidades de um pelerine; outros têm vários ornamentos arabescos”. Especialmente os habitantes da capital deste reino, Buali, “têm marcas como estes últimos, no peito, e outras os braços”.⁵⁴⁸ (fig. 82, vinheta superior). Rumando para o sul, é mencionado “o povo Goy ou Angola (os Cabindas propriamente ditos [*the Kambindas proper*])”⁵⁴⁹ entre os quais o hábito de se tatuar é menos comum, possuindo três marcas mais recorrentes (fig. 82, vinheta central). Para compensar a frugalidade no uso de tatuagens, porém, os angolas “limam seus dentes segundo uma moda peculiar, sendo cada dente cortado no centro, mantidos apenas as beiras; os lados contíguos dos dentes formam o aspecto de um único dente”⁵⁵⁰ (fig. 82, vinheta inferior à direita). Já os habitantes da cidade de Boma, na encosta norte do rio Congo, faziam o oposto complementar desta prática, cortando os “de maneira a cada um formar uma ponta”⁵⁵¹ (fig. 82, vinheta inferior à esquerda).

⁵⁴⁸ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, pp. 57-8.

⁵⁴⁹ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 58. A afirmação de que os Angola são Cabindas “propriamente ditos” torna ainda mais absurda a menção à fronteira entre estes e os Minas. Entretanto, esta circunscrição dos Cabindas sugere que Hale, visitando o Rio em 1838, tinha alguma notícia de um procedimento do tráfico explicado por Mary Karasch: “Obviamente, Cabinda foi muito importante no tráfico de escravos antes de 1830, mas na década de 1840 assumiu um papel ainda mais dominante no tráfico ilegal. Devido à pressão britânica sobre os portos de tráfico negreiro na foz do rio Zaire e em Luanda, boa parte do tráfico que passava antes por essa cidade mudou para o norte. Escravos que anteriormente teriam sido exportados da foz do Zaire eram levados por terra para locais mais seguros em Cabinda ou para os barracões mais ao norte, como Malemba, Loango e Mayumba. Qualquer que fosse seu grupo étnico de origem (...), os escravos embarcados em Cabinda e lugares ao norte eram chamados de cabindas no Rio. Essas mudanças de padrões do tráfico nas décadas de 1830 e 1840, no entanto, produziram uma mistura étnica mais diversificada entre os cabindas brasileiros”. (*A vida dos escravos...*, p. 52).

⁵⁵⁰ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 58.

⁵⁵¹ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 58.

Com relação aos vários grupos centro-ocidentais (ou “do sul”, como nomeados neste texto), este relato não se limita a descrever suas marcas faciais e corporais. Os monjolos, por exemplo, ganharam uma atenção considerável:

“Os Monjolos são uma tribo selvagem que vive no interior, para além do distrito de Loango, com cujos habitantes se envolvem constantemente em guerras promovidas exclusivamente para buscar escravos. Eles são tidos como os negros [*blacks*] menos valorizados importados no Brasil, sendo estúpidos, ferozes e intratáveis. Na África, são estigmatizados por outros negros [*negroes*] como canibais. Os Monjolos têm as feições comuns do negro [*usual negro features*], com uma certa expressão tártara. Suas bochechas são sulcadas longitudinalmente por numerosas linhas paralelas.

Sobre a exata posição geográfica dos Monjolos, não há informação definida. A parte do continente que dizem habitar é ainda inexplorada; segundo o relato de um deles ao Sr. Hale, ele permaneceu três dias em canoas com seus captores, em seu lugar nativo, *M'te*, situado no grande rio Muote, antes de alcançar Loango, onde foi embarcado. É provável que *M'te* seja no interior, duzentas ou trezentas milhas a nordeste de Loango, e que ele tenha sido trazido à costa pelo rio Zaire; mas nesse chão selvagem e inexplorado tudo ainda é conjectura”.⁵⁵²

Começando por sublinhar o estado de barbárie dos monjolos, ressaltado ainda por sua contribuição ao tráfico, Wilkes informa sobre a reputação desta “tribo” em ambos os lados do Atlântico: na África, têm fama de antropófagos; no Brasil, seu caráter hostil e bruto os fazia desvalorizados no mercado negreiro. O registro facial dos monjolos também aparece numa vinheta (fig. 83) e corresponde à descrição textual. Finalmente, o segundo parágrafo do excerto, sobre a imprecisão geográfica de seu habitat afasta mais ainda os monjolos de um estatuto civilizado, já que viviam em terras selvagens pouco conhecidas. Vale lembrar, ainda, que os monjolos aparecem raramente na literatura de viagem estudada. Salvo engano, além de Wilkes, são citados somente por Debret e Rugendas.

A despeito da escassas menções aos monjolos em proporção a outros nomes que aparecem na literatura de viagem, Karasch afirma que, no Rio do século XIX, eles eram

⁵⁵² C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, pp. 58-9.

muito mais importantes do que os cabindas, e que eram associados a um grupo maior, os “tios” ou “tekes”, situados ao norte do rio Zaire. A historiadora esclarece outro deslocamento:

“No período colonial, o termo para os tios no Brasil fora angico ou anjico, mas no século XIX era usado raramente, dando-se preferência a monjolo. Isso talvez tenha acontecido por causa da mudança dos padrões de tráfico na África, uma vez que os escravos tios eram então conhecidos como ‘monjorros’ e ‘rosto riscado’, isto é, aqueles vendidos pelos tios (...)”.⁵⁵³

Ora, esta observação permite-nos inferir que os tais monjolos mencionados por Hale, “constantemente” envolvidos “em guerras promovidas exclusivamente para buscar escravos”, eram, em sua região natal, conhecidos como tios ou tekes. E, se isto estiver correto, o etnônimo “monjolo” e suas variações pode ter sido adotado pelos mesmos tios ou pelos traficantes, para designar aqueles capturados e comercializados pelos membros de sua própria “tribo”.

Continuando o desfile etnográfico pela da costa ocidental africana, aparecem os benguelas, nativos de uma região que “compreende ao menos metade da Baixa Guiné”, onde “prevalece a mesma língua geral, embora subdividida em vários dialetos”. Segundo as anotações de Hale, trata-se de um extenso território “limitado ao norte pelo rio Cuanza, de latitude sul 9°. 20’, a oeste pelo Atlântico, ao sul pelo Grande Deserto que se situa entre ele e o país dos Hotentotes, e adentra indefinidamente pelo interior”.⁵⁵⁴ Ao contrário dos cabindas, estes africanos foram muito bem qualificados, chegando ao privilégio de serem comparados aos mais laureados escravos:

“Os negros [*blacks*] Benguela têm mais alta fama como escravos do que as outras nações da Baixa Guiné. Eles são quase tão apreciados como os Minas, sendo disciplinados, industriais e inteligentes. Dão excelentes maridos. Têm geralmente boa altura, com feições que têm menos da figura negra [*negro stamp*] do que os do Congo: a testa toleravelmente alta, o nariz não muito

⁵⁵³ M. Karasch, *A vida dos escravos...*, pp. 53-4.

⁵⁵⁴ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 59.

achatado, e os lábios moderadamente preenchidos”.⁵⁵⁵

De fato, se cotejarmos as vinhetas de cabeças do monjolo e do benguela (figs. 83 e 84), percebe-se um esforço de Agate em atribuir, a este último, traços mais próximos aos cânones clássicos para a anatomia facial, justamente o que denotaria, segundo o texto “menos da figura negra” – não somente em relação aos monjolos como também aos congos (fig. 85, vinheta superior). Entretanto, se comparados traço a traço, os rostos do benguela e do congo são muito semelhantes, salvo, talvez, o lábio superior do primeiro, um pouco mais fino.

A menção aos congos no interior de uma descrição dos benguelas pode ter sido também um recurso retórico para introduzir aquela nação na narrativa. Em seguida, Wilkes (sempre baseado em Hale) delimita a extensão de sua área territorial e linguística: “atualmente compreendida entre os rios Zaire e Dande, ou entre duzentas milhas da costa marítima. Estes limites definem com acurácia suficiente a extensão dentro da qual a língua Congo prevalece”. Após a circunscrição espacial e idiomática deste grupo, uma ponte textual semelhante à que permitiu a “passagem” temática dos benguelas para os congos foi acionada novamente, à guisa de um apontamento sobre detalhes estéticos: “os Congos limam seus dentes segundo a moda dos Angolas. Às vezes, embora não freqüentemente, têm umas poucas marcas em cada têmpora”.⁵⁵⁶ (Ver fig. 85, vinheta inferior).

Os angolas e os cassanjes, pois, fecham o elenco dos povos da África centro-occidental. Foram postos lado a lado por causa dos critérios filológicos de Hale:

“Os Angola e os Casanje são considerados no Rio duas nações diferentes, mas suas línguas são a mesma, com dificilmente alguma diferença de dialeto e de pronúncia extremamente fácil. Alguns nativos acham grande dificuldade em pronunciar sons do português, dizendo *balaba* por barba, *cibali* por cidade. Embora Angola e Casanje falem a mesma língua, há ainda uma considerável diferença entre dois dialetos de Angola, o de Loango na costa e outro de *M’Baka* ou *Ambaca*, cerca de trezentas milhas para o interior”.⁵⁵⁷

⁵⁵⁵ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, pp. 59-60.

⁵⁵⁶ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 60.

⁵⁵⁷ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, pp. 60-1.

Mais do que dividirem a mesma língua, Hale cogitava que a única diferença entre os dois povos dava-se por um fator político: os angolas estavam sob o domínio português, enquanto os cassanjes eram “nativos livres do interior”.⁵⁵⁸ Talvez por esse motivo, o livro apresente somente a vinheta de um cassanje, que bem poderia representar as feições de um angola (fig. 86). O texto não faz menção alguma à imagem, que, entretanto, difere das três cabeças anteriores por ser um rosto mais envelhecido e com barba.

Finalmente, a narrativa chega à costa oriental da África, que, ‘do equador aos hotentotes do Cabo, é ocupada por duas nações ou raças de povos [*races of people*] as quais, embora carreguem marcas de uma origem comum, são perfeitamente distintas’. Após salientar que cada uma dessas nações “é subdividida em várias tribos menores ou clãs”, Wilkes as nomeia: “a primeira delas é chamada Moçambique ou Macua, e a segunda, a raça cafre [*Caffre race*]”.⁵⁵⁹

Os moçambiques ocupariam “toda a região interiorana dos estabelecimentos portugueses e árabes, Melinda, Quilao, Moçambique, Quelimane e Sofala”, povoando a região que “anteriormente abarcava o império de Motapa, mas que agora é dividida entre os portugueses e várias províncias nativas”.⁵⁶⁰ Wilkes aponta ainda a importância do rio Inhambane para os moçambiques, que lhes servia de fronteira meridional, e parte para uma descrição inicial deste povo:

“Os negros [*negroes*] que habitam a região próxima aos estabelecimentos portugueses de Moçambique são os Moçambiques ou Macuas: eles diferem pouco em caráter e constituição corpórea das tribos do Congo na costa oposta. Têm a fisionomia e qualidades do negro [*the negro physiognomy and qualities*] em sua plenitude, e talvez estejam mais abaixo na escala de intelecto do que seus irmãos [*brethren*] do oeste”.⁵⁶¹

⁵⁵⁸ “[Os Angola] habitam uma estreita província de sessenta a oitenta milhas de amplitude, entre os rios Dande e Cuanza, e se estendendo para o interior por pouco mais de cem léguas, ou tão longe tão o domínio português possa se fazer sentir; os últimos [Casanje] estão espalhados por um grande território no interior do continente. Um dos nativos estimou ser o tempo para ir de Loango (o porto português) a Casanje dois ou três meses”. (C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 61).

⁵⁵⁹ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 61. As terminologias aqui escolhidas pelo autor evidenciam, mais um vez, os usos e conceitos intercambiados de “raça”, “tribo” e “nação”.

⁵⁶⁰ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 61.

⁵⁶¹ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 62.

As comparações aqui tecidas por Wilkes revelam uma gradação importante, que parece subjacente ao longo percurso narrativo que trata dos escravos africanos no Rio de Janeiro. Com relação às nações ao norte do Equador, sintetizadas nos minas, afirmou-se que “sua aparência e comportamento são expressivos de inteligência e dignidade”, revelando “pouco da frivolidade usualmente atribuída à raça negra”.⁵⁶² Já os povos do centro-ocidentais tinham, segundo o autor “a forma comum do negro [*the usual form of the negro*], de acordo com nossas idéias”.⁵⁶³ Por fim, os moçambiques, representando a costa leste, foram supostos como possuidores da fisionomia e das qualidades do negro “em sua plenitude”, o que poderia, “talvez”, significar inferioridade intelectual em relação aos africanos ocidentais. A construção destas hierarquias confirma, pois, a existência de um padrão consolidado de conceitos negativos a respeito da “raça negra” ou dos “negros”. Assim, os diversos povos africanos, em seus atributos físicos, comportamentais e intelectuais, poderiam ser classificados sempre a partir um paradigma pré-definido, o qual poderiam atestar ordinariamente (caso dos centro-ocidentais), superá-lo positivamente como os minas ou, ao contrário, vivenciá-lo em sua plenitude, o que implicaria ocupar a mais baixa posição ontológica dentre os negros.

Após a introdução geral aos moçambiques, Wilkes retorna às especificidades de Hale, mormente interessado nas tatuagens e escarificações. Afirmando que “o costume de se marcar predomina entre todas as tribos da costa leste”, descreve o costume dos moçambiques de fazerem “uma cicatriz como uma ferradura no centro da testa”, além de “outras marcas parecidas no queixo”. A vinheta que registra estas marcas (fig. 87) intitula-se “Macua” – nome que, no século XIX, era comumente sinônimo para os moçambiques, especialmente os que viviam no interior.

Adentrando mais ainda o interior, ao longo do rio Zambeze, Wilkes localiza os pouco mencionados tacuanes, que, “à guisa de marcas, têm vários grupos de pontos ou cicatrizes em várias partes da testa e dos peitos”. As mesmas escarificações (fig. 88) foram atribuídas aos nativos de Mucena, que “habitam a região ao redor do forte português de Sena, no Zambeze, e anteriormente faziam parte do grande reino de Motapa”.⁵⁶⁴

⁵⁶² C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, pp. 54-5.

⁵⁶³ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 57.

⁵⁶⁴ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 62.

Retomando a anunciada divisão da África oriental em dois grandes grupos (moçambiques e cafres), o texto passa a dedicar-se, então, a estes últimos:

“Os cafres que se acham como escravos [no Rio] são geralmente esbeltos e bem feitos, com rostos ligeiramente emprestados do leste mouro. Sua cor é um marrom amarelado, entre a do mulato e o verdadeiro negro [*true negro*].

O nariz não é achatado, os lábios são bastante grossos, os olhos grandes, pretos e brilhantes, e o cabelo lanoso”.⁵⁶⁵

É surpreendente encontrar, quase um século depois, ecos do conde de Buffon neste excerto. Basta lembrarmos que o naturalista francês, em suas teorias climáticas, considerava os cafres como “os negros [*noirs*] menos negros [*noirs*]”, pois habitavam a costa oriental da África, onde o calor “não é tão grande”.⁵⁶⁶ E aqui, além do tom de pele mais claro, os cafres ganharam uma descrição física mais abonadora por terem os corpos bem formados e as feições – incluindo um nariz reto – algo próximas à dos mouros do nordeste africano.

Na página anterior à que começa a discorrer sobre os cafres, encontra-se uma vinheta que os põe ao lado dos tacuanes, estes desenhados com as referidas marcas na testa (fig. 89, vinheta à esquerda). Porém a legenda para o outro grupo, “Cafre propriamente dito [*Caffre proper*]”, só seria entendida por uma explicação contida adiante no texto. Wilkes esclarece que os autores que escreveram sobre os cafres e seus dialetos haviam estabelecido duas divisões entre eles: “os Cafres propriamente ditos, ao leste da colônia do Cabo da Boa Esperança, estendendo-se para o leste (...) até a Baía Delagoa⁵⁶⁷ (...); e os Bechuanas, ao norte, habitando o interior até os trópicos”.⁵⁶⁸ Entretanto, o viajante introduz uma novidade a esse respeito, resultante da estada no Rio de Janeiro:

“A partir de sua investigação, o Sr. Hale acredita ser a região entre a Baía Delagoa e Sofala habitada por outra raça de cafres, a qual ele designa pelo nome de Inhambane [*Nyambana*]. Ele nota que sua língua e traços físicos pertencem à mesma família dos cafres propriamente ditos e dos Bechuanas. Sua

⁵⁶⁵ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 63.

⁵⁶⁶ *Apud*: M. Duchet, *Anthropologie et Histoire...*, pp. 268-9.

⁵⁶⁷ Em língua portuguesa, é usada também a expressão “Baía da Lagoa”.

⁵⁶⁸ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 63.

fisionomia é similar à descrita como distintiva dos cafres, e sua língua provou ser um dialeto irmão.

Os nativos com os quais ele se encontrou e dos quais derivou essa informação vieram da cidade de Okankomatta, na costa, entre os rios Nyambara e Nyango (...).⁵⁶⁹ A marca pessoal distintiva desta tribo é a mais extraordinária. Consiste numa fileira de espinhas ou verrugas artificiais, do tamanho de uma ervilha, começando da parte superior do centro da testa, descendo até a ponta do nariz. Eles são muito orgulhosos disso. A maneira pela qual estas singulares elevações são produzidas nos foi impossível aprender. Os nativos parecem ser avessos a falar sobre isso”.⁵⁷⁰

Considerando os inhambanes uma terceira raça de cafres ainda não reconhecida, Hale chama a atenção para suas escarificações particulares (fig. 90, vinheta à esquerda), que causaram sensação em muitos viajantes que visitaram o Rio. A última alusão que vimos a elas foi há algumas páginas, feita por Thomas Ewbank, quando descrevia os escravos barqueiros de origem moçambique. Porém, o viajante inglês teve mais sorte do que Hale, pois conseguiu saber como aqueles glóbulos faciais eram produzidos, informado por “um cavalheiro, que cruzava a baía conosco”, e que havia testemunhado o procedimento “durante uma visita à costa oriental da África do Sul”.⁵⁷¹

O apanhado sobre os escravos vindos do leste africano termina aludindo a povos ainda mais desconhecidos:

“Os Mudjana ou Muchana são uma das numerosas tribos selvagens que habitam a região ao interior de Macua e Mocacougua, com as quais estão em guerra contínua pelo propósito de buscar escravos. Os mais conhecidos deles são os Muchana, os Manange [*Mananji*], os Malauí [*Maravi*] e os Makonde. Os Muchana moram a trezentas milhas da costa e estão entre as mais horrendas das tribos africanas. Eles são baixos e mal formados, com as feições negras comuns

⁵⁶⁹ Karasch considera “Inhambaro” (vocábulo português provavelmente correspondente para “Nyambara”), como outro sinônimo de “Inhambane” (ver A vida dos escravos..., p. 494). Entretanto, optamos por manter a grafia em inglês, conforme encontrada no livro de Wilkes, pois o trecho se refere a um rio, e não ao conhecido porto de embarque dos escravos. Já para o outro rio, “Nyango”, não foi encontrado nenhum nome em português.

⁵⁷⁰ C. Wilkes, Narrative of the United States..., p. 63.

⁵⁷¹ T. Ewbank, Vida no Brasil..., p. 195.

[*usual negro features*] em suas formas mais exageradas. Têm no rosto e no corpo cicatrizes em forma de cruz dupla ou estrela, dispostas sem regularidade. As incisões são feitas quando ainda eles são crianças, e algum tipo de madeira é friccionada sobre o local para dar uma cor escura”.⁵⁷²

Ao culminar a explanação sobre os escravos africanos com estas tribos “selvagens” e “horrendas”, Wilkes obedece ao périplo etnográfico de Hale retratando um trajeto que, com vimos, foi construído através de certos critérios hierarquizantes das características dos diversos povos do continente. Não por acaso, os minas encabeçam este relato, que se encerra com os muchanas, com suas escarificações particulares extremo (fig. 90, vinheta à direita) e a fisionomia “comum” dos negros levada ao extremo. Colocados em cativeiro, “todos esses negros [*blacks*], vindos de “diferentes partes da costa e sendo tribos hostis, mantêm muito de suas antipatias mútuas”. Mas Wilkes afirma que, como escravos no Brasil, “em geral são tratados com gentileza e tornam-se estreitamente ligados a seus senhores”, prosseguindo a narrativa exemplificando estas boas relações.⁵⁷³

Este relato se destaca de outros testemunhos por sua característica notadamente dialógica: ao mesmo tempo em que Hale coletou informações *in loco*, vendo os escravos africanos e conversando com eles e com outras pessoas no Rio de Janeiro, possuía uma formação acadêmica que lhe dava condições de interpretar e complementar estes dados de uma maneira bastante diferenciada de outros visitantes estrangeiros. Porém, o mais curioso é que, apesar deste caráter excepcional, e se analisado em suma, o relato reforça em sentido amplo o que todos os viajantes estudados para esta tese revelam em seu conjunto: à exceção dos unânimes minas, os atributos dos africanos do centro-oeste e da costa leste não foram matéria de consenso para aqueles que se propuseram a lhes atribuir virtudes, defeitos e características físicas. Espelhando, nuançando ou relendo visões senhoriais, tendo tido muito ou pouco contato com os africanos no Rio, os autores que registraram as diferenças entre as “nações”, “tribos” ou “raças” nos deixaram um legado fragmentado e díspar em seu conjunto, a despeito das várias convergências que podem ser flagradas entre algumas obras. Mas esta constatação não desmerece, absolutamente, a literatura de viagem

⁵⁷² C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 64.

⁵⁷³ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 64.

oitocentista como fonte para o estudo da configuração de categorias identitárias entre os africanos no cativeiro. Ao contrário, estes documentos proporcionam o acesso dos historiadores a produções culturalmente informadas que tentaram tipificar e classificar sujeitos e práticas que, embora alvo de suas preocupações ou curiosidades intelectuais, lhes eram obscuros.

2. Apontamentos iconográficos

Se são abundantes os registros textuais feitos por viajantes sobre a escravidão e suas tópicas, bem como testemunhos que evidenciam o caráter eminentemente africano da população escrava carioca da primeira metade do século XIX, o mesmo não ocorre, como acabamos de verificar, quando se trata de identificar as diversas origens daqueles povos em relação às regiões da África. E no caso dos registros imagéticos, esta escassez torna-se radical. Pouquíssimos foram os artistas que indicaram, nas legendas de suas imagens, os grupos africanos. Dentre eles, está Thomas Ender, que produziu algumas seqüências de aquarelas e desenhos de negros que classificou como pertencentes a somente três nações: Benguela, Congo e Angola – justamente os etnônimos mais comuns para se designar, no Rio do século XIX, os escravos vindos do centro-oeste africano.

No capítulo anterior, já foram lembrados os limites e o caráter inacabado das imagens do artista austríaco. As séries que visitaremos agora evidenciam ainda mais estas premissas, que nunca podem ser esquecidas ao ensaiarmos qualquer exercício de análise destes esboços e estudos. Começemos pelas imagens que contêm “Benguela” no título. A figura 91 apresenta três poses do mesmo modelo. A versão da esquerda, já aquarelada, representa a negra em pé, com o corpo um pouco voltado à direita, o tórax semi-coberto por um manto e uma bandeja na cabeça, indicando ser uma ambulante. No centro do estudo, temos a mesma mulher em posição totalmente lateral, demonstrando outra forma de se usar o manto (somente num dos ombros) e sem a bandeja. Finalmente, a última pose, somente em grafite, é a escrava sentada também de lado e, ao que parece, sem o manto. A figura 92 possui o mesmo título (“Escrava de Benguela”) mas exhibe duas mulheres diferentes. Embora usem o mesmo figurino, incluindo o chapéu, as cores das roupas são distintas e os

traços de seus rostos não deixam dúvida: Ender não quis desenhar a mesma modelo. Por que, então, o título no singular? Talvez porque estivesse colecionando exemplares plausíveis do que seria uma típica “escrava de Benguela”? É bem possível.

E, se acreditarmos nesta hipótese de que o artista estava trabalhando em consonância com a linguagem do registro de costumes, buscando uma síntese imagética, ficará mais fácil explicar o movimento contrário: a figura 93 que, sendo a mesma mulher em pose “frente e verso”, ganhou o título no plural, como se reunisse em si as marcas mais recorrentes de todas as escravas de sua nação. De fato, poderíamos pensar que o longo manto carregado num dos ombros, bem como a amarração do turbante (com o nó por trás da cabeça) caracterizariam as negras benguelas de Ender, como sugerem as figuras 91 e 93. Entretanto, as outras não confirmam esta inferência, como as figuras 92 e 94. As aquarelas 95 e 98, por sua vez, oferecem ainda menos elementos para nossa análise, já que são as negras crioulas as figuras acabadas e, as escravas benguelas, apenas esboços sem qualquer signo material que incentive alguma leitura.

Das poucas cenas de interiores domésticos que Ender ensaiou, duas contêm negras benguelas. Numa dessas composições (fig. 96) a “escrava de Benguela” (marcada com um pequeno número “2” acima de sua cabeça) aparece em último plano, sem adornos ou roupas que a destaquem. A “portuguesa” e “sua criança”, indicadas pelo número “1”, vêm em segundo plano, ainda mal aquareladas. A personagem principal é, de fato, a “crioula livre” ao lado da filha. É notável a semelhança da postura do braço e do turbante desta crioula com a da aquarela anterior (fig. 95). A figura 97, finalmente, mostra a única benguela livre da série, em segundo plano. As legendas tão específicas das duas cenas (figs. 96 e 97) sugerem que Ender poderia tê-las esboçado *d’après nature*, diferentemente das outras (figs. 91 a 95 e fig.98), que parecem estudos para a composição de tipos, por meio da linguagem do registro de costumes.

No interior desses conjuntos que explicitam a origem africana dos negros em seus títulos, uma terceira intenção ou mesmo tradição de registro pode ainda ser exemplificada através da figura 99. Aqui, claramente, o artista dedica-se ao estudo dos traços fisionômicos das nações. Entre a “escrava de Benguela” em pose frontal (à esquerda) e de perfil (à direita), encontra-se uma cabeça, “retrato de um jovem escravo do Congo”, cujas feições são bastante parecidas com a dos homens das figuras 101 e 103.

A série referente aos negros do Congo difere, em vários aspectos, da anterior. Aqui, ao contrário do caso de Benguela, todos os modelos são masculinos, com exceção do último desenho (fig. 106). A outra mulher que aparece entre os congos é da nação Rebolo, única menção de Ender a outra procedência que não Benguela, Congo ou Angola.

Este grafite (fig. 100) é um bom demonstrativo de alguns procedimentos utilizados por Ender em seus estudos. As figuras humanas aqui desenhadas possuem, cada uma, duas legendas. Para a negra à esquerda, lê-se um título provisório, mais apagado, “Lucia Rebolo [*Lucia Repol*]”, e outro, definitivo: “Negra de Rebolo [*Negerinn aus Repol*]”. Com essa operação generalizante, o pintor provavelmente quis, partindo de uma modelo específica, estender suas características fisionômicas como representativas dos rebolos. A mesma estratégia pode ter sido utilizada para o negro Congo à direita, embora Ender não lhe tenha dado um nome próprio como fez com Lucia.

Já a figura 102 foge ao propósito das investigações fisionômicas, pertencendo a um tipo de estudo que Ender produzia tencionando compor cenários. Por isso, o escravo congo que aqui aparece pequeno, frontalmente em segundo plano, não nos oferece muitas pistas. Ainda assim, percebe-se como o formato ovalado de seu rosto coincide com o das figuras 99, 101 e 103. O mesmo não se pode concluir do negro pertencente à outra cena (fig. 104), que aparece deitado de perfil. Resta-nos, entretanto, uma pergunta relativa à estas duas cenas aquareladas: por que contêm “Congo” na legenda, se o pintor não incluiu nelas nada que demonstrasse algum intuito em caracterizá-los como originários desta nação? Há, pelo menos, duas explicações diversas para isso, não necessariamente excludentes. A primeira é que, como no caso das figuras 96 e 97, o pintor tenha tirado as cenas *d’après nature* e sabia que se tratavam de negros congos, segundo informantes locais. A segunda hipótese é um exercício de imaginação mais temerário: se Ender tivesse conseguido publicar um álbum de sua viagem ao Brasil, poderia incluir comentários para cada imagem e, então, contextualizar estas cenas explicando ao público porque aqueles homens eram congos e não de qualquer outra procedência. As mesmas conjecturas se aplicam ao belo e contemplativo modelo da figura 105.

As figuras de legenda “Angola”, em menor número do que os de Benguela e Congo não trazem novidades em relação aos outros, em relação à linguagem e a seus possíveis significados. As figuras 107 e 108 representam a mesma negra, em posturas de

frente e verso, eficazes exemplares da tradição de registro de costumes: seu dorso bem definido, a amarração de seu turbante e as estampas de suas saia são, neste caso, os signos que mais evidentemente a marcam. O estudo que as sucede (fig. 109) também reproduz uma mesma modelo em três poses, bastante semelhante ao procedimento utilizado para a escrava benguela da figura 91. Já a figura 110, que insere um escravo angola num ambiente de trabalho – ao lado de uma carroça de adubo – suscita a mesma indagação das aquarelas que compõem cenários vistas anteriormente (figs. 96, 97, 102, 104 e 105). Finalmente, a última imagem da série (fig.111) remete-nos de volta à tradição do registro de costumes, desta vez com uma novidade: além de portar um objeto que indica seu trabalho, um barril de água-servida), é o único negro africano de Ender a ser representado com uma escarificação no abdômen (fig. 111, detalhe). Neste caso, não há dúvida: para o artista, a marca era um dos sinais diacríticos dos escravos vindos de Angola.

Dos enigmas e lacunas suscitados pelas peculiaridades da obra inacabada do pintor austríaco, passemos à “pena e o pincel” de Jean-Baptiste Debret, que nos oferece outros tipos de indícios e desafios. A litografia “Negras cozinheiras, vendedoras de angu” recebeu a seguinte descrição do francês:

“Escolhi para cenário a praia do mercado de peixes (Praia do Peixe), naturalmente muito movimentada por se encontrar, além do mais, nas proximidades da alfândega. Vê-se, ao fundo, a Ilha das Cobras. (...).

São sete horas da manhã, hora propícia às vendedoras de angu (...). As duas negras, que aqui se acham acampadas à sombra de seus xales estendidos sobre varas, servem no momento os fregueses com mais apetite, isto é, os negros da alfândega. (...). No mesmo plano, do outro lado, uma vendedora de tomates, freqüentadora assídua do mercado de peixe, de xale à cabeça e colher na mão, almoça com mais decência, sentada no seu banquinho.

Quanto às cozinheiras, aquela cuja farinha de mandioca está sendo mexida por um negro parece ser do Congo, a julgar pela cabeça raspada e a disposição particular do turbante; a outra, de origem mais distinta e de maior fortuna, ostenta o luxo de um turbante branco. Mais graciosa do que a companheira, apesar de sua dor de dentes, serve o angu dourado com notável destreza”.⁵⁷⁴

⁵⁷⁴ J.B. Debret, Viagem Pitoresca e Histórica..., vol. 2, p. 143.

Já vimos no segundo capítulo desta tese alguns subsídios formais que abalizam os vínculos entre os textos e as imagens de Debret em seu livro de viagem. Aqui, estes elementos estão presentes novamente. Ao mesmo tempo em que ele assume perante os leitores um procedimento que o levou à **construção deliberada** de uma imagem, confessando que “escolheu” um cenário para suas personagens, todo o resto da narrativa, que inclui noções de temporalidade e outros movimentos das figuras humanas registradas. No interior das relações entre as linguagens escrita e iconográfica tecidas para esta cena, flagra-se uma breve referência a uma negra do Congo – ou melhor, que “parece” ser do Congo, a julgar por dois detalhes observáveis em sua cabeça: os cabelos raspados e arranjo “particular” do turbante. Ora, esse comentário confirma que, realmente, os escravos africanos poderiam ser “lidos” e classificados pelos olhares senhoriais e da população em geral por certos signos visuais, alguns bastante pontuais ou mesmo sutis, se apreciados exteriormente a este universo de relações sociais e culturais.

Mas se Debret nos deu esta pista mais segura, logo em seguida nos intriga com uma comparação: por que a outra negra, ao lado daquela considerada do Congo, é descrita como tendo “origem mais distinta”? Entende-se perfeitamente, pelo texto, que esta última negra era forra ou livre, e que possuía símbolos de ostentação social, como o turbante branco. Ainda assim, o que faria sua **origem** superior à do Congo? Seria por ser crioula? Ou por ser de outra nação? Não se pode descartar nenhuma das possibilidades, por tudo o que vimos até aqui. Assim, o autor pode ter construído essa hierarquia baseado em três tipos de critério: concepções sobre as qualidades de cada nação africana; uma valorização dos negros crioulos em detrimento dos africanos ou simplesmente a vantagem do estatuto de liberto, com algum pecúlio, que uma negra levava sobre a outra.

Vejamos outros cotejamentos que poderão iluminar um pouco mais as clivagens acionadas pelo pintor francês. Ao comentar a prancha “Negros vendedores de carvão” (fig. 113), Debret faz antes uma rápida explanação sobre os usos do produto no Brasil para depois anunciar que procuraria “dar uma idéia desse comércio”, sendo o “lugar da cena” o “ponto de desembarque do carvão de lenha na praia Dom Manuel”. Passa, então, a apontar os elementos da litografia narrando a dinâmica do abastecimento dos cestos pelos escravos,

que levavam o combustível para ser vendido nas ruas da cidade.⁵⁷⁵ Até este ponto da escrita, Debret refere-se apenas à metade esquerda da imagem – que mostra os negros que dão título à prancha, em primeiro plano e, ao fundo, o barco e a barraca do proprietário do negócio que, “deitado atrás da quádrupla fileira de jacás, aguarda sossegadamente a saída do carvão vendido pelos escravos”.⁵⁷⁶

A despeito do título, entretanto, a porção direita da gravura é tão ou mais importante do que a esquerda, ao menos em termos de impacto visual. Mas não só por isso. Aqui, o pintor lança mão de outra estratégia muito comum em seu livro: incluir num mesmo ambiente iconográfico diversos grupos humanos ou personagens, cada qual ocupado com uma atividade diferente, envoltos pelo mesmo tempo e espaço diegético. Trata-se de uma intenção de síntese etnográfica que procura reunir vários registros julgados recorrentes por Debret ao contemplar aquele universo social. Imbuído desta proposta, ele segue descrevendo a cena:

“Não longe se acha outro estabelecimento de gênero bem diferente, o da vendedora de milho verde. Negra livre, ela já tem o seu lugar no mercado; reconhece-se, pelos seus braceletes de cobre, que é da nação monjola. Meiga, ativa, opulenta e faceira, tudo nela caracteriza a negra livre, orgulhosa de sua propriedade; interessada na sua conservação pessoal, teve o cuidado de acrescentar ao seu turbante alguns raminhos de arruda, planta que entre o povo é considerada um talismã. Neste momento ela se ocupa com fazer assar espigas de milho na brasa; já uma negrinha, encarregada de passear com um negrinho, come uma dessas guloseimas que acaba de comprar para passar o tempo agradavelmente. (...).

A outra negra, ao contrário, mostra pelo seu roupão (camisola de lã sem elegância) que é uma escrava; vendedora de milho seco, carrega à cabeça um saco cheio, encimado por uma espécie de caneca, medida de capacidade; a vara serve-lhe para acertar os grãos na medida, no momento da venda.

A fisionomia mostra claramente que se trata de uma negra do Congo.

⁵⁷⁵ J.B. Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica...*, vol. 2, pp. 96-7.

⁵⁷⁶ J.B. Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica...*, vol. 2, p. 97. A menção a este homem que não aparece na litografia é um dos vários exemplos da prática debretiana de incluir no texto personagens elípticas à cena descrita.

Tendo-se em conta o arranjo peculiar a cada mercadoria, pode-se ter uma idéia, por este desenho, da construção das pequenas barracas dos mercados em geral”.⁵⁷⁷

Esta passagem, se comparada à das negras cozinheiras, indica que o artista francês incorporava critérios de naturezas variadas para associar os africanos a suas procedências dentro daquele continente. Uma negra do Congo foi assim classificada, na litografia anterior (fig. 112), pelas formas de seu turbante e seus cabelos raspados. Agora, Debret indica que as oriundas desta região também poderiam ser reconhecidas – “claramente” – por seus traços faciais. Quanto à negra monjola, sua marca de nação são unicamente os braceletes de cobre, pois as outras qualidades (meiguice, opulência e faceirice) devem-se a seu estatuto de livre. Pela mesma lógica, a deselegância da negra do Congo da figura 113 é, pois, arrogada a sua condição de escrava, e não a sua origem centro-africana.

São raríssimas as referências textuais aos nomes de nação dos negros registrados nas dezenas e dezenas de litografias debretianas que abordam o universo da escravidão carioca, em seu livro de viagem. Entretanto, o pintor reservou ao tema duas gravuras muito especiais (figs. 114 e 115). Mas antes de analisá-las diretamente, é preciso que nos lembremos de algumas balizas das quais estas imagens são tributárias.

Sob um ponto de vista estritamente formal, o procedimento de representar conjuntos de cabeças humanas (ou outras partes do corpo) pode ser encontrado já nos manuais de desenho e pintura que circulavam nas academias de artes plásticas européias desde o século XVI, como método recomendável para se treinar peculiaridades anatômicas. A partir das últimas décadas do século XVIII, porém, este tipo de composição passou a ser utilizada com cargas conceituais importantes, no interior das novidades estéticas e científicas formuladas para explicar a diversidade entre os povos, as quais visitamos no primeiro capítulo. Assim, as lições taxonômicas de Lineu, as teses de Lavater e as mensurações de Pieter Camper, por exemplo, ajudaram – direta ou indiretamente – a consolidar certas tradições imagéticas de registro para figuras humanas: dentre estas, encontram-se os painéis que mostram cabeças, a maioria com uma intenção etnográfica de

⁵⁷⁷ J.B. Debret, Viagem Pitoresca e Histórica..., vol. 2, p. 97.

catalogação de certas diferenças fisionômicas e outros sinais diacríticos entre os modelos escolhidos.

Voltemos, pois, a Debret. A litografia “Escravas negras, de diferentes nações” (fig. 114) ganhou as seguintes descrições do pintor francês:

1. Rebolo, criada de quarto imitando com sua carapinha o penteado de sua senhora.
2. Congo, negra livre, mulher de trabalhador negro (traje de visita).
3. Cabra, crioula, filha de mulato e negra, cor mais escura do que o mulato (traje de visita).
4. Cabinda, criada de quarto, vestida para levar uma criança à pia batismal.
5. Crioula, escrava de casa rica, de baeta na cabeça.
6. Cabinda, criada de quarto de uma jovem senhora rica.
7. Benguela, criada de quarto de uma casa opulenta.
8. Calava, jovem escrava vendedora de legumes, tatuada com terra amarela; penteada com uma tira de crina bordada, com contas e pingentes do mesmo tipo nos cabelos.
9. Moçambique, negra livre recém-casada.
10. Mina, primeira escrava de um negociante europeu (favorita sujeita a chicotadas).
11. Monjola, antiga ama e pajem de casa rica.
12. Mulata, filha de branco com negra, concubina.
13. Moçambique, escrava em casa de gente abastada.
14. Benguela, escrava vendedora de frutas, penteada com vidrilhos.
15. Cassange, primeira escrava de um artífice branco.
16. Angola, negra livre quitandeira”.⁵⁷⁸

Destas dezesseis negras, apenas três são crioulas (números 3, 5 e 12 apontados na gravura). Entre as treze africanas, temos duas da costa leste (números 9 e 13), duas do norte

⁵⁷⁸ J.B. Debret, Viagem Pitoresca e Histórica..., vol. 2, pp. 103-4.

(números 8 e 10)⁵⁷⁹ e as restantes têm etnônimos relativos à região centro-ocidental. Ou seja, mesmo que estes exemplares tenham sido eleitos a esmo, acabam confirmando as estatísticas demográficas para os africanos no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX.

Aqui, o critério mais reiterado por Debret é a ocupação das negras e, pelas informações que mobiliza, percebemos que as mulheres representadas não se pretendem tipos genéricos, mas personagens muito particulares. Na verdade, essas figuras femininas foram destinadas, pelo pintor, a um fim bem restrito: “completar as recordações de um viajante europeu que visite a capital do Brasil”.⁵⁸⁰ Daí a predileção por livres ou mucamas de casas ricas, vestidas para ocasiões especiais. Com este propósito, o quadro aproxima-se de um registro em consonância com a noção de “pitoresco” estudada no segundo capítulo: por sua beleza, pelo exotismo ou exuberância de seus rostos, vestes e adornos, e pelas possibilidades de ocupar determinados lugares sociais, estas mulheres foram especialmente dignas de nota. Em contrapartida, o texto de Debret exime-se de comentar alguns signos materiais relevantes que aparecem nas figuras, e que poderiam remetê-las diretamente a suas respectivas origens africanas. Somente para citar um exemplo destes silêncios, à exceção da “escrava calava” (número 8), os outros rostos escarificados não mereceram atenção (números 9, 10, 11, 13 e 16). No caso desta prancha, portanto, o desfile das nações apresentado pelo artista limitou-se a elencar vários etnônimos sem, contudo, discorrer sobre suas implicações físicas ou estéticas. A melhor justificativa para estas lacunas, entretanto, não necessita ser elucubrada por nenhum intérprete da obra debretiana. Ele veio em defesa própria ao cunhar a famosa ressalva contida nas páginas preliminares do primeiro volume de seu livro, sobre a “insuficiência mútua” entre a “pena” e o “pincel”.⁵⁸¹

Ao explicar um painel dedicado às cabeças masculinas, porém, Debret redime-se das omissões textuais sobre os sinais diacríticos existentes entre os povos africanos escravizados no Rio de Janeiro. Contrariamente à relativa variedade de estatutos e ocupações sociais atribuídas às negras da figura 114, esta última gravura (fig.115) reúne uma categoria restrita de trabalhadores. Como assume o pintor, o quadro foi composto para

⁵⁷⁹ O nome “calava” (dado à negra número 8) era uma variação incomum para “calabar”, termo geralmente aplicado aos escravos embarcados no porto homônimo, ou a povos que habitavam a região a leste do delta do Níger.

⁵⁸⁰ J.B. Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica...*, vol. 2, p. 103.

⁵⁸¹ J.B. Debret - *Viagem Pitoresca e Histórica...*, vol.1, p. 24.

mostrar principalmente as escarificações e tatuagens que “distinguem as diferentes nações”, acrescidas dos “penteados mais elegantes dos escravos de cangalha, obras-primas dos barbeiros ambulantes (...)”.⁵⁸²

“O número 1 é um negro monjolo, reconhecível pelas incisões verticais das faces.

O número 2 é um negro mina, de tez bronzada, bastante clara; sua tatuagem constitui-se de uma série de pequenos pontos formados pelo inchaço das cicatrizes; destacam-se da pele por seu colorido violáceo.

Número 3, belo moçambique do sertão; é um negro de elite, empregado nos armazéns da alfândega; é reconhecido não somente por causa do lábio superior e das orelhas furadas, mas ainda pela espécie de meia-lua na testa, marca feita com ferro quente nos negros vendidos na costa de Moçambique.

Número 4, outro moçambique, de menor estatura e tez mais clara, sobre a qual se destacam em preto-azulado as cicatrizes da tatuagem; a cor da pele indica que ele é litoral.

Número 5, belo negro benguela, cujo penteado de detalhes requintados apresenta três matizes: o mais claro correspondendo às partes raspadas da navalha, o seguinte às partes cortadas rente com tesoura e o mais escuro à parte de cabelos cortados a uma polegada do couro cabeludo.

Número 6, mesmo sistema de penteado, porém de dois matizes unicamente.

Número 7, negro calava vendido na costa de Moçambique; tem cor de cobre avermelhado e as cicatrizes são de um preto azulado; o penteado, embora simples, apresenta um modelo de grande luxo, que consiste na fila de cabelos contornados à testa. Não tem o lábio superior furado, porém mostra um lábio inferior alongado, operação a que se procede na infância, comprimindo-se o lábio entre dois pedacinhos de tábua apertados.

Número 8, outro modelo de cabelos em diadema, separados por mechas longas, de cinco polegadas ao menos. Durante o descanso, o moçambique ocupa-se em enrolar-lhe as extremidades. Pode-se observar aqui a analogia existente ente a mutilação da cabeça do botocudo e a do moçambique; mas este

⁵⁸² J.B. Debret, Viagem Pitoresca e Histórica..., vol. 2, p. 146.

enfeita pelo menos suas orelhas com flores, folhas ou anéis, e aproveita muitas vezes as incisões para guardar seus cigarros.

Finalmente, o número 9 mostra um modelo de penteado mais simples no gênero e mais generalizado entre os elegantes carregadores de fardos, negros de cangalhas ou de carro”.⁵⁸³

É verdade que esta gravura e sua descrição podem ser avaliadas, analogamente à das cabeças femininas, como também pertencentes a uma vertente de registro pitoresco: aquilo que seria espantoso e atraente para um olhar estrangeiro; digno de nota pictórica; elementos que mais exemplarmente traduziriam as peculiaridades de grupos sociais em contextos coloniais ou que seria, enfim, um bom *souvenir* a se levar do Rio de Janeiro. Entretanto, o texto destinado à imagem é de um caráter eminentemente etnográfico no que tange às associações entre marcas e adornos faciais e as origens africanas daqueles modelos. Outra diferença importante em relação à figura 114 é que, por ter escolhido um grupo particular de escravos, Debret deixa de mencionar algumas procedências geográficas ou nações que aparecem na figura 114, todas centro-ocidentais: rebolo, Congo, Cabinda e Angola.

Dos nove “carregadores de cangalhas” da prancha, um terço é designado por “moçambique”. O primeiro deles (número 3), é tido como “belo” e vindo do “sertão” – provavelmente um exemplar dos negros que Charles Wilkes, a partir das anotações de Hale, chamou de “macuas”, que habitavam “toda a região interiorana dos estabelecimentos portugueses e árabes”.⁵⁸⁴ Porém, a vinheta de um representante deste grupo contida no livro do oficial norte-americano (fig. 87) pouco ou nada tem a ver com o modelo de Debret: as escarificações faciais são diferentes, e Agate não desenhou as orelhas e lábios furados em seu macua. Em contrapartida, o pintor francês substituiu a cicatriz em forma de ferradura na testa por uma queimadura “em forma de meia-lua”, que seria uma marca do tráfico, e não um sinal de distinção tribal.

Já o próximo moçambique de Debret (número 4), de “tez mais clara”, indicando que “ele é do litoral”, poderia nos remeter aos inhambanes de Wilkes, que foram considerados por Hale uma “raça de cafres” habitantes da “região entre a Baía Delagoa e

⁵⁸³ J.B. Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica...*, vol. 2, pp. 146-7.

⁵⁸⁴ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 61.

Sofala” – e, como todos os cafres, de uma cor “entre a do mulato e o verdadeiro negro”.⁵⁸⁵ Mas as proximidades entre os moçambicanos descritos nos dois livros de viagem limitam-se ao texto. O inhambane desenhado por Agate (fig. 90) em nada coincide com o segundo moçambique do painel de Debret. Estranhamente, o modelo cuja escarificação se aproxima da vinheta de Agate é o negro mina (fig. 115, número 2), por ser “uma série de pequenos pontos formados pelo inchaço das cicatrizes”.⁵⁸⁶

É preciso esclarecer que as comparações entre os moçambiques do pintor francês e aqueles contidos no volume de Wilkes foram motivadas por apenas duas razões: o espaço a eles dedicado por Debret em sua gravura e as várias clivagens construídas por Hale para descrever os povos do leste da África. Não houve aqui a ilusão de, por meio destes cotejamentos, flagrar uma gama de marcas e traços faciais que pudesse indicar a construção, por parte dos viajantes, de uma figura mais fixa ou emblemática para os escravos embarcados na costa oriental africana. Mas os leitores que, mesmo quase chegando ao final desta tese, ainda não se acostumaram a certas dissensões, podem ter algum alento observando a coincidência entre as incisões paralelas nas bochechas de dois monjolos (fig. 115, número 1, e fig. 83).

O último moçambique da litografia (número 8) não teve sua origem geográfica circunscrita como os outros, tampouco alguma indicação sobre o tom de sua pele. O destaque foi para seu penteado “em diadema”, bem como seu hábito de assim mantê-lo. Por “mutilar a cabeça”, este negro foi comparado não a outros africanos, mas aos índios botocudos – com alguma vantagem estética sobre estes últimos, pois sabia fazer usos ornamentais do espaço de seus lóbulos laseados. O modelo que o antecede (número 7) é um “negro calava”, mas que foi embarcado em Moçambique.⁵⁸⁷ A ele, Debret dedicou a caracterização mais completa do conjunto: descreveu os tons de sua pele e escarificações, seu penteado e a peculiaridade anatômica de seu lábio inferior, resultante do uso constante de um pequeno molde de madeira, que o alongava.

Como único representante da África centro-ocidental, temos um “belo negro benguela” (número 5), porém nada mais se pode saber dele além de seu sofisticado corte de

⁵⁸⁵ C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 63.

⁵⁸⁶ J.B. Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica...*, vol. 2, p. 146.

⁵⁸⁷ Ao incluir esse detalhe na descrição, Debret certamente aproveitou para, em poucas palavras, lembrar os caminhos tortuosos do tráfico após o acirramento das pressões britânicas contra comércio negreiro na costa ocidental da África supra-equatorial.

cabelo. O modelo número 6, por sua vez, usa um penteado similar, mas não há como afirmar que também é um benguela. Isso porque os penteados exibidos por cada um dos negros, segundo o texto de Debret, não estão associados diretamente a tal ou qual nação, ao contrário das marcas faciais e da cor da pele. É claro que a maneira de moldar os cabelos foi um dos vários signos visuais cultivados pelos escravos africanos para “darem-se a ver”, exibirem e reafirmarem suas identidades e mesmo reinventá-las. Tanto isso era plausível para o próprio pintor que, em outra prancha (fig. 112), Debret classifica uma negra como sendo do Congo por seu turbante e pela cabeça raspada. No caso da figura 115, entretanto, o sentido dos penteados extravagantes vem atado a uma categoria de trabalhadores escravos – associação confirmada pelo comentário relativo à última cabeça (número 9), de procedência não indicada, demonstrando apenas “o modelo de penteado mais simples no gênero e mais generalizado entre os elegantes carregadores de fardos, negros de cangalhas ou de carro”.⁵⁸⁸

Na verdade, todos registros do pintor francês sobre as identidades dos africanos no Rio sempre estão em diálogo com outros aspectos de sua experiência no cativo. A própria configuração da linguagem debretiana, sobretudo as peculiaridades relacionais entre os textos e as imagens, coloca-nos, pois, diante de uma fluidez de clivagens que é tão rica quanto capciosa.

Em 1835, quando Debret lançou o segundo volume de sua obra, onde se encontram as quatro pranchas que acabamos de analisar, Johann Moritz Rugendas publicou seu livro de viagem.⁵⁸⁹ No capítulo anterior, perseguimos um arguto libelo anti-escravista do pintor bávaro, contido em dois cadernos de nome “Tipos e Costumes”.⁵⁹⁰ Voltemos agora ao segundo destes blocos textuais, que trata brevemente dos grupos de procedência africanos, mas que acompanha quatro belas litografias de cabeças humanas, de significados diversos dos painéis de Debret, embora pertencentes a uma mesma modalidade de representação.

⁵⁸⁸ J.B. Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica...*, vol. 2, p. 147.

⁵⁸⁹ O texto foi estruturado em 20 “cadernos”, sendo que poucos ultrapassavam dez páginas. Os primeiros seis intitulam-se “Paisagens”, seguidos por quatro de nome “Tipos e Costumes” (o primeiro é dedicado aos índios; os dois intermediários abordam o tráfico negreiro, a escravidão enquanto instituição política e econômica e os grupos africanos; o último é reservado aos mulatos). “Usos e Costumes dos Índios” são os cadernos de número 11 a 14; “A vida dos Europeus” e “Europeus na Bahia e em Pernambuco” compõem, respectivamente, as divisões 15 e 16. Finalmente, mais quatro cadernos de “Usos e Costumes dos negros”.

⁵⁹⁰ Correspondem aos oitavo e nono cadernos do livro.

Para introduzir o tema, Rugendas começa por dar notícia das principais “raças” africanas que desembarcavam no Brasil: “Angola, Congo, Rebolo, Angico, Mina, da costa ocidental da África, e Moçambique, da costa oriental”.⁵⁹¹ Diferentemente dos outros viajantes, este autor não separa dos outros grupos os africanos da parte setentrional da costa oeste (aqui chamados minas, como em grande parte dos outros viajantes), utilizando uma oposição geográfica mais genérica: as costas ocidental e oriental, esta última resumida em Moçambique. Em seguida, constrói um apanhado destas “raças” que mescla critérios físicos e de caráter:

“Distinguem-se elas, como se pode ver das cabeças de negros que damos aqui, tanto pelas tatuagens especiais do rosto como pelas diferenças muito marcadas da fisionomia. Alguns negros há, mesmo, que pouco revelam disso que se considera geralmente como sinais característicos da raça africana. Distinguem-se também pelas variedades de seus temperamentos e caracteres, variedades que, na opinião pública, estabeleceram para tal ou qual raça a reputação de melhor ou pior. Assim é, por exemplo, que os Minas e os Angolas são considerados excelentes escravos: são dóceis, fáceis de instruir e suscetíveis de dedicação, quando são mais ou menos bem tratados; são também os que, pela sua atividade, sua economia, conseguem adquirir sua alforria mais comumente. Por mais de um aspecto, os Congos se assemelham aos Angolas; são entretanto mais pesados e empregam-se de preferência no duro labor do campo. Os Rebolos pouco diferem dessas duas raças e as línguas das três apresentam muita analogia; entretanto, os Rebolos são mais turrões, e mais predispostos ao desespero e ao desânimo do que os das outras duas raças. Os Angicos são mais altos e mais bem feitos; têm no rosto menor número de traços africanos; são mais corajosos, mais astutos e apreciam mais a liberdade. É preciso tratá-los particularmente bem, se não se deseja vê-los fugir ou se revoltarem. Os Minas distinguem-se por três incisões em semi-círculo que, do canto da boca, vão até a orelha. Os Gabões são mais selvagens e mais difíceis de instruir que os precedentes; entre eles a mortalidade é mais elevada, porque se acostumam mais dificilmente ao trabalho e à escravidão. Os Monjolos são os

⁵⁹¹ J. M. Rugendas, *Viagem Pitoresca...*, p. 91.

menos estimados; são em geral pequenos, fracos, muito feios, preguiçosos e desanimados; sua cor tende para o marrom e são os que se compram mais barato”.⁵⁹²

Rugendas anuncia, pois, que as principais diferenças físicas entre as “raças” africanas são suas marcas faciais e fisionomias – elementos que, portanto, mereceriam maior atenção em seus registros iconográficos. A preocupação do artista a esse respeito já havia sido expressa por ocasião de uma crítica às chamadas “viagens pitorescas”:

“Infelizmente, todas as obras desse gênero, ou pelo menos grande parte delas, são executadas com muito pouca coincidência e absoluta negligência dos traços característicos, tanto em relação às formas humanas e às figuras como em relação ao reino vegetal. Nelas se procuraria em vão uma boa fisionomia de negro ou uma palmeira bem feita”.⁵⁹³

A primeira litografia da série de cabeças africanas de Rugendas (fig. 117) representa dois casais de congos e benguelas, estes últimos não presentes no texto, que também silencia em relação às características físicas dos congos. Entretanto, ao se observar a gravura, percebe-se que o pintor cumpriu sua promessa estética: as fisionomias de cada par são bastante semelhantes. Como no caso dos benguelas, é importante notar que vários etnônimos utilizados nas legendas das figuras não são mencionados no excerto reproduzido acima, no qual Rugendas contemplou, salvo poucas exceções, apenas as principais procedências dos escravos africanos por ele anunciadas.

A figura 116 é composta por quadro modelos, cada um de uma “raça”: na parte superior, um homem cabinda com sua escarificação facial e um quiloa⁵⁹⁴; abaixo, uma mulher rebola de turbante; e uma mina com rosto, seio e abdômen inteiros tatuados. A acurácia em diferenciar as fisionomias de cada modelo é patente. A próxima gravura representa três homens (benguela, angola e congo) junto a uma mulher monjola, com o colo escarificado por pequenos pontos (fig. 119). O homem benguela, aqui de perfil, mantém alguns traços anatômicos daquele da figura 117, o mesmo nariz pequeno e pouco largo, mas

⁵⁹² J. M. Rugendas, *Viagem Pitoresca...*, pp. 91-2.

⁵⁹³ J. M. Rugendas, *Viagem Pitoresca...*, p. 71.

⁵⁹⁴ Quióá, região perto de Matadi, no baixo rio Zaire. (Ver M. Karasch, *A vida dos escravos...*, p. 484).

agora com um queixo mais projetado e os cabelos mais crespos. Já este último congo difere mais nitidamente do primeiro (também da figura 117) pelo formato do nariz e a ausência de marcas faciais. Finalmente, a figura 118 é um extraordinário painel de cinco homens moçambiques, com suas variegadas tatuagens e incisões. Estes rostos comungam os olhos algo amendoados e o queixo frágil. De resto, seus narizes e formatos faciais divergem entre si. No canto superior esquerdo, vemos a famosa fileira de glóbulos carnosos observada por tantos viajantes: a mesma descrita por Ewbank para um negro moçambique; a mesma desenhada numa vinheta de Agate para um “inhambane” (fig. 90). O “macua” do desenhista norte-americano (fig. 87) também dialoga com modelo situado no canto inferior direito do quadro de Rugendas: ambos com as escarificações paralelas, ligeiramente em arco, na fronte. O exemplar de Rugendas, por estar de perfil, apenas nos deixa entrever o sinal semi-esférico em sua testa. Seria uma marca tribal em forma de ferradura como supôs Hale para o “macua”,⁵⁹⁵ ou uma marca do tráfico atribuída por Debret a um de seus carregadores moçambicanos?(Ver figura 115, número 3).⁵⁹⁶

Que matéria para reflexão nos fornecem essas similaridades iconográficas? Ora, nem ingenuidade nem niilismo – substantivos que, sabemos, devem ser sumariamente abolidos de qualquer investigação histórica. Estas analogias, como tantas convergências textuais e imagéticas com que nos deparamos ao longo desta tese, confirmam a existência de uma rede de autores que produziram suas obras a partir de filtros, e intenções e formatos variados a respeito de uma mesma realidade social composta por sujeitos que lhes ofereciam desafios a seus olhares e opções de registro. No interior desses embates culturais, os viajantes elegeram e reiteraram tópicos, nuançadas por múltiplas determinações gerais e particulares. Assim, do mesmo modo que é possível flagrar, nestes textos, a composição predominante de um estereótipo para os africanos ditos “minas”, as marcas faciais dos moçambiques.

Voltemos ao texto de Rugendas. O pintor afirma que, além das escarificações e fisionomias, os africanos “distinguem-se também pelas variedades de seus temperamentos e caracteres, variedades que, na opinião pública, estabeleceram para tal ou qual raça a

⁵⁹⁵ Ver C. Wilkes, *Narrative of the United States...*, p. 62.

⁵⁹⁶ J.B. Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica...*, vol. 2, p. 146.

reputação de melhor ou pior”.⁵⁹⁷ Explicitando que seus juízos a respeito da índole daqueles povos foram informados pela população local – como ocorreu com a maioria dos viajantes – o pintor constrói, porém, um arrazoado que manifesta algumas discrepâncias incomuns em relação a seus pares. Descreve os minas e angolas juntos, como “dóceis, fáceis de instruir e suscetíveis de dedicação”, além de um esforço excepcional, por parte desses grupos, para obtenção de suas alforrias. Seguem os congos que, a despeito de similaridades com os angolas, são “mais pesados e empregam-se de preferência no duro labor do campo”. Associando os rebolos aos congos e angolas por sua analogia lingüística, Rugendas os descreve, porém, como mais renitentes e indomáveis, dados “ao desespero e ao desânimo”.⁵⁹⁸ Até aqui, o único estranhamento em relação aos demais viajantes informados pelos cariocas é que o autor uniu os minas – julgados tão diferenciados e vindos do norte – aos angolas e, indiretamente, aos congos.

Surpreendentemente, porém, outro povo centro-ocidental – os angicos – foi contemplado com uma descrição física e comportamental sempre atribuída aos minas: “mais altos e mais bem feitos; têm no rosto menor número de traços africanos; são mais corajosos, mais astutos e apreciam mais a liberdade. É preciso tratá-los particularmente bem, se não se deseja vê-los fugir ou se revoltarem”.⁵⁹⁹ Em seguida, Rugendas volta aos minas, mas somente para descrever suas incisões em torno da boca.⁶⁰⁰ E, terminando a narrativa em tom decrescente das qualidades de cada “raça”, afirma que os gabões “são mais selvagens e mais difíceis de instruir que os precedentes” sendo mais comum a mortalidade entre eles pela ausência de adaptação à escravidão. Mas a última e talvez mais inexplicável incongruência é que o pintor considerou os monjolos uma “raça” completamente diversa dos angicos, e de atributos opostos: “são os menos estimados; são

⁵⁹⁷ J. M. Rugendas, *Viagem Pitoresca...*, p. 91.

⁵⁹⁸ J. M. Rugendas, *Viagem Pitoresca...*, p. 91.

⁵⁹⁹ J. M. Rugendas, *Viagem Pitoresca...*, pp. 91-2.

⁶⁰⁰ “Os Minas distinguem-se por três incisões em semi-círculo que, do canto da boca, vão até a orelha”, descrição que coincide parcialmente com algumas vinhetas de Agate que registram escarificações labiais para os chamados “povos do norte” no livro de Charles Wilkes (ver *Narrative of the United States exploring expedition...*, pp. 55-6). As analogias mais prováveis para observação de Rugendas sobre estas marcas dos minas encontram-se nos lábios dos “Guberi, do reino de Bornu” (ver fig. 77, vinheta superior) e dos “Tacqua”, que viviam “ao leste do Quorra” (ver fig. 78, duas últimas vinhetas inferiores). Por outro lado, a mulher mina que aparece num dos painéis de Rugendas (fig. 117) tem riscos diagonais – ligeiramente curvilíneos – que vão das bochechas às orelhas, mas que não partem dos lábios.

em geral pequenos, fracos, muito feios, preguiçosos e desanimados; sua cor tende para o marrom e são os que se compram mais barato”.⁶⁰¹

Há várias explicações para estas dissonâncias de Rugendas, a começar pelo adverso e interminável processo de edição de seu livro, bem como as considerações sobre a co-autoria da escrita com o escritor Victor Huber, questões já mencionadas em outros momentos desta tese. Entretanto, se olharmos para a obra de forma ampla, talvez possamos encontrar razões maiores para a aparente negligência textual do pintor em relação à diversidade africana no Brasil.

Dos vinte cadernos que compõem o livro, oito são dedicados à escravidão e aos negros no cativo. Os quatro últimos, “Usos e Costumes dos Negros”, tratam de múltiplas dimensões da vida dos escravos no Brasil, em ambientes urbanos e rurais, incluindo as relações de dominação senhoriais, as formas de trabalho, punições, vida cotidiana, crimes, expressões culturais e religiosas, as possibilidades de obtenção da alforria e a inserção social da população negra livre. Ademais, a consciência do artista em relação ao caráter eminentemente africano dos escravos cariocas era tanta que afirmou ser possível encontrar “num mesmo mercado, membros de quase todas as tribos da África”, sendo o Rio de Janeiro “o único lugar da Terra em que é possível fazer semelhante escolha de fisionomias características, entre as diferentes tribos de negros”.⁶⁰²

Por que, então, Rugendas dedicou praticamente apenas uma página de seu livro a descrever as particularidades de cada “raça” africana? Há, no mínimo, duas respostas possíveis para isso. A primeira é que, como pintor e anti-escravista, seu interesse maior era registrar essas diferenças físicas e culturais em linguagem iconográfica, dando pouca importância às falas locais que associavam as “raças” ou “tribos” a sua adequação ao universo do trabalho escravo. E ele chega mesmo a se justificar perante os leitores a respeito da grande afluência imagética do tema em seu livro:

“A raça africana constitui uma parte tão grande da população dos países da América, e, principalmente no Brasil, um elemento tão essencial da vida civil e das relações sociais, que não teremos sem dúvida necessidade de desculpar-nos se, embora conservando as necessárias proporções, consagrarmos grande parte

⁶⁰¹ J. M. Rugendas, *Viagem Pitoresca...*, pp. 91-2.

⁶⁰² J. M. Rugendas, *Viagem Pitoresca...*, p. 70.

dessa obra aos negros, a seus usos e a seus costumes.

Compreende-se ainda melhor que assim o façamos escrevendo uma viagem pitoresca. Em primeiro lugar, a cor dos negros apresenta-se, de início, como um traço característico digno de destaque na imagem do país; em segundo lugar, os hábitos e o caráter particular dos negros oferecem também, a despeito da cor e da fisionomia, lados realmente dignos de serem observados e descritos”.⁶⁰³

Na verdade, após termos analisado a obra de Rugendas em várias ocasiões neste trabalho, sabemos que estas escusas embutem uma cínica habilidade para, como escreveu Robert Slenes, livrar-se “da pecha da ‘afrofilia’”.⁶⁰⁴ O artista julgava dignos de nota os “hábitos e o caráter” dos negros não “a despeito” de seus traços faciais e de sua cor da pele, mas inclusive por estes motivos. Todos esses elementos integram-se nos propósitos pitorescos e políticos do pintor. A segunda resposta está justamente em outro artigo de Slenes,⁶⁰⁵ que demonstra como o olhar de Rugendas (“um Rugendas etnólogo”⁶⁰⁶) sobre as identidades africanas no Brasil reforça a hipótese da formação de uma unidade cultural entre grande parte dos africanos vindos da África centro-ocidental: na experiência do cativo, estes grupos teriam reconhecido, entre si, uma gama de aproximações culturais. Assim, ao mesmo tempo em que o pintor bávaro admitiu a diversidade africana no Brasil, forneceu pistas que indicavam sua reorganização identitária a partir da comunhão de certas práticas, principalmente lingüísticas e religiosas. Neste sentido, mais uma vez, Rugendas constitui uma honrosa exceção.

Independentemente, porém, de suas intenções incomuns, de seu olhar diferenciado, este artista não deixou de compartilhar com seus colegas viajantes a experiência de um registro limitado para as identidades africanas no Rio de Janeiro oitocentista. Uma limitação advinda de certos parâmetros que estes estrangeiros traziam consigo. Rugendas demonstra-os, por exemplo, ao comentar que “alguns negros há, mesmo, que pouco revelam disso que se considera geralmente como sinais característicos da raça africana”; ou

⁶⁰³ Johann Moritz Rugendas – *Viagem Pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1940, p. 70.

⁶⁰⁴ R. Slenes, “As provações de um Abraão africano...”, p. 282.

⁶⁰⁵ R. Slenes - ““Malungu, Ngoma vem!”: África encoberta e descoberta no Brasil”. *Revista USP*, 12, (1991-1992): 48-73.

⁶⁰⁶ R. Slenes, ““Malungu, Ngoma vem! ...”, p. 50.

ainda, referindo-se aos angicos, que eles “têm no rosto menor número de traços africanos”.⁶⁰⁷

Ao ensaiarem uma taxonomia das nações para os escravos africanos, os viajantes refletiram os movimentos do tráfico e o senso comum senhorial. Entretanto, acabaram também por aplicar discursos gerais, científicos e estéticos, a grupos específicos. Assim foi que idéias homogeneizantes a respeito dos africanos enquanto um “povo” ou “raça” humana – que carregavam características físicas e comportamentais bem definidas – foram distribuídas, positiva ou negativamente, entre os diversos grupos no cativeiro. Subjacentes a este procedimento, vicejavam as sementes conceituais plantadas nas últimas décadas do século XVIII: a África, como continente ou fragmentada em inúmeras “tribos”, “raças” ou “nações”, era o determinante (ou ao menos o berço) geográfico de espécimes humanos inferiores em suas fisionomias e outros atributos não físicos inatos.

⁶⁰⁷ J. M. Rugendas, Viagem Pitoresca..., p. 91.

CONCLUSÃO:

de africanos, geneticistas e historiadores

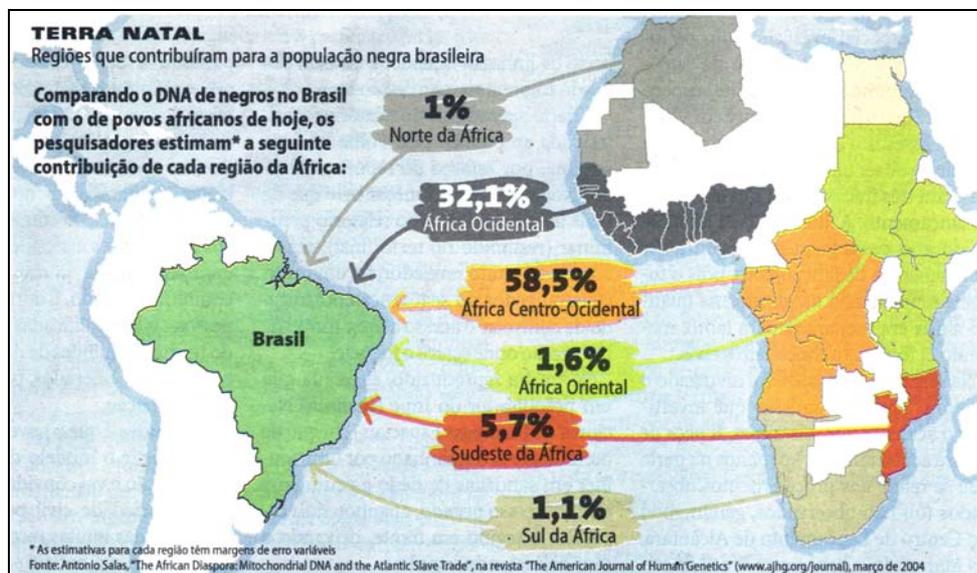
Em março de 2004, uma matéria publicada no “Caderno Mais!” do jornal Folha de São Paulo certamente chamou a atenção de muitos estudiosos da escravidão e dos negros no contexto pós-abolição no Brasil. O texto, assinado por Reinaldo José Lopes, intitula-se “*Raízes da diáspora negra*” e tem como *lead*: “Análise do DNA mitocondrial de africanos modernos negros americanos traça retrato genético dos povos escravizados na era colonial e trazidos para a América”.⁶⁰⁸ Lopes, especializado em jornalismo científico, inicia a reportagem desmerecendo – involuntariamente, é certo – os esforços investigativos de muitos historiadores ao afirmar que os traficantes de escravos eram interessados em “apagar qualquer ligação dos escravizados com o continente materno”, mas que “uma pista essencial sobre essa diáspora eles não conseguiram eliminar: o DNA dos descendentes dos cativos”. A matéria, pois, noticia os resultados da pesquisa de um grupo, liderado pelo biólogo espanhol Antonio Salas, que com base nestes fragmentos bioquímicos, empenhou-se em construir “um dos retratos mais completos já feitos sobre a origem da população negra” do continente americano.⁶⁰⁹

A segunda parte da reportagem, de entretítulo “*Confirmando a história*”, conclui que “o resultado mais marcante para o Brasil está de acordo com o que os registros históricos indicam: uma grande contribuição de escravos de Angola e Congo, membros do tronco lingüístico banto. Em segundo lugar vêm os povos da África Ocidental, como os iorubás”, mas em contrapartida, “Moçambique, outra fonte histórica de cativos,

⁶⁰⁸ Reinaldo José Lopes - Caderno “Mais!”. Folha de São Paulo, 21 de março de 2004, pp. 16-17.

⁶⁰⁹ R. Lopes, Caderno “Mais!”..., p. 16.

surpreendentemente não pareceu tão importante”.⁶¹⁰ O quadro inserido na matéria resume estas estatísticas:



A população africana trazida para o Brasil tem um significado crucial neste mapeamento, do qual também participaram os geneticistas nacionais Maria Cátira Bortolini e Sérgio Danilo Pena. Este destaque deve-se às relações entre os cativos e um fenômeno demográfico ocorrido na África há três milênios:

“Além do episódio trágico e recente da escravidão, análises como as de Salas e de seus colegas brasileiros podem ajudar a entender andanças mais antigas. A principal delas é a expansão dos bantos, que saíram de algum lugar perto do atual Camarões há 3.000 mil anos para dominar quase todo o centro, sudeste e sul da África. Ao contrário da imagem tradicional e equivocada dos africanos como um conglomerado de povos tribais, os bantos dominavam a agricultura, forjavam armas de ferro e eram cavaleiros habilidosos. A expansão desses guerreiros-lavradores, feita num intervalo de tempo muito curto do ponto de vista da transformação DNA, ajudou a criar um panorama genético homogêneo em boa parte da África moderna”.⁶¹¹

⁶¹⁰ R. Lopes, Caderno “Mais!”..., p. 17.

⁶¹¹ R. Lopes, Caderno “Mais!”..., p. 17.

Segundo Antonio Salas, as amostras de brasileiros descendentes de africanos ajudam, justamente, a reconstruir a tal “expansão banta”, porque contêm linhagens que são africanas, mas que não conseguiram encontrar na própria África. Por outro lado, esta mesma expansão, ao uniformizar os padrões genéticos de inúmeros povos africanos, “deve confundir a questão da origem exata por muito tempo”.⁶¹² Complementando a explicação desta lacuna, Bortolini explica que “diferenciar oeste africano de banto é fácil. O difícil é separar banto de banto, porque não houve tempo de as linhagens de mtDNA adquirirem variações significativas”.⁶¹³ Assim, Lopes encerra o artigo com uma conclusão desanimadora: “muito trabalho ainda será necessário antes que um descendente de africanos no Brasil consiga determinar, com certeza, de que país e povo vieram seus ancestrais”.⁶¹⁴

O trabalho comandado por Salas opera com a vedete dos estudos bioquímicos, descoberta no século XX: o DNA. A explicação dos fundamentos da pesquisa, mesmo que em termos traduzidos para a compreensão de um público leigo, pode ser algo maçante. Entretanto os leitores do primeiro capítulo desta tese, que acompanharam pacientemente as idéias dos médicos e naturalistas setecentistas a respeito da diversidade humana, saberão me conceder agora um último laivo de boa vontade:

“Uma das maneiras de usar os genes para rastrear as andanças de um povo é vasculhar o mtDNA, ou DNA mitocondrial. O nome vem das mitocôndrias, as usinas de energia das células, onde esse DNA se aloja. O tipo especial de material genético só é transmitido pelo lado materno e se modifica apenas por mutações.

Tais mudanças acabam por dividi-lo em ‘linhagens’ diferentes – também chamadas de haplótipos – que compartilham um conjunto de alterações nas ‘letras’ químicas do DNA, em geral atribuídas a uma mulher ancestral. E essas linhagens, em geral, estão ligadas à origem geográfica, quase como um inconfundível (embora impreciso) sotaque genético. Há as linhagens típicas da África, da América e da Oceania, por exemplo, o que se torna uma mão na roda para o trabalho de detetive realizado pelos geneticistas históricos.

⁶¹² Antonio Salas, *apud*: R. Lopes, Caderno “Mais!”..., p. 17.

⁶¹³ Maria Cátira Bortolini, *apud*: R. Lopes, Caderno “Mais!”..., p. 17.

⁶¹⁴ R. Lopes, Caderno “Mais!”..., p. 17.

De posse da seqüência de letras dessa parte do mtDNA de negros americanos e de grande número de povos em toda a África, Salas e seus colegas estudaram as linhagens que apareciam e as possíveis regiões de origem – algo que não é tão fácil quanto parece”.⁶¹⁵

Desnecessário afirmar que os propósitos desta investigação estão há anos-luz de distância das implicações nefastas contidas nas teorias climáticas do Conde de Buffon ou no conceito de degeneração forjado por Blumenbach, por exemplo. Aqui, as tais “linhagens” e o “inconfundível sotaque genético” são, inegavelmente, elementos microscópicos identificáveis nas células dos corpos dos africanos e seus descendentes. Ou, em outras palavras, são genes humanos oriundos de um continente denominado África. Porém, este mapeamento procura somente detectar a exata origem geográfica dos negros escravizados nas Américas, obviamente destituído de qualquer laivo ou sugestão hierarquizante a respeito destes povos e seus descendentes.

A despeito de todos os méritos intrínsecos deste mapeamento genético, e dos vários proveitos que os estudiosos da diáspora negra atlântica possam dele extrair, a reportagem insere-se na parte reservada às ciências exatas e biológicas (“+ Ciência”) do caderno “Mais!”. Portanto, devemos pensar nos significados de um trabalho deste tipo dentro de sua própria área: a questão das origens dos africanos cativos, que vem sendo problematizada há décadas por historiadores e antropólogos, agora instiga e desafia também os geneticistas, que partem de perguntas e paradigmas bastante díspares dos das ciências humanas. Felizmente – apesar destas divergências de interesses epistemológicos – a busca por certas diferenças humanas inatas empreendida numa pesquisa biológica não mais precisa ser temida ou rechaçada, ao menos em si. Infelizmente, talvez, se apropriados em certas arenas políticas e culturais, os resultados desta pesquisa ainda poderão respaldar discursos de exclusão social – mas esta última possibilidade é completamente externa aos propósitos do estudo. Não estou defendendo aqui – e inversamente a tudo o que escrevi e creio – a tão inverídica “neutralidade” do conhecimento científico, há tempos caída por terra. A investigação de Salas, ao contrário, pode justamente fornecer elementos para uma

⁶¹⁵ R. Lopes, Caderno “Mais!”..., p. 17.

visibilidade legítima das diferenças dos afro-descendentes, e para a afirmação de que “diferentes” **não** são desiguais.

Esta tese apresentou um cenário intelectual bastante diverso deste que se configura no início do século XXI. A partir da segunda metade do século XVIII, os cientistas europeus estavam interessados em estudar a diversidade dos povos e suas relações com os lugares geográficos de onde provinham. Mas se encerra aqui qualquer analogia que possa ser evocada entre os geneticistas e aqueles que seriam seus “pares” setecentistas, sobretudo médicos e naturalistas. No primeiro capítulo, vimos como estes últimos construíram hierarquias ontológicas para a espécie humana, alocando os africanos no mais baixo degrau destas escalas. Estas teorias científicas e estéticas, ao adentrarem o século XIX, sofreram releituras, reiteraões e potencializações que, em poucas palavras, resultaram na legitimação do racismo científico em suas várias vertentes. Vimos também como as experiências resultantes das grandes expedições marítimas do século XVIII contribuíram dialogicamente para a afirmação destas teorias e para o prestígio crescente de um gênero literário que dava a conhecer os distantes universos dos povos não europeus. O segundo capítulo apresenta um destes universos, no qual desembarcaram mais de uma centena de europeus informados direta ou indiretamente por este cabedal intelectual. Os viajantes que estiveram na cidade do Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX expressaram sua estupefação com a enorme massa de escravos negros através de registros que comportavam constantes interlocuções, acabando por criar uma grande rede de tópicos textuais e imagéticos que passaram a circular no mercado editorial europeu.

Mas o que mais espantava e incomodava os visitantes era o caráter africano daquela população, conforme demonstra o capítulo III. Os corpos apolíneos daqueles homens e mulheres, quase sempre contrastando com seus rostos horrendos e escarificados; seus cantos e danças bárbaros; sua “índole” ou “natureza” africana manifestando-se através de atitudes que poderiam ser amenizadas ou, pelo contrário, extremadas no contexto do cativo. É certo, porém, que foram reconhecidas várias diferenças físicas e comportamentais entre eles. Isso dependia, essencialmente, de qual região da África tinham vindo, ou a que “raça”, “nação” ou “tribo” pertenciam. Porém, essa “taxonomia das nações” de que trata o último capítulo foi construída por meio do contato dos viajantes com

um contexto escravista específico que informou, confundiu e limitou seus registros dessas instâncias mais particulares dos africanos.

Todos estes elementos foram alvo de interpretação dos olhares europeus contidos no conjunto da literatura de viagem oitocentista eleita como *corpus* documental central desta tese. Seus autores tinham formações e propósitos múltiplos. Eram naturalistas, etnólogos, historiadores, engenheiros, padres, pastores protestantes, médicos, pintores, literatos, cônsules, militares, oficiais navais, marinheiros, aventureiros. Escravistas, anti-escravistas, ou indiferentes a esta causa. Apesar de tantas diferenças, seus juízos a respeito dos africanos no Rio de Janeiro convergiram de tal forma que tornaram, senão convincentes, ao menos plausíveis as análises comparativas que procurei empreender neste trabalho. Vindos, pois, de distintos nichos profissionais e intelectuais, ainda assim foi possível perceber o quanto estes viajantes carregavam consigo uníssonas concepções inferiorizantes sobre os africanos, gestadas pelos discursos científicos e estéticos das últimas décadas do século XVIII.

Finalmente, como enunciado na introdução da tese, este exame dos registros de africanos feitos por viajantes europeus – a partir de determinada circunscrição temática, espacial e temporal – espera contribuir com a decodificação dos relatos de viagem enquanto fontes privilegiadas para o estudo da escravidão. Se o propósito não foi cumprido, que ao menos sirva de inspiração para novas tentativas, agora que também se pode contar com a ajuda dos geneticistas.

FONTES

I. Iconografia avulsa

Aquarelas e desenhos originais da Divisão de Iconografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

Adolphe-Simon Nébox (bicos-de- pena sobre cartão)

“*Esclave de Bahia*” – arc. 30 (372.268-1967-c).

“*Une cuisinière*” – arc. 30 (372.257-1967-c).

“*Esclave marchande d’ananas*” – arc. 30 (372.254-1967-c).

“*Negresse libre*” – arc. 30 (372.260-1967-c).

“*Negresse marchande de fruits*” – arc. 30 (372.259-1967-c).

“*Marchand de canne à sucre*” – arc. 30 (372.261-1967-c).

Anônimo (aquarelas sobre cartão) - Arc. 30.8.2 (1-4)

“*Rio de Janeiro. An African Slave Vender of Music*”.

“*Rio de Janeiro A Slave going to Market with Poultry*”.

“*Rio de Janeiro*”.

“*Rio de Janeiro Vender of Milk*”.

II. Fontes impressas

II. 1. Obras de viagem

A. P. D. G. Sketches of portuguese life, manners, costume, and character. Londres: Geo. B. Whittaker, 1826.

ADALBERT-Ferdinand. Travels of his royal highness Prince Adalbert of Prussia, in the south of Europe and in Brazil, with a voyage up the Amazon and the Xingu. Londres: David Bogue, 1849.

ANDREWS, Joseph. Journey from Buenos Ayres through the provinces of Cordova, Tucuman, and Salta, to Potosi, thence by deserts of Caranja to Africa, and subsequently, to Santiago de Chili and

Coquimbo, undertaken on behalf of the Chilean and Peruvian Mining Association, in the years 1825-26. Londres: John Murray, 1827, 2 vols.

ARAGO, Jacques Étienne Victor; PELLION, A. Voyage autour du monde, fait par ordre du Roi sur les corvettes du roi l'Uranie et la Physicienne pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820. Atlas Historique. Paris: Pillet Aîné, 1825.

ARNOLD, Samuel Greene. Viaje por América del Sur 1847-1848. Buenos Aires: Emecé Editores S.A., 1951.

BEAUMONT, J. A. B. Travels in Buenos Aires, and the adjacent provinces of the Rio de la Plata. Londres: James Ridgway, 1828.

BEECHEY, Frederick William. Narrative of a voyage to the Pacific and Beering's Strait, to cooperate with the polar expeditions: performed in his Majesty's ship Blossom, under the command of Captain F. W. Beechey, R. N. F.R.S.&c. in the years 1825, 26, 27, 28. Londres: Henry Colburn and Richard Bentley, 1831.

BERNARD, Lina Beck. Le rio Parana cinq années de séjour dans la République Argentine. Paris: Grassart Libraire Éditeur, 1864.

BEYER, Gustaf. "Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à Capitania de S. Paulo, no Brasil, no verão de 1813, com algumas notícias sobre a cidade da Bahia e a ilha Tristão da Cunha, entre o Cabo e o Brasil e que há pouco foi ocupada". (trad.). Revista do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, XII (1907): 278.

BIARD, François Auguste. Deux années au Brésil. Paris: L. Hachette et Cie, 1862.

BORGET, Auguste. Fragments d'un voyage autour du monde. Moulins: F. A. Desrosiers, Imprimeur Editeur, 1850.

BOSCHE, Eduard Theodor. Quadros alternados de viagens terrestres e maritimas, aventuras, acontecimentos politicos, descrições de usos e costumes de povos durante uma viagem ao Brasil, de 1824 a 1834. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

BOUGAINVILLE, Hyacinthe Yves Philippe Potentien. Album pittoresque de la frégate La Thétis et de la corvette l'Espérance. Collection de dessins relatifs a leur voyage autour du monde en 1824, 1825 et 1826. Paris: Bulla Éditeur, 1828.

_____. Journal de la navigation autour du Globe de la frégate "La Thétis" et de la corvette "L'Espérance" pendant les années 1824, 1825 et 1826. Paris: Arthus Bertrand, Libraire-Éditeur, 1837.

BRACKENRIDGE, Henry Marie. Voyage to South America, performed by order of the American Government, in the years 1817 and 1818 in the Frigate Congress. Baltimore: John D. Toy, 1819.

BRAND, Charles. Journal of a voyage to Peru: a passage across the Cordillera of the Andes, in the winter of 1827, performed on foot in the snow, and a journey across the Pampas. Londres: Henry Colburn, 1828.

BUNBURY, Charles James Fox. Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais. 1833-35. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1981.

BURFORD, Robert. Description of a view of the city of St. Sebastian, and the bay of Rio de Janeiro, now exhibiting in the panorama. Londres: J. and C. Adlard, 1828.

BURMEISTER, Hermann. Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos. São Paulo: Livraria Martins, 1952.

CALDCLEUGH, Alexander. Travels in South America, during the years 1819-20-21; containing an account of the present state of Brazil, Buenos Ayres, and Chile. Londres: John Murray, 1825.

CAMPBELL, Archibald. A voyage round the world, from 1806 to 1812 in which Japan, Kamschatka, the Aleutian Islands, and the Sandwich Islands, were visited. Including a narrative of the author's shipwreck on the Island of Sannack, and his subsequent wreck in the ship's long boat. With an account of the present state of the Sandwich Islands, and a vocabulary of their language. Edinburgo: Archibald Constable and Co., 1816.

CANDLER, John; BURGESS, Wilson. Narrative of a recent visit to Brazil. Londres: Edward Marsh, friend's book and tract depository, 1853.

CASTELNAU, Francis de. Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro a Lima au Para, exécutée par ordre du Gouvernement Français pendant les années 1843 a 1847. Paris: P. Bertrand, 1850.

CHAMBERLAIN, Henry. Views and costumes of city of Rio de Janeiro Brazil. Londres: Thomas M'lean, 1822.

_____. Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Cosmos, 1943.

COLTON, Walter. Deck and port; or, incidents of a cruise in the United States Frigate Congress to California; with sketches of Rio de Janeiro, Valparaiso, Lima, Honolulu, and San Francisco. Nova York: A. S. Barnes & Co., 1850.

DABADIE, F. A travers l'Amérique du Sud. Paris: Ferdinand Sartorius, 1858.

DEBRET, Jean-Baptiste. Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou séjour d'un artiste français au Brésil depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, époques de l'avènement et de l'abdication de S.M.D. Pedro 1er., fondateur de l'Empire brésilien. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-39, 3 vols.

_____. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1989, 3 vols.

DELESSERT, Eugène M. Voyages dans les deux océans Atlantique et Pacifique. 1844 a 1847. Brésil, États Unis, Cap de Bonne-Espérance, Nouvelle-Hollande, Nouvelle-Zélande, Taiti, Philippines, Chine, Java, Indes Orientales, Égypte. Paris: A. Franck Libraire, 1848.

DENIS, Jean Ferdinand. Brésil par M. Ferdinand Denis. Colombie et Guyanes par M. C. Famin. Paris: Firmin Didot Frères, 1837.

_____. Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1980.

DOUVILLE, Jean-Baptiste. Voyage au Congo, ou ma justification des infamies débitées contre moi, suivie de détails nouveaux et curieux sur les moeurs et les usages des habitans du Brésil et de Buenos-Ayres, et d'une description de la colonie Patagonia. Paris: L'Auteur, Dentu et Delaunay, 1833.

DU PETIT-THOUARS, Abel Aubert. Voyage autour du monde sur la frégate La Vénus, pendant les années 1836-1839. Paris: Gide éditeur, 1840.

DUTOT, S. France et Brésil par S. Dudot et Notice sur Dona Francisca par M. Aubé. Paris: Libraire de Guillaumin, 1857.

EBEL, Ernst. O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

ELLIS, Henry. Journal of the proceedings of the late embassy to China; comprising a correct narrative of the public transactions of the embassy of the voyage to and from China, and of the journey from the mouth of the Pei-Ho to the return to Canton. Londres: John Murray, 1817.

ELLIS, William. Polynesian researches, during a residence of nearly six years in the south Sea Islands; including descriptions of the natural history and scenery of the Islands - with remarks of the history, mythology, traditions, government, arts, manners, and customs of the inhabitants. Londres: Fisher, Son & Jackson, 1829, 2 vols.

ELVAS, Ramière d'. Beautés et merveilles de la nature au Brésil ou description pittoresque des productions, curiosités et phénomènes de cette contrée, des mouers et coutumes de ses habitans. Paris: Pierre Maumus, 1839.

ELWES, Robert. A sketcher's tour round the world. Londres: Hurst and Blackett, 1854.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Pluto Brasiliensis. Memória sobre as riquezas do Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1944, 2 vols.

EWBANK, Thomas. Life in Brazil; or, a journal of a visit to the land of the Cocoa and the Palm with an appendix containing illustrations of ancient South American Arts. In recently discovered and products of comestic industry and works in stone pottery, gold, silver, bronze, &c. Nova York: Harper & Brother, 1856.

_____. Vida no Brasil ou Diário de uma Visita à Terra do Cacaueiro e da Palmeira. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1976.

FERRIÈRE le Vayer, Théophile de. Une ambassade française en Chine. Journal de voyage. Paris: Librairie D'Amyot Éditeur, 1854.

FREIREYSS, G. Wilhelm. Viagem ao interior do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1982.

FREYCINET, Louis Claude Desaulces de. Voyage autour du monde. Enterpris par ordre du Roi... pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820. Paris: Pillet Aîné, 1825, 3 vols.

FREYCINET, Rose Desaulces de. Campagne de l' "Uranie" (1817-1820) Journal de Madame Rose de Saulces de Freycinet. Paris: Société d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales, 1927.

GALLÈS, Edouard. Du Brésil, ou observations générales sur le commerce et les douanes de ce pays, suivies d'un tarif de droits d'entrée sur les marchandises françaises et d'un tableau comparatif des monnaies, poids et mesures. Paris: Renard, 1828.

GARDNER, George. Travels in the interior of Brazil, principally though the Northern provinces, and the gold and diamond districts, during the years 1836-1841. Londres: Reeve Brothers, 1846.

GERSTÄCKER, Friedrich Wilhelm Christian. Gerstacker's travels. Rio de Janeiro - Buenos Ayres - Ride through the pampas-winter journey across the Cordilleras, Chili, Valparaiso, California and the gold fields. Londres e Edinburgo: T. Nelson and Sons, 1854.

GRAHAM, Maria. Journal of a voyage to Brazil, and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823. Londres: Longman & Others, 1824.

GRANT, Andrew. History of Brazil, comprising a geographical account of that country, together with a narrative of the most remarkable events which have occurred there since its discovery, a description of the manners, customs, religions, &c. of the natives and colonists, interspersed with remarks on the nature of its soil, climate, productions and foreign and internal commerce. To which is subjoined cautions to new settlers for the preservation of health. Londres: Henry Colburn, 1809.

GRAVIÈRE, Jurien de la (Jean Pierre Edmond). Souvenirs d'un amiral. Paris: L.Hachette et Cie., 1860, 2 vols.

HAMOND, Almirante Graham Édén. Os Diários do Almirante Graham Eden Hamond, 1825-1834/38. Rio de Janeiro: Ed. JB, 1984.

HENDERSON, James. A History of Brazil; comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants, &c. &c. &c. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1821.

HILL, Pascoe Grenfell. Fifty days on board a slave-vessel in the Mozambique Channel, in april and may, 1843. Londres: John Murray, 1844.

HORNER, Gustavus R. B. Medical Topography of Brazil and Uruguay: with incidental remarks. Filadélfia: Lindsay & Blakiston, 1845.

ITIER, Jules. Journal d'un voyage en Chine en 1843, 1844, 1845, 1846. Paris: Dauvin et Fontaines libraires-editeurs, 1848, 2 vols.

KIDDER, Daniel Parish. Sketches of residence and travels in Brazil embracing historical and geographical notices of the empire and its several provinces. Londres: Wilwy & Putnam, 1845, 2vols.

KIDDER, Daniel Parish; FLETCHER, James Cooley. Brazil and the brazilians, portrayed in historical and descriptive sketches. Filadélfia: Childs & Peterson/ Londres: Trulner & Co., 1857.

_____. O Brasil e os Brasileiros. Esboço histórico e descritivo. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1941.

KOTZEBUE, Otto von. A new voyage round the world in the years 1823, 24, 25, and 26. Londres: Henry Colburn and Richard Bentley, 1830, 2 vols.

LA SALLE, A. de. Voyage autour du monde exécuté pendant les années 1836 et 1837 sur la corvette La Bonite. Paris: Arthus Bertrand, 1845.

LAPLACE, Cyrille Pierre Théodore. Voyage autour du monde par les mers de l'Inde et de Chine exécuté sur la corvette de l'État la favorite pendant les années 1830, 1831 et 1832. Paris: Imprimerie Royale, 1833.

LAVOLLÉE, Charles Humbert. Voyage en Chine - Ténérife - Rio de Janeiro - Le Cap. - Ile Bourbon - Malacca - Singapore - Manille - Macao - Canton - Ports Chinois - Conchinchine - Java. Paris, 1852.

LEITHOLD, Johannes Gottfried Theodor von & RANGO, Friedrich Ludwig. O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1966.

LUCOCK, John. Notes on Rio de Janeiro, and the southern parts of Brazil; taken during a residence of ten years in that country, from 1808 to 1818. Londres: Samuel Leigh, 1820.

MAC-LEOD, John. Narrative of a voyage, in his Majesty late ship Alceste, to the Yellow Sea, along the Coast of Corea, and through its numerous hitherto undiscovered Islands, to the Islands of Lewchew; with an account of her shipwreck in the Straits of Gaspar. Londres: John Murray, 1817.

MANSFIELD, Charles Blachford. Paraguay, Brazil, and the Plate. Letters written in 1852-1853. Cambridge: Macmillan & Co. 1856.

MATHISON, Gilbert Farquhar. Narrative of a visit to Brazil, Chile, Peru, and the Sandwich Islands, during the years 1821 and 1822. Londres: Charles Knight, 1825.

MAWE, John. Travels in the interior of Brazil, particularly in the gold and diamond districts of that country, by authority of the Prince Regent of Portugal; including a voyage to the Rio de La Plata, and an historical sketch of the revolution of Buenos Ayres. Londres: Longman, Hurst, 1812.

MAXIMILIAN, Príncipe de Wied-Neuwied. Voyage au Brésil, dans les années 1815, 1816 et 1817. Paris: Arthus-Bertrand, 1821.

MORIER, James Justinian. A second journey through Persia, Armenia, and Asia Minor to Constantinople, between the years 1810 and 1816. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, And Brown, 1818.

- MORRELL, Benjamin. A narrative of four voyages to the South Sea, North and South Pacific Ocean, Chinese Sea, Ethiopic and Southern Atlantic Ocean, Indian and Antartic Ocean. rom the years 1822 to 1831. Nova York: J & J.Harper, 1832.
- OUSELEY, Sir William Gore. Travels in various countries of the East; more particulary Persia. Londres: Rodwell and Martin, 1819.
- PFEIFFER, Ida. A woman's journey round the world, from Vienna to Brazil, Chili, Tahiti, China, Hindostan, Persia, and Asia Minor. Londres: Nathaniel Cooke, 1854.
- POHL, Johann Emanuel. Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821. Rio de Janeiro: MEC-INL, 1951.
- PRADT, M. de. Les six derniers mois de L'Amérique et du Brésil. Paris: François Veladim, 1817.
- PRIOR, James. Voyage along the eastern coast of Africa, to Mosambique, Johanna, and Quiloa; to St.Helena; to Rio de Janeiro, Bahia, and Pernambuco in Brasil. Londres: Richard Phillips and Co., 1819.
- RADIGUET, Maximilien René. Souvenirs de l'Amérique Espagnole. Études sur la société au Pérou et au Chili (la ville et la campagne de Rio de Janeiro). Paris: Michel Lévy Frères, 1856.
- RENDU, A. Études topographiques, médicales et agronomiques sur le Brésil. Paris: J. B. Bailliére, 1848.
- RUGENDAS, Johann Moritz. Voyage pittoresque dans le Brésil . Paris: Engelmann & Cie, 1835.
- _____. Viagem Pitoresca através do Brasil. São Paulo: Livraria Martins, 1940.
- RUSCHENBERGER, William Samuel Waithman. Three years in The Pacific; including notices of Brazil, Chile, Bolivia, and Peru. Filadélfia: Carey, Lea & Blanchard, 1834.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes. Paris: Grimbert et Dorez, 1830.
- SAINT-SAUVEUR, Jacques Grasset. Encyclopédie des Voyages, contenant l'abrégé historique des moeurs, usages, habitudes domestiques, religions, fêtes, supplices, funérailles, sciences, arts, et commerce de tous les peuples. Et la collection complete de leurs habillemens civils, militaires, religieux et dignitaires, dessinés d'après nature, gravés avec soin et coloriés à l'aquarelle. Paris: Deroy, 1795-6, 4 vols.
- SCARLETT, Peter Campbell. South America and the Pacific; comprising a journey across the Pampas and the Andes, from Buenos Ayres to Valparaiso, Lima, and Panamá. Londres: Henry Colburn, 1838.
- SCHLICHTHORST, Carl. O Rio de Janeiro como é: 1824-1826 (huma vez e nunca mais). Rio de Janeiro: Getúlio Costa, 1946.
- SEIDLER, Carl Friedrich Gustav. Dez anos no Brasil. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

SHILLIBEER, John. A narrative of the Briton's voyage to Pitcairn's Islands; including an interesting sketch of the present state of the Brazils and of Spanish South America. Londres: Law and Whittaker, 1818.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philip von. Travels in Brazil in the years 1817-1820 undertaken by command of His Majesty the king of Bavaria.. Londres: Longman, Hurst, Reer, Orme, Brown, Green, 1824, 2 vols.

_____. Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, 4 vols.

STEWART, Charles Samuel. A visit to the South Seas, in the U.S. Ship Vincennes, during the years 1829 and 1830, with scenes in Brazil, Peru, Manilla, the Cape of Good Hope and St. Helena. Nova York: John P.Haven, 1831, 2 vols.

_____. Brazil and la Plata: the personal record of a cruise. Nova York: G.P. Putnam & Co., 1856.

SUZANNET, Conde de. Souvenirs de voyages. Le provinces du Caucase, l'Empire du Brésil. Paris: G. A. Dentu, 1846.

TEMPLE, Edmond. Travels in various parts of Peru, including a years's residence in Potosi. Londres: Henry Colburn and Richard Bentley, 1830.

WALSH, Robert. Notices of Brazil in 1828 and 1829. Londres: F. Westley and A. Davis, 1830, 2 vols.

WEBSTER, W. H. B. Narrative of a voyage to the southern Atlantic Ocean, in the years 1828, 29, 30, performed in H. M. Sloop Chanticleer, under the command of the late Captain Henry Foster, F. R. S. & c. by order of the Lords Commissioners of the Admiralty. Londres: Richard Bentley, 1834, 2 vols.

WILBERFORCE, Edward. Brazil viewed through a naval glass with notes on slavery and the slave trade. Londres: Longman, Brown, and Green, 1856.

WILKES, Charles. Narrative of the United States exploring expedition during the years 1838, 1839, 1840, 1841, 1842. Filadélfia: C.Sherman, 1844, 5 vols.

YVAN, Melchior. La Chine et la presqu' ile Malaise. Relation d'une voyage accompli en 1843, 1844, 1845 et 1846. Paris: Boulé, 1850.

_____. De France en Chine. Paris: L. Hachette, 1855.

II. 2. Álbuns pitorescos

BRIGGS, Frederico Guilherme; LUDWIG, Peter - The Brazilian Souvenir: a selection of the most peculiar costumes of the Brazil. Rio de Janeiro: Ludwig & Briggs Lithographers, 1844.

BUVELOT, Louis; MOREAU, Louis Auguste - Rio de Janeiro Pittoresco. Rio de Janeiro: Lithographia de Heaton e Rensburg, 1845.

SCHUTZ, J. - Album Pittoresco do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843.

STEINMANN, Johann - Souvenirs de Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1966.

THEREMIN, Wilhelm Karl - Saudades do Rio de Janeiro. Berlim: L. Sachse, s.d.

II. 3. Coletâneas de ilustrações (edições impressas com reproduções de aquarelas, gravuras e desenhos organizados por terceiros)

ARAÚJO, Emanuel (org.) – Negro de corpo e alma. Catálogo da Mostra do Redescobrimto. São Paulo: Associação Brasil 500 anos Artes Visuais, 2000.

BERGER, Paulo (org.) – Usos e costumes do Rio de Janeiro nas figurinhas de Guillobel. 1812-1814. Curitiba: Kingraf, 1978.

DIENER, Pablo; COSTA, Maria de Fátima – Rugendas e o Brasil. São Paulo: Capivara, 2002.

ESBOÇOS Tropicais do Brasil (catálogo da exposição Harro-Harring). Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 1996.

FERREZ, Gilberto (org.) - Aquarelas de Richard Bate. O Rio de Janeiro de 1808-1848.

MACHADO, Cândido Guinle de Paula (org.) – Charles Landseer, São Paulo: por C. G. de P. Machado, 1972.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.) – A travessia da Calunga Grande. Três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899). São Paulo: Edusp, 2000.

TURAZZI, Maria Inez (org.). Tipos e Cenas do Brasil Imperial; a Litografia Briggs na Coleção Geyer. Petrópolis: Museu Imperial, 2002.

VIAGEM ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender. 1817-1818. Petrópolis: Kapa Editorial, 2000, 3 vols.

II. 4. Tratados científicos

BROC, P. P. - Essai sur les races humaines considérés sous les rapports anatomique et philosophique. Bruxelas: Établissement Encyclographique, 1837.

CAMPER, Pieter - The Works of the late Professor Camper, on the Connexion between the Science of Anatomy and the Arts of Drawing, Painting, Statuary, &c. &c. Londres: C. Dilly, 1794.

LE CAT, Claude-Nicolas - Traité de la couleur humaine en général, de celle des negres en particulier, et de la métamorphose d' une de ces couleurs en autre, soit de naissance, soit accidentellement. Amsterdã: s.e., 1765.

VANDERMONDE, Charles-Augustin - Essai sur la méthode de perfectionner l'espèce humaine. Paris: Vincent Imprimeur-Libraire, 1756, 2 vols.

II. 5. Manuais técnicos e ensaios sobre pintura, desenho e gravura

BOISBAUNDRAN, Horace Lecoq de - L'éducation de la mémoire pittoresque et de la formation de l'artiste. Paris: Henri Laurens Éditeur, 1862. 1ª. Ed. 1847.

BOUTEREAU, C. - Nouveau Manuel Complet du dessinateur ou Traité Théorique et Pratique de l'Art du Dessein. Paris: Librairie Encyclopédique de Roret, 1842, vol. 1.

DELABORDE, Henri – La gravure. Précis historique de ses origines, de ses procédés et de son histoire. Paris: A. Quantin, s.d.

GILPIN, William – An essay on prints. 4ª. Ed. Londres: R. Blamire, 1792.

HAMILTON, George - The elements of drawing, in its various branches, for the use of students. Londres: Richard Phillips & Co., 1827.

SENEFELDER, Alois - A complete course of lithography. Nova York: Da Capo Press, 1968. [Edição fac-similar da primeira edição inglesa do livro (Londres: R. Ackerman, 1819), traduzida da original alemão de 1796].

II. 6. Dicionários

DICTIONNAIRE de l'Académie Française. 1 ed. Paris: Jean-Baptiste Coignard, 1694. Disponível em: <<http://dictionnaires.atilf.fr/dictionnaires/ACADEMIE/PREMIERE/premiere.fr.html>>

DICTIONNAIRE de l'Académie Française. 4 ed. Paris: B. Brunet, 1762. Disponível em: <<http://dictionnaires.atilf.fr/dictionnaires/ACADEMIE/QUATRIEME/quatrieme.fr.html>>

DICTIONNAIRE de l'Académie Française. 5 ed. Paris: J. J. Smits et Ce., 1798. Disponível em: <<http://dictionnaires.atilf.fr/dictionnaires/ACADEMIE/CINQUIEME/cinquieme.fr.html>>

DICTIONNAIRE de l'Académie Française. 6 ed. Paris: Firmin Didot Frères, 1835. Disponível em: <<http://dictionnaires.atilf.fr/dictionnaires/ACADEMIE/SIXIEME/sixieme.fr.html>>

DIDEROT, Denis; d'ALEMBERT, Jean-Baptiste – “Race”. In: Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers... Neuchâtel: Samuel Faulche, 1765, tomo 13, p. 740. Disponível em:

<[http://gallica.bnf.fr/scripts/catalog.php?CT=\(N050533%7CN050534%7CN050535%7CN050536%7CN050537%7CN050538%7CN050539%7CN050540%7CN050541%7CN050542%7CN050543%7CN050544%7CN050545%7CN050546%7CN050547%7CN050548\)](http://gallica.bnf.fr/scripts/catalog.php?CT=(N050533%7CN050534%7CN050535%7CN050536%7CN050537%7CN050538%7CN050539%7CN050540%7CN050541%7CN050542%7CN050543%7CN050544%7CN050545%7CN050546%7CN050547%7CN050548))>

FURETIÈRE, Antoine – Dictionnaire Universel, contenant generalement tous les mots françois, tant vieux que modernes, & les termes de toutes les sciences et des arts.... Paris, s.e., 1695.

Disponível em: <<http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Gallica&O=NUMM-50614>>

II. 7. Outras fontes impressas

BARBOSA, Januário da Cunha Barbosa – “Discurso”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1 (1839): 10-14.

LISBOA, Bento da Silva; MONCORVO, José Domingues de -“Parecer sobre o 1º. e 2º. volume da obra intitulada Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, ou séjour d’un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu’ em 1831 inclusivement. Par J. B. Debret”. Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 3 (1841): 95-99.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von - “Como se deve escrever a História do Brasil”. Revista do IHGB, 6: 24 (1845): 381-403.

TAUNAY, A. – “Um visitante obscuro e malévolo do Rio de Janeiro em 1850”. Jornal do Commercio, 06/02/1944.

BIBLIOGRAFIA GERAL

I. Obras de referência

AYALA, Walmir. Dicionário de Pintores Brasileiros. Rio de Janeiro: Spala, 1986, 2vols.

BERGER, Paulo – Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros. 1531-1900. 2. ed. Rio de Janeiro, SEEC, 1980.

CHILVERS, Ian – Dicionário Oxford de Arte. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

“DIGITAL Lavater” (site sobre sua vida e obra). Disponível em:

<<http://www.newcastle.edu.au/departament/fad/fi/lavater/lav-intr.htm>> Acesso em 02/2005.

ENCICLOPÉDIA virtual de artes visuais Itaú Cultural. Disponível em:

<<http://www.itaucultural.org.br/>>

FERREIRA, Orlando da Costa – Imagem e letra: introdução a bibliografia brasileira, a imagem gravada. São Paulo: Melhoramentos/ Edusp/ Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira – Livros de viagem. 1803-1900. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
MARTINS, Mário Ribeiro – “Dicionário bibliográfico regional do Brasil”, disponível em <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.phtml?cod=2247&cat=Ensaio>

II. Livros, teses e artigos

ADHEMAR, Jean (org.) – La gravure. Paris: Université de France, 1972.

BANCEL, Nicolas *et alii* (orgs.) – Zoos humains. Au temps des exhibitions humaines. Paris: La Découverte, 2002.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes - O Brasil dos viajantes. São Paulo: Metalivros, 1994, 3 vols.

BERMINGHAM, Ann – Landscape and ideology: the English rustic tradition. 1740-1860. Londres: Thames & Hudson Ltd., 1987.

BERSIER, Jean E. – La gravure: les procedes, l'histoire. Paris: Berger-Levrault, 1990.

BINDMAN, David - Ape to Apollo Aesthetics and the Idea of Race in the 18th Century. Nova York: Cornell University Press, 2002.

BOULLE, Pierre H. - “François Bernier and the origins of the modern concept of race”. *In: Sue Peabody e Tyler Stovall (orgs.) – The Color of Liberty. Histories of race in France*. Durham: Duke University Press, 2003, pp. 11-27.

BOURGUET, Marie Nöelle - “La collecte du monde: voyage et histoire naturelle (fin XVIII^{ème} siècle – debut XIX^{ème} siècle). *In: BLANCKAERT, C. et al. (orgs.). Le Museum au premier siècle de son histoire*. Paris, s.e., 1997, pp. 163-196.

_____. “Voyages, mesures et instruments. Une nouvelle expérience du monde au siècle des lumières”. *Annales HSS*, 5 (1997): 1115-1151.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge - How to write the history of the new world. Histories, epistemologies and identities in the eighteenth-century Atlantic World. Stanford: Stanford University Press, 2001.

CASSIRER, Ernest - A Filosofia do Iluminismo. Campinas: Edunicamp, 1994.

CHALHOUB, Sidney - Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- COHEN, William B. – Français et Africains. Paris: Gallimard, 1980.
- COPANS, Jean; JAMIN, Jean (orgs.) – Aux origines de l’anthropologie française: les mémoires de la Société des Observateurs de l’Homme en l’an VIII. Paris, 1978.
- CRISTÓVÃO, Fernando (org.) – Condicionantes culturais da literatura de viagens. Estudos e bibliografias. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.
- CHERNI, Amor – Buffon. La nature et son histoire. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.
- CUNHA, Manuela Carneiro da - Antropologia do Brasil. Mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CURTIN, Philip - The Image of Africa. British Ideas and Action, 1780-1850. Madison: The University of Wisconsin Press, 1973, 2 vols.
- DACIER, Émile - La gravure d’illustration en France au XVIII^e siècle. La gravure de genre et de mœurs. Paris e Bruxelas: Éditions G. Van Oest, 1925.
- DIAS, Elaine Cristina – Debret, a pintura de história e as ilustrações de Corte da Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2001.
- DUCHET, Michèle – Anthropologie et Histoire au siècle des lumières. Paris: François Maspéro, 1971.
- “DOSSIÊ Brasil dos Viajantes”. Revista USP, 30 (1996): 5-238.
- EDWARDS, Phillip – The story of the voyage: sea-narratives in eighteenth-century England. Nova York: Cambridge University Press, 1995.
- ELIAS, Norbert – A sociedade de Corte. 5^a ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- EZE, Emmanuel Chukwudi - Race and the Enlightenment – a reader. Malden: Blackwell Publishers Inc., 1997.
- GAGLIARDO, John G. – From Pariah to Patriot: the changing image of the German peasant. 1770-1840. Kentuck: University Press of Kentuck, 1969.
- GALVÃO, Cristina Carrijo – A escravidão compartilhada: os relatos de viajantes e os intérpretes da sociedade brasileira. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/ UNICAMP, 2001.
- GEGGUS, David P. *et alii* – The Impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World. Columbia: University of South Carolina Press, 2001.
- GERBI, Antonello - O Novo Mundo: história de uma polêmica. 1750-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOULD, Stephen Jay – O sorriso do flamingo. Reflexões sobre História Natural. São Paulo: Martins Fontes, s.d.

_____. “The Geometer of Race”. disponível em:
<https://netfiles.uiuc.edu/sleigh/www/cluster/geometer.html>.

GREGORY, Desmond - Brute new world: the rediscovery of Latin America in the early nineteenth century. Nova York: British Academy, 1992.

GRIGSBY, Darcy Grimaldo – Extremities: painting Empire in post-revolutionary France. New Haven e Londres: Yale University Press, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado – “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. Estudos Históricos, 1 (1988): 5-27.

HAHN, Roger – The anatomy of a scientific institution. The Paris Academy of Sciences, 1666-1803. Berkeley: University of Califórnia Press, 1971.

HAMELMMAN, Hanns – Book illustrators in eighteenth-century England. Londres: Paul Mellon Centre/ New Haven: Yale University Press, 1975.

HOLME, Charles – “The old watercolour society. 1804-1904”. The Studio (número especial), primavera de 1905.

HONOUR, Hugh – The image of the Black in Western art. From the American Revolution to World War I. Houston: Menil Foundation, 1989, vol. IV.

HUISMAN, Philippe (org.) – L' Aquarelle française au XVIII^e siècle. Paris: Bibliothèque des Arts, 1968.

JARDINE, N; SECORD, J.A.; SPARY, E. C. (orgs.) - Cultures of Natural History. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

JUNIOR, Almir Diniz de Carvalho - Do índio imaginado ao índio inexistente. A construção da imagem do índio na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Dissertação de mestrado, Campinas: UNICAMP, 2000.

KARASCH, Mary C. – A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850. (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KURY, Lorelai - “Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem”. História. Ciências. Saúde - Manguinhos, 8 (2001): 863-880.

_____. “Les instructions de voyage dans les expéditions scientifiques françaises (1750-1830)”. Revue d' histoire des sciences, 51 (1998): 65-91.

LARA, Silvia Hunold - "The signs of colour: women's dress and racial relations in Salvador and Rio de Janeiro, ca. 1750-1815". Colonial Latin-American Review, 6, n° 2 (1997): 205-224.

_____. - Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. Tese de livre-docência. Campinas: IFCH/ UNICAMP, 2004.

_____. - "Apresentação. Dilemas de um letrado setecentista". *In*: Manoel Ribeiro Rocha – Étiópe Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído e Libertado. Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 21 (1991): 05-25.

LIEBERSOHN, Harry – Aristocratic Encounters. European Travelers and North American Indians. Nova York: Cambridge University Press, 1998.

LIMA, Valéria Alves Esteves - A Viagem Pitoresca e Histórica de Debret: por uma nova leitura. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2003.

LINDFORS, Bernth (org.) – Africans on stage. Studies in ethnological show business. Bloomington: Indiana University Press, 1999.

LISBOA, Karen M. - A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, Luciana de Lima – O Rio de Janeiro dos viajantes. O olhar britânico (1800-1850). Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MILLER, David Philip; REILL, Peter Hans (orgs.) – Visions of Empire. Voyages, botany, and representations of nature. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MINTZ, Sidney; PRICE, Richard – O nascimento da cultura afro-americana. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

MITCHELL, Timothy F. – Art and science in German landscape painting. 1770-1840. Oxford: Clarendon Press, 1993.

MORRISON, Jeffrey - Winckelmann and the notion of aesthetics education. Nova York: Clarendon Press, 1996.

MOUSSA, Sarga (org.) – L'idée de "race" dans les sciences humaines et la littérature (XVIII^e-XIX^e siècles). Paris: L'Harmattan, 2003.

NAVES, Rodrigo - "Debret, o neoclassicismo e a escravidão". *In*: A forma difícil. São Paulo: Ática, 1996, pp. 41-128.

NOVAK, Barbara - Nature and Culture. American landscape and painting. 1825-1875. Nova York: Oxford University Press, 1980.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de – “Quem eram os escravos da Guiné? A origem dos africanos na Bahia”. Afro-Ásia, 19/20, (1997).

PARÉS, Luis Nicolau - A formação do candomblé. História e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas, Editora da UNICAMP, 2006.

PAZ, Francisco Moraes – Na poética da História. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

POMMIER, Édouard (org.) - Winckelmann: la naissance de l’histoire de l’art à l’époque des Lumières. Actes du cycle de conférences prononcées à l’Auditorium du Louvre du 11 decembre 1989 au 12 fevrier 1990. Paris: Documentation Française, 1991.

POTELET, Jeanine – Le Brésil vu par les voyageurs et les marins français. 1816-1840. Paris: Éditions l’ Harmattan, 1993.

POTTS, Alex - Flesh and the ideal: Winckelmann and the origins of art history. New Haven: Yale University Press, 1994.

PRATT, Mary Louise - Os olhos do império. Relatos de viagem e transculturação.(trad.) Bauru: Edusc, 1999.

RÉAU, Louis – La gravure d’illustration en France au XVIII^e siècle. Paris e Bruxelas: Éditions G. Van Oest, 1928.

RIBEIRO, Renato Janine – A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida. São Paulo, Brasiliense, 1983.

RODRIGUES, Jaime – O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Editora da UNICAMP/ CECULT, 2000.

RUBIÉS, Joan-Paul – “Instructions for Travellers: teaching the eye to see”. History and Anthropology, 9 (2-3): 139-189.

RUSSEL, Charles E. – French colour-prints of the XVIIIth Century. The art of Debucourt, Janinet & Descourtis. Londres: Halton & Co., 1949.

SCHWARCZ, Lilia Moritz – O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras.

SELA, Eneida – A pena e o pincel na Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil de Jean-Baptiste Debret. Monografia de Bacharelado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1999.

_____. Desvendando figurinhas: um olhar histórico para as aquarelas de Guillobel. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/ UNICAMP, 2001.

SLENES, Robert W. A. – “As provações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na *Viagem alegórica* de Johann Moritz Rugendas”. Revista de História da Arte e Arqueologia, 2, (1995-6): 271-294.

_____. – Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. – “African Abrahams, Lucretias and Men of Sorrows: Allegory and Allusion in the Brazilian Anti-slavery Lithographs (1827-1835) of Johann Moritz Rugendas”. Slavery and Abolition, 23, (2002): 147-168.

_____. – “Overdrawn from Life: Abolitionist Argument and Ethnographic Authority in the Brazilian ‘Artistic Travels’ of J. M. Rugendas, 1827-1835”. Portuguese Studies (no prelo).

_____. – “‘*Malungu, ngoma vem!*’: África coberta e descoberta no Brasil”. Revista USP, 12, (1991-1992): 48-73.

SMITH, Bernard – Imagining the Pacific – In the wake of the Cook Voyages. New Haven: Yale University Press, 1992.

SOARES, Mariza de Carvalho – Devotos da Cor. Identidade ética, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

STAFFORD, Barbara Maria – Voyage into substance: art, science, nature and the illustrated travel account. 1760-1840. Cambridge: MIT Press, 1984.

STEPAN, Nancy Leys – Picturing Tropical Nature. Londres: Reaktion Books, 2001.

STROUP, Alice – A company of scientists. Botany, patronage, and community at the seventeenth-century Parisian Royal Academy of Sciences. Berkeley: University of Califórnia Press, 1990.

STOCKING, Jr., George W. – Race, Culture and Evolution. Essays in the History of Anthropology. Nova York: The Free Press, 1982.

_____. – Victorian Anthropology. Nova York: The Free Press, 1987.

SÜSSEKIND, Flora – O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

THORNTON, John – Africa and Africans in the making of the Atlantic World. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

WILTON, Andrew – British Watercolours. 1750-1850. Oxford: Phaidon Press/ Nova York: E. P. Dutton, 1977.

ZAMMITO, John H. – Kant, Herder, & the Birth of Anthropology. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

Eneida Maria Mercadante Sela

**MODOS DE SER EM MODOS DE VER:
ciência e estética em registros de africanos por viajantes europeus
(Rio de Janeiro, *ca.* 1808-1850).**

Caderno de imagens

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Profa. Dra. Silvia Hunold Lara.

Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida e aprovada pela comissão julgadora em 16/08/2006.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Silvia Hunold Lara (orientadora)

Prof. Dr. John Manuel Monteiro (UNICAMP)

Profa. Dra. Karen Macknow Lisboa (UNIFESP)

Profa. Dra. Lilia Katri Moritz Schwarcz (USP)

Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes (UNICAMP)

Suplentes:

Profa. Dra. Iara Lis Franco Schiavinatto (UNICAMP)

Prof. Dr. Sidney Chalhoub (UNICAMP)

Profa. Dra. Valéria Alves Esteves Lima (UNIMEP)

Campinas, julho de 2006.

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	I/UNICAMP Se481m
V	EX
TOMBO BCI	70217e
PROC.	16.P.00123.06
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	05/10/06
Nº CPD	

B10 ID. 388244

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Se481m Sela, Eneida Maria Mercadante
Modos de ser em modos de ver: ciência e estética em registros de africanos por viajantes europeus (Rio de Janeiro, ca. 1808-1850) / Eneida Maria Mercadante Sela. - Campinas, SP : [s. n.], 2006.

Orientador: Silvia Hunold Lara.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Africanos - Brasil. 2. Viajantes - Brasil - Séc. XIX.
3. Escravidão - Rio de Janeiro - Séc. XIX II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

(msh/ifch)

Título em inglês: Ways of being through ways of seeing: science and aesthetics in the European voyages records of Africans

Palavras-chave em inglês (keywords) :
Africans - Brazil
Voyages - Brazil - 19th century
Slavery - Rio de Janeiro - 19th century

Área de Concentração: História social

Titulação: Doutorado em História

Banca examinadora: Silvia Hunold Lara (Orientadora), John Manuel Monteiro, Robert Wayne Andrew Slenes, Lilia Moritz Schwarcz, Karen Macknow Lisboa.

Data da defesa: 16 de agosto de 2006.
Programa de Pós-Graduação: História

ÍNDICE DE IMAGENS

CAPÍTULO I

DE BUFFON A SAINT-SAUVEUR: cores e formas da inferiorização

Figura 1. Hubert-François Gravelot e Jacques Bacheley. <i>Frontispício para o livro de Le Cat</i>	1
Figura 2. Bacheley. <i>Vinheta do livro de Le Cat</i>	2
Figura 3. Bacheley. <i>Cul de lampe do livro de Le Cat</i>	2
Figura 4. Lavater. <i>Crânios de diferentes nações</i>	3
Figura 5. Pieter Camper. <i>Rostos em perfil de macacos, orangotangos, negos e outras classes de pessoas, até a Antigüidade</i>	3
Figura 6. J. G. de Saint Sauveur. <i>Sacerdote sacrificador do Senegal</i>	4
Figura 7. J. G. de Saint Sauveur. <i>Guerreiro do Senegal</i>	4
Figura 8. J. G. de Saint Sauveur. <i>Músicos do Senegal</i>	4
Figura 9. J. G. de Saint Sauveur. <i>Griô ou jongleur do Senegal</i>	4
Figura 10. J. G. de Saint Sauveur. <i>Negro do Senegal</i>	5
Figura 11. J. G. de Saint Sauveur. <i>Mulher do Senegal</i>	5
Figura 12. J. G. de Saint Sauveur. <i>Negro da Costa dos Grãos</i>	5
Figura 13. J. G. de Saint Sauveur. <i>Mulher da Costa dos Grãos</i>	5
Figura 14. J. G. de Saint Sauveur. <i>Negro da Costa do Ouro</i>	6
Figura 15. J. G. de Saint Sauveur. <i>Mulher da Costa do Ouro</i>	6
Figura 16. J. G. de Saint Sauveur. <i>Fidalgo da Costa dos Grãos</i>	7
Figura 17. J. G. de Saint Sauveur. <i>Fidalgo da Costa do Ouro</i>	7
Figura 18. J. G. de Saint Sauveur. <i>Negra nobre de qualidade da Ilha de St. Louis no Senegal</i>	7
Figura 19. J. G. de Saint Sauveur. <i>Negra nobre de qualidade de Ajudá</i>	7
Figura 20. J. G. de Saint Sauveur. <i>Escrava de Ajudá</i>	8
Figura 21. J. G. de Saint Sauveur. <i>Rei de Ajudá</i>	8
Figura 22. J. G. de Saint Sauveur. <i>Escravo favorito do Rei do Congo</i>	8
Figura 23. J. G. de Saint Sauveur. <i>[Homem] Hotentote</i>	9
Figura 24. J. G. de Saint Sauveur. <i>[Mulher] Hotentote</i>	9

CAPÍTULO II

OS VIAJANTES E SEUS CÂNONES

Figura 25. Johann Jacob Steinmann. <i>Vista de N. S. da Glória da Barra do Rio de Janeiro</i>	10
Figura 26. Johann Moritz Rugendas. <i>Ponte de Cipó</i>	12
Figura 27. Johann Moritz Rugendas. <i>Negro e negra numa plantation</i>	13
Figura 28. Johann Moritz Rugendas. <i>Negras do Rio de Janeiro</i>	13
Figura 29. Johann Moritz Rugendas. <i>Caça ao tigre</i>	13
Figura 30. J. Schutz. <i>Álbum Pittoresco do Rio de Janeiro (capa)</i>	14
Figura 31. Jean-Baptiste Debret. <i>Soldados índios de Mogi das Cruzes</i>	15
Figura 32. Jean-Baptiste Debret. <i>Camacãs</i>	16
Figura 33. Jean-Baptiste Debret. <i>Camacãs</i>	16
Figura 34. Jean-Baptiste Debret. <i>Regresso dos negros de um naturalista</i>	17
Figura 35. Jean-Baptiste Debret. <i>Chefe dos Bororenos partindo para uma expedição guerreira</i>	18
Figura 36. Jean-Baptiste Debret. <i>Sinal de combate e retirada</i>	19
Figura 37. Louis Buvelot e Auguste Moreau. <i>Sem título</i>	20
Figura 38. Louis Buvelot e Auguste Moreau. <i>Sem título</i>	20
Figura 39. Adolphe-Simon Néboux. <i>Escrava vendedora de abacaxis</i>	21
Figura 40. Adolphe-Simon Néboux. <i>Negra vendedora de frutas</i>	21
Figura 41. Adolphe-Simon Néboux. <i>Uma cozinheira</i>	21
Figura 42. Adolphe-Simon Néboux. <i>Escrava da Bahia</i>	22
Figura 43. Adolphe-Simon Néboux. <i>Negra livre</i>	22
Figura 44. Anônimo. <i>Rio de Janeiro</i>	23
Figura 45. Anônimo. <i>Vendedor de Leite</i>	23
Figura 46. Anônimo. <i>Uma escrava indo ao mercado de aves</i>	23
Figura 47. Anônimo. <i>Rio de Janeiro. Um escravo africano vendedor de música</i>	23
Figura 48. Joaquim Cândido Guillobel. <i>Sem título</i>	24
Figura 49. Henry Chamberlain. <i>Uma barraca de mercado</i>	24
Figura 50. Thomas Ender. <i>Uma comerciante de frutas e galinhas</i>	25
Figura 51. James Henderson. <i>Uma negra livre e outras vendedoras</i>	25
Figura 52. Joaquim Cândido Guillobel. <i>Sem título</i>	26
Figura 53. Henry Chamberlain. <i>A sege e a cadeira</i>	26
Figura 54. Thomas Ender. <i>Liteira Portuguesa</i>	27
Figura 55. Joaquim Lopes de Barros. <i>Uma cadeirinha</i>	27
Figura 56. <i>Capa da primeira edição brasileira da Viagem Pitoresca... de Rugendas</i>	28
Figura 57. Joaquim Cândido Guillobel. <i>Sem título</i>	29
Figura 58. Charles Landseer. <i>Negros novos no Rio de Janeiro</i>	29
Figura 59. A.P.D.G. <i>Sem título</i>	30
Figura 60. Augustus Earle. <i>Mercado de Escravos no Rio</i>	30
Figura 61. Paul Harro-Harring. <i>Inspeção de negros recém desembarcados da África</i>	31
Figura 62. Jean-Baptiste Debret. <i>Mercado da Rua do Valongo</i>	31

CAPÍTULO III

A ÁFRICA CARIOCA EM LENTES EUROPÉIAS

Figura 63. John Boyne. <i>Uma assembléia de Connoisseurs</i>	32
Figura 64. Jean-Baptiste Debret. <i>Vendedor de Cestos</i>	32
Figura 65. Eugène Delessert. <i>Negras escravas</i>	33
Figura 66. Jean-Baptiste Debret. <i>Negociante de tabaco em sua loja</i>	33
Figura 67. Joaquim Cândido Guillobel. <i>Sem título</i>	33
Figura 68. J. G. de Saint Sauveur. <i>Mulheres de Issinie socando arroz (detalhe)</i>	34
Figura 69. J. G. de Saint Sauveur. <i>Mulher de Gorée</i>	34
Figura 70. Thomas Ender. <i>Escravas</i>	34
Figura 71. Thomas Ender. <i>Família negra</i>	35
Figura 72. Thomas Ender. <i>Negra com cana-de-açúcar</i>	35
Figura 73. Thomas Ender. <i>Raças de escravos</i>	36
Figura 74. Julien Joseph Virey. <i>Espécies. Branco. Negro Eboë. Orango (símio)</i>	36

CAPÍTULO IV

A TAXONOMIA DAS NAÇÕES

Figura 75. J. G. Sshadow. <i>Cabeça de negros massacrados num levante escravo</i>	37
Figura 76. A. T. Agate. <i>Mina</i>	38
Figura 77. A. T. Agate. <i>Sem título</i>	38
Figura 78. A. T. Agate. <i>Sem título</i>	38
Figura 79. A. T. Agate. <i>Achanti</i>	38
Figura 80. A. T. Agate. <i>Sem título</i>	39
Figura 81. A. T. Agate. <i>Sem título</i>	39
Figura 82. A. T. Agate. <i>Sem título</i>	39
Figura 83. A. T. Agate. <i>Monjolo</i>	40
Figura 84. A. T. Agate. <i>Benguela</i>	40
Figura 85. A. T. Agate. <i>Congo/Sem Título</i>	40
Figura 86. A. T. Agate. <i>Casanje</i>	40
Figura 87. A. T. Agate. <i>Macua</i>	41
Figura 88. A. T. Agate. <i>Sem título</i>	41
Figura 89. A. T. Agate. <i>Tacuane/Cafre propriamente dito</i>	41
Figura 90. A. T. Agate. <i>Inhambane/Muchana</i>	41
Figura 91. Thomas Ender. <i>Escrava de Benguela</i>	42
Figura 92. Thomas Ender. <i>Escrava de Benguela</i>	42
Figura 93. Thomas Ender. <i>Escravas de Benguela</i>	43

Figura 94. Thomas Ender. <i>Escrava de Benguela</i>	43
Figura 95. Thomas Ender. <i>Crioula/Escrava de Benguela</i>	44
Figura 96. Thomas Ender. <i>O interior de uma moradia no Rio de Janeiro</i>	44
Figura 97. Thomas Ender. <i>Negra de Benguela comerciante de frutas com sua filha</i>	45
Figura 99. Thomas Ender. <i>Escrava de Benguela/ Retrato de um jovem escravo do Congo</i>	46
Figura 100. Thomas Ender. <i>Negra de Rebolo</i>	46
Figura 101. Thomas Ender. <i>Escravo do Congo</i>	47
Figura 102. Thomas Ender. <i>Negros recém-chegados em viagem para o interior</i>	47
Figura 103. Thomas Ender. <i>Escravo/Escravo do Congo</i>	48
Figura 104. Thomas Ender. <i>Negro do Congo a dormir</i>	48
Figura 105. Thomas Ender. <i>Negro do Congo</i>	49
Figura 106. Thomas Ender. <i>Escravo de Mo... [?]/Escravo do Congo</i>	49
Figura 107. Thomas Ender. <i>Escrava de Angola</i>	50
Figura 108. Thomas Ender. <i>Escrava de Angola</i>	50
Figura 109. Thomas Ender. <i>Escrava de Angola</i>	51
Figura 110. Thomas Ender. <i>Carro de adubo juntamente com um escravo de Angola</i>	51
Figura 111. Thomas Ender. <i>Escravo de Angola carregando uma cuba de água</i>	52
Figura 112. Jean-Baptiste Debret. <i>Negras cozinheiras, vendedoras de angu</i>	52
Figura 113. Jean-Baptiste Debret. <i>Negros vendedores de carvão</i>	53
Figura 114. Jean-Baptiste Debret. <i>Escravas negras, de diferentes nações</i>	54
Figura 115. Jean-Baptiste Debret. <i>Diferentes nações negras</i>	55
Figura 116. Johann Moritz Rugendas. <i>Cabinda/Quiloa/Rebolo/Mina</i>	56
Figura 117. Johann Moritz Rugendas. <i>Benguela/Congo</i>	56
Figura 118. Johann Moritz Rugendas. <i>Moçambique</i>	57
Figura 119. Johann Moritz Rugendas. <i>Benguela/Angola/Congo/Monjolo</i>	57



Figura 1: Hubert-François Gravelot e Jacques Bacheley, frontispício do livro de Claude-Nicolas Le Cat - Traité de la couleur humaine en général, de celle des negres en particulier, et de la métamorphose d' une de ces couleurs en autre, soit de naissance, soit accidentellement. Amsterdã: s.e., 1765.



Figura 2: J. Bacheley, vinheta do livro de Claude-Nicolas Le Cat



Figura 3: J. Bacheley, cul de lampe do livro de Claude-Nicolas Le Cat

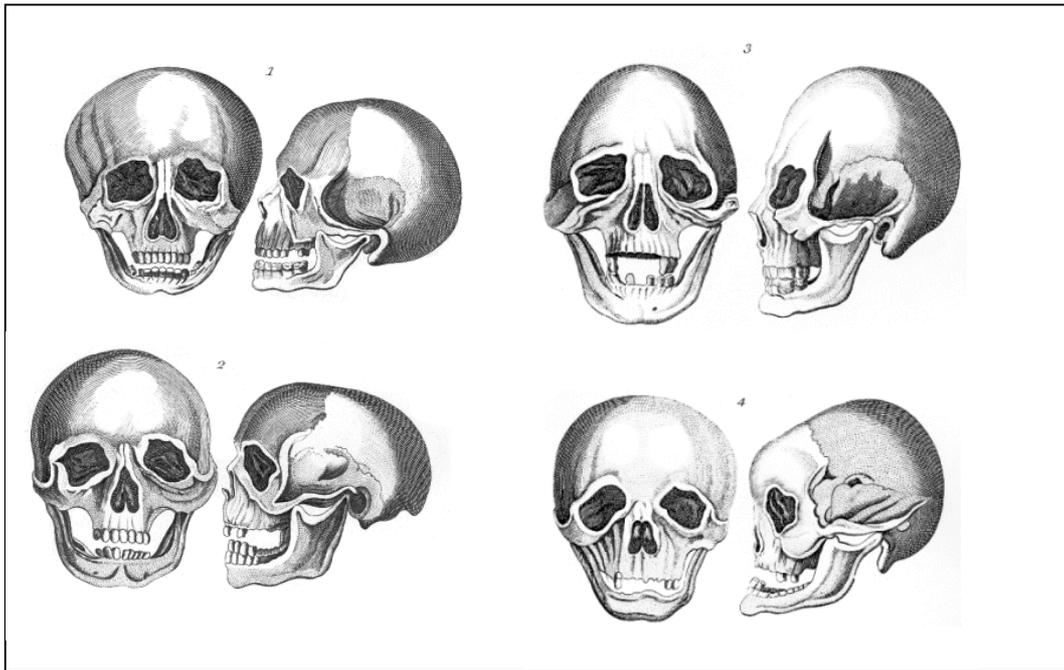


Figura 4: Crânios de diferentes nações. Gravura a partir de desenho de Johann Caspar Lavater, Essays on Physiognomy. Londres: c. 1844. [1ª. Ed. 1775-1778].

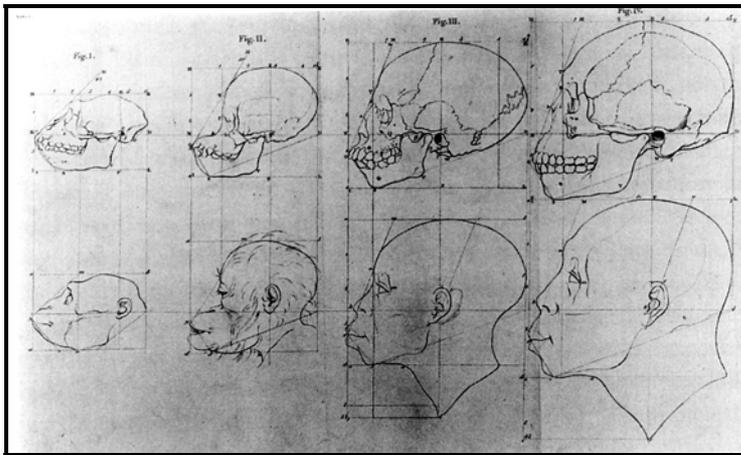


Figura 5 (em duas partes):

Pieter Camper, *Rostos em perfil de macacos, orangotangos, negros, e outras classes de pessoas, até a Antigüidade*. Gravura. The Works of the late Professor Camper, on the Connexion between the Science of Anatomy and the Arts of Drawing, Painting, Statuary, &c. &c. Londres: C. Dilly, 1794

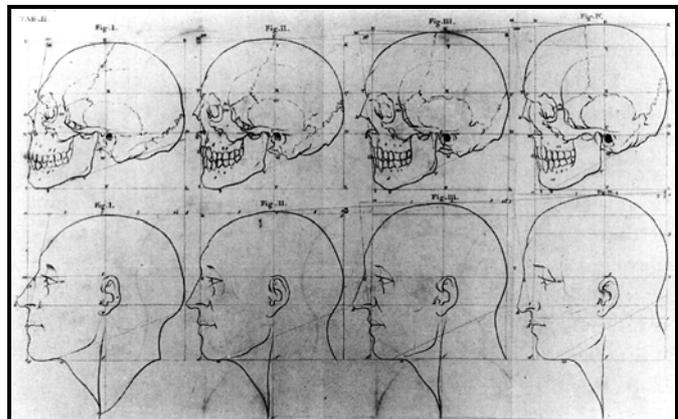




Figura 6: Jacques Grasset de Saint-Sauveur, *Sacerdote sacrificador do Senegal*. Água-tinta. Encyclopédie des Voyages..., vol. 3.



Figura 7: J. G. de Saint-Sauveur, *Guerreiro do Senegal*. Água-tinta. Encyclopédie des Voyages..., vol. 3.



Figura 8: J. G. de Saint-Sauveur, *Músicos do Senegal*. Água-tinta. Encyclopédie des Voyages..., vol. 3.



Figura 9: J. G. de Saint-Sauveur, *Griô ou jongleur do Senegal*. Água-tinta. Encyclopédie des Voyages..., vol. 3.



Figura 10: J. G. de Saint-Sauveur, *Negro do Senegal*. Água-tinta. Encyclopédie des Voyages..., vol. 3.



Figura 11: J. G. de Saint-Sauveur, *Mulher do Senegal*. Água-tinta. Encyclopédie des Voyages..., vol. 3.



Figura 12: J. G. de Saint-Sauveur, *Negro da Costa dos Grãos*. Água-tinta. Encyclopédie des Voyages..., vol. 3.



Figura 13: J. G. de Saint-Sauveur, *Mulher da Costa dos Grãos*. Água-tinta. Encyclopédie des Voyages..., vol. 3.



Figura 14: J. G. de Saint-Sauveur, *Negro da Costa do Ouro*. Água-tinta. Encyclopédie des Voyages..., vol. 3.



Figura 15: J. G. de Saint-Sauveur, *Mulher da Costa do Ouro*. Água-tinta. Encyclopédie des Voyages..., vol. 3.



Figura 16: J. G. de Saint-Sauveur, *Fidalgo da Costa dos Grãos*. Água-tinta. Encyclopédie des Voyages..., vol. 3.



Figura 17: J. G. de Saint-Sauveur, *Fidalgo da Costa do Ouro*. Água-tinta. Encyclopédie des Voyages..., vol. 3.



Figura 18: J. G. de Saint-Sauveur, *Negra nobre [de qualidade] da Ilha de St. Louis no Senegal*. Água-tinta. Encyclopédie des Voyages..., vol. 3.



Figura 19: J. G. de Saint-Sauveur, *Mulher nobre [de qualidade] de Ajudá*. Água-tinta. Encyclopédie des Voyages..., vol. 3.



Figura 20: J. G. de Saint-Sauveur, *Escrava de Ajudá*. Água-tinta. Encyclopédie des Voyages..., vol. 3.



Figura 21: J. G. de Saint-Sauveur, *Rei de Ajudá*. Água-tinta. Encyclopédie des Voyages..., vol. 3.



Figura 22: J. G. de Saint-Sauveur, *Escravo favorito do Rei do Congo*. Água-tinta. Encyclopédie des Voyages..., vol. 3.



Figura 23: J. G. de Saint-Sauveur, [Homem] *Hotentote*. Água-tinta. *Encyclopédie des Voyages...*, vol. 3.



Figura 24: J. G. de Saint-Sauveur, [Mulher] *Hotentote*. Água-tinta. *Encyclopédie des Voyages...*, vol. 3.

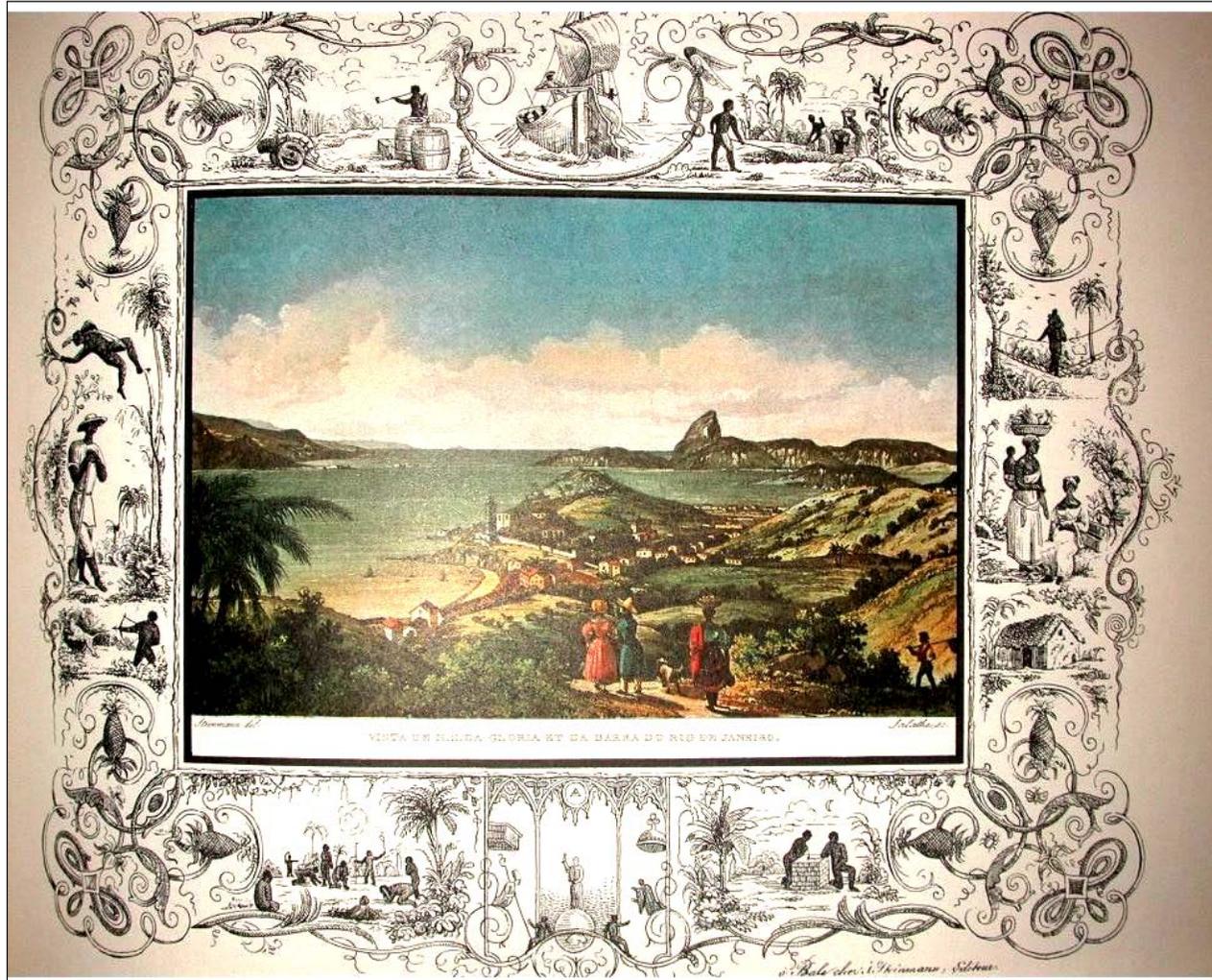


Figura 25: Johann Jacob Steinmann, *Vista de N. S. da Glória e da Barra do Rio de Janeiro*. Litografia. Souvenirs de Rio de Janeiro. Paris. 1835.

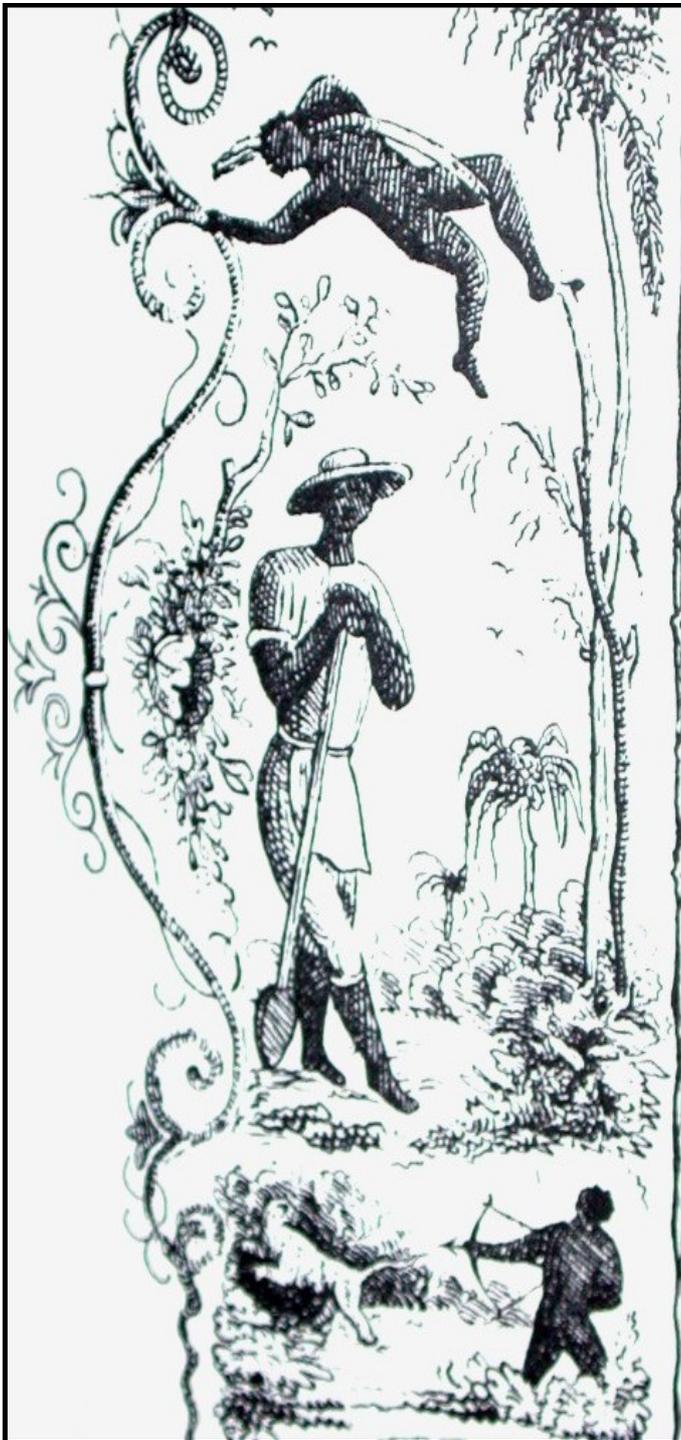


Figura 25 (detalhe a - borda vertical esquerda).



Figura 25 (detalhe b - borda vertical direita).



Figura 26: Johann Moritz Rugendas, *Ponte de Cipó*. Litografia. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1985. [1ª. Ed. Paris, 1835]

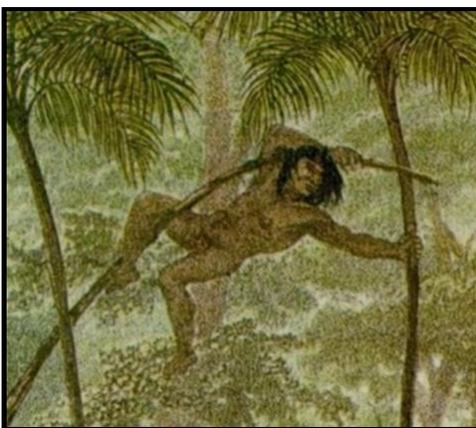


Figura 26 (detalhe a).

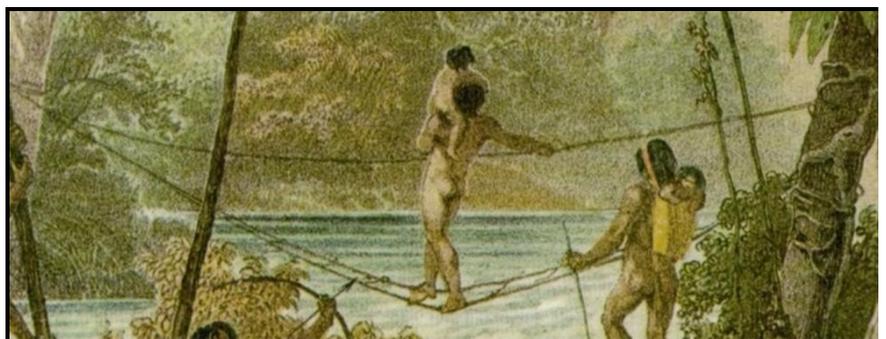


Figura 26 (detalhe b).

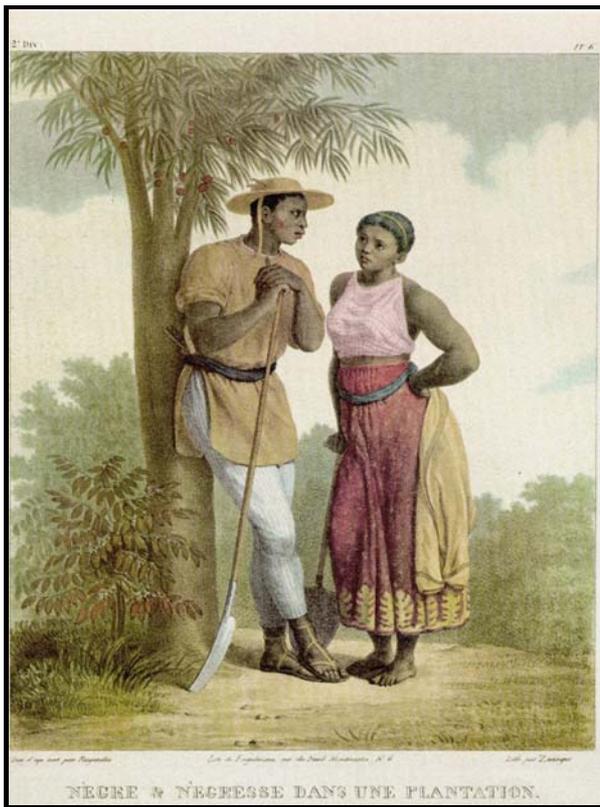


Figura 27: J. M. Rugendas, *Negro e negra numa plantation*. Litografia. Viagem Pitoresca através do Brasil.

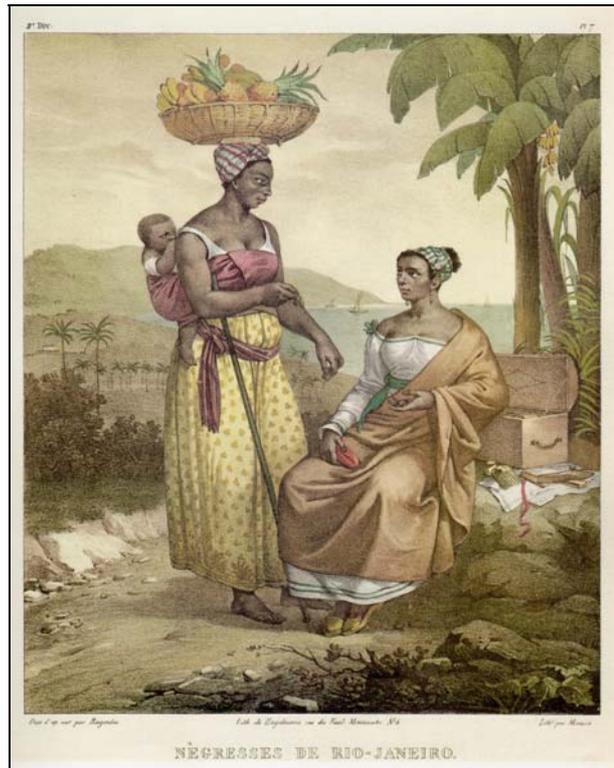


Figura 28: J. M. Rugendas, *Negras do Rio de Janeiro*. Litografia. Viagem Pitoresca através do Brasil.

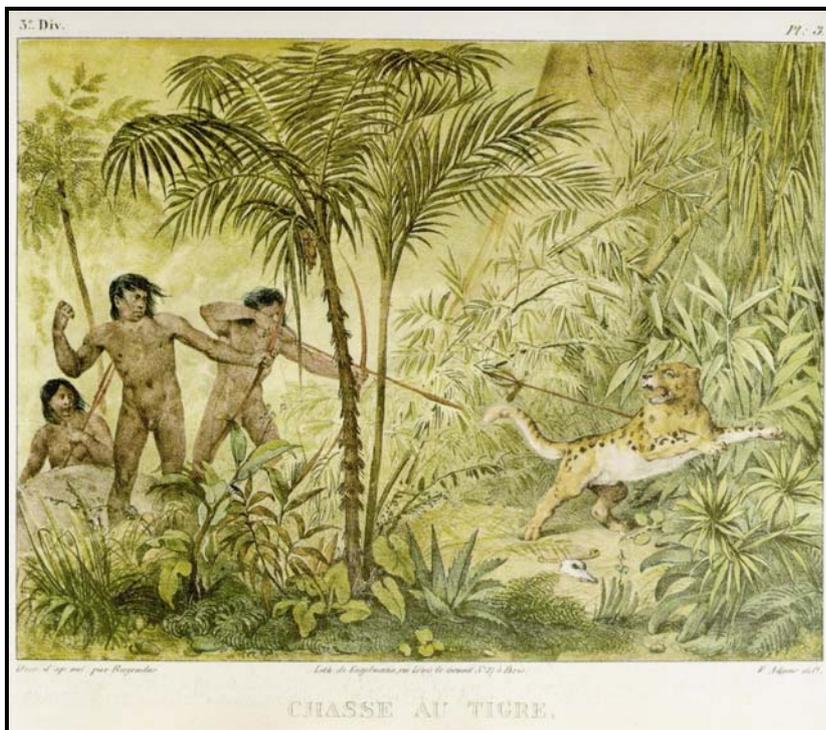


Figura 29: J. M. Rugendas, *Caça ao tigre*. Litografia. Viagem Pitoresca através do Brasil.

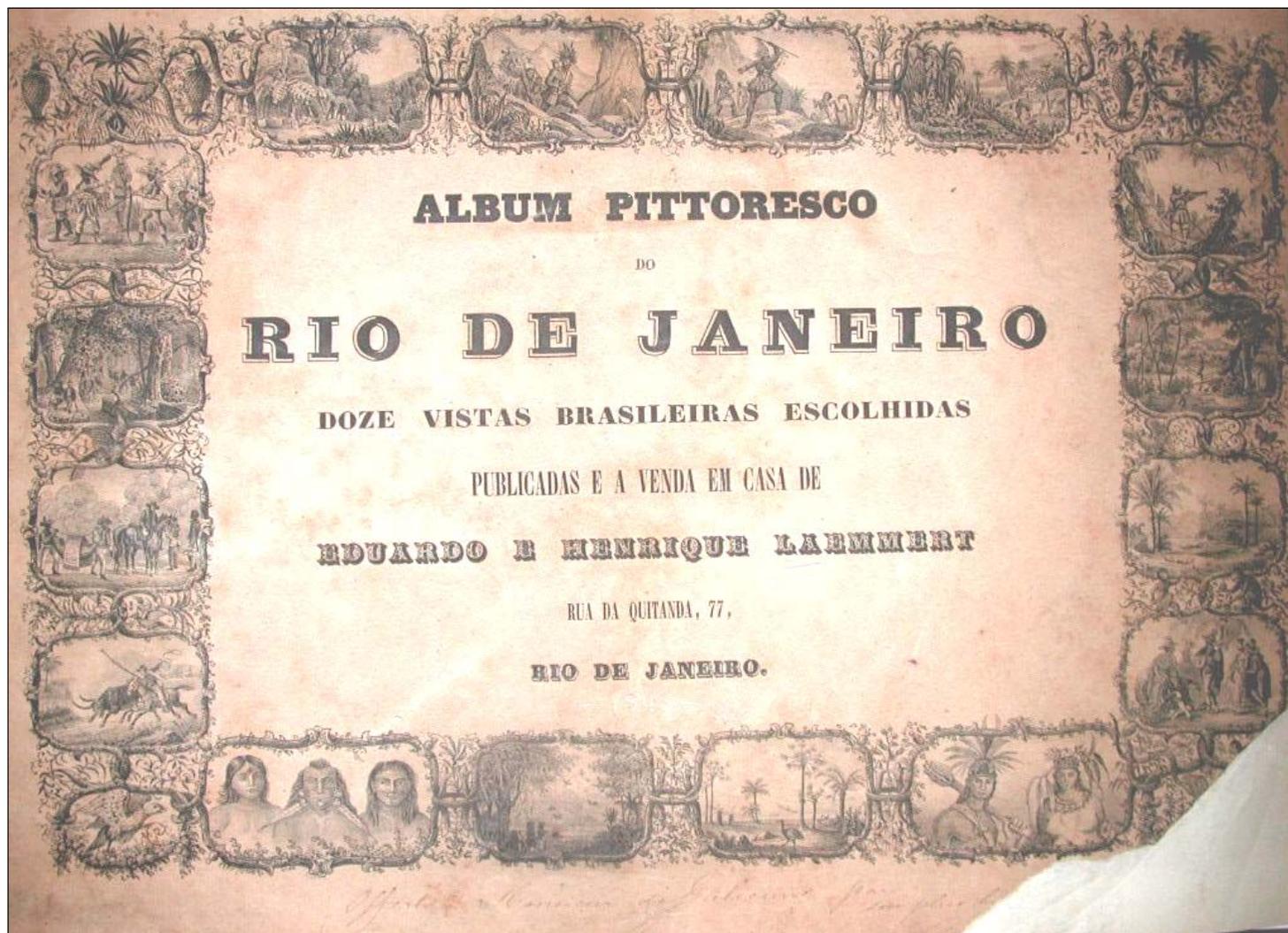


Figura 30: J. Schutz, Album Pittoresco do Rio de Janeiro (capa). Litografia. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.



Figura 30 (detalhe a - borda vertical direita).



Figura 31: Jean-Baptiste Debret , *Soldados índios de Mogi das Cruzes*. Litografia. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1989, vol. 1. [1ª. Ed. Paris, 1834].



Figura 30 (detalhe b - borda horizontal inferior).

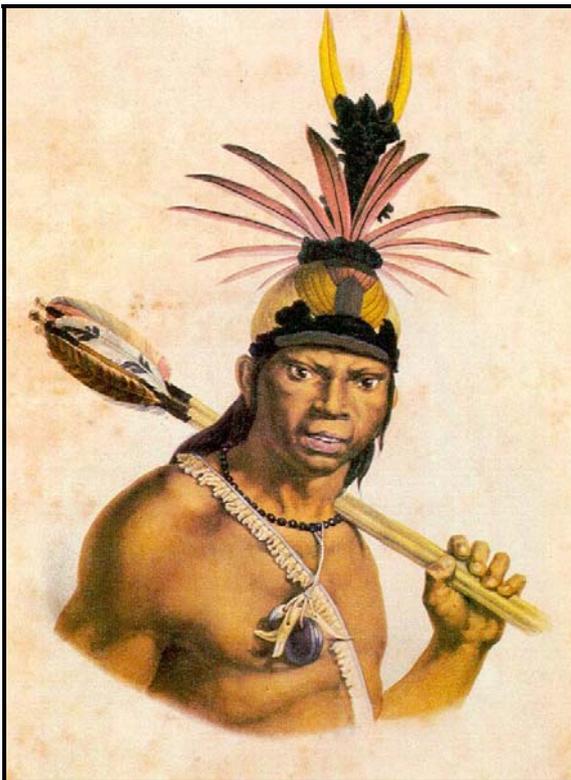


Figura 32: J. B. Debret, *Camacãs*. Litografia. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, vol. 1.

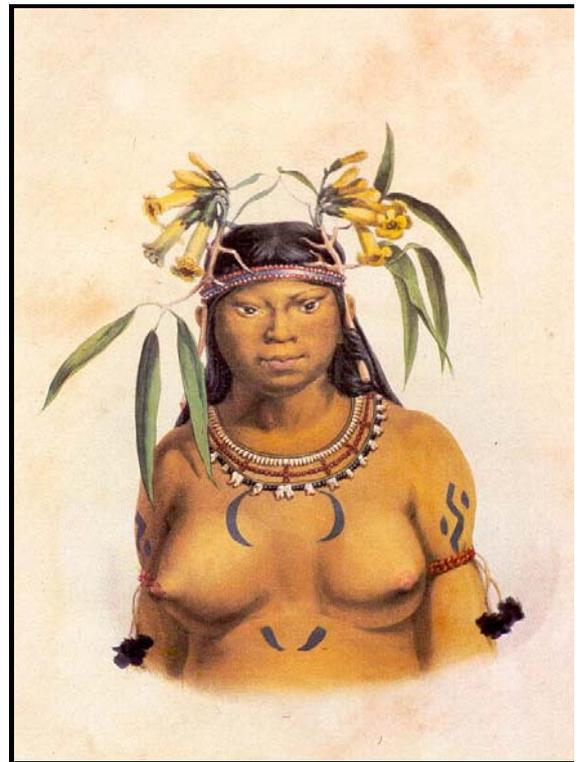


Figura 33: J. B. Debret, *Camacãs*. Litografia. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, vol. 1.



Figura 30 (detalhe c – borda vertical esquerda).



Figura 34: J. B. Debret, *Regresso dos negros de um naturalista*. Litografia. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, vol. 2, [1ª. Ed. Paris, 1835]



Figura 30 (detalhe d – borda horizontal superior).

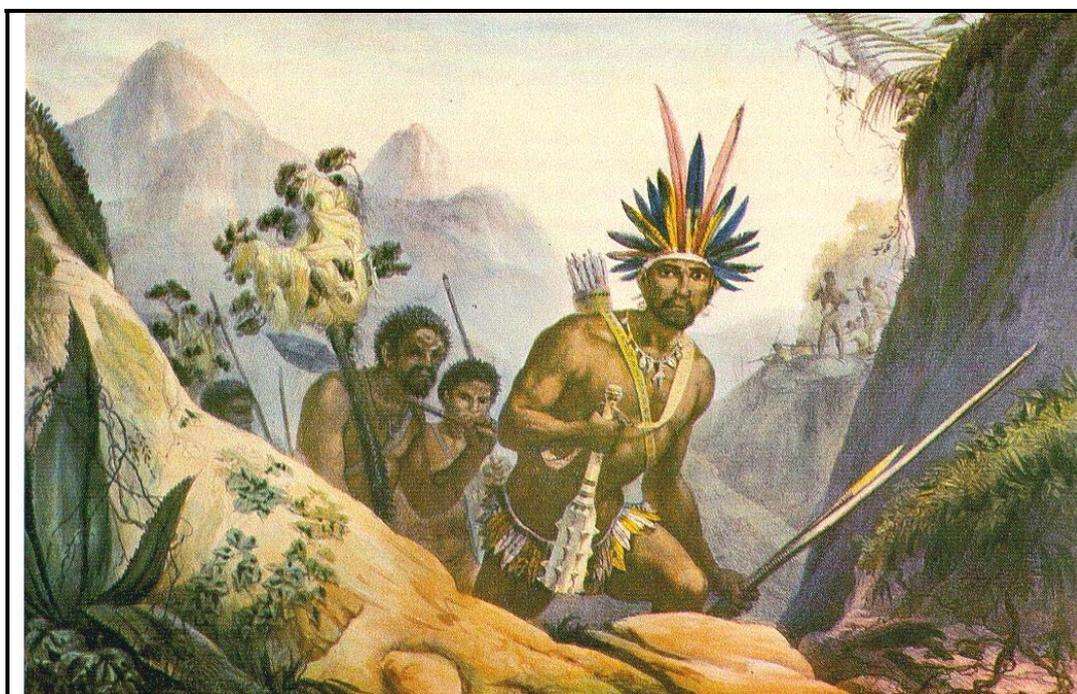


Figura 35: J. B. Debret, *Chefe de Bororenos partindo para uma expedição guerreira*. Litografia. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, vol. 1.



Figura 30 (detalhe e – borda horizontal superior).

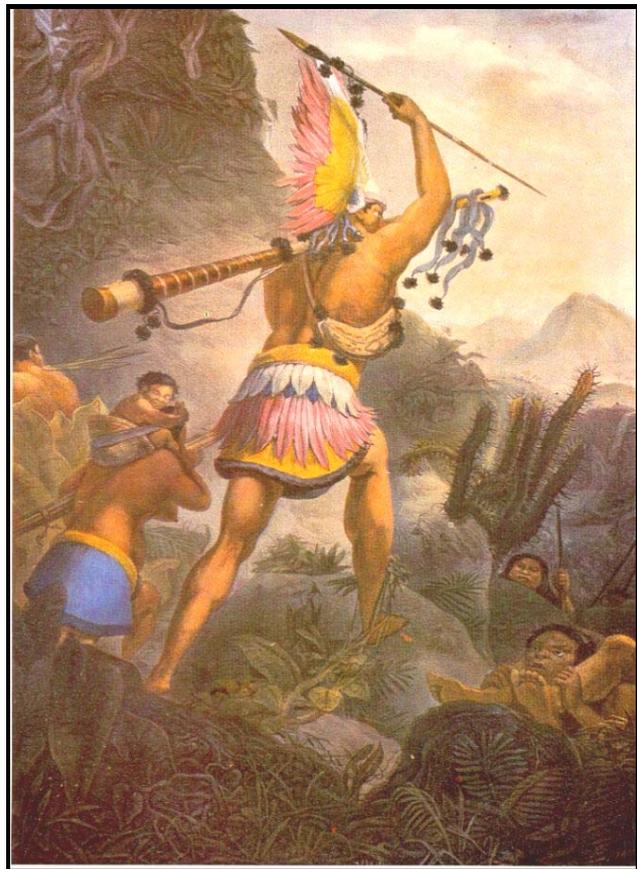


Figura 36: J.B. Debret, *Sinal de combate e retirada*.
Litografia. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*,
vol. 1.



Figura 37: Louis Buvelot e Auguste Moreau, *sem título*. Litografia. Rio de Janeiro Pitoresco. Rio de Janeiro: Heaton e Rensburg, 1845.

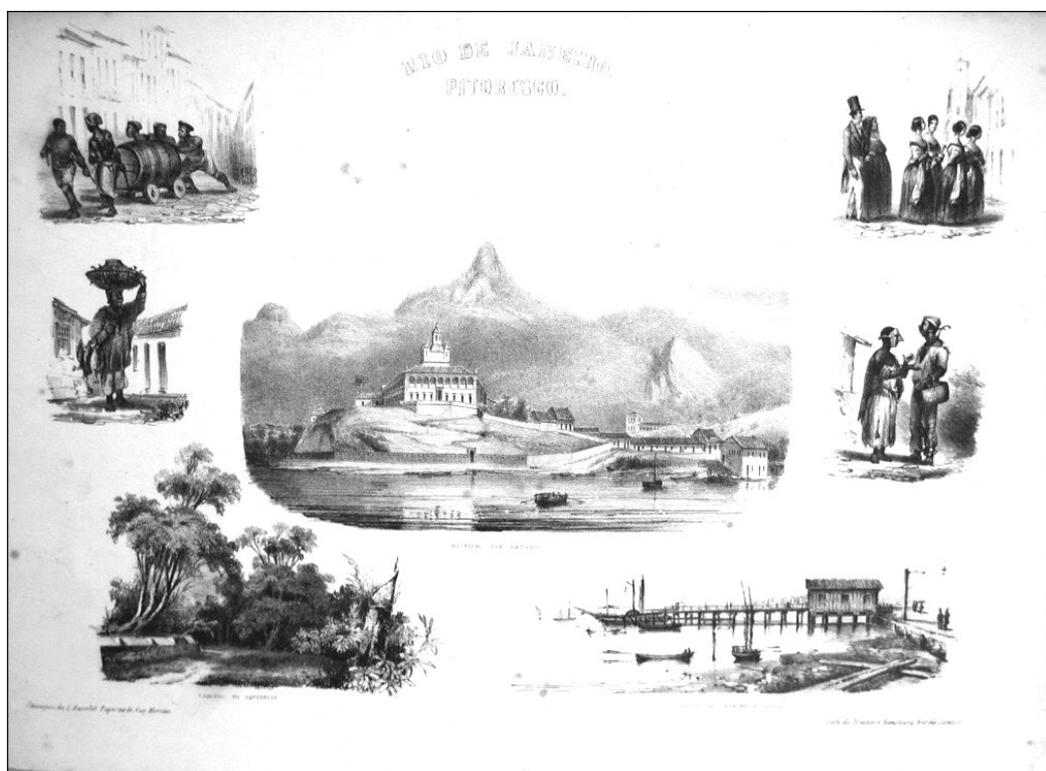


Figura 38: L. Buvelot e A. Moreau, *sem título*. Litografia. Rio de Janeiro Pitoresco.



Figura 39: Adolphe-Simon Nébox, *Escrava vendedora de abacaxis*. Bico-de-pena sobre cartão, 11,5 x 6,7 cm, 1836.



Figura 41: A. S. Nébox, *Uma cozinheira*. Bico-de-pena sobre cartão, 11,5 x 6,7 cm, 1836.



Fig. 40: A. S. Nébox, *Negra vendedora de frutas*. Bico-de-pena sobre cartão, 11,5 x 6,7 cm, 1836.



Figura 42: A. S. Nébox, *Escrava da Bahia*. Bico-de-pena sobre cartão, 11,5 x 6,7 cm, 1836.



Figura 43: A. S. Nébox, *Negra livre*. Bico-de-pena sobre cartão, 11,5 x 6,7 cm, 1836.



Figura 44: anônimo, *Rio de Janeiro*. Aquarela sobre cartão, 12,1 x 17,2 cm, ca. 1825.



Figura 45: anônimo, *Vendedor de leite*. Aquarela sobre cartão, 12,1 x 17,2 cm, ca. 1825.



Figura 46: anônimo, *Uma escrava indo ao mercado com aves*. Aquarela sobre cartão, 12,1 x 17,2 cm, ca. 1825.



Fig. 47: anônimo, *Rio de Janeiro. Um escravo africano vendedor de música* [vender of music]. Aquarela sobre cartão, 12,1 x 17,2 cm, ca. 1825.

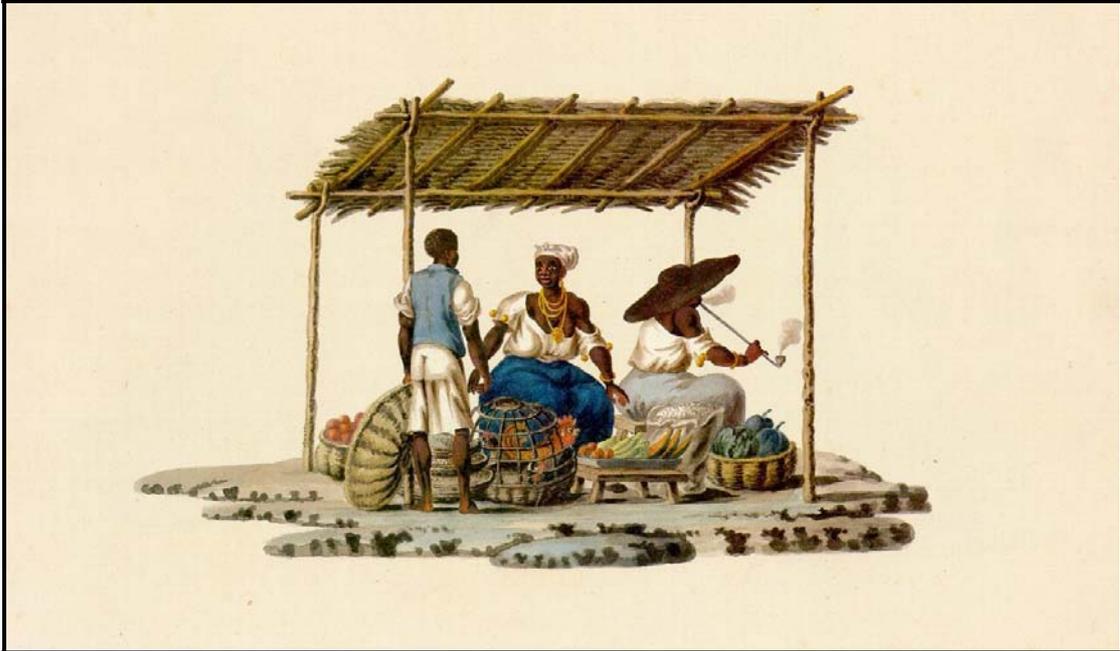


Figura 48: Joaquim Cândido Guillobel, *sem título*. Aquarela, ca. 1812-14.



Figura 49: Henry Chamberlain, *Uma barraca de mercado*. Litografia. Views and costumes of the city and neighbourhood of Rio de Janeiro. Londres: Thomas McLean, 1822.

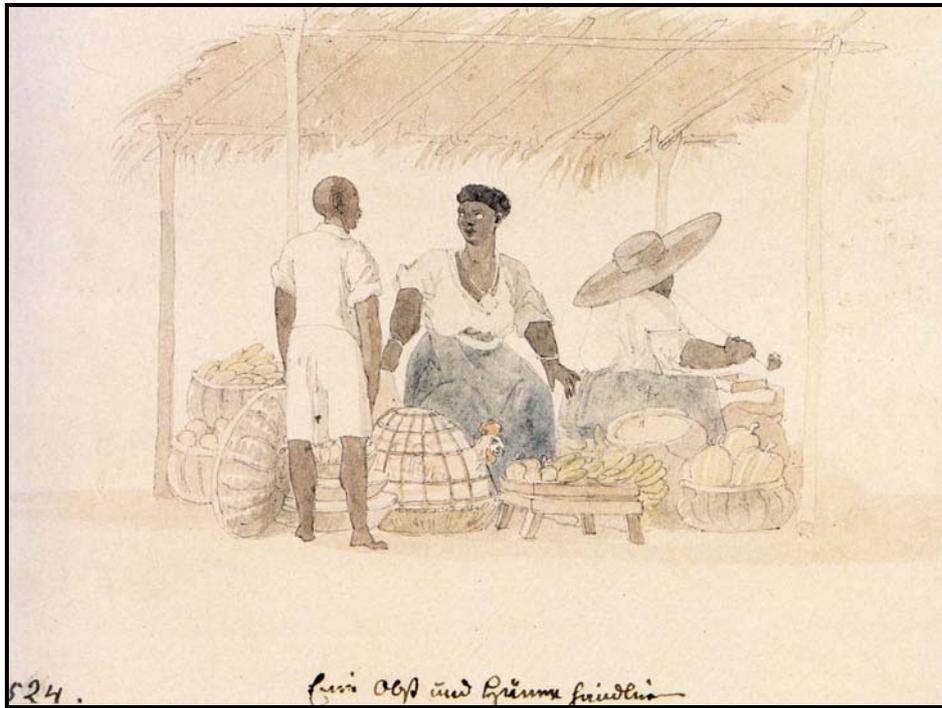


Figura 50: Thomas Ender, *Uma comerciante de frutas e galinhas*. Aquarela e lápis, 15,6x17,1cm.



Figura 51: James Henderson, *Uma negra livre e outras vendedoras*. Litografia. [A History of Brazil; comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants, &c. &c. &c.](#) Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1821.



Figura 52: J. C. Guillobel, *sem título*. Aquarela, ca. 1812-14.

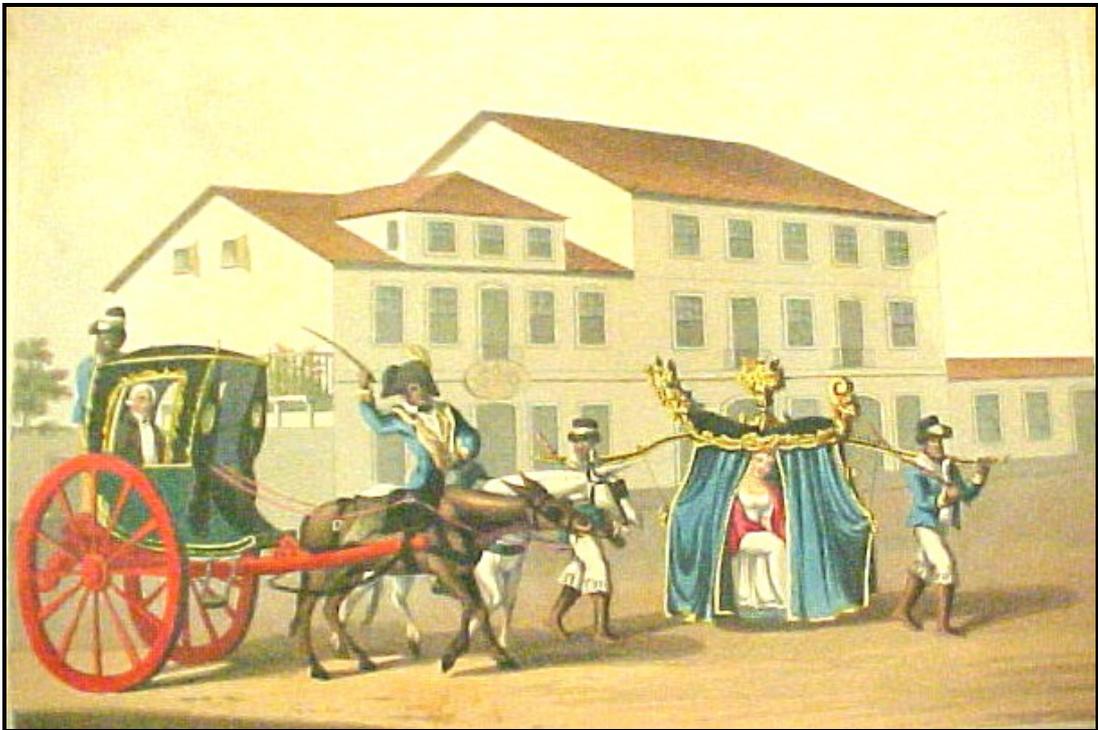


Figura 53: H. Chamberlain, *A sege e a cadeira*. Litografia. *Views and costumes...*, 1822.

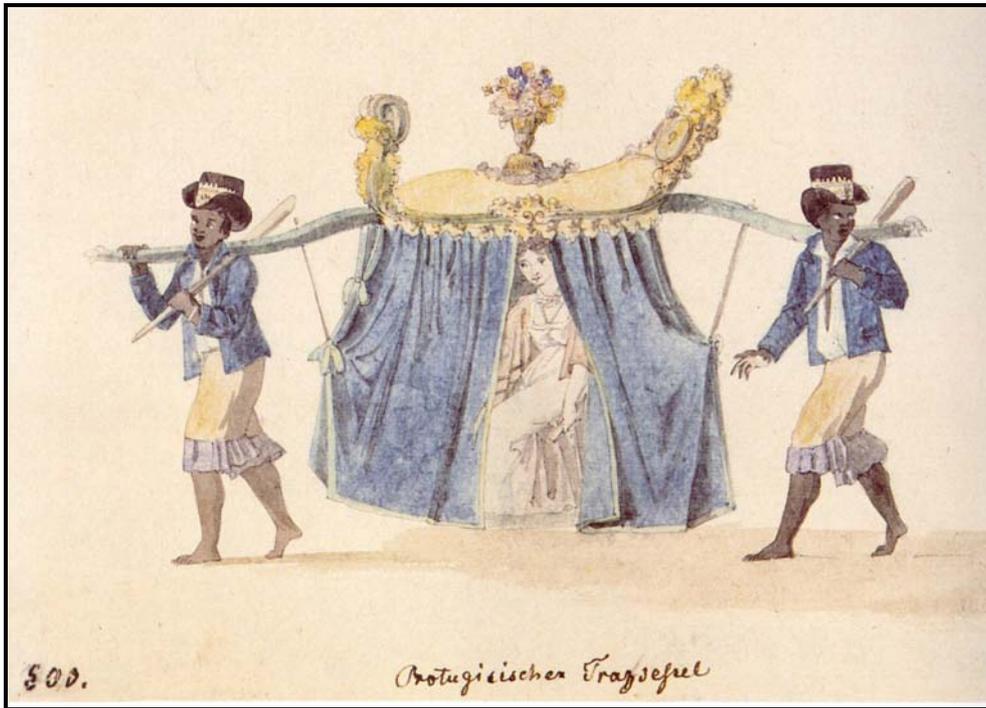


Figura 54: Th. Ender, *Liteira Portuguesa*. Aquarela e lápis, 15,5 x 18,0 cm.

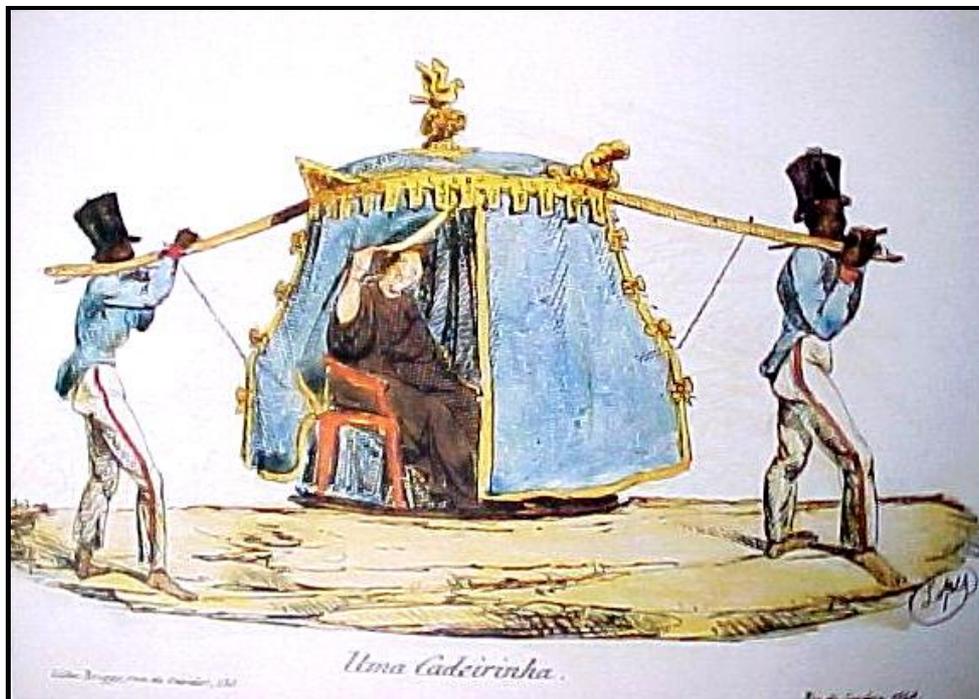


Figura 55: Joaquim Lopes de Barros, *Uma cadeirinha*. Litografia, 1840.

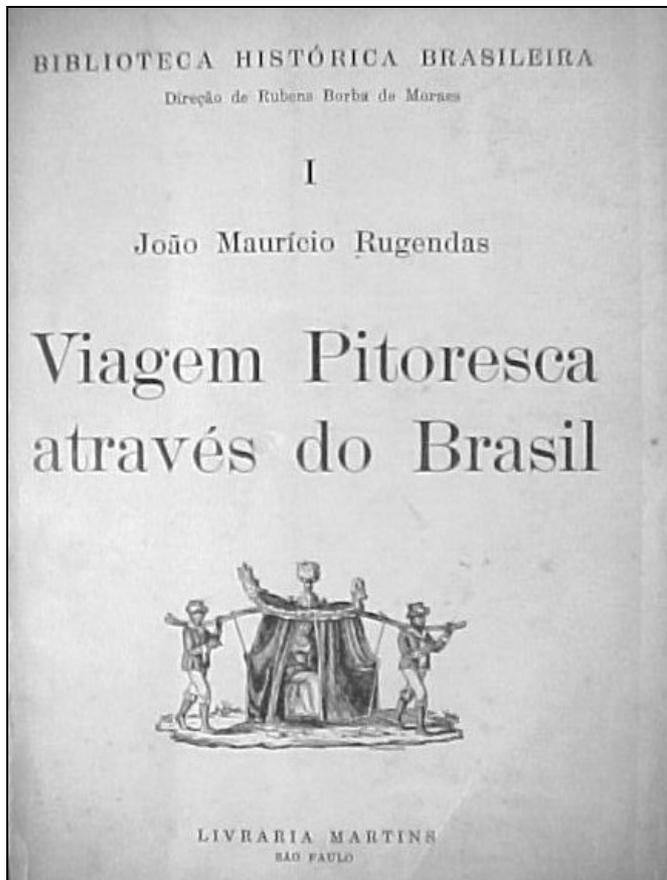


Figura 56

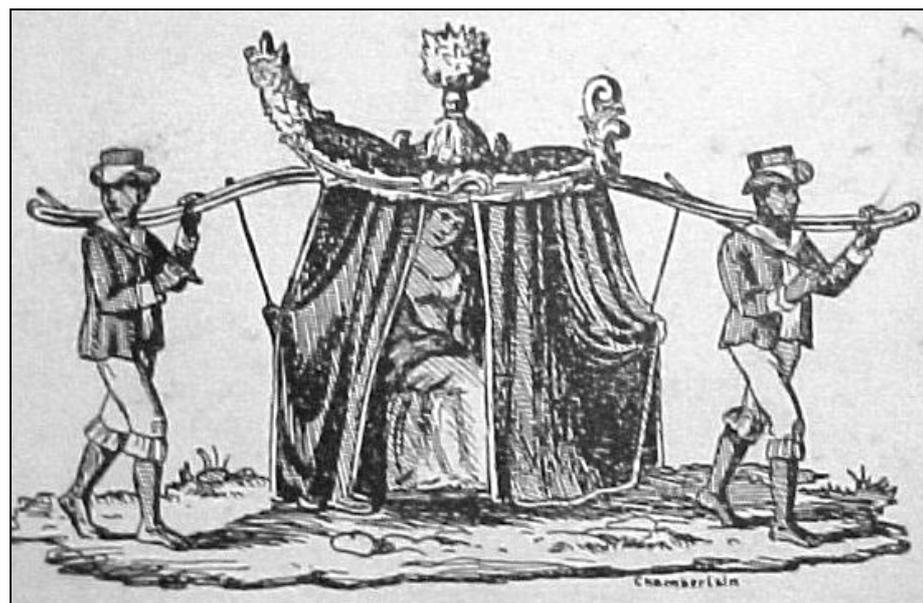


Figura 56 (detalhe).



Figura 57: J. C. Guillobel, *sem título*. Aquarela, ca. 1812-14.



Figura 58: Charles Landseer, *Negros novos no Rio de Janeiro*. Aquarela, 1825-1826.

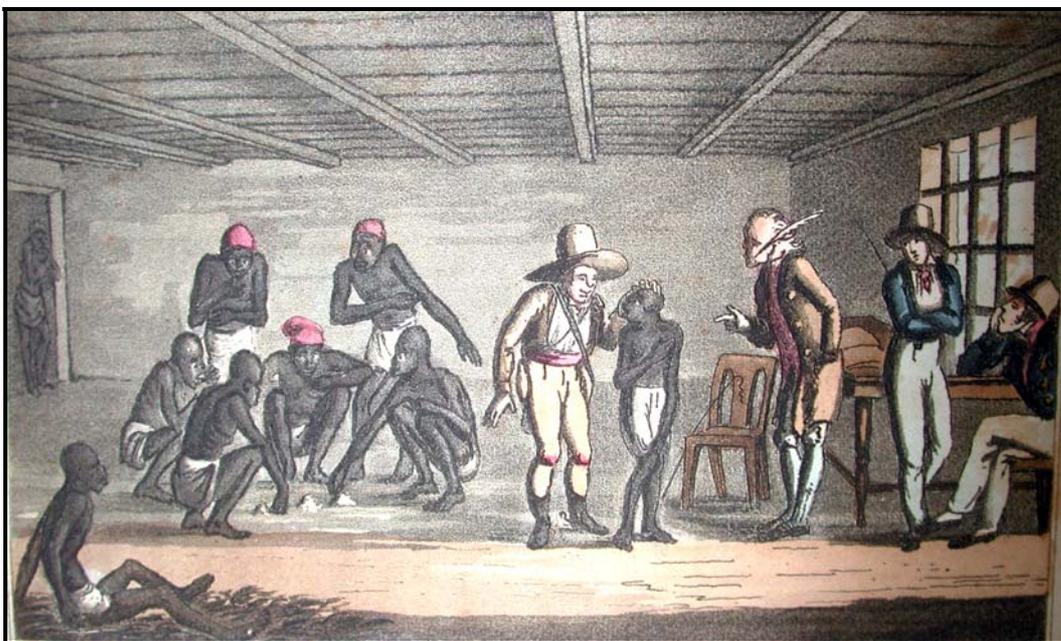


Figura 59: A. P.D. G, *sem título*. Litografia. Sketches of portuguese life, manners, costume, and character. Londres: Geo. B. Whittaker, 1826.

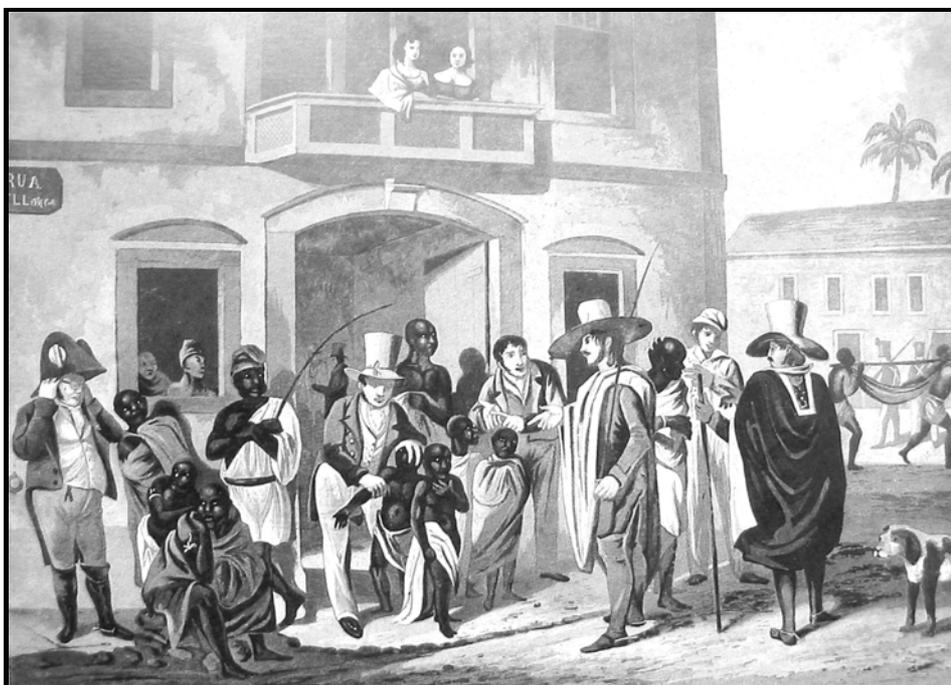


Figura 60: Augustus Earle, *Mercado de escravos no Rio*. Litografia. In: Maria Graham, - Journal of a voyage to Brazil, and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823. Londres: Longman e Cia. J. Murray, 1824.



Fig. 61: Paul Harro-Harring, *Inspecção de negras recentemente desembarcadas da África*. Aguada. Tropical Sketches from Brazil, 1840.



Fig. 62: J. B. Debret, *Mercado da rua do Valongo*. Litografia. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, vol. 2.

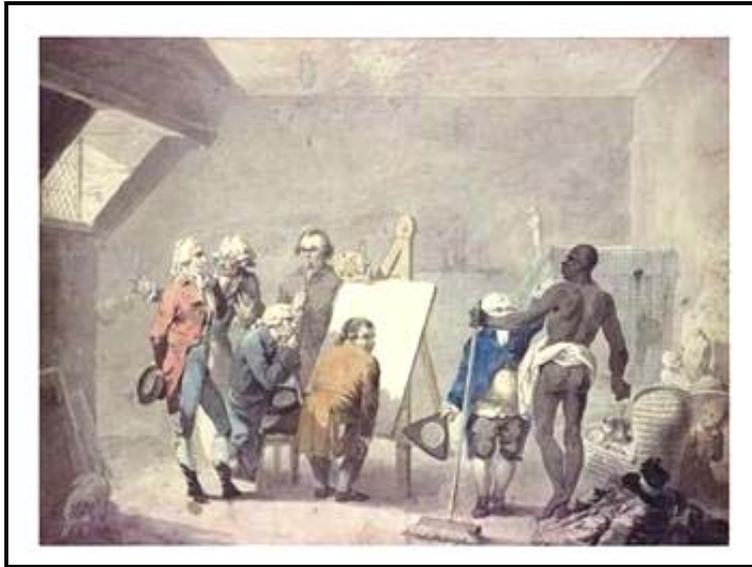


Figura 63: John Boyne, *Uma assembléia de Connoisseurs*. Aquarela, 41,3 x 55,5 cm. 1807.



Figura 64: J. B. Debret, *Vendedor de Cestos*. Litografia. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, vol. 2.



Figura 65: Eugène Delessert, *Negras escravas*. Litografia. Voyages dans les deux océans..., 1848.

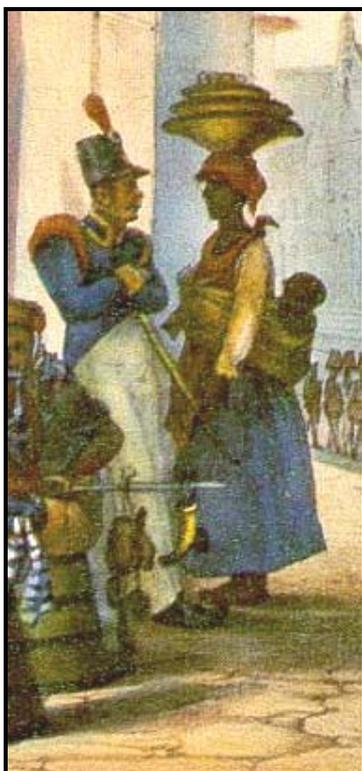


Figura 66: J. B. Debret, *Negociante de tabaco em sua loja* (detalhe). Litografia. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, vol. 2.



Figura 67: J. C. Guillobel, *sem título*. Aquarela, ca. 1812-1814.



Figura 68: J. G. de Saint-Sauveur, *Mulheres de Issinie socando arroz* (detalhe). Água-tinta. Encyclopédie des Voyages..., vol. 3.

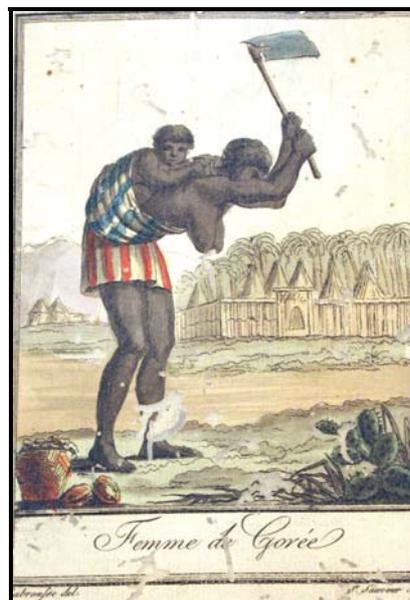


Figura 69: J. G. de Saint-Sauveur, *Mulher de Gorée*. Água-tinta. Encyclopédie des Voyages..., vol. 3.



Figura 70: Th. Ender, *Escravas*. Lápis aquarelado, 17,2 x 17,2 cm. 1817-1818.



Figura 71: Th. Ender, *Família negra*. Lápis aquarelado, 19,5 x 13,4 cm. 1817-1818.



Figura 72: Th. Ender, *Negra com cana-de-açúcar. Negra com palha de palmeira. Negra com melancias*. Aquarela e lápis, 19,7 x 27,7 cm. 1817-1818.



Figura 73: Th. Ender, *Raças de Escravos*. Aquarela e lápis, 19,7 x 27,7 cm. 1817-1818.

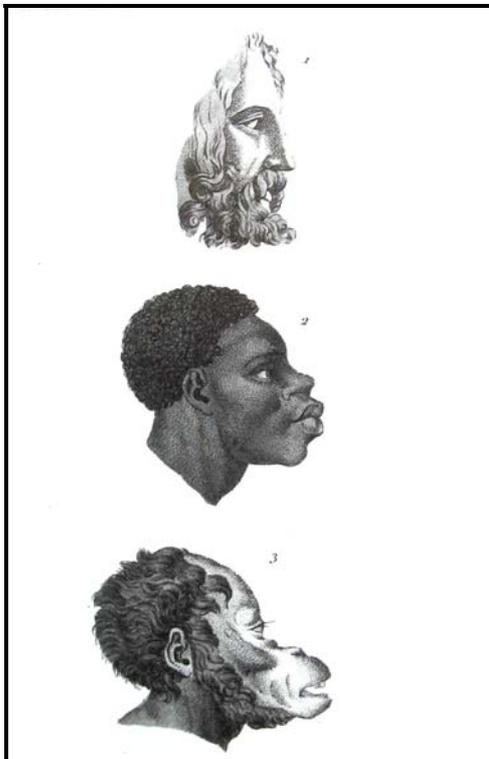


Figura 74: Julien Joseph Virey, *Espécies. Branco. Negro Eboë. Orango (símio)*. Água-forte, 12,6 x 8,0 cm. Histoire Naturelle du Genre Humain, 1801.

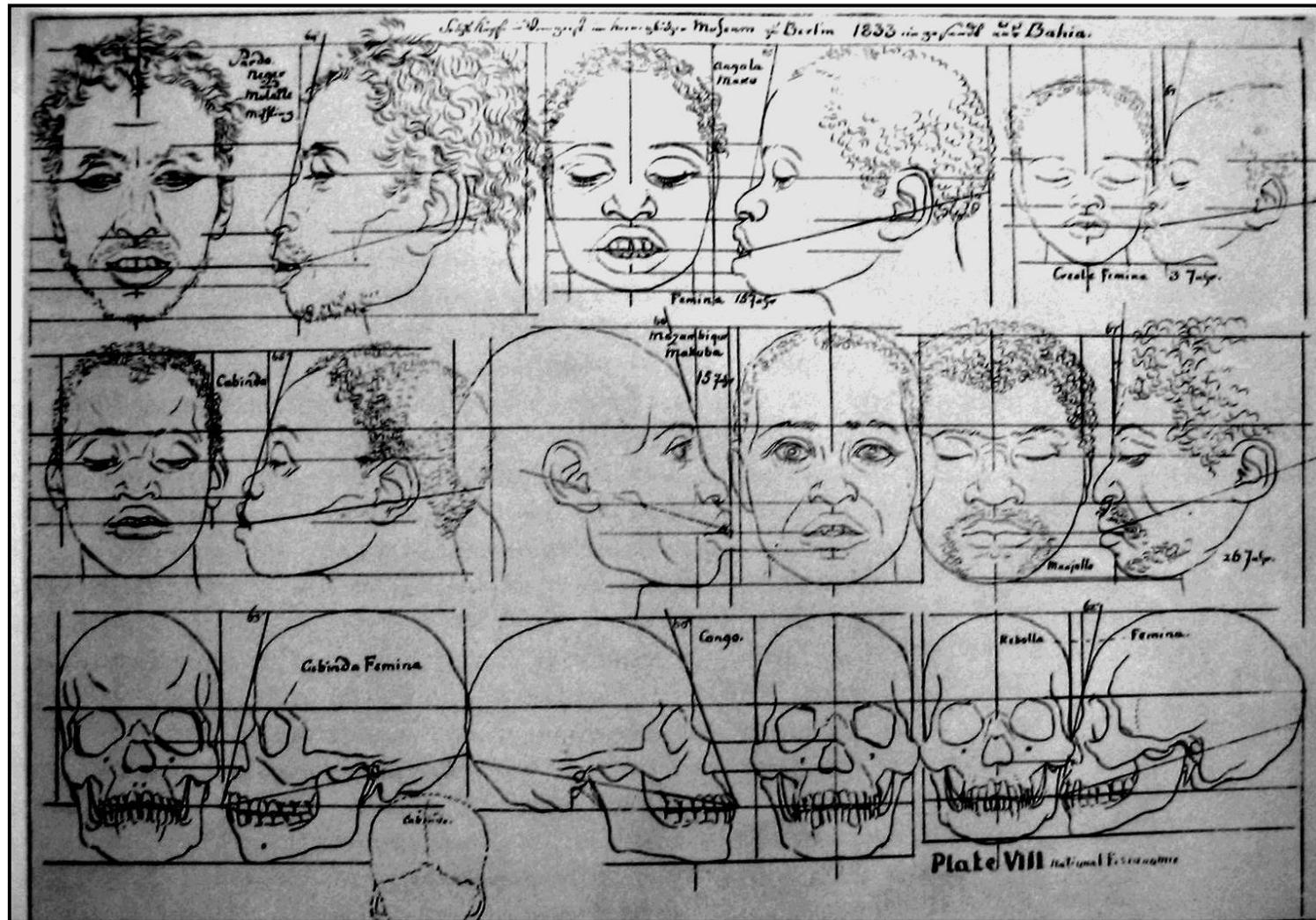


Figura 75: J. G. Schadow, *Cabeças de negros massacrados num levante escravo*. Litografia, 59 x 45 cm. *National-Physionomie...*, 1835.



Figura 76: A. T. Agate, *Mina*. Vinheta. In: Charles Wilkes, Narrative of the United States exploring expedition..., p. 54.

Of the tribes speaking the Houssa language, the Goobere, or Gu-berri, from the kingdom of Bornou, have three or four marks on each side of the mouth, converging towards the corners.



Those from the town of Kano, inhabited by a population of traders, have several perpendicular and parallel marks on each cheek.

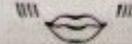


Figura 77: A. T. Agate, *sem título*. Vinhetas. In: Charles Wilkes, Narrative of the United States exploring expedition..., p. 55.

The Soccatoos, or Sakatus, on a branch of the Quorra, have several fine long oblique marks, converging towards the corners of the mouth.



Dawwarra or Dawara: these have parallel oblique lines, drawn to the corners of the mouth, with shorter marks meeting or bordering them above and below.



The men of the Nagó or Yarribe nation, on the west bank of the Niger or Quorra, below the Houssa, have three or four longitudinal marks on each side of the mouth.



Those of the women are more complicated.



The Tacqua, otherwise called Nouffie or Nyffie, live on the eastern side of the Quorra, opposite the former, and have two or three oblique lines drawn to the corners of the mouth.



Figura 78: A. T. Agate, *sem título*. Vinhetas. In: Charles Wilkes, Narrative of the United States exploring expedition..., p. 56.

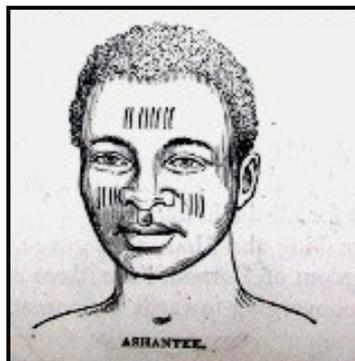


Figura 79: A. T. Agate, *Achanti*. Vinheta. In: Charles Wilkes, Narrative of the United States exploring expedition..., p. 56.

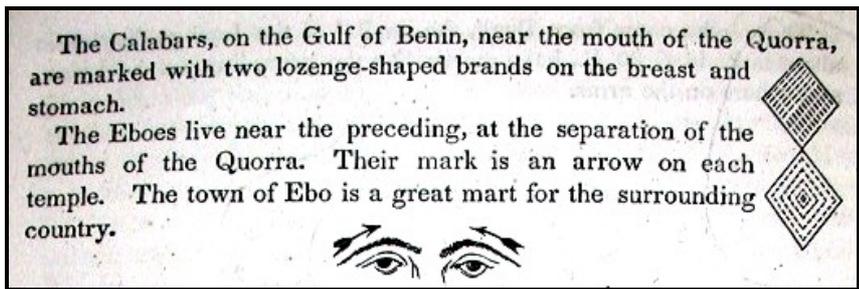


Figura 80: A. T. Agate, *sem título*. Vinhetas. In: Charles Wilkes, Narrative of the United States exploring expedition..., p. 57.

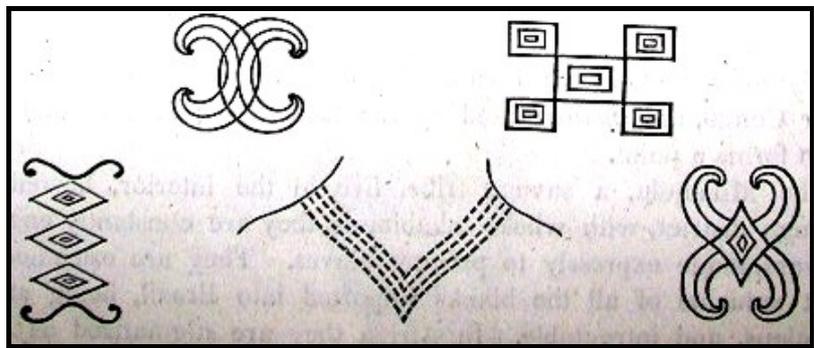


Figura 81: A. T. Agate, *sem título*. Vinhetas. In: Charles Wilkes, Narrative of the United States exploring expedition..., p. 57.

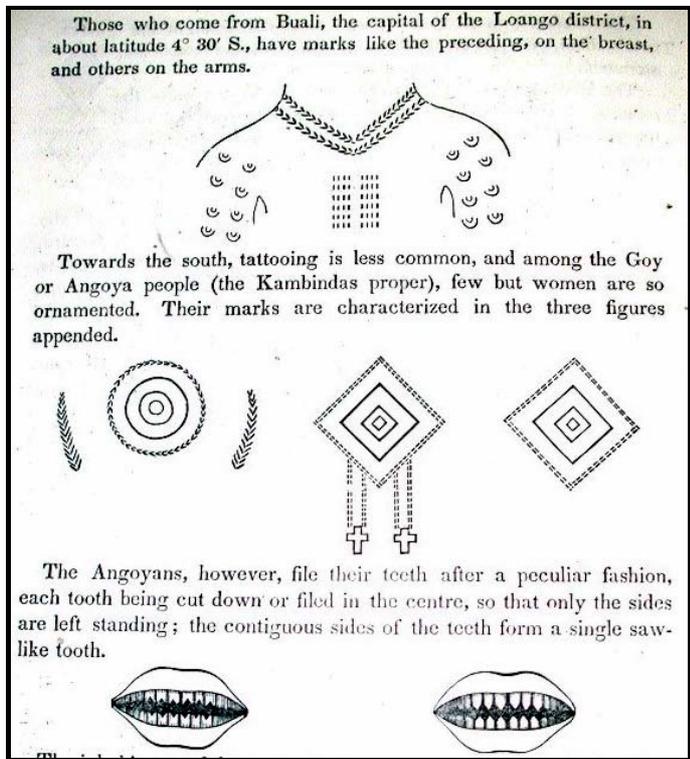


Figura 82: A. T. Agate, *sem título*. Vinhetas. In: Charles Wilkes, Narrative of the United States exploring expedition..., p. 58.

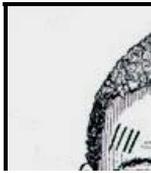


Figura 83: A. T. Agate, *Monjolo*.
Vinheta. In: Charles Wilkes, Narrative of the United States exploring expedition..., p. 59.

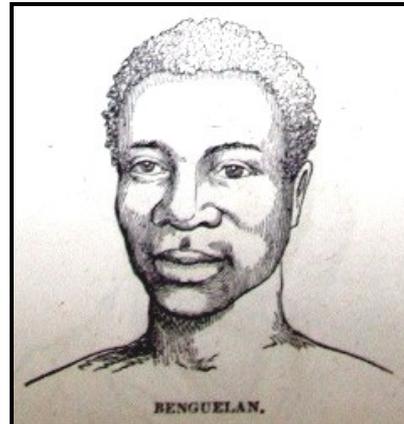


Figura 84: A. T. Agate, *Benguela*.
Vinheta. In: Charles Wilkes, Narrative of the United States exploring expedition..., p. 59.

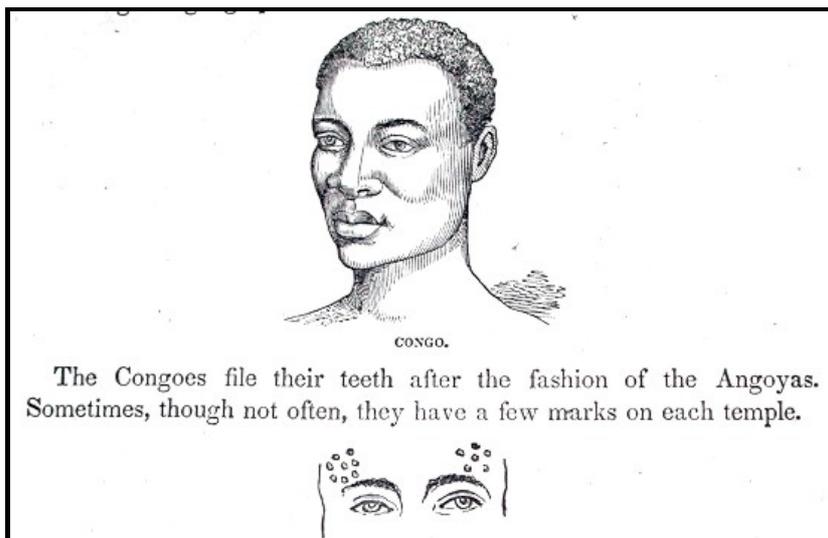


Figura 85: A. T. Agate, *Congo/ Sem título*.
Vinheta. In: Charles Wilkes, Narrative of the United States exploring expedition..., p. 60.

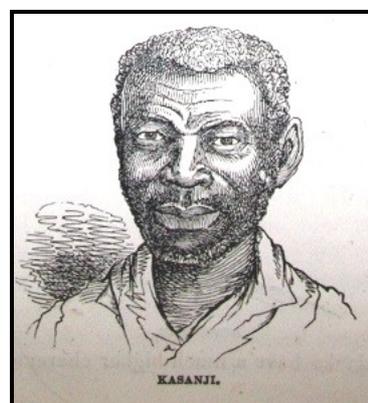


Figura 86: A. T. Agate, *Casanje*.
Vinheta. In: Charles Wilkes, Narrative of the United States exploring expedition..., p. 60.

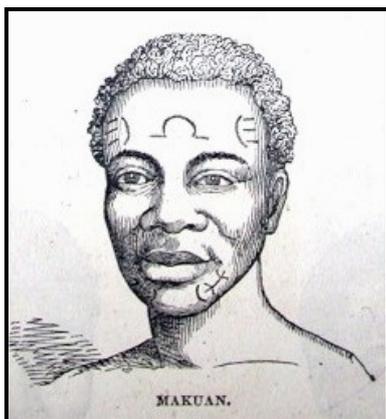


Figura 87: A. T. Agate, *Macua*. Vinheta. In: Charles Wilkes, Narrative of the United States exploring expedition..., p. 61.



Figura 88: A. T. Agate, *sem título*. Vinhetas. In: Charles Wilkes, Narrative of the United States exploring expedition..., p. 62.

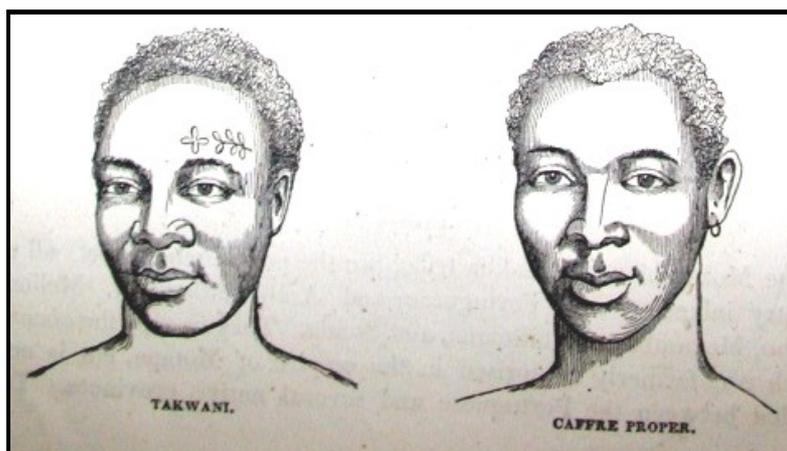


Figura 89: A. T. Agate, *Tacwane/ Caffre propriamente dito*. Vinhetas. In: Charles Wilkes, Narrative of the United States exploring expedition..., p. 62.

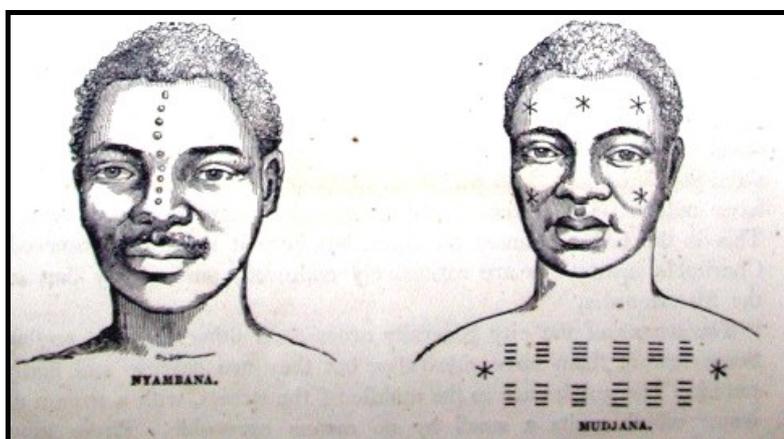


Figura 90: A. T. Agate, *Inhambane/ Muchana*. Vinhetas. In: Charles Wilkes, Narrative of the United States exploring expedition..., p. 63.



Figura 91: Th. Ender, *Escrava de Benguela*. Lápis parcialmente aquarelado, 20 x 27,6 cm. 1817-1818.



Figura 92: Th. Ender, *Escrava de Benguela*. Lápis aquarelado, 17,2 x 17,2 cm. 1817-1818.



Figura 93: Th. Ender, *Escravas de Benguela*.
Aquarela e lápis, 20,4 x 17,5 cm. 1817-1818.



Figura 94: Th. Ender, *Escrava de Benguela*.
Lápis, 17,2 x 87 cm. 1817-1818.

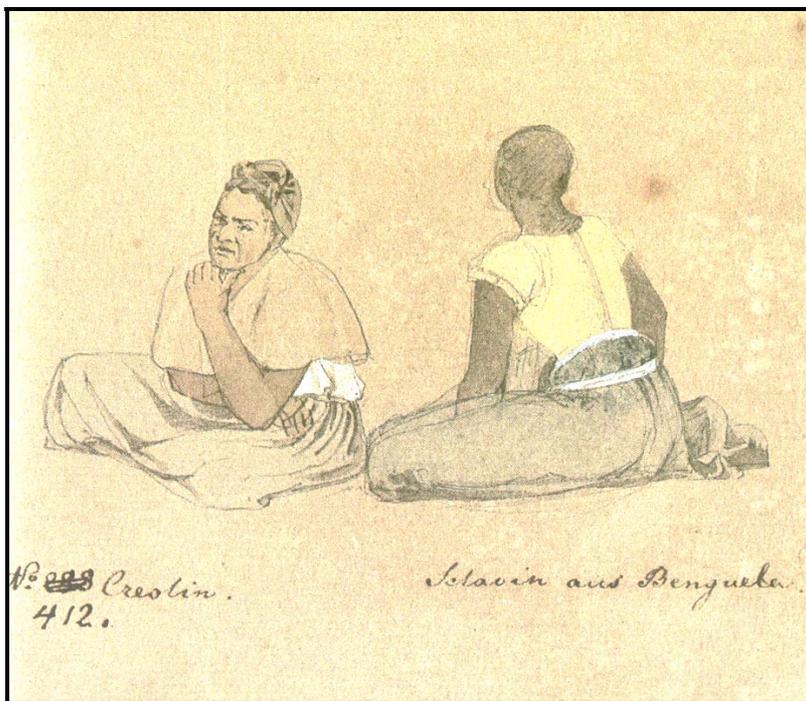


Figura 95: Th. Ender, *Crioula/ Escrava de Benguela*.
 Lápis e aquarela sobre papel castanho, 18,8 x 13,8 cm. 1817-1818.



Figura 96: Th. Ender, *O interior de uma moradia no Rio de Janeiro*. 1-Uma portuguesa ao lado de sua criança. 2- Sua escrava de Benguela. 3-Crioula livre. 4. Sua filha. Lápis parcialmente aquarelado, 20,2 x 27,9 cm. 1817-1818.



Figura 97: Th. Ender, *Negra de Benguela comerciante de frutas juntamente com sua filha*. Aquarela e lápis, 20 x 26 cm. 1817-1818.



Figura 98: Th. Ender, *Crioulas livres/ Escrava de Benguela com seu filho*. Lápis parcialmente aquarelado, 20,2 x 27 cm.



Figura 99: Th. Ender, *Escrava de Benguela/ Retrato de um jovem escravo do Congo*. Lápis, 19,7 x 27,5 cm. 1817-1818.

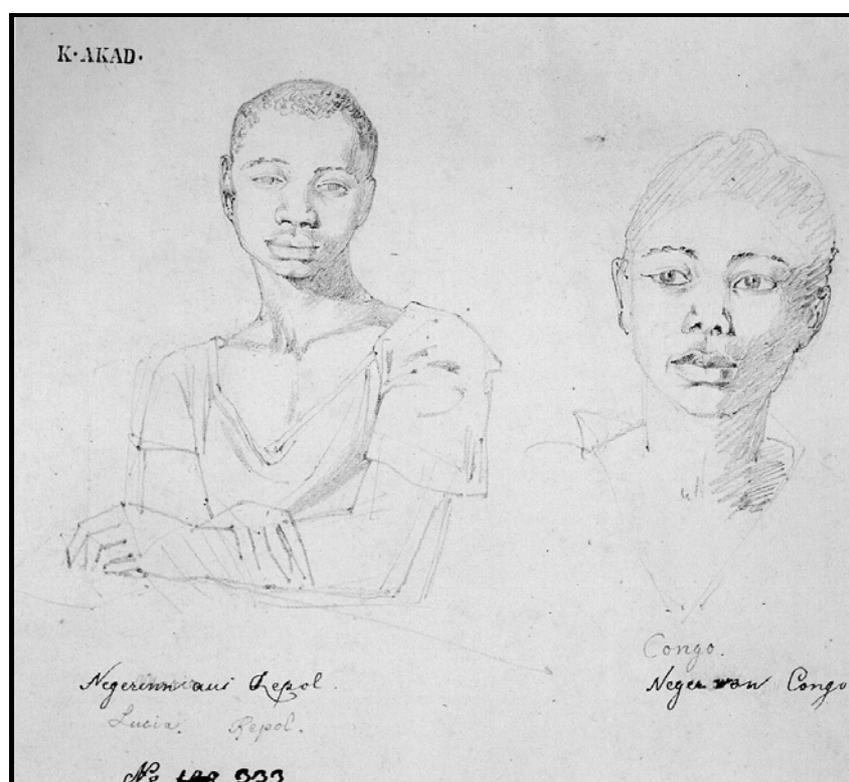


Figura 100: Th. Ender, *Negra de Rebolo - Lucia Rebolo/ Negro do Congo - Congo*. Lápis, 158 x 180 mm. 1817-1818.

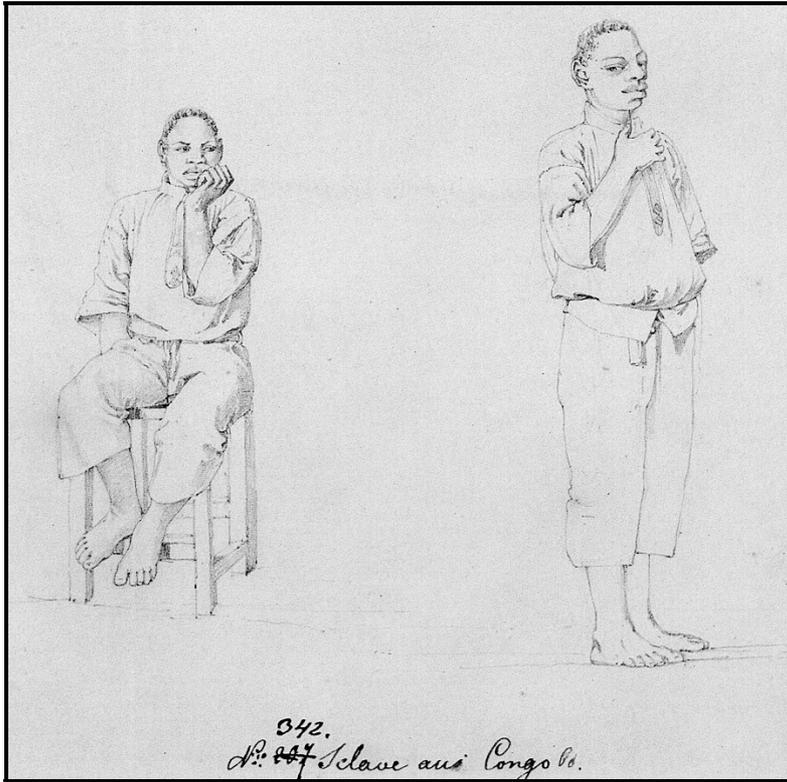


Figura 101: Th. Ender, *Escravo do Congo*.
Lápis, 18,7 x 24 cm. 1817-1818.

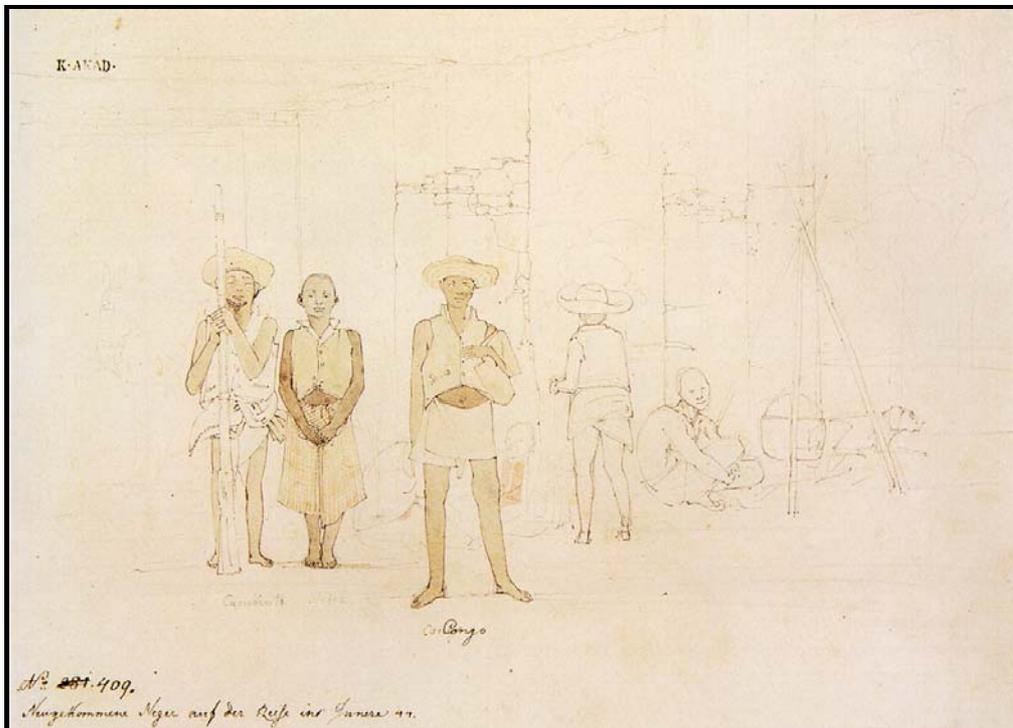


Figura 102: Th. Ender, *Negros recém-chegados em viagem para o interior – Congo*.
Lápis parcialmente aquarelado, 20,2 x 28 cm. 1817-1818.

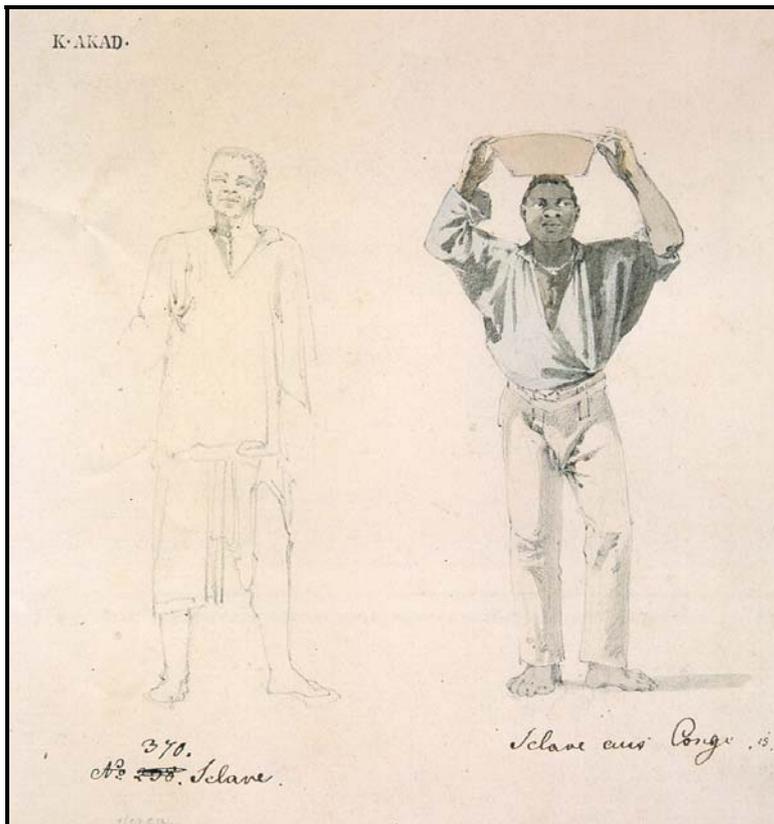


Figura 103: Th. Ender, *Escravo/ Escravo do Congo*. Lápis, parcialmente aquarelado, 20,4 x 17,5 cm. 1817-1818.

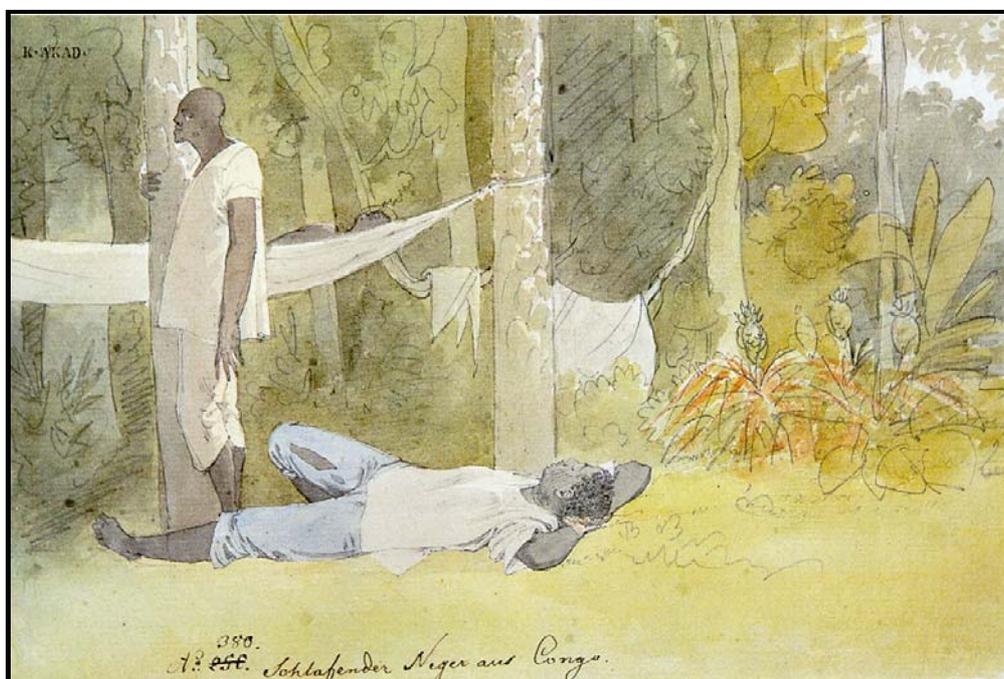


Figura 104: Th. Ender, *Negro do Congo a dormir*. Aquarela e lápis, 18 x 26 cm. 1817-1818.

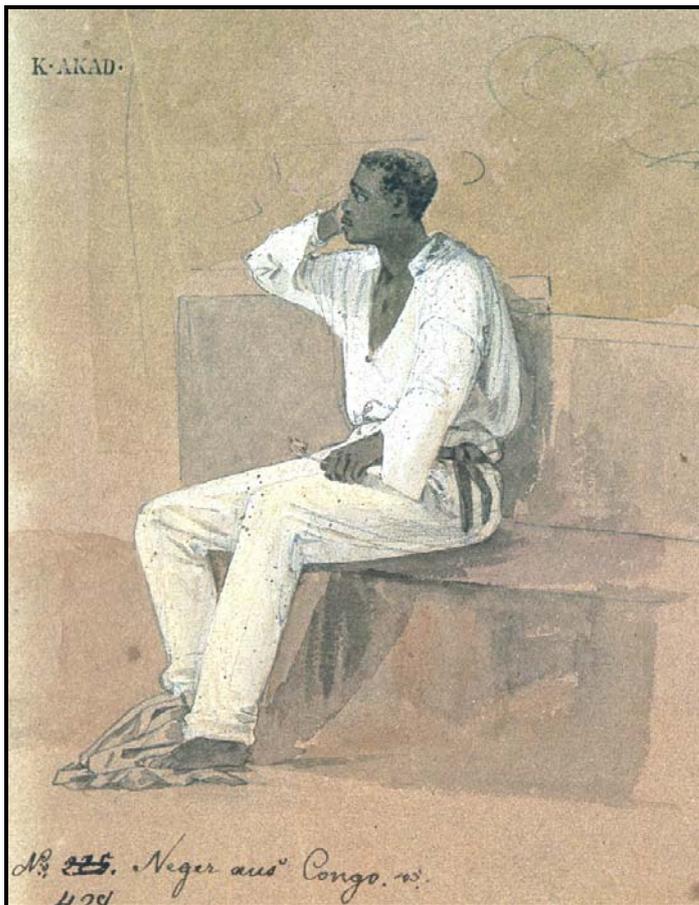


Figura 105: Th. Ender, *Negro do Congo*. Aquarela, branco opaco e lápis sobre papel castanho. 19,5 x 16,2 cm. 1817-1818.

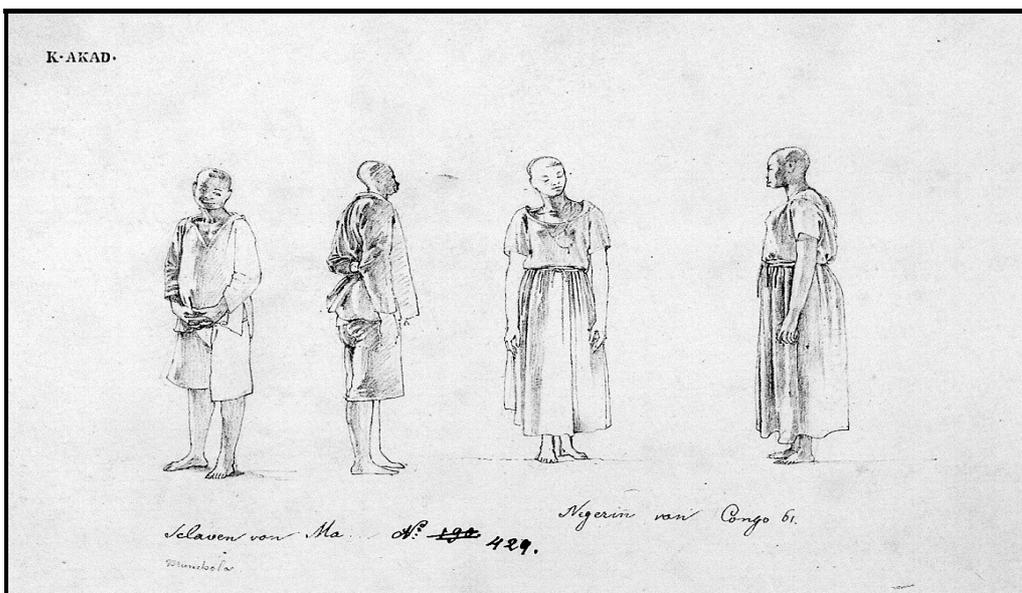


Figura 106: Th. Ender, *Escravo de Mo...[?]/Negra do Congo*. Lápis, 20 x 27,4 cm. 1817-1818.



Figura 107: Th. Ender, *Escrava de Angola*. Lápis, 17,2 x 12 cm. 1817-1818.



Figura 108: Th. Ender, *Escrava de Angola*. Lápis, 19 x 24 cm. 1817-1818.



Figura 109: Th. Ender, *Escrava de Angola*. Lápis parcialmente aquarelado, 18,8 x 25,7 cm. 1817-1818.

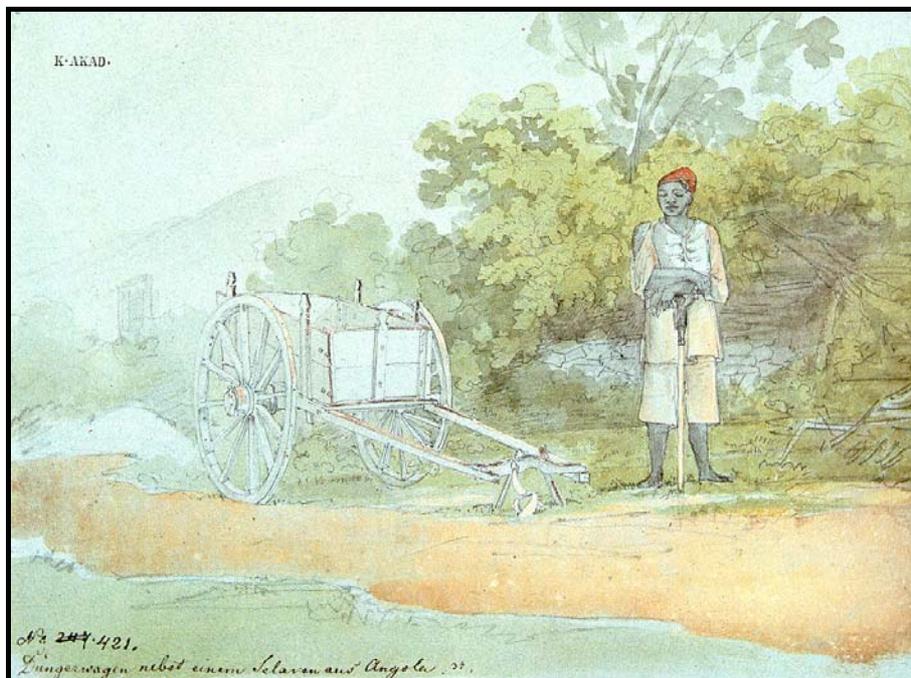


Figura 110: Th. Ender, *Carro de adubo juntamente com um escravo de Angola*. Aquarela e lápis sobre papel azul, 20 x 27 cm. 1817-1818.

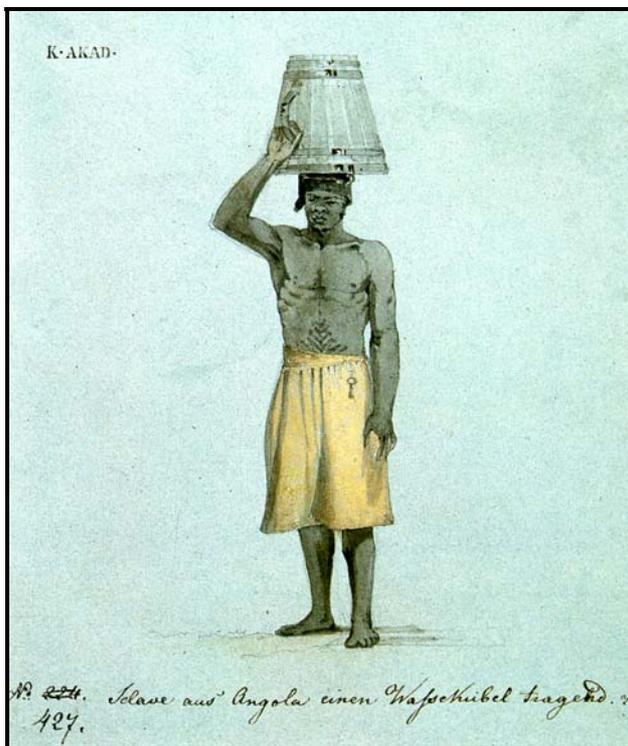


Figura 111: Th. Ender, *Escravo de Angola carregando uma cuba de água*. Aquarela e lápis sobre papel azul, 19,6 x 16,5 cm. 1817-1818.



Figura 111 (detalhe)

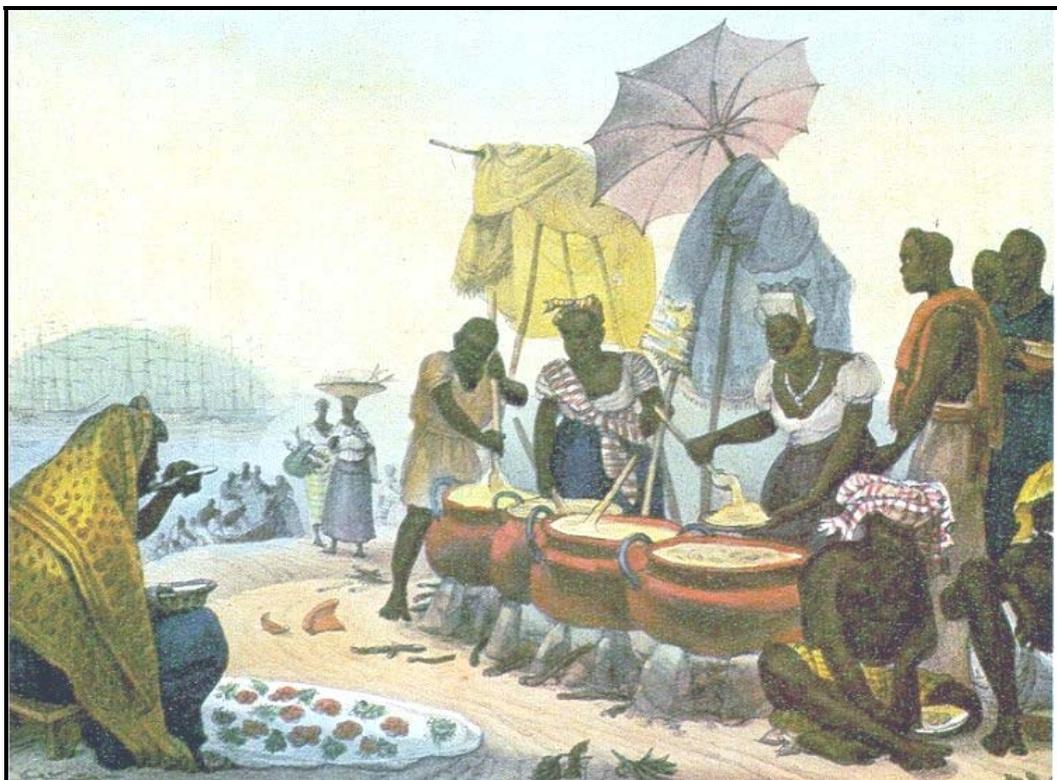


Figura 112: J.B. Debret, *Negras cozinheiras, vendedoras de angu*. Litografia. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, vol. 2.

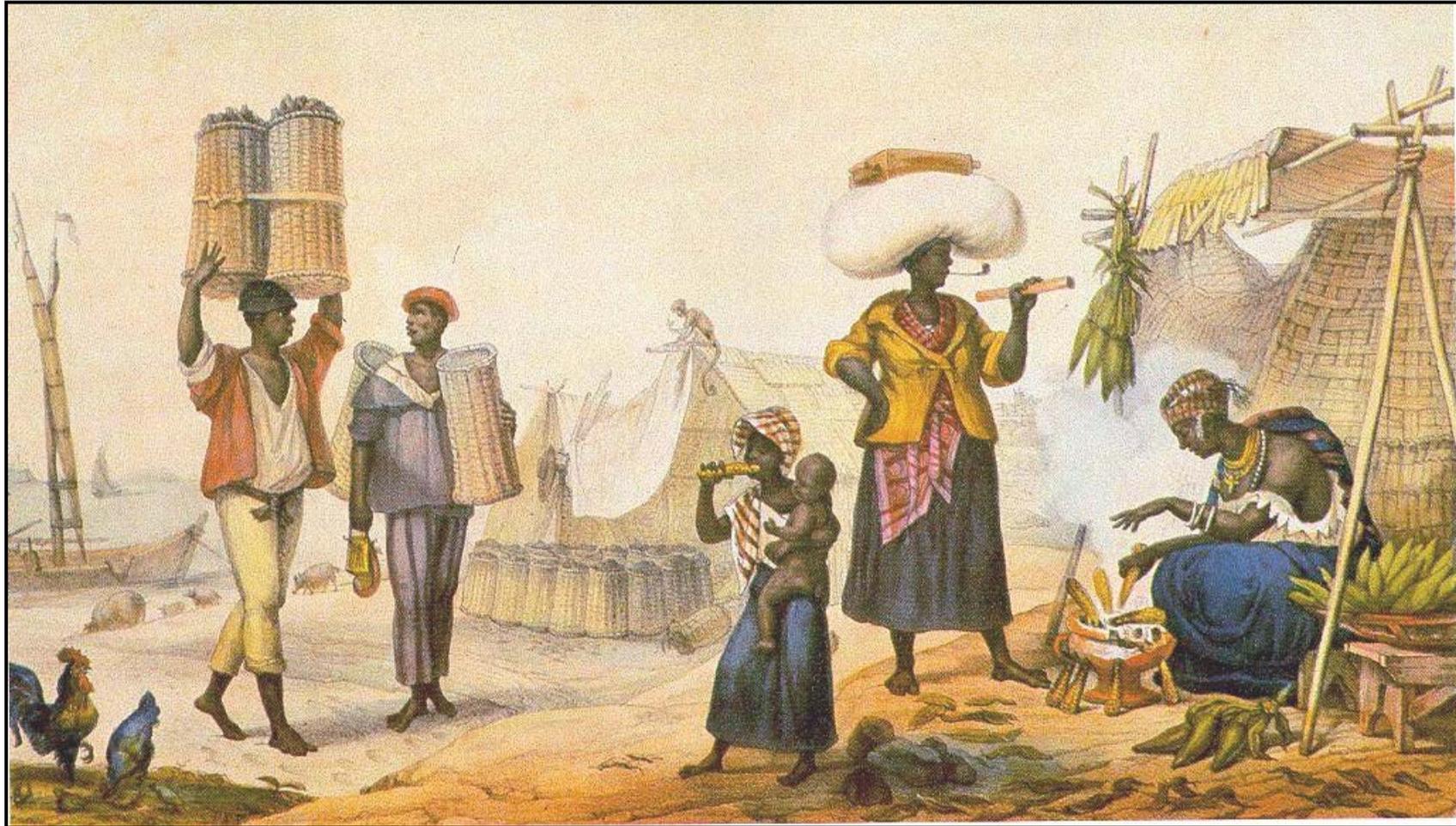


Figura 113: J.B. Debret, *Negros vendedores de carvão*. Litografia. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, vol. 2.



Figura 114: J.B. Debret, *Escravas negras, de diferentes nações*. Litografia. *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil...*, vol. 2.

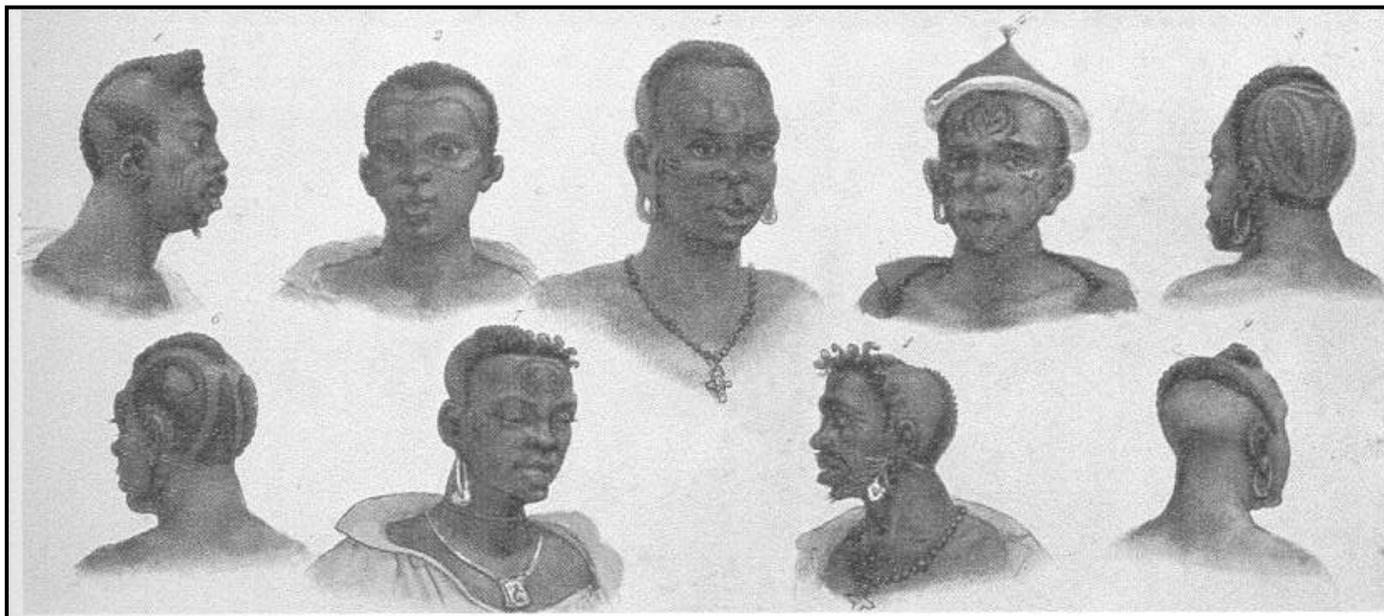


Figura 115: J.B. Debret, *Escravas negras, de diferentes nações*. Litografia. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, vol. 2.

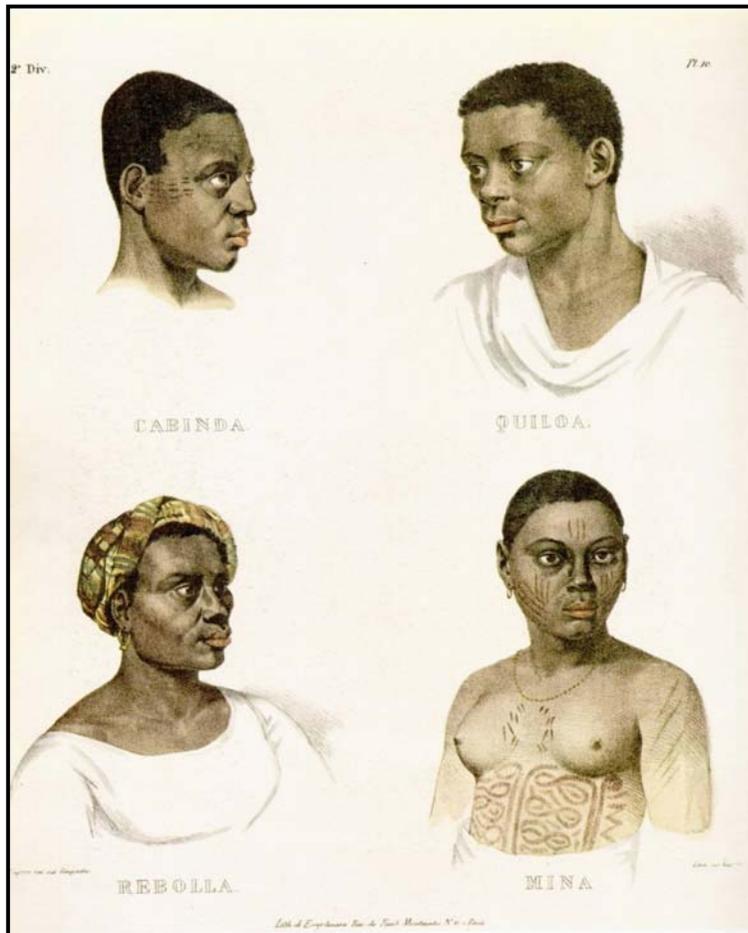


Figura 116: J. M. Rugendas, *Cabinda/ Quiloa/ Rebolla/ Mina*. Litografia. Viagem Pitoresca através do Brasil.

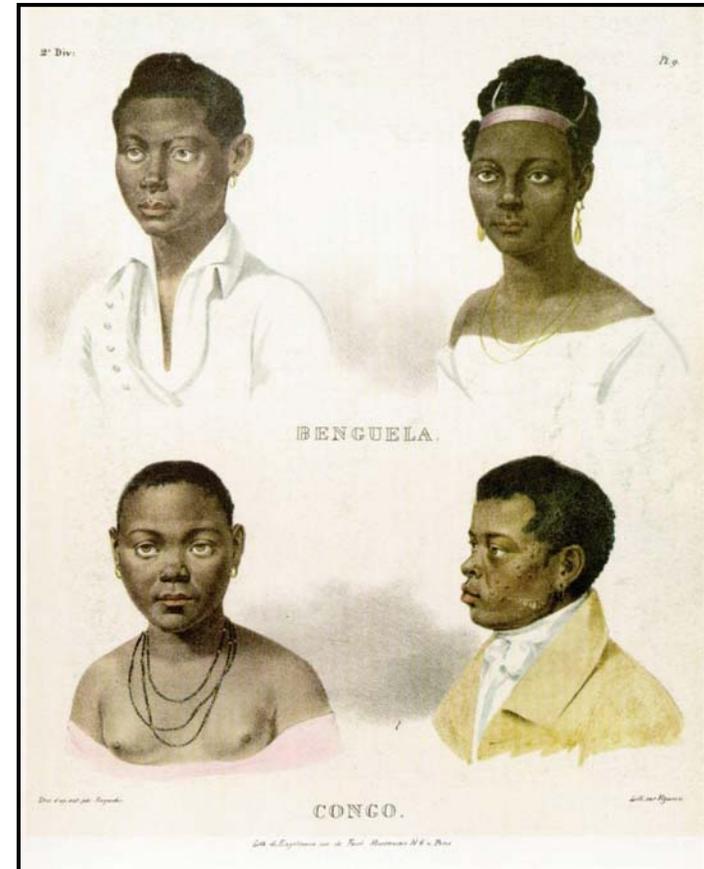


Figura 117: J. M. Rugendas, *Benguela/ Congo*. Litografia. Viagem Pitoresca através do Brasil.



Figura 118: J. M. Rugendas, *Moçambique*. Litografia. Viagem Pitoresca através do Brasil.

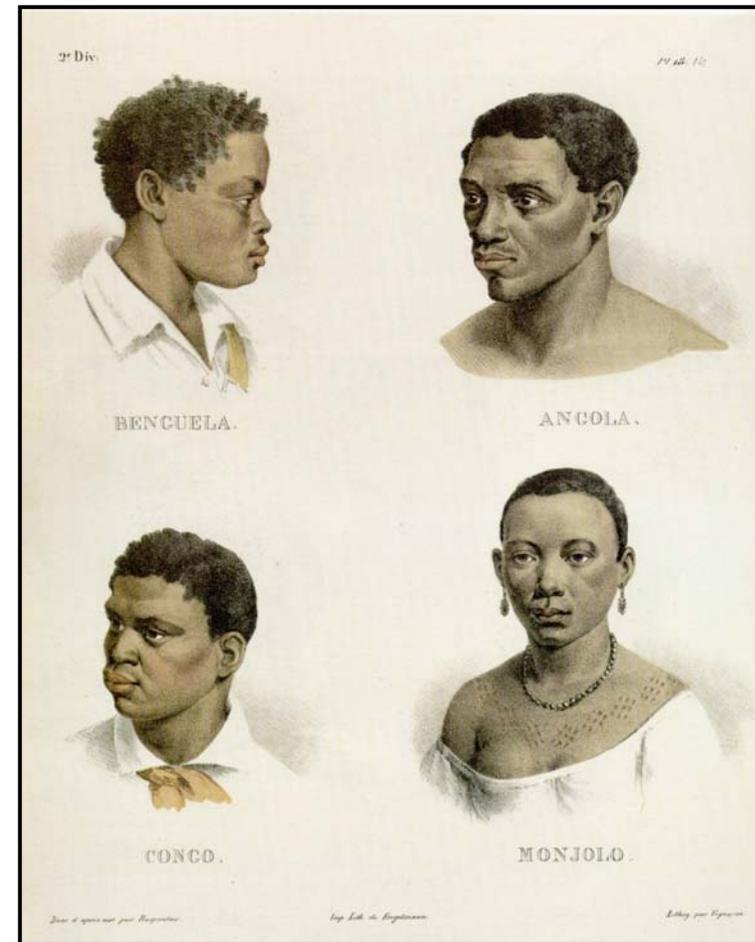


Figura 119: J. M. Rugendas, *Benguela/ Angola/ Congo/ Mpnjolo*. Litografia. Viagem Pitoresca através do Brasil.